
COVID-19 E SOCIEDADE

*Ensaio sobre a experiência social
da pandemia*

Bárbara Castro (org.)

Bárbara Castro
(org.)

Covid-19 e Sociedade
ensaios sobre a experiência
social da pandemia

1º Edição

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
IFCH - UNICAMP
Campinas - 2020

IFCH/UNICAMP - PUBLICAÇÕES

Copyright © 2020

Reitor: Marcelo Knobel
Diretor: Alvaro G. Bianchi Mendez
Diretor Associado: Roberto L. do Carmo

Comissão de Publicações

Coordenação Geral:

Roberto L. do Carmo

Representantes Docentes:

André Kaysel
Everton Emanuel Campos
Fátima Évora
Jesus J. Ranieri
José Maurício Paiva A. Arruti
Mariana Chaguri
Tiago Lima Nicodemo
Taísa Helena P. Palhares

Colaboradora:

Guita Grin Debert

Coordenação Geral - Editorial
Bárbara Castro

Organizadora:

Bárbara Castro

ISBN: 978-65-87198-04-0

Capa: Canva.com (copyleft)

Tiragem: Digital (e-Book)

Apoio: PPG/IFCH - Sociologia

Editoração e Projeto Gráfico

Setor de Publicações - IFCH/UNICAMP

E-mail: pub_ifch@unicamp.br

Site: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/>

FICHA CATALOGRÁFICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Bibliotecário: Cecília Maria Jorge Nicolau – CRB-8ª 3387

C838 Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia [recurso eletrônico] / organizadora: Bárbara Castro. - Campinas, SP : UNICAMP IFCH, 2020

Publicação digital no formato PDF.

1. Pandemias. 2. Covid-19. 3. Coronavírus. II. Castro, Bárbara, 1984- III. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD - 614.4
- 616.2
- 614.5

ISBN 978-65-87198-04-0



Este e-book está licenciado por Creative Commons
Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

ÍNDICE

Apresentação	
Bárbara Castro	07

SEÇÃO I: DISPUTAS POLÍTICAS, BOLSONARISMO

E LUTAS POR DIREITOS

Para além da necropolítica: pandemia, neoliberalismo e o homem médio	
Diogo Valmor Pereira e Pedro de Castro Picelli	12
O Carisma incivilizado de Jair Bolsonaro: a política do ressentimento na pandemia	
Caio César Pedron	31
Os gritos do autoritarismo sem voz: como a pandemia expôs a fragilidade do bolsonarismo diante da racionalidade neoliberal das classes dominantes	
Fabiana Candida de Sousa	48
O Estado em disputa: reflexões a partir do Brasil e da Argentina frente à pandemia do coronavírus	
Florencia Musante	63
“A culpa é da China!”: uma análise dos discursos, narrativas e estratégias da hashtag #VirusChines no Twitter	
Paulo Henrique Dantas	82
O Brasil não pode parar? Disputas judiciais sobre a ideia de risco em torno de uma peça publicitária anti-isolamento do governo brasileiro	
Eduardo Prado Gutiérrez	101

Um primeiro de maio na Praça dos Três Poderes
Pedro Henrique Santos Queiroz 119

A retórica da excepcionalidade em contextos epidêmicos:
direitos sexuais e reprodutivos na epidemia de COVID-19
Jonatan Sacramento e Mariana Marques Pulhez 132

A fabricação do pânico moral e a pauta do aborto nos atritos
entre o bolsonarismo e o Supremo Tribunal Federal
durante a pandemia de COVID-19
Camila Estela Cassis Augusto 148

**SEÇÃO II: MULHERES, PERIFERIAS E ORIXÁS:
ESTRATÉGIAS SOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA**

Mulheres tecendo uma rede solidária em meio à pandemia:
reflexões sobre economia e feminismo em tempos de
crise e isolamento social
Beatriz Schwenck 164

A familiarização da gestão da pandemia: notas sobre
desigualdades de gênero no Assentamento Milton Santos
Fernanda Folster de Paula 180

Sociabilidade periférica: uma reflexão sobre a quarentena
para moradores das periferias da Zona Sul de São Paulo
Luana de Oliveira 198

Pandemia e mercado do sexo: as consequências de COVID-19
entre as profissionais do sexo no Brasil em 2020
Maurício M P da Costa Oliveira 210

Com a nossa ancestralidade e os orixás: fazendo pesquisa com o povo de axé nos tempos do coronavírus	
Vítor Queiroz	225

SEÇÃO III: DESIGUALDADE SOCIAL,
TRABALHO, RISCO E CUIDADO

O “fique em casa” e seu necessário “fique na rua”: infraestrutura da internet e desigualdade social na pandemia da COVID-19 no Brasil	
Rafael Malhão, Stefano Schiavetto Amancio e Raphael Silveiras	241
A última janela da vida: humanização e trabalho emocional na equipe de enfermagem em tempos de pandemia	
Bárbara Ferrari Brandi	261
Delivery viral: entre a virtualidade do pedido e a concretude da entrega	
Viviane Vidigal	278
Entre cestas e rendas básicas: repensando a alimentação e as desigualdades em tempos de pandemia	
Talitha Alessandra Ferreira	295
Com ênfase no trabalho doméstico: o mito do cuidado e a perspectiva do care no contexto da Covid-19	
Michelle Franco Redondo	315

SEÇÃO IV: INTERPRETAÇÕES A PARTIR
DA TEORIA SOCIAL

Mais antigos do que a sociedade?

SARS-COV-2 pela perspectiva ator-rede

Erik W B Borda e Pedro Borda 331

COVID-19: a nova peça do orientalismo

Lays Matias Mazoti Corrêa 342

COVID-19 e o estado de guerra permanente

Gustavo Bissoto Gumiero 364

**O novo coronavírus e o retorno da regressão despótica:
elementos de uma leitura crítica**

Elisa Zwick 380

**Metabolizando o Covid-19: pensar os alimentos e
suas relações em condições pandêmicas**

Felipe Peregrina Puga 396

APRESENTAÇÃO

COVID-19 E SOCIEDADE: ENSAIOS SOBRE A EXPERIÊNCIA SOCIAL DA PANDEMIA

Bárbara Castro¹

No dia doze de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus. Quatro dias depois o reitor Marcelo Knobel baixou uma Resolução (GR 24/2020)² que oficializava a suspensão das atividades presenciais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) como medida de contenção da transmissão do vírus em nossa comunidade.

A Unicamp foi a primeira Universidade a tomar essa posição. A partir daí, seus docentes, corpo técnico-administrativo e estudantes buscaram reinventar sua relação com a rotina de trabalho e estudos, agora realizados à distância. Naquele momento, eu ministrava as disciplinas de Seminário de Dissertação e Tese do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, e o contexto me obrigou a readaptá-la. Para tanto, segui os seguintes objetivos: ajustar nosso plano de trabalho perante a nova realidade; manter o vínculo entre estudantes e universidade enquanto reorganizávamos o semestre à distância e experimentávamos novas ferramentas e métodos didáticos; promover uma oficina de textos; e, finalmente, desenvolver nossa capacidade de tratar da pandemia e de seus desdobramentos a partir do acúmulo teórico das Ciências Sociais. Formulava a seguinte pergunta: como a pandemia pode ser interpretada à luz das teorias, métodos, perguntas, objetos e sujeitos de nossas pesquisas? O

¹ Professora do Departamento de Sociologia, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, da Universidade Estadual de Campinas.

² Fonte: Procuradoria Geral da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=17655; Acesso em 5 de novembro de 2020.

retorno foi feliz. A maior parte da turma se engajou nos debates e na redação de ensaios - muitos dos quais se encontram aqui. Ao longo de dois meses nos organizamos em três eixos temáticos para debater a pandemia da COVID-19: produção e reprodução social; autoritarismo, democracia e neoliberalismo; e fronteiras.

Ao mesmo tempo em que o curso e as discussões se adensavam, eu também formulava um interesse de análise que compartilhava com a turma no curso e nos debates públicos dos quais participei sobre a pandemia da COVID-19: o governo Jair Bolsonaro privatizou a responsabilidade da gestão dos riscos e consequências da pandemia, reforçando a ideia de que as famílias são, ao mesmo tempo, o espaço que dá coesão à sociedade e que é impermeável a um regramento externo. Como resultado disso temos uma sociedade à deriva no enfrentamento à pandemia, com uma política altamente descentralizada, sem regras e entendimentos claros sobre distanciamento social, períodos e formas de *lockdowns*, gravidade da doença, formas de tratamento e até mesmo escolha da vacina. Por conseguinte, indivíduos mobilizam suas próprias regras de prevenção de contágio e combate à doença a partir das fontes nas quais confiam: desde a imprensa profissional e *influencers* cientistas até a retórica anti-científica do presidente e seu *entourage* que alimentam *fake news* que circulam nos grupos de *Whatsapp*. No contexto familiar, as mulheres têm acumulado uma nova carga de trabalho emocional: são elas as principais responsáveis por organizar o regramento de redução dos riscos do contágio, o cuidado com os familiares e afins adoecidos pela COVID-19 ou pelo brutal distanciamento social³. São elas as principais responsáveis por organizar as compras e a limpeza de tudo o que entra em casa, acompanhar as aulas *online* de filhos e filhas, e articular trabalho e família no home office ou virar-se cuidando de crianças de familiares e vizinhança ou virar-se deixando suas crianças com familiares e vizinhança para

³ Como fica claro na excelente pesquisa produzida pela Sempreviva Associação Feminista (SOF) e Gênero e Número intitulada “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” e divulgado na íntegra neste link: <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/>

seguir trabalhando. São essas ordens de desigualdade que a pandemia explicita. E são essas e outras consequências perversas de como o Estado escolhe gerir a sociedade que ela revela.

Esse interesse analítico e os interesses de pesquisa dos alunos e das alunas reverberaram em nossas discussões, sempre muito estimulantes. Queríamos, então, compartilhar essa experiência com mais gente e, dessa forma, expandimos a iniciativa para além da atividade da disciplina. Com o apoio do professor Roberto do Carmo, diretor-associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e a equipe liderada por Igor Santiago Raimundo, responsável pelo setor de publicações, organizei um concurso de ensaios que recebeu propostas na casa das centenas. Li, avaliei e revisei cada um dos textos – eventuais problemas de revisão estão, portanto, na conta desta editora – e o trabalho coletivo entre docente e discentes resulta nesta publicação. Este livro se propõe a ser ao mesmo tempo um registro histórico de como vivemos o tempo presente, cercado de incertezas, perdas, ansiedades, e um modo de compreender como chegamos até aqui e os desdobramentos sociais, políticos e econômicos da pandemia.

O livro se organiza em quatro eixos temáticos: 1) “Disputas políticas, bolsonarismo e lutas por direitos”, que mobiliza textos sobre a relação entre o Estado e sociedade, a disputa política e narrativa sobre a pandemia, a criação de inimigos internos e externos mobilizada pelo governo do presidente brasileiro Jair Bolsonaro e a contínua ameaça aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres; 2) “Mulheres, periferias e orixás: estratégias sociais de enfrentamento à pandemia”, que olha para os movimentos sociais, feministas, e a reação da periferia, de profissionais do sexo e do povo de axé à pandemia; 3) “Desigualdade social, trabalho, risco e cuidado”, que reúne ensaios sobre as desigualdades de trabalho, renda e explora suas consequências para as heterogeneidade das vivências da pandemia; 4) “Interpretações a partir da teoria social”, que parte do acúmulo teórico da sociologia para refletir sobre os fenômenos sociais que se articulam à pandemia de COVID-19.

Agradeço imensamente aos e às autoras e autores, assim como àqueles e àquelas que não estão nesta publicação, mas que também produziram ensaios extremamente valiosos. Em especial, agradeço aos e às estudantes matriculados nas disciplinas de Seminário de Dissertação e Tese do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela dedicação e envolvimento com a disciplina e paciência com os erros e ajustes que foram sendo organizados ao longo do semestre: Beatriz Carrascosa Von Glehn Schwenck, Caio César Pedron, Carla Carolina Dias de Oliveira, Diogo Valmor Pereira, Eduardo Prado Gutiérrez, Edwiges Rabello de Lima, Fabiana Candida de Sousa, Fernanda Folster de Paula, Fernando Savella, Florencia Musante, Issaka Mainassara Bano, João Crisostomo Mauad Cavalléro Filho, Jonas Marcondes Sarubi de Medeiros, Luana de Oliveira, Lucas Elias Silva, Maria Luiza Amado Belo de Oliveira, Mariana Martinelli de Barros Lima, Matheus Nordon Preis, Mauricio da Costa Oliveira, Pamela Carlyne Oliveira, Paulo Henrique Dantas Pita, Pedro de Castro Picelli, Rafaella Calusne Ferreira, Rhavier Henrique Mazieri Pereira e Viviane Vidigal de Castro. Foi com vocês que reaprendi a ser professora no contexto da pandemia de COVID-19.

Encerro esta breve apresentação em um momento em que o Brasil enfrenta o recrudescimento do número de adoecimentos e mortes em consequência da COVID-19. Enquanto organizo a revisão final deste livro, atingimos a marca de 6,5 milhões de casos e 176 mil mortes registradas. Seguimos com políticas descentralizadas de combate à pandemia e com a gestão individualizada e privada de seus riscos e consequências.

Campinas, 5 de dezembro de 2020

Seção I:
Disputas políticas, bolsonarismo
e lutas por direitos

PARA ALÉM DA NECROPOLÍTICA: PANDEMIA, NEOLIBERALISMO E O HOMEM MÉDIO¹

Diogo Valmor Pereira²

Pedro de Castro Picelli³

Este ensaio tentará demonstrar ao leitor que os encaminhamentos dados à crise do novo coronavírus pelo governo bolsonarista impactam as necropolíticas tradicionais do Estado brasileiro. Assim, nosso argumento chamará atenção à insuficiência dos esforços em reposicionar conceitos que dão pouca inteligibilidade a uma variável importante de nossa realidade social.⁴ Este impacto é decorrente da conjugação de condições políticas para execução de um “experimento social neoliberal” (Safatle, 2020) que combina interpretações de mundo de uma parcela significativa de sua população — os tipos médios (Cavalcanti; Chaguri; Nicolau Netto, 2019) — às novas razões do capitalismo contemporâneo (Dardot e Laval; 2016).

¹ Este ensaio é fruto de reflexões e conversas construídas ao longo da disciplina de “Seminário de Dissertação e Tese” (2020) ministrada no Departamento de Sociologia da Unicamp pela Profa. Dra. Bárbara Geraldo de Castro, a quem agradecemos pelas leituras atentas. Os agradecimentos também se estendem aos/às colegas da turma e ao Prof. Dr. Michel Nicolau Neto e Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri, que se dispuseram gentilmente a contribuir com sugestões valiosas. Obviamente, os deslizes presentes no texto são de total responsabilidade dos autores.

² Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Unicamp; Mestre em sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp, atualmente é doutorando em sociologia pelo Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp. E-mail: diogovalmorp@gmail.com

³ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Unicamp; Mestre em sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp, atualmente é doutorando em sociologia pelo Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp. E-mail: pedrocastropicelli@gmail.com

⁴ Acreditamos neste exercício de imaginação sociológica, pois até mesmo Achille Mbembe aponta para uma alteração social do necropoder durante a epidemia do novo coronavírus. Ver: Mbembe, Achille. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>> acessado em 2 de abril de 2020 às 13:57.

A hipótese sustentada aponta para a presença de uma epistemologia de governabilidade que incide diretamente sob a condução das variáveis sociais do problema da morte. Isto porque repertórios consolidados de símbolos e saberes são desestabilizados na experiência presidencial do sujeito médio em dar sentido à vida⁵. Este argumento ganhará força investindo-o na revisão de decisões políticas do governo brasileiro para controle de epidemias do século XIX e XX e as gestadas por entes federativos na atual pandemia. Por meio desta comparação, afirmaremos que o projeto bolsonarista de sociedade é potencialmente suicidário, possibilitando ao Brasil servir de laboratório de testes para os limites do próprio sistema capitalista. O homem médio, na condução da crise, torna sua própria precariedade regra com destreza suficiente para manejar novos repertórios neoliberais. Se setores importantes da elite nacional insistem na necessidade de aplicação da cartilha necropolítica, o tipo médio expande violentamente os limites desta concepção em nome de um projeto que não é o seu. O governo, por sua vez, não mais se limita a administrar a morte de parcelas da população, mas instado pela racionalidade de tipos médios cultivará sua própria explosão (Safatle, 2020).

São tomadas por engano, portanto, as especulações de estar em curso tão somente o gerenciamento de necropolíticas históricas do Estado brasileiro para a condução da crise sanitária. Defrontamo-nos com uma possibilidade original de gestão da nova razão do capitalismo contemporâneo na periferia do mundo, impressionando pela brutalidade até mesmo alguns de seus antigos entusiastas.⁶ O aparelho estatal está sob comando do “ator contínuo de sua própria catástrofe” (Safatle, 2020). O homem médio (Cavalcanti; Chaguri; Nicolau Netto, 2019)

⁵ A definição de tipos/sujeitos médios por ora pode ser apresentada enquanto uma noção que reúne um tipo social específico não ajustado às “elites” de seu grupo social. Isto é, trata-se, sobretudo, de um tipo de sociabilidade precária encarnada em sujeitos localizados transversalmente pelo tecido social e que confere sentido as maneiras de interpelar o mundo de uma heterogeneidade de agentes. Essa definição será trabalhada com mais vagar nas páginas deste texto.

⁶ Guimarães, Lígia. “Presidente dá cambalhota e ele mesmo escorrega”, diz FHC sobre a atuação de Bolsonaro na pandemia do novo coronavírus. BBC News Brasil, São Paulo, 11 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52610097>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

ascendeu e constrangerá todos a um projeto suicida estimulado pelas formas de subjetivação neoliberal, que apenas nas parcelas sepulcrais remeterá às similitudes da gestão brasileira das mortes. Bolsonaro arrebanha uma “catástrofe para chamar de sua” (Safatle, 2020). A sobrevivência do já frágil pacto social é colocada à prova dos novos rituais destrutivos de corpos. Esta é a originalidade do dado.

Enquanto Bolsonaro habitar o Planalto, o governo brasileiro arrastará a pandemia informado para além da fronteira do modelo necrológico habitual. Sua tendência suicidária será reinventada cotidianamente através da racionalidade de um grupo de sujeitos médios – em maioria brancos – orientadas transversalmente pela nova razão de mundo pós democrático (Dardot; Laval, 2016). Transformam-se todos em potenciais vítimas de disposições sacrificiais em nome do capital: um salve-se quem puder, da maneira como puder, rompendo com a lógica corrente de atuação estatal para implementação de políticas públicas de exício.⁷ O governo bolsonarista, ao estimular condutas da população através do aparato do Estado, abstém-se politicamente de controlá-las⁸ ensejando um original flerte coletivo com a morte na condução nacional a um projeto autoritário de poder. Nestas condições, o acirramento da racionalidade neoliberal de “generalização da concorrência como forma de conduta e da empresa como forma de subjetivação” (Dardot e Laval, 2016) é levada a cabo por um outsider em um país ao sul do mundo, no qual sua “população é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare sob hipótese alguma” (Safatle, 2020). A insistência presidencial na produção de cadáveres infectados para imunização do rebanho materializa recursos característicos da inserção de um

⁷ Gomes, Pedro Henrique. “Não sou cozeiro, tá?”, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. Portal G1 de Notícias, Brasília, 20 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-cozeiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

⁸ Maia, Gustavo. “Esse vírus é igual à uma chuva. Vai molhar 70% de vocês”, diz Bolsonaro a apoiadores. O Globo, Brasília. 03 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/esse-virus-igual-uma-chuva-vai-molhar-70-de-voces-diz-bolsonaro-apoiadores-1-24349253>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

setor expressivo da sociedade na ordem capitalista. Desta maneira, a construção de um caleidoscópio de crises⁹ enquanto conduta política do chefe de Estado empurrará o país ao precipício de uma nova razão de mundo. Este é o dado indispensável à análise: a reflexividade fatal da lógica bolsonarista combina-se à “trajetória de ilimitação” do capital (Dardot e Laval, 2016), consolidando uma nova forma de governabilidade.¹⁰

Não é sociologicamente razoável, portanto, tomá-lo como repetição ininterrupta de debates públicos tecidos durante as epidemias do império e da recém-forjada república ao ponderarmos os impactos sociais da pandemia de COVID-19. A lógica das operações de guerra empreendidas em cortiços para controle das classes perigosas, os debates sobre administração pública e higiene, sintetizadas em complexas relações entre saber e poder, são tensionadas agora em uma conjuntura informada politicamente por outros protagonistas.¹¹ No atual estágio de coisas, estes elementos informam arranjos de vida e morte mais amplos, permitindo apreender apenas fragmentariamente as diretrizes deste “experimento social”. Se revisitarmos experiências passadas em busca de recorrências para um argumento circular, incorreremos no erro de desconsiderar a novidade bolsonarista. Sobressai, assim, o risco do cotidiano ser apenas rebobinado no tempo, ignorando que Nero já empunha o violino.

⁹ Magalhães, Guilherme. Bolsonaro tem ao menos uma crise a cada 50 dias. Folha de São Paulo, São Paulo. 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/governo-bolsonaro-tem-ao-menos-uma-crise-a-cada-50-dias-relembre-dez-delas.shtml>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

¹⁰ Por governabilidade entendemos “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault apud Dardot e Laval, 2016). Neste ensaio, enfatizaremos esta noção para compreendermos o modo como a sociabilidade média de Bolsonaro tenciona à condução do Estado neoliberal para promoção de um “experimento social”.

¹¹ Não aprofundaremos o debate sobre as políticas de combate às epidemias na história brasileira, pois não é nosso objetivo, mas algumas ideias centrais acerca de tais temas. Para um debate mais aprofundado sobre as políticas de combate às pandemias na história brasileira, ver: Chalhoub, Sidney; Cidade Febril: cortiços, epidemias na corte imperial; São Paulo: Companhia das Letras; 2017.

As linhas de gênero, raça e classe¹² reguladoras das políticas públicas tanto em 1849 e 1870 – nos surtos de febre amarela –, quanto em 1904 com a varíola, em 1918 na “hespanhola” são explícitas. Todas estas experiências articularam um repertório de condução das crises apoiadas no tripé saber-poder-lucro ao fazerem política “deslegitimando o lugar [dela] na história” (Chalhoub, 2017). Em meados do XIX, por exemplo, os embates cientificistas de administração pública registravam os diagnósticos da febre enquanto uma doença tipicamente negra. Em 1870, com a desidratação da escravidão, foram retomados sob o prisma da consolidação dos processos imigratórios no projeto de embranquecimento da sociedade brasileira. A varíola e os debates de vacinação concentraram nos cortiços, “valhacouto de criminosos”, o vetor da moléstia e os corpos a serem variolizados para manter a oxigenação do novo regime republicano. A espanhola transformou o Rio de Janeiro em um grande hospital, fazendo da região serrana o refúgio das famílias de elite e das classes médias. As ponderações miasmáticas e infeccionistas, em compasso, inundavam a pauta dos periódicos informando possibilidades de tratamentos para os adoentados da capital.

Estes são os traços pelos quais as querelas mortuárias modularam problemas sociais e políticos de um Estado nacional disposto a gerir os destinos de sua população por meio de prognósticos científicos ao longo das crises sanitárias. De maneira que “a alegação de ‘cientificidade’, de neutralidade nas decisões administrativas, [trouxe] sempre em seu cerne a violência contra a cidadania” (Chalhoub, 2017, p.67). Estas ideias estimularam, por exemplo, o próprio padrão de expansão urbana brasileira. Isto é, alocando interesses privados na concessão de monopólios para a exploração de serviços públicos de saúde e transporte na onda urbanizadora do processo republicano. A conta fecha-se, grosso modo, em determinações sanitárias informadas pelos tensionamentos entre saber, poder e

¹² Tais marcadores da diferença são entendidos como categorias que conferem sentidos às experiências de sujeitos e grupos. Ao se articularem, constituem um “movimento transformador de configurações relacionais” dentro de relações “historicamente contingente e específicas a determinado contexto” (Brah, 2006).

capital. Ou, no limite, como a expressão máxima da governabilidade específica de um Estado em controlar fronteiras sociais – simbólicas e físicas – mortuárias em situações de calamidade pública.

Sugerindo um passado contínuo em nosso espectro, as tensões sobre quarentena, as relações capital-trabalho, a “gripe benigna”, a “gripe de limpa velhos”, o uso de quinino, o “cai, não cai” do Diretor de Saúde Pública, as explicações religiosas e o embate com “philosophos materialistas” habitaram discussões públicas pregressas, como as da epidemia de 1918. Se colocadas no tacho e decantadas, estas ideias reverberam o nó das políticas de vida e morte por meio da “interdependência entre o pensamento médico [científico] e ideologias políticas raciais” (Chalhoub, 2017) que permearam toda nossa formação pós-abolicionista arregimentada em políticas estatais organizadas por oligarquias burocráticas. Assim, as políticas brasileiras de combate às pandemias, mas não só, operaram calcando hierarquias sociais e de poder forjadas no liberalismo escravocrata manejado por uma hábil elite política. O risco, entretanto, é tomá-las como elemento central de análise da crise que nos rodeia. Vivemos a égide de uma nova epistemologia de comando do Estado nacional. O encaminhamento bolsonarista é o elemento insólito desta combinação autodestrutiva entre tipos médios e neoliberalismo que se choca, inclusive, com a estabilidade científica arregimentada enquanto uma das informantes históricas da necropolítica brasileira. Essa combinação permitirá vislumbrar ao circuito do capital possibilidades de expansão, não mais confinando pessoas em mundos de mortes, mas ampliando as próprias fronteiras destes universos. Trata-se, sobremaneira, de uma ruptura sociocognitiva exponencializada por outras tantas.

É bem verdade, como demonstrou Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), que a construção do aparelho estatal no país foi produto, sobretudo, da violenta relação entre grupos sociais imersos em uma sociedade de bases escravistas e latifundiárias. Marcado por sua penúria material, precariedade de ordenações e fragilidade de normativas (Botelho, 2013), o Estado recorreu historicamente à mistura de recurso públicos e privados para sua própria subsistência. A

questão é que tal condição ensejou por um lado a continuidade do exercício personalizado do poder, reafirmando o princípio da dominação pessoal de alto a baixo como elemento mais geral da regulação de relações sociais no Brasil, e por outro a tendência em imiscuir interesses privados com os públicos como norma de conduta (ibid). A governabilidade das instituições organizou-se, desta forma, como instância reflexiva da socialização precária e violenta de setores da sociedade brasileira, produzida e produzindo assimetrias de poder entre grupos e os sentidos que estes deram a elas. De modo que os lastros racialistas, misóginos e classistas herdados de nossa formação social informaram a regulação estatal – e, fundamentalmente, suas elites – na criação de “mundos de morte”, buscando reduzir os personagens de sempre “a pedaços de carne inertes ao enterro” (Mbembe, 2020). Seria um engano profundo desprezarmos esta organização social do Estado; séculos de experiências com o necropoder conferem íntima habilidade em decidir quem deve continuar ou não respirando (Safatle, 2020) ou na medição dos sacrifícios que valem mais que outros (Mbembe, 2020).

Ainda assim, ao não se tratar de uma reabilitação histórica, apontarmos apenas para as aparências ahistoricizadas da morte como fato social intransponível à conjuntura brasileira bolsonarista é incidir na confusão. Hoje, elas não são produtos exclusivos da soberania necropolítica de outros tempos. Se as pandemias emulam elementos democratizantes no poder de matar (Mbembe, 2020), descentralizando-o, como se suspenso no ar, cada sujeito torna-se potencial rastilho da morte. O Estado, por sua vez, tenta contê-los seguindo preceitos que lhe confirmam domínio sobre a expansão do problema. A condição de mártir, por exemplo, – “aquela em que o sujeito triunfa sobre sua própria mortalidade” (Mbembe, 2020) – é controlada antes que se espraie na noção de um futuro facilmente colapsado no presente. Do mesmo modo, as políticas de isolamento social podem ser lidas como regulação necrológica deste poder espalhado ao passo de tratamentos serem produzidas em laboratórios, institutos de pesquisas e universidades no intuito reassentá-lo.

Mas o que vivemos no Brasil consoante ao (des)controle da epidemia é uma “testagem social” inédita de uma subjetivação neoliberal que poderá ser realizada de maneira expandida a começar pela periferia do mundo. Lugar social no qual um homem alheio ao circuito das oligarquias reclama a possibilidade ímpar de tocar este projeto, convocando a população às ruas¹³ no intuito de averiguar os limites suportados da máquina de moer gente e do próprio sistema normativo neoliberal ativado no centro do capitalismo; um sujeito estranho às instâncias decisórias do Estado mas ligado a ele por meio da formação capitalista de uma sociedade fragmentada, excludente, violenta e com tendências autoritárias. Encaminhar a análise por meio desta particularidade possibilita compreendermos localmente as forças que tensionam os encaminhamentos do processo social da pandemia no país e da real possibilidade de implementação de um experimento social de escala global que poderá vingar.

A governabilidade do Estado brasileiro é alçada à atriz contínua “de sua própria catástrofe, [...] o cultivador de sua exclusão” (Safatle, 2020). Ao celebrar a destruição de um mundo pregresso, “acelera[rá] em direção à sua própria catástrofe” (ibid). Basta notarmos, por exemplo, que as políticas federais no combate à COVID-19 são grau máximo de expressão da lógica competitiva generalizada. Anuncia-se como alternativas públicas a imunização em rebanho, a ausência de testagens¹⁴ e equipamentos de proteção aos trabalhadores, a subnotificação de casos e óbitos, a recusa governista de concessão de auxílios emergenciais, a lotação de leitos públicos e nenhuma conduta federal de estatização de hospitais privados. A presença do governo se esfumaça por entre

¹³ Redação ISTOÉ, “Professor que participou de protesto contra isolamento morre com suspeita de Covid 19”. Isto É, 19 de maio de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/professor-que-participou-de-protesto-durante-isolamento-morre-com-suspeita-de-covid-19/>>, acessado em 19 de maio de 2020.

¹⁴ Sobrinho, Wanderley Preite. Governo não sabe o número de testes feitos nem quantos kits de covid há no país. Uol, São Paulo, 28 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/28/governo-federal-nao-sabe-quantos-testes-de-covid-19-sao-feitos-no-brasil.htm>>. Acessado em: 19 de mai. de 2020.

Faltam EPI's em todo o país. Associação Médica Brasileira, São Paulo. Disponível em: <<https://amb.org.br/epi/>>. Acessado em: 19 de mai. de 2020.

estas diretrizes. No entanto, ela se materializa no socorro ao sistema bancário¹⁵, nas pressões pela abertura acelerada da economia e no pontapé nas costas dos que se equilibram no limiar do abismo. Este projeto, dentro de uma combinação própria da racionalidade do homem médio, testará hipóteses da sobrevivência do neoliberalismo conjugando níveis ainda menores de dispêndio redistributivo e de austeridade. Sua metodologia laboratorial de testagem da morte é a da extensão do trabalho precário, remoto e com menores remunerações a faixas da população antes preservadas¹⁶, a da miséria estendida nas bordas da informalidade¹⁷; e sobretudo, a da recolocação dos limites sacrificiais de gerência do Estado na regulação capital-trabalho. Dito de outro modo, experimentamos a extensão às últimas consequências do discurso empreendedorista do novo sujeito neoliberal sob a chancela de tutoria privada da vida e da morte. Onde não cabe apenas ao Estado gestar cotas mortuárias, mas legar ao indivíduo a administração de sua própria vida e morte.

Estamos diante de uma administração estatal que executa o “ritual de liquidação de si” (ibid) em nome de um projeto que não é propriamente o dos integrantes de parte expressiva do governo. Uma epistemologia que, alimentada pela sociabilidade de sua base social – “grupos que em nome do mérito, colocam a vida privada e valores patriarcais como o cerne da vida republicana no Brasil” (Cavalcanti, Chaguri, Nicolau Netto, 2019) – potencializará a matriz violenta de

¹⁵ de Castro, Fabrício Rodrigues, Eduardo. Com crise, BC já anunciou R\$1,2 trilhão em recursos para bancos. Uol, Brasília, 23 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/03/23/com-crise-bc-ja-anunciou-r-12-trilhao-em-recursos-para-bancos.htm>>. Acessado em 19 de mai. de 2020.

¹⁶ Mendonça, Heloisa. Crise do coronavírus amplia desigualdades e inaugura novo grupo de vulneráveis, o dos com ensino superior. El País, São Paulo, 29 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-29/crise-do-coronavirus-amplia-desigualdades-e-inaugura-novo-grupo-de-vulneraveis-o-dos-com-ensino-superior.html>>. Acesso em 30 de abr. de 2020. Graça, Adjuto. Coronavírus pode levar 500 milhões de pessoas para a pobreza. Agência Brasil, Brasília, 10 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/coronavirus-pode-levar-500-milhoes-de-pessoas-para-pobreza>>. Acessado em 19 de mai. de 2020.

¹⁷ Adghirni, Samy; Marlow, Iain e Karam, Souhail. Vírus sem fronteiras ameaça 2 bilhões que vivem na informalidade. Exame, São Paulo. 05 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://exame.com/economia/virus-sem-fronteiras-ameaca-2-bilhoes-que-vivem-na-informalidade/>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

nosso capitalismo produzindo crises cíclicas para manejo do poder. A Caixa de Pandora, desobstruída em 2014, encorajou o homem médio (ibid) a vislumbrar com a participação na governamentalidade neoliberal, materializando-se na ascensão de Bolsonaro à cadeira presidencial. Uma figura desajustada aos símbolos estabelecidos pelas elites nacionais e – por consequência, transnacionais – que, em pouco ou nada, compartilhava dos seus repertórios de distinção. Elementos distantes deste universo, mas ameaçadoramente próximos da derrocada: uma heterogeneidade transversal de sujeitos livres brancos na ordem capitalista. Sua formação acadêmica, ofícios, experiências e ausência de herança (econômica ou social) se mostram permanentemente insuficientes quando comparadas às de seus pares, a despeito das inúmeras diferenças entre eles. O único repertório comum acessado por este grupo é o do mérito pessoal como recompensa à labuta moral imposta pelo constrangimento incessante da própria precariedade. “É o tipo social incapaz de se manter em posições privilegiadas ou a elas ascender sem o peso das estruturas que reproduzem a tradição. Tendo de se submeter a mecanismos de competição e seleção [...], o homem médio não pode prescindir da inércia para encontrar formas seguras de sobrevivência e satisfação das expectativas.” (ibid).

Não à toa, a fragilidade de suas bases sociais de integração condiciona a criação de recursos epistemológicos para fabulação de um mundo que se quer estático e construído a partir desta própria dinâmica. A busca por estabilidade e segurança atravessa a construção lógica de mundos facilmente classificáveis e preferencialmente inertes, mesmo arquitetado sob o signo do conflito e do esforço pessoal. São os elos frágeis de suas posições sociais que conformam o mundo fleumático desejado para si, ainda que apenas em suas especulações. Neste sentido forjam as narrativas da própria existência desestabilizando repertórios estabelecidos por outros grupos sociais. Ao criarem as próprias fronteiras – discursivas e imagéticas –, separam-se de condenados da terra, enquanto acreditam tocar o poder a partir da elaboração rumos das próprias existências. Seu lema é, portanto, exclusão para inclusão. Estas são apostas contínuas que

adotam a violência como mediação social para parirem a fórceps o dia seguinte. Os tipos médios são definidos, sobretudo, enquanto um repertório cognitivo de parcela significativa da população brasileira. Nesse ponto podemos reafirmar a transversalidade desta definição. “Esse tipo social médio não é exclusivo das classes médias, nem se reduz apenas aos homens, embora aí esteja sua expressão mais acabada. O sentimento de ameaça e fragilidade talvez seja o ponto-chave de sua amplitude [...] como fenômeno social.” (ibid)

Suas vidas são palpites apostas nos limites do possível – e do impossível. Não há chances de inserção e construção de uma biografia desprezados os riscos, posta a fragilidade social como condicionante das experiências de estarem no mundo. Viver não passa de uma promoção constante de crises para elaboração racional de outras como prova de eficiência. Por ser uma experiência inédita de ascensão ao poder no Brasil, a tentação de tomarmos o bolsonarismo como um desvario amador de condução da crise sanitária confirma a sua complexidade ao passo de esconder a compreensão dos encaminhamentos históricos dados pelos tipos médios no capitalismo. No limite, suas condutas são de auto-preservação e, por esta mesma razão, não titubeiam em aderir às ideologias fascistas, nazistas, integralistas e eugênicas – práticas de exercício de poder descendente – para encaminharem sentidos ao cotidiano. A sociabilidade mediana é, por definição, suicidariamente instável. E, antes de mais nada, contínua aposta na ameaça para elaboração de seu repertório moral. É nesta conjuntura política que o neoliberalismo se desenrola em um país comandado por um tipo social desabitado à lida do poder expandido. Por entusiastas da meritocracia e do darwinismo social que confiam sua sobrevivência às supostas aptidões corporais frente a peste, legando às mortes o domínio da fatalidade, sem qualquer tipo de interferência na rota do vírus. Aparelhado institucionalmente por sua família – ampliada –, dará as costas a qualquer repertório estabelecido de conduta contrário aos sentidos conferidos à própria vida. Assim, dialogam cada vez mais com os pares, recalçando fronteiras e reposicionando hierarquias sociais; estreitando

cada vez mais sua visão monofocal e arbitrária de mundo: a-democrática, isto é, forjada em desconsideração aos repertórios sobre democracia e igualdade.

O homem médio no poder encaminha a tragédia periférica anunciada pela nova razão contemporânea do capitalismo. Bolsonaro marca “um tipo de brasileiro que se sentia acuado há bastante tempo. E particularmente nos últimos anos. Uma gama de pessoas – especialmente homens brancos heterossexuais – que tiveram a trajetória confrontada por outros sujeitos sociais afirmando direitos e sonhos.” (Brum, 2019). São eles comerciantes, pequenos e médios empresários, varejistas, autônomos. Luciano Hang, Júnior Durski, Alexandre Guerra ou o proprietário de um negócio no interior de algum estado da federação. Não tomam parte da confraria do grande capital ou de setores da elite brasileira, mas se afeiçoaram à subjetivação neoliberal tal qual sua formação social os impeliu a se criarem na ordem capitalista (ver: Franco, 1997). O que a base social governista estimula é o confronto com a morte no intuito de recuperar seu prejuízo, recorrendo fundamentalmente a narrativas de moralidade nem que isto lhe custe a vida. Primeiro, pois não confrontará o próprio sistema às últimas consequências; é ele que orienta sua conduta de existência e sua sustentação no Estado. No mais, os tipos médios corroboram facilmente com o horizonte das estratégias neoliberais, isto é, a de criar situações de mercado (Franco, 1997 e Dardot; Laval, 2016) e competição pessoalizada. Segundo porque não são capazes de mobilizar recursos suficientes para manejar a gramática do poder em torno de consensos; assim recorrem às demissões ministeriais, à fábrica de notícias falsas, à criação de palanques eleitorais frente ao cercadinho do Planalto, alianças com o espectro centrista, concessões ao capital financeiro, carreatas pela abertura do comércio, etc. Por fim, a narrativa de estar no mundo enquanto pessoa (Franco, 1997) constrói seus altares e se embrenha nas práticas de dar sentido aos processos sociais, tornando ilusório acreditar que abnegarão dela em nome de uma solução coletiva.

O entendimento que fazem da noção de “direito”, por exemplo, é reveladora da interferência da fragilidade em suas experiências de se situarem

em um universo de dinâmicas complexas. É por meio desta materialidade de estar no mundo que conseguem dar nomes às próprias expectativas. Não cabe à análise sociológica, portanto, compreender o governo deslocando seu movimento político para as esferas do sadismo, ingerência ou crueldade – por mais que estas suas características sejam evidentes. Mas de perceber que todas elas são informadas por um nível de pessoalização violenta dos tipos médios, compartilhada por muitos brasileiros: é este “o princípio mais geral da coordenação das relações sociais” que estabelecem para si. (Botelho, 2013). Construídas em alicerces frágeis, são marcadas pela violência no foro mais íntimo. Neste sentido, os afetos dão o tom político da ilusória ausência da esfera federal na condução da crise do novo coronavírus. Em síntese, nosso argumento consiste em perceber que a necropolítica não pode ser levada a rigor por este tipo, pois a semântica mediana é um entrave à sua elaboração tradicional. Abrir mão da gestão da morte transformou-se em política de um Estado neoliberal periférico guiado por um homem médio. No entanto, sua lógica, mesmo não sendo a que tradicionalmente chamamos de necropolítica, não deixará de operar no aprofundamento das distâncias sociais em torno de marcadores sociais da diferença, nem da produção de cadáveres marcados por gênero, raça e classe. Agora, a gestão mediana da morte espriará esse poder decisório a todo conjunto populacional ao passo de possibilitar a execução de um novo sistema normativo onde os indivíduos regularão os destinos da matança.¹⁸

O que o argumento exclusivo à necropolítica encobre é a possibilidade de uma nova organização neoliberal ao Sul do mundo, justificada precariamente pelo argumento da inevitabilidade do mal e do autogoverno do indivíduo. Não se trata de loucura, nem de “paranoia social” (Safatle, 2020). Se o projeto bolsonarista for mal sucedido, a justificativa federal será depositada nas contas

¹⁸ De forma alguma, estamos sinalizando o fim dos impactos causados pela necropolítica brasileira. É certo que ao final da pandemia os dados nos confirmarão as características sociais destas mortes. No entanto, a gestão bolsonarista não opera mais no sentido tradicional e isto causará um impacto ainda maior à tragédia brasileira anunciada há tempos, seja no número de mortes por Covid-19 ou por outras razões.

de estados e municípios. E o tamanho da ruína de nosso insipiente processo civilizatório será percebido quando, no futuro, os acusados pelo insucesso anunciado se defenderem alegando a prática *stricto sensu* da lógica necropolítica.¹⁹ Se reduzidos os impactos, encontraremos aos montes argumentos contrários à compressão bolsonarista escorada na defesa da cartilha brasileira de gestão de corpos historicamente colocada nos debates públicos. É sintomático perceber que a dissonância entre guerra dos entes da federação ao coronavírus e ao governo federal se baseiam na própria cumplicidade com o capital. Entretanto, dois processos se apresentam: a defesa da “contrarrevolução preventiva” avisada por Florestan Fernandes (o controle burocrático e racional de uma guerra civil nunca declarada) e a aplicação de uma nova subjetivação neoliberal combinada ao bolsonarismo (que desloca a necropolítica).

Não se trata de humanizarmos o capital na defesa irrefletida dos modelos de políticas de isolamento social ou de assistência de saúde pública tal qual têm sido levadas a cabo por estados e municípios. A crença de que suas medidas visam salvar vidas pela maneira como a crise tem sido conduzida, mesmo quando dissonante da prática federal, não é aceitável.²⁰ O colapso das políticas públicas de saúde não é hodierno. As justificativas para corpos mortos nas ruas e valas comunitárias são timbradas tanto de um lado, quanto de outro, há tempos.²¹

¹⁹ Se tomarmos como exemplo as políticas de isolamento social dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, perceberemos que estes sins estão tomando como normativa às necropolíticas: desassistência às populações de maior vulnerabilidade e o genocídio destas mesmas, seja pelo vírus ou pelos motivos cotidianos. Ver: Lemos, Marcela. Adolescente João Pedro é morto em operação no Rio; família critica polícia. Uol, Rio de Janeiro, 19 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/19/adolescente-de-14-anos-e-morto-em-operacao-policial-no-rio-de-janeiro.htm>>. Acessado em 19 de maio de 2020; Gortázar, Naiara Galarra. Coronavírus chega às favelas brasileiras com impacto mais incerto que nas grandes cidades. El País, São Paulo. 05 de abr. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-05/coronavirus-chega-as-favelas-brasileiras-com-impacto-mais-incerto-que-nas-grandes-cidades.html>> . Acessado em 19 de maio de 2020.

²⁰ Arias, Juan. O coronavírus dos ricos e o coronavírus dos pobres. El País, São Paulo. 21 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-21/o-coronavirus-dos-ricos-e-o-coronavirus-dos-pobres.html>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

²¹ Com cemitério superlotado, Manaus enterra vítimas em valas comuns. O Globo, Rio de Janeiro. 21 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-com-cemiterio-superlotado-manaus-enterra-vitimas-em-valas-comuns-24386039>>. Acessado em 19 de maio de 2020.

Os caminhões frigoríficos apenas expõem as consequências do capitalismo nas suas bordas. Trata-se, entretanto, de percebermos a existência uma nova epistemologia governamental. O que se espraia nas esferas estaduais é a tentativa de minorar – sob a incredulidade desta nova subjetivação neoliberal que cedo ou tarde será comprada pelas oligarquias brasileiras – as consequências imediatas de um sistema que dormiu gestando a morte e amanheceu com a possível perda de seu controle por conta do vírus. No governo federal brasileiro, entretanto, a aproximação coletiva com a morte é a marca desse experimento *in vitro* da nova razão do capitalismo contemporâneo, capitaneado por um elemento suicida que forja historicamente sua lógica de sociabilidade em compasso aos sistemas normativos do capital. É sob esta face original que compreenderemos o novo experimento conjugado às expectativas de um futuro que se insinua na nova razão capitalista ao sul da teoria. Neste sentido, alcançar as bases sociais do bolsonarismo como “um horizonte imaginativo específico” (Maia, 2009) nos encaminha para compreendermos a quente a expansão do “flerte contínuo com a morte” (Safatle, 2020) tendo em vista que está em curso no Brasil também um experimento expandido da nova razão do capitalismo contemporâneo.

E a nova subjetivação neoliberal aflora afinidades significativas com a experiência mediana de estar no mundo. Esta racionalidade vem triunfando ao produzir formas de relações sociais, maneiras de viver e certas subjetividades que colaboram para a “generalização da concorrência como forma de conduta e da empresa como forma de subjetivação.” (Dardot e Laval, 2016) Ao aprofundar o governo do indivíduo, ela arquiteta repertórios de valorização da vida como uma “perpétua gestão de riscos” e desmoraliza o Estado ao afirmá-lo como destruidor das virtudes da sociedade civil. Aquele, por sua vez, “não é mais o guardião vigilante desse quadro; ele próprio, em sua ação, é submetido a norma de concorrência.” (ibid) Assim este repertório confere à epistemologia dos tipos médios destreza suficiente para colocar em circulação as regras do jogo em meio à pandemia, inicialmente com mais habilidade que as oligarquias habituadas a manejar heranças com contenção de riscos no Brasil. Isso não implica que

estes sujeitos tomarão parte das benesses do jogo, mas indica apenas que são mais socializados e disponíveis para fazer o trabalho pesado das estratégias neoliberais. Por essa razão, não se pode confundir a representação ideológica com a normatividade prática deste sistema normativo. A oposição do grande empresariado e rentistas é à forma²² e aos riscos em que este projeto é conduzido, e não ao seu conteúdo e consequências em si.²³ A elite brasileira, inatingível pelo vírus por ser a única a manter-se no isolamento, exprime relativo desconcerto ao perceber não é ela quem conduz diretamente este projeto²⁴, entretanto, ela sim sabe que “toda crise é cheia de oportunidade”²⁵. São as nuances históricas que possibilitam que, pelas mãos dos homens comuns, esse experimento seja testado, encontrando base social com expertise em manejar racionalidades adocráticas. Neste sentido, é interessante atentarmos para um arsenal discursivo acessado pela “unidade contraditória” (Franco, 1997) deste sistema normativo entrecruzado de homens médios e capital: o da fome como “dispositivo de recompensa e punição, sistema de estímulo e desestímulo” (Dardot e Laval, 2016).

Se a gestão de mortes é tradicionalmente o sustento do necroestado para afastar sua prática autodestrutiva – e aí está a tentativa de quarentena para não deixar dúvida –, a lógica bolsonarista opera a crise exatamente em sentido contrário das práticas globais de contenção da pandemia. O cálculo pessoal entre estar faminto ou asfíxiado propõe revisar consensos mínimos de humanidade

²² Paulo Marinho: “Eu nunca ouvi Bolsonaro expressar a palavra obrigado a alguém”. Fórum, São Paulo. 17 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/paulo-marinho-eu-nunca-ouvi-bolsonaro-expressar-a-palavra-obrigado-a-alguem/>>. Acessado em 18 de maio de 2020.

²³ Silveira, Daniel; Gerbelli, Luiz Guilherme; Salati, Paula e Martins Raphael. Falta de coordenação no combate ao coronavírus prejudicada a retomada da economia, apontam empresários. Portal G1, São Paulo. 18 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/18/falta-de-coordenacao-no-combate-ao-coronavirus-prejudica-retomada-da-economia-apontam-empresarios.ghtml>>. Acessado em 18 de maio de 2020.

²⁴ Solano, Ester. “Elite limpinha não gosta da barbárie de Bolsonaro, mas adora a de Guedes”. Carta Capital, 14 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/elite-limpinha-nao-gosta-da-barbarie-de-bolsonaro-mas-adora-a-de-guedes/>>. Acessado em 20 de maio de 2020.

²⁵ Jorge Paulo Lehmann em entrevista ao O Globo. O Globo, 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/jorge-paulo-lehmann-que-eu-gosto-mais-que-toda-crise-cheia-de-oportunidades-24375730>>. Acessado em 20 de maio de 2020.

entre sujeitos, repondo um repertório de estratégias neoliberais com sanções não mais de mercados ou de governos, mas morais. É interessante que Auguste Comte (Lévi-Strauss, 2009) já equacionava este problema dividindo animais em três categorias: as ameaças ao homem, os alimentos do homem e, por fim, os seus amigos. Estas relações de solidariedade afirmavam os primeiros como alimentos de segundos e terceiros e, no limite, o grupo de número dois podendo se alimentar de três a depender das condicionantes sociais. A chave do argumento é que o ajuste dos fluxos da cadeia alimentar estaria condicionado à constatação do excesso de animalidade que seria prejudicial a determinado grupo (ibid). Imagetivamente, é esta novidade sob a perspectiva de homens médios: um experimento expandido de (re)humanização para além da necropolítica dando vazão à nova subjetivação neoliberal.

A personificação da escolha entre morte por infecção ou por inanição é um dos elementos da leitura de mundo arregimentada pela sociabilidade mediana bolsonarista e das racionalidades do empresariamento de si; a fome – e seu aspecto social de reconhecimento de humanidade – transparece no repertório desta combinação suicidária e também na face mais cruel do capitalismo no Brasil. A noção de “pessoa” (Franco, 1997), mobilizada com violência avassaladora na figura presidencial, encontra base social em extensões significativas da população. Obviamente, ela sofrerá resistência momentânea das elites brasileiras, sob o argumento de preservação da vida enquanto não atinja seus interesses. É esta diferença epistemológica entre interpretações de mundo a serem explicitadas nas tentativas de compreensão do desastre social em curso no Brasil 2020 e do neoliberalismo em escala global. Nossas experiências parecem estar descompassada às mundiais, onde os governos assumem a dianteira da crise, pois além de historicamente enfrentarmos entraves à consolidação de um Estado de bem-estar social, estamos sob a epistemologia de uma figura desabituada à instância ocupada e que lhe vê cair ao colo a possibilidade de conduzir a nação.

É notório, assim, que as fronteiras serão aprofundadas sob o signo da individualização da fome – problema clássico das populações ao sul do mundo;

entre quem terá o que comer a curto prazo e os que não, opções justificadas por meio de um sistema normativo original (Dardot; Laval, 2016). O campo discursivo do mérito e da dedicação sacrificial ao trabalho será ativado à força na tentativa de lançar o Brasil ao suicídio, alimentando a própria lógica da sobrevivência como escolha pessoal. Esta reflexividade entre homens médios, ideias e experiências de estar no mundo confere expertise ao presidente convencer seus pares da continuidade acirrada do neoliberalismo. Ao que nos resta de humanidade, será imperioso nortear um projeto universalista de redistribuição de renda, antes que o experimento neoliberal suicidário concretize sua proposta sob a face mais desprezível do autoritarismo: a de um homem comum.

Referências bibliográficas

BOTELHO, André. Teoria e História na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova*, São Paulo, 90: 331-366, 2013.

BRUM, Eliane. Jair Bolsonaro: o homem mediano assume o poder. *El País*, 4 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html>

CAVALCANTI, Sávio; CHAGURI, Mariana; NICOLAU NETTO, Michel. O conservadorismo liberal do homem médio. *Época*, 9 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/artigo-conservadorismo-liberal-do-homem-medio-23358236>>

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018. 250 p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. 413 p.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo, SP: UNESP, c1997. 254 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos Avançados*. Vol. 23, n. 67, p. 211-216. 2009.

MAIA, João Marcelo Maia. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.24, número 71, 2009.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios* - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, número 32, 2016.

SAFATLE, Vladimir. *Bem-vindo ao Estado suicidário*. Pandemia Crítica. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

O CARISMA INCIVILIZADO DE JAIR BOLSONARO: A POLÍTICA DO RESENTIMENTO NA PANDEMIA

Caio César Pedron¹

Nos últimos anos, o conceito de carisma foi retomado para interpretação dos novos movimentos de direita. Seu resgate do cânone sociológico de Max Weber (1864-1920) é feito, muitas vezes, de maneira fortuita, sem as considerações históricas e críticas para uma verdadeira reinterpretação do conceito construído para explicar o poder de magos, sacerdotes e dos profetas do antigo testamento. Este trabalho tem por objetivo discutir a releitura do carisma empreendida por Richard Sennett, relacionando-o à raiz original weberiana e empregando-o na análise da política do ressentimento de Jair Messias Bolsonaro em plena crise social proporcionada pela pandemia de COVID-19.

Prelúdio teórico: a inesperada virtude do carisma

Denominamos “carisma” uma qualidade pessoal considerada extra cotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extra cotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder” (Weber, 1994, p. 158).

Essa é a descrição básica do conceito de carisma como esboçada em *Economia e Sociedade*, o compêndio de tipos ideais weberiano², e utilizada na

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas; Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, orientado pelo professor Fabio Mascaro Querido. E-mail: caiopedron99@gmail.com

² O trabalho de Tenbruck é pioneiro em salientar essa relação entre os dois grandes projetos tardios de Max

crítica reconstrutiva do conceito operada por Sennett (2014). Para este, nem Weber e nem Freud tinham percebido o caráter trivializador do carisma – em termos weberianos, o caráter cotidiano – e isso fez com que ambos vissem o carisma como atitude da liderança em tempos de crise, contingencial, e que não se sustentava histórica ou estruturalmente³.

Isso se deu porque Weber e Freud procuraram explicar valores e crenças transcendentais por suas naturezas eminentemente seculares (interesses objetivos e ideais/traumas psíquicos subjetivos); e ambos eliminaram da raiz rotineira e racional da sociedade o carisma, pois pertenceram a uma geração burguesa que acreditou no caráter positivo da racionalidade em contraposição ao irracional, emocional e pessoal. Para Sennett a diferença básica entre os dois estava posta na ideia de que Freud acreditou que o líder carismático construía a ordem e Weber, por sua vez, acreditou no contrário, o líder destruía essa mesma ordem, piorava o caos, e só poderia garantir alguma estabilidade quando o seu poder fosse rotinizado, ou seja, quando o carisma fosse destruído em sua fonte pessoal (Sennett, 2014).

A morte do carisma pela rotinização (Sennett, 2014) é efeito natural da racionalização de um fenômeno extracotidiano, que vai adquirindo contornos tradicionais ou legais burocráticos conforme a orientação do seu desenvolvimento. O carisma pode ser “transmitido”: a) pela escolha da comunidade; b) designação do chefe; c) pela hereditariedade; d) por revelação de oráculo (pessoa competente); e) ou pela “ideia de que o carisma seja uma qualidade (originalmente mágica) que, por meios hierúrgicos de um portador dele, possa ser transmitida para outras pessoas ou produzida nestas: objetivação do carisma, particularmente carisma de cargo” (Weber, 1994, p. 163).

Weber. TENBRUCK, Friedrich H. “The Problem of Thematic Unity in the Works of Max Weber.” *The British Journal of Sociology*, vol. 31, no. 3, 1980, pp. 316–351.

³ Para Weber o carisma é um fenômeno histórico, pode ser tipificado, mas tem características circunscritas ao seu contexto de “aparição”. Para Freud o “carisma” é elemento estrutural de toda e qualquer sociedade humana, uma espécie de válvula de escape quando a ordem social está em perigo.

Vale a pena reconstruir o carisma do próprio Sennett em seu desenvolvimento histórico: para o autor, o carisma de Freud e Weber era irracional e efêmero, logo não poderia produzir qualquer tipo de atividade cotidiana, rotinizada, sem que perdesse o seu poder de mobilização; contra isso Sennett apresenta a sua leitura de carisma: ele seria um poder “trivializador” constituído para garantir que houvesse estabilidade social e, longe de ser contingente, precisaria operar continuamente para manter a sociedade coesa ao entorno de suas lideranças que guiariam-na. Aqui o exemplo comparado de Savonarola pode ser retomando: o pregador incendiava a multidão, fazia com que eles se sentissem culpados de suas iniquidades, mas esse sentimento de culpa provocava uma condução da vida renovada e permitia uma reação do público; enquanto que os discursos inflamados de uma Lamartine (Nixon, Wallace e McCarthy) provocavam o seu oposto, a neutralização narcotizante do espírito violento da massa. Enfim, ambos “trivializavam” a experiência política, mas o primeiro conduzia os homens à ação e os segundo à omissão.

Para Sennett, o carisma incivilizado do homem público é um bom exemplo da transformação perpetrada pela invasão da esfera da intimidade no espaço público, pois nos séculos XVI e XVII europeus havia se desenvolvido uma forte separação entre público e privado e, com ela, uma valorização das expressões públicas e de códigos de credibilidade que requeriam a suspensão da realidade imediata; com isso, entrava em cena um espírito que fortalecia a imaginação e a fantasia política. Havia certa homologia entre a rua – espaço dos demagogos políticos – e o teatro, onde se interpretava um papel com alguma transcendência fantasiosa daquilo que se representava.

Entre os séculos XVIII e, principalmente, no século XIX, haveria ocorrido uma mudança substancial nessa relação entre público e privado. O primeiro é estigmatizado como falso, inverídico, perigoso e, por isso, o binômio se torna antagônico ao invés de relacional. Pois a esfera privada deslindou para uma “cultura governada pela crença no imediato, no imanente, no empírico, rejeitando como hipotética, mística ou “pré-moderna” a crença naquilo que

não pode ser diretamente experimentado” (Sennett, 2014, p. 443). Na teoria de Sennett foi esse rompimento entre a ficção pública e a realidade privada que produziu o carisma moderno, incivilizado por ser extensão das relações e dos valores privados para o ambiente da experiência pública, assim sendo:

O carisma moderno é uma arma defensiva contra o julgamento impessoal do Estado que poderia levar a exigências de transformação. A defesa funciona por meio do poder de disfarce, projetando as motivações dos líderes; funções rotineiras comuns do Estado ficam, desse modo, mantidas [...] Quando os deuses estão mortos, o momento arquetípico da experiência carismática é o momento de votar em um político “atraente”, mesmo quando não se concorda com a sua política (Sennett, 2014, p. 442).

E os políticos aprenderam facilmente que não é aquilo que eles fazem, mas aquilo que sentem e que expressam ao entorno de uma cultura de sentimentos o que provoca maior atenção, interesse e desejo por parte dos eleitores. Essa nova forma de relação entre a esfera pública e privada evoca um novo tipo de liderança política e uma nova relação com o seu público: emerge como líder carismático o político do ressentimento que é antissistêmico e destrutivo, uma expressão acabada da pulsão de morte. O ressentimento que depreende dessa personalidade e é inculcado nas massas tem duas características básicas: a) é antiurbano, ou seja, é crítico das relações incestuosas, imorais e impessoais da cidade, portanto, em alguma medida, anticívico; b) é meritocrático, no sentido bem conhecido no Brasil, naquilo que tange ao uso do mérito como ferramenta de crítica às instituições sociais, ao Estado e as classes que seriam séquitos de prebendeiros, exploradores prontos a roubar os direitos do pagador de impostos, ou seja, a culpa pela inépcia pessoal é projetada em um bode expiatório.

Entretanto, uma questão se torna central na legitimação do líder que faz sua carreira através da política do ressentimento é: se esse político é bem sucedido em angariar o apoio da massa de ressentidos e é eleito por repetidas vezes com seus familiares e próximo, como poderia continuar mantendo a ficção de que é

um igual dentre os ressentidos? Só poderia ser através dos desvios de atenção que ele provoca em sua plateia direcionando-a para questões morais íntimas (ou de moral pública) e não para suas próprias ações (e omissões). Engana-se, porventura, aquele que vê no líder mero aproveitador, ele de fato acredita no seu discurso, a personalidade do líder que é cultivada pelos seus apoiadores e eleitores é uma ilusão compartilhada pelo político que acredita que é aquilo que vende ser.

Os novos meios de comunicação do século XX fortaleceram essa relação apática e narcotizante entre os eleitores e o político carismático. Se antes eram necessários grandes comícios, show pirotécnico e um verdadeiro ritual no espaço público – para assistir passivamente a um discurso de exposição da intimidade⁴ do líder –, agora, a televisão pode transmitir isso, o rádio também, garantindo que as pessoas experimentem as decisões políticas no conforto do próprio lar, assistindo ou ouvindo o líder enquanto passam um café ou entre o jornal e a novela das nove.

É neste contexto que se encaixa a última característica do carisma incivilizado do século XX, o sistema do estrelato. Para Sennett, por alguma razão, haveria uma homologia estrutural ou afinidade eletiva entre o palco e as ruas como nos tempos da ascensão do homem público. Mas, agora, este mecanismo estaria a serviço da produção de um superstar que acabaria detendo o monopólio do carisma, relegando um papel de coadjuvante para a grande maioria dos políticos e reduzindo o papel importante da seleção dos quadros políticos e da agenda partidária a escolha de um grande líder.

Este texto se insere em um esforço de compreensão da realidade política à luz da nova configuração social resultante da pandemia do novo coronavírus.

⁴ “O Triunfo da Vontade”, filme de Leni Riefenstahl, mostra esse ímpeto por exposições públicas ritualizadas, na cultivação de um senso quase primitivo e religioso da multidão para com o Fürher. Este que representa diante do público os seus sentimentos, mas incontidos, se expressa de maneira tão verdadeira e, ao mesmo tempo, tão controlada e ritmada por uma técnica maligna. Hoje o líder não precisa de toda essa sofisticada exposição, pode gritar alguns palavrões para os jornalistas na frente do Alvorada, enquanto é aplaudido por um fragmento representante da “sua massa” presente no “cercadinho”.

A doença resultante do vírus Sars-Cov-2 deixou seu rastro de morte no mundo inteiro e alcançou o terrível número de 34 mil mortes – um morto por minuto⁵– em sua trajetória ascendente no Brasil. A situação limite a qual nos encontramos gabarita o exercício intelectual como certa dose de resistência⁶ diante da barbárie e do morticínio produzido pelo fenômeno extracotidiano; é uma tentativa de, nos marcos do pensamento sociológico, tentar capturar a realidade diante do caótico, insano e depravado momento de dor que milhares de pessoas experimentaram e continuam a experimentar em junho de 2020 no Brasil.

O objetivo principal, nas próximas páginas, é o de tentar adaptar a tese do carisma incivilizado de Richard Sennett (2014) à política da personalidade de Jair Messias Bolsonaro, apontando os limites e as possibilidades do uso reinterpretado de um conceito tradicional da sociologia. Para tanto, analisaremos o discurso e as ações do presidente diante da crise de saúde pública produzida pela pandemia, contrastando as reflexões teóricas do carisma incivilizado as expressões públicas de Bolsonaro. A escolha da crise política proporcionada pelo surgimento da pandemia fortalecerá a percepção tanto da forma como se pratica essa modalidade expressiva de autoridade quanto dos limites possíveis de legitimação pessoal do poder quando uma crise externa põe em xeque o jogo de cena da intimidade ressentida.

A intimidade tirânica do carisma incivilizado

A política do ressentimento serve como uma luva na personalidade autoritárias de Jair Bolsonaro e está presente tanto em seus discurso de

⁵ Coronavírus mata mais de uma pessoa por minuto no Brasil. Folha de São Paulo. São Paulo 05 jun. 2020. Capa. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/coronavirus-mata-mais-de-uma-pessoa-por-minuto-no-brasil.shtml>>. Acesso em 05/06/2020.

⁶ De modo algum quero dizer, com essas palavras, que o trabalho aqui exposto ambiciona o título de peça de resistência ao caos imposto pela inércia política do governo. Quero dizer, isso sim, que é uma resistência diante da dor provocada por essa pandemia; resistência do pensamento diante da insanidade da vida cotidiana expressa em cada minuto por mais um corpo em uma cova rasa. Enfrentar essa necropolítica do estado suicidário é, antes de tudo, um exercício de manutenção da sanidade em um contexto de isolamento social ininterrupto.

crítica antissistêmica “a tudo que está aí” quanto na sustentação de narrativas fantasiosas⁷ através da quais o presidente passa a ser um herói perseguido pelo establishment, como neste trecho: “Poderosos se levantaram contra mim e é uma realidade. É uma verdade. Eu estou lutando contra o sistema, contra o establishment. Coisas que aconteciam no Brasil praticamente não acontecem mais”. (Bolsonaro, 2020a, n.p).

O mérito ressentido da plateia era estimulado pelas invectivas do deputado do baixo clero contra os poderosos de Brasília, contra a esquerda – que se espalhava em um grande leque, do PSDB ao PT passando por alguns quadros do PMDB – e contra o poder judiciário, àquele que poderia ser fechado com apenas “um cabo e dois soldados”⁸. Também atacava os programas sociais de redistribuição de renda, assistência social e as políticas que atendiam minorias, para ele pobres e ricos oprimiam o pagador de impostos que se via achatado diante da onerosa carga tributária nacional. O discurso antiurbano, lado B da política do ressentimento, também está presente, mas agora com uma fachada renovada, colocando forte ênfase na violência urbana⁹ e na criminalidade da cidade que seria o grande problema do país.

O sistema do estrelato na era digital perdeu boa parte de suas características centrais, a internet segmentou aquele poder que antes estava concentrado na indústria cultural e reduziu a importância de telejornais e marqueteiros na

⁷ Aproveito a passagem para agradecer ao querido amigo Felipe Resende Simiqueli que fez a leitura deste texto e discorda amigavelmente da ideia de que o caráter antissistêmico de Bolsonaro é fantasioso. Talvez a teoria de Sennett tenha induzido minha interpretação a considerar esse aspecto antissistêmico como um devaneio de Bolsonaro, quando ele é, na verdade, um outsider mesmo que tolerado pela classe política que lhe ajudou a se eleger.

⁸ A frase de seu filho 02, o deputado Eduardo Bolsonaro, se assemelha por completo com aquela que foi proferida por Jânio Quadros e anotada na memória de Afonso Arinos de Mello Franco. Contudo, para Quadros, era o Congresso que poderia ser fechado pelos três militares de baixa patente e não o supremo, como na frase de Eduardo. Ver: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Planalto: (memórias). Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1968.

⁹ Os programas de TV que procuram emular esse ódio ao crime e ao criminoso estão em praticamente todos os canais, encontrei inclusive em canais religiosos (pasmem!). Personagens como Datena, Sikêra Jr, Marcão do Povo, Dudu Camargo (uma mistura de Sílvio Santos e Datena), alegam as manhãs do “jornalismo” com um tipo de informação formatada para estimular os sentimentos de medo e ódio na população.

formação de uma campanha vitoriosa. Contra o líder analógico – porque projetado em uma era anterior à emergência da Internet – surge o influenciador digital, a “musa fitness” ou o famosinho do Instagram. Em uma “cultura de personalidade” descentralizada, os códigos de credibilidade são influenciados por novas métricas que avaliam as quantidades de curtidas, visualizações e comentários, tomados como formas de engajamento em uma publicação.

Em 2018, no Brasil, vivemos uma luta política singular: o líder carismático analógico, Luís Inácio Lula da Silva, enfrentou o seu adversário carismático virtual em um processo eleitoral polarizado e judicializado politicamente. A derrota daquele que recebeu a legitimidade “adquirida por designação” (Weber, 1994, p. 162) – vulgo poste – confirmou a queda da hegemonia do carisma pop analógico e o início de um outro carisma, que se fazia não mais pela união de todo o povo no corpo transferencial do líder (Ab’Sáber, 2011), mas sim pela seleção das parcelas que seriam consideradas “o povo” ao qual o presidente iria representar.

Aqui é preciso fazer um pequeno parêntese explicativo: se a cultura da personalidade e a política do ressentimento são ambos registros necessários do carisma moderno, o que diferencia o carisma incivilizado de Lula para o de Bolsonaro? A ideia do carisma pop de Ab’Sáber (2011) pode nos ajudar. O carisma de Lula era uma força de “trivialização”, sem dúvida, mas o desvio que provocava era um desvio de unificação das diferenças coletivas em seu “corpo transferencial”, o entorpecimento era produzido pela ideologia consumista que mantinham todos felizes e “cada um no seu quadrado”. O carisma bolsonarista surge na esteira da crise de legitimidade da promessa de “capitalismo para todos”, é a reafirmação da diferença em nome da igualdade, mas não a igualdade de todos, somente a daqueles que são considerados por ela a “maioria”. O seu carisma é, portanto, a negação do carisma pop lulista pela intensificação da sua incivilidade e pelo fortalecimento de uma “qualidade carismática” de estilo mais weberiano, assentado na segmentação e no fluxo explosivo de conteúdos das redes sociais.

O recente trabalho de Letícia Cesarino (2020) demonstra a importância da Internet para a campanha de Bolsonaro: diferente da televisão, as redes sociais e os aplicativos de comunicação produziram uma série de novas formas de engajamento político e de estímulos a participação que colocam sérios problemas a ideia de passividade que, por sua vez, sustenta a teoria – ainda analógica¹⁰ – do carisma incivilizado. A autora apresenta a ideia do corpo digital do rei (CESARINO, 2019, p. 533) que teria sido fundamental para a eleição após o atentado¹¹, pois estimulou os possíveis eleitores a se engajar na campanha digital produzindo o efeito oposto a desincorporação da plateia; assim, o corpo transferencial do carisma analógico é substituído pelo corpo digital, que reincorpora a plateia no agir em nome do “rei”. Essa “nova política” prescindia de qualquer virtude pública:

Se na sua versão analógica a eficácia do populismo dependia pesadamente do carisma pessoal do líder, em especial sua capacidade oratória (Cesarino, 2006), na versão digital o líder distribui o próprio mecanismo populista para seus seguidores, que passam a reproduzi-lo de modo espontâneo. (Cesarino, 2020, p. 104-105).

Aqui podemos retomar à discussão proposta por Sennett no que tange a relação entre visibilidade e invisibilidade na cidade. Se o homem da multidão se torna invisível, mesmo estando sob a mirada de milhares de olhos, na pólis desincorporada o homem se torna visível mesmo que esteja invisível de todos esses olhos. A sensação de segurança fortalece o ímpeto de se dizer “aquilo que se pensa” de discursar com paixão nas redes sociais e usar de todo tipo de estratégia – da caixa alta ao achincalhe pessoal – para “vencer” a tia, prima ou

¹⁰ Chamo de analógico os meios de comunicação anteriores ao advento da internet, sentido que foi muito usado pelos meios de comunicação na passagem da televisão do modo “analógico” para o “digital”.

¹¹ “A remoção do corpo físico do candidato do espaço público após o atentado levou à sua rápida substituição por um corpo digital formado por seus apoiadores. A eficácia eleitoral foi clara: imediatamente após a facada, o candidato saiu com grande fôlego da marca dos 20% em que vinha se mantendo até então, para a partir daí chegar progressivamente aos 56 milhões de votos que lhe garantiriam a vitória.” (Cesarino, 2019, p. 533).

conhecido. Muito diferente da impessoalidade de uma esfera pública renovada, as redes sociais se tornaram um repositório da intimidade esvaziada.

Durante a crise da COVID-19 o enfrentamento com a mídia e a luta com governadores, prefeitos e ministros, ganhou força como meio de desviar a atenção do problema real. Enquanto as suas redes produziam representações que emulavam a iconografia cristã¹², o presidente vinha a público, durante a transmissão de pronunciamento em cadeia nacional, para defender a retomada imediata das atividades e para criticar o pânico infundado que a mídia produzia com intuito de “parar o país”, nas palavras de Bolsonaro:

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas de acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de quarenta anos de idade. Noventa por cento de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos sim é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial, aos nosso queridos pais e avôs, respeitando as orientações do ministério da saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentira ou seria, quando muito, acometido de uma “gripezinha” ou “resfriadinho”, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. (Bolsonaro, 2020b, n.p).

A bravata do presidente em meio ao discurso sério quebra a aversão ao tema por parte daqueles que se identificam com ele, cria proximidade e traz a linguagem dos gracejos da Internet para a dos atos oficiais de Brasília. A ideia é, novamente, desorientar a atenção dos telespectadores do que realmente importa que são as medidas adotadas pelo governo no combate ao novo coronavírus. Bolsonaro, inclusive, aproveitou a crise da pandemia para derrubar os dois ministros que não se alinhavam com ele e tiravam o foco de suas omissões

¹² PY, Fábio. Cristofascismo em 7 atos: como Bolsonaro usou a alegoria da páscoa para não perder popularidade. The Intercept Brasil. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/05/01/cristofascismo-bolsonaro-pascoa/>>. Acesso em 18/05/2020.

vistas para as ações específicas de seus respectivos ministérios¹³. Tanto é que, logo após o pedido de exoneração, Moro “caiu atirando” e produziu uma crise política que deixava o presidente confortavelmente em evidência enquanto sua adversária real, a pandemia, ficava em segundo plano:

Eu sempre abri o coração para ele. Eu já duvido se ele sempre abriu o coração para mim [...] E mais: já que ele falou em algumas particularidades, mais de uma vez, o senhor Sérgio Moro falou para mim: você pode trocar o Valeixo, sim, mas em novembro, depois que o senhor me indicar para o Supremo Tribunal Federal. Me desculpa, mas não é por aí. Reconheço as suas qualidades, em chegando lá, se um dia chegar lá, pode fazer um bom trabalho. Mas eu não troco. (Bolsonaro, 2020a, n.p).

Aqui conseguimos encontrar os dois pontos da cultura da personalidade levada para a política da qual Bolsonaro faz parte: a) transformar uma acusação de crime em problema pessoal; b) atacar a idoneidade do oponente, julgando suas intenções, e declarando-se decepcionado pela “relação” que não deu certo. Bolsonaro se especializou em criar crises com o objetivo único e exclusivo de desviar as atenções das ações tomadas pelos seu corpo ministerial, os especialistas e tecnocratas, concentrando-as nas representações de intenção do presidente, dobrando a aposta a cada polêmica e se livrando dos ministros e apoiadores que desviavam a atenção pública da sua personalidade. Diante de uma crise imposta externamente, coube ao presidente continuar o mesmo modelo de política tomando decisões que agradavam a sua “maioria” enquanto esperava que os outros poderes tomassem as ações políticas reais e pagassem o preço político por elas.

Em um dos momentos mais marcantes da história destes longos meses, o presidente foi ao encontro de uma manifestação contrária ao congresso e ao

¹³ Moro já era popular antes de entrar no governo, talvez até fosse mais popular antes de entrar; Mandetta vinha se consolidando como o polo de racionalidade dentro do governo na crise do coronavírus. Ambos distraíam o público das ilusões criadas pela intimidade expositiva do presidente, concorriam com ele na constelação de estrelas.

supremo tribunal federal, clamando por um golpe diante do quartel general do exército em Brasília. Bolsonaro subiu em um dos carros de suporte a manifestação e fez o seguinte discurso:

Nós não queremos negociar nada. Nós queremos é ação pelo Brasil. O que tinha de velho ficou para trás. Nós temos um novo Brasil pela frente. Todos, sem exceção, têm que ser patriotas e acreditar e fazer a sua parte para que nós possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Acabou a época da patifaria. É agora o povo no poder.¹⁴

O irônico é que nas semanas seguintes o presidente negociou com o congresso o apoio do “centrão”, suporte que lhe permitiria escapar de qualquer processo de impeachment. Foi, alguns dias depois, com empresários visitar – de surpresa! – o Supremo Tribunal Federal, e teve um cordial diálogo com o Ministro Dias Toffoli. Novamente, o jogo de cena que sustenta o discurso antissistêmico não se escora na realidade política, o que importa são as intenções do presidente diante de sua plebe e não as ações do seu governo. Por isso Bolsonaro frequentemente contradiz os seus ministros, não para que eles não tomem as decisões que precisam tomar, mas para que eles tomem assumindo a responsabilidade e o custo político sozinhos.

A ênfase indiscriminada na cloroquina¹⁵ é, dentre tantas coisas, uma estratégia para fortalecer-se enquanto o presidente se abnega a tomar as decisões que os especialistas apresentam. Bolsonaro prefere acreditar em um remédio que já apresenta sérios limites no tratamento da COVID-19 do que apostar no isolamento horizontal ou no *lockdown* como política de proteção social. A

¹⁴ A imagem do discurso de Bolsonaro em frente ao QG militar de Brasília emula uma inquietude muito particular ao nosso momento atual, estaríamos diante de um presidente que implora aos seus ex-superiores por um golpe de Estado? Pode um presidente eleito legitimar a defesa da destruição da própria constituição? Ver: Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar. G1. (2020). c.

¹⁵ A cloroquina e a hidroxicloroquina são dois fármacos (de mesmo princípio ativo) que foram testados para o tratamento da COVID-19. Bolsonaro fez da defesa do uso preventivo e contínuo do medicamento uma espécie de Bandeira política como resposta à pandemia, erigindo-a junto do isolamento vertical como contraposição àqueles que defendiam – atentos á recomendação da OMS – a reclusão do isolamento horizontal como melhor saída para a crise.

resposta da cloroquina é perfeita, porque é individualista, como toda a cultura da personalidade que Bolsonaro emula. É uma “cura” indicada pelo próprio líder e, portanto, tem um caráter messiânico. É uma negação da atividade política do Estado, pois os indivíduos poderão tomar nas suas casas – sem receita médica – e, portanto, poderão “cuidar de sua própria vida”:

Pode ser que lá na frente digam que a cloroquina foi um placebo, ou seja, não serviu pra nada né, tudo bem. Mas pode ser, daqui a dois anos, “olha realmente curava” e o Romero e eu não vamos ter na consciência “ohh nós evitamos e muitos que morreu (sic) podiam ter sido salvos” na minha consciência e do Romero não vai ter isso. E outra, toma quem quiser, quem não quiser não toma: Quem for de direita toma cloroquina quem for de esquerda toma tubaína. Se viu como eu sou educado? Quem for de direita toma cloroquina e quem for de esquerda toma tubaína! (Bolsonaro, 2020d, n.p).

Uma das últimas “pérolas” do presidente contrasta sua desinibida alegria com a morte de 1.179 pessoas. Bolsonaro usa a cura, que foi buscar diretamente do trumpismo, como forma de polarização da política nacional. Mas o mais importante no seu discurso não é aquilo que chama mais a atenção, esse é o desvio estratégico para que sua personalidade resplandeça acima do caos pandêmico, o que importa é a defesa reiterada para que os cidadãos cuidem de si próprios, que não dependam de respostas do Estado. Já podíamos ver essa tendência individualista do líder, em defesa da incivilidade, no pronunciamento do dia 25 de abril, em resposta a pergunta: é possível isolar somente a população idosa? Ele respondeu:

Oh Cara! Se tem que fazer o que você pode cara! Se quer que eu faço o que? Eu tenho o poder de pegar cada idoso lá e levar para um lugar? “Fica ae tá aqui um pessoal pra te tratar”. É a família dele que tem que cuidar dele em primeiro lugar rapaz, o povo tem que deixar de deixar tudo nas costas do poder público, aqui não é uma ditadura é uma democracia, a família em primeiro lugar, esse é o discurso que me elegeru inclusive. (Bolsonaro, 2020e, n.p)

O apelo pelo retorno à família como resposta mais acertada e “democrática” diante do vírus é a expressão acabada do dilema da inconstância – inexistência, inconsistência ou intermitência – da alma pública¹⁶ no país; aqui, a solução de retorno à família, por parte do neoliberalismo, parece apenas perpetuação da velha lógica patriarcal que sustentou a sociedade e a sociabilidade do brasileiro durante os últimos duzentos anos.

Portanto, a tirania de Jair Messias Bolsonaro não é a do Estado total, do controle generalizado, ou da imposição à força¹⁷ de uma política pública de restrição social; sua tirania é mais perfídia e particular, é a tirania da ausência suprema de qualquer interesse pelo bem comum, pela política como forma de expressão da procura deste bem no concerto polifônico de vozes da esfera pública e é, por fim, a acentuação máxima do carisma incivilizado que se nega a própria ideia de sustentar a trivialização pela ilusão de uma personalidade chegada, próxima e carinhosa.

Considerações finais

Se o ópio do povo se tornou a figura estelar do presidente e se suas ações não contam em nada para a sua avaliação como líder político, qual seria a vulnerabilidade desta nova forma de dominação? A grande fraqueza da face perversa do carisma é o seu maior poder de sedução, a sua legitimidade só pode ser questionada no campo de sua própria intimidade:

¹⁶ A ideia de que esse retorno do recalco familiar não é, no Brasil, nem nova e, muito menos, inovadora, retirei da apresentação do “homem médio” por Mariana Miggiolaro Chaguri. Exposição que ocorreu na disciplina “Seminário de Tese e Dissertação” ministrada pela Profa. Bárbara Castro, agradeço aos colegas e à professora pelo espaço de debate frutífero que se constituiu nesta disciplina; pois, as leituras, debates e apresentações ajudaram e muito na minha imersão em uma literatura teórica e metodológica nova.

¹⁷ Este é o medo de alguns teóricos do estado de exceção, como Giorgio Agamben, é o medo de que o remédio usado para combater o vírus seja mais destruidor que o próprio. Gostaria de ver como a reflexão do italiano se aplicaria nas decisões do líder brasileiro; aqui, o extremo oposto da hiperbólica visão do filósofo expõe a escolha da omissão consciente e deliberada, diante da necessidade da intervenção biopolítica.

Assim como a política da personalidade é uma deflexão do interesse público em relação ao julgamento do caráter pessoal, em termos da ação pública efetiva, assim também todos os elementos do caráter se tornam simbólicos, sem quaisquer referente reais, de modo que qualquer brecha pode, repentinamente, se transformar num instrumento de autodestruição (Sennett, 2014, p. 458).

As falhas do indivíduo em sua esfera de vida pessoal seriam tomadas como sinais de fraqueza como um todo. Tal qual o protestante que procurava sinais da sua eleição na ascese vocacional e nas riquezas que essa proporcionava, os liderados também procuram sinais de legitimação da sua escolha acertada no líder conforme as virtudes morais do eleito. Quando este é pego em contradição, todas as suas ações são postas em suspensão. Perde-se o caráter unificador e mágico junto com o julgamento moral de sua integridade, para Sennett o puritanismo em alguma medida permanece vivo neste moralismo degenerado que sustenta o carisma.

A vigilância fascista é uma imagem que muitas vezes engana; quando o fascismo não está presente, é fácil imaginar o enfraquecimento dos controles políticos intimistas, enquanto, de fato, eles se tornam formalmente diferentes [...] Um dos usos mais antigos da palavra “tirania” no pensamento político é o sinônimo de soberania. Quando todas as questões se referem a um princípio comum ou a uma pessoa soberana, esse princípio ou essa pessoa tiraniza a vida da sociedade. Esse governo de uma multiplicidade de hábitos e de ações pela autoridade soberana de uma fonte única não precisa ser originado por coerção brutal; pode igualmente surgir por sedução, de tal modo que as pessoas queiram ser governadas por uma autoridade única que se coloque acima de todas elas (Sennett, 2014, p. 452).

O carisma incivilizado de Bolsonaro sustenta a fantasia autoritária de muitas mentes e permite que o impronunciável e o inaceitável se naturalizem; a tirania de sua intimidade é fascista, não porque ele imponha a violência física de uma ditadura, mas porque a violência simbólica da nudez de sua personalidade se

torna mortal nas omissões políticas que provoca em nome apenas de si mesma. A pandemia só reforçou a política do ressentimento de Bolsonaro, tornando mais evidente a estratégia de expansão ilimitada da sua personalidade na esfera pública e forçando-o a mostrar ao país as consequências desnaturadas de sua intimidade tirânica.

Quanto às possibilidades de uma escalada autoritária ou uma erosão das instituições tomando o caminho da esfera pública, Sennett parece permanecer apostando nos resíduos trivializadores do poder carismático, sua teoria não concebe a possibilidade de um ponto de virada no qual o carisma passa a ser caótico ou produzir crises insustentáveis à manutenção da democracia. Um pouco de Weber¹⁸ seria bom a essa leitura, se o poder do carisma pode ser antiautoritário e mesmo estar a serviço da racionalização, isso não significa que ele não possa operar em favor do caos, da desordem e da negação da ação continuada.

Referências bibliográficas

AB'SÁBER, Tales. *Lulismo, Carisma Pop e Cultura Anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2010.

AB'SÁBER, Tales. *Michel Temer e o fascismo comum*. São Paulo: Hedra, 2018.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar. *G1*. (2020). Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml>>. Acesso em 18/05/2020. c.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro diz que Brasil terá quarentena só para idosos com comorbidade. *Poder 360*. 2020. 16mins23seg. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=7k3mNafcab8>>. Acesso em 20/05/2020.e.

¹⁸ Parece-me que o autor leu economia e sociedade, mas não procurou associa-la à sua irmã gêmea “Ética Econômica das Religiões Mundiais” (2016), pois, se assim o tivesse feito, teria percebido tanto que o carisma – em Weber – pode racionalizar ou estar à favor de um fim racional quanto que possa ser “cotidianizado” de um modo que seu poder seja referendado pelo cargo e, não mais, pelas características pessoais e irracionais. Esse é o caso comentado por Wolfgang Schluchter (1999) quando trata de tentar reconstruir a análise weberiana do catolicismo, o processo de rotinização do carisma que é coroado pela infalibilidade papal – o poder de Cristo passado à Pedro – ganha o caráter de um poder hierocrático transmitido à todo sumo pontífice da Igreja Católica.

BOLSONARO, Jair. Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro (24/03/2020). 2020. (4m58s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE&t=1s> Acesso em 17/05/2019.b.

BOLSONARO, Jair. Tubaína ou cloroquina? A brincadeira que tiraram do contexto. Eduardo Bolsonaro (Canal). 2020. 3mins57seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dY-XWfb4f40>>. Acesso em 20/05/2020. d.

BOLSONARO, Jair. Leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro depois da saída de Moro. Transcrito por Matheus Maia e Maurício Ferro. *Poder 360*, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-pronunciamento-de-bolsonaro-depois-da-saida-de-moro/>> Acesso em 15/05/2020. a.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*. n.1, v.1. pp.91-120, 2020. Disponível em: <<https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-uma-eleic%C3%A7%C3%A2o-sem-sair-de-casa.pdf>> Acesso em 17/05/2020.

CESARINO, Letícia. Identidade e Representação No Bolsonarismo. *Revista de Antropologia*. n.62, v.3, pp.530 -57, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/165232/158421/>>. Acesso em 16/05/2019.

CHAGURI, Mariana M; CAVALCANTE, Sávio M; NICOLAU NETTO; Michel. O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família. *Anais do 43º Encontro Anual da Anpocs*, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/41097803/O_homem_m%C3%A9dio_e_o_conservadorismo_liberal_no_Brasil_contempor%C3%A2neo_o_lugar_da_fam%C3%ADlia> Acesso em 05/06/2020.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto: (memórias)*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1968.

PY, Fábio. Cristofascismo em 7 atos: como Bolsonaro usou a alegoria da páscoa para não perder popularidade. *The Intercept Brasil*. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/05/01/cristofascismo-bolsonaro-pascoa/>>. Acesso em 18/05/2020.

SCHLUCHTER, Wolfgang. As Origens do Racionalismo Ocidental. In: *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Coautoria de Jessé Souza. Brasília, DF: Editora da UnB, 1999.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Editora Record, 2014. E-book.

TENBRUCK, Friedrich H. The Problem of Thematic Unity in the Works of Max Weber. *The British Journal of Sociology*, vol. 31, no. 3, 1980, pp. 316–351.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3.ed. Brasília, DF: Editora da UnB, 1994.v.1.

OS GRITOS DO AUTORITARISMO SEM VOZ: COMO A PANDEMIA EXPÔS A FRAGILIDADE DO BOLSONARISMO DIANTE DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL DAS CLASSES DOMINANTES

Fabiana Candida de Sousa¹

Reflexos de um país estruturado pelas mãos gananciosas da racionalidade neoliberal, pequenos grupos caracterizados como “o Brasil que queremos só depende de nós” em suas camisas verde e amarelas² e influenciados pela coerção estruturante das classes dominantes³ seguem se aglomerando nas ruas aos brados de “queremos trabalhar!”.

Reduzidos a frações de capital humano, como endossa a teoria de governamentalidade de Michael Foucault (1979)⁴, a principal base social receptora dos discursos do governo do Presidente da República Jair Bolsonaro e de sua postura de negacionismo científico voluntarista é majoritariamente composta pelo homem médio⁵ (Chaguri; Cavalcante; Netto, 2019). Essa base é caracterizada pelo sujeito sem grandes excepcionalidades, que se vê representado no discurso simplista do presidente e no seu compromisso em

¹ Bacharel em jornalismo e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas.

² Hang, Luciano. Colaboradores da Havan foram às ruas defender o direito de trabalhar. Twitter. 18 mai. 2020. Acesso em 22 mai. 2020. Ver em <Os colaboradores da Havan foram às ruas defender o direito de trabalhar>

³ É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’(BOURDIEU, 1989: p.11).

⁴ FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁵ Chaguri, Mariana; Cavalcante, Sávio; Nicolau Netto, Michel. Artigo: O conservadorismo liberal do homem médio. Ver em <Artigo: O conservadorismo liberal do homem médio> Época. 09 jan. 2020. Acesso em 05 jun.

lhe devolver a tão sonhada liberdade. Liberdade essa subtraída desse grupo a partir das mudanças ocorridas nos últimos anos na sociedade brasileira; como ascensão das classes C e D, acesso ao consumo⁶ e, com ele, a demanda por representatividade, democratização dos espaços antes considerados da elite⁷ e, junto dela, o acesso à educação superior através de programas sociais e política de cotas, etc. Essa base social é reativa a essas mudanças e às conquistas sociais de grupos organizados de negros, mulheres e homossexuais. Bolsonaro promete o fim do que é considerado por essa base social como “politicamente correto”, embasando a ofensa pessoal caracterizada como argumento político e fazendo das redes sociais sua nova esfera pública.

Ancorados no autoritarismo, esses discursos de ódio que circulam nas redes empenham-se em sucessivas tentativas de usar a incerteza social como alicerce para a disseminação de necropolíticas (MBEMBE, 2011)⁸ e posturas antidiplomáticas e antidemocráticas. Assim, reverbera-se uma retórica em forma de limpeza étnica que condena toda uma faixa etária que inevitavelmente irá morrer. Para Mbembe, a expressão máxima dessa soberania reside principalmente no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Logo, munido da capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é, Bolsonaro condena os inevitáveis indesejados (Appadurai, 2009, p. 40): os idosos, os pobres, os doentes. “Cara, você quer que eu faça o quê? Eu tenho o poder de pegar cada idoso lá e levar para um negócio?”⁹, questionou o presidente sobre o isolamento para a terceira idade.

⁶ Entre 2001 e 2011, o número de domicílios com geladeira subiu 12% no país – no Maranhão, 52%; o dos que tinham máquina de lavar, 51% - 190% em Alagoas; e o dos que tinham TV a cores, 16% - 51% no Piauí, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

⁷ Em suas redes sociais, a *influencer* Lilian Aragão reclamou que o aeroporto estava “parecendo rodoviária”. “Vim no voo com um cara de bermuda e chinelo do Rio de Janeiro para São Paulo”, afirmou. Ela foi criticada nas redes pela fala preconceituosa. Redação Marie Claire. “Lilian Aragão reclama de público de aeroporto: “Parece rodoviária”. Marie Claire, 27 maio 2019. Acesso em 19 ago. 2020. Ver em <Lilian Aragão reclama de público de aeroporto: “Parece rodoviária”>

⁸ Mbembe, Achille; Necropolítica, N-1 Edições, 2011.

⁹ Schuquel, Thayná. “Coloca vovô e vovó no canto e é isso”. Metrôpolis, 8 abr. 2020. Acesso em 22 abr. 2020. Disponível em <Bolsonaro sobre Covid-19: “Coloca vovô e vovó no canto e é isso”>

Para o médico e diretor técnico do Hospital das Clínicas de São Paulo, Arnaldo Lichtenstein, as falas de Bolsonaro revelam uma linha de raciocínio “diferente e cruel”; a chamada eugenia¹⁰ (Francis Galton, 1883). Lichtenstein pontua que, quando se normatiza o etnocídio de um determinado grupo com “já ia morrer mesmo”¹¹, como faz o presidente, reforça-se essa lógica. Ela é passível de observação também nas afirmações contra o isolamento, em que “70% da população vai pegar, não adianta fugir disso”.

É de se observar que, em caso de 70% de contaminação, o que significa 154 milhões de brasileiros em um país com 211 milhões de habitantes, podemos chegar a 1,8 milhão de mortos, segundo pesquisadores¹². E, se estimuladas a acontecer em curto prazo com a violação do isolamento social e a imunização de rebanho - o que causará o estrangulamento do sistema de saúde - essas mortes já têm endereço para acontecer: os domicílios que apresentam alto grau de vulnerabilidades econômicas e de saúde, como diz o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS)¹³.

Segundo a pesquisa publicada em maio de 2020, cerca de 43% dos jovens em situação de pobreza enfrentam algum fator de risco para a saúde, com destaque para doenças crônicas e obesidade, que atingem cerca de 21% e 20% dos indivíduos respectivamente. Tabagismo, por sua vez, atinge 13% e 10% são acometidos por duas ou mais condições simultaneamente, visto a dificuldade que esse grupo enfrenta em conseguir acesso à um serviço de saúde de qualidade

¹⁰ A teoria pressupõe a capacidade intelectual hereditária e, a partir dela, o aprimoramento da espécie humana por meio de uma segregação hierárquica; justificando a exclusão de negros, pobres, imigrantes e doentes.

¹¹ Redação. Lichtenstein aponta lógica eugenista em fala de Bolsonaro. TV Cultura. 12 mai 2020. Acesso em 23 mai 2020. Ver em <Lichtenstein aponta lógica eugenista em fala de Bolsonaro: “muito mais perverso do que simplesmente não acreditar na ciência”>

¹² Dantas, Carolina; Grandin, Felipe. Bolsonaro repete que 70% pegarão coronavírus. G1. Bem Estar. 12 mai 2020. Acesso em 23 mai 2020. Ver em <Bolsonaro repete que 70% pegarão coronavírus; cientistas estimam 1,8 milhão de mortes se isso ocorrer>

¹³ Nunes, Letícia; Rocha, Rudi; Ulyseia, Gabriel. Vulnerabilidades da População Brasileira à COVID-19: Desafios para a Flexibilização do Distanciamento Social. IPES. mai 2020. Acesso em 23 mai 2020. Ver em <<https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2020/05/NT9-IEPS.pdf>>

devido aos recursos insuficientes injetados no Sistema Único de Saúde (SUS)¹⁴ e em obter uma alimentação saudável. Agravando este cenário, há também a relação entre escolaridade e trabalho informal, que aponta a maior incidência de doenças crônicas em jovens sem ensino médio completo (15%), sendo que esse grupo representa de 30% a 35% do mercado informal. Ou seja, o grupo mais propenso a sofrer com condições de risco (doenças crônicas, obesidade e tabagismo), os jovens em situação de pobreza e sem o ensino médio completo, também são os mais atuantes na rua no trabalho informal e mais expostos ao vírus. Assim, a pesquisa conclui que aqueles com menos de 60 anos, considerados a priori fora do grupo de risco, estão expostos a uma carga dupla de vulnerabilidade e exposição.

Em São Paulo, onde 55% da população é portadora de doenças crônicas, obesa ou fumante e os trabalhadores informais representam 21% da população, o risco de morrer em razão do vírus chega a ser 10 vezes maior em bairros com pior condição social. Os dados da Prefeitura de São Paulo mostram que o avanço da doença na periferia deixa mais mortos. O número de contaminados em áreas nobres é maior e os casos fatais, menores. Os dados também expuseram que negros têm 62% mais chance de morrer do que brancos. Os dados do Governo Federal de 11 a 26 de abril apontam cerca de 180 óbitos entre pessoas brancas para mais de 930 negras, detalhando um avanço na morte de pretos e pardos e queda entre brancos¹⁵. Especialistas também atribuem esse fato a condições socioeconômicas e históricas.

Portanto, o que se vê é que os indivíduos imersos nesses níveis de desigualdade não têm apenas um risco maior de pegar a doença, mas sim um risco maior de morrer pela doença. Esses dados tornam ainda mais graves os discursos do presidente, que normaliza os 70% de contaminação pelo vírus, pois deixa claro quem serão os 1,8 milhão de brasileiros que perderão suas vidas.

¹⁴ Redação. Saúde pública no Brasil ainda sofre com recursos insuficientes. Agência Câmara de Notícias. 8 jan 2015. Ver em <Saúde pública no Brasil ainda sofre com recursos insuficientes - Notícias>

¹⁵ Muniz, Bianca; Fonseca, Bruno; Pina, Rute. Pública. 6 mai 2020. Acesso em 05 jun 2020. Ver em <Número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil>

Racionalidade neoliberal para forjar cidadania

As fortes tentativas de transformar a lógica do mercado em lógica normativa generalizada e colocar a pandemia em segundo plano priorizando medidas econômicas vê como herança o arcabouço neoliberal¹⁶ constituído através de um processo social e político em que, cada vez mais, os indivíduos foram responsabilizados pela gestão de si. Essa racionalidade estruturante da sociedade brasileira possibilita, em tempos atuais, a transferência de responsabilidade do Estado para os cidadãos, obrigando as classes em situação de vulnerabilidade a gerarem estratégias constantes de adaptação aos contextos que o período de exceção impõe. Um poder de fazer viver e deixar morrer ao limite. Poder esse que é legislado dentro dessas instâncias, como demonstrado na publicação da medida provisória 966/2020, que propunha isentar agentes públicos de punição por erros na gestão da pandemia.

Ao passo em que Bolsonaro não impõe ordens que gerem coerção na maioria de forma a produzir uma harmonia de suas ações, sua postura em prol de fragilizar instituições democráticas e atacar aqueles considerados inimigos se torna cada vez mais rígida e tempestuosa. Em sua conta na rede social Twitter, um dos principais meios que utiliza em sua comunicação com a população, o presidente disse que “o desemprego, a fome e a miséria será (sic) o futuro daqueles que apoiam a tirania do isolamento total”¹⁷. Nesse discurso, a minoria social composta por pobres e assalariados que estão sem renda durante o isolamento ganha visibilidade por esses pobres e assalariados serem “inevitáveis”.¹⁸ Eles

¹⁶ FOUCAULT, Michael. Il faut défendre la société: Cours au Collège de France, 1975-1976. Paris: Seuil, 1997: 37-55, 75-100, 125-148, 213-244;

¹⁷ Bolsonaro, Jair. Bolsonaro chama quarentena de “tirania do isolamento social”. Twitter. 16 mai 2020. Acesso em 22 mai 2020. Ver em <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1261632430634602496?s=20>

¹⁸ Minorias tornam nebulosas as fronteiras entre “nós” e eles aqui e ali, dentro e fora, sadio e doente, leal e desleal, necessário, porém não bem-vindo. Esse último par é a chave do enigma. De um jeito ou de outro, precisamos dos grupos “menores” em nossos espaços nacionais - nem que seja só para limpar nossas latrinas e travar nossas guerras (Appadurai, Arjun, 2009, p. 40). Ou seja, essa minoria social que ganha visibilidade no discurso de Bolsonaro é a mesma que seu governo sempre ignorou (indesejáveis) mas,

são, “ao mesmo tempo, nós (podemos ser donos deles, controlá-los e usá-los) e não-nós (podemos evitá-los, rejeitá-los, viver sem eles, negá-los e eliminá-los)” (Appadurai, 2009, p. 40). A partir disso, um inimigo invisível é criado: o terror; o medo da miséria e do caos provocado por ela. As minorias são usadas nesse discurso do presidente para enrijecer a racionalidade neoliberal, reforçando a ideia de uma cidadania através do trabalho para isentar o governo do “futuro daqueles que apoiam a tirania do isolamento total”. Estes, que “apoiam a tirania”, terão que arcar sozinhos com o prejuízo do isolamento, de acordo com Bolsonaro¹⁹.

Além das redes sociais e reuniões, o chefe do executivo também reiterou o discurso inflexível e ríspido atacando governantes que mantinham medidas rígidas de isolamento durante pronunciamento oficial em rede nacional em março; advertindo que essas autoridades deveriam “abandonar o conceito de terra arrasada (...), o fechamento de comércios e o confinamento em massa”²⁰. A partir disso, é nítido na postura do presidente o empenho em sustentar a identidade criada durante o processo de sua eleição e reafirmar suas bandeiras contra o assistencialismo, o vitimismo, a esquerda e a priorização da economia. Postura evidenciada no editorial do jornal O Estado de S. Paulo, “Uma escolha muito difícil”²¹, que colocava o candidato como contraponto à “irresponsabilidade lulopetista” e as políticas que mergulharam o país “numa profunda crise econômica, política e moral”. Contudo, o que os contornos atuais revelam é que as bases sociais que apoiaram esse projeto não demonstram a homogeneidade de uma classe dominante com adesão total ao conjunto de propostas e políticas

nesse momento de pandemia e pressão para reabertura do mercado, é ela que ele usa para embasar o seu argumento (inevitáveis).

¹⁹ Bolsonaro evidencia o discurso ao afirmar que não ajudará os estados que vierem a enfrentar problemas para pagar funcionários durante a pandemia em consequência da quarentena. “A desgraça tá aí. Eles vão querer empurrar essa trozoba pra cima da gente, esse pessoal aqui do lado vai querer empurrar, e a gente vai reagir!”, ameaçou. Bolsonaro, Jair. Reunião de Bolsonaro com ministros na íntegra 23 mai 2020. Acesso em 23 abr 2020. Ver em <Reunião de Bolsonaro com ministros na íntegra>

²⁰ Bolsonaro, Jair. Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro. 24 mar 2020. Acesso em 22 abr. 2020. Ver em <Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro>

²¹ Editorial. Uma escolha muito difícil. Estadão. 08 out 2019. Acesso em 21 mai 2020. Ver em <Uma escolha muito difícil>

defendidas por Bolsonaro. Isso porque a atuação do liberalismo no Brasil é bem clara em detalhar quem precisa e quem não precisa do projeto bolsonarista.

Quem o bolsonarismo ainda atinge em tempos de pandemia?

Essa base na qual Bolsonaro tem fortalecido alianças é justamente aquela que, como ele, está fora das camadas da elite e têm seus autores econômicos menos financeirizados, sem grandes fortunas; impedindo esse grupo de atuar diretamente no jogo global do capitalismo ou manter suas posições de privilégio sem se sentirem ameaçados pela ascensão dos inevitáveis indesejados - estimuladas por meio de políticas de cidadania e inclusão.

Neste sentido, essa base bolsonarista carrega consigo a lição conservadora do esforço, onde o merecimento é também associado à boa conduta moral do dito “cidadão de bem”. Contudo, o que fica nas entrelinhas do projeto é a incapacidade desse ator social em se sustentar sem a justificativa liberal das desigualdades e a precarização das classes inferiores. Ou seja: quanto pior for a posição daquele que está em vulnerabilidade, maior é a inércia em uma realidade fechada aos conflitos de classe, gênero, raça e sexualidade do homem médio; é isso que Bolsonaro garante - ou acredita garantir.

O que o contexto de tomada de decisões do governo durante a pandemia tem nos revelado sobre o seu processo político de eleição e governabilidade é uma heterogeneidade das frações de classes dominantes²² que se beneficiam do projeto prometido pelo casamento Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes e que foram base de apoio em 2018 ou estiveram isentas e sem apresentar críticas até então mas, agora, veem seus interesses irem contra o discurso antidiplomático e imerso em crises do governo. Ou seja, o que começa a se desenhar é a postura do bolsonarismo se voltando contra Bolsonaro.

Identificamos, lenta e explicitamente, a corrosão de uma base frágil preenchida por grupos de poder diversos que influenciam e/ou tomam as

²² A Professora Dra. Bárbara Castro contribuiu para a estruturação do esqueleto do artigo, problematizando a heterogeneidade das classes de poder em aulas onlines ministradas no mês maio.

decisões em âmbito nacional que não veem mais utilidade em se beneficiar na maré do bolsonarismo em um cenário de pandemia. O que sobra, a partir disso, são discursos radicais de um líder autoritário que não consegue exercer seu autoritarismo, pois sua base social composta, agora, majoritariamente por homens médios, não tem relevância dentro do cenário neoliberal. Pontuaremos, no decorrer deste artigo, os acontecimentos que dão luz à esse argumento.

Um dos pilares de escalada utilizados pelo ex-paraquedista ao poder, desde às primeiras promessas de campanha até os últimos entraves políticos foi o agronegócio. Um dos gigantes da economia brasileira, o setor é detentor da maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) do País, com 21,4% alcançados em 2019²³. Mesmo assim, o setor foi uma das bases mais recentes a demonstrar insatisfação com o Governo Federal depois da sequência de ataques ideológicos ao seu maior parceiro, a China²⁴. Produtores, agroindústrias e políticos ruralistas encararam os ataques como inconsequentes e uma ameaça desnecessária as relações comerciais entre os países²⁵, que viveram momentos de tensão com a ameaça de corte de relações feita pela Embaixada da China. Após muita pressão dos ruralistas uma retratação foi feita através do vice-presidente, Hamilton Mourão.

O episódio foi a gota d'água para algumas alas da bancada ruralista no Congresso, que pressionaram a ministra da Agricultura, Tereza Cristina (DEM), a deixar a pasta temendo que a imagem da parlamentar fosse manchada pelas crises do governo. Conforme noticiou o Jornal Folha de S. Paulo²⁶, a ministra

²³ Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tiige, Rikardy. Agronegócio cresce 3,8% e representa 21% do PIB brasileiro em 2019, diz CNA. G1. 09 mar 2020. Acesso em 21 mai 2020. Ver em <Agronegócio cresce 3,8% e representa 21% do PIB brasileiro em 2019, diz CNA>

²⁴ Membros da ala ideológica do governo afirmaram que a China era responsável pela disseminação do COVID-19 e, em seguida, que o país estaria lucrando com a pandemia; iniciando, assim, uma crise diplomática entre China e Brasil. Eduardo causa crise com a China e revolta o agronegócio. Valor Econômico. 20 mar 2020. Acesso em 21 mai 2020. Ver em <Eduardo causa crise com a China e revolta o agronegócio>

²⁵ Lopes, Fernando; Mendes, Luiz Henrique; e Walendorff, Rafael. Agronegócio vê ataque gratuito ao maior parceiro | Política | Valor Econômico. Valor Econômico. 20 mar 2020. Acesso em 21 mai 2020. Ver em <Agronegócio vê ataque gratuito ao maior parceiro | Política | Valor Econômico>

²⁶ Chaib, Julia. Coletta, Ricardo Della. Ala do DEM defende que ministra da Agricultura deixe o governo após demissão de Moro. Folha de S. Paulo. 24 abr 2020. Acesso em 21 mai 2020. Ver em <Ala do DEM

considerou seus esforços para impulsionar as exportações do Brasil sabotados pela ala ideológica e demonstrou incômodo com os ataques que tem sofrido por parte dos bolsonaristas. Sobra como base do governo, a partir daí, um mercado intermediário e violento do agronegócio que atua através da expansão de fronteiras agrícolas, desregulamentação de reservas indígenas, grilagem e venda de terras e tem sua operação de maneira mercantilista; expondo a ausência de padrões e regras que o agronegócio financeirizado a nível internacional precisa manter. Essas diferenças de atuação e proeminência detalham o que era uma base que nunca se manifestou contra Bolsonaro e lucrava com seu projeto e que agora se volta contra a sua gestão. Ao mesmo tempo, o afastamento evidencia a aproximação de outra base sem o mesmo poder, mas com um alto grau de identificação. É em sinal a este segundo grupo que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acenou “passar a boiada”²⁷ em fala durante reunião ministerial em 22 de abril.

O sucessor de Bolsonaro em caso de afastamento, general Mourão, também buscou desvencilhar seu nome ao do presidente. Em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo²⁸, o vice fala de limites e, sem mencionar Bolsonaro, sugere que a insensatez tem trazido o caos ao Brasil, fazendo com que o maior inimigo do país seja ele mesmo. Ademais, o vice já se colocou como o pilar da diplomacia e bom senso na presidência em meio a crises provocadas por posturas de Bolsonaro. Junto com Mourão, tentam se distanciar também as Forças Armadas, ancoradas por seu fetichismo pela “lei, ordem, democracia e liberdade”²⁹, depois de serem citadas por Bolsonaro durante uma manifestação antidemocrática.

defende que ministra da Agricultura deixe o governo após demissão de Moro>

²⁷ Bolsonaro, Jair. Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro. 24 mar 2020. Acesso em 22 abr. 2020. Ver em <Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro>

²⁸ Mourão, Hamilton. Limites e responsabilidades. O Estado de S. Paulo. 14 mai 2020. Acesso em 21 mai 2020. Ver em <Limites e responsabilidades>

²⁹ Redação. G1. 04 mai 2020. Acesso em 22 mai 2020 Ver em <Forças Armadas estão ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade, diz ministro da Defesa>

O episódio envolvendo as Forças Armadas foi lembrado por Bolsonaro em reunião e usado como exemplo para exigir que os ministros se manifestem para defender o governo. “Vocês têm que apanhar junto comigo (...) tirar a cabeça da toca”, disse, descontrolado, criticando a postura de omissão dos colegas perante as crises da gestão. Na fala, um dos principais alvos do presidente foi o então ministro da Justiça Sérgio Moro, que foi repreendido por não se posicionar publicamente contra as leis estaduais de punição a violação da quarentena. “Senhor Ministro da Justiça (...) por que tão botando algema em cidadão que tá trabalhando (...) e a Justiça não fala nada? Tem que falar, pô! Vai ficar quieto até quando? Tem que botar pra fora, esculachar!”. A fala aconteceu dois dias antes do ex-ministro deixar o cargo.

Nesse íterim de crise, a saída do então ministro da Justiça, um dos pilares da gestão bolsonarista, em meio a graves acusações ao presidente, reduziu os aliados do governo³⁰; sendo um exemplo desse grupo social o empresário Gabriel Kanner, Presidente do Instituto Brasil 200, grupo de empresários que contam com gigantes como Polishop e Centauro. Kanner diz que acredita que seja “o começo do fim de Bolsonaro”³¹. Todo esse cenário, somado às demissões de dois ministros da Saúde³² por divergências ideológicas durante a pandemia formou um arcabouço de armadilhas que o governo vem criando para si mesmo e despertando a desaprovação de quem antes o apoiava.

Enquanto multinacionais mantém seus funcionários em casa e apostam na flexibilização do trabalho, bancos fazem campanha a favor do isolamento e do trabalho remoto³³, governadores sobem na taxa de aprovação com medidas de

³⁰ Couto, Marlen; Roxo, Sérgio e Caetano, Guilherme. O Globo. 25 abr 2020. Acesso em 22 mai 2020. Ver em <Nas redes, apoio a Bolsonaro cai e presidente vira alvo de críticas de antigos apoiadores>

³¹ Fernandes, Adriana. ‘É o começo do fim de Bolsonaro’. O Estado de S. Paulo. 24 abr 2020. Acesso em 22 mai 2020. Ver em <‘É o começo do fim de Bolsonaro’, diz presidente do grupo empresarial Instituto Brasil 200>

³² Redação. Veja a repercussão da saída do ministro da Saúde Nelson Teich. G1. 15 mai 2020. Acesso em 22 mai 2020. Ver em <Veja a repercussão da saída do ministro da Saúde Nelson Teich>

³³ Martins, Arícia. Valor Econômico. 3 abr 2020. Acesso em 22 mai 2020. Interromper isolamento social antes do necessário é pior ainda para a economia, diz Itaú Ver em <Interromper isolamento social antes do

proteção e cientistas e nomes proeminentes apoiam a causa, resta para o governo dialogar com seus pequenos adeptos, grupo mais prejudicado por essas políticas: o setor de serviços. Com destaque para os varejistas, como Luciano Hang, por exemplo, proprietário das lojas Havan (e apoiador declarado do governo), e os empresários que gerem micro e pequenas empresas, que compõe o grupo social que ficou conhecido como a nova classe média nos governos Lula e Dilma³⁴.

As micro e pequenas empresas são responsáveis por 75% dos empregos formais no Brasil³⁵, de acordo com o Ministério da Economia. São Paulo foi o Estado com maior geração de empregos nas micro e pequenas empresas em 2019, criando mais de 29,7 mil postos de trabalho. O que justifica, segundo o governador João Doria (PSDB), a insistência de Bolsonaro em reabrir os serviços na metrópole e ignorar as medidas de órgãos de Saúde. “Lamento que o presidente da república, ao invés de (...) defender a vida dos brasileiros, esteja mais preocupado em atender a um pequeno grupo de empresários”, disse Doria³⁶.

Essa base aliada com quem o governo tem dialogado e que adere ao seu discurso de reabertura neste momento de crise não consegue sobreviver sem ele, pois parar de operar é parar de lucrar, e parar de lucrar significa perder bens sociais. Realidade que não impacta fortemente os outrora grandes adeptos e gigantes do mercado, como Leroy Merlin, Chevrolet, Sadia ou bancos como Itaú e Bradesco, que já foram à TV reforçar o pedido de isolamento³⁷ e que, diferente dos pequenos negócios, têm maior possibilidade de ter recursos econômicos

necessário é pior ainda para a economia, diz Itaú>

³⁴ Termo criado por Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que se refere, no Brasil, à parte da população anteriormente classificada como classe de renda D e que, na segunda metade da década de 2000, ascende de classe de renda.

³⁵ Redação. Agência Brasil. 19 out 2019. Acesso em 21 mai 2020. Ver em <Pequenos negócios geraram 75% dos empregos formais em setembro>

³⁶ Redação. Bolsonaro volta a atacar isolamento. Jornal Nacional. 14 mai 2020. Acesso em 22 mai 2020. Ver em <Bolsonaro volta a atacar isolamento social e a defender retomada das atividades econômicas>

³⁷ Andretta, Felipe. Quarentena divide empresários. Uol. 1 abr 2020. Acesso em 22 mai 2020. Ver em <Coronavírus: Quarentena divide empresários e alguns fazem campanha a favor do isolamento>

para sobreviver à pausa na operação. Logo, em meio a um cenário onde a maioria da empregabilidade está diretamente vinculada às micro e pequenas empresas e a atividade econômica depende disso, a única saída daqueles que não conseguem operar pelo trabalho remoto é pressionar pelo fim do isolamento.

Outro grupo aliado a Bolsonaro é o de representantes do mercado de prestação às famílias, que registrou queda recorde de 31,2% em serviços prestados em março³⁸. Proprietários de restaurantes que, juntamente com os hotéis, compõe 60% desse segmento, passaram a declarar apoio público ao governo e pressionar pela reabertura dos estabelecimentos, como foi o caso do empresário Junior Durski, dono dos restaurantes da rede Madero e Afranio Barreira, fundador da rede Coco Bambu³⁹.

Já no ramo das micro e pequenas empresas, o setor de serviços representou 57% do total de postos de trabalho com carteira assinada em 2019. O destaque fica com as micro e pequenas empresas da construção civil, com 109,6 mil novas contratações no final de 2019. O que faz do decreto publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 7 de maio, que amplia a lista de serviços essenciais para atividades de construção civil e industriais, nenhuma surpresa⁴⁰. Decreto esse que acabou por causar uma onda de contaminação dentre os trabalhadores da construção civil e o registro de mais de 50 mortes por COVID-19 divulgadas por sindicatos.⁴¹ O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil

³⁸ Amorim, Daniela. Setor de serviços tem queda de 6,9%. O Estado de S. Paulo. 12 mai 2020. Acesso em 21 mai 2020. Ver em <Com pandemia, setor de serviços tem queda recorde de 6,9% em março>

³⁹ Barreira não só é a favor do fim do isolamento social como afirmou já ter sido infectado pelo novo coronavírus e vencido a doença através do uso da cloroquina, medicamento ainda sem comprovação científica defendido por Bolsonaro para prevenção e tratamento do vírus. Dono de Coco Bambu se junta a Madero. Uol. 16 mai 2020. Acesso em 20 mai 2020. Ver em <Dono do Coco Bambu se junta ao do Madero na defesa a Bolsonaro e cloroquina>

⁴⁰ Kruger, Ana. Bolsonaro inclui construção civil em atividades essenciais. G1. 07 mai 2020. Acesso em 22 mai 2020. Ver em <Coronavírus: Bolsonaro inclui construção civil e indústria em lista de atividades essenciais na pandemia>

⁴¹ Stochero, Tahiane. Ao menos 57 trabalhadores da construção civil morreram com coronavírus em SP, diz sindicato. G1. 23 mai 2020. Acesso em 19 ago 2020. Ver em <Ao menos 57 trabalhadores da construção civil morreram com coronavírus em SP, diz sindicato>

de São Paulo (Sintracon-SP) chegou a organizar uma greve no mês de junho em consequência da ausência de testagem nos canteiros de obras e falta de medidas de proteção, como distanciamento, máscaras e uso de álcool em gel. “Não dá mais para empurrar com a barriga. As empresas não testam, o governo também, e as mortes vêm aumentando a cada dia. A construção civil, as empresas estão fazendo corpo mole”, afirmou o presidente do Sintracon-SP, Antônio de Sousa Ramalho.⁴²

Considerações Finais

Os desdobramentos da pandemia estão diretamente ligados à frágil base social alimentada por esbravejos passionais e criada para sustentar uma gestão autoritária liderada por um presidente de fora das camadas da elite, sem diálogo e manejo das ferramentas do Estado e que lida com crises provocando outras em razão de sua precariedade através de uma política de confronto. Bolsonaro não contava que seu discurso do “quem manda sou eu”⁴³ esbarraria na heterogeneidade das composições de poder que o elegeram e os interesses contidos por trás delas em meio a uma pandemia.

De todo modo, o que se percebe é que os outrora aliados de Bolsonaro e que, agora, em meio a pandemia, tentam desvencilhar seus nomes da gestão em queda livre do ex-paraquedista, parecem ganhar muito mais com sua permanência no cargo - cercada de crises e uma lenta deterioração - do que com um especulado cenário de destituição, onde medidas começarão a ser cobradas dessa nova oposição. Realidade que pode, em pouco tempo, desgastar as sonhadas candidaturas construídas em cima do fracasso do projeto bolsonarista

⁴² Barros, Ciro. Em São Paulo, trabalhadores da construção civil veem escalada da Covid-19: “Tá todo mundo contaminando um ao outro”. Agência Pública. 15 jun 2020. Acesso em 19 ago 2020. Ver em <Trabalhadores da construção civil sofrem com a exposição à Covid-19>

⁴³ Uribe, Gustavo. ‘Quem manda sou eu’, diz Bolsonaro. Folha de S. Paulo. 29 abr 2020. Acesso em 22 mai 2020. Ver em <‘Quem manda sou eu’, diz Bolsonaro ao anunciar recurso contra decisão do STF que barrou Ramagem na PF>

para a eleição de 2022, na qual esses mesmos grupos de poder que renegam Bolsonaro após usufruírem de seu banquete procurarão, novamente, outros projetos que lhes possam ser úteis. Isso porque a ideia de um Estado imparcial é uma ideologia burguesa para encobrir a verdade de que as classes dominantes comandam a sociedade e “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes” (Engels, Marx, 1987).

Para os brasileiros, imersos no caos disseminado pela racionalidade estruturante neoliberal atuando em uma pandemia através do autoritarismo de identidades predatórias, sobra apenas o título de país com o maior número de casos registrados do novo coronavírus e a coroa mortal de epicentro da doença⁴⁴. Sobra luto, caixões fechados e silêncio. Silêncio dos filhos que perdem mães e mães que perdem filhos sem o direito do adeus. Tudo isso enquanto alguns se reúnem em gabinetes para discutir interesses e outros em torno de covas para falar de abandono. Para além da dúvida se o governo Bolsonaro sobreviverá ou não ao novo coronavírus, o questionamento que fica é: e quem sobreviverá?

Referências bibliográficas

APPADURAI, Arjun. *O Medo ao Pequeno Número*. Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: ItaúCultural, 2009.

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2016, n.21 [citado 2020-12-05], pp.227-284. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000300227&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 2178-4884. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162107>.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

CHAGURI, Mariana; CAVALCANTI, Sávio; NICOLAU NETTO, Michel. O conservadorismo liberal do homem médio. *Época*, São Paulo, 9 de janeiro de 2019. Artigos. Ver em:<<https://epoca.globo.com/artigo-conservadorismo-liberal-do-homem-medio-23358236>>

⁴⁴ Harris, Bryan; Schipani, Andress. Especialistas preveem mais de 100 mil mortes por coronavírus no Brasil. Folha de S. Paulo. 21 mai 2020. Acesso em 22 mai 2020. Ver em <Especialistas preveem mais de 100 mil mortes por coronavírus no Brasil>

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. 1987. Edição do Kindle.

FOUCAULT, Michael. A governamentalidade. IN: FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1978

FOUCAULT, Michael. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France, 1975-1976*. Paris: Seuil, 1997.

KALIL, Isabela. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)*. São Paulo. Outubro de 2018. Disponível em <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2011.

SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. Boitempo Editorial. Edição do Kindle.

O ESTADO EM DISPUTA: REFLEXÕES A PARTIR DO BRASIL E DA ARGENTINA FRENTE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS¹

Florencia Musante²

O aparecimento e o avanço do novo coronavírus no mundo alteraram significativamente as formas de habitá-lo. Aquilo que, aparentemente, teve início em dezembro de 2019 em Wuhan, China e que parecia tão distante, hoje preocupa e alerta ao mundo inteiro. Nesta parte do planeta – América Latina -, há mais de três meses que todas as esferas da vida foram afetadas e profundamente transformadas pela expansão da COVID-19.

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a recomendar medidas a serem tomadas pelos Estados nacionais para lidar com a disseminação da pandemia, os distintos governos foram chamados a atuar, seguindo, porém, caminhos diferentes.

Alguns agiram rapidamente impondo isolamentos obrigatórios a toda a população, testes massivos e políticas de controle (China, Coréia do Sul), outros tardaram para impor limites na dinâmica do mercado e dar conta da gravidade da situação (Espanha, Itália) enquanto um grupo de países negava, pelo menos inicialmente, a necessidade de intervir rápida e massivamente (Grã-Bretanha, Estados Unidos).

Quando a pandemia atingiu a América Latina, longe de uma coordenação regional, houve também ações diferentes: as medidas estatais em alguns países

¹ Agradeço a motivação para escrever e o intercâmbio inspirador com a turma do PPGS da Profa. Bárbara Castro, assim como também as sugestões que ajudaram a melhorar substantivamente a argumentação deste trabalho de Flavio Lima, Maria Emilia Nieto e Sara Lia Chiavaro e as leituras atentas e muito necessárias da Profa. Arlete Moisés Rodrigues, Profa. Patricia Pintos e Prof. Ramiro Segura.

² Socióloga pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP - Argentina) com sede em IDICHS-CONICET e mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - Brasil).

priorizaram o direito à saúde e assistência à população (Venezuela, Cuba, Argentina), enquanto outros países optaram por enfatizar o controle e a militarização (Chile, Equador, Bolívia). Há também os que praticamente não adotaram medidas, ou, seguindo seus referentes do norte, consideraram que o fluxo econômico não merece ser interrompido (Brasil, El Salvador) ³.

Para pensar a atuação dos Estados nacionais frente à pandemia, é necessário se colocar no contexto da hegemonia neoliberal que governa o mundo há pelo menos quatro décadas. Entender o neoliberalismo como projeto político desenvolvido pela classe capitalista contra o trabalho (Harvey, 2016) permite dar conta da destruição da estrutura pública dos Estados, que destinaram cada vez menos fundos para as necessidades básicas da maioria da população, como a saúde, a educação, a moradia, levando adiante a precarização da vida da classe trabalhadora. Com o capital financeiro na dianteira, a crise estrutural do capitalismo existe muito antes da chegada do coronavírus. Como disse Rolnik (2020), a pandemia não é a razão da crise, ela escancara a crise, a mostra.

Neste marco, sustentamos que o papel dos Estados nacionais como atores centrais diante da crise aprofundada pela pandemia se torna evidente. As políticas estatais executadas (ou não) pelos governos federais exercem uma influência decisiva no “comportamento das curvas”, ou seja, no número de infecções e mortes resultantes da pandemia. Em suma, a situação atual deixa em evidência que os Estados-nação se constituem como principais garantidores da saúde e se tornam cruciais nas possibilidades de vida ou morte de pessoas ⁴.

Partimos de entender ao Estado como uma relação social, cuja particularidade é a dominação (Sanmartino, 2009; Linera, 2015). Longe de

³ Para uma análise mais detalhada das medidas adotadas por diferentes países, consulte Nercesian (2020), “A pandemia na América Latina” disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/264231-la-pandemia-en-latinoamerica>, ou Callil (2020). Disponível em: <https://www.correiocidania.com.br/2-uncategorised/14136-america-do-sul-e-o-covid-19-diferentes-politicas-resultados-opostos>.

⁴ Um artigo publicado recentemente mostra como os países com maiores casos de COVID tem governos conservadores, e foram os que demoraram em adotar medidas de isolamento. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/lideres-em-casos-de-covid-tem-governos-conservadores-ou-demoraram-a-adotar-isolamento>

pensar no Estado como uma entidade monolítica, pensamos nele como uma cristalização das correlações de forças. O Estado é o garantidor das relações de produção capitalistas, mas não pode ser entendido como um instrumento abstrato e separado, isolado das relações sociais; ele é um produto e produtor dessas relações e está diretamente ligado à luta de classes (Ouviaña, 2002; Orovitz Sanmartino y Thwaites Rey, 2011). Entender o Estado como uma forma política (Mascaro, 1976) como um processo, um conjunto de relações, lutas, símbolos, discursos, recursos (Linares, 2016) permite pensar nos conflitos e disputas, nos diferentes atores sociais, forças e poderes que intervêm. Como diz Thwaites Rey (2019: 25), “esse enxame multifacetado que chamamos de Estado é um tecido complexo, caótico, contraditório, funcional e disfuncional ao mesmo tempo”.

Propomos neste artigo analisar quais foram as posições, medidas e ações adotadas pelos Estados do Brasil e da Argentina nesse contexto⁵, entendendo que as medidas adotadas em nível nacional pelos dois países colocam-se em oposição: um praticamente negando a gravidade da doença, sem medidas de proteção para os trabalhadores e com níveis de maior contágio e morte; o outro, com fortes medidas centralizadas do Estado nacional para proteger a saúde da população, com uma curva de contágio relativamente controlada.

O foco será então colocado nas ações, medidas e posições tomadas pelos dois Estados nacionais diante da pandemia, em busca de pistas sobre qual é o modelo de estado que está sendo colocado e qual é o projeto político que o impulsiona. Ainda, trataremos sobre como essas decisões impactam na possibilidade de sobrevivência das populações.

Argentina

No dia 15 de março foi anunciado o fechamento das fronteiras aéreas e terrestres da Argentina pelo presidente Alberto Fernandez (2019-atual), junto com outras medidas como a suspensão das aulas de todas as escolas fundamentais e de ensino médio no país, e a licença laboral para pessoas maiores

⁵ Dada a velocidade das mudanças dos acontecimentos analisados, é preciso aclarar que este trabalho analisa os eventos ocorridos nos meses de março e abril e de maio de 2020.

de 60 anos.⁶ Segundo os dados oficiais, o país abrigava, naquele momento, 56 casos confirmados de pessoas com COVID-19, e entre elas se contabilizaram as primeiras 2 mortes.⁷ Cinco dias mais tarde, foi anunciado o início do “isolamento social preventivo obrigatório”, mediante o qual todas as pessoas deveriam ficar nas próprias casas, com o objetivo de lograr o “achatamento da curva do vírus”. Naquele momento, 20 de março, o país tinha 158 casos confirmados e 3 mortes. Ambos os anúncios foram feitos pelo presidente da nação em conferências nacionais, nas quais detidamente o presidente se dedicou a explicar as causas das medidas e as recomendações dos especialistas que tinham levado a tomar as decisões, na procura de transmitir calma e também firmeza à população. Foram definidas desde o início as atividades essenciais, que continuariam sendo executadas, enquanto todo o resto da população deveria ficar em suas casas.

A mesma estratégia discursiva do presidente foi usada cada vez que o isolamento foi estendido.⁸ Em um pronunciamento feito no início de abril, o presidente Fernandez falou mais de uma hora, com um Power Point de suporte, explicando os números de contágios, mortes e recuperados na Argentina, comparando os dados com o Brasil e os EUA, para dar conta da eficácia do isolamento.⁹ Insistiu a importância de continuar cumprindo com o isolamento, e repassou algumas medidas tomadas pelo Estado para fazer frente à pandemia, sobretudo nos setores mais vulneráveis. Podemos pensar que a escolha de comparar os dados com o Brasil e com os EUA responde a uma decisão política que, de certo modo, constrói uma fronteira: é a comparação entre projetos políticos e modelos de Estado opostos. Quando expostos ao grande público, os

⁶ A licença laboral para maiores de 60 anos, assim como também para pessoas com doenças que sejam consideradas de risco, implica a isenção do dever de assistência ao local de trabalho, com pleno gozo de sua remuneração. Pretende-se que o trabalho seja feito de maneira remota. Mais informação em: <https://www.pagina12.com.ar/253112-coronavirus-clases-suspendidas-y-fronteras-cerradas>

⁷ Dados do Informe Diário do governo nacional disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/coronavirus/informe-diario>

⁸ No começo era até o dia 31 de março, foi estendido logo até o dia 11 de abril, e mais tarde até o dia 27 de abril, 11 e logo 30 de maio. A última extensão anunciada leva a quarentena até o dia 8 de junho.

⁹ Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-2HbkhpORc>

dados reforçam o distanciamento do projeto de país dos governos escolhidos para se comparar (e, podemos agregar, também marca o distanciamento com o seu antecessor na arena política local, o Mauricio Macri (2015-2019))¹⁰.

Dentre as medidas mais importantes tomadas pelo governo nacional se destacam: Limites de preços para alimentos da cesta básica e produtos de primeira necessidade (19 de março)¹¹; Ingresso Familiar de Emergência (IFE): consiste no pagamento excepcional de \$10.000 (R\$800,00 reais aprox.¹²) durante o mês de abril para pessoas que não tem emprego formal, incluindo os trabalhadores por conta própria nas categorias mais baixas. (23 de março)¹³; Suspensão temporária por cortes de serviços por falta de pagamento: luz, água, gás, telefone, internet e televisão não podem ser suspensos até o fim de agosto (25 de março)¹⁴; Pagamento extraordinário aos trabalhadores da área da saúde: receberão durante os meses de abril, maio, junho e julho um pagamento extra de 5.000\$ (o que equivale a algo próximo a R\$400,00¹⁵) (26 de março)¹⁶. Essas medidas econômicas e sociais buscaram reduzir o impacto da imposição do isolamento obrigatório para a classe trabalhadora, impedida no momento de continuar vendendo sua força de trabalho para subsistir, e foram em grande parte impulsionadas por demandas dos setores populares e de organizações sociais.

¹⁰ O projeto político conduzido pelo Mauricio Macri teve como principal objetivo uma forte ofensiva ao trabalho. O objetivo estratégico foi infligir uma derrota às classes populares para permitir uma reestruturação regressiva do capitalismo local (Mosquera, 2018). Já nos primeiros meses do governo teve uma enorme transferência de riqueza para o setor empresarial, e se construiu em torno a um discurso que postulava ao kirchnerismo como principal inimigo. O retorno ao endividamento externo junto com o impulso da reforma trabalhista e a reforma de previdência marcou os eixos do governo, que deixou o país com um aumento enorme do desemprego, a pobreza e os uma caída muito importante no nível de vida.

¹¹ Essa primeira medida, embora tentasse conter o poder de marcar os preços dos grandes grupos concentrados, teve pouca eficácia. Ver <https://www.argentina.gob.ar/preciosmaximos>

¹² Pesos Arg \$10.000 = R\$ 837,60 (cambio oficial Banco Central Do Brasil 20/05/2020)

¹³ Ver <https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-gobierno-nacional-anuncio-un-ingreso-familiar-de-emergencia-para-trabajadores-informales>

¹⁴ Decreto 311/2020. Mais informação disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/227120/20200325>

¹⁵ Pesos Arg \$5.000 = R\$418,80 (cambio oficial Banco Central Do Brasil 25/05/2020)

¹⁶ Dados oficiais do governo nacional disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/227193/20200327>

Com relação a outros setores sociais como médias e grandes empresas, também foram tomadas uma série de decisões, contempladas centralmente no “Programa de assistência de emergência ao trabalho e a produção” (ATP)¹⁷. Entre as principais, se destacam: o adiamento ou redução de até noventa e cinco por cento (95%) do pagamento de contribuições patronais ao Sistema Integrado de Seguridade Social da Argentina e a habilitação de um salário complementar, que consiste no pagamento pelo Estado Nacional de até 50% do salário dos trabalhadores em relação de dependência do setor privado. A suspensão inicial das demissões pelo governo derivou posteriormente em um acordo com as empresas e os sindicatos para permitir uma redução de 25% nos salários para quem não está em atividade. Essas medidas mostram, mais uma vez, que as políticas não são monolíticas e estão atravessadas constantemente por poderes que as disputam. Além destas, um pacote de assistência financeira procura apaziguar o impacto no setor produtivo, com créditos flexíveis no setor de alimentos e higiene e com investimento público na produção tecnológica, de insumos médicos e industriais.¹⁸

Conforme citado anteriormente, o fechamento da fronteira nacional foi uma das primeiras medidas tomadas: foi vetada a entrada no país de qualquer pessoa não argentina, seja por ar ou por terra, sem importar sua nacionalidade. Mas interessa aqui pensar que também foram construídas outras fronteiras, outros limites dentro do país: entre aqueles que podem e aqueles que não podem deixar suas casas. A determinação de impor o isolamento obrigatório para a maioria da população de forma contundente, junto com a definição de atividades essenciais, foi decisiva. Começa com ela um processo complexo de estabelecimento, definição e negociação de fronteiras internas, que não ocorreu sem conflitos e disputas.

¹⁷ Estabelecido no Decreto 332/2020 no dia 1 de abril.

¹⁸ Para mais informação: <https://www.infobae.com/economia/2020/03/21/las-30-medidas-economicas-que-tomo-el-gobierno-para-paliar-las-consecuencias-del-coronavirus/>

A primeira lista de atividades essenciais incluiu 24 atividades¹⁹. Ela mostra que a gestão da crise, a definição entre quem pode e quem não pode sair, está nas mãos do poder centralizado do Estado. As forças de segurança são as que garantem que as medidas sejam cumpridas por meio de controles, multas e vigilância. Não sem a contraparte dos abusos de poder denunciados por diferentes organizações políticas e organizações de direitos humanos, sobretudo nas periferias mais pobres²⁰.

Na Argentina, o Estado nacional é o ator central diante da gestão de crises, decretando medidas, realizando ações, impondo limites, fronteiras e possibilidades no cotidiano das pessoas²¹. Age tanto no plano discursivo como através de medidas concretas, respondendo aos interesses da maior parte da população: as medidas para cuidar da saúde das pessoas são as prioritárias. O falso dilema saúde versus economia é eclipsado (ao menos temporalmente e não sem pressões) mediante a proteção da vida e a garantia da sobrevivência dos setores mais vulneráveis, da classe trabalhadora como um todo ²².

Ao mesmo tempo, também são levadas a cabo medidas que buscam minimizar o efeito da queda da produtividade, transferindo “gastos” e “responsabilidades” empresariais para o Estado. O delicado equilíbrio com

¹⁹ A lista compreende: pessoal de saúde, forças de segurança, autoridades governamentais, pessoal de justiça, o setor de alimentos como um todo, transporte público e de resíduos, serviços funerários, atividades de comunicação, manutenção serviços básicos (água, eletricidade, gás, internet, telefone), entre outros.

²⁰ A “Garganta Poderosa”, a Comissão pela Memória da Província de Buenos Aires e a CORREPI são três organizações que em suas diferentes redes sociais e declarações oficiais denunciaram os abusos das forças policiais durante a quarentena.

²¹ Vale esclarecer que com o passar das semanas, a quarentena entrou em novas fases onde algumas decisões respeito ao isolamento obrigatório passaram as mãos dos governadores e prefeitos, mas sempre com condução centralizada do governo federal.

²² O forte investimento na área de saúde se soma as medidas econômicas e sociais, para fazer frente à pandemia em um país que vem de quatro anos de um projeto pro empresarial que atacou ferozmente as condições da classe trabalhadora, aumentou o desemprego e produziu um enorme desinvestimento no sistema de saúde. O governo do Macri foi claramente um impulsor de um modelo de país baseado na acumulação financeira, e o poder dos grandes grupos concentrados continua sendo um fator de muito poder. A crise econômica atual do país é um dado preocupante, agravada pela pandemia, e sem dúvidas a pressão da direita e dos grandes grupos econômicos concentrados continua sendo um fator de muito poder, que intervém na arena política e pressiona para impor os próprios interesses.

que lida o governo argentino é constantemente tensionado pelos interesses contrapostos, de distintas frações do capital e do trabalho, e pode ser rompido em qualquer momento.

Só para indicar alguns elementos recentes, é preciso ver que nas primeiras semanas do mês de maio a quarentena se flexibilizou e foi permitida a volta do funcionamento de vários comércios e empresas industriais, como resposta à pressão desses setores econômicos. Começou a haver, também, manifestações - ainda que marginais - de grupos de direita contra a quarentena, animadas por algumas figuras da oposição. Ao mesmo tempo, é notório o aumento de casos nas favelas da Região Metropolitana de Buenos Aires, que deixa exposta a crítica situação sócio-habitacional das periferias²³. A morte de Ramona (Villa 31) e o cerco policial de Villa Azul afetaram profundamente a preocupação dos setores progressistas, e as organizações sociais estão exigindo mais do que nunca a articulação necessária com a política do estado²⁴.

Aparecem então alguns elementos que dão pistas para pensar como se materializam os conflitos entre interesses contrapostos, nos quais os vestígios do capital concentrado se fazem presentes em um cenário renovado, que inclui um novo projeto político e organizações sociais que lutam pela predominância da vida. Como pontuamos no início, mais do que nunca o Estado dever ser pensado como correlação de forças, como espaço constante de fricções, disputas e interesses divergentes.

Por último, cabe ressaltar que o conjunto das medidas do governo argentino estão sendo tomadas em coordenação com todos os governadores

²³ A responsabilidade do prefeito da cidade de Buenos Aires, pertencente ao partido do Macri, no aumento de casos nas favelas de Buenos Aires implica novas discussões que não tem lugar neste artigo, mas são necessárias para entender a disparada da curva nesta área.

²⁴ Ramona Medina era uma comunicadora popular que vinha denunciando há semanas a falta de água e condições de quarentena na Villa 31 (CABA). Ela foi infectada com coronavírus e morreu no domingo, 17 de maio, símbolo das profundas desigualdades sociais que foram grosseiramente expostas pela pandemia. Villa Azul é um bairro na província de Buenos Aires, onde o alto número de contágios levou as autoridades a cercar o bairro através de uma operação policial que foi amplamente difundida pela mídia. As controvérsias e críticas em torno das medidas tomadas em um bairro popular, onde muitas necessidades não são garantidas, geraram vastos debates.

provinciais, em uma tentativa de mostrar unidade e consenso dos governantes dos distintos níveis e, inclusive, de distintas bandeiras políticas ²⁵.

Brasil

No Brasil, torna-se difícil analisar as políticas adotadas contra a expansão do coronavírus sem entrar nas discórdias e conflitos dentro da classe governante. Os confrontos e declarações cruzadas entre o presidente da nação e os governadores, ministros ou mesmo o Congresso nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) disputam o primeiro plano das notícias e manchetes de jornais, juntamente com as mortes em função da COVID-19. Vários autores apontam que a explosão do novo coronavírus precipitou no debate público a disputa entre dois projetos políticos de direita (Fontes 2020, Gomes Ribeiro 2020; André Flores Penha Valle e Del Passo, 2020). Como diz Dino (2020), o Brasil enfrenta dois tipos de patologias: uma de saúde, ligada ao vírus, e outra de natureza política.

Em uma visão geral, estamos diante de um governo nacional que negou, tanto quanto possível, a incidência do vírus e sua gravidade, com base em declarações contraditórias e inconsistentes, realizadas pelo presidente Jair Bolsonaro (2018-atual). Se no pronunciamento de 24 de março o vírus não ia além de uma “gripezinha ou resfriadinho” com o qual não havia necessidade de se preocupar, uma semana depois ele declarava “estamos enfrentando o maior desafio da nossa geração” ²⁶. Ao contrário do caso argentino, os discursos do presidente Bolsonaro são curtos e suas aparições na mídia são esporádicas (em geral quando se desloca de um lugar para outro ou na frente do palácio governamental). Suas posições em relação à gravidade da pandemia flutuaram,

²⁵ Uma das coisas que se destaca é a coordenação com os governadores provinciais e a decisão de mostrar unidade. Antes dos anúncios mais importantes, o presidente se reuniu - por videoconferência - com todos os líderes provinciais, que apoiam as medidas conjuntas e fazem declarações de acordo, tomando as medidas correspondentes para cada estado. Mais informação: https://www.clarin.com/politica/videoconferencia-gobernadores_0_QrycEYeoc.html

²⁶ Declarações feitas o dia 30 de março. Registradas na Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/de-gripezinha-a-pedido-por-uniao-compare-os-pronunciamentos-de-bolsonaro-na-crise-do-coronavirus.shtml>

mas sempre seguiram a mesma direção em relação às prioridades: a economia não pode parar e o governo nacional sempre se posicionou contra o isolamento social obrigatório. A afirmação de que a continuidade das atividades econômicas é inevitável buscou até justificar-se com base nos meios de subsistência dos mais vulneráveis: “O efeito colateral das medidas de combate ao coronavírus não pode ser pior do que a própria doença”, referindo-se à importância dos trabalhadores informais poderem continuar tendo sua renda diária - arriscando suas vidas, claro. Até a data dessas declarações, em 30 de março, o Brasil já tinha 159 mortes e 4.579 casos contagiados, segundo dados do Ministério da Saúde ²⁷.

Acrescenta-se a este cenário as manifestações nas ruas por grupos de extrema-direita, que tentam criar um clima de intimidação incitando a violência ²⁸ e/ou pedindo intervenção militar no Congresso Nacional ²⁹.

Focalizando no enfrentamento da pandemia, no nível nacional a medida mais importante adotada³⁰ com relação à classe trabalhadora foi o estabelecimento de um auxílio financeiro para trabalhadores informais de baixa renda, que busca minorar as restrições econômicas impostas pela pandemia. A medida contempla o pagamento de R\$600,00 por três meses a quem se cadastrar e atender aos requisitos ³¹. Como no caso argentino, a demanda do auxílio emergencial superou em muito o estimado pelos governos, e nos dois países ainda há muitas pessoas que não receberam. Foi declarada também a proibição dos cortes na energia elétrica (24 de março) em residências e locais essenciais. Além dessas duas medidas mencionadas, não há registros de outras medidas econômicas nem sociais importantes dirigidas a reduzir os efeitos negativos da pandemia entre os trabalhadores tomadas pelo governo central.

²⁷ Dados oficiais disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>

²⁸ Ver <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/05/03/fas-de-bolsonaro-celebram-dia-da-liberdade-da-imprensa-socando-jornalistas.htm>

²⁹ Ver <https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html>

³⁰ A medida é fruto da pressão da bancada da esquerda.

³¹ Mais informação em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-auxilio-emergencial-de-r-600-covid-19>

Apesar de a orientação do ex-ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, ter sido a de estabelecer o isolamento social obrigatório, ele não foi declarado em todo o território nacional. Se esta é a única medida atual eficaz contra o vírus, torna-se este o elemento central para entender a imensidade de casos no Brasil. A decisão e gestão das medidas de isolamento foram transferidas aos governadores, prefeitos municipais e autoridades institucionais.³² O resultado é um mapa complexo, um caleidoscópio heterogêneo de medidas e decisões em diferentes níveis que, além da pouca eficácia sanitária, traz à luz ou aprofunda as disputas políticas, mesmo entre os que ocupam o mesmo espectro político³³.

Em meados de abril, com 1.924 mortes no país, Mandetta foi dispensado do Ministério de Saúde e substituído por Nelson Teich, que em suas primeiras declarações garantiu um completo alinhamento com o presidente. O novo ministro não completou seu primeiro mês no cargo, e na data atual o país segue sem ministro designado na área. No meio da pandemia, a pasta ficou a cargo do general interino Eduardo Pazuello, quem vem da ala militar³⁴.

As medidas tomadas pelo governo federal para lidar com o vírus seguiram os interesses das grandes empresas, dos bancos e do setor financeiro. Ressalta-se, entre elas, a autorização para redução de salários de empregados por até 3 meses, com compensação parcial do Estado, e a eliminação de indenizações de empresas “prejudicadas” pela crise. Foram também declaradas novas regras para controle

³² Ver <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>

³³ É o caso do Estado de São Paulo, onde o governador João Doria (PSBD)- até então aliado político do presidente- estabeleceu a quarentena obrigatória, não sem tensão. A decisão de vários governantes de declarar isolamento obrigatório provocou críticas do presidente, ao mesmo tempo em que gerava desapego e distanciamento de seus seguidores mais próximos. Além disso, acrescentam-se as críticas internacionais às ações irresponsáveis do governo nacional brasileiro, que continua priorizando a reprodução da lógica do capital, independentemente do número de mortes.

³⁴ A troca e os abandonos das pastas importantes não se resumem apenas ao âmbito da saúde. Estendem-se, por exemplo, ao Ministério da Justiça, cujo ex-ministro Sergio Moro foi um dos principais expoentes que contribuíram com a eleição de Bolsonaro. O juiz responsável pelo encarceramento de Lula (Luiz Inácio Lula Da Silva) deixou o governo com fortes acusações contra o presidente Bolsonaro por obstrução da justiça. Tratam-se de trocas de acusações que acentuam ainda mais a crise política brasileira, no meio da pandemia.

de lavagem de dinheiro para empresas com ações na bolsa; a possibilidade de renegociação de dívidas de empresas com bancos; a liberação de empréstimos para os bancos, entre outras ³⁵.

No plano das atuações restritivas, também foram fechadas as fronteiras externas, embora de forma escalonada. A primeira proposta de fechar a fronteira com a Venezuela (18 de março) mostra mais uma vez o alinhamento político do país com os Estados Unidos contra “o inimigo externo”; enquanto o Uruguai, aliado de direita, foi deixado por último. Aparecem aqui também os contrastes e delimitações como demarcadores do projeto político.

No plano interno, a fronteira entre quem pode sair e quem não pode não é definida pelo estado central, e a decisão depende, como já foi dito, de cada estado ou município. As medidas foram contundentes para salvar as empresas e o lucro do capital, mas não para garantir a saúde e a vida da classe trabalhadora. A gestão de crises se individualiza e são os próprios sujeitos que decidem se é conveniente sair ou não, até onde se deslocar, e em quais situações. São eles quem ficam no comando das decisões e quem serão responsabilizados ou culpados no fim das contas se pegar o vírus. Uma amostra bruta da hegemonia da razão neoliberal (Dardot e Laval, 2016).

Torna-se importante destacar que isto não significa que o Estado se retira, mas que ele responde aos interesses de certos grupos em detrimento de outros. O Estado se curva às regras da eficácia das empresas privadas, e responde ao projeto político de um governo empresarial. O papel do Estado no Brasil atual é o de garantir, a qualquer custo, a ordem e a regulação do mercado. Estamos diante de uma lógica da mercadorização da instituição pública obrigada a funcionar de acordo com as regras empresariais (Dardot e Laval, 2016). As palavras do Ministro de Economia Paulo Guedes são esmagadoras: “Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias” ³⁶.

³⁵ Boletim feito pelo Brasil Real Oficial: <https://brenocosta.substack.com/>

³⁶ Declarações feitas em uma reunião dos Ministros com o presidente no dia 22 de abril e difundido pela mídia um mês depois, gerando um grande escândalo nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/>

Para entender a gestão da pandemia no Brasil é necessário localizá-la em um quadro mais amplo do funcionamento do capitalismo neoliberal contemporâneo.

Tanto as ações quanto as omissões do governo federal, em especial as do atual chefe do executivo, ridicularizado pela imprensa internacional, podem ser entendidas como parte de uma política perversa mais ampla de deixar morrer os mais vulneráveis, os pobres, os mais idosos, aqueles que não são considerados úteis ou produtivos, que face às circunstâncias já se encontram relegados à condição de “mortos vivos” (Granada, 2020, p. 2).

Mais uma vez, se torna evidente que quarenta anos de dominação da ideologia neoliberal no mundo desmantelaram a capacidade dos Estados nacionais de enfrentar situações críticas como as da atual pandemia, deixando-os fracos e frágeis diante dos avanços do capital. No caso do Brasil, isso é exacerbado como resultado das políticas de exclusão social e sufocação do regime político democrático em vigor desde 2016 (Pochmann, 2020). O desmantelamento do sistema público de saúde, deixando milhões de pessoas sem as condições básicas de atendimento, aumenta o autoritarismo presidencial, dando origem a um regime neofascista dada a dimensão do genocídio que está ocorrendo, um verdadeiro darwinismo social (Lowy, 2020; Boaventura, 2020; Leher 2020).

A ideia de necropolítica aparece com força em diferentes análises de cientistas sociais (Dunker, 2020; Dino, 2020). A categoria proposta por Mbembe (2016) para pensar na capacidade do Estado de decidir sobre quem pode viver e quem pode morrer, parece potente para explicar a situação atual do Brasil. Seguindo o Saffatle (2020) “Um Estado como o nosso não é apenas o gestor da morte. Ele é o ator contínuo de sua própria catástrofe, ele é o cultivador de sua própria explosão”.

Considerações finais

Propusemos neste trabalho pensar como dois Estados latino-americanos enfrentam a situação crítica exposta pela pandemia de COVID-19. A expansão do novo coronavírus não faz mais do que deixar em evidência, abrir, expor, e em todo caso aprofundar, a crise do sistema capitalista governado pela hegemonia neoliberal durante as últimas décadas.

Os projetos políticos dos diferentes governos nacionais devem ser entendidos a partir deste pano de fundo, como processos constantes de disputas de interesses, em um mundo no qual o avanço da lógica financeira do capital vem destruindo a classe trabalhadora. A correlação de forças é dinâmica e está em constante disputa, cristalizando-se, em certos momentos históricos, em determinados modelos de Estado, que podem tentar frear ou acelerar o processo de acumulação.

Frente à expansão da pandemia, a Argentina e o Brasil se constituem em modelos opostos. No primeiro, as medidas de prevenção e políticas públicas voltadas à classe trabalhadora (embora também existam para a classe empresarial) aparecem rapidamente, de mãos dadas com um projeto político que busca - dentro de seus limites - priorizar a saúde e a vida das pessoas. O recente triunfo da fórmula de Fernandez-Fernandez em dezembro passado junto às políticas adotadas diante da pandemia abre caminhos para pensar qual é o modelo de estado que será colocado. Estamos diante do retorno de um estado «neo-desenvolvimentista», «neo-keynesiano» ou pelo menos «pós-neoliberal»? Ainda, talvez os conceitos antigos não sirvam para teorizar essa nova experiência. Não faltam reflexões sobre isto (Grimson, 2020, Natanson, 2020) e os caminhos a serem tomados ainda não estão definidos.

O Brasil, pelo contrário, aparece como o caso em que a necropolítica é exposta pelas mãos de um regime estatal neofascista. A exacerbação da razão neoliberal que deixa nas costas dos sujeitos individuais qualquer responsabilidade se torna mais evidente ainda.

Se compararmos os dados das mortes dos dois países, o contraste é explícito. Na Tabela 1 são apresentados os números semanais, a partir dos informes oficiais de cada país. Seguindo a proposta de pesquisadores da Universidade Nacional de Buenos Aires (UBA)³⁷, a coleta de dados começa no dia 17 de março, quando os dois países tiveram 2 casos de mortes por coronavírus. No final do mês de março, o Brasil tinha 201 casos e a Argentina 27. Já no dia 5 de maio, enquanto o Brasil contabiliza 7921 mortes, a Argentina tinha 264. Finalmente, o último dado do dia 26 de maio deixa em evidência a disparada da curva no Brasil, com 24.512 mortes, frente à relativamente controlada situação de Argentina, com 484 mortes.

Tabela 1

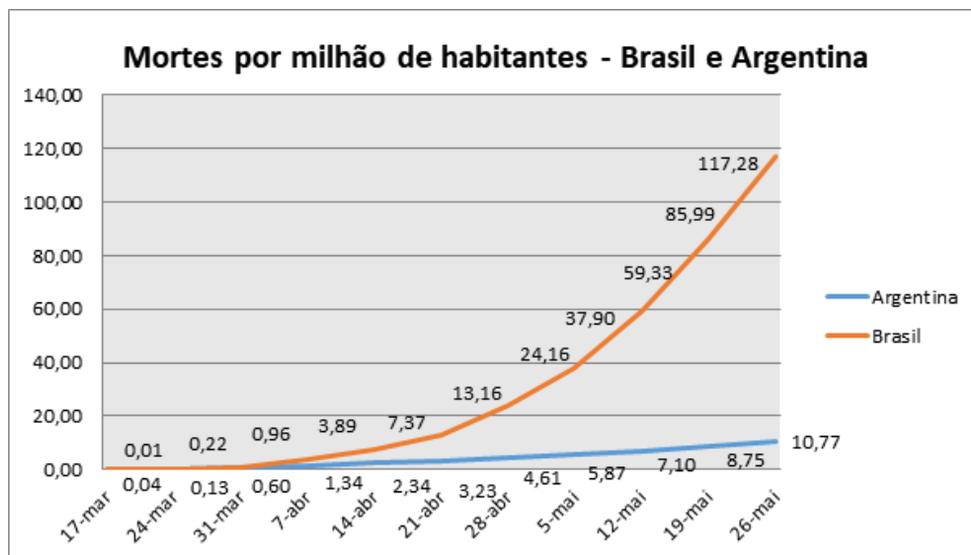
N° de mortes por COVID-19 - Brasil e Argentina		17-mar.	24-mar.	31-mar.	7-abr.	14-abr.	21-abr.	28-abr.	5-mai.	12-mai.	19-mai.	26-mai.
Brasil		2	46	201	814	1541	2751	5050	7921	12400	17971	24512
Argentina		2	6	27	60	105	145	207	264	319	393	484

Fonte: Ministério de Saúde do Brasil e Informes diários do governo da Argentina. Elaboração própria.

Dada a diferença no número de habitantes de ambos os países, também é feita uma comparação relativa, em termos do número de mortes por milhão de habitantes. O Gráfico 1 mostra a diferença nas curvas. É importante deixar claro que é considerado o número de mortes e não o número de infectados porque o mesmo varia muito segundo a quantidade de testes feitos e a velocidade da obtenção dos resultados dos mesmos, nos distintos momentos de cada país (Pesquisa UBA).

³⁷ Divulgaram um estudo no qual compararam estatisticamente o número de casos nos dois países. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/263486-coronavirus-un-analisis-comparativo-entre-brasil-y-argentina>

Gráfico 2



Fonte: Ministério de Saúde do Brasil e Informes diários do governo da Argentina. Elaboração própria.

Quando a comparação é feita a partir das mortes por milhão de habitantes, a marcada diferença nas curvas se confirma. Se no dia 17 de março Argentina tinha 0,01 mortes por milhão de habitantes, Brasil tinha 0,04. Com o passar das semanas, esses dados chegam no dia 26 de maio a 117,28 para o Brasil e 10,77 para a Argentina.

Esses números não apenas mostram, como sugerimos no início, que a pandemia deixa em evidência a centralidade do papel dos Estados nacionais. Mostram também que as medidas adotadas (ou não) e os modelos de Estado colocados são decisivos nas possibilidades de vida ou morte das pessoas.

Para além das ações definidas para os distintos grupos sociais, a determinação de impor o isolamento obrigatório em todo o território nacional desde o início, aparece como decisiva na diferença das curvas. A negativa de fazê-lo no Brasil deixa as consequências à vista. Em períodos de crises, se torna central a administração do poder por parte dos governos nacionais.

Esse fenômeno histórico que estamos vivenciando abre várias reflexões (Rolnik, 2020; Orovitz 2020; Svampa, 2020) sobre as possibilidades de romper a hegemonia neoliberal que governa o mundo e a reconstrução de novos papéis dos Estados como protagonistas do bem-estar econômico, político e social das populações. Como aponta Teruggi (2020), essa tendência foi crescente na América Latina, com as revoltas do ano passado no Equador, Chile ou a vitória eleitoral do Frente de Todos na Argentina. No entanto, podemos acrescentar, compensados pela persistência do neofascismo no Brasil ou o golpe de estado na Bolívia.

A forma que os estados latino-americanos assumirão na pós-pandemia dependerá da dinâmica correlação de forças, da capacidade dos diferentes atores, grupos e organizações sociais de equacionar demandas e impô-las, em uma arena em constante disputa. Mais uma vez, torna-se central pensar nos Estados como arenas de disputa, como espaços de cristalização de lutas sociais.

Ainda, dependerá de como se desdobra a luta de classes, pois estamos sempre refletindo dentro dos limites do sistema capitalista. As possibilidades de construção de outro sistema social não foram deixadas de fora da catarata de reflexões em tempos de quarentena³⁸, mas excedem os objetivos deste artigo. Como Boaventura (2020) aponta, o retorno à “normalidade” é cheio de perguntas incertas.

Referências bibliográficas

CALLIL, Gilberto. América do Sul e o Covid-19: diferentes políticas, resultados opostos. *Correio da cidadania*. 16/04/2020. Disponível em: <https://www.correiodacidadania.com.br/2-uncategorised/14136-america-do-sul-e-o-covid-19-diferentes-politicas-resultados-opostos>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

³⁸ Ver por exemplo Zizek (2020).

DINO, Flavio. Coronavírus e fascismo: patologias que desafiam o Brasil. In: *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois* / Recurso digital. – Projeto Editorial Praxis. 2020.

DUNKER, Christian. Oniropolítica contra Necropolítica. *Carta Maior*. 12/04/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Onipolitica-contra-Necropolitica/52/47139>

FLORES PENHA VALLE, André e DEL PASSO, Octavio F. As frações burguesas na crise da covid-19: apontamentos preliminares. *Brasil de Fato*. São Paulo, 16 de abril 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/artigo-as-fracoes-burguesas-na-crise-da-covid-19-apontamentos-preliminares>.

FONTES, Virgínia. Coronavírus e a crise do Capital. *Entrevista realizada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe*. 2020. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1883/coronavirus-e-a-crise-do-capital-entrevista-com-virginia-fontes>

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Democracia, Estado, Nación*. Vicepresidencia del Estado Plurinacional. La Paz. 2016.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Una lectura a partir de Poulantzas. Estado, democracia y socialismo. *Conferencia publicada en Rebelión*. 2015. Disponível em: <https://rebellion.org/estado-democracia-y-socialismo/>

GOMES RIBEIRO, Marcelo. A hegemonia no debate público de dois projetos do espectro político de direita. *Observatório das metrópoles*, 26/03/2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-hegemonia-no-debate-publico-de-dois-projetos-do-espectro-politico-de-direita/?utm_source=Boletim&utm_medium=E-

GRANADA, Daniel. A gestão da pandemia do Coronavírus (Covid 19) no Brasil e a necropolítica: Um ensaio sobre uma tragédia anunciada. *Portal da ANPOCS*, 07/04/2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2327-boletim-n-15-a-gestao-da-pandemia-do-coronavirus-covid-19-no-brasil-e-a-necropolitica-um-ensaio-sobre-uma-tragedia-anunciada>

GRIMSON, Alejandro (coomp.) *El futuro después del COVID – 19*. Argentina Unida. Buenos Aires. 2020.

HARVEY, David. Neoliberalism Is a Political Project. *Entrevista publicada em Revista Jacobim*. 2016.

LEHER, Roberto. Darwinismo social, epidemia e fim da quarentena: notas sobre os dilemas imediatos. *Carta Maior*. 29/03/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Darwinismo-social-epidemia-e-fim-da-quarentena-notas-sobre-os-dilemas-imediatos/4/46972>

LOWY, Michael. “Gripezinha”: O neofascista Bolsonaro diante da epidemia. In: *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois* / Recurso digital. – Projeto Editorial Praxis. 2020.

MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaio*. N. 32. Rio de Janeiro, 2016.

MOSEQUERA, Martín. Reflexiones apresuradas sobre la crisis en curso. Hay un gran desorden bajo el cielo ¿la situación es excelente? Buenos Aires. *Revista Intersecciones*, 2018.

NATANSON, José. Argentina, el virus y el presidente. *Nueva Sociedad* 287, Mayo - Junio 2020.

OROVITZ SANMARTINO, Jorge. Apuntes para comprender el Estado y la política en Argentina (2001-2011). *IX Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. 2011

OROVITZ SANMARTINO, Jorge. Crisis, acumulación y forma de Estado en la Argentina post-neoliberal. *Cuestiones de Sociología La Plata* No. 5-6, 2009, pp. 235-253.

OUVIÑA, Hernán. El Estado: su abordaje desde una perspectiva teórica e histórica. In: Lifszyc, Sara (comp.). *Introducción al conocimiento de la Sociedad y el Estado*. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2002.

POCHMANN, Marcio. Sobre o papel do estado na economia e covid-19. In: *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois* / Recurso digital. – Projeto Editorial Praxis. 2020.

ROLNIK, Raquel. Conferência virtual: Derecho a la ciudad en tiempos de pandemia. *Civitic Estudios Urbanos e Flaco*. 6/5/2020.

SAFATLE, Vlademir. Bem-vindo ao estado suicidário. In: *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois* / Recurso digital. – Projeto Editorial Praxis. 2020.

SVAMPA, Maristella. Reflexiones para un mundo post-coronavirus. In: *La fiebre*. Editorial ASPO. 2020.

TERUGGI, Marco. Lo que confirmó y nos quebró el coronavirus. *Página 12*. Buenos Aires. 8/04/2020. Disponible In: <https://www.pagina12.com.ar/258193-lo-que-confirmo-y-nos-quebro-el-coronavirus>

THWAITES REY, Mabel. Apuntes (modestos) para pensar (y superar) los límites que se imponen a los anhelos de la izquierda. (In): NICANOFF, Sergio M. (Org.). *Resistencia o Integración*. Dilemas de las organizaciones populares de Argentina y América Latina. Cuadernos de Contrahegemonía. Buenos Aires: Revista Herramienta, 2019. pp. 11-36.

ŽIŽEK, Slavoj. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill. In: *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO. 2020.

“A CULPA É DA CHINA!”: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS, NARRATIVAS E ESTRATÉGIAS DA HASHTAG #VIRUSCHINES NO TWITTER

Paulo Henrique Dantas¹

O mês de março de 2020 foi marcado por uma crise diplomática iniciada pelo Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, que atribuiu à China a culpa pelos danos materiais e humanos do novo coronavírus: “[...] A culpa é da China e liberdade é a solução”. Em seguida, o então Ministro² da Educação Abraham Weintraub também teceu comentários nas redes sociais sobre a responsabilidade da China na criação e propagação do vírus:



Figura 1: Twitter oficial do ministro Abraham Weintraub.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: paulohenrique.ba@gmail.com

² Seguindo a mesma linha, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, definiu o vírus como “comuna vírus” em seu blog pessoal, argumentando que a COVID-19 é parte de um plano comunista global que tem parceria com a Organização Mundial da Saúde, a OMS, que estaria dando o primeiro passo para a “solidariedade comunista global”.

Diante das controvérsias envolvendo o governo brasileiro e a China, as redes sociais rapidamente reagiram aos embates. Uma das *hashtags* criadas no *Twitter* que deram apoio, em certa medida, aos discursos do governo foi a #VirusChines.

A proposta deste ensaio é investigar os conteúdos relacionados à *hashtag* citada, apresentando como os discursos, narrativas e disputas que ela mobiliza reforça os inimigos internos e externos do governo Bolsonaro no contexto de polarização política no Brasil que se aprofundou no início da pandemia da COVID-19. Pretende-se identificar os processos de construção de discursos, narrativas, símbolos e estratégias políticas e discursivas no interior da *hashtag*.

Aspectos Metodológicos

De acordo com Paiva et al. (2017) o *Twitter* é uma rede social que tem o objetivo de ampliar a possibilidade de participação no debate público devido à natureza da comunicação possibilitada por seu formato técnico. Essa rede permite que pessoas se comuniquem diretamente por meio de textos curtos (*tweets*) e menções a outros usuários (*mentions*), compartilhamento de postagens (por meio de *retweets*) e engajamento em determinados tópicos ou assuntos (utilizando *hashtags*). Cada *hashtag* utilizada no *Twitter* é uma espécie de demarcador de um determinado assunto, discurso ou estratégia. Desta forma, a *tag*³ selecionada é uma espécie de coletânea de diversos posts dentro de um só.

O corpus de dados da pesquisa utilizadas para este ensaio são todos os *tweets* que mencionaram a *hashtag* #VirusChines entre 12 e dia 20 de abril de 2020. O material foi levantado⁴ utilizando o site <https://netlytic.org/>, que foi o

³ Outra nomenclatura para *hashtag*.

⁴ O levantamento se refere a uma ferramenta de coleta de dados, trata-se de um processo de extrair informações. Foi utilizado o levantamento totalmente misto discutido por Terry e Braun (2019), nesta abordagem o foco é qualitativa e quantitativa, importa o conteúdo discursivo do *tweet* assim como sua frequência.

endereço eletrônico⁵ responsável por coletar a cada 15 minutos todos os *tweets* da *hashtag* escolhida. O saldo total da coleta foi de 10.000 posts, número esse que é o limite estabelecido pelo site como capacidade máxima de armazenamento. O recorte temporal foi escolhido de maneira a tentar acompanhar o pico de publicações dentro da *hashtag*. Além disso, a terceira semana de abril marca a demissão do ex-Ministro Luis Henrique Mandetta.

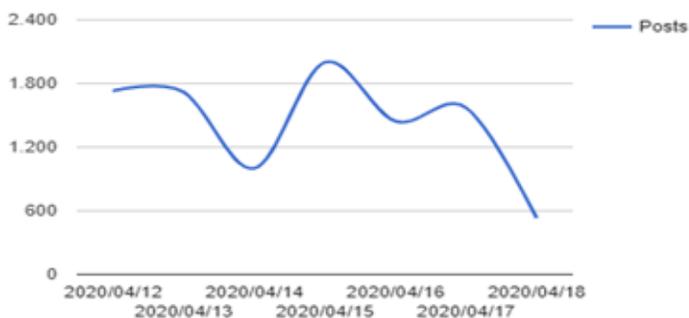


Gráfico 1: comparativo sobre o número de posts em relação aos dias de coleta.

A metodologia escolhida foi a análise de conteúdo⁶ (AC), que consiste em uma importante ferramenta de análise. A abordagem pressupõe uma leitura crítica dos fragmentos textuais, permitindo que os textos sejam identificados e organizados na análise, o que possibilita relações de frequência, agrupamento (clusters) de discursos dos *tweets* e sua interconexão com o contexto político e histórico.

⁵ As ferramentas eletrônicas para coleta de dados estão sendo cada vez mais utilizados para coletar dados de difícil acesso (Terry e Braun, 2019). Além disso apenas esses recursos são capazes de viabilizar levantamentos em comunidades ou ambientes que só existem on-line, como no caso da *hashtag* #VirusChines.

⁶ Um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássica de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, considerável atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades” e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida. (BAUER, 2015, p. 190).

De maneira preliminar, foram realizadas rodadas de leitura de 10 posts por cada dia coletado. Esse processo foi importante para o conhecimento dos textos levantados e ajudaram na construção de categorias para agrupar, organizar e codificar os *tweets*. O procedimento foi relevante pois, conforme apontou Braun e Terry (2019), é vital destinar tempo para a familiarização com o conjunto de dados, uma vez que não houve o envolvimento direto do pesquisador na coleta dos dados.

Após a fase de coleta e leitura de parte do material, o corpus foi trabalhado em um *Computer-assisted qualitative data analysis software* (CAQDAS⁷) para realizar a fase de codificação⁸ e em um questionário digital. A título de informação para o leitor, todos os @ de usuários foram deletados⁹ na leitura para desidentificar os autores e preservar sua privacidade. Salienta-se que foram necessárias leituras da totalidade dos *tweets* para alcançar filtros e reduções no material coletado. O critério adotado foi o de preservar os posts originais e excluir os *retweets*, que repetem o mesmo texto. Desta forma foram codificados 658 *tweets* que podem ser considerados o coração da *hashtag* #VirusChines. Os outros 9300 textos se tornam debates e repetições massivas dos 658 preservados. Após esse processo, foi gerado um relatório com 60 páginas incorporado ao software ATLAS.TI. No tratamento dos dados, foi utilizado a análise categorial¹⁰.

⁷ Os softwares ATLAS.TI e *Sphinx* foram utilizados.

⁸ Bauer (2015) define a codificação como o agrupamento de passagens de textos comuns dentro de códigos teóricos e empíricos que permitem uma interação entre pesquisador e o objeto. Esse processo envolve a identificação, o registro de fragmentos textuais, localização geográfica e principais contas disseminadoras de conteúdo.

⁹ Favaro et al (2019) traz ao debate a questão ética dos dados digitais. Cada vez mais os arquivos são arquivados e rastreáveis nas redes sociais, diante dessa questão os *tweets* não serão copiados e colados na sua originalidade. A maneira encontrada foi transmitir a ideia central dentro dos agrupamentos de posts.

¹⁰ A análise categorial consiste em calcular e comparar as frequências de certas características (na maior parte das vezes, os temas evocados) previamente agrupadas em categorias significativas. Baseia-se na hipótese segundo a qual uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante para o locutor (Quivy e Campenhoudt, 2005).

A *Hashtag* #VirusChines em dados

Para uma melhor compreensão, serão apresentados os *tweets* e seus agrupamentos de maneira completa e, no próximo tópico, serão debatidos os dados de uma maneira teórica. O gráfico 2 está estruturado em colunas que representam temáticas, os temas são categorias criadas durante a leitura¹¹ sistemática dos *tweets* e aplicados durante o processo de codificação utilizando o software Atlas.TI.

Salienta-se que mesmo após a redução dos 10.000 *tweets* iniciais para 658 não foi possível identificar dentre esse número a presença ou não dos robôs. A existência de disparos automáticos e de BOT¹²s controlados para a disseminação de conteúdos que serão replicados por perfis humanos é uma realidade em redes sociais como o Twitter, sobretudo em questões políticas e ligadas ao clã Bolsonaro. A produção em larga escala de alguns discursos que se espalham de maneira viral (isto é, massiva e sem controle) sobre a rede social, acende um alerta sobre ações coordenadas por pessoas e instituições informais como o Gabinete do Ódio. É evidente que tamanha estrutura de criação de *memes*, *hashtags* e conteúdo necessita de um financiamento além de equipe técnica capacitada para operar na rede. Além disso, os trabalhos¹³ da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI sobre notícias falsas apontou que o governo repassa verba de publicidades para sites disseminadores de *fake news*. Gerando um financiamento e capitalização de portais que podem criar conteúdos e financiar agentes engajados no Twitter.

¹¹ A leitura geral dos 658 *tweets* foi direcionada para a criação de categorias temáticas, a finalidade foi de abarcar *tweets* por um mesmo tema em comum.

¹² Diminutivo de Robot, trata-se de um robô treinado para ações repetidas.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/03/anuncios-pagos-pelo-governo-foram-veiculados-em-mais-de-2-milhoes-de-canais-com-conteudo-inadequado.ghtml>. Acesso em: 04 jun. de 2020.

A real existência¹⁴ de um gabinete articulado politicamente com o presidente Jair Bolsonaro e que possui funcionários ligados¹⁵ ao Palácio do Planalto foi comprovada pelo Inquérito¹⁶ 4781 (Inquérito das *Fake News*) do Supremo Tribunal Federal que culminou em 29 mandados de busca e apreensão. Além disso o *Facebook*¹⁷ e o *Twitter*¹⁸, ambas as redes sociais tiraram de circulação dezenas de páginas ligadas ao presidente Jair Bolsonaro e aos seus filhos. Dito isto, levanto a reflexão e possibilidade dos *tweets* investigados possuírem um caráter robótico, oriundo do gabinete do ódio e utilizados como ferramentas para desresponsabilizar o Estado durante a pandemia de COVID-19 e favorecer o clã Bolsonarista nas redes.

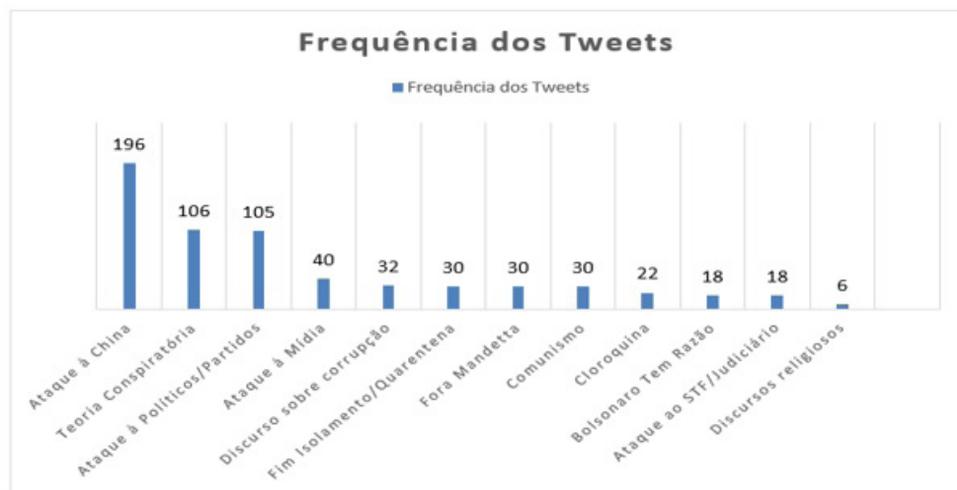


Gráfico 2: Frequência dos tweets em comparação as categorias de análise.

¹⁴ Disponível em: <https://istoe.com.br/o-gabinete-do-odio-existe-ponto-final/>. Acesso em: 19 ago. 2020

¹⁵ Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/comecam-a-aparecer-os-membros-do-gabinete-do-odio/>. Acesso em: 19 ago. 2020

¹⁶ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/policia-federal-cumpre-29-mandados-em-5-estados-e-df-em-inquerito-do-stf-sobre-fake-news/>. Acesso em: 19 ago. 2020

¹⁷ Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/08/facebook-derruba-rede-de-contas-ligadas-ao-cla-bolsonaro.htm>. Acesso em: 19 ago. 2020.

¹⁸ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/24/interna_politica,874991/twitter-bloqueia-contas-de-investigados-no-inquerito-das-fake-news.shtml. Acesso em: 19. ago. 2020.

Como vetor principal de análise deste ensaio, a discussão dos dados irá se pautar na categoria Ataque à China, pois esse código é elemento central na articulação com os demais agrupamentos de *tweets*. Com 196 posts publicados, a categoria foi a que mais contabilizou postagens.

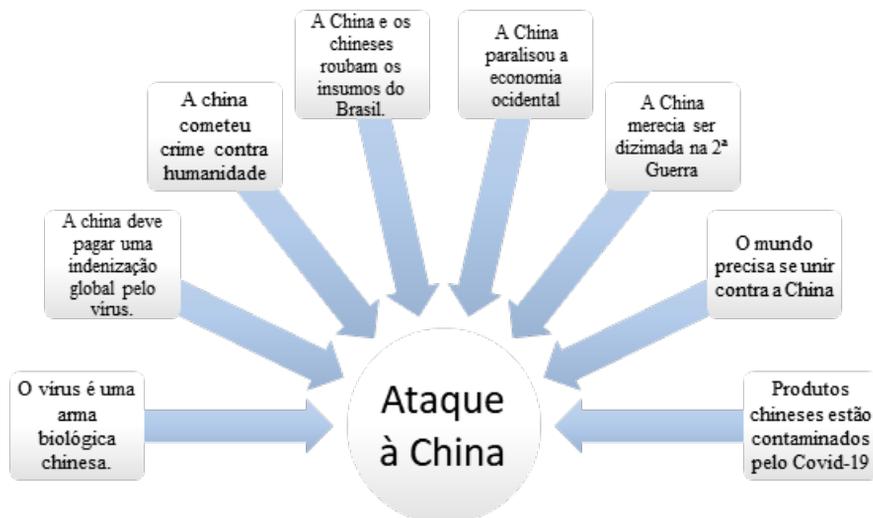


Figura 2: Argumentos centrais extraídos da categoria ‘Ataque à China’.

O país asiático foi responsabilizado por ser o criador do novo coronavírus. Nos *tweets* reunidos apresenta-se a ideia de que existiu uma ação deliberada da China de criar o vírus em laboratório e transmiti-lo para o resto do mundo. A intenção por detrás desse ato seria o plano de implementação do comunismo em uma escala global. É fundamental destacar que muitos dos conteúdos ofensivos à China na terceira semana do mês de abril foram desdobramentos da crise institucional entre o deputado federal Eduardo Bolsonaro e a Embaixada da China no Brasil. Alguns *tweets* dirigiam as ofensas diretamente à Embaixada Chinesa. Algumas publicações cobram do país asiático uma indenização mundial para todos os países afetados pelo novo coronavírus, além de exigir justiça pelo fato de a China ter elaborado e executado “um crime contra humanidade”.

Outros posts remetem à 2ª Guerra Mundial, período no qual defendem que a China deveria ter sido “deletada do mapa” e que o sofrimento¹⁹ do povo chinês não foi o bastante.

A categoria e a *hashtag* em si também abarcam desdobramentos da prisão de uma quadrilha²⁰ liderada por um chinês, cujos membros estavam envolvidos no roubo de testes de COVID-19 e insumos hospitalares no aeroporto internacional de Guarulhos. Tal evento deu combustível para associar a China com o acontecimento e inflar ainda mais os ataques genéricos ao país na rede social. Na interpretação dos participantes, a Embaixada Chinesa teve participação direta na coordenação da ação criminosa, os usuários cobraram da embaixada chinesa um pedido de desculpas e reparação financeira pelo roubo no aeroporto dos materiais e insumos para o combate ao Corona Vírus.

Nota-se, também, a construção de uma sinofobia por meio de um grande esforço ofensivo contra todo povo chinês. Palavras como “porco”, “nojento”, “repugnante” marca muitos dos *tweets* analisados. O mundo, na visão dos usuários da *hashtag*, deveria se isolar daquilo que é mais nefasto, podre e maldito: a China e os chineses. Dentro da categoria “Ataque à China” percebe-se várias narrativas que buscam construir uma imagem negativa e criminosa sobre a China e o Partido Comunista Chinês. Os *tweets* têm por característica criar, estabelecer e reforçar valores sinofóbicos.

Um outro aspecto dos *tweets* enquadrados nesta categoria é o alto grau de coesão e uniformidade do seu conteúdo e dos seus argumentos. Os 7 argumentos ou linhas de estratégias presentes na figura 2 embasam todos os 196 *tweets* encontrados em “Ataque à China”. Tal fato levanta uma possibilidade da existência de uma ação coordenada por um grupo político que gerencia os conteúdos e auxiliam na sua disseminação. Uma possível hipótese explicativa para

¹⁹ A China foi alvo de um grande massacre que antecedeu a 2ª guerra mundial. Sobre o massacre de Nanquim: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-massacre-de-nanquim-japao-imperial.phtml>

²⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/14/chines-es-preso-por-suspeita-de-liderar-roubo-de-testes-de-coronavirus.htm>. Acesso em: 18 ago. 2020.

as agressões ao país asiático para atender a interesses políticos é a declaração²¹ do presidente Bolsonaro sobre a corrida das vacinas: “Não é daquele outros país não, tá ok, pessoal? É de Oxford aí.” Na mesma entrevista²² seguiu ironizando a vacina chinesa: “O que é mais importante nessa vacina (de Oxford), diferente daquela outra que um governador resolveu acertar com outro país: vem a tecnologia pra nós.” O presidente em sua declaração se refere ao governador João Dória e aos testes da vacina Sinovac de origem chinesa, além do desdém pelo medicamento, o presidente também acaba demarcando uma posição geopolítica e ideológica ao ironizar a China.

Por mais que existam evidências sobre ações coordenadas e robóticas, também existe um componente voluntário e humano que replicam e disseminam os conteúdos da *hashtag* #VirusChines. Giles (2006); (2019) aponta que, em ambientes virtuais, é necessário manter um grau de coesão do grupo, estabelecendo normas e valores claros. A *hashtag* #VirusChines mostrou membros ativos policiando fronteiras do discurso e estabelecendo conteúdos, crenças e valores que são totalmente sinofóbicos e que omitem a participação do Estado Brasileiro, principalmente do presidente Jair Bolsonaro nas mortes relacionadas à COVID-19. Os apontamentos de Elias (2000) também servem de ferramenta para compreender o comportamento do grupo e seu alto grau de unidade. O autor aponta a coesão grupal, identificação coletiva e as normas comuns como elementos capazes de induzir um êxtase coletivo que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com desprezo por outros grupos. Apesar de não se tratar de estabelecidos e outsiders como pesquisou Elias, o argumento é elucidativo para demonstrar como até mesmo os grupos virtuais se organizam em um elo de polarização entre “nós vs. eles”, se existe um componente robótico, as contas humanas são coesas em não discordar ou

²¹ Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-critica-vacina-chinesa-ao-assinar-mp-de-r-1-9-bilhao-para-produzir-farmaco-da-astrazeneca,70003390374>. Acesso em: 19 ago. 2020.

²² Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/08/06/interna_politica,-879119/covid-19-bolsonaro-desdenha-de-vacina-chinesa-e-critica-doria.shtm. Acesso em: 19 ago. 2020.

questionar os argumentos centrais que são armas poderosas na estigmatização da China e dos chineses. Assim, conforme debatido por Elias (2000) a exclusão e ofensas são ferramentas para afirmar um grupo superior e manter os outros grupos como inferiores. Neste caso, com base nos *tweets* a “nação brasileira” é o grupo com valor e moral superior e os chineses seriam “comunistas” e “lixos”.

Giles (2019) também aponta que as discussões on-line, em certos ambientes, são muito mais abertas e violentas do que interações *off-line*, e esse é um elemento interessante para compreender a *hashtag* analisada. Empoli (2019) converge para o mesmo posicionamento ressaltando que com as novas tecnologias digitais, o espaço que as redes sociais²³ permitem aos intolerantes aumentou. No caso da *hashtag* e da internet como um todo, muitos usuários apostam no anonimato de contas falsas, também conhecidas como *fakes*, cadastradas em e-mails falsos, para destilar mentiras e ódio.

Co-ocorrência das categorias

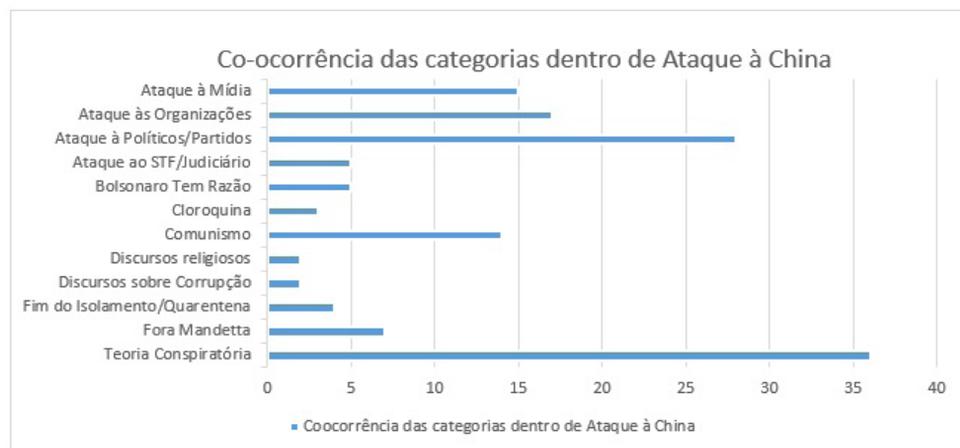


Gráfico 3: Co-ocorrência das categorias.

²³ Sabe-se que as redes sociais são espaços preferenciais para o encontro de pessoas e organizações que pautam discursos de ódio, intolerância, racismo e também disseminação de *fake news*. A pandemia do COVID-19 fez o *Facebook* alterar as suas políticas relacionadas ao conteúdo e publicidade, como consequência a rede social removeu conteúdos inexatos e que violam as diretrizes internacionais e científicas sobre o COVID-19. Sobre as novas diretrizes do *Facebook*: <https://www.facebook.com/business/help/1123969894625935>. Acesso em: 18 ago. 2020.

O gráfico mostra um cruzamento de co-ocorrência de outros códigos em relação à categoria “Ataque à China”. Trata-se de levantar codificações sobrepostas dentro de um mesmo cluster, ou seja, perceber quando as outras categorias foram aplicadas a um *tweet* que também contém a categoria central.

Foram encontradas na temática “teoria conspiratória” narrativas como a suposta tentativa chinesa de impor uma ‘Nova Ordem Global Comunista’, que colocaria o Brasil em uma posição de vassalo perante a China. O “ataque à políticos/partidos” contou com 28 ocorrências. De um modo geral, todos os políticos do legislativo, governadores e prefeitos que se colocaram contra as medidas do presidente Jair Bolsonaro seriam “comunistas infiltrados” e “traidores da pátria”. O presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia, o governador de São Paulo, João Dória, e o do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, foram os alvos preferenciais dos ataques. O “ataque às organizações” se concentrou fundamentalmente no ataque à Organização Mundial de Saúde - OMS. A OMS sofreu sistemáticos ataques e foi alvo também de teorias conspiratórias. A organização foi acusada de cobrir “mentiras chinesas” e favorecer a China e ser uma ferramenta do comunismo chinês.

O “ataque à mídia” teve como foco principal a Rede Globo, a TV Bandeirantes e o jornal Folha de São Paulo. Segundo os usuários, as mídias em geral são “torcedores do vírus” que se satisfazem com o crescimento dos casos e as mortes por COVID-19 a “imprensa corrupta” estaria usando o vírus para desestabilizar o presidente Jair Bolsonaro causando pânico na população. Segundo os internautas da hashtag, a COVID-19 também seria um plano das emissoras para aumentar a audiência, uma vez que a maioria da população estaria em casa. O “fora Mandetta” certamente foi uma das categorias de maior centralidade. Os tweets quase sempre vieram acompanhados de outras hashtags como #ForaMandetta e #ForaMandettaUrgente. Na visão dos internautas que postava #VirusChines, o ex-ministro seria cúmplice comunista da farsa da COVID-19. De uma maneira geral, a narrativa foi construída com base em uma

fake news em que o médico está a serviço do Partido Comunista Chinês com a finalidade de implementar o comunismo em escala global.

O “ataque ao STF/Judiciário” concentrou quase que a totalidade dos seus ataques²⁴ ao Supremo Tribunal Federal e aos seus ministros. Termos como “vagabundos”, “corruptos” e “comunistas” estão presentes na maioria dos ataques à Suprema Corte. A corte também foi acusada de seguir a “Organização Chinesa de Saúde”. Os “bandidos unidos e diplomados” do STF seriam piores que o vírus.

A categoria “Bolsonaro Tem Razão” agrupou todos os tweets que enaltecem a figura do presidente Jair Bolsonaro e concordam com as ações do mesmo. Observando os discursos, foi possível perceber *hashtags* como #BolsonaroTemRazão e #BolsonaroTemRazãoSim. O “fim do isolamento/quarentena” reuniu discursos que são contrários ao isolamento social defendido pela ciência e pela maioria dos governadores. O argumento central dos internautas da *hashtag* é que os efeitos do vírus na economia nacional serão mais devastadores que o vírus em si, argumento que segue as declarações públicas do presidente Bolsonaro. A quarentena é vista entre os colaboradores da *hashtag* como um plano comunista afim de quebrar a economia para “matar o povo de fome e distribuir pão com água”. O “Isolamento inútil” irá trazer a ruína ao Brasil e transformar o país em uma “Venezuela” segundo os membros.

A categoria “Cloroquina” reuniu tweets sobre o medicamento Cloroquina e sua variante, a Hidroxicloroquina. Eles são remédios utilizados no tratamento da malária e que, no começo de 2020, começaram a ser testados no combate da COVID-19 sem demonstrar ação eficaz²⁵ contra a doença. O presidente Bolsonaro defende o uso dos medicamentos para a cura da COVID-19. Por esse motivo, a medicação citada recebeu a alcunha de #RemedioDoBolsonaro.

²⁴ Durante os dias escolhidos como recorte temporal (12/04 até o dia 20/04) o STF não se manifestou com notas ou ações jurídicas sobre os ataques.

²⁵ Um estudo brasileiro publicado no New England Journal of Medicine reforçou a posição da OMS e da ciência em comprovar a ineficácia do medicamento. Para acessar a íntegra da pesquisa no periódico: https://www.amib.org.br/fileadmin/user_upload/nejmoa201914__1_.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

Os *tweets* apresentam os remédios como altamente eficaz, e argumentam que a sua não utilização seria fruto de um plano de propagação proposital do vírus para aumentar o número de mortes na pandemia. Esses óbitos seriam, então, amplamente divulgados pela mídia e colocados como responsabilidade do presidente Bolsonaro.

Os “discursos sobre corrupção” operaram de um modo em que os internautas argumentam que o vírus é apenas a forma que os governadores e os políticos utilizaram para praticar uma corrupção sistemática nos cofres públicos. O estado de emergência, decretado por prefeituras e governadores, seria um “truque” para comprar equipamentos super faturados e roubar dinheiro público.

Os “discursos religiosos” foram poucos, mas exemplares da repetição de um discurso que reproduz a criação de inimigos externos e internos ao governo. O uso da dicotomia Deus (nós) vs. Diabo (eles) esteve presente e na percepção dos usuários, Deus irá cobrar o sangue dos culpados comunistas e satanistas do Partido Comunista Chinês.

Uma leitura crítica dos dados

O atual momento da pandemia da COVID-19 e a crise política instalada no Brasil configuram o que Campos et al. (2013) definem como “Controvérsia Pública”. A pandemia é um problema coletivo e público e o conceito dos autores dialoga com o contexto atual e com a *hashtag* #VirusChines, que não deixa de ser um recurso de disputa em torno de um momento histórico e de uma problemática coletiva. De maneira preliminar, o próprio uso de “Vírus Chinês” para se referir ao novo coronavírus já demonstra que as pessoas que estão por trás das contas do *Twitter*, envolvidas no debate, disseminam que esta é uma doença de origem chinesa, buscando culpabilizar a China, que é símbolo de uma ideologia política contra a qual se posicionam. Nesses momentos de controvérsia, surgem possibilidades alternativas de interpretação do problema em pauta, bem como prognósticos variados, cada qual com consequências políticas distintas.

Campos et al. (2013) afirmam que a ocorrência de uma controvérsia pública é um momento especial prolífico para análise e estudo.

Nota-se que os usuários e colaboradores da *hashtag* #VirusChines mobilizaram palavras e termos amplos e variados, sobretudo naquilo que se sobressai na *tag*: o ataque a pessoas, organizações e principalmente à China e aos chineses. Maia (2006) argumenta que os próprios agentes sociais e atores mobilizam um conjunto de conceitos, imagens e discursos - criando rótulos, palavras de efeito, associando expressões com entidades e pessoas, figuras ou grupos - a fim de delimitar e disputar o campo interpretativo, definir posições e dar sentido aos eventos relevantes em questão. Assim, a construção de enquadramentos é parte integrante da disputa para conquistas, potência política e arregimentar apoio no jogo político. No caso da *hashtag* investigada os jargões e rótulos são repetidos de maneira massiva por meio de *retweets*, ao ponto de cerca de 700 posts se replicarem em 10 mil.

A propagação de tweets base (aqueles que serão replicados de maneira massiva) com forma e conteúdo idêntico nos 9300 posts toca mais uma vez na ação robótica e coordenada de contas financiadas pelo governo e com finalidades políticas. Trata-se, então, de uma estratégia de ação ordenada e estruturada em um espaço virtual que disputa nomes, apelidos, códigos e expressões *intrahashtag* que são associados a diversos sujeitos e organizações que tentam impor limites ao grupo social chamado de bolsonarismo e as ações do presidente Jair Bolsonaro. Há um esforço grande em criar novos discursos e palavras ofensivas para qualquer um que entre em conflito na esfera política e pessoal com a figura do chefe do Executivo. Tal empenho e esforço pode ser conceituado como uma “*weaponização*” ou discursos como armas para se referir aos clusters da rede social que atacam algum alvo para defender ou demarcar posição (Paiva, 2017). Os ataques e narrativas são o que Recuero (2019) chamou de *câmara de eco*, em que uma única narrativa é legitimada e reverberadas, enquanto outras narrativas que desafiem a hegemônica são apagadas e atacadas.

Existe dentro da hashtag todos os elementos citados por Dibai (2020): potencial de produzir e difundir conteúdos não apoiados em evidências (*fakes news*), de teor odioso, crenças conspiratórias, execração de certos grupos sociais, bidivisão extrema da sociedade e comportamento discriminatório. O processo de elaboração e desmonte do outro também surge como uma estratégia citada por Weber (2009) de visibilidade/credibilidade. Dentro da hashtag existe uma tática constante de dar um imenso crédito ao presidente Jair Bolsonaro e desmerecer qualquer tipo de entrave e oposição ao mesmo. A própria categoria “Bolsonaro Tem Razão” surge como uma expressão latente dentro dos tweets analisados. Trata-se de uma tentativa de mitificação do líder, uma estratégia de desresponsabilização do presidente e de atribuição da culpa a qualquer outro elemento ou agente.

Como leitura geral, o *modus operandi* dos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro agindo em um espaço virtual de sinofobia é totalmente diferente do modo clássico de se fazer política de formular consensos para angariar maioria. A lógica de ação foi discutida por Empoli (2019) ao pesquisar os métodos de políticos populistas de direita ao redor do mundo. O autor destaca que não existe mais a preocupação de chegar a um denominador comum, pelo contrário, cultiva-se a raiva e insultos como forma de articular conflitos políticos entre ‘nós’ e ‘eles’.

As verdades anti-ciência são construídas em uma lógica que Empoli (2019) compreendeu de maneira brilhante: as *fakes news* seguem uma lógica sólida que por muitas vezes chegam a ser mais eficaz que a própria verdade. “Qualquer um pode crer na verdade, enquanto acreditar no absurdo é uma real demonstração de lealdade”, a frase do autor é salutar quando se discute tweets em uma rede social, o apego e apoio ao presidente Bolsonaro se torna uma demonstração que o discurso construído no Twitter se torna aquilo que Hall (2003) chamou de leitura preferencial²⁶ ou código naturalizado.

²⁶ Determinados códigos, por serem amplamente difundidos dentro de uma cultura ou comunidade, acabam se tornando bastante aceitos, tornando-se uma “verdade universal”. O caráter habitual e diário

Os tweets analisados trazem à tona um debate sobre a figura do presidente Jair Bolsonaro. Todas as categorias que serviram de base para a codificação também são argumentos e comportamentos defendidos pelo chefe do executivo. Desde o começo da pandemia Bolsonaro incita o fim do isolamento social, relativiza o vírus, cria intrigas políticas, faz apologia ao uso da cloroquina, mesmo sem comprovação científica da sua eficácia e também ataca a mídia. No dia 22 de março, o presidente declarou²⁷: “O povo saberá que foi enganado pela mídia e pelos governadores”. No dia 26 proferiu²⁸: “O brasileiro precisa ser estudado, ele pula no esgoto e não pega nada”. Ambos os discursos citados e a maioria das declarações se aproximam do conteúdo da hashtag, são tentativas de desresponsabilizar o Estado e o fracasso da política de combate à COVID-19 no Brasil. Diante disso cria-se o caos como método e parte-se para a criação de inimigos internos e externos: a China, a mídia, o STF, os governadores. As *hashtags* são uma resposta fiel e positiva de um grupo social a qual Bolsonaro dirige o seu governo e a maioria das suas políticas: os 25% do eleitorado que são apoiadores irrestritos do presidente.

Considerações finais

Partindo das contribuições de Dibai (2020) sobre o estudo de comunidades virtuais, é salutar a reflexão sobre até que ponto os ambientes digitais são civis e tolerantes e quais seus potenciais riscos à coletividade e à democracia. Parte-se da premissa que um grupo coordenado de pessoas é capaz de ditar os rumos dentro de bolhas políticas que dão apoio irrestrito ao presidente Bolsonaro. Além disso são capazes de agir em bloco e colocar os temas nos *trend topics*,

com que algumas informações são trazidas à tona demonstram escolhas dos que criam conteúdo com base na recepção para fixar algum código para que se torne amplamente difundido dentro de uma sociedade (HALL, 2003).

²⁷ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/povo-sabera-que-foi-enganado-por-governadores-e-imprensa-sobre-coronavirus-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 04 de jun. 2020.

²⁸ Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/brasileiro-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-a-infeccao-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em 04 de jun. 2020.

gerando uma visibilidade mundial sobre determinado tema. Empoli (2019) e Dibai (2020) salientam que amplificação e disseminação desses discursos e práticas na internet está ligada ao fenômeno do ultradireitismo. Cada vez mais instalados e organizados nas plataformas digitais, os partidários do bolsonarismo têm aproveitado a falta de controle nas redes para transmitir de maneira direta e global os seus conteúdos.

Os conjuntos de novos dispositivos e tecnologias acabam por gerar um sentimento de falta de leis e de “tudo posso” nos ambientes virtuais, aliado a isso a reciprocidade interna e o compartilhamento entre usuários afinados ideologicamente potencializam suas narrativas. Converte-se com Dibai (2020) na questão das consequências preocupantes da formação dessas comunidades online dirigidas ao ataque e destruição das instituições democráticas. Ao integrarem hashtags cria-se uma identidade coletiva que é reforçada com medos do passado como o comunismo e a destruição da família.

Além disso, durante o mês de maio foram realizadas algumas carreatas e encontros de apoio ao presidente Jair Bolsonaro. Muitos desses eventos guardam especial semelhança com algumas pautas e discursos levantados dentro da hashtag analisadas. A manifestação²⁹ do dia 26/04 na Esplanada dos Ministérios teve como uma de suas pautas centrais o “Fora Maia”. Um dos entrevistados durante o evento declarou: “demonstrar a todos os brasileiros e ao mundo que o povo está fechado com o Bolsonaro”. Já em 09/05 os partidários do presidente promoveram³⁰ uma carreata com pautas que são contrárias ao deputado Rodrigo Maia, ao STF e a Rede Globo. Ressalta-se também que um acampamento³¹ foi instalado durante o mês de abril na Assembleia Legislativa de São Paulo tendo como pauta principal a saída do governador João Dória.

²⁹ Ver: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/04/26/interna_politica,1141992/carreata-pro-bolsonaro-se-concentra-em-frente-ao-congresso.shtml. Acesso em 04 jun. 2020.

³⁰ Ver: <https://www.poder360.com.br/brasil/apoiadores-de-bolsonaro-fazem-carreata-em-brasilia/>. Acesso em 05 jun. 2020.

³¹ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/bolsonaristas-criam-corrente-do-bem-e-se-medicam-com-cloroquina-azitromicina-e-antipulgas.shtml>. Acesso em 05 jun. 2020.

Tal facto é um sinal de que a rede social pode exportar pautas e demandas para a vida real, assim como importar conteúdos que acontecem na vida material. Também é uma variável explicativa que demonstra que os ambientes virtuais e eventos políticos estão em um diálogo e articulação constante.

Por fim, o cenário de 100 mil mortes decorrentes da pandemia representa como citado por Nobre (2020) a normalização do estado de crise e a transformação do colapso em forma de governar. Esse método de caos como *modus operandi* foi aplicado durante a pandemia do Covid-19 e tem como consequência um cenário de guerra constante e da criação de inimigos externos, neste caso a China e os chineses. A tática utilizada apresenta resultados positivos ao presidente uma vez que sua popularidade³² saltou de 30% para 37% em um mês, além disso, a pesquisa³³ Datafolha do mês de agosto aponta que 47% dos brasileiros acreditam que Bolsonaro não tem culpa pelas 100 mil mortes no Brasil.

Referências bibliográficas

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 189-217.

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João; TOSTE DAFLON, Verônica. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 11, p. 7-31, 2013.

DIBAI, PRISCILLA. Bolsonarismo on-line: “Com ou sem democracia, salvemos o capitão!”. *World Tensions/Tensões Mundiais*, v. 16, n. 30, 2020.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Zahar, 2000.

EMPOLI, Giulano da. *Os Engenheiros do Caos*. 1 ed. São Paulo: Editora Vestígio, 2019.

FAVARO, Laura; GILL, Rosalind; Harvey, Laura. Fazendo dados da mídia. Uma introdução à pesquisa qualitativa da mídia. In: BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria; GRAY, DEBRA. *Coleta*

³² Ver: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/08/17/interna_politica,1176858/popularidade-de-bolsonaro-crece-expectativa-para-restante-do-mandato.shtml. Acesso em: 19 ago. 2020.

³³ Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-47-acreditam-que-bolsonaro-nao-tem-culpa-pelas-100-mil-mortes-no-brasil-24588387>. Acesso em: 19 ago. 2020.

de *Dados Qualitativos*: Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 151-176.

GILES, David. Fóruns de discussão on-line. Uma fonte rica e vibrante de dados. In: BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria; GRAY, DEBRA. *Coleta de Dados Qualitativos*: Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 224-247.

GILES, David. Constructing identities in cyberspace: The case of eating disorders. In: *British Journal of Social Psychology*, v. 45, p. 116-129, 2006.

HALL, Stuart. Da Diáspora. *Identidades e mediações culturais*. Horizonte: Editora UFMG, Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

MAIA, Rousiley. Mídia e Deliberação. Atores Críticos e o Uso Público da Razão. In MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta S. Mídia, *Esfera Pública e Identidades Coletivas*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 153-179.

MAIA, Rousiley. Mídia e Vida Pública. Modos de Abordagem. In MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta S. Mídia, *Esfera Pública e Identidades Coletivas*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 11-46.

NOBRE, Marcos. *Ponto-final*: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Editora Todavia, 2020.

PAIVA, A. L.; GARCIA, A. S.; ALCÂNTARA, V. C. Disputas Discursivas sobre Corrupção no Brasil: Uma Análise Discursivo-Crítica no Twitter. *Rev. Adm. Contemp.*, v. 21, n. 5, p. 627-647, 2017.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação Em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, 2005.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia* (São Paulo), n. 41, p. 31-47, 2019.

TERRY, Gareth; BRAUN, Virginia. Breve, porém doce. O surpreendente potencial dos métodos de levantamento qualitativo. In: BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria; GRAY, DEBRA. *Coleta de Dados Qualitativos*: Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 39-71.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e Credibilidade. Tensões da Comunicação Política. In MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta S. Mídia, *Esfera Pública e Identidades Coletivas*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 117-136.

“O BRASIL NÃO PODE PARAR”? DISPUTAS JUDICIAIS SOBRE A IDEIA DE RISCO EM TORNO DE UMA PEÇA PUBLICITÁRIA ANTI-ISOLAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO

Eduardo Prado Gutiérrez¹

“Para os quase 40 milhões de trabalhadores autônomos, #oBrasilNãoPodeParar. Para os ambulantes, engenheiros, feirantes, arquitetos, pedreiros, advogados, professores particulares e prestadores de serviço em geral, #oBrasilNãoPodeParar.

Para os comerciantes do bairro, para os lojistas do centro, para os empregados domésticos, para milhões de brasileiros, #oBrasilNãoPodeParar.

Para todas as empresas que estão paradas e que acabarão tendo de fechar as portas ou demitir funcionários, #oBrasilNãoPodeParar.

Para dezenas de milhões de brasileiros assalariados e suas famílias, seus filhos e seus netos, seus pais e seus avós #oBrasilNãoPodeParar.

Para os milhões de pacientes das mais diversas doenças e os heroicos profissionais de saúde que deles cuidam, para os brasileiros contaminados pelo coronavírus, para todos que dependem de atendimento e da chegada de remédios e equipamentos, #oBrasilNãoPodeParar.

Para quem defende a vida dos brasileiros e as condições para que todos vivam com qualidade, saúde e dignidade, o Brasil definitivamente não pode parar” (BRASIL, 2020^a, p. 3).

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Unicamp e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. É bolsista CAPES e pesquisa noticiabilidade das mudanças climáticas sob orientação da Prof^a Dr^a Leila da Costa Ferreira.

O excerto acima exhibe o conteúdo da peça publicitária “O Brasil não pode parar”, veiculada pelo governo federal no início da pandemia da COVID-19. A campanha se dirige claramente contra a prática de isolamento social, defendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como parte do esforço coletivo global para combater a pandemia do novo coronavírus. A campanha cristaliza um posicionamento que contesta os custos da prevenção. Dois órgãos do judiciário analisaram a peça e o seu direito de veiculação pelo governo federal e emitiram seu parecer. Uma das peças é um parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) que apela às incertezas em relação ao contágio para alegar que a propaganda não viola o direito à saúde. Já a outra ação é uma liminar da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro que vai na direção oposta, alegando que a precaução também está prevista em tal direito.

Os entendimentos que embasam as peças judiciais também estão disseminadas no tecido social. As medidas de isolamento social para enfrentar a pandemia do novo coronavírus têm motivado um debate intensamente polarizado. Diferentes forças sociais mobilizam estudos científicos e princípios normativos para defender que se tomem medidas de restrição de circulação mais ou menos brandas no combate à pandemia. De um lado, posições embasadas em estudos científicos de instituições prestigiadas² apontam para a necessidade de um distanciamento social severo para impedir um contágio em massa, enquanto do lado oposto existe uma posição que foca sua preocupação nos impactos de tais medidas preventivas sobre a economia, e tende a se sustentar mais sobre a legitimidade de certos princípios sociais ligados ao trabalho e à livre iniciativa do que sobre argumentos propriamente científicos. Argumenta-se aqui que a dinâmica dessa controvérsia se relaciona à caracterização do agravamento da pandemia como risco. Riscos são essencialmente ambivalentes e lidam com formas de “não saber”, com o conhecimento inferencial, criando uma ambiguidade em arenas públicas, que é interpretada à luz de outros valores

² Ver: <https://wellcomeopenresearch.org/articles/5-59/v1>

sociais e pode ser usada para legitimar tanto a prevenção quanto a oposição à necessidade desta (Beck, 1999). Neste texto, analiso o conteúdo das duas peças judiciais para expor como ambas cristalizam disputas sociais e políticas em torno da ideia de risco.

Nesse sentido, é instrutivo entender como debate similar ocorreu no caso das mudanças climáticas. A comparação pode auxiliar a análise de como se pensa o risco na pandemia porque o exemplo das disputas em torno da ideia de risco no campo das mudanças climáticas é paradigmático. O que se enxerga nos dois casos é que é inicialmente limitada a possibilidade de se testar o conhecimento inferencial sobre a incidência do perigo antes de agir. Consequentemente, fica facilitado a opção por levantar dados que apontam para cenários díspares. Adicionalmente, a ciência mostra-se insuficiente para determinar um nível de risco aceitável. Assim, a percepção e as decisões sobre o risco são informadas não só pelo conhecimento científico, mas também por fatores sociais, culturais, éticos e cognitivos (Douglas; Wildavsky, 1983). Esta é a grande chave sociológica pela qual visa-se aqui analisar as dimensões valorativas que se constata no debate sobre o isolamento. A ambiguidade do risco facilita a criação de uma confusão factual nas arenas públicas, e em face disto, atores tendem a balizar sua tomada de posição a partir de suas preferências culturais e seu compromisso com determinados valores sociais, não apenas a partir do conhecimento científico. Deste modo, a ciência pode aparecer desvalorizada e a questão torna-se um veículo que tende a refletir outras reivindicações e divisões sociais, possibilitando também que atores poderosos que tem seus interesses lesados mobilizem em arenas públicas narrativas que os legitimam (Renn, 1993).

Esse processo de definição social do risco mostra que apesar de tenderem a ser primariamente constatados pela ciência, que possui as ferramentas para identificar ameaças que escapam aos sentidos, existe também um conjunto de relações definidoras do risco, que extrapolam dados científicos e misturam a expertise com a legitimidade necessária para se decidir sobre o risco que será infligido aos outros (Beck, 1999). Podemos citar como centrais nesse sistema

instituições jurídicas, científicas, a mídia, organizações representativas da sociedade civil e líderes políticos. Há espaço para minimizar ou dramatizar, dado que o risco é essencialmente o conhecimento que antecipa o perigo, a ansiedade que pode motivar a ação social para impedir a concretização do dano; e não o dano em si (Heyman, Brown, 2013). Neste sentido podemos analisá-lo como um “sinal”, uma mensagem com elementos informativos, simbólicos e valorativos; e que pode ser moldada e interpretada de diferentes formas (Slovic et al., 2003).

Visto isso, tais elementos permitem ambiguidades e divergências na resposta individual e social à ameaça prestes a se materializar que é ilustrada pelo risco. Ao focalizar determinados riscos, nossa consciência funciona como uma lanterna, de modo que selecionamos e pesamos alguns problemas para tratar enquanto dispensamos outros. Essas decisões são tomadas levando em conta não só o conhecimento científico, mas também outros fatores sociais, cuja dinâmica faz com que apenas alguns riscos, e não outros, sejam focalizados. Neste sentido, Slovic et al. (2003), em seus estudos empíricos, identificaram cinco “grandes rotas” que levam à amplificação ou atenuação social do risco: o valor sinalizado (quão assustador e administrável o risco parece), a heurística (simplificação, drama e novidade da questão), as relações entre grupos sociais (qual grupo articula a questão, e de que modo?), a confiança nas instituições e processos de estigmatização. Na questão das mudanças climáticas vemos esses fatores concorrerem para atenuar seus efeitos sobre a consciência pública, com o ineditismo e a complexidade do problema despertando a atenção, mas também criando uma certa desorientação, exigindo anos de cobertura para ser plenamente entendido por mídia, políticos e público e distinguido de outros problemas como a devastação da camada de ozônio. A construção de uma “cultura midiática” (Gamson; Modigliani, 1989) própria sobre o assunto e a consolidação de certas imagens como metáforas para ele (Cox; Pezzullo, 2017) foram processos lentos em seu desenrolar, em grande parte por se tratar de uma questão de longo prazo que se materializa em questão de décadas, fator que reduz de forma significativa sua saliência individual e midiática (Lorenzoni et al., 2007).

A partir destas considerações já temos ‘pistas’ que nos permitem elencar os aspectos da pandemia que facilitaram a focalização da atenção pública e aqueles que dificultaram, entendendo o debate sobre ações de prevenção ao novo coronavírus dentro de um contexto político, social e cultural. Assim como as mudanças climáticas, o novo coronavírus também é um risco que exige que tomemos decisões hoje para evitar um futuro caótico. Porém, seu desenrolar é muito mais rápido. As mudanças climáticas se desenrolam em um prazo de décadas enquanto as consequências nefastas do novo coronavírus se manifestam em semanas. Imagens de UTIs lotadas e de caminhões do exército italiano carregando cadáveres percorreram o mundo, causando grande comoção. As notícias sobre idosos que não conseguiam respirar por causa da doença sendo orientados a irem morrer em casa de modo a abrir leitos para os mais jovens infringe de forma aguda o nosso senso social de aceitabilidade³. A contínua e exponencial notificação dos casos em países próximos e depois em cidades próximas intensifica a saliência pessoal do fenômeno, criando-se a consciência de que está acontecendo “aqui e agora”. Outro aspecto é que o medo de epidemias é uma ansiedade cultural enraizada, e antes mesmo da doença chegar ao Ocidente já circulavam notícias comparando-a com o surto de SARS de 2002 e fotos dos hospitais de campanha da época da gripe espanhola⁴. O avanço descontrolado e dramático pode explicar como a conscientização e solidariedade em relação ao risco “ondularam” pela sociedade, criando um impacto que chegou muito além dos grupos definidos como de maior risco. A mediação pela ciência e mídia teve o efeito de criar uma percepção aguda da seriedade e da falta de controle sobre o perigo, variáveis que definem a atenção social dada ao risco (Slovic et al., 2003).

Porém, concomitantemente o problema despertou reações adversas que podem ser vistas desde a relutância de oficiais de Wuhan⁵ em notificar a

³ Artigo referente às mortes na Itália: <<https://br.reuters.com/article/idBRKBN2162AZ-OBRWD>> Acesso em 19/05/2020

⁴ Artigo comparando o novo coronavírus com a gripe espanhola: <<https://www.theguardian.com/world/2020/mar/03/four-lessons-the-spanish-flu-can-teach-us-about-coronavirus>> Acesso em 19/05/2020.

⁵ Artigo relativo às dificuldades dos especialistas em disseminar a informação sobre o novo coronavírus:

existência de um novo vírus até às campanhas anti-isolamento dos governos italiano e brasileiro⁶ e a minimização da ameaça pelo americano; para citar apenas alguns casos⁷. A explicação destas resistências tem sua raiz em dois fatores que interagem ao longo da crise: a ambivalência inerente aos riscos e a relação entre grupos sociais com diferentes graus de poder político e econômico. Estes aspectos são importantes tanto na questão climática quanto em relação ao novo coronavírus, visto que o enfrentamento de ambos implica privações que impactam o sistema econômico em sua totalidade. No caso do novo coronavírus isso ocorre pela restrição da circulação e, no caso da mudança climática, pela restrição do consumo de combustíveis fósseis. Deste modo, se por um lado o não-enfrentamento leva a uma catástrofe, atribui-se ao enfrentamento outro risco catastrófico, como perdas econômicas disseminadas.

Tanto no caso das mudanças climáticas quanto no caso da pandemia de COVID-19 isso é muito claro, à medida que se vivenciam impasses e controvérsias entre a adoção de políticas precaucionárias e de políticas no-regrets⁸ (Christiansen-Boehmer, 1994). No exemplo do fenômeno ambiental tem se perpetuado nas últimas décadas uma paralise das esferas política e econômica entre dois riscos: sofrer os efeitos da mudança climática ou admitir uma perda em setores-chave da economia? Esta disputa exemplifica uma questão crucial e por vezes ignorada nas análises técnicas⁹: Riscos existem em relação a outros riscos e concorrem por atenção pública, dado que esta e a capacidade de apresentá-los em diferentes esferas são finitas (Hilgartner, Bosk, 1988), com jornais e legisladores possuindo um tempo limitado para apresentar sua agenda social.

< <https://www.nytimes.com/2020/03/29/world/asia/coronavirus-china.html> > Acesso em 19/05/2020.

⁶ MPF processa governo federal por discursos contra isolamento: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/06/mpf-processa-governo-federal-por-discursos-de-bolsonaro-contra-isolamento.htm>> Acesso em 19/05/2020.

⁷ Editorial da Revista Science crítica à minimização da pandemia pelo governo americano: <<https://science.sciencemag.org/content/367/6483/1169>> Acesso em 19/05/2020.

⁸ Aquelas que priorizam o máximo crescimento econômico sem que chegue ao “ponto de virada”, em que a situação futura se torna catastrófica.

⁹ Costumam levar em conta apenas dois fatores: A probabilidade e a magnitude do risco (COX, PEZZULLO, 2017)

Neste ponto é necessário ressaltar que a definição social dos riscos não se dá em um “vazio”, mas sim dentro de arenas públicas nas quais atores sociais podem articulá-los publicamente e exigir soluções coletivas (Hilgartner, Bosk, 1988). Nestas, a evidência científica pode ser mobilizada como um recurso de modo a se alcançar o desfecho político que se busca, mas não é o único e não necessariamente é o mais valioso. Ortwin Renn (1993) afirma que além da ciência, podem ser mobilizados o prestígio social, o poder formal, financeiro e o compromisso da audiência com certos princípios sociais. No caso de questões referentes a risco isso é especialmente interessante à medida que ocorre uma ‘inflação’ da evidência, visto que as consequências previstas são individualmente incertas e o horizonte de tempo para se testar uma hipótese sobre o risco é mais longo do que qualquer tomador de decisão pode esperar. Portanto, é natural que surjam opções concorrentes de evidência, o que as desvaloriza como recurso na arena pública.

Deste modo, é comum que atores sociais que sentem seus interesses lesados pelo enfrentamento do risco reivindiquem o não-enfrentamento, alegando que o conhecimento científico é imperfeito ou que não justifica tomar os riscos secundários advindos da prevenção. Esses diferentes argumentos que questionam a validade e a autoridade do conhecimento científico têm se tornado bastante comuns na esfera pública na medida em que a ciência passa a assumir historicamente uma ética preventiva em relação a riscos que podem trazer danos à saúde e ao ambiente.

Tal ética cristaliza o dever de que cientistas deem um “aviso prévio” e prescrevam a “cura” no caso de uma situação em que o risco tem o potencial de ser irreversível, como em questões referentes à saúde e ao ambiente (Cox; Pezzullo, 2017). Deste modo, lida-se com a ambivalência dos riscos criando-se uma obrigação afirmativa de agir baseada em uma ética de prudência, sintetizada nas seguintes linhas:

Quando uma atividade ameaça danificar a saúde humana ou o ambiente, medidas preventivas devem ser tomadas mesmo se algumas relações de causa e efeito não estiverem totalmente estabelecidas cientificamente. Nesse contexto o proponente da atividade, ao invés do público, deve carregar o fardo da prova (Science and Environmental Health Network, 1998, p. 5).

Este guia ético para a ação em meio a incertezas é crucial para legitimar o papel do cientista que dá o aviso e sugere o curso de ação mesmo em face de conhecimento imperfeito, baseado na máxima de que frente um risco de dano irreversível, é melhor tomar uma ação preventiva não totalmente adequada do que não agir. No entanto, esta posição muitas vezes não é bem-aceita pelos interesses que são lesados por políticas prescritas com base neste curso de ação (Cox, Pezzullo, 2017), podendo as “conclusões razoáveis” típicas do conhecimento que prescreve a prevenção serem vistas como inaceitáveis no contexto de positivismo moderno e motivar longas disputas na mídia e nos tribunais (Yearley, 2012). Este dilema da ciência que precisa ir para além de sua esfera tradicional para lidar com riscos é a grande raiz da ‘inflação da evidência’ nas arenas públicas (Renn, 1993), evidente tanto no caso das mudanças climáticas quanto no do novo coronavírus.

Nestes casos enxerga-se um esforço sistemático de algumas partes afetadas em desacreditar o consenso científico e a mídia através de um ataque duplo sobre o prestígio social destas instituições que identificam o risco e sobre a validade da evidência sobre ele. No caso das mudanças climáticas essa estratégia é particularmente visível durante as décadas de 1990 e 2000, havendo grandes tentativas de desacreditar a ciência climática quanto à causa e efeito do fenômeno, às previsões de quando começaria a trazer problemas e em que extensão; e ocasionalmente até sobre a própria existência do fenômeno (Cottle, 2009). Constata-se que tal esforço partiu de uma rede de cientistas vinculados a think tanks financiados principalmente por fundações privadas de famílias envolvidas no movimento conservador e indústrias como a petrolífera, que se viram ameaçadas pela ciência climática (Brulle, 2014). Essa rede de “céticos”

conseguiu bastante ação na mídia de países com grande produção de petróleo, como Estados Unidos e Austrália, conseguindo lançar dúvida e postergar resoluções políticas sobre o assunto (Cox; Pezzullo, 2017).

O envolvimento de entidades ligadas ao conservadorismo pode iluminar também a mobilização de um último recurso citado por Renn (1993): o compromisso com valores sociais. O apelo a este em debates sobre risco tem sido recorrente, pois a confusão factual destas discussões que usualmente podem selecionar opções de evidência favorece uma moralização do assunto. Deste modo, a questão pode se tornar um símbolo de outras reivindicações e preferências culturais, que polarizam o debate e influenciam o lado que os atores tomam. Como exemplo, pode-se citar que movimentos conservadores resistem contra a implementação de políticas de mitigação das mudanças climáticas porque acreditam que comprometem normas caras ao paradigma social dominante, como o individualismo consumista, a soberania nacional e o progresso social centrado em metas de crescimento econômico contínuo e perpétuo (Cottle, 2009).

Tudo indica que a contestação às medidas de prevenção do novo coronavírus no Brasil segue uma dinâmica semelhante, tendo-se evidenciado nos últimos meses a emergência de uma espécie de coalizão discursiva entre os setores que foram mais prejudicados economicamente e as partes mais associadas ao conservadorismo da política brasileira. Sem a ambição de fazer um mapeamento detalhado desta coalizão, podemos apontar brevemente posicionamentos de associações de lojistas¹⁰ e os posicionamentos do presidente Jair Bolsonaro e parte expressiva de seus apoiadores¹¹. Com base nestas constatações teóricas e empíricas, busca-se entender alguns dos argumentos contrários ao isolamento que chegaram à mídia e aos tribunais, tentando conectá-los aos fatores sociais

¹⁰ Entrevista com o representante da Associação de Lojistas: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/temos-2-mil-mortos-todo-mundo-lamenta-mas-todo-dia-morre-gente/>> Acesso em 19/05/2020.

¹¹ Pesquisa do Datafolha sobre o apoio social às medidas de isolamento: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/04/apoio-a-isolamento-social-amplio-para-conter-o-coronavirus-cai-8-pontos-mostra-datafolha.shtml>> Acesso em 19/05/2020.

e culturais que intensificaram esse conflito. Isso será feito a partir da análise da disputa jurídica citada anteriormente, referente à veiculação em canais oficiais do governo federal de uma peça produzida com a finalidade de fazer a contestação do isolamento, de título “O Brasil não pode parar”.

A disputa jurídica em torno da peça “O Brasil não pode parar”

As duas peças analisadas neste texto tratam da veiculação de uma campanha anti-isolamento publicada em canais oficiais do governo federal. A primeira consiste em ação civil protocolada pelo Ministério Público Federal na Justiça Federal do Rio de Janeiro. Em síntese pede-se a abstenção da divulgação da campanha “O Brasil não pode parar” pelo Executivo.

A ação civil argumenta que tal material pode transmitir uma orientação social e induzir a população a se comportar de maneira prejudicial à sua saúde (Brasil, 2020^a, p. 3). Portanto, defere-se no dia 28 de março uma liminar contra a veiculação de tal campanha:

“...o estudo realizado pela *Imperial College of London* (Evento 1, Anexo 4)[3] prevê que medidas de distanciamento social e reforço do distanciamento dos idosos levariam a 529.779 mortes no Brasil, ao passo que uma supressão da epidemia, consistente no isolamento social, levaria, na pior das hipóteses, a 206.087 mortes. [...] Pois bem. Os princípios da precaução e prevenção são aplicáveis ao direito à saúde, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal na ADI 5592[4]. A doutrina de Paulo Affonso Leme Machado assim ensina: “Em caso de dúvida ou incerteza, também deve se agir prevenindo. Essa é a grande inovação do princípio da precaução. A dúvida científica, expressa com argumentos razoáveis, não dispensa a prevenção. ‘O princípio da precaução consiste em dizer não somente somos responsáveis sobre o que nós sabemos, sobre o que nós deveríamos ter sabido, mas, também, sobre o de que nós deveríamos duvidar’ – assinala o jurista Jean-Marc Lavielle. (...) Na dúvida, opta-se pela solução que proteja imediatamente o ser humano e conserve o meio ambiente (*in dubio pro salute* ou *in dubio pro natura*).” Assim, na análise

preliminar do pedido de tutela de urgência, verifica-se que o incentivo para que a população saia às ruas e retome sua rotina, sem que haja um plano de combate à pandemia definido e amplamente divulgado, pode violar os princípios da precaução e da prevenção, podendo, ainda, resultar em proteção deficiente do direito constitucional à saúde, tanto em seu viés individual, como coletivo. E essa proteção deficiente impactaria desproporcionalmente os grupos vulneráveis, notadamente os idosos e pobres. Nesse sentido, fica demonstrado o risco na veiculação da campanha “O Brasil não pode parar”, que confere estímulo para que a população retorne à rotina, em contrariedade a medidas sanitárias de isolamento preconizadas por autoridades internacionais, estaduais e municipais, na medida em que impulsionaria o número de casos de contágio no país.” (Brasil, 2020^a, p. 4-5).

É importante ressaltar que nesta decisão não apenas observa-se a validade científica das medidas de isolamento social, mas também se apela exatamente ao princípio ético da precaução, que seria aplicável ao direito à saúde. Desta forma, há que se optar pela solução que protege imediatamente o ser humano.

Observe-se agora outra interpretação da situação, no parecer emitido dia 13 de abril pelo PGR Augusto Aras ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Roberto Barroso, em ação que também trata da campanha publicitária do governo. Nesta, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e a Rede Sustentabilidade chegam a pedir, alegando violação do direito à saúde, a proibição de que o presidente faça pronunciamentos, campanhas ou adote medidas contrárias àquelas recomendadas por órgãos nacionais e internacionais de saúde, incluindo o próprio Ministério da Saúde. O parecer de Aras argumenta contra, concluindo, entre outros fatores, pela “ausência de bases concretas e seguras a fundamentar a alegada violação do direito à saúde”. Seguem os trechos que mais nos interessam:

“Não sé governos, mas organizações não governamentais e comunidades médica e científica buscam respostas tanto para a prevenção da contaminação em velocidade incompatível com a capacidade dos sistemas

de saúde, como para a busca de vacinas e de medicamentos curativos. Ha, igualmente, preocupação, compartilhada por todos, com os efeitos do isolamento social, que vem sendo adotado como principal meio de controle da velocidade de contágio, não só sob o aspecto da saúde mental e emocional das pessoas, mas sobretudo considerados os impactos para economia local, nacional e global. No particular, os impactos estruturais do isolamento social para a economia são potencialmente danosos não só ao direito a saúde, uma vez que a paralisação de estruturas produtivas e de consumo tem o potencial de atingir uma plêiade de outros direitos fundamentais apoiados na dignidade da pessoa humana, sobretudo o da liberdade, bem como os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, todos igualmente fundamentos da República Federativa do Brasil.

No Brasil, o isolamento social tem sido uma das ferramentas de enfrentamento da epidemia do Covid-19. O momento adequado para adotá-lo em menor ou maior medida tem sido objeto de grandes debates, consoante amplamente noticiado pela grande mídia, e levam em consideração uma serie de dados fáticos atualizados diariamente pelos órgãos de saúde.

Nesse contexto, não ha um quadro fático estável sobre o qual se possa realizar uma ponderação de direitos fundamentais, como e mister da jurisdição constitucional, mas antes uma situação de permanente mudança das bases empíricas sobre as quais se debruçam as autoridades técnicas e governamentais.

Na repartição das funções de poder do Estado, repousa sobre o Executivo a estrutura e a expertise necessárias a tomada de decisões rápidas e adequadas ao enfrentamento de crises que repousam sobre cenários fáticos voláteis, tal como o atual enfrentamento da epidemia de Covid-19. [...] Quanto ao parâmetro, no particular a apontada violação do direito a saúde, as incertezas que cercam o enfrentamento, por todos os países, da epidemia de Covid-19 não permitem um juízo seguro quanto ao acerto ou desacerto de maior ou menor medida de isolamento social, certo que dependem de diversos cenários não só faticamente instáveis, mas geograficamente distintos, tendo em conta a dimensão continental do Brasil” (Brasil, 2020^a, p. 22-24, p. 28-29).

O evidente contraste entre as duas linhas de argumentação aqui expostas é possibilitado pelo caráter ambivalente do risco. Se a decisão sobre a primeira ação

aponta necessidade de prevenção baseada em estudos científicos que indicam a possibilidade de contágio massivo que pode colapsar sistemas de saúde, por outro o procurador apela para riscos desconhecidos referentes aos efeitos do isolamento sobre a economia e sobre a saúde, diretos ou indiretos.

As referências às “incertezas”, “cenários instáveis”, “permanente mudança das bases empíricas” são familiares, sendo uma estratégia recorrente em questões desta natureza inflacionar a evidência e enfatizar a dúvida sobre o conhecimento científico que motiva a precaução, sendo o caso mais emblemático a ação dos “céticos” em relação à mudança climática, como mostrado na seção anterior (Cottle, 2009). Neste movimento, os adversários da política de precaução movem-se para invertê-la, exigindo que qualquer medida preventiva conte com uma “prova absoluta”, tanto para o risco diagnosticado quanto para a eficácia da solução prescrita (Cox, Pezzullo, 2017).

Esta argumentação abre o caminho para o ponto do argumento de Aras que enfatiza possíveis riscos causados pelo isolamento, sem qualquer base técnica ou científica que aponte para a probabilidade ou extensão destes. Cita o risco direto do isolamento sobre a saúde mental e o risco indireto que hipoteticamente uma desaceleração econômica traria sobre a saúde pública.

Embora constituam preocupações legítimas, há um grande ponto de tensão nessa linha de raciocínio, dado que a preocupação com efeitos colaterais do isolamento não está ancorada em qualquer análise científica ou econômica, diferentemente da preocupação relativa à disseminação do novo coronavírus. Pelo contrário, diversos economistas vencedores do Prêmio Nobel já afirmaram que não há uma real escolha entre isolamento social e prosperidade econômica, sendo o único caminho razoável a manutenção das medidas de precaução aliadas a medidas fiscais que mitiguem o impacto econômico da catástrofe¹². O argumento de Aras pinta um cenário em que o colapso econômico potencialmente leva a danos na saúde pública, mas não enxerga que o caminho inverso também é possível. O

¹² Coluna de opinião em que Paul Krugman defende a necessidade de auxílio fiscal urgente: < <https://www.nytimes.com/2020/04/06/opinion/coronavirus-economy.html> > Acesso em 19/05/2020

economista Joseph Stiglitz¹³ afirma que a disseminação descontrolada da doença criaria um colapso sanitário e um clima de medo social que paralisaria consumo e produção, com um adoecimento massivo que certamente comprometeria a capacidade de produção e também a de consumo, à medida que a letalidade aumenta devido à superlotação do sistema de saúde. Por que, então, se por um lado o procurador contesta a base empírica que recomenda o isolamento, por outro traz ao centro do argumento riscos colaterais à saúde que não possuem o embasamento de qualquer cálculo técnico ou científico e são aglutinados em uma linha de raciocínio deveras frágil?

A resposta está logo a seguir, quando Aras afirma que sua preocupação não é apenas com a saúde, mas com o potencial da paralisação de estruturas produtivas e de consumo em “atingir uma plêiade de outros direitos fundamentais apoiados na dignidade da pessoa humana, sobretudo o da liberdade, bem como os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa...”. Neste ponto o argumento sobre o direito à saúde e a validade técnica do conhecimento científico sobre a pandemia move-se para um outro terreno, referente a outros valores da ordem social que parecem competir com o direito à saúde. No entanto, tais direitos fundamentais à liberdade, livre iniciativa e ao trabalho não são feridos pelas normas restritivas do isolamento, dado que o direito individual não pode significar o comprometimento do direito coletivo à saúde¹⁴.

Visto isso, a mobilização destes valores visa emprestar legitimidade a uma posição contrária ao consenso científico, como Renn (1993) aponta que é estratégia recorrente em discussões sobre risco em arenas públicas. Porém, mais do que isso, pode ser vista como um sintoma de divisões sociais aqui criadas ou reforçadas pela incidência da doença. Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1983)

¹³ Entrevista de Stiglitz em que ele aborda a interação entre saúde e economia: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temos-governos-que-nao-acreditam-na-ciencia-diz-joseph-stiglitz,70003260906>> Acesso em 19/05/2020.

¹⁴ Diversos ministros do STF têm se pronunciado neste sentido: <<https://oglobo.globo.com/brasil/para-ministros-do-stf-normas-restritivas-na-pandemia-nao-ferem-direitos-fundamentais-2-24325338>> Acesso em 19/05/2020

já alertavam para as implicações dessa dinâmica divisionária da ação face ao risco, dado que a ambivalência deste permite que diferentes atores sociais que se governam por diferentes princípios sociais e experiências focalizem riscos distintos. Esse impasse pode ser explosivo à medida que a contrapartida do risco é a culpa, que pode minar a autoridade de atores que tinham controle e não impediram a materialização do risco.

Deste modo, os princípios sociais citados por Aras evidenciam uma polarização da discussão e seu caráter moral. Próximos à esfera econômica, sua mobilização erige uma oposição discursiva entre economia e enfrentamento da pandemia, associando um fardo econômico a este. Através deste custo atribuído ao isolamento, as partes contrárias ficam livres para desenhar cenários distópicos e associar ‘perigos’ à prevenção ao mesmo tempo em que descredibilizam a ciência.

Considerações finais

Pode-se encerrar essa breve análise sintetizando os desafios que se constataem nesta questão e em muitas outras em relação à resistência que enfrenta a ciência que trata de certos riscos à saúde e ao ambiente. Como visto anteriormente, nesses casos o cientista muitas vezes precisa dar um aviso prévio e prescrever políticas de precaução na face da incerteza. Essa ação, muitas vezes com base em conhecimento imperfeito, tende a ultrapassar uma esfera estritamente positivista de ciência, podendo motivar divergências e contestações, além de eventualmente não se traduzir bem para outras esferas públicas (Weingart et al., 2000). A esfera política, por exemplo, pode preferir esperar pela consolidação do conhecimento antes de tomar quaisquer medidas custosas.

Essa ambivalência que é intrínseca ao risco pode implicar dificuldades na formação de consenso social, visto que este existe em relação a outros problemas, atinge diferentemente grupos sociais, e diferentes estratos da sociedade podem se guiar por diferentes princípios. Um exemplo das amargas divisões que se

reforçam nesse contexto pode ser visto nas carreatas contra o isolamento, uma tendo ocorrido na frente de um hospital paulistano com pacientes do novo coronavírus¹⁵.

Há que se ressaltar, no entanto, que esta divisão agressiva não se gerou espontaneamente. O vírus não tem agência, indivíduos tem. A dinâmica de contestação que hoje se constata no Brasil tem raízes em interesses duramente atingidos pelo isolamento, como os de grupos lojistas já citados anteriormente. No entanto, só se transformou em uma dinâmica divisionária, com setores declarando aceitável a perda de vidas que resultaria de uma abertura e reivindicando que foram injustiçados no combate ao risco, porque houve um sistemático esforço de campanha neste sentido por uma parte que tem grande legitimidade na vida pública do país. Como se vê na peça que motivou as disputas jurídicas aqui analisadas, fatores culturais, econômicos e sociais foram mobilizados politicamente de forma a fomentar essa divisão em torno das medidas.

Por outro lado, como visto no princípio precaucionário, há também uma base ética que permite que as partes sejam culpabilizadas pela omissão, criando uma obrigação afirmativa de agir. No caso do coronavírus, se evidenciou tanto a potência dessa ética científica quanto a animosidade que ela pode gerar, de uma forma que raramente temos visto. A ação preventiva e solidária gerada frente ao risco nos mostra que: “...é possível, em questão de semanas, suspender, em todo o mundo e ao mesmo tempo, um sistema econômico que até agora nos diziam ser impossível desacelerar ou redirecionar.” (LATOUR, 2020). Inverte-se a lógica de uma rotina que faz pensar o homem como um meio para um fim econômico, nos mostrando que “agentes econômicos” são indivíduos que podem adoecer e não devem ser forçados a escolher entre bolso e saúde (Horkheimer, 1947).

A capacidade de diluir tal oposição e enxergar que a economia deve estar a serviço do bem-estar humano podem ser o principal ponto de partida

¹⁵ Notícia sobre carreta ao redor do HC de São Paulo: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/01/manifestacao-pro-bolsonaro-pede-fim-da-quarentena-em-sao-paulo.htm> Acesso em 20/05/2020

para uma cooperação ampla para a defesa de um sistema mais justo. Neste sentido, pode ser construída solidariedade, não apenas divisões, a partir das terríveis condições impostas pelo por um risco que se aproximou a partir de um ponto cego do sistema. As lições que devemos tirar desta crise são as de que vivemos interconectados, e que uma doença surgida no interior de um país pode forçar a paralisação de todos os continentes. As soluções tanto para a vigilância epidemiológica quanto para a recuperação econômica precisam ser globais, sendo central a cooperação internacional. Tal horizonte parece utópico visto que o G7 não consegue nem mesmo produzir uma nota conjunta¹⁶, mas se quisermos dar um passo sequer em sua direção, o debate deve se focar na cooperação, e não em uma falsa escolha entre saúde e economia.

Visto isso, as reflexões aqui colocadas não podem ser esgotadas neste breve artigo, e abrem interessantes caminhos para pesquisas futuras. Estes são: 1) Como setores afetados legitimam sua posição através de princípios sociais; 2) mapear detalhadamente a relação entre estes e setores políticos 3) A tendência em se fabricarem binários rígidos e divisionários em relação à saúde, economia e ambiente; e a relação destes com uma apresentação reificada da esfera econômica.

Referências bibliográficas

ADAM, Barbara et al. Risk Society Revisited: Theory, Politics and Research Programmes. *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory*, p. 211–229, 2013.

BECK, U. Risk Society Revisited: Theory, Politics, Critiques and Research Programmes. In: *World Risk Society*. Cambridge: Blackwell Publishers Inc., 1999. p. 133–153.

BRASIL, Justiça Federal do Rio de Janeiro. *Ação Civil Pública* nº 5019484-43.2020.4.02.5101/RJ. Relatora: Laura Bastos Carvalho. 28 de março de 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/03/Propaganda-COVID19-Decisa%CC%83o-liminar.pdf.pdf>

¹⁶ Falha do G7 em produzir a nota conjunta: https://www.washingtonpost.com/national-security/g-7-failed-to-agree-on-statement-after-us-insisted-on-calling-coronavirus-outbreak-wuhan-virus/2020/03/25/f2bc7a02-6ed3-11ea-96a0-df4c5d9284af_story.html Acesso em 20/05/2020

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 668* – Distrito Federal. Relator: Min. Roberto Barroso. 13 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgp/documentos/ADPF000668COVID19campanhahabilitariogovernofederalVFCD.pdf>

BRULLE, R. J. *Institutionalizing delay Climatic Change*, v. 122, p. 681-694, 2014.

COTTLE, S. *Global Crisis Reporting*. Nova York: Open University Press, 2009.

COX, J. R.; PEZZULLO, Phaedra C. *Environmental Communication and the Public Sphere*. Londres: SAGE Publications Ltd, 2017.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, A. *Risk and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1983.

GAMSON, WILLIAM A., MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power : A Constructionist Approach. *The American Journal of Sociology* , Vol . 95 , No . 1 (Jul., 1989), p. 1-37

HEYMAN, B.; BROWN, P. Perspectives on “the lens of risk” interview series. *Health, Risk and Society*, v. 15, n. 6–7, p. 494–510, 2013.

HILGARTNER, S.; BOSK, C. The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model. *American Journal of Sociology*, v. 94, n. 1, p. 53–78, 1988.

HORKHEIMER, M. (1947). *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora UNESP, 2015

LATOURE, B. Imaginer les gestes-barrières contre le retour à la production d’avant-crise. *AOC Media*, 30 de Março de 2020. Disponível em: <https://aoc.media/opinion/2020/03/29/imaginer-les-gestes-barrieres-contre-le-retour-a-la-production-davant-crise/>

PIDGION, N.; KASPERSON, R. E.; SLOVIC, P. Conceptual Foundations. In: *The social Amplification of Risk*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 13–123.

RENN, O. The social Arena concept of risk Debates. In: *Social Theories of Risk*. Nova York: Praeger Publisher, 1993. p. 179–197.

SCIENCE AND ENVIRONMENTAL HEALTH NETWORK. *Wingspread Conference on the precautionary principle*. 1998. Disponível em: <https://www.sehn.org/> Acesso em 20/05/2020.

WEINGART, P. et al. Risks of communication: discourses on climate change in science, politics, and the mass media. *Public Understanding of Science*, p. 261–283, 2000.

YEARLEY, S. *Making Sense of Science*. Londres: SAGE Publications Ltd, 2012.

UM PRIMEIRO DE MAIO NA PRAÇA DOS TRÊS PODERES

Pedro Henrique Santos Queiroz¹

“Estou vivendo de hora em hora, com muito
temor. Um dia me safarei – aos poucos me safarei,
começarei um safari” 1.8.83.
(Ana Cristina Cesar. 2013, p. 292).

Neste texto, reflito sobre um episódio recente: o protesto silencioso de profissionais de saúde na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia primeiro de maio de 2020, e a interrupção desse ato pelo assédio de militantes governistas. Com o objetivo de elaborar intelectualmente o sentimento de angústia sobre o tempo presente, indago: como pensar o significado político desse primeiro de maio? Que ecos da história se fazem ouvir nesse evento? Que questões ele suscita sobre as ameaças que pesam atualmente sobre a democracia brasileira?

Pegando emprestados os versos de Ana Cristina Cesar citados na epígrafe, o que se segue pode ser lido como uma tentativa de traduzir a antevisão do desastre (o viver “de hora em hora, com muito temor”) em potência crítica e reflexiva (se safar, começar um safari...).

*

Às 09:30 da manhã do dia primeiro de maio de 2020, um grupo de cerca de 60 profissionais de enfermagem (em sua maioria mulheres) se reuniu na Praça dos Três Poderes para um ato silencioso em homenagem a 55 colegas que faleceram no trabalho no combate à pandemia de coronavírus. Usando máscara protetora

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

e mantendo distanciamento entre si, os manifestantes seguravam cruces de papel e vestiam jalecos brancos em cujas costas estavam colados os primeiros nomes de colegas profissionais de saúde vitimados pelo coronavírus (Cícero, Geovani, Valdirene...). À frente do protesto, dois manifestantes seguravam uma faixa com o texto “Enfermagem em luto pelos profissionais vítimas da COVID-19. #Fiqueemcasa” seguido da identidade visual do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiro-DF). Pouco tempo depois do início do protesto, um pequeno grupo de militantes governistas se aproximou carregando uma faixa em que se lia “Apoio a Bolsonaro”.

Dois deles, um homem e uma mulher, avançaram em direção ao protesto de profissionais de saúde, que permaneceram imóveis e em silêncio. Os dois militantes bolsonaristas passaram então a ir de encontro aos manifestantes, forçando-os a contato físico direto, quase testa a testa, e a escutar palavras em defesa do presidente e contra os “esquerdistas”. O homem vestia uma camiseta amarela com os dizeres “Meu partido é o Brasil” (réplica da blusa usada por Jair Bolsonaro no ato de campanha em Juiz de Fora em que foi esfaqueado durante o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018). A mulher vestia blusa verde-oliva, boné das forças armadas (“Brigada paraquedista”) e uma bandeira do Brasil amarrada ao pescoço à maneira de uma capa de super-herói; levava ainda à mão outra bandeira do Brasil que usava como uma espécie de cajado. Nenhum dos dois usava máscara ou qualquer tipo de acessório de proteção.

Em dado momento, o militante governista passou a gritar histericamente e a gesticular de forma ameaçadora contra uma enfermeira que tem aproximadamente a metade de seu tamanho porque essa supostamente teria lhe mostrado o dedo do meio (o que não foi capturado por nenhuma das filmagens do episódio disponíveis no *Youtube*). Outra enfermeira se aproxima e se coloca entre sua companheira de protesto e o homem que segue gritando - seu descontrole emocional agora beira o colapso nervoso -, mais gente vai se acercando, alguns toques e empurrões são trocados e, logo, a pequena confusão se dissipa graças à atuação providencial da “turma do deixa disso” de ambos os lados.

O ato foi registrado por diversos veículos de comunicação e é possível encontrar facilmente no *Youtube* vários registros audiovisuais tomados de diversas perspectivas por pessoas que, por diferentes motivos, estavam na Praça dos Três Poderes naquele momento, com destaque para uma transmissão de mais de 22 minutos feita por Scarlett Rocha para o site Esquerda Online, de modo que não faltará documentação para que historiadores e cronistas da vida política brasileira reconstruam esse episódio de forma exaustiva e aprofundada até as minúcias, se assim o desejarem. Apesar disso, ao assistir a essas cenas é difícil evitar uma sensação de irrealidade, como se tudo não passasse de uma peça de ficção mal arranjada, talvez uma comédia de costumes terceiro-mundista, uma história que, ao abusar de tantos clichês surrados do seu gênero, nos parece familiar e de final já conhecido, um texto interpretado sem convicção por atores que só estão ali pelo cachê. São vários os aspectos narrativos aí presentes que colaboram para essa impressão desagradável de estranhamento: a afetação dos gestos, a falta de sutileza e o exagero caricatural dos elementos mobilizados em cena, o caráter esquemático das situações e dos personagens, de um didatismo condescendente, que parece subestimar a inteligência dos espectadores.

*

Segundo dados oficiais do Ministério da Saúde, no dia primeiro de maio foram notificados 442 óbitos por COVID-19, somando 6354 óbitos no acumulado até aquela data. Ontem (dia 19 de maio) foram notificados 1179 óbitos, totalizando 17971 vidas perdidas.

*

A Praça dos Três Poderes é um dos locais mais importantes para a concepção de relação entre Estado e povo brasileiro que é afirmada com esperança e grandiloquência na retórica arquitetônica modernista de Brasília. Nas palavras de Lúcio Costa, autor do Plano Piloto da capital federal:

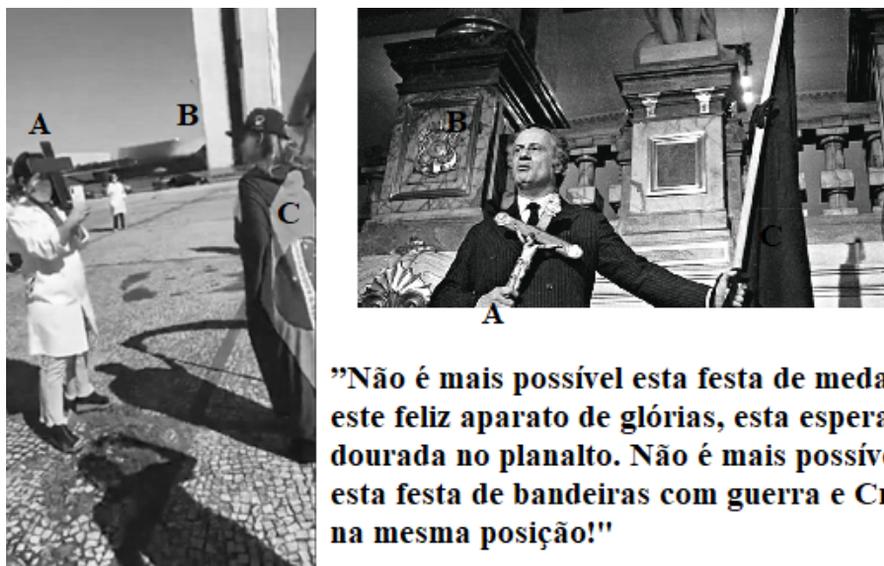
(...) me comove particularmente o partido adotado de localizar a sede dos três poderes fundamentais não no centro do núcleo urbano mas na sua extremidade, sobre um terraplano triangular como palma de mão que se abrisse além do braço estendido da esplanada onde se alinham os Ministérios, porque assim sobrelevados e tratados com dignidade e apuro arquitetônicos, em contraste com a natureza agreste circunvizinha, eles se oferecem simbolicamente ao povo: votai que o poder é vosso. A dignidade de intenção que lhe presidiu o traçado, e tão fundo tocou a André Malraux, é palpável, está ao alcance de todos. A Praça dos Três Poderes é o Versalhes do povo (Costa, 1995, p. 299).

Nesse cenário, cada gesto, cada palavra, cada passo tem seus possíveis significados amplificados e recobertos de solenidade pelo entorno, onde se localizam os edifícios sede dos três poderes e diversos marcos de celebração ritual dos valores cívicos fundamentais da identidade nacional. Os registros visuais do episódio de confrontação entre profissionais de saúde e militantes governistas no dia primeiro de maio garantem, assim, vários instantes emblemáticos, em cuja mise-en-scène não é difícil ler sinais do momento de agonia por que passa a democracia brasileira.

Alguns exemplos. Um dos frames do já mencionado registro do Esquerda Online mais reproduzidos nas redes sociais é aquele do momento em que a bandeira do Brasil empunhada pela militante governista dedicada a aporrinhar uma das manifestantes projeta sobre o piso da Praça dos Três Poderes uma sombra no formato da foice característica da representação estereotipada da morte na figura do “ceifador”². A quantidade de signos aí entulhados (a cruz, a bandeira, a sombra da morte, a sombra da cinegrafista, o aparelho celular usado como escudo, as torres gêmeas do Congresso Nacional) fazem lembrar o cinema de Glauber Rocha, que buscou no cultivo de uma estética da aflição, do excessivo

² Sobre a cena, ver essa curiosa postagem de checagem de fatos em: <https://www.e-farsas.com/a-sombra-da-morte-apareceu-em-foto-de-manifestantes-contra-enfermeiras.html>. Que alguém tenha sentido a necessidade de atestar a veracidade dessa cena só reforça o argumento já exposto sobre o sentimento de irrealidade provocado no espectador.

e do contraditório, uma via privilegiada para pensar a realidade brasileira. Na montagem abaixo, é possível constatar como essa cena repete um padrão de composição de signos que pode ser encontrado na cena de Terra em Transe em que o personagem do líder populista de direita Porfírio Diaz (interpretado por Paulo Autran) discursa a uma plateia imaginária do alto da escadaria do palácio do governo de Eldorado. Nos dois quadros, estão dispostos horizontalmente em seqüência: a) a cruz de Cristo; b) representações do poder estatal (as torres gêmeas do Congresso Nacional, o brasão qualquer esculpido no mármore); e c) bandeiras.



”Não é mais possível esta festa de medalhas, este feliz aparato de glórias, esta esperança dourada no planalto. Não é mais possível esta festa de bandeiras com guerra e Cristo na mesma posição!”

Figura 1: Colagem frames do registro em vídeo de Scarlett Rocha/Esquerda Online e de “Terra em Transe” e trecho de fala do personagem Paulo Martins.

Em outro momento, ao final do minuto 18 do registro do Esquerda Online, uma mulher usando uma máscara de porco e uma blusa amarela estampada com uma bandeira do Brasil seguida do nome “Bolsonaro” aparece no enquadramento fazendo o gesto de saudação romana apropriado por movimentos nazi-fascistas

de várias épocas (dentre os quais, os integralistas brasileiros). Ao fundo, é possível ver o edifício do Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, memorial cívico de homenagem aos heróis e heroínas nacionais.



Figura 2: Frame vídeo “Profissionais de saúde protestam no Palácio do Planalto e são atacados por bolsonaristas”

O que dizer dessa cena? Há algum ganho analítico ou interpretativo em acrescentar adjetivos à sua descrição? Há algum ganho político em elaborar o sentimento de repulsa que ela nos causa? É evidente que a personagem em questão sabe muito bem da obscenidade de seu ato - tanto que optou por cobrir o próprio rosto com uma máscara de porco - e, por isso mesmo (não apesar disso), fez o que fez: para *trollar*, engatilhar “esquerdistas”, para gerar lulz³ etc. A solenidade política do local não é ignorada, mas convocada para fins

³ Corruptela da sigla em inglês LOL (Laugh Out Loud - “Ri muito”, em tradução livre). Rob May e Matthew Feldman identificam no estilo retórico “só pelo lulz” (“in defence of mere lulz”) a característica distintiva dos grupos que compõem a assim chamada direita alternativa (Alt-Right). Trata-se de: “Uma forma de humor ofensivo praticado por ativistas online. Exemplificado pelos avatares de Pepe, o Sapo e por ‘piadas’ que tomam por alvo minorias étnicas e religiosas da Europa e América do Norte, o lulz proporciona

de profanação. Nisso, aliás, a militante governista apenas reproduz o modus operandi de ultrapassar os limites do socialmente aceitável e não ser punido por isso que levou Jair Bolsonaro da irrelevância no baixo clero parlamentar à condição de meme e daí à presidência da República.

*

- Não foram os esquerdopatas... Os esquerdopatas, eles não construíram nada. Eles são gafanhotos. Esses sindicatos arrebetam com a nação... São cruéis, são desumanos!

- Vocês não têm vergonha? Vocês são covardes! Covardes! Covardes, que sangram o país!

(...)

- No dia em que os empresários dessa terra pararem de trabalhar, vocês não trabalham mais [bate com o mastro da bandeira do Brasil no chão pontuando cada palavra]...

- ...É o fruto de nosso suor que sustenta esses sindicatos bandidos...

- ... Você não entendeu que você é escravizado? [Baixando o tom da voz] Você não entendeu? Você vai entender agora... [Inaudível]

- ... Nós levantamos e construímos essa nação. E vocês não vão destruir essa nação. Esses sindicatos bandidos...

(...)

-Eu luto pelo meu país. Não sou comunista. Nós temos coragem de lutar, nós temos coragem porque no dia em que os empresários pararem, sabe o que acontece? Sabe o que acontece? Você não recebe mais o seu salariozinho.

Como se sabe, no primeiro de maio é celebrado, em várias partes do mundo, o dia do trabalho e do trabalhador. Neste ano, pela primeira vez desde

distanciamento irônico quando necessário. (...) Esse aspecto característico é descrito abertamente no Guia Normie [pessoa normal, que segue as convenções] da Direita Alternativa escrito por Andrew Anglin para a página neo-Nazista Daily Stormer, que rapidamente se tornou um dos mais populares websites de direita alternativa da atualidade: (...) ‘Lulz: o tom do site deve ser leve. A maioria das pessoas não se sente confortável com um material que lhe parece de ódio furioso, sulfúrico e não irônico. Os não doutrinados devem ser incapazes de dizer se estamos brincando ou não.’” (May e Feldman, 2019, p. 26-27. Tradução livre).

2015, quando a presidenta Dilma Rousseff foi silenciada pelos batedores de panela que pediam a derrubada de seu governo, não houve pronunciamento em cadeia nacional do presidente da República por ocasião do primeiro de maio. A omissão talvez até poderia ser justificada pela absoluta precedência da agenda de combate à pandemia do novo coronavírus sobre outras pautas, o que não é obviamente o caso, afinal, apenas três dias antes, Bolsonaro comentou o atingimento da marca de cinco mil mortos pela pandemia com um desdenhoso “e daí?”. Ainda assim, é de se estranhar que a simbologia do primeiro de maio aparentemente tenha passado batida, ou pelo menos não tenha sido destacada explicitamente, mesmo nas notas de esclarecimento publicadas *post factum* pelo SindEnfermeiro-DF, nas quais são reafirmados os “três objetivos centrais” do ato realizado no dia primeiro, quais sejam: “defender o isolamento social com base científica, homenagear os trabalhadores da enfermagem de todo o Brasil que morreram lutando contra a Covid-19 e mostrar a importância da categoria”.

O mais difícil de entender, porém, é o ódio de classe sem filtros das falas dirigidas pelos militantes governistas aos profissionais de saúde que se manifestavam na Praça dos Três Poderes. Estamos aqui muito distantes da deferência (mesmo que fingida) ao trabalho e aos trabalhadores que compõe os vários lugares comuns dos discursos sobre o primeiro de maio. O discurso acima reproduz a ideia de que os trabalhadores nada são além de escravos, que no dia em que os empresários pararem de trabalhar não receberão mais seu salário, enquanto os sindicatos, gafanhotos e bandidos, sugam o suor dos que constroem a nação.

Para marcar a singularidade histórica do tipo de dominação burguesa de que o bolsonarismo é a expressão política, vale a pena contrastar essas falas com a de Juscelino Kubitschek, em seu discurso de 20 de abril de 1960, na Praça dos Três Poderes, dirigindo-se aos operários que construíram a capital:

Entre o Presidente da República, que vos fala, e vós, trabalhadores de várias categorias — técnicos, empreiteiros, fornecedores, mestres-de-

obras, operários e aprendizes, homens da iniciativa privada, que para cá vos transferistes e me ajudastes — nestes anos de labor incessante, pelos dias e pelas noites, se formou tal vínculo de amizade, se estreitou tal estima, se estabeleceu tal corrente de compreensão, que nos ligamos todos para o mesmo objetivo, que se nos faziam comuns os problemas de cada um. A irmanação de quantos aqui trabalharam lembra a construção das catedrais da Idade Média, quando artistas anônimos, mestres, aprendizes se animavam pela fé em Deus, em cuja honra se levantaram esses poemas arquitetônicos (Kubitschek, 2010, p. 41).

Seria, é claro, um erro grave tomar por seu valor de face essas palavras do “presidente bossa nova”. Afinal, são bem documentados os abusos trabalhistas, a exploração predatória e a irresponsabilidade social com que foram tratados os trabalhadores que levantaram Brasília (ver, por exemplo, Ribeiro, 2008). Por outro lado, também seria um equívoco considerar que as aparências simplesmente não importam. As questões que ficam são: por que os bolsonaristas se sentem desobrigados de prestar homenagem, mesmo que insincera ou meramente protocolar, aos valores convencionais de igualdade e fraternidade entre todos? Por que se sentem autorizados a afirmar de forma tão descompensada o que entendem ser seus privilégios (reais ou ilusórios) de status social ou poder econômico?

*

Lançado no dia 06 de maio pelo Comitê Gestor de Crise do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), o Observatório da Enfermagem registra hoje (20 de maio) um total de 138 óbitos de profissionais de saúde infectados por Covid-19, sendo 111 confirmados e 27 casos suspeitos. A escassez de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) disponíveis, a falta de treinamento adequado e o não afastamento de trabalhadores do grupo de risco são apontados pelo Cofen como principais fatores de risco.

*

Em depoimento à revista *Veja*, a enfermeira Ana Catarine Carneiro relata sua participação no protesto na Praça dos Três poderes e, indo direto ao ponto, levanta as questões que realmente importam para o momento em que vivemos:

Quando estávamos nos organizando, alguns colegas levantaram a dúvida: “E se nos confrontarem?”. Na hora, argumentei: “Vamos defender a vida; homenagear quem morreu lutando para salvar outras vidas. Quem seria contra uma coisa dessas?”.

(...)

A certa altura, um homem decidiu atacar uma colega que estava ao meu lado, filmando tudo com o seu celular. Não consegui mais ficar parada. Entrei na frente dela e me coloquei entre os dois. Esse foi o momento em que ele me empurrou. Até então, mesmo com toda a truculência, nenhum de nós havia reagido. A partir do momento em que o tal homem encostou em mim, não tínhamos mais como manter o plano. Outras pessoas se aproximaram para afastar os agressores, enquanto eles continuavam gritando. Quero destacar que aquele foi um movimento de força das mulheres. Eu defendi a minha colega e, logo na sequência, quando eu mesma virei o alvo, outras enfermeiras saíram em minha defesa.

(...)

Em casa, de volta, fui dominada por um sentimento de desilusão, de abandono. Como é possível lutar para cuidar das pessoas se parte da população nos agride? (Carneiro, 2020, sp, destaques meus).

É relativamente fácil dar uma primeira resposta mais superficial à pergunta “quem seria contra uma coisa dessas?” se atendo tão somente aos fatos já conhecidos sobre a identidade individual dos agressores envolvidos no episódio em questão. Isso porque os dois militantes governistas que se engajaram mais ativamente nas provocações às profissionais de saúde simplesmente não fizeram nenhum esforço para esconder suas identidades: em dado momento (16:04 no registro do Esquerda Online), o homem se apresentou aos gritos para quem quisesse ouvir, “Renan Sena, Brasília, patriota”; já a mulher – posteriormente identificada como Marluce Gomes, - fez questão de se certificar, ao arrematar

seu achincalhe a umas das enfermeiras que a filmava defensivamente, “gravou bem direitinho meu rosto? Bem direitinho, tá bom?”. Ambos estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal (MPF) a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), que, por sua vez, foi provocada pelos conselhos regional e federal de enfermagem. Até agora, foi divulgado que Renan Sena era funcionário terceirizado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) até o dia 23 de abril, quando teria sido desligado.

É bem mais difícil, no entanto, dar uma resposta clara e direta sobre a identidade desse sujeito político incapaz de se solidarizar com (ou pelo menos não se opor agressivamente a) valores aparentemente tão senso comum como os de “defender a vida” e “homenagear quem lutou morrendo para salvar vidas”. A compreensão da incapacidade atualmente verificada na sociedade brasileira de formação de um consenso moral mínimo sobre demandas como essas não pode ser alcançada tão somente via explicação sociológica (seja como tentativa de enquadrar a racionalidade das ações observadas em referência a interesses objetivos, sistemas de valores ou visões de mundo diversos), mas, deve, provavelmente, remeter ainda à consideração de aspectos psíquicos (por exemplo, o conceito freudiano de pulsão de morte), estéticos, existenciais e filosóficos (exemplos, as temáticas nietzschiana do ressentimento e arendtiana do mal radical).

Seja como for, a condução dessa agenda de pesquisas não pode perder de vista sua motivação pragmática: embora o bolsonarismo seja um fenômeno em muitos aspectos fascinante para o pensamento acadêmico, que deverá passar ainda muitos anos entretido com esse quebra cabeça de montagem particularmente difícil, sua compreensão importa agora tão somente na medida em que se faz necessária para sua neutralização no espaço público. Em outras palavras, a intolerância do bolsonarismo militante deve ser interrogada pelas ciências humanas com a mesma seriedade e sentido de urgência com que o código genético do novo coronavírus vem sendo devassado pelas ciências da natureza, isto é, não com o propósito (intelectualmente nobre) de apreender

o modo singular de ser no mundo desses organismos, mas sim de combater a ameaça sem precedentes que representam para a saúde pública.

A questão a ser retida em foco é – para ficarmos com os termos de Ana Catarine Carneiro - a de como garantir que profissionais de saúde tenham condições de lutar para cuidar das pessoas sem que sejam agredidos por parte da sociedade. Em termos práticos, isso significa assumir como dada, pelo menos por enquanto, a existência de um abismo de incomunicabilidade com essa parte da sociedade que se radicalizou no apoio ao governo Bolsonaro. Parece vã qualquer tentativa de compreensão empática que tenha por objetivo encontrar algum denominador comum a partir do qual seria possível estabelecer o diálogo com essas pessoas.

Voltando ao depoimento de Ana Carneiro:

Antes de tudo, é preciso ressaltar que o nosso ato, em Brasília, não foi um protesto. Não estávamos contra nada. Além da homenagem em si e de darmos visibilidade à nossa categoria, queríamos mostrar à população que temos as nossas dificuldades, contudo estamos do lado dela (Idem).

De fato, não é possível sequer imaginar uma pauta de concordância menos problemática do que essa que foi proposta pela manifestação de profissionais de saúde na Praça dos Três Poderes (defesa da vida, expressão de luto pelos que morreram defendendo a vida) e, ainda mais, na forma como a defenderam (sem qualquer mensagem de oposição ao governo e sem alusões à simbologia trabalhista do dia primeiro de maio). Se mesmo esse cobertor de moderação e razoabilidade não foi suficiente para resguardar o protesto das profissionais de saúde contra a sanha de agressão da militância governista, o que mais seria?

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**: Brasil. 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2020.

CARNEIRO, Ana Catarine. **‘A doença é a inimiga, não nós’, diz enfermeira agredida em Brasília:** Ana Catarine Carneiro, 31 anos, homenageava colegas mortos na pandemia. *Veja*. 2020. Depoimento dado a Jennifer Ann Thomas. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/a-doenca-e-a-inimiga-nao-nos-diz-enfermeira-agredida-em-brasilia/>. Acesso em: 20 maio 2020.

CESAR, Ana Cristina. *Poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

COFEN – Conselho Federal de Enfermagem. *Observatório da Enfermagem*. Disponível em: <http://observatoriodaenfermagem.cofen.gov.br/>. Acesso em 20 de maio 2020

COSTA, FLÁVIO. Homem que atacou enfermeiras trabalha para o Ministério dos Direitos Humanos. *UOL*, 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/05/servidor-terceirizado-de-ministerio-de-direitos-humanos-agrediu-enfermeiras.htm> Acesso em: 20 maio 2020.

COSTA, Lúcio. Saudação aos críticos de Arte. In: *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek*. Organizadora Luíza Helena Nunes Pinto. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores, 2010

LOPES, Gilmar. **A sombra da Morte apareceu em foto de manifestantes contra enfermeiras?** *E-Farsas*, 2020. Disponível em: <https://www.e-farsas.com/a-sombra-da-morte-apareceu-em-foto-de-manifestantes-contras-enfermeiras.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

MAY, Rob e FELDMAN, Matthew. Understanding the Alt-Right: Ideologues, ‘Lulz’ and Hiding in Plain Sight . In: Maik Fielitz, Nick Thurston (Org). *Post-Digital Cultures of the Far Right: Online Actions and Offline Consequences in Europe and the US*. Bielefeld, Transcript, 2019, p. 25-36.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília, Editora da Universidade Nacional de Brasília, 2008.

ROCHA, Scarlett. Profissionais da saúde protestam no Palácio do Planalto e são atacados por bolsonaristas. *Esquerda Online*, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KF-VLUMoh4C0>. Acesso em 20 maio 2020.

SIMÕES, Eduardo. **PGR pede ao MPF em Brasília que investigue agressão a enfermeiros por apoiador de Bolsonaro.** *UOL*, 2020 Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/05/05/pgr-pede-ao-mpf-em-brasilia-que-investigue-agressao-a-enfermeiros-por-apoiador-de-bolsonaro.htm>. Acesso em 20 maio 2020.

SindEnfermeiro-DF. Nota de esclarecimento sobre agressões a enfermeiras durante o ato em 1º de maio. *Sindenfermeiro*, 2020. Disponível em: <https://sindenfermeiro.com.br/index.php/2020/05/04/nota-de-esclarecimento-agressoes-a-enfermeiras-durante-ato-em-1o-de-maio/> Acesso em 20 maio 2020.

A RETÓRICA DA EXCEPCIONALIDADE EM CONTEXTOS EPIDÊMICOS: DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA EPIDEMIA DE COVID-19

Jonatan Sacramento¹

Mariana Marques Pulhez²

“Por medo de pegar Covid-19, grávida se nega a deixar Noronha para parto e é levada pela polícia a aeroporto”. Esta foi a manchete de uma notícia veiculada no site do G1-Pernambuco em maio de 2020³. O título da reportagem nos remete ao menos a três questões que se entrecruzam no momento em que vivemos uma nova epidemia⁴: o medo de uma doença que pode ser letal, o direito de escolha sobre o próprio corpo e a ingerência do Estado sobre este corpo.

A história de Alyne Luna, gestante de que trata a reportagem, poderia ser facilmente enquadrada por ativistas do movimento pela humanização do parto⁵

¹ Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

² Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

³ MARINHO, Ana Clara. Por medo de pegar Covid-19, grávida se nega a deixar Noronha para parto e é levada pela polícia a aeroporto. **G1 Pernambuco, 2020. Disponível em:** https://g1.globo.com/pe/pernambuco/blog/viver-noronha/post/2020/05/10/por-medo-de-pegar-covid-19-gravida-se-nega-a-deixar-noronha-para-parto-e-e-levada-pela-policia-a-aeroporto.ghtml?fbclid=IwAR1cUxt-woNODdqaWvDtVGAzcaXeRXxko8HauJS57FYYS9R4Ci0hvJFCe_g. Acesso em: 02 jun. de 2020.

⁴ Nesse texto, preferimos usar epidemia, em detrimento de pandemia, por dois motivos. O primeiro deles é que pandemia tem apenas um significado quantitativo. Ou seja, diz respeito, segundo a OMS, a uma situação epidêmica que acontece em mais de três continentes diferentes. O segundo, por sua vez, é porque epidemia deve ser entendida em seu caráter situado. Quer dizer, com seus nuances que variam, inclusive, no interior de um mesmo país.

⁵ O movimento de humanização do parto no Brasil tem como bandeira principal a adoção de uma assistência baseada em evidências científicas, promovendo um cuidado à gestação, ao parto e ao puerpério a partir do estímulo ao protagonismo da mulher nos processos decisórios sobre o ciclo gravídico-puerperal. Trata-se de um movimento em rede, cujos atores se espalham em diversas ONGs e coletivos com visões

como mais um caso de violência obstétrica, não muito diferente de um caso emblemático ocorrido no Rio Grande do Sul, em 2014, quando Adelir Lemos de Góes também foi levada pela polícia e, por decisão judicial, obrigada a se submeter a uma cesariana contra sua vontade⁶. Alyne, contudo, não tinha medo de uma cesariana, seu medo era da COVID-19, doença que vem assolando o mundo desde janeiro de 2020 e sobre a qual ainda se sabe muito pouco a respeito.

Moradora de Fernando de Noronha, Alyne entrou para a estatística da média de 40 grávidas por ano com a qual a ilha convive e que fez com que, em 2004, sua única maternidade fechasse as portas - a manutenção do espaço custaria alto demais para atender tão poucos partos. A resolução dada pelo poder público é encaminhar as gestantes para Recife quando completam 34 semanas de gestação, oferecendo-lhes hospedagem e alimentação enquanto aguardam o início do trabalho de parto⁷. Por medo de pegar COVID-19, Alyne se negou a ir no tempo determinado para Recife, sendo então intimada pela justiça e acompanhada pela polícia até o aeroporto para embarcar para a capital pernambucana.

Tanto a história de Adelir quanto a de Alyne marcam uma disputa entre direitos sobre o próprio corpo e a atuação do Estado sobre esses corpos: de um lado, a luta pela manutenção de liberdades individuais para decidir sobre si mesmas e, do outro, um poder estatal que procura regular os modos como os corpos devem ser e existir, nos moldes da biopolítica foucaultiana. Quando essa disputa sai do âmbito meramente individual e vai para as arenas públicas de debate, ela se transforma na bandeira pelos direitos sexuais e reprodutivos que,

mais ou menos distintas entre si, mas que de forma geral se baseiam nesta bandeira principal aqui descrita. A primeira organização da sociedade civil a levantar esta bandeira foi a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (Rehuna), criada em 1993 em Campinas-SP. Para maiores detalhes, ver Rattner et al, 2010.

⁶ BALOGH, Giovanna. Justiça do RS manda grávida fazer cesariana contra sua vontade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de abr. de 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1434570-justica-do-rs-manda-gravida-fazer-cesariana-contra-sua-vontade.shtml>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

⁷ COSTA, Camila. Por que não nascem bebês em Fernando de Noronha? **BBC News Brasil**, São Paulo, 29 de dez. de 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151113_noronha_partos_cc. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

de direitos meramente individuais, passam a ocupar o espaço de direitos sociais que devem ser garantidos e mantidos por esse mesmo Estado que quer regular e controlar a sexualidade e a reprodução da sociedade.

A história de Adelir ocorreu num contexto não epidêmico e a de Alyne aconteceu em plena epidemia de COVID-19, mas ambas as histórias carregam consigo a carga da desigualdade de gênero que, como pretendemos mostrar ao longo deste ensaio, pode ser aprofundada em processos epidêmicos. Mais do que isso, nosso argumento é de que gênero, aliado aos outros marcadores sociais de diferença, como raça/etnia, classe, geração, posição geográfica, marcam e conformam os processos epidêmicos, além das questões de saúde e doença como um todo.

Esses momentos, que muitas vezes se traduzem em ocasiões de comoção pública, como na epidemia de Zika vírus em 2015 e das crianças nascidas com microcefalia, podem se traduzir também em contextos de discriminação ou indignações seletivas, como na epidemia de HIV/AIDS dos anos 1980 ou a epidemia de Ebola nos países da África Ocidental. No entanto, esses momentos parecem traduzir também uma ideia de excepcionalidade tanto por aquilo que os conformam, quanto pelos seus desdobramentos. Na atual epidemia de COVID-19, em que diariamente crescem os números de casos e óbitos, a retórica da excepcionalidade se materializa não apenas nas questões burocráticas como a contratação de serviços, insumos e recursos humanos para lidar com a crise, mas também na própria lógica do manejo dos processos de vida e morte (Azevedo; Sanjurjo; Nadai, 2020).

Os desdobramentos das epidemias, no entanto, não são os mesmos. Como veremos neste ensaio, a retórica da excepcionalidade mobilizada nas epidemias de Zika vírus e na atual, de COVID-19, se materializam de diferentes formas nos corpos e vidas de mulheres e seus direitos sexuais e reprodutivos.

Gênero, epidemias e direitos sexuais e reprodutivos

Dizer que uma epidemia está marcada por gênero é mais do que dizer que mulheres ou homens estão sendo afetados por determinada doença. É analisar, no contexto sociobiológico do desenvolvimento de uma enfermidade, como as relações de gênero marcam e materializam tais processos, assim como são também produzidos por eles.

Nesse sentido, no caso da epidemia de COVID-19, vemos essa materialização de pelo menos duas formas: no percentual maior do número de mortes em decorrência da doença em indivíduos do sexo masculino⁸, em decorrência das chamadas comorbidades que podem contribuir para o agravamento do quadro de enfermidade dos indivíduos e, por outro lado, na histórica e, portanto, construída, divisão sexual do trabalho que delega o trabalho do cuidado para o pólo feminino das relações, legando às mulheres a tarefa do cuidado (formal ou não) dos acometidos por essa e outras doenças⁹.

Mas as marcações de gênero não são exclusividades da atual epidemia. Em 2015, quando da eclosão da epidemia de Zika vírus na América Latina, as marcas de gênero assumiram seus contornos no fenômeno sanitário naquele momento, materializando-se, sobretudo, no corpo de mulheres e crianças.

A epidemia de Zika vírus, uma epidemia generificada

Quando a epidemia de Zika vírus eclodiu no Brasil, em meados de 2015, e após a confirmação da ligação entre o novo vírus e a microcefalia, a epidemia começou a ganhar seus claros contornos de gênero. Tanto em sua configuração enquanto fenômeno sanitário - uma epidemia que tinha desdobramentos distintos

⁸ Conforme é possível verificar nos Boletins Epidemiológicos publicados pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (cf. <https://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>)

⁹ A distribuição das comorbidades entre homens e mulheres também pode ser considerada uma construção social quando colocamos sob escrutínio sociológico os processos de saúde e doença que possibilitam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares e diabetes, por exemplo, e outras doenças crônicas, ou a própria lógica da procura por cuidados em serviços de saúde (cf. Moura, 2012).

para homens e mulheres (a microcefalia enquanto uma ameaça a gravidez) -, quanto nas respostas que ela mobilizou.

As respostas à epidemia de ZIKV no Brasil estiveram marcadas por gênero e desenhavam imaginários de gênero. Era uma epidemia de duplo-fazer (Vianna; Lowenkron, 2018): gênero produzia a epidemia e a epidemia produzia gênero. O controle de vetores, estratégia malfadada, mas sempre preconizada pelas respostas de combate ao mosquito *Aedes Aegypti* no Brasil (Löwy, 2006), tem clara marca de gênero: historicamente, são as mulheres as principais responsáveis pelo cuidado cotidiano da casa e o público principal das campanhas de eliminação dos focos criadouros do mosquito (Wenham; et al., 2020)¹⁰. Mas também foi sobre as mulheres que foram direcionadas as ações de combate à microcefalia. Mulheres e possíveis mães, cuidadoras de crianças com microcefalia.

O Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia, organizado pelo Governo Federal ainda em 2015, conjuntamente com vários outros ministérios e secretarias do governo, tinha como foco, além das estratégias de combate ao mosquito, a criação de protocolos de atendimento clínico para as gestantes e para as crianças nascidas com microcefalia. O Plano instituiu um Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Zika vírus, que norteava os profissionais de saúde nas ações de prevenção à infecção pelo ZIKV em mulheres gestantes e em idade fértil, para a atenção ao pré-natal, ao parto e nascimento e na assistência aos nascidos vivos com microcefalia. Ainda que contemplasse também, em seus objetivos específicos, a assistência para o planejamento reprodutivo e a necessidade de ampliação da oferta de métodos contraceptivos e de informações para o desenvolvimento de uma saúde sexual e reprodutiva “em um contexto de escolha livre e informada” (Brasil, 2015, p. 14), o protocolo encontrava limites na própria organização burocrática sanitária e na disposição legal do contexto brasileiro, como veremos adiante.

¹⁰ Daí a necessidade de olharmos para tais ações sob uma perspectiva de gênero (Wenham et al., 2020).

Se, de um lado, a estratégia de combate ao mosquito buscava o controle e a diminuição dos casos de ZIKV e de nascidos com microcefalia, os esforços mobilizados pelo Protocolo visavam atuar, principalmente, na minimização dos efeitos das síndromes relacionadas ao ZIKV¹¹ nos bebês nascidos de mulheres que, durante a gravidez, contraíram a doença. Tais esforços foram feitos através da ampliação do acesso aos métodos contraceptivos “em um contexto de escolha livre e informada” - o que como política pública é fundamental, ainda que seja preciso nos atentarmos a pressuposições como a de que, mesmo bem informadas, as mulheres escolherão livremente uma gestação.

“Sexo é para amador, gravidez é para profissional”, comentava o então Ministro da Saúde, Marcelo Castro¹², diante do aumento de casos de nascidos com microcefalia, até então apenas com a suspeita da ligação entre a doença e o ZIKV. “Ninguém deve engravidar ao acaso, deve ser feito um planejamento para uma maternidade responsável”¹³, enfatizava. No entanto, o que o ministro parecia se esquecer era o cenário de extrema desigualdade social e de gênero na qual o país estava (e está) assentado, o que torna problemáticas, entre outras coisas, ideias como as de planejamento de uma gravidez para uma parte da população que não possui acesso aos serviços básicos de saúde. Além disso, fica clara a desconsideração de situações de violência contra a mulher que resultam em gestações indesejadas que, em que pese a legalidade do aborto em casos de estupro, se complexificam diante da diversidade de situações em que as mulheres podem se encontrar¹⁴.

¹¹ De acordo com Teixeira, et al. (2020) a Síndrome Congênita do Zika (SCZ) é um conjunto de anomalias associadas à infecção causada pelo Zika vírus aos fetos que inclui complicações neurológicas, motoras, auditivas e oculares.

¹² Marcelo Castro, médico psiquiatra, era deputado federal do PMDB pelo estado do Piauí e assumiu o cargo, então ocupado pelo sanitarista Arthur Chioro, em outubro de 2015, no meio da epidemia de Zika vírus no Brasil, em um contexto de reforma ministerial.

¹³ CANSIAN, Natália. ‘Sexo é para amador, gravidez é para profissional’, diz ministro após aumento de microcefalia. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 de nov. de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1707967-microcefalia-pode-atingir-outros-estados-se-elo-com-zika-for-confirmado.shtml>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

¹⁴ Para um debate sobre algumas dessas complexidades, ver Simões, 2019.

Na contramão dessas declarações ministeriais, a ONG Anis - Instituto de Bioética e o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) protocolaram no Supremo Tribunal Federal, em 2017, um pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 442) que demandava da Suprema Corte a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez até a décima segunda semana. No documento, ONG e partido alegavam que as desigualdades advindas do processo de criminalização do aborto incorreriam na discriminação das mulheres, negando-lhes uma equiparação aos homens em termos de direitos civis, além do impedimento ao acesso de uma cidadania integral e aos direitos sexuais e reprodutivos.

O pedido resultou na audiência de consulta aos especialistas que aconteceu em agosto de 2018. Na ocasião, foram ouvidas/as representantes de 49 instituições, entre sociedade civil, órgãos de governo e instituições científicas, que defenderam seus pontos de vista, sobre a possibilidade de o STF acatar ou não o pedido da ADPF. A própria Anis se pronunciou e foi representada pela antropóloga Débora Diniz que, em seu parecer favorável à pauta, afirmou que a matéria em questão deveria ser discutida com base em “ciência confiável”.

Segundo Débora, a ciência confiável significava aquela ciência baseada na empiria, em que os dados científicos, “por não estarem dados”, não poderiam falar por si, mas demandariam um questionamento sobre quem os produziu, onde foram coletados e quem os disseminou. Ou seja, a despeito dos títulos exibidos pelos expositores (em referência aos que se posicionaram contrários à ADPF), haveria regras na dinâmica de produção da ciência que deveriam ser respeitadas. Assim, seria necessário que os expositores apresentassem evidências confiáveis sobre o tema e não opiniões pessoais¹⁵. Além disso, Débora ainda pautou sua fala em lembrar casos em que mulheres haviam morrido vítimas

¹⁵ No contexto de um debate considerado “delicado”, como a própria relatora do processo, Ministra Rosa Weber, declarou à época, a antropóloga chamava atenção para a necessidade do uso de evidências científicas para a boa orientação do debate. Veremos, no caso da epidemia de COVID-19 e dos direitos sexuais e reprodutivos, que apenas as evidências não bastam.

do abortamento ilegal e inseguro, realidade na vida das mulheres brasileiras, sobretudo as pertencentes a determinada classe (baixa) e marcadas por determinada cor (não-branca)¹⁶.

Em 2016, a epidemia brasileira de Zika chegou ao fim. Mas não tiveram fim ali os efeitos dessa epidemia, materializados nas crianças nascidas com microcefalia ou outras síndromes congênitas, ou nas mulheres, suas cuidadoras, mães, tias, avós, irmãs, que foram legadas ao trabalho do cuidado dessas crianças. Também não chegou ao fim a querela a respeito da ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, materializado na luta pela descriminalização do aborto até a décima segunda semana de gravidez, pleiteada pela Anis e pelo PSOL, através da ADPF 442. Ao contrário, prevista para ser julgada em maio de 2019, a matéria foi retirada de pauta sem previsão para retorno. Finda-se uma epidemia, mas não findam-se os problemas oriundos desse contexto.

Se no contexto do surto de Zika, a epidemia se apresentava como uma epidemia no feminino, incidindo e se desdobrando, principalmente, sobre o corpo das mulheres (e das crianças), no caso da COVID-19, seu caráter generificado se materializa tanto no masculino, com a prevalência dos homens entre o número de casos e de vítimas fatais, quanto no feminino, seja na lógica feminina do trabalho do cuidado ou (também e novamente) na questão dos direitos sexuais e reprodutivos.

A COVID-19 generificada

Em abril de 2020, a ONU e as agências multilaterais como OMS, UNICEF, UNFPA, lançaram o Global Human Response Plan COVID-19, uma iniciativa das agências na proposição e execução de respostas humanitárias nas áreas de saúde, mobilizada por pessoas, suprimentos, entre outros, para o enfrentamento da crise gerada em decorrência da epidemia do novo coronavírus. Na ocasião, os EUA, por intermédio da USAID, enviaram às Nações Unidas uma solicitação

¹⁶ Conferir Diniz; Medeiros; Madeiro, 2017.

para que do documento fossem retiradas todas as menções à saúde sexual reprodutiva¹⁷. Manifestações como essa, contrárias à ampliação, manutenção ou mesmo a simples menção dos direitos sexuais e reprodutivos em documentos oficiais de agências multilaterais têm se tornado comum¹⁸. No Brasil, tal debate também se encontra cada vez mais engessado, como ficou claro quando da retirada da ADPF 442 da pauta do Supremo Tribunal Federal, agora sem data para ser votada.

No país, o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos ganhou espaço no início da década de 1980, no contexto das discussões sobre a transição demográfica brasileira, que deram forma ao Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher¹⁹, e da mobilização, no interior do movimento feminista, pela discussão em torno das questões do aborto e da contracepção, acentuando-se a necessidade de olhar para a mulher para além do planejamento familiar. De lá pra cá, muita coisa aconteceu, e um dos debates que começa a ganhar força dentro das discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos nas décadas de 90 e 2000 é o da “humanização do parto e do nascimento”, expressão que, como mostra Carmen Simone Grilo Diniz (2001), é polissêmica e que hoje se complementa por uma nova expressão: a violência obstétrica.

Para os efeitos deste ensaio, não nos cabe aqui aprofundar a discussão sobre a polissemia do termo humanização e nem do termo violência obstétrica, conceito este que ganha espaço nas arenas públicas de debate brasileiras sobretudo a partir de 2010, quando uma pesquisa publicada pela Perseu Abramo

¹⁷ BATISTA, Carla Gisele. Saúde reprodutiva em tempos de Covid-19. *FolhaPe*, 27 de mai. de 2020. Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/mulheres-em-movimento/2020/05/27/NWS,141919,70,1055,NOTICIAS,2190-SAUDE-REPRODUTIVA-TEMPOS-COVID.aspx?fbclid=IwAR05x-O-2O3SEwVQCI2VZPkZ7ovHhI4Yc7PG4aKpruKE_VFJI1pXn1qDLy4. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

¹⁸ DUCHIADE, André. Brasil acompanha países islâmicos em votações sobre direitos das mulheres e sexuais na ONU. *O Globo*, 11 de jul. de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-acompanha-paises-islamicos-em-votacoes-sobre-direitos-das-mulheres-sexuais-na-onu-23800730>. Acesso em 02 de jun. de 2020.

¹⁹ Osis, 1998.

apontou que 25% das mulheres entrevistadas sofre algum tipo de violência no parto (Fundação Perseu Abramo, 2010). Aqui, para efeitos didáticos, vamos partir da definição de uma lei venezuelana sobre violência contra as mulheres, a primeira a registrar oficialmente a violência obstétrica e que vem servindo de inspiração a múltiplos projetos de lei no Brasil e influenciando o debate sobre assunto:

Entende-se por violência obstétrica a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos(as) profissionais de saúde, através do tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, que causem a perda da autonomia e capacidade das mulheres de decidir livremente sobre seus corpos e sua sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.²⁰

Esta definição de violência obstétrica tem como um de seus pontos a questão da perda de autonomia e a capacidade de fazer escolhas livres sobre os próprios corpos, algo que tanto no caso de Adelir quanto no de Alyne foi diretamente atingido: em nome da saúde do bebê, ambas foram obrigadas pelo Estado a se submeterem às suas regras.

Trata-se, é claro, de dois casos extremos, em que a coerção via forças policiais foi usada, mas histórias de violação de direitos sexuais e reprodutivos durante o ciclo gravídico-puerperal não são raras no Brasil, e no contexto de uma epidemia como a do (não mais tão) novo coronavírus, essas histórias ganham novas formas. A história de Alyne é uma dentre várias que vêm sendo relatadas em redes sociais como Facebook e Instagram sobre violações de direitos no parto em tempos de epidemia. Se, no caso de Alyne, seu direito de decidir sobre o momento de ir para a maternidade foi violado apesar do risco de contágio por

²⁰ Tradução livre. No original: *Se entiende por violencia obstétrica la apropiación del cuerpo y procesos reproductivos de las mujeres por personal de salud, que se expresa en un trato deshumanizador, en un abuso de medicalización y patologización de los procesos naturales, trayendo consigo pérdida de autonomía y capacidad de decidir libremente sobre sus cuerpos y sexualidad, impactando negativamente en la calidad de vida de las mujeres.* Disponível em <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6604.pdf>, acesso em 04/06/2020.

COVID-19, em outros casos é em nome de se evitar a contaminação que direitos como o de ter um acompanhante durante o parto são desrespeitados.

Desde 2005, uma lei federal²¹ garante às gestantes o direito a um acompanhante de sua livre escolha durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto. Apesar disso, os últimos dados disponíveis - de 2014 - indicavam uma ausência de 25% desses acompanhantes, dos quais 52% foram por proibição da instituição (Diniz et al, 2014). Ainda que pudéssemos concluir como uma obviedade o impedimento da entrada de acompanhantes por questões de aglomeração - que as autoridades de saúde recomendam fortemente que sejam evitadas para diminuir o risco de contágio por COVID-19 -, esta não é a recomendação nem da OMS nem do Ministério da Saúde para os casos de acompanhantes que não apresentem sintomas de gripe ou de COVID-19 - pelo menos não enquanto escrevemos este ensaio.²²

Por outro lado, se em nome de uma proteção contra uma doença a ingerência sobre os corpos das mulheres se acentua, por outro lado, chama a atenção a invisibilidade dos casos de morte materna causadas por COVID-19. Em um webinar promovido pela Faculdade de Saúde Pública da USP no dia 28 de maio de 2020²³, data em que se celebra o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, este foi um ponto levantado pelas palestrantes, que chamaram a atenção para a ausência de estatísticas mais precisas em relação às mortalidade materna provocada especificamente pelo novo coronavírus ou

²¹ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. **Lei 11.108**, de 7 de abril de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

²² Junho de 2020. Além da ausência de sintomas, o/a acompanhante deve ter entre 18 e 59 anos. Mais detalhes em BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à saúde. Nota Técnica nº 10/2020-COCAM/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. Disponível em: https://rblh.fiocruz.br/sites/rblh.fiocruz.br/files/usuario/80/notatecnica102020cocamcgcividapessapsms_003.pdf. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A7w7XUgKUvY&feature=youtu.be>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

em decorrência dele. Em que pese o fato de gestantes e puérperas terem sido classificadas como grupo de risco, não tem sido dada a devida atenção, segundo as palestrantes, às situações de vulnerabilidade de mulheres negras e pobres, por exemplo, e nem à precarização da assistência pré-natal e do parto num contexto em que o sistema de saúde está quase totalmente voltado ao combate ao novo coronavírus.

A contradição com o que foi visto na epidemia de Zika, contudo, é apenas aparente. De um modo ou de outro, trata-se de um caráter generificado das epidemias. Se na epidemia de Zika eram as mulheres grávidas o centro da atenção, também era sobre elas que recaía a responsabilização individual pelo engravidar naquele contexto e, eventualmente, adoecer e gerar um bebê com microcefalia. Na epidemia de COVID-19 o que se vê novamente é essa responsabilização das mulheres, que passam pelo medo de engravidar nesse momento, chegando até a falta de assistência obstétrica adequada, o que, aliado a esta nova doença, pode ter efeitos negativos na mortalidade materna a longo prazo²⁴.

Um outro aspecto que perpassa o debate em torno dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres que é impossível ignorar é a constante predileção pelos direitos dos fetos/bebês em detrimento dos direitos das mulheres. Em contextos epidêmicos, essa problemática parece ganhar contornos ainda mais fortes. Na epidemia de Zika, a comoção diante da doença girou sobretudo em torno da microcefalia das crianças, ao passo que o debate sobre quem cuidaria dessas crianças ficou em segundo plano, relegado à academia, aos movimentos de mães de crianças com microcefalia e ao movimento feminista, mas pouco se concretizando nos planos das ações de saúde e assistência. No contexto atual, violações como a sofrida por Alyne denotam a importância de se fazer com que o bebê nasça sob cuidados médicos que dificilmente se fazem alterar em seus

²⁴ Segundo a médica obstetra Meliana Amorim, uma das palestrantes do webinar, o número de gestantes e puérperas mortas por Covid-19 chegou a 60 desde o início da contabilização. Em contrapartida, no ano de 2019, foram 40 óbitos maternos por H1N1, o que denotaria a gravidade da nova doença e alertaria para a necessidade de uma maior atenção às grávidas e puérperas nesta epidemia.

protocolos. Alyne foi um caso extremo num contexto de epidemia, mas em nome da saúde do bebê e de um contexto de excepcionalidade, justificam-se práticas violentas no parto que vêm sendo objeto de denúncia há vários anos no Brasil.

Essa lógica da excepcionalidade, criada pela emergência de uma epidemia que têm alterado significativamente o número de mortos e inflacionado o sistema público de saúde, materializa de diferentes formas as diversas desigualdades sociais (Azevedo; Sanjurjo; Nadai, 2020) e tem sido usada também para justificar práticas como as de retirada ou negação de direitos. No caso de Alyne, a despeito de sua gravidez não ser considerada de alto risco, o uso da força coercitiva dizia respeito não apenas a uma suposta “proteção” de seu filho, como também, a negação do direito da mulher de escolher parir em um contexto no qual ela se sentisse mais segura. Nega-se aqui dois direitos: o da mulher se resguardar de um contexto sanitário no qual ela se sente ameaçada, e o da gestante, de escolher outras formas de parir que não aquelas impostas por outrem.

No caso da epidemia de Zika vírus, no entanto, o discurso da excepcionalidade não foi suficiente para se discutir, por parte dos órgãos estatais, a flexibilização da legislação da interrupção voluntária da gravidez, por exemplo, ainda que o país passasse por uma crise sanitária que cobrava seu preço muito mais das mulheres e das gestantes do que de outros grupos populacionais. Ao contrário, as medidas preconizadas, seja na questão da proteção ao mosquito, seja no cuidado cotidiano das crianças nascidas com Síndrome Congênita de Zika, foram individuais e recaíram, majoritariamente, sobre as mulheres.

Considerações finais

Cenários epidêmicos mostram as diferentes conformações sociais das questões de saúde e doença, mas também servem para realçar as desigualdades e contradições nas quais nosso contexto e suas relações estão assentadas. No caso dos direitos sexuais e reprodutivos, na epidemia de Zika ou na de COVID-19,

menos que criá-los, esses cenários as exacerbaram. As desigualdades de gênero no acesso aos direitos individuais das mulheres nos serviços de saúde (mas não apenas), ou no tocante aos direitos sexuais e reprodutivos mais amplos não são uma novidade, mas realidades existentes há tempos.

Leve-se em consideração, por exemplo, a própria ideia de “escolhas livres e informadas” preconizadas em políticas públicas como as que incentivam a humanização do parto e do nascimento ou no Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Zika vírus debatido anteriormente. Em uma sociedade como a brasileira, em que o acesso à interrupção voluntária da gravidez é proibido, ou em que escolher a via de parto e o local para se ter o bebê é um privilégio para poucas - para não mencionar outras tantas questões envolvidas no processo de parir -, texto e contexto estão longe de se encontrar. Se escolhas livres e informadas encontram barreiras constantes para serem realizadas em tempos de “normalidade”, em tempos de excepcionalidades essas barreiras só se tornam ainda mais difíceis de serem transpostas.

Mas tempos de “normalidade” e de excepcionalidade também são realidades históricas e, por isso, construídas socialmente. Enquanto construções sociais, apenas se materializam na lógica cotidiana das relações e nada têm a ver com realidades transcendentais calcadas em fantasias de mitos de feminilidade ou masculinidade perdidas. Por serem produtos dessa relação onde sexo e gênero se conformam com outros marcadores sociais e seus contextos históricos, é que ganham distintos contornos em distintos processos sociais - como nas epidemias de Zika vírus de COVID-19. Nesse sentido, dizer que contextos epidêmicos produzem retóricas de excepcionalidade que, menos do que criar, aprofundam desigualdades sociais (de gênero, ou de raça, ou étnicas, ou de classe, ou geracionais, ou geopolíticas...) já existentes, é desvelar a um só tempo três falácias retóricas: a de que o vírus seria “democrático” e seus efeitos são sentidos da mesma forma por todo mundo, a de que existiria uma superioridade “natural” de um sexo sobre o outro e a própria lógica da excepcionalidade.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Desirée; SANJURJO, Liliana; NADAI, Larissa. Subnotificação e medidas excepcionais no manejo e fluxo de corpos: a Covid-19 no Brasil. *Boletim extraordinário do CAAF | Unifesp de enfrentamento da Covid-19*, n. 4: p. 04-09, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika*. Versão 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

DINIZ, Carmen Simone Grilo et al. Implementação da presença de acompanhantes durante a internação para o parto: dados da pesquisa nacional Nascer no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, p. S140-S153, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00127013>.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. *Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto*. Tese (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, 2001.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 22, N. 2, p. 653-660, 2017. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. *Pesquisa de opinião pública*. 2010. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2013.

LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Tradução de Irene Ernest Dias. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MOURA, Eryl. *Perfil da situação de saúde do homem no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Fernandes Figueira, 2012.

OSIS, Maria José Martins Duarte. *Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil*. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. S25-S32, 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1998000500011>.

RATTNER, Daphne et al. ReHuNa - A Rede pela Humanização do Parto e Nascimento. *Tempus: Actas de Saúde Coletiva*, v. 4, p. 215-228, 2010. <http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v4i4.849>

SIMÕES, Julian. *Dos sujeitos de direito, das políticas públicas e das gramáticas emocionais em situações de violência sexual contra mulheres com deficiência intelectual*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

TEIXEIRA, Gracimary Alves et al. Análise do conceito síndrome congênita pelo Zika vírus. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 567-574, fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.30002017>

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cad. Pagu*, n. 51, e175101, 2017. <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510001>

WENHAM, Clare; et al. Gender mainstreaming as a pathway for sustainable arbovirus control in Latin America. *PLoS Negl Trop Dis* 14(2), e0007954, 2020. <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0007954>

A FABRICAÇÃO DO PÂNICO MORAL E A PAUTA DO ABORTO NOS ATRITOS ENTRE O BOLSONARISMO E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Camila Estela Cassis Augusto¹

Nunca se esqueça de que bastará uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos nunca são adquiridos. Você precisará permanecer vigilante durante toda a sua vida²

Esse aviso, cuja autoria é associada à filósofa Simone de Beauvoir³, constata que os direitos das mulheres não são permanentes e que as mulheres precisam manter-se em constante estado de vigilância, principalmente durante crises políticas, econômicas ou religiosas, que é quando esses direitos são prontamente questionados. A despeito da ampla circulação dessa citação ao longo dos primeiros meses de 2020, em razão da pandemia de COVID-19,

¹ Bacharel e licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma universidade (PPGCP/UNICAMP), pesquisadora vinculada ao PolCrim – Laboratório de Estudos de Política e Criminologia e coordenadora do Laboratório de Etnografias, História e Documentos (LEHDOC/UNICAMP). Contato: cassiscamila@gmail.com.

² Tradução livre. No original: N'oubliez jamais qu'il suffira d'une crise politique, économique ou religieuse pour que les droits des femmes soient remis en question. Ces droits ne sont jamais acquis. Vous devrez rester vigilantes votre vie durant.

³ É possível encontrar essa citação em diversos textos, mas, mesmo nas produções acadêmicas rigorosas, a referência aparece incompleta: parece existir um certo consenso a respeito da autoria, atribuída a Simone de Beauvoir, mas aquelas/es que a citam nunca referenciam a página, o texto ou o ano em que a filósofa teria construído tal frase. Busquei pela frase em duas das principais obras de Beauvoir, *Le Deuxième Sexe* e *Force des Choses*, e na famosa entrevista de 1975 no programa *Questionnaire*, mas não a encontrei. Sem dúvida, o paradeiro da autoria original vale uma investigação mais aprofundada.

as mulheres brasileiras estão distantes da necessidade de um alerta para a impermanência de seus direitos, uma vez que a única permanência legal que conhecem, historicamente, é a da criminalização do aborto.

Supostamente de Beauvoir, essa ideia, que frequentemente acompanha as reflexões sobre a vulnerabilidade dos direitos das mulheres em tempos de crise, pressupõe que em tempos de estabilidade política há alguma garantia para esses direitos. Para a realidade de uma mulher branca e francesa, esse pressuposto provavelmente é aplicável; mas, para a maioria das mulheres brasileiras, não é o caso. A pesquisadora Simony dos Anjos, em vista do assassinato de João Pedro, de 14 anos, baleado durante uma ação policial no Rio de Janeiro em 18 de maio de 2020, retomou seu artigo⁴ de 2019 no qual argumenta que “para as mulheres negras, legalização do aborto e o direito a ser mãe é a mesma luta: quando não morremos por abortos inseguros, nossos filhos morrem pela violência de Estado, faz parte de um mesmo projeto de genocídio da população negra” (Anjos, 2019).

Para uma análise pautada na realidade social, é inegável que a vulnerabilidade dos direitos das mulheres no Brasil mostra-se permanente e vislumbra não uma garantia vindoura, mas uma luta ainda muito longa. Um novo capítulo dessa luta teve início em fevereiro de 2020, quando foi confirmada a primeira morte por COVID-19 no Brasil. Indubitavelmente trágico, este cenário da pandemia trouxe desafios específicos para a sobrevivência de grupos sociais como o das gestantes, que fazem parte do grupo de risco da doença.

Coordenado pela médica e pesquisadora Melânia Amorim, o Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA), vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizou durante o mês de abril de 2020 uma pesquisa⁵ que ouviu 250 mulheres gestantes e puérperas de todo o Brasil e constatou que, para 52,7% delas, a pandemia alterou os planos de parto, assim como,

⁴ Artigo publicado no site Justificando, disponível em: <https://www.justificando.com/2019/09/25/evangelicas-feministas-lideram-por-legalizacao-do-aborto-e-justica-reprodutiva/>. Acesso em 25 de Maio de 2020.

⁵ SANTANA, Naiara Maria. As gestantes em meio à pandemia de Covid-19. 24 de Abril de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-gestantes-em-meio-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em 25 de Maio de 2020.

para 90,8%, houve mudanças na forma como se sentem em relação à gestação. Diante da ausência de dados oficiais, a pesquisa também abarcou notícias de jornal e contabilizou 20 mortes de mulheres grávidas por COVID-19. Assim, para gestantes, a letalidade deste coronavírus em pouco mais de um mês foi superior do que a letalidade do vírus H1N1 em todo o ano de 2019⁶.

Tendo como objetivo a garantia de direitos à gestantes e vítimas de microcefalia e de outras desordens neurológicas causadas pela síndrome congênita do Zika Vírus, a Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5581⁷ foi protocolada em 24/08/2016 pela Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADEP) com suporte técnico da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, e, em sua petição inicial (46472/2016) requeria diversas medidas cautelares, entre elas o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para vítimas de microcefalia e de outras desordens neurológicas causadas pela síndrome congênita do Zika Vírus (ZKV); a sustação dos inquéritos policiais, dos processos em andamento e sustação das prisões em flagrante que envolvam a interrupção da gravidez quando houver comprovação de infecção da gestante pelo vírus zika, até o julgamento definitivo; e a interpretação conforme a Constituição dos artigos 23, 24, 124, 126 e 128 do Código Penal. Em 18/04/2020, a ANADEP protocolou uma petição (23316/2020)⁸, adicionando, entre outros pontos, a renovada relevância da ADI em razão dos impactos da pandemia de COVID-19 sob a população que já sofre com os efeitos do ZKV.

⁶ CARINO, Giselle; DINIZ, Debora. Saúde reprodutiva e a covid-19: o escândalo da morte materna. 18 de Maio de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-17/saude-reprodutiva-e-a-covid-19-o-escandalo-da-morte-materna.html>. Acesso em 20 de Maio de 2020.

⁷ Disponível no portal digital do Supremo Tribunal Federal, <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5037704>. Acesso em 25 de Maio de 2020.

⁸ Anexo no portal digital do Supremo Tribunal Federal, <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5037704>. Acesso em 25 de Maio de 2020.

O bar mais perto de depressa lotou: as reações à ADI 5581 no Twitter

Como argumenta Mariza Peirano, o material que analisamos na etnografia é a empiria e devemos encará-la não como um dado que coletamos, mas como um chão sob o qual existimos (Periano, 2014, p. 379). Os contextos digitais que surgem com a Web 2.0⁹ trazem novos paradigmas a partir dos quais faz-se necessário atualizar essa imagem de “chão”, uma vez que as formas de existir nesses contextos renovam as próprias formas de pensar e fazer etnografia. Para podermos observar a fabricação do pânico moral em torno da questão da (des)criminalização do aborto entre abril e maio de 2020 no Brasil, tais renovações impõem-se como pontos de partida.

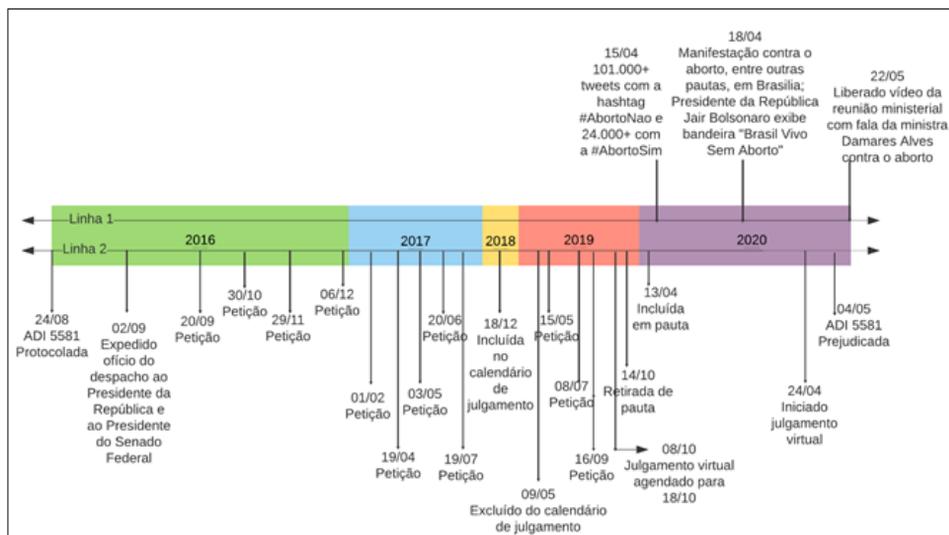
A coletânea organizada por Letícia Ferreira e Laura Lowenkron (2020) oferece bons exemplos de pesquisas que têm como ponto de partida encontros etnográficos com papéis – documentos policiais, laudos periciais do IML e outros papéis burocráticos de Estado. Entretanto, embora o fenômeno social que analisaremos aqui tenha partido de um papel burocrático, a ADI5581, seus sujeitos e suas dinâmicas deram-se em um contexto digital (a rede social *Twitter*), onde também ficaram documentadas. Por isso, minha relação com o campo que analisei é muito parecida com a relação explicitada por Ferreira e Lowenkron acerca das etnografias de documentos, mas trato aqui de uma modalidade diferente de documentação, que parte sobretudo da especificidade do campo que escolhi, uma vez que o *Twitter* é, ao mesmo tempo, uma plataforma digital de interação social, mas também um arquivo público dessas interações.

Para construir um arcabouço teórico-metodológico para lidar com essa especificidade, foi necessário retomar a conceituação de Le Goff, que aponta que a definição do que pode ou não ser tomado como um documento parte de uma escolha e de uma decisão necessariamente consciente do próprio pesquisador (Le Goff, 1977, p. 106), e também Marc Bloch, que declara que a diversidade

⁹ “A Web 2.0. é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo”, argumenta Alex Primo (2007, p. 12).

dos testemunhos históricos é quase infinita, argumentando que tudo o que a humanidade diz, escreve, fabrica ou toca pode e deve nos informar a respeito dela (Bloch, 1949, p. 63). É evidente que tais autores não poderiam prever uma plataforma interativa e documental como o Twitter, mas o próprio conceito de ‘documento’ confere autonomia ao pesquisador para, dentre a diversidade de testemunhos históricos da humanidade, selecionar as fontes que analisará como documentais. O necessário exercício da reflexividade¹⁰ com relação às especificidades do campo mantém-se presente, como é característico de toda e qualquer pesquisa científica, seja ela histórica ou antropológica.

Figura 1. Principais movimentações na disputa pública pela (des)criminalização do aborto no Brasil durante a pandemia de COVID19 (linha 1) e na tramitação da ADI5581 (linha 2)



(Fonte: autoria própria.¹¹)

¹⁰ Definida como a “capacidade e exigência de que o pesquisador examine seus pressupostos e seus recursos conceituais e metodológicos frente às especificidades da situação que se quer observar e analisar, de forma a adequar seus meios à situação estudada” (RAMOS, Jair, 2005, apud BELELI, Iara e PELÚCIO, Larissa, 2019, p. 126).

¹¹ A tramitação completa da ADI 8851 e todas as suas peças anexas podem ser encontradas no portal digital do Supremo Tribunal Federal, no endereço: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=>

A Figura 1 foi elaborada de forma a permitir a comparação entre duas temporalidades: 1) a temporalidade das movimentações públicas contra ou a favor da descriminalização do aborto no Brasil, em reação à decisão do ministro Dias Toffoli em 13/04/2020 de incluir a ADI5581 em pauta e agendar para o período entre 24 e 30 de abril o julgamento da mesma por sessão virtual, e 2) a temporalidade da tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5581/2016, que parte da data em que a proposta foi protocolada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos e vai até a data em que a proposta foi prejudicada em decisão do STF, após o voto da ministra Cármen Lúcia (relatora desta ADI), no qual foi acompanhada por todos os ministros, por não entrar no mérito da questão.

A primeira marca da linha 1 registra um fenômeno social de grande proporção: em 15/04/2020, dois dias depois da inclusão da ADI5581 em pauta, a *hashtag* #AbortoNao alcança a marca de mais de 101 mil tweets, acompanhada da #AbortoSim, com mais de 24 mil tweets, e ambas são alçadas à lista dos *trending topics*. Nesse dia, jantei com minha família na mesa da cozinha enquanto ouvíamos o som da televisão, que, como de costume, na sala, transmitia o jornal especialmente para um sofá vazio e nossos ouvidos no cômodo ao lado. Para além da narração do jornal, nossas refeições costumam ser silenciosas, pois geralmente nos focamos em escutar o noticiário e comentar uma ou outra notícia que nos chame a atenção, de modo que estávamos há 49 dias ouvindo as jornalistas anunciando o número crescente de mortes por COVID-19. A contabilização daquela noite não foi diferente e o que ouvimos foi: (...) nesta quarta-feira, a informação de 28.912 casos confirmados do novo coronavírus no Brasil, com 1.760 casos de morte pela doença. (...) e a primeira vítima no Tocantins (...) o Brasil passa, portanto, a ter mortos por COVID-19 em todos os estados do país. (Diário de campo de 15/04/2020)

te=5037704. Já as informações referentes às principais movimentações da pauta da (des)criminalização do aborto no Brasil durante a pandemia de COVID19 provêm do diário de campo desta pesquisa. A notícia de 18/04 (linha 1) pode ser encontrada em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/18/presenca-de-bolsonaro-provoca-aglomeracao-em-frente-ao-palacio-do-planalto.ghtml>, e a de 22/05 (linha 1), em <https://static.poder360.com.br/2020/05/transcricao-video-reuniao22abr.pdf>. Acesso em 23 de Maio de 2020.

Pouco mais de uma hora após esse noticiário, sentei-me na cadeira em meu quarto, à frente da mesa onde fica meu notebook, e apertei o botão para ligá-lo. Luz azul. Alguns poucos cliques com o mouse e algumas poucas teclas do teclado depois, abri meu perfil na rede social *Twitter*. Essa é uma rede gratuita, que foi lançada em 15 de julho de 2006 e desenvolvida pelo *Twitter, Inc*, dos proprietários estadunidenses Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass. Para acessá-la, basta digitar “twitter.com” no lugar do endereço virtual do navegador e clicar na tecla escrito *enter* do teclado ou *touchscreen* do computador ou smartphone (há a versão para navegador e o *app* para celulares). Para ser um usuário da rede, há a necessidade de criar um perfil a partir de seu endereço de e-mail e de uma senha, inventada pelo próprio usuário. A Página Inicial dessa rede tem um fundo azul escuro, dividido em blocos retangulares e com traços, ícones e letras na cor branca¹², e o ícone que simboliza a rede fica permanentemente posicionado na extremidade do canto superior esquerdo – tem o formato de um pássaro visto de lado, asa para a esquerda e bico para a direita. O principal diferencial desta rede social é o limite de 280 caracteres, com espaços, para cada publicação ou *tweet*.

Pratica-se no *Twitter* o *microblogging*, forma de informação de blogue na qual os usuários publicam imagens, vídeos ou textos curtos com o objetivo de compartilhá-los publicamente (nesse caso, o usuário ativa a configuração de privacidade ‘público’) ou com um grupo restrito de perfis (configuração de privacidade ‘privado’). Há também o fenômeno polêmico dos *bots*, perfis não controlados diretamente por um ser humano, portanto, perfis automatizados, que são capazes de utilizar as mesmas funcionalidades da rede que um perfil não automatizado e frequentemente são criados e mobilizados em massa em prol de alguma causa. Posuo um perfil nessa rede desde março de 2013 e nela sigo 348 perfis, através dos quais acompanho opiniões e conteúdos variados de diversas pessoas com cargos políticos, escritoras, pesquisadoras, perfis institucionais,

¹² Esse esquema de cores refere-se ao que se chama de “modo noturno” do Twitter e é uma opção estética do usuário.

artistas, jornalistas, divulgadoras científicas, amigas e familiares. O *Twitter* tem uma política de verificação de contas que seus donos avaliam como “contas de interesse público”, o que significa que a empresa oferece a garantia de que os perfis com o selo azul ou branco (a depender da configuração estética escolhida pelo usuário) após o nome de usuário foram “verificados” e são autênticos¹³. Na noite do dia 15 de abril, portanto, na primeira marca da linha 1 da Figura 1, um *tweet* feito por uma dessas contas deixou o primeiro vestígio do meu trabalho de campo nessa rede social.

Figura 2. Publicação do perfil da deputada federal Carla Zambelli (PSL – SP)



(Fonte: captura de tela de autoria própria¹⁴.)

¹³ Perguntas frequentes sobre contas verificadas: <https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/twitter-verified-accounts>. Acesso em 25 de Maio de 2020.

¹⁴ Os *tweets* são postagens autorais e podem ser excluídos a qualquer momento pelo seu/sua autor/a. A captura de tela é um recurso que permite registrar uma tela ou página digital em arquivo de imagem (.png ou .jpg) e salvá-la, e foi o recurso utilizado para tornar esse tweet em um documento para os fins desta pesquisa. A escolha de reproduzir o registro original e não ocultar a autoria vem do fato de que este é um perfil público, verificado, portanto, teoricamente “autêntico”, de uma conta considerada pela rede

A Figura 2 registra o *tweet* feito às 23h55 do dia 15 de abril de 2020 pelo perfil público e verificado, auto-nomeado como ‘Carla Zambelli’, portanto, perfil da atual deputada federal (PSL – SP) de mesmo nome. A fotografia pequena e redonda no canto superior esquerdo é da própria deputada e foi selecionada e publicada ali por ela ou por alguém por ela autorizado¹⁵, assim como o nome de usuário “CarlaZambelli38” (o símbolo @ sempre precede os nomes de usuário nessa rede), que consta ao lado da fotografia. O *Twitter* torna públicas quase¹⁶ todas as interações entre perfis configurados como “públicos”. Um perfil público pode interagir publicamente com outro através de uma *reply* (resposta) a um *tweet*, de um *retweet* (compartilhamento da publicação de outrem em seu próprio perfil) ou de um *like* (os usuários podem marcar as publicações que lhes agradaram). Cada uma dessas interações tem um símbolo específico, que ficam abaixo do conteúdo do *tweet*: o símbolo do balão, das setas e do coração, respectivamente.

Como podemos ver, o *tweet* da Figura 2 recebeu 869 respostas, foi compartilhado 1,5 mil vezes e foi marcado como uma publicação agradável por 6,1 mil outros usuários da rede. Esses números demonstram que a publicação foi bastante popular e atingiu um grande alcance, o que era previsível, visto que a mensagem escrita comemora que a *hashtag*¹⁷ #AbortoNao acabava de passar dos 100.000 *tweets*, e a imagem com o fundo branco é um registro desse ocorrido, que também pude observar em meu próprio perfil pessoal ao olhar para os *trending topics*.

como “de interesse público”. Pode-se argumentar também que este é o perfil público de uma deputada federal, dedicado exclusivamente a postar opiniões políticas em nome próprio, e no qual ela se anuncia a partir do cargo de deputada, portanto, pessoa pública. ZAMBELLI, Carla. *Tweet* de 15/04/2020 às 23h55. Disponível em: <<https://twitter.com/CarlaZambelli38/status/1250618811461570561>>. Acesso em 15 de Abril de 2020.

¹⁵ Muitas figuras públicas contratam funcionários e equipes de comunicação para fazer esse tipo de trabalho.

¹⁶ Com exceção das direct messages ou “DMs”.

¹⁷ O *Twitter* explica o que são *hashtags* da seguinte forma: “Você deve ter notado que alguns dos assuntos do momento vêm acompanhados do símbolo # antes da palavra ou frase. Esse símbolo é chamado de *hashtag* e é incluído especificamente em *Tweets* para indicar que eles estão relacionados a um tópico. Assim, as pessoas podem seguir a conversa na busca.” Disponível em <<https://help.twitter.com/pt/using-twitter/twitter-trending-faqs>>. Acesso em 25 de Maio de 2020.

Minha janela de frente pro crime¹⁸: as *hashtags* #AbortoNao e #AbortoSim em abril e maio de 2020

De acordo com o próprio *Twitter*¹⁹, o *trending topics*, ou ‘assuntos do momento’, são os tópicos que mais estão em discussão no *Twitter* no momento, e pode-se visualizar os assuntos do momento de acordo com seus interesses ou de acordo com uma área geográfica específica. Em 15/04/2020, as *hashtags* #AbortoNao e #AbortoSim ambas alcançaram o status de ‘assuntos do momento’ da lista nacional geral. A ferramenta de busca dessa rede social permite procurar por publicações públicas que mencionem uma palavra, frase ou *hashtag* específica, e, ao procurar “ADI5581”, é notável que a movimentação de opiniões contrárias ou favoráveis à prática do aborto estava relacionada à movimentação na tramitação da ADI5581 no STF, de forma que a temporalidade judicial, da tramitação da ADI, é transformada e transportada para a temporalidade digital-social das manifestações de opiniões no *Twitter*. É também notável que a vasta maioria dos posts públicos que mencionam as expressões “ADI5581” também mencionam *hashtags* contrárias ao aborto, como #AbortoNao, #BrasilSemAborto e #STFAbortoNao.

A frase da dep. Carla Zambelli na Figura 2, “Felizmente, só uma minoria apoia ativismo judicial para matar bebês” (sic) dialoga diretamente com a ADI5581, caracterizando-a como uma prática ativista nociva, e está em interlocução direta com outros tweets da deputada no mesmo dia, como o *tweet* no qual

¹⁸ A primeira parte dos três subtítulos deste artigo são trechos da letra da música “De Frente Pro Crime”, dos compositores João Bosco e Aldir Blanc, lançada em 1975. A música tem íntima relação com o tema analisado neste trabalho, visto que descreve um corpo, vitimado por um crime, que ficou estendido no chão enquanto todo o resto das atividades na cidade continuava ocorrendo normalmente – aglomeração no bar, discurso para vereador, comércio intenso nos camelôs e comidas de rua. O narrador descreve essas movimentações como quem passa por elas e não se afeta, e, ao fim, olha o corpo no chão e fecha sua janela, que ficava bem em frente ao referido crime. O movimento que procurei realizar no artigo foi o contrário deste: busquei “abrir minha janela de frente para o crime” para analisar os fenômenos e dinâmicas sociais à alguns cliques de distância.

¹⁹ Definição disponível em <<https://help.twitter.com/pt/using-twitter/twitter-trending-faqs>>. Acesso em 27 de Maio de 2020.

ela cita diretamente o Supremo Tribunal Federal²⁰ e diz que tal instituição “(...) descaradamente usurpa a sua competência legislativa para forçar a pauta abortista ao povo brasileiro” (ZAMBELLI, 2020, 15h01). Junto a essa frase, Zambelli anexou um vídeo no qual a deputada federal Chris Tonietto (PSL – RJ) comenta que o STF trabalha na contramão da discussão mundial em torno da vida (fazendo referência ao combate global à pandemia de COVID-19) ao pautar a questão do aborto. No vídeo²¹, Tonietto diz:

O Supremo Tribunal Federal, aqueles ditadores togados, pautam para o dia 24 de abril, ou seja, daqui há exatos 10 dias, a ADI5581, que trata do aborto em caso de microcefalia. Nós estamos vendo a eugenia entrar na nossa nação. (...) Quer dizer então que esses bebês que foram acometidos por microcefalia não têm direito à vida? São pessoas de segunda categoria? São pessoas que não têm direito de nascer? É isso que o STF está tentando promover (Tonietto, 2020, 15h01).

Ao buscarmos pelas expressões “STF” e “ADI5581” na ferramenta de busca avançada²² do *Twitter* e refinarmos essa busca através do “número mínimo de curtidas”, colocando como critério o número mínimo de mil curtidas, todos os tweets que resultam da busca foram publicados por perfis de pessoas públicas que defendem o atual Presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido), entre elas a deputada federal Bia Kicis (PSL – DF), a deputada federal Christiane Tonietto (PSL – RJ), a deputada federal Carla Zambelli (PSL – SP) e o atual Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, André Mendonça. Além disso, em todos esses casos, as expressões “STF” e “ADI5581” estão associadas à ideia de “defesa do aborto”, que, para os sujeitos em questão, é uma ideia negativa, também associada às ideias de “assassinato de bebês” e de “eugenia”. Portanto,

²⁰ ZAMBELLI, Carla. Tweet. Disponível em: <<https://twitter.com/CarlaZambelli38/status/1250484516763860992>>. Acesso em 15 de Abril de 2020.

²¹ TONIETTO, Christiane. Enquanto o mundo está discutindo a vida o STF quer discutir o aborto! 2020. (1m31s). Disponível em: <<https://twitter.com/CarlaZambelli38/status/1250484516763860992>>. Acesso em 15 de Abril de 2020.

²² Disponível em: <<https://twitter.com/search-advanced>>. Acesso em 25 de Abril de 2020.

há uma evidente construção, por parte de perfis públicos de pessoas em cargos políticos federais, de uma narrativa que procura associar o Supremo Tribunal Federal e seus ministros à imoralidade, através de uma associação semântica anterior entre “aborto” e “imoralidade”. Também se tem a construção de uma narrativa dentro da qual a ADI5581 representa os valores do STF, ignorando que, embora sejam os ministros desta Casa que realizam a apreciação legal da proposta, eles não são seus proponentes. A construção desse argumento pode ser observada também na figura 3 abaixo.

Figura 3. Principais hashtags em relação de co-ocorrência com a hashtag #AbortoNao



(Fonte: Autoria própria²³.)

A Figura 3 mostra as principais *hashtags* associadas à *hashtag* #AbortoNao no *Twitter*, de 23 a 30 de maio de 2020, e demonstra a correlação entre a *hashtag* contra a legalização do aborto, a *hashtag* contra o STF e a *hashtag* #EstamosComBolsonaro. Tais pautas também aparecem associadas a outras pautas relacionadas à política institucional estadual e federal, expressas nas *hashtags* #ForaDória, #ForaAlcolumbre, #ForaWitzel, #ForaMaia e #NãoVotemNoDEM. A manutenção da campanha contra o aborto, prática

²³ Análise gerada através do software de monitoramento de redes Talkwalker no dia 30/05/2020, com relação à ocorrência das *hashtags* na rede *Twitter* nos sete dias anteriores.

associada à imoralidade, mesmo após a ADI5581 ter sido prejudicada no STF (última marca da linha 2 da Figura 1, lida em ordem cronológica), também é constatada – o software de monitoramento de redes Social-Search contabilizou 320 postagens em diversas redes sociais utilizando a *hashtag* #AbortoNao entre 23 e 30 de maio, mesmo período analisado na Figura 3. Mas quais os sentidos da correlação constatada entre a campanha contra a legalização do aborto e a campanha contra o STF, fabricadas por sujeitos associados ao bolsonarismo, que inicialmente justificaram tais campanhas a partir da ADI 5581, uma vez que tal Ação Direta de Inconstitucionalidade já foi julgada e prejudicada?

A noção de pânico moral pode contribuir no entendimento desta questão. Tal noção foi popularizada por Stanley Cohen (1972), que elaborou uma análise processual de sua gênese passando por três fases: a fase de inventário do problema, a de significação e a de ação. Carla Machado sumariza os sentidos do processo descrito por Cohen da seguinte forma:

(...) a dramatização do problema, a sua articulação em termos de um confronto simbólico entre o Bem e o Mal, constitui um fórum onde metaforicamente podem ser redesenhadas as fronteiras morais diluídas da sociedade e a coesão é alcançada pela exclusão (Machado, 2004, p. 63).

No caso analisado ao longo deste artigo, é possível identificar a produção de um discurso moral (a associação da prática do aborto às ideias de assassinato e eugenia) em torno de um problema (o julgamento da ADI5581), com o objetivo de formar um consenso social de rejeição de figuras identificadas como imorais, e, portanto, desviantes (os ministros do STF). Essa dinâmica gera, por fim, uma narrativa de polarização e de combate entre forças do Bem (morais) e as forças do Mal (imorais, também chamados de *folk devils* ou bodes expiatórios). Hall (1978) também trabalha com o conceito de pânico moral, e descreve ainda um processo de fechamento retórico que recorre a mecanismos de conexão simbólica, em particular, a evocação e sobreposição de imagens (Hall et al, apud Machado, 2004, p. 65), processo que é claramente observável na evocação das

imagens de assassinato e eugenia e na sobreposição dessas imagens às imagens da prática do aborto, da ADI5581 e do STF.

Entretanto, a aproximação deste caso com o caso a partir do qual Cohen elaborou sua teoria traz divergências com relação às conclusões às quais o autor chega: de acordo com o enquadramento social do pânico moral explicado por ele, os *folke devils* identificados nos contextos empíricos que ele analisou são, com frequência, jovens de classes econômicas baixas, que se situam em posição de vulnerabilidade social e, por sua idade e comportamento, simbolizam o confronto com os valores da moralidade. Já no caso da ADI5581 e da pauta do aborto, o bolsonarismo coloca os ministros do Supremo Tribunal Federal na posição de bode expiatório imoral e, como diz Tonello no vídeo supracitado (2020), ditador, a ser combatido.

A presente análise mostra, portanto, que há um atrito político entre o bolsonarismo, aqui analisado através de perfis públicos no Twitter e os sentidos de suas publicações, e o Supremo Tribunal Federal. A dinâmica aqui descrita demonstra também que os agentes bolsonaristas fabricaram com grande sucesso um fenômeno de pânico moral que, ao associar Ação Direta de Inconstitucionalidade 5581/2016, que tinha como objetivos primários a proteção dos direitos das gestantes e crianças afetadas pelo Zika Vírus e, mais recentemente, pela COVID-19, à imoralidade, também associou o STF à ambos esses elementos. A rede social Twitter, além de oferecer maneiras quantitativas de mensuração da eficiência deste pânico moral e desta rede de significados relacionados, também provê documentação para analisá-los qualitativamente.

Referências bibliográficas

BELELI, Iara e PELÚCIO, Larissa. Aperte play para iniciar: desafios metodológicos de pesquisas nas mídias digitais. In: DURÃO, Susana e FRANÇA, Isadora Lins (orgs). *Pensar com método*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2018.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Colin, 1949. Trad. Port. 3ª ed., Europa-América, Mem-Martins, 1976.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and the Rockers*. Oxford, Basil Blackwell, 1978.

HALL, Stuart, et al. *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*. Londres, Macmillan, 1978.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 5ª edição, Editora da UNICAMP, Campinas, SP, 2003.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia (orgs). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. 1ª edição, Rio de Janeiro, E-papers, 2020.

MACHADO, Carla. Pânico moral: Para uma revisão do conceito. *Interações*, n. 7, p. 60-80, 2004.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. *E-Compós*, vol. 9, Brasília, p. 1-21, 2007.

Seção II:
*Mulheres, periferias e orixás: estratégias
sociais de enfrentamento à pandemia*

MULHERES TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA EM MEIO À PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE ECONOMIA E FEMINISMO EM TEMPOS DE CRISE E ISOLAMENTO SOCIAL¹

Beatriz Schwenck²

Dia das mães consegui fazer vendas graças à força do coletivo, por motivos de “estar junto” mesmo. Sozinha eu não sei como seria. Pois bem, eu sei que maio costuma ser um mês que consigo vender melhor que outros meses. Esse ano achei que seria diferente por conta do isolamento. Mas não foi muito diferente, porque o esforço coletivo pra fazer as coisas caminharem deu certo no fim das contas e dentro do que foi possível fazer (R.C., artesã associada da AMESOL, maio de 2020).

A Associação de Mulheres na Economia Solidária do estado de São Paulo (AMESOL) é um coletivo de mulheres artesãs, cozinheiras, costureiras, produtoras de alimentos agroecológicos que, assim como muitas trabalhadoras/es autônomas/os ou que sobrevivem às margens do mercado de trabalho formal no Brasil, ficaram ainda mais desprotegidas com a chegada da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) no Brasil e suas consequentes políticas de isolamento social. Neste ensaio, nos aprofundaremos no impacto da pandemia nas vidas das mulheres da AMESOL, na atividade de seus empreendimentos econômicos, e nas estratégias e práticas que elas vêm tecendo para enfrentar este momento. As mulheres da AMESOL ajudam a mostrar como há práticas de solidariedade

¹ Agradeço à Isabelle Hillenkamp pelo diálogo e contribuições textuais, teóricas, metodológicas e epistemológicas, bem como à Maria Fernanda Marcelino e Miriam Nobre pelas contribuições tecidas a respeito das reflexões aqui presentes. Agradeço também à Bárbara Castro e às companheiras e companheiros estudantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP pelo incentivo a escrita e leitura atenta e generosa da primeira versão deste artigo. Todos os argumentos aqui apresentados, contudo, são de minha responsabilidade.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP. bia.schwenck@gmail.com

e cooperação, que são muitas vezes invisibilizadas no debate econômico e até mesmo no campo da economia solidária, que as sustentam em momentos de crise, material e subjetivamente. Elas mostram também, no entanto, como essas práticas são insuficientes para garantia do seu bem viver, em um cenário de ausência de políticas públicas efetivas por parte do Estado, e em uma divisão do trabalho em que elas ainda são responsáveis por grande parte do trabalho doméstico e de cuidados que torna possível a reprodução social.

Introdução: contexto de pandemia e apontamentos metodológicos

O mundo do trabalho no Brasil é marcado pela informalidade e por profundas desigualdades no que diz respeito às discriminações de raça, cor, etnia e gênero³. Nos últimos anos, vemos um aumento significativo das taxas de desemprego, de empregos (e vínculos empregatícios) precários e do trabalho autônomo⁴. Dentro deste cenário, grupos que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade e às margens dos direitos trabalhistas são também aqueles ligados à economia solidária⁵. Esses grupos, em sua maioria do segmento de artesanato, costura, alimentação e produção agrícola, tiveram seus principais canais de escoamento de produtos (e consequente geração de renda) severamente

³ Essas desigualdades podem ser vistas quando olhada a disparidade salarial, na ocupação de postos de trabalho precário, nos índices de trabalho informal- pessoas negras em posições mais vulneráveis do que as brancas, mulheres em situação mais vulnerável do que homens (TEIXEIRA, 2017; VIEIRA, 2017; KREIN e CASTRO, 2017; LIMA, RIOS e FRANÇA, 2013).

⁴ Segundo dados do IBGE, nos últimos 5 anos a taxa de desemprego no Brasil cresceu 87,7%, fechando 2019 com uma taxa média de desemprego de 11,9%. Neste mesmo período, vimos também o crescimento do trabalho informal (que no final de 2019 compreendia 41,1% da mão de obra brasileira). Dados da Pnad contínua divulgada no dia 31/01/2020 no portal do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 04/06/2020.

⁵ Há alguma disputa em torno do conceito de economia solidária (ver na seção 5 deste artigo), mas de maneira geral essas iniciativas podem ser caracterizadas como alternativas locais e autogestionárias de geração de trabalho e renda, cuja centralidade do processo produtivo não encontra-se na multiplicação do capital mas sim no bem-viver das pessoas nele envolvidas, normalmente organizados em rede. São experiências concretas de produção, comercialização, distribuição, consumo e crédito que se constroem a partir de relações internas autogestionárias, cooperativas e democráticas. (Singer 2002, 2003)

impactados pelas medidas de isolamento social adotadas para prevenção ao contágio pela COVID-19⁶, que dificultam os circuitos curtos de comercialização, com destaque às feiras livres.

A AMESOL, em atividade desde 2013, reúne hoje cerca de 50 mulheres trabalhadoras de iniciativas de economia solidária e ativistas ligadas à discussão da economia solidária e do feminismo. Em março de 2020, especificamente nas cidades da Região Metropolitana de São Paulo onde a maioria das Associadas reside e desenvolve suas atividades produtivas, foram suspensas as Feiras de Economia Solidária Feminista organizadas pela Associação, ficando a maioria das mulheres sem sua principal fonte de renda. As mulheres começam a se organizar para tecer estratégias coletivas de sobrevivência - e é sobre essas estratégias que o presente ensaio visa refletir.

Qual o impacto das medidas de isolamento social para as mulheres trabalhadoras de empreendimentos econômicos solidários da Grande São Paulo? Quais as possibilidades da economia solidária feminista em criar respostas e estratégias para sobrevivência das mulheres e de seus empreendimentos econômicos nesse contexto? Como nesse cenário elas articulam diferentes níveis de solidariedade e apoio (local, a nível da Associação, em parceria com ONGs e outros movimentos sociais)? Quais são os limites dessas estratégias, colocadas em particular pelas limitações das políticas públicas?

Para responder a essas perguntas foi feito um acompanhamento sistemático das atividades da Associação em suas redes sociais (*Instagram* e *Facebook*), com destaque para o acompanhamento do grupo de *Whats.App* da AMESOL, no qual estou inserida. Entre março e maio de 2020, acompanhei quatro reuniões online e também conversei individualmente com 35 mulheres da Associação

⁶ No momento em que chega ao território nacional a pandemia do novo coronavírus, medidas temporárias e emergenciais de prevenção ao contágio pelo COVID-19 são adotadas por estados e municípios, que incluem políticas de isolamento social, suspensão inúmeras atividades do serviço público (as consideradas não-essenciais) e atividades comerciais. Resultado dessas medidas, muitas pessoas cujos vínculos de emprego eram informais foram dispensadas e outras tantas, autônomas, perderam a principal fonte de renda. Ver Decreto Estado de São Paulo N° 64.881, de 22 de março de 2020.

por meio do WhatsApp, que aqui aparecem transcritas em forma de entrevistas. As mulheres autorizaram minha participação no grupo como pesquisadora e também autorizaram a reprodução das entrevistas para fins deste ensaio.

Ao longo das conversas com as associadas, uma série de demandas ficaram evidenciadas, sobretudo aquelas que diziam respeito às suas necessidades materiais básicas e urgentes, que foram direcionadas para encaminhamento junto ao coletivo da AMESOL e à equipe que faz o acompanhamento da Associação (da ONG SOF, ver adiante na seção 4). Outras demandas, igualmente necessárias, diziam respeito à solicitação do auxílio emergencial do governo (ver adiante na seção 5) e puderam ser encaminhadas por mim a partir do diálogo particular com cada mulher⁷. Essas questões ressaltam a importância de assumir uma postura de pesquisa combinada à ação, feminista, de forma a não distanciar a prática investigativa da ação política em prol do movimento de mulheres (Mies, 1979, 1998), aspecto que se torna uma tarefa ainda mais necessária em momentos de crise.

As mulheres da AMESOL mostram que a ação coletiva, calcada nas noções de solidariedade e interdependência, tem resultados mais rápidos e efetivos para garantia das condições mínimas materiais para as mulheres do que as respostas apresentadas pelo Estado, que não deixam de maneira nenhuma serem necessárias. Mostram também, que de igual importância, essa rede sustenta relações subjetivas de apoio, pertencimento e ajuda mútua - questões fundamentais para a garantia do bem-estar emocional e psicológico das mulheres em tempos de crise.

Neste texto, para além da presente introdução, são apresentadas cinco seções. A primeira diz respeito ao impacto das políticas de isolamento na vida das mulheres e nas atividades desenvolvidas no âmbito da produção e geração de renda. A segunda, é destinada a apresentar o papel das ONGs neste contexto social, a partir da experiência de organização de ações de distribuição direta de

⁷ O que foi possível dada a relação de confiança que viemos estabelecendo desde 2018, quando comecei a me aproximar da Associação e participar regularmente de suas atividades (internas e direcionadas ao público externo)

dinheiro e de gênero alimentícios para as mulheres da AMESOL. A terceira, é voltada para o aprofundamento de dimensões da participação no coletivo, e como isso traz uma sensação de pertencimento às mulheres que as ajuda a atravessar esse momento, não apenas subjetiva como também materialmente. Na quarta, a reflexão é voltada para a relação com o Estado, sobretudo no que diz respeito ao auxílio emergencial apresentado pelo Governo Federal e também às políticas públicas de economia solidária. Por fim, nas considerações finais, espera-se retomar de maneira mais ampla as contradições deste momento de crise que, se por um lado acentua desigualdades e a situação de vulnerabilidade das mulheres, por outro lado aprofunda e fortalece os laços de solidariedade e ajuda mútua que são indispensáveis para que as elas atravessem esse momento.

Impacto das políticas de isolamento social na vida das trabalhadoras da economia solidária: dificuldades e mudanças da produção, comercialização e geração de renda

Todas as mulheres da AMESOL tiveram as vendas dos empreendimentos comprometidas com as políticas de isolamento social - para muitas isso representava sua única renda e, para algumas, uma renda complementar. A última Feira organizada no âmbito da AMESOL aconteceu no dia 14/03/2020, onde para muitas foram feitas as últimas vendas de seus produtos. Outro ponto significativo para vendas era a Avenida Paulista Aberta⁸. Com o advento da pandemia as mulheres ficaram limitadas ao ambiente virtual para divulgação, negociação com possíveis clientes e vendas.

As produtoras da área da alimentação continuaram a produção, com o cardápio e formas de venda e entrega adaptados, e não relataram dificuldade na obtenção de matéria prima (por serem considerados itens de primeira necessidade), mas sim de adaptar os produtos a essa nova realidade de comercialização. As que

⁸ A Paulista é uma avenida central da cidade de São Paulo/SP que é aberta aos domingos para pedestres, como espaço de lazer e convivência, em que há também muitas barracas de exposição e comercialização de produtos artesanais, artísticos, trabalhos manuais.

já costuravam, passaram a dedicar-se à produção de máscaras de tecido. No tempo da pandemia, as principais dificuldades envolvendo a produção de máscaras foi a obtenção da matéria prima (tecidos e elásticos), pois as lojas físicas fecharam e a compra via internet muitas vezes é mais cara (torna-se economicamente inviável) ou exigem uma quantidade mínima para entrega que não é compatível com a capacidade produtiva delas.

A partir da percepção de que as máscaras passaram a ser item de primeira necessidade (mesmo antes do decreto que estipula seu uso obrigatório⁹) e que poderiam salvar vidas, as mulheres começaram a fazer máscaras para uso pessoal e familiar. O que as motivou a se engajar nessa produção foi a sensação de “fazer o bem”. Assim, elas passam a destinar parte (ou toda, em alguns casos) da produção para doação ou a comercializar com um preço social (que garante apenas os custos dos materiais). Outra estratégia adotada foi a de mandar máscaras extras junto com as encomendas, para que compradoras/es doassem dentro de seus círculos, fazendo a ação chegar em mais lugares.

De toda minha família (mãe, irmãos, sogra e cunhados), só meu esposo tem trabalho formal. A família precisava de ajuda, então juntei as mulheres da família na produção das máscaras e os homens na venda, podendo assim ajudar a todos. Temos um retorno financeiro. O emocional é difícil de segurar, tive alguns dias de surto. Sobre vender e achar que devia apenas doar. Quando vejo pelo lado de que estamos fazendo pra família dá um alívio. Então doamos 1 a cada duas vendas (P.P., Associada da AMESOL, maio de 2020).

O momento demandou que as mulheres reinventassem as formas de entrega, divulgação e comercialização, apoiando-se sobretudo nas estratégias virtuais. Pelo grupo de WhatsApp elas seguem trocando modelos de máscaras, locais de venda de tecidos e elásticos, indicando clientes umas às outras, dicas de produção, entrega e higienização. Ficam evidenciadas práticas de cooperação e

⁹ Decreto estadual N° 64959 DE 04/05/2020, dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da COVID-19 e dá medidas correlatas.

solidariedade, que parecem ser fortalecidas em momentos de maior necessidade.

Foram feitas postagens de divulgação dos produtos nas redes sociais da AMESOL das mulheres que, de alguma forma, conseguiram manter a produção, o que, segundo elas, ajudou a conseguirem mais encomendas. Ainda assim, elas relataram dificuldade em tirar boas fotos e fazer a gestão de redes sociais (tanto por não terem o conhecimento, quanto por ser mais uma tarefa dentre tantas envolvendo o empreendimento que na maioria das vezes é individual), o que evidencia uma demanda por formação continuada¹⁰.

Entendo que isso é reflexo de muita coisa que deixamos pra trás ou ainda não fomos qualificadas o suficiente pra entender como é que se faz, como: estudo de mercado, de público alvo, de tendência. E principalmente ficou de lado uma boa formação de trabalhar em redes sociais, que já vinha crescendo e agora está bombando, quem não faz uso ou tem pouco conhecimento fica mais prejudicado ainda (E.S, Associada da AMESOL, maio de 2020).

Outra dificuldade apontada foi a mudança da dinâmica familiar, pois as políticas de isolamento social intensificaram o convívio entre pessoas moradoras da mesma casa. Algumas relataram que isso ajudou na redistribuição das tarefas domésticas (uma vez que os maridos têm assumido algumas as tarefas domésticas), para outras isso trouxe maior responsabilidade em comparação a quando as atividades de produção/comercialização/vendas fora de casa. Essas relataram aumento da dificuldade em conciliar as tarefas domésticas e de cuidado, sobrecarga no tempo de trabalho, e falta de tempo para o autocuidado, atividades pessoais, ócio, descanso e lazer (Carrasco, 2014).

¹⁰ Para muitas mulheres da AMESOL, os programas públicos de incubação e fortalecimento da economia solidária (como oferecidos pelas prefeituras de São Paulo, Osasco, Santo André, entre outras) desenvolvidas desde o início dos anos 2000, ocuparam esse papel, bem como incubadoras universitárias com destaque para a ITCP-USP. Na primeira metade dos anos 2010, a maioria desses programas foram suspensos ou descaracterizados, o que ocasionou para muitas a perda de espaços de formação. Neste período houve um grande aumento no número de Associadas da AMESOL, que ocupou essa lacuna de formação e apoio para comercialização, sobretudo por meio da ONG SOF-Sempreviva Organização Feminista (ver seção 3 deste ensaio).

O sentimento de sobrecarga é maior entre as artesãs que dividem a casa com pessoas trabalhando em home office e que demandam tempo/espaço/silêncio. (...) Eu estou me sentindo como a doméstica de antigamente. Ficando em casa sempre acaba sobrando um pouco mais de trabalho doméstico que ninguém quer fazer só porque estão me vendo em casa o dia todo. Consigo sentir até o sorrisinho de sarcasmo na cara do marido. Esse vírus definitivamente é um machista (E.S., Associada da AMESOL, março de 2020).

Pode-se perceber como a pandemia evidenciou e intensificou conflitos e questões que vêm sendo problematizadas por autoras feministas, como a divisão sexual do trabalho (HIRATA E KERGOAT, 2007), as sobrecargas de uso do tempo pelas mulheres (SORJ, 2008) e a demanda do trabalho de reprodução social¹¹ (FEDERICI, 2017, 2019) que se sobrepõe, e muitas vezes inviabiliza, o trabalho gerador de renda. De igual maneira, a experiência da AMESOL mostra a importância de ajustar nossas visões teórico-conceituais para entender as outras formas - substantivas, feministas, solidárias - de olhar para a economia, sem deixar de lado nessa análise o espaço doméstico (HILLENKAMP, 2019). A partir dessa ótica, podemos ver na complexidade deste momento algumas mudanças, evidenciando a ambivalência dos momentos de crise que podem apresentar, não sem dificuldades, brechas para a construção da autonomia das mulheres.

Ações de mobilização e transferência direta de recursos: o papel das ONGs

A AMESOL é “animada”¹² pela SOF-Sempreviva Organização Feminista, uma ONG feminista sediada em São Paulo/SP que contribuiu para sua criação e

¹¹ Entendido aqui como “O complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstruídos diariamente” (FEDERICI, 2019, p:20)

¹² O termo “animada” refere-se ao próprio vocabulário das integrantes da SOF para descrever o trabalho de acompanhamento e fortalecimento sistêmico da AMESOL, em forma de distanciar-se de uma postura de “assessoria” ou “incubação”, vocabulário utilizado por incubadoras (públicas e universitárias), cujo trabalho muitas vezes não está atrelado à uma perspectiva feminista ou intencionalmente voltada à construção da autonomia do “público beneficiário” assim como adotado na SOF.

acompanha as atividades da Associação desde então¹³. Um dos principais temas evidenciados pela equipe da SOF ao longo dos anos de interação com integrantes da AMESOL é a “autonomia das mulheres”, proporcionando espaços que, mesmo com seus limites, prezam pela discussão e deliberação coletiva com olhar atendo à realidade e demandas concretas das mulheres.

Diante da situação de urgência e necessidade material (financeira e de alimentos) apresentadas pelas mulheres, as integrantes da SOF passaram a dedicar-se à organização de ações de transferência direta de recursos, na intenção de que as mulheres da AMESOL tivessem acesso às condições materiais mínimas para sobrevivência. Assim, a equipe da SOF passou a articular a doação de cestas básicas para as Associadas, em parceria com outros movimentos sociais¹⁴. Foi organizada também uma compra com recursos da SOF de alimentos orgânicos e agroecológicos cultivados pela **Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA)**, do Vale do Ribeira. Estas cestas foram distribuídas a 35 mulheres da AMESOL.

Outra iniciativa nesse sentido foi a realização de uma vaquinha online (campanha de financiamento colaborativo) que arrecadou cerca de 32 mil reais, distribuídos para as Associadas no início do mês de maio. Essa ação particularmente foi ligada à Marcha Mundial de Mulheres, movimento social feminista do qual a AMESOL faz parte, sobretudo por conta da interface com a SOF (ver adiante).

Para direcionar esses recursos às mulheres, foi adotada uma estratégia de contato com todas as Associadas ativas, em que algumas dividiram-se e fizeram chamadas telefônicas. As ligações tiveram por objetivo saber a situação familiar, doméstica, de saúde e financeira de cada mulher, e mandar mesmo à distância um “abraço amigo”, se colocar à disposição para ouvir a pessoa e como ela está

¹³ A equipe da SOF cumpre o papel de apoiar a organização financeira e logística da AMESOL, sobretudo a partir de editais (públicos e privados) que até então garantiram recursos que viabilizaram a formação continuada das associadas em temas ligados à produção, à economia solidária e ao feminismo; a organização de espaços de comercialização (com destaque às Feiras de Economia Solidária Feminista organizadas periodicamente desde 2017); e de divulgação da AMESOL.

¹⁴ Com destaque para a Central de Movimentos Populares (CMP) e a organização Mulheres da Luz.

passando por esse momento de quarentena. O levantamento da situação das mulheres evidenciou vários casos nos quais as mulheres não tinham recursos financeiros para compra de alimentos ou remédios de uso controlado. A partir dos relatos sistematizados, foi possível identificar aquelas que estavam em situação de vulnerabilidade mais urgente, sendo que as cestas básicas de número limitado foram entregues a estas e o dinheiro da vaquinha, dividido igualmente entre todas.

Essas experiências nos ajudam a pensar sobre o papel das ONGs no Brasil, sobretudo feministas (Alvarez, 2013). Importante ressaltar que a SOF também é responsável pela dinamização do movimento social feminista Marcha Mundial das Mulheres (MMM)¹⁵, e cumpre o papel de fazer a relação da AMESOL com o movimento feminista mais amplo, questão que pode ser observada sobretudo na iniciativa da vaquinha virtual. A SOF articula seu trabalho junto à AMESOL aliando uma agenda política feminista (tanto em instâncias do poder legislativo e executivo como nas formações políticas junto às mulheres) com ações ligadas a redes de movimento social e mobilização da sociedade civil.

Ainda que em tempos normais tentem distanciar sua atuação das ações tipicamente assistencialistas, a distribuição direta de recursos alimentícios e financeiros neste caso não se distancia da proposta intencionada pela ONG. A situação junto às mulheres da AMESOL, pelo contrário, evidenciam como para o exercício da autonomia as mulheres precisam de um mínimo de condições materiais, e, na medida do possível, o repasse financeiro ou alimentício seja feito de forma que permita que as próprias mulheres façam a gestão desses recursos, ainda que escassos, de acordo com cada configuração e realidade pessoal e familiar.

A importância de pertencer a uma rede

Para além da dimensão material, imprescindível para a sobrevivência e o exercício da autonomia das mulheres, há ainda uma dimensão subjetiva que se

¹⁵ Hoje atuando como coordenação nacional, mas já tendo no passado ocupado também o papel do secretariado internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

relaciona com o sentimento de pertencer à um grupo, ter o trabalho valorizado, ser parte de uma rede de apoio, ajuda mútua, e confiança. No momento de crise, essa dimensão subjetiva de pertencer a uma rede fica ainda mais evidente, tendo o significado de as mulheres não estarem sozinhas mesmo estando distantes fisicamente.

A relação entre elas permaneceu por meio de interações online no grupo de WhatsApp, em reuniões e bate papos virtuais. Essas iniciativas ressaltam a existência e importância de uma rede de solidariedade entre movimentos sociais e entre as mulheres, e também mostram que há um aspecto subjetivo da economia solidária que mobiliza entre as mulheres a sensação de “pertencimento” e de “não estar sozinha”: a existência de uma rede de acolhimento.

Fazer parte da AMESOL também se liga ao sentido que as mulheres atribuem ao trabalho. Muitas delas relataram o fato de que o trabalho as ajuda a manter o equilíbrio emocional no período de crise:

As postagens nas redes sociais da AMESOL têm me ajudado. O pessoal da Zona Leste tem me procurado para encomendar máscaras. Pra mim foi bom. Não sei por que eu não conseguia sentar na máquina pra trabalhar. Ficava sempre pensando “e quando isso acabar, será que vou conseguir vender todo esse estoque?”. E daí meio que não fazia. Me ajudou porque voltei a trabalhar, a ter mais ideias. Coloquei a mente pra trabalhar, sabe? (D.M., Artesã associada da AMESOL, maio de 2020).

Dificuldades no acesso ao auxílio emergencial do governo: a importância e os limites das políticas sociais no atual cenário político brasileiro

Essas ações de transferência direta de recursos - sejam alimentícios ou financeiros - foram estratégias organizadas pelas próprias mulheres a fim de garantir as condições mínimas materiais, em regime de urgência. Neste período também foi lançado pelo governo federal brasileiro um auxílio emergencial,

destinado a trabalhadores/as informais, autônomos e pessoas desempregadas que, com as medidas de isolamento social, tiveram a fonte de renda comprometida e encontram-se em situação de vulnerabilidade financeira¹⁶.

As mulheres da AMESOL solicitaram o auxílio emergencial cadastrando-se como “trabalhadoras informais” ou “trabalhadoras autônomas”. Até o início do mês de maio de 2020, das que haviam solicitado, 11 mulheres tiveram acesso ao auxílio, e 19 ainda não haviam conseguido, seja por problemas de análise dos dados ou de acesso à plataforma por inúmeras questões. As principais dificuldades dizem respeito à falta de acesso à internet, problemas com a conexão ou uso das plataformas do governo, falta de habilidades para uso de aplicativos e sites. Também ficou marcada a falta de clareza sobre este benefício frente à inúmeras informações contraditórias lançadas pelo próprio governo federal e uma rede ampla de distribuição de *fake news* envolvendo o auxílio.

Tramitou no poder legislativo um projeto de lei¹⁷ que tinha por objetivo expandir o público beneficiário do auxílio emergencial para incluir, entre outros, trabalhadores/as da economia solidária, de acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (CADSOL)¹⁸. Este trecho do PL

¹⁶ O auxílio emergencial foi aprovado no Senado Federal dia 30/03/2020, sancionado pelo presidente da república Jair Bolsonaro em 02/04 e disponibilizado para solicitação no dia 07/04 por meio de site, aplicativo ou central telefônica. Essa iniciativa foi voltada para trabalhadores/as autônomos/as, informais, MEIs e pessoas desempregadas, um benefício de 600 reais por trabalhador/a e 1200 reais para mães solo, previsto por três meses (abril, maio e junho).

¹⁷ PL 873/2020

¹⁸ O CADSOL é uma iniciativa que foi desenvolvida em 2014 pela antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com atuação ativa do Conselho Nacional de Economia Solidária, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, além de fóruns e redes estaduais e regionais de economia solidária sob portaria nº1.780/2014. Trata-se de um cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para fim de garantir-lhes reconhecimento e visibilidade, além de permitir o acesso à programas e políticas públicas de economia solidária. São considerados EES organizações coletivas, supra familiares, autogestionárias e permanentes que realizem atividades de natureza econômica. Críticas feministas, no entanto, vêm questionando essas definições a partir da percepção de que características solidárias e cooperativas tecidas por mulheres de âmbito econômico ainda permanecem sob cortina da invisibilidade, uma vez que as mulheres encontram diversos obstáculos relacionados aos papéis historicamente sob responsabilidade do gênero feminino e à divisão sexual do trabalho, permanecendo também as mulheres nas configurações mais frágeis, precárias e marginalizadas dos empreendimentos do âmbito da economia solidária (SCHWENCK, 2019).

foi vetado pelo Presidente Jair Bolsonaro¹⁹. Mesmo não entrando em vigor, é interessante refletir sobre os limites das políticas públicas de economia solidária para a vida das mulheres, já que a maioria das mulheres trabalhadoras da economia solidária não está cadastrada no CADSOL.

De forma prática, esse é mais um exemplo de situação como as mulheres permanecem ainda invisibilizadas e fragilizadas no mundo do trabalho e nas políticas públicas, também no que diz respeito ao reconhecimento pelo Estado. É também um exemplo da importância de que, no momento oportuno e possível, as próprias categorias do que se entende como “economia solidária” em termos de política pública sejam revistas, pois a maioria das integrantes da AMESOL apesar de construir ativamente uma rede solidária de comercialização, formação e mobilização política, tem a produção individual ou familiar, que se organiza principalmente a partir das necessidades e dinâmicas familiares, podendo ser interrompidas, adaptadas e reorganizadas de acordo cada contexto.

Considerações finais

A partir da experiência da AMESOL em tempos de pandemia, podemos extrair alguns ensinamentos. O primeiro deles, que fica evidenciado pela interrupção abrupta da geração de renda para a maioria das mulheres, é o estado frágil e precário em que elas se encontram, mesmo quando organizam o trabalho de forma coletiva, solidária e prezando por sua autonomia. O momento de crise evidencia situações de vulnerabilidade, tanto da vida pessoal e familiar das mulheres, como de seus empreendimentos econômicos. Elas nos mostram que a vulnerabilidade se constrói a partir de vários sentidos - ligados à posição das mulheres na organização sexual do trabalho, das desigualdades relacionadas à questão racial ou mesmo de orientação sexual, e mesmo dentro do campo da economia solidária. Nesse sentido parece imprescindível olhar para as condições mínimas materiais que as mulheres precisam para sobreviver e para bem-

¹⁹ Sancionado com veto na lei nº13.998/20

viver. São recursos materiais que garantem alimentação, cuidado com a saúde e manutenção das suas casas e demandas familiares. Em contexto de extrema dificuldade de geração de renda, percebe-se como essa dimensão material é indispensável para o exercício da autonomia.

Há uma outra dimensão subjetiva, imaterial, que sempre pôde ser observada na experiência da AMESOL e, em tempos de crise, revela-se mais nítida e mais densa. São as relações de cuidado, ajuda mútua e solidariedade. No caso a própria AMESOL e também a interação com outros movimentos sociais e movimentos feministas, essa rede mostrou-se capaz de garantir a elas as condições mínimas de sobrevivência (impulsionando e viabilizando as vendas, por meio da transferência direta de dinheiro ou de gênero alimentícios), como também de sustentar, em maior ou menor grau, algum bem estar psíquico e emocional. A partir dessa experiência podemos perceber camadas não mercantis da economia, evidenciando a importância de ajustarmos nossa visão para uma forma de se fazer economia que muitas vezes fica invisibilizada pelas lentes do mercado (POLANYI, 2013).

A experiência das mulheres da AMESOL mostra como essas relações de solidariedade e cooperação são insuficientes para garantia do seu bem viver, em um cenário de ausência de políticas públicas efetivas por parte do Estado, e em uma organização da vida social em que elas ainda são responsáveis por grande parte do trabalho de cuidados que faz possível a reprodução social.

De maneira geral, o período de crise e isolamento social mostra-se como um momento ambivalente, contraditório, em que ficam ressaltadas e evidenciadas desigualdades e a vulnerabilidade das mulheres, sem que deixe de significar também a possibilidade, ainda que dura, da densificação das relações, aprofundamento dos laços e em alguns casos até a renegociação das divisões de trabalho. Esse momento evidencia como as redes de solidariedade, tecidas em coletivo pelas mulheres, faz possível a construção de conhecimentos, estratégias e práticas essenciais para que elas sobrevivam a este momento.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. Advocating feminism: the Latin American feminist NGO'boom'. *International feminist journal of politics*, 1, 181-209. 2013.

CARRASCO, C. *Con voz propia*: La economía feminista como apuesta teórica y política. Athenea Digital. Madrid: La Oveja Roja, v. 15, n.1, p. 323-329, 2014.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HILLENKAMP, I. Política da economia solidária e feminista. A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, Brasil. *Otra Economía*, v. 12, n. 22, p. 265-281, 29 nov. 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dec. 2007.

KREIN, J. D. ; CASTRO, Bárbara. . As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual do trabalho. In: Eugenia Trancoso Leone; José Dari Krein; Marilane Oliveira Teixeira. (Org.). *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. 1ed.Campinas: Unicamp/IE/Cesit, 2017, v. 1, p. 107-124.

LIMA, M., RIOS, F., FRANÇA, D. (2013). Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: Marcondes, M.M., Pinheiro, L., Queiroz, C., Querino, A.C., Valverde, D. (Ed.), *Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. p. 53-80. Brasília/IPEA.

MIES, M.; INSTITUTE OF SOCIAL STUDIES (Netherlands). Towards a Methodology of Women's Studies. *The Hague*: Institute of Social Studies, n. 77, 1979.

_____. Investigación sobre mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feminista. In: BARTRA, Eli (comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco, México, 1998.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*: As Origens de Nosso Época, com prefácio de Joseph Stieglitz, Lisboa, Leya, 2013 (1944).

SORJ, B. . O Trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: Maria Lucia da Silveira;Neuza Tito. (Org.). *Trabalho Doméstico e de Cuidados*. 1ed.São Paulo: Sempre Viva Organização feminista, 2008, v. , p. 77-89.

TEIXEIRA, M.O. O que gera e perpetua a segregação, a discriminação e as desigualdades salariais. In: Eugenia Trancoso Leone; José Dari Krein; Marilane Olveira Teixeira. (Org.). *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. 1ed.Campinas: Unicamp/IE/Cesit, 2017, v.1, p. 67-90.

SCHWENCK, B C G. Solidariedade e a vida das mulheres na Grande São Paulo: A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do estado de São Paulo, Brasil. *Otra Economía*, v. 12, n. 22, p. 120-132, 27 nov. 2019.

SINGER, P. I. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. I. Economia Solidária: Geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: SINGER, Paul. *Globalização e desemprego, diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2003.

VIEIRA, B. (2017). Quando sexo, raça e classe se encontram: mulheres negras no mercado de trabalho e políticas públicas. In: LEONE, E.T., KREIN, J.D., TEIXEIRA, M.O. (Ed.). *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. Campinas/SP: UNICAMP/IE. CESIT, 2017, v.1, 91-105.

A FAMILIARIZAÇÃO DA GESTÃO DA PANDEMIA: NOTAS SOBRE DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS¹

Fernanda Folster de Paula²

Ao acompanhar uma iniciativa de comercialização de alimentos da cooperativa do Assentamento Milton Santos, a Cooperflora, em meio à pandemia da COVID-19, pude observar diferentes modos de gestão da pandemia. Por um lado, argumento que há uma gestão privatizante da pandemia por parte do governo Bolsonaro, que responsabiliza as famílias e indivíduos pelo enfrentamento da pandemia. E, por outro lado, há uma gestão coletivizante por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo aqui é refletir sobre o confronto entre essas duas gestões no assentamento, com atenção especial para seus impactos sobre as desigualdades de gênero³.

A Cooperflora se localiza no município de Americana – SP, e a iniciativa da venda de alimentos que acompanhei para redigir este texto ocorre no distrito de Barão Geraldo, Campinas – SP. A observação da entrega de alimentos pela Cooperativa Cooperflora me permitiu visualizar como a pandemia de COVID19 afetou as atividades de produção e, de modo amplo, a vida dos assentados e assentadas, reposicionando tensões sobre a privatização e a coletivização do uso dos espaços e da divisão do trabalho no assentamento.

¹ Agradeço às cooperadas/os da Cooperativa de Agricultura Familiar Cooperflora pela contribuição na construção das reflexões aqui contidas e por concordarem com a divulgação deste texto. Agradeço também à Arielle Contrigiani, à Beatriz Schwenck, e às professoras Bárbara Castro, e Mariana Chaguri pelos comentários e contribuições ao texto.

² Mestre em Sociologia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Desenvolve trabalhos com a Regional de Campinas do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra desde 2012.

³ Gênero é entendido, neste artigo, como a organização social da relação entre os sexos (Scott, 1995).

Para tanto, este texto explora a hipótese de que: (i) a gestão que o governo Bolsonaro faz da crise concorre para ampliação dos espaços privados no assentamento, ao transferir as responsabilidades sobre a mitigação da crise no interior das famílias, espaço este que naturaliza a divisão sexual do trabalho⁴ e fomenta a invisibilidade do trabalho das mulheres; (ii) o MST, por meio da Cooperflora, busca transferir alguns dos trabalhos relegados à família para o âmbito da cooperativa, desestabilizando a centralidade das famílias (mas não a organização familiar em si) e criando um espaço de organização da vida coletivo, visibilizando e desnaturalizando a divisão do trabalho na terra. O confronto entre tais gestões torna-se nítido no contexto da pandemia, de modo que oferece uma chave de leitura importante para entender as desigualdades de gênero no assentamento.

Importa atentar que a centralidade da família como instituição que organiza a vida na terra não é nova nos debates clássicos a respeito do campesinato (Woortmann, 1995; Woortmann & Woortmann, 1997; Wanderley, 1999; Heredia, Garcia, Garcia Jr., 1984). Importa aqui, especificamente, refletir sobre os efeitos de um modo de definir esta população a partir da produção familiar, engendrado pelo Estado. Quero argumentar que, quando o Estado, desde a década de 1990, utiliza a categoria de “agricultores familiares”⁵ para distinguir esta população,

⁴ “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.)” (Hirata, Kergoat, 2007, p. 599).

⁵ A categoria agricultura familiar foi primeiro utilizada pelo Estado brasileiro para distinguir a população rural que poderia participar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996, tendo depois sido utilizada na formulação de diversas outras políticas públicas (como PAA, PNAE etc.) (Heredia, Garcia Jr., 2008). Os autores colocam uma importante questão a respeito da amplitude de tal denominação nos anos recentes, que reproduzo aqui: “Perde-se de vista que o debate intelectual, ou a sequência de mobilizações políticas, pode constituir instâncias decisivas de críticas das classificações do mundo social em vigor, de nomeação de novas possibilidades. Por que aceitar que apenas o exercício do poder do Estado dotaria um conjunto de indivíduos e agente econômicos de existência legitimada?” (idem, p. 229).

ele não está apenas refletindo uma característica das comunidades camponesas. Explorando a reflexividade desta categoria, é possível perceber como ela própria já influi nos modos de organização dos espaços no interior dos assentamentos rurais⁶, e parece concorrer para a naturalização do espaço da família como o responsável pela vida na terra. É curioso retomar que tal modo de denominar o campesinato se deu num contexto de diminuição dos gastos com políticas agrárias (Deere, 2000), confluindo a centralidade das famílias como característica fundamental para nomeação e a diminuição da atuação estatal nas áreas de reforma agrária.

Ou seja, a despeito da diversidade de populações incluídas no termo “agricultores familiares” e das diversas outras categorizações que poderiam ser utilizadas pelo Estado (como camponeses, trabalhadores rurais, beneficiários da reforma agrária, sem terra etc.), a categorização privilegia a organização da produção no interior da família como demarcador de diferença - a despeito da existência, por exemplo, de diversos assentamentos nos quais a produção é organizada em áreas e por meio do trabalho coletivo. Parece-me que, ao demarcar esta diferença, já se concorre para a centralidade da família no modo de organização da vida na terra, eclipsando outros modos de existir na terra - e importa retomar que, mais que um modo de nomeação, esta categoria também operacionaliza visões de mundo e políticas públicas, o que parece abrir caminho para desonerar o Estado da responsabilidade de garantir a sobrevivência na terra.

Contrastando com este modo de organização da vida na terra, o MST passou, nos anos 2000, a demandar a legalização de assentamentos no Estado de São Paulo na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (Goldfarb, 2007). Os assentamentos em PDS são “ambientalmente diferenciados” (INCRA, 1999), por preverem o estabelecimento de populações

⁶ Aprofundando este debate, é possível notar que o Estado não apenas concorre para uma organização familiar da terra, mas também “faz família” (Villela, 2009). Ou seja, entendendo que a família não é um dado natural (idem, *ibidem*), já que a seleção de quais relações se circunscrevem neste termo muda no tempo e no espaço, o Estado, ao conferir à família a centralidade da organização da vida nos assentamentos, operacionaliza certa concepção do que é a família.

não tradicionais em importantes áreas ambientais, como áreas remanescentes de Mata Atlântica (Goldfarb, 2007). A produção deve ocorrer apenas em áreas já desmatadas e visando o manejo ecológico, preferencialmente por meio de sistemas agroflorestais. Além disso, por estarem em áreas ambientalmente diferenciadas, não há concessão de titulação individual da terra, mas sim de uso coletivo (idem, ibidem), prevendo a produção coletiva entre as famílias. Importa perceber a modalidade PDS não investe contra a família enquanto coletivo que dá lógica à organização e divisão da terra; mas questiona a organização da vida apenas no interior de tal coletivo, desestabilizando sua centralidade.

Nesta modalidade, o Assentamento Comuna da Terra Milton Santos foi legalizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2006, após ocupação da área pelas famílias. Importa perceber como a atuação do MST, através da reivindicação pela legalização do Assentamento em modalidade de PDS, aponta para um horizonte de coletivização da produção e de organização dos espaços. Ainda que a produção nos espaços coletivos que não tenha se consolidado no Assentamento Milton Santos⁷, a própria reivindicação evidencia a atuação do MST para a desestabilização da centralidade da família na organização do assentamento, o que abre espaço para a organização coletiva.

No assentamento, que está pressionado por todos os lados pela produção de cana-de-açúcar da Usina Açucareira Ester SA⁸, a Cooperativa de Agricultura Familiar Cooperflora foi regularizada em 2014, tendo sido antecedida por outros extintos coletivos de produção. São cooperadas em torno de vinte famílias, ainda que apenas em torno de quinze participem regularmente das atividades de comercialização. É notável na cooperativa a grande participação de mulheres, e seus protagonismos na organização das atividades (Contrigiani, Paula, 2019).

⁷ Muitas tentativas de produção coletiva foram feitas no Assentamento. Atualmente, há uma horta coletiva que não está produzindo devido à dificuldade de organizar a disponibilidade de água neste espaço.

⁸ Segundo o próprio site da empresa: “A empresa foi fundada em 2 de março 1898. O nome ‘Ester’, é uma homenagem prestada a esposa do Sr. Paulo de Almeida Nogueira, Sra. Esther Nogueira” (Usina Ester, 2020). A empresa já moveu diversas ações contra a regularização do assentamento, uma das quais ainda está em andamento. Importa perceber como os sem-terra do Milton Santos fazem parte de um campesinato que está sempre resistindo para entrar na terra (Martins, 1981), a despeito da regularização do assentamento.

A despeito do presidente ser um homem, a assentada que mais participa e coordena as atividades é sua esposa. Os cargos de diretoria administrativa e financeira são ocupados por mulheres, e o conselho fiscal conta com a participação de duas mulheres e um homem. De modo preliminar, estes dados permitem refletir como, no caso do Assentamento Milton Santos, a organização de coletivos exteriores ao âmbito familiar são bastantes marcados pela participação das mulheres.

Para contextualizar as iniciativas de comercialização da Cooperflora é importante destacar: (i) em 2014, durante o VI Congresso Nacional do MST, o movimento assume a agroecologia como projeto produtivo do movimento para as áreas de reforma agrária, bem como passa a incentivar a constituição de alianças entre trabalhadores do campo e da cidade através da comercialização de alimentos agroecológicos num preço justo (Grossi, 2017); e (ii) a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDS) em 2016 e o consequente esvaziamento das políticas de compra institucionais (por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), que compunham parte importante da renda dos assentados do Milton Santos.

Impulsionada por este contexto, no qual a presença do Estado no assentamento se faz notar por meio de sua ausência, a Cooperflora passa a organizar grupos de consumo, que são grupos de venda direta de produtos alimentícios, inicialmente no próprio município de Americana, em 2016, coletivizando as iniciativas de acesso à renda. Em 2019, a Cooperflora e demais parceiros passaram a organizar um grupo de vendas no distrito de Barão Geraldo⁹, em Campinas - SP.

Os grupos de consumo funcionam do seguinte modo: a cada quinze dias, os agricultores entregam cestas de alimentos (composto por produtos da época) para um determinado número de consumidores, que se comprometem

⁹ O grupo de consumo em Barão Geraldo é apenas um dos cinco grupos dos quais a Cooperflora participa, sendo o que conta com maior número de consumidores. Outros grupos são organizados no município de Americana, no município de Paulínia-SP, no município de Santa Bárbara d'Oeste, e no Sindicato dos Petroleiros em Campinas.

antecipadamente com a compra das cestas, visando assegurar renda e permitir o planejamento da produção agrícola. Além das cestas, também são vendidos produtos extras, alimentos que não compõem o preço da cesta, mas que são vendidos “por fora”. Periodicamente, os consumidores vão ao assentamento para conversar com os/as agricultores/as, e conhecer suas produções.

Esses grupos de consumo funcionam como Canais Curtos de Alimentação (Sevilla-Gusmán, 2012), ou seja, como iniciativas de comercialização que contribuem com o desenvolvimento local e com a territorialização da alimentação (idem), diminuindo a distância entre produtores e consumidores, o que tem uma série de impactos políticos e sociais no que diz respeito à cadeia agroalimentar¹⁰. Para a organização destes grupos, a cooperativa planeja coletivamente a produção, que é feita dentro das áreas familiares, visando garantir a quantidade e variedade necessária para composição das cestas. Ainda, a obtenção do selo de produção orgânica pela Cooperflora, que foi um importante instrumento para a abertura de grupos de consumo, é realizado de modo participativo¹¹, de forma que as famílias realizam visitas e mutirões nos lotes uns dos outros, visando assegurar e garantir um controle coletivo das práticas de produção orgânica, que concorre para uma coletivização das práticas e do planejamento da produção.

A tensão entre espaço coletivo e privado no assentamento permeia a organização da vida das famílias assentadas, perpassando, por exemplo, o âmbito da produção, da comercialização, e da realização dos trabalhos de cuidado. Este texto busca refletir especificamente sobre os modos como o Estado e o MST influenciam o desenho destes espaços no assentamento, contrapostos radicalmente no contexto da pandemia, testando a hipótese de que a diferença nas formas de atuação destes atores oferece uma importante chave de leitura para apreender as desigualdades de gênero no assentamento.

¹⁰ Para mais sobre este debate, ver: SEVILLA-GUSMÁN, Eduardo. Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía. Andalucía, Centro de Estudios Andaluces, 2012.

¹¹ O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica aceita a certificação por “Organismo de Controle Social”, na qual quem garante o manejo orgânico é o agricultor, acompanhado pela associação ou cooperativa e pela sociedade civil, e fiscalizado pela Comissão de Produção Orgânica local (MAPA, 2008).

Antes da pandemia: a coletivização nos entremeios da atuação estatal

Uma rápida observação acerca da relação entre Estado e campesinato num contexto anterior à pandemia da COVID-19 permite perceber que, de modo geral, a atuação do governo federal por meio de políticas públicas, ao menos desde a década de 2000, concorreu para a ampliação dos espaços privados e para centralidade da atuação familiar nos assentamentos. Além do próprio debate a respeito da categoria utilizada pelo governo federal para referir-se a essa população, as extintas políticas públicas destinadas à categoria da agricultura familiar (me refiro especificamente ao PAA, PNAE e PRONAF) previam a concessão de créditos e cotas de comercialização principalmente aos núcleos familiares, impulsionando a privatização da organização da vida na terra nas famílias, centralizando este ator em detrimento de outras formas de organização. O sucesso ou fracasso na utilização de tais políticas (nos casos em que as famílias conseguiam passar pelas enormes burocracias para acessar tais benefícios) era responsabilidade das famílias, e é possível argumentar que a falta de assistência do Estado na utilização, por exemplo, do PRONAF, concorreu para muitas famílias assentadas se endividarem (Anjos et al, 2009).

Por outro lado, ao observar o Assentamento Milton Santos é possível notar que a modalidade do assentamento em PDS - reivindicação, como mencionado, do MST - favorece a produção e a comercialização coletiva entre as famílias, organizadas em cooperativas e associações. Além disso, foram organizadas iniciativas do movimento para acessar coletivamente as mencionadas políticas públicas, que também apostam contra a privatização da gestão da vida na terra e para a coletivização das dificuldades burocráticas. Para tais iniciativas, importa perceber que a família é também um importante ator para a organização da vida na terra. O que parece estar em questão é sua centralidade, se ela existe sozinha ou se compartilha os trabalhos de organização da vida com outros coletivos.

Em primeiro lugar, importa perceber como a família não é um ator neutro em termos de gênero. Diversas bibliografias sobre as famílias camponesas (Heredia, Garcia, Garcia Jr., 1984; Deere, 2000; 2002; 2003; Faria, 2009) já deram conta de analisar como a divisão do trabalho, a herança, o acesso a documentos etc., constroem desigualdades entre homens e mulheres no interior do campesinato. No Milton Santos, o caso não parece ser diferente, e tal desigualdade pode ser percebida, por exemplo, na divisão sexual do trabalho. As mulheres estão encarregadas do trabalho reprodutivo e de participar, de modo invisibilizado, do trabalho produtivo, sobrecarregando suas jornadas de trabalho.

Nesse sentido, as políticas públicas mencionadas, as primeiras políticas, cabe lembrar, que o Estado elaborou para pequenos produtores especificamente (Heredia, Garcia Jr., 2008), sem dúvida foram importantes para auxiliar a estruturação da produção agrícola no assentamento, e, além disso, para auxiliar no combate às desigualdades de gênero. Cabe retomar que tais políticas, desde 2007¹², atendiam prioritariamente as áreas de reforma agrária tituladas ou co-tituladas em nome das mulheres - ou seja, tais políticas foram um importante mecanismo para desestabilizar o poder dos homens na família (Paula, 2018), sendo que a titulação da terra em nome das mulheres estava associada, inclusive, à redução da violência contra as mulheres (Deere, 2002). Fundamental como foi, importa notar como essa estratégia de combate às desigualdades de gênero ocorre no interior das famílias, reforçando o espaço privado como o local central de organização da vida, perpetuando naturalizações sobre o gênero que repercutem nas desigualdades de gênero.

Este texto não pretende, ao notar a preponderância que a família assumiu nas extintas políticas públicas, diminuir sua importância. Em comparação com

¹² “A IN nº981 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criada em 2003 [...]. Essa instrução normativa institui que a titulação das terras de reforma agrária deve obrigatoriamente ser feitas em nome do homem e da mulher residentes do lote caso eles estejam em união estável ou em matrimônio. A partir dessa instrução, em 2007, foi elaborada a IN nº38, que veio complementar a anterior. A instrução nº38/07 exige a titulação conjunta do homem e da mulher para acessar qualquer política elaborada a partir do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sendo que as famílias chefiadas por mulheres terão preferência no acesso às políticas públicas, que inclui PAA, PNAE.” (Paula, 2018).

o contexto atual, no qual as famílias assentadas não contam com nenhum apoio estatal para produção e escoamento da produção, e no qual se evidenciam as fragilidades da organização coletiva sem apoio estatal, as hoje esvaziadas políticas públicas para agricultura familiar fazem falta. Por exemplo, ao não contarem com apoio do poder público, escancaram-se as fragilidades dos Canais Curtos de Alimentação, que em grande medida cessaram de ser organizados mediante as políticas de isolamento social, culminando numa importante perda de renda pelos assentados - dentre os grupos de consumo da Cooperflora, por exemplo, apenas o grupo de Barão Geraldo continuou as vendas sem interrupções.

Entretanto, é importante apontar que as referidas políticas contribuíram para a privatização da organização da vida na terra. A concessão de créditos e de cotas de comercialização, em sua grande maioria, para as famílias, concorreu para a ampliação dos espaços privados, que tornam-se responsáveis pela organização de grande parte da vida nos assentamentos, por exemplo, pela produção, pela reprodução e pela organização do que será comercializado¹³, o que fortalece padrões de autoridade estabelecidos no espaço privado no que diz respeito à organização da vida na terra, e, principalmente, à invisibilidade do trabalho das mulheres no âmbito privado.

Em sentido contrário, a atuação do MST no Assentamento Comuna da Terra Milton Santos tem buscado coletivizar os espaços de produção e de comercialização, principalmente por meio da atuação da Cooperflora. A criação e regulamentação da cooperativa Cooperflora e a organização dos grupos de consumo, ocorre entre 2014 e 2016. Mediante a organização da produção e comercialização através da cooperativa, nota-se como as mulheres passam a assumir posições chaves, como já mencionado neste texto. Ao menos em parte, isto certamente pode ser atribuído a uma importante liderança feminina

¹³ Ainda que se possa argumentar sobre a centralidade das cooperativas nas iniciativas de comercialização para os mercados institucionais, tal centralidade não impacta na organização da produção e do planejamento da comercialização nos assentamentos, dada a lógica privada de concessão de crédito e de cotas de comercialização. Ou seja, argumento que as cooperativas servem apenas como mecanismo formal para o escoamento da produção, não atuando para uma efetiva coletivização da produção e da comercialização.

do assentamento, que foi uma figura central na constituição e, atualmente, na organização das atividades da cooperativa. Ainda que não seja o objetivo deste texto indagar as razões que concorreram para a grande participação das mulheres na cooperativa, importa perceber que a organização coletiva do movimento social, fora do espaço da família, permite evidenciar o protagonismo feminino nas tarefas de produção no interior do lote, cujo trabalho é invisibilizado no interior das famílias.

Ou seja, observando as relações de gênero no assentamento, nota-se que a família, ao constituir-se como espaço que naturaliza os trabalhos das mulheres, invisibiliza seus trabalhos também na produção e de gestão da produção. Por outro lado, quando tais trabalhos são planejados e feitos no espaço coletivo, é possível perceber o papel fundamental que as mulheres têm na sua realização. As reuniões da Cooperflora, por exemplo, evidenciam como as mulheres fazem a gestão do trabalho dos demais membros da família, indicando o que deve ou não ser feito, além de planejarem os gastos no interior da família (no que diz respeito ao que será comprado para a produção e o que será gasto com o cuidado da família). Nota-se aqui, portanto, que a divisão sexual do trabalho no assentamento Milton Santos ocorre de modo a sobrecarregar, e invisibilizar o trabalho das mulheres, que além de responsabilizadas pelo trabalho de reprodução, têm participação central também na gestão e realização dos trabalhos produtivos.

Importa mencionar que a Cooperflora toma uma série de medidas para mitigar as desigualdades de gênero, por exemplo, ao fazer o pagamento para as mulheres e ao encorajar que elas participem das entregas das cestas, promovendo sua circulação fora do espaço doméstico. Isso impacta nas relações de gênero, ao encorajar, por exemplo, que as mulheres passem a cada vez mais participar e se posicionar nas reuniões da cooperativa, o que contesta a invisibilidade do trabalho das mulheres, e a autoridade masculina no espaço coletivo. A participação das mulheres nas reuniões tem evidenciado a enorme carga de trabalho das mulheres em casa, desnaturalizando a ideia de que há uma divisão rígida entre produção e reprodução nos lotes no que diz respeito ao trabalho das mulheres.

De modo preliminar, cabe notar que tanto a atuação do Estado nas áreas de reforma agrária, que concorre para ampliação da centralidade da família como organizadora da vida na terra, quanto as atividades do MST, que buscam coletivizar tal organização, têm impactos sobre as relações de gênero e sobre a vida das mulheres, em especial no que diz respeito ao reconhecimento e visibilização dos trabalhos das mulheres.

Privatização, coletivização, e as ambivalências de gênero na gestão da crise

A pandemia de COVID-19 impactou a organização das atividades da Cooperflora e das famílias assentadas. Por exemplo, no que diz respeito aos grupos de consumo da cooperativa, apenas o grupo de Barão Geraldo continuou funcionando sem interrupções. Mudanças tiveram que ser feitas no que diz respeito à comercialização, principalmente observando medidas de higienização dos produtos segundo as recomendações dos órgãos sanitários, o que resultou em um aumento do trabalho e de gastos para os produtores. Ou seja, a pandemia provoca, ao mesmo tempo, a diminuição de renda com um aumento de trabalho para os cooperados e cooperadas.

A medida de mitigação social de maior alcance tomada pelo Estado para gerenciar a crise foi a aprovação da renda emergencial básica¹⁴. Essa política de transferência de renda que poderia ser bastante importante tem um entrave para sua efetivação: para acessá-la, é necessário fazer a requisição pela internet¹⁵ (através de computador ou de aplicativo para celular). Na Cooperflora, por exemplo, apesar de quase todas as famílias cooperadas se enquadrarem nos

¹⁴ Auxílio no valor de seiscientos reais por mês, a serem pagos durante três meses, a trabalhadores informais e desempregados que não recebam outro auxílio do governo (com exceção do Bolsa Família), e que não tenham tido rendimentos superiores a 28.559,70 no ano de 2019. Este valor aumenta para R\$ 1.200 mensais no caso de mulheres que se encaixem nesses critérios e que sejam as únicas responsáveis pela renda da família.

¹⁵ Exclui-se os trabalhadores inscritos no programa CadÚnico, que são inscritos automaticamente para receber a renda emergencial básica.

critérios (com exceção das poucas famílias que possuem aposentadoria), até o dia 06 de maio, nenhuma delas havia conseguido inscrever-se para o pedido da renda emergencial¹⁶, de modo que perderam um mês de auxílio. Tal entrave se deve à precariedade de acesso à internet no assentamento, às dificuldades que os agricultores têm com essa tecnologia, e ao analfabetismo (fatores que não foram levados em consideração pelo governo na elaboração da política). Em 14 de maio, o Presidente Jair Bolsonaro pôs fim a tais dificuldades ao sancionar a lei 13.998/2020, que veta a concessão do auxílio emergencial aos agricultores familiares.

Assim, nota-se que o modo como governo Bolsonaro faz gestão da crise deixa os assentados sem assistência, seja financeira, seja de saúde. O Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição responsável pela gestão do assentamento, também não ofereceu suporte algum, nem mesmo para, por exemplo, prever transporte público de assentados ao hospital, caso alguém seja contaminado - e importa perceber que o assentamento fica a quarenta quilômetros do hospital mais próximo¹⁷, e que não há transporte público que faça o trajeto direto. Desde as primeiras recomendações feitas pelo Ministério da Saúde sobre a pandemia, corrobora-se a ideia de que o cuidado com as medidas de higiene e com o cuidado de pessoas possivelmente/provavelmente infectadas são de responsabilidade das famílias, e devem ser restritas ao âmbito privado. Com exceção de casos mais graves, em que a internação hospitalar se faz necessária, as demais formas de gerenciamento da crise tornam os indivíduos e as famílias os atores responsáveis pela mitigação da propagação do vírus e pela adoção de medidas de restrição de circulação.

Ou seja, trata-se de um cenário no qual as famílias são em grande medida responsabilizadas por resolver os problemas advindos da pandemia: elas

¹⁶ Os advogados do MST que residem no assentamento estão aprendendo ainda a fazer o pedido para poder auxiliar as famílias, e a previsão é que até 01/05/2020.

¹⁷ O hospital público mais próximo é o Hospital Municipal de Americana, e a distância entre o assentamento e o hospital pode ser calculada por meio da ferramenta Google Maps.

precisam cuidar dos doentes, observar as normas de circulação e, ainda, dar conta de manter a renda familiar. O Estado, assim, aposta na centralidade da família para gerenciar os efeitos da crise, se exonerando de tal função. Ademais, com fechamento do comércio e das indústrias em Americana, os filhos e filhas de assentados pararam de “fazer bicos” na cidade, de modo que a renda familiar ficou ainda mais restrita e mais dependente dos grupos de consumo que se mantiveram.

Com isso, a Cooperflora tornou-se o único espaço coletivo no assentamento, fora do âmbito da família, em que os cooperados e cooperadas podem compartilhar as dificuldades no que diz respeito à gestão da crise da pandemia e buscar encaminhamentos coletivos. Na reunião da cooperativa realizada dia 27 de março, por exemplo, uma das agricultoras falou sobre a importância da manutenção e retomada dos grupos de consumo, num contexto em que grande parte das famílias cooperadas dependem unicamente dos recursos obtidos por meio da Cooperflora. Mediante a pressão feita sobre a renda obtida com os grupos de consumo, foi possível observar que a disponibilidade de produtos extras vendidos nas entregas aumentou, principalmente aqueles produzidos pelas mulheres, como pães, geleias, queijos, colheita de ovos e de plantas medicinais (como cidreira, citronela, melissa etc.). Assim, a pressão sobre a renda obtida com a venda de alimentos concorre também para aumento da jornada de trabalho das mulheres na medida em que elas precisam dar conta de produzir e manufaturar alimentos considerados de responsabilidades das mulheres.

Aqui, é interessante perceber que a despeito da coletivização de parte da gestão da pandemia que a cooperativa possibilita, e da grande participação das mulheres na cooperativa, mantém-se a responsabilização das mulheres pelo trabalho de cuidado nas famílias, e em grande parte pela manufatura dos alimentos para venda. A pandemia, ao constranger a renda dos cooperados, concorre para que as mulheres se encarreguem de manufaturar mais produtos a serem comercializados, sobrecarregando de modo acentuado suas jornadas de trabalho. Assim, evidencia-se a dificuldade em transformar algumas das práticas

da divisão sexual do trabalho, que estão amplamente assentadas na naturalização de características e do que é entendido como as tarefas das mulheres (Hirata, Kergoat, 2007). De modo preliminar, é possível notar que, no assentamento, é mais fácil feminizar os trabalhos qualificados como masculinos (por exemplo, de gestão da renda e decisão a respeito da produção), do que masculinizar os trabalhos femininos (de reprodução e manufatura de alimentos).

Curiosamente, na semana seguinte, a mesma agricultora que fez a fala sobre a importância de manter as entregas foi uma das cooperadas que pediu pelo adiamento em uma semana da entrega em Barão Geraldo. Ocorreu o seguinte: como seus filhos perderam a forma de sustento na cidade, ela teve que entregar seus alfaces e legumes para a família deles, de modo que não teria alimentos para compor a cesta naquela semana. Como ela, também outros agricultores tiveram que destinar alimentos para o que vou aqui nomear de “família estendida”.

Se tal fato aponta para a resiliência dos agricultores em relação aos trabalhadores urbanos em termos de alimentação, ele vem também acompanhado de um problema: sem a venda dos alimentos e o acesso à renda, em pouco tempo os agricultores não vão mais ter recursos para investir na produção, e, assim, manter a variedade e a quantidade de produção necessários para a comercialização. Ou seja, ao destinar uma parte maior da produção para a alimentação da família, no assentamento Milton Santos, a soberania alimentar (entendida como acesso à alimentação saudável tendo em vista a cultura alimentar local e assegurando equilíbrio nutricional), fica ameaçada. Como a garantia da alimentação familiar é um trabalho feminizado no Assentamento, as possíveis dificuldades futuras de garantir a soberania alimentar no assentamento sem dúvida recairão sobre as mulheres.

Cabe notar que, no mundo rural, de modo geral os trabalhos de reprodução e de cuidado incluem também a garantia da alimentação da família (Faria, 2009), que ao se tornar estendida no contexto da pandemia, sobrecarrega a jornada de trabalho reprodutivo das mulheres no Milton Santos. Esse aumento do trabalho se dá no momento presente, mediante a extensão da família a ser alimentada,

e no momento futuro, com a provável diminuição da variedade alimentícia e responsabilização que as mulheres têm por sua garantia.

Nota-se, portanto, que a gestão coletiva no assentamento por meio da Cooperflora tem efeitos ambivalentes no que diz respeito às desigualdades de gênero. Se, por um lado, a cooperativa é um importante espaço para a tomada de decisões coletivas e para a visibilização e fortalecimento do protagonismo das mulheres no que diz respeito à organização da vida, por outro, não parece ter impactos significativos na equiparação da jornada de trabalho entre mulheres e homens. Por outro lado, o governo federal, ao não estabelecer uma política eficaz para mitigar a crise causada pela pandemia, concorre para o fortalecimento da centralidade da família e para que o trabalho das mulheres no interior delas se intensifiquem.

Considerações finais

Este texto buscou entender, de modo preliminar, como dois modos de gerenciar a crise gerada pela pandemia da COVID-19 impactam as famílias e revelam as desigualdades de gênero no assentamento. Pode-se notar como a gestão do governo fortalece a centralidade da família e transfere para ela a responsabilidade pela mitigação das vulnerabilidades sociais, sobrecarregando e invisibilizando em especial o trabalho das mulheres. Em outras palavras, tal gestão exime o Estado de suas responsabilidades sociais nas áreas de reforma agrária, contribuindo para um contexto de miséria que é evitado às custas da sobrecarga de trabalho das mulheres sem-terra e da atuação (com consequências ambivalentes sobre as relações de gênero) do movimento social.

Importa retomar que não se trata da primeira vez que em que este conflito entre diferentes formas de gestão da reprodução da vida aparece. Também não é a primeira vez que o Estado recorre às famílias no assentamento para a organização da reprodução da vida e para a mitigação das vulnerabilidades sociais. Este modo de gerir problemas sociais também não é exclusivo do mundo rural,

como têm demonstrado diversos estudos (Cooper, 2017) sobre a relação entre a diminuição de gastos sociais no contexto do neoliberalismo e a valorização da família como ator fundamental para a organização da vida em sociedade. A partir do caso do Milton Santos e, em específico, da Cooperflora, nota-se como é importante a constituição de um coletivo fora do âmbito da família, para que a divisão do trabalho entre homens e mulheres possa ser desnaturalizada. Tal desnaturalização é um passo fundamental para refletir sobre a relação entre a preponderância da família na organização social e a exploração do trabalho das mulheres, relação esta que dá suporte à gestão que o governo Bolsonaro faz nas áreas de reforma agrária.

Referências bibliográficas

ANJOS, Flávio et al. Estudo sobre a inadimplência em contratos do Pronaf no Brasil. *Revista Geografia*, v. 34, n. 3, p. 473 – 486, 2009.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A apropriação do discurso da agroecologia pelo Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v. 8, n. 1, 2014, p. 1-25.

CONTRIGIANI, Ariele; PAULA, Fernanda Folster de. “A produção agroecológica e comercialização em circuitos curtos de alimentação da Cooperflora e o protagonismo das mulheres?”. In: BERGAMASCO, Sonia; ESQUERDO, Vanilde (org.). *Cadernos de resumos da IX Jornada de estudos em assentamentos rurais*. Campinas: FEAGRI, 2019.

COOPER, Melinda. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017.

CHAGURI, Mariana. A terra como ponto de vista. In: *40º Encontro da Associação Nacional de Ciências Sociais (ANPOCS)*, 2016.

DEERE, Carmen. Diferença de gênero em relação à bens: A propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, nº 10, 2003, p. 100-153.

DEERE, Carmen. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº18, 2002, p. 112-146.

DEERE, Carmen. Gênero, reforma agrária e contra-reforma agrária na América Latina. In FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam; SILVEIRA, Maria Lucia (orgs.). *Gênero nas políticas públicas*. São Paulo: SOF, 2000.

FARIA, Nalu. Economia Feminista e agenda de luta das mulheres no Brasil. In: BUTTO, Andrea (org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

GOLDFARB, Yamila. *A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – São Paulo/SP, 2007.

GROSSI, Mônica. Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST. *Libertas*, v. 17, n. 2, 2017, p. 17-28.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JR, Afrânio. “O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas”. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

HEREDIA, B; GARCIA JR, A.. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E; PIETRAFESA, M; ACEVEDO, R; MENEZES, M. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias* (Vol. II. Estratégias de Reprodução Social). São Paulo: UNESP, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007. p. 595-609.

INCRA, Instrução Normativa nº477/1999.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação* (Cartilha) – Brasília: MAPA, 2008.

PAULA, Fernanda Folster de. Titulação conjunta da terra e o protagonismo das mulheres na conquista de direitos no campo. In: *Anais do VIII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais*, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

SEVILLA-GUSMÁN, Eduardo. *Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía*. Andaluzia: Centro de Estudios Andaluces, 2012.

VILLELA, Jorge Mattar. Família Como Grupo? Política Como Agrupamento? O Sertão De Pernambuco No Mundo Sem Solidez. *Revista de Antropologia*, vol. 52, no. 1, 2009, p. 201–245.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*, v. 3, 1999, p. 21-55.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo–Brasília: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.

SOCIABILIDADE PERIFÉRICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A QUARENTENA PARA MORADORES DAS PERIFERIAS DA ZONA SUL DE SÃO PAULO

Luana de Oliveira¹

Não adianta querer,
tem que ser, tem que pá
O mundo é diferente da ponte pra cá
Não adianta querer ser, tem que ter pra trocar
O mundo é diferente da ponte pra cá
(Racionais MC's)

Início esse texto com uma proposta de reflexão a partir do pequeno fragmento da música “Da ponte pra cá”, do grupo de rap Racionais MC's, lançada no álbum “Nada como um dia após o outro dia”, em 2002. O grupo surgiu em 1988, no extremo da zona sul de São Paulo e trouxe em suas letras discussões sobre a temática racial, violência policial, por encarceramento, desigualdades sociais e relatos da vida cotidiana periférica. O grupo se destacou a partir dos anos 1990, levou milhares de pessoas aos shows e se tornou referência dentro da produção cultural periférica. Por que pensar “da ponte pra cá”? Nesse caso, “a ponte” ganha importância simbólica ao ser colocada como uma fronteira dentro da fronteira que marca a desigualdade social dentro da cidade de São Paulo.

Em tempos de pandemia da COVID-19, chefes de Estado de nações do mundo todo se mobilizaram para pensar ações e estratégias para conter a disseminação do vírus e amenizar seus impactos sobre as populações. No

¹ Luana de Oliveira, mãe solo, feminista periférica, professora da Rede Pública Estadual. Mestranda no Programa de Pós Graduação do IFCH – UNICAMP. Atualmente integra uma rede de mulheres no extremo da Zona Sul de São Paulo, com a Coletiva Periferia Segue Sangrando.

caso do Brasil, nosso chefe de Estado, contrariando todas as recomendações das autoridades de saúde, inclusive da Organização Mundial da Saúde (OMS), faz pronunciamentos incentivando a população a voltar à sua rotina normal e minimiza a gravidade do novo coronavírus, referindo-se a ele como uma “gripezinha” e recomendando o uso de uma medicação ainda sem resultados eficazes comprovados por estudos científicos, conforme indica o professor Luiz Carlos Dias, do Instituto de Química da Unicamp². Diante desse cenário de desencontros entre a ciência e as falas debochadas e descompromissadas do presidente, a população que vive nas periferias é a mais impactada pelos efeitos sociais dessa crise sanitária.

Dados divulgados pela Prefeitura apontam que, até 03 de agosto de 2020, na zona sul da Cidade de São Paulo, os bairros periféricos ocupam os primeiros lugares no número de mortes. Estão entre eles o Grajaú, com 360 e o Jardim Ângela, com 327 mortes³. Não por acaso, nesses bairros, também a maioria da população se autodeclara preta ou parda, 57% e 60% respectivamente⁴.

Proponho um olhar atento para a formação das periferias da cidade de São Paulo, através do planejamento urbano, da construção social e cultural e do crescimento dos movimentos sociais e culturais, a partir dos anos 1990, para tentar entender por que as populações periféricas apresentam dificuldades em cumprir a quarentena⁵. Gostaria de dirigir a atenção especial a dois pontos: as

² COLL, Liana. Não há evidências que cloroquina seja eficaz em prevenção ou tratamento da COVID-19, alerta pesquisador da Unicamp. Unicamp. Campinas, São Paulo. 21/05/2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/21/nao-ha-evidencias-que-cloroquina-seja-eficaz-em-prevencao-ou-tratamento-da>. Acesso em: 05 jun 2020.

³ Sapopemba e Brasilândia lideram ranking de bairros com mais mortes por Covid-19 em SP. G1, São Paulo, 04/08/2020. Disponível em : <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/04/periferias-de-sao-paulo-seguem-na-lideranca-do-ranking-de-bairros-com-mais-mortes-por-covid-19.ghtml>. Acesso em 04 ago 2020.

⁴ PINHONI, Mariana. Bairros de SP com a maioria da população negra apresentam mais mortes por Covid-19, aponta pesquisa. G1 São Paulo, 24/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/24/bairros-de-sp-com-maioria-da-populacao-negra-apresentam-mais-mortes-por-covid-19-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 04 ago 2020.

⁵ GONÇALVES, Réia Sílvia. Por que o isolamento social é mais difícil nas periferias. A Ponte. São Paulo, 11/05/2020. Disponível em: <https://ponte.org/artigo-por-que-o-isolamento-social-e-mais-dificil-nas>

moradias precárias que expõem seus moradores e a ideia dos corpos na rua como forma de resistência.

No extremo da Zona Sul de São Paulo, cidade brasileira mais atingida pelo novo coronavírus, tenho acompanhado a ação Quebrada Inteira⁶, da coletiva de mulheres Periferia Segue Sangrando⁷. Nas ruas das periferias, onde atendemos cerca de 250 famílias entregando cestas básicas, produtos de higiene e limpeza, fraldas, leite e oferecemos atendimento psicológico, a impressão é que a ordem de distanciamento social ainda não chegou nesses territórios. Temos várias ações autônomas acontecendo, porém as mesmas não dão conta de abarcar o universo que são as periferias.

As informações/análises presentes neste texto partem, portanto, dessa minha experiência e das observações que fiz ao longo da minha participação na coletiva.

Dados apontam que a taxa de isolamento no município de São Paulo varia entre 48% a 51% (o ideal seria acima de 60%), mesmo com os esforços do Prefeito Bruno Covas, em parceria com o Governador João Dória, adiantando feriados para incentivar a população a permanecer em casa. É importante salientar que, embora o maior número de infectados esteja em bairros nobres, o número de infectados nas periferias aponta para um rápido crescimento e também é onde se registra o maior número de mortes e de testes aguardando resultados⁸.

Para entender melhor essa questão, faz-se necessário lembrar que o sentido de comunidade para os descendentes da colonização e da escravização

periferias/?fbclid=IwAR3WonfppbKKeC0TYRNzoV0a9obQIVfvTe4l9lAcnKV225ve_O5ZDTKiW6U. Acesso em: 21 mai 2020.

⁶ Mulheres da periferia da Zona Sul de São Paulo articulam rede de colaboração. São Paulo, 26/04/2020. Disponível em: http://reporterpopular.com.br/mulheres-periferia-sul-rede-colaboracao/?fbclid=IwAR20vEH1r0WJO8Lki6EEZaeskV9Q2dZ_uoJmE3VvKkX-BwtVIY53opwUghGk. Acesso em: 05 jun 2020.

⁷ A Coletiva Periferia Segue Sangrando nasceu em fevereiro de 2015, com a proposta de dar novo sentido ao mês de março, promovendo encontros de mulheres para pensar afetividade e autocuidado. É formada por mulheres e mães periféricas, moradoras das periferias da Zona Sul São Paulo.

⁸ Periferia concentra a maior parte das mortes suspeitas em São Paulo. Exame. São Paulo, 17/04/2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/periferia-concentra-a-maior-parte-das-mortes-suspeitas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 21 mai 2020.

foi forjado no laço construído através da ancestralidade africana pelos povos negros desterritorializados, vindos da África.

Um dos suportes mais sólidos desse repertório negro foi, desde a senzala, o próprio corpo, espaço de existência, continente e limite do escravo. Arrancado do lugar de origem e despossuído de qualquer bem ou artefato, era o escravo portador – nem mesmo proprietário – apenas de seu corpo. Era através dele que, na senzala, o escravo afirmava e celebrava sua ligação comunitária; foi através dele, também, que a memória coletiva pôde ser transmitida, ritualizada. Foi assim que o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade. A partir daí, o terreiro passou a ser um elemento espacial fundamental na configuração dos territórios negros urbanos – são terreiros de samba, de candomblé, de jongo que atravessam a história dos espaços afro-brasileiros nas cidades (Rolnik, 2007, p. 76, 77).

Sugiro que utilizemos o pensamento da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, trazendo-o para a contemporaneidade, onde é pertinente elaborar uma reflexão e compreender os motivos pelos quais os moradores das periferias encontram dificuldades em manter o distanciamento social e a quarentena, permanecendo dentro de suas casas.

Gostaria de salientar que não se trata de transferir a responsabilidade do aumento no número de casos nas periferias a seus moradores, mas sim de evidenciar como as formas de sociabilidade desses grupos organizam sua vida cotidiana no território ao mesmo tempo em que os obrigam a reinventar estratégias de sobrevivência. Acredito que ao longo do nosso processo histórico de construção social e cultural, essa população específica assimilou a ideia de casa não como um espaço que compreende o limite do portão. É possível que tenham assimilado o espaço da casa de maneira mais complexa e abrangente, compreendendo o território amplo do bairro como sendo sua casa.

Assim como nos espaços negros do período escravista, os moradores das periferias encontram nos bares, calçadas, campos de futebol, associações

culturais, entre outros espaços, lugares nos quais resgatam uma memória afetiva e dão novo sentido ao que entendem por comunidade. Dá a ideia de uma racionalidade estratégica e política de manutenção da ancestralidade organizada nos usos desses espaços.

Para além disso, procuro pensar na forma como o território das periferias foi elaborado pela comunidade urbanista, na construção da cidade de São Paulo. Pensarei junto com a urbanista Ermínia Maricato, que revisita a obra de Roberto Schwarz, **As ideias fora do lugar**, de 1973, para expor o abismo existente entre o discurso e a prática na ideia de planejamento urbano das cidades brasileiras desde o período colonial, inspirada nas cidades europeias sob a égide do embelezamento, descontextualizando questões sociais, reafirmando e reproduzindo privilégios e desigualdades (2000).

A autora evidencia que, discursivamente, o planejamento urbano está norteado pelos direitos universais, pela igualdade e normatividade cidadã, porém, como prática, e mais intensamente nos anos 1990, inclui na agenda de governo a ausência de direitos, prevalecendo a cooptação e a desigualdade.

A história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã – no texto e no discurso – versus cooptação, favor, discriminação e desigualdade – na prática da gestão urbana. A importação de modelos tecnológicos e culturais é intrínseca desse quadro marcado por reinserções históricas subordinadas (Maricato, 2000, p. 135).

É nesse contexto de desigualdades e incoerências que vemos o crescimento vertiginoso da cidade ilegal (Maricato, 2003), nos anos 1990 sem levar em conta o regramento formal e que proporciona na mesma medida o aumento dos índices de violência urbana, organizações próprias e formas autônomas de gerir esses territórios também aparecem. Em tempos de pandemia não é raro encontrar no noticiário favelas onde os moradores são obrigados pelos grupos de traficantes

a usar máscaras e cumprir as ordens de toque de recolher⁹, muito semelhante ao que acontecia na década de 1990, quando os moradores das periferias de vários bairros obedeciam aos toques de recolher impostos por grupos de traficantes de facções rivais.

Paralelamente a esse cenário excludente de desenvolvimento da cidade de São Paulo, com o crescimento vertiginoso das favelas e das moradias precárias que nelas se montam e se reproduzem o movimento hip hop, que já existia no Brasil desde a década de 1980, ganha força, na medida em que é mobilizado por jovens periféricos, através de suas variadas linguagens artísticas como uma possibilidade de denunciar as múltiplas violências sofridas e também de reconhecer um lugar de identidade racial.

Assim, o hip-hop é um conjunto de formas de expressão utilizados pelos jovens, em sua maioria negros e mestiços, da periferia das grandes cidades, para relatarem o seu cotidiano (Guimarães, 1998, p. 154).

Para entender melhor esse lugar, é importante pensá-lo como uma construção social, sendo “uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes” (Santos, 1994, p. 97). É necessário então compreender que esse espaço se transforma constantemente, a depender do desenvolvimento das técnicas que também alteram o espaço geográfico. Especificamente nas periferias, também se faz necessário pensar a partir da violência dicotômica presente nesses territórios: de um lado o Estado e do outro o “mundo do crime”, que também se faz presente na vida cotidiana regulamentando as formas de sociabilidade (Feltran, 2010).

Devido às transformações sociais ocasionadas pela globalização, o rap aparece como protagonista ao passo que se intensifica a necessidade de reconhecimento territorial das periferias como parte integrante da cidade e

⁹ Tráfico impõe toque de recolher em favelas do Rio de Janeiro. G1. Rio de Janeiro, 08/05/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/08/trafico-impoe-toque-de-recolher-em-favelas-do-rio-durante-a-pandemia>. Acesso em: 21 mai 2020.

para que a juventude possa resgatar sua identidade racial. As letras das músicas também criam um sentido de pertencimento ao território como sendo o lugar que possibilita a sobrevivência de quem a ele pertence e coloca a rua como um espaço de resistência.

Na letra da música Fim de Semana no Parque, também do álbum Raio-X do Brasil, lançado em 1993, os Racionais MC's é possível observar toda a contradição da cidade de São Paulo e perceber o sentido de pertencimento que é reforçado e contraposto com outra realidade a todo momento. O trecho a seguir destaca a dinâmica da vida nas periferias, das moradias e das relações sociais que são construídas a partir do lugar. Lugar das contradições, da dialética do interno e externo, do novo e do velho e que se relaciona com o Mundo de forma intensa, findando o que acontece globalmente nesse Lugar¹⁰ (Santos, 2005).

Milhares de casas amontoadas, ruas de terra
Esse é o morro, a minha área me espera
Gritaria na feira (vamo chegando!)
Pode crer, eu gosto disso, mais calor humano
Na periferia a alegria é igual
É quase meio dia, a euforia é geral
É lá que moram meus irmãos, meus amigos
E a maioria por aqui também se parece comigo...

É neste contexto que se vê, nos anos 2000, o surgimento de diversos coletivos culturais e saraus periféricos. O Sarau da Cooperifa, fundado pelo poeta Sérgio Vaz, e que promove encontros semanais num boteco da Zona Sul de São Paulo foi bastante inspirador para a formação de outros coletivos, inclusive coletivos de mulheres que não se sentiam contempladas pela ótica masculina de tais coletivos. Essas manifestações culturais surgiram a partir da falta de equipamentos públicos que oferecessem lazer e cultura nas periferias. Era necessário ocupar lugares já existentes proporcionando múltipla função aos espaços escolhidos, que eram, principalmente, bares.

¹⁰ Milton Santos (2005) escreve Lugar com letra maiúscula para ressaltar a força que ele apresenta.

A afirmação territorial e identitária da periferia permite que os moradores desse tipo de espaço social, na posição de artistas e ativistas, agenciam novos lugares para si, para além das relações habituais com a vitimização, pobreza e violência. Dessa forma, as noções de periferia construídas por esses sujeitos, mesmo que passíveis de disputa, produzem mudanças não apenas no modo como seus moradores são rotulados, mas também na maneira como esses moradores – na posição de poetas, artistas e ativistas – pensam a si mesmos e se relacionam com o contexto mais amplo (Nascimento, 2006, p. 76).

Faz-se necessário ressaltar que os coletivos formados nas periferias, embora usem a arte nas suas mais diversas formas de expressão, também agregam discussões políticas e construção de identidades a partir do território. Em seu trabalho sobre “literatura marginal”, Érica Peçanha do Nascimento analisa como as discussões sobre manifestações culturais, participação política, formação de identidades e formas de sociabilidade relacionadas ao espaço periférico estão inseridas na agenda dos pesquisadores brasileiros.

Nesse contexto de excepcionalidade que a pandemia de COVID-19 trouxe, esses coletivos das periferias têm se organizado para atender às demandas desses grupos específicos de pessoas que vivem às margens das políticas públicas, entregando cestas básicas e produtos de higiene e limpeza e produzindo materiais de vídeo com instruções para requisitar o auxílio emergencial. Um exemplo é a Escola Feminista Abya Yala, fundada pela ativista do movimento de moradia e editora da Revista Amazonas, Helena Silvestre, que está com a campanha Benfeitoria/Rede de Mulheres Periféricas, arrecadando e distribuindo alimentos, produtos de higiene, fraldas, chás, livros etc, para famílias lideradas por mulheres¹¹. Outra ação semelhante está sendo encabeçada pela Associação Cultural Bloco do Beco¹², que atua no Jardim Ibirapuera, que além da área

¹¹ A Escola Feminista Abya Yala nasceu em maio de 2019, a partir de um curso dado por sua fundadora Helena Silvestre no Sesc Santo Amaro. É um espaço de estudo, fortalecimento e cuidado entre mulheres ativistas na periferia.

¹² A Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco teve sua fundação oficializada em 2003 e promove ações culturais diversificadas, como oficinas de artesanato, dança, teatro, percussão, literatura,

urbanizada, é formado por três comunidades: Favela da Erundina, Favela da Felicidade e Jardim São Francisco e também já atendeu mais de 500 famílias, incluindo nas cestas básicas, livros de com contos e poemas de autoria negra.

Uma das maiores favelas de São Paulo, Paraisópolis, onde vivem cerca de 100 mil pessoas, está com alguns grupos organizados no combate ao novo coronavírus¹³. Porém, a realidade que encontramos na comunidade ainda é outra. Mesmo com as ações promovidas pelos próprios moradores e sem nenhum apoio do governo, durante a ação da coletiva Periferia Segue Sangrando pude observar que as ruas permanecem lotadas de pessoas de todas as idades e o comércio funciona normalmente.

Concomitantemente às ações da favela de Paraisópolis, traficantes de favelas do Rio de Janeiro ordenaram a suspensão de bailes funk e publicaram a ordem em redes sociais e avisos espalhados pelas comunidades. Para além destas ações, na comunidade da Vila Aliança, traficantes publicaram anúncios ameaçando o comércio local caso aumentassem os preços de produtos essenciais¹⁴.

Vale considerar que grande parte da população que vive nas favelas trabalha no setor de serviços como diarista, manutenção, vendedores ambulantes entre outras ocupações, o que impossibilita o trabalho em *home office*. Também é grande o número de trabalhadores autônomos que, se não trabalham, não tem renda. Há ainda os trabalhadores da rede privada que não foram dispensados e utilizam do transporte público que, com a redução de 40% da frota, determinada pelo prefeito Bruno Covas, está superlotado, impossibilitando a população de seguir as medidas de distanciamento social¹⁵.

hip-hop, palestras e saraus, dentre outras. Disponível em: <https://www.blocodobeco.org/>. Acesso em: 05 jun 2020.

¹³ Favela de São Paulo vira exemplo em ações contra o coronavírus. G1. São Paulo, 11/04/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/11/favela-de-sao-paulo-vira-exemplo-em-acoes-contra-o-coronavirus>. Acesso em: 21 mai 2020.

¹⁴ SOARES, Rafael. Tráfico ordena cancelamento de bailes funk em favelas. G1. Rio de Janeiro, 26/03/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/coronavirus-traffic-ordena-cancelamento-de-bailes-funk-em-favelas>. Acesso em: 21 mai 2020.

¹⁵ BORGES, Beatriz; MACHADO, Livia. Após redução da frota de ônibus em SP, Covas diz que analisa

São os espoliados urbanos, pessoas que vivem nas periferias e estão cada vez mais submetidas à exclusão social provocada pelo capitalismo, que extrapola os limites da “fábrica” e estende sua exploração para a vida cotidiana, estendendo-a ao transporte público, às moradias autoconstruídas, ao sistema de saúde, aos subempregos e que atribui aos indivíduos a culpabilidade pelas desigualdades sociais (Kowarick, 1983).

Portanto, é visível a ausência da efetividade das ações do Estado na tentativa de conter os impactos causados pela COVID-19 nos territórios periféricos. Fica evidente a construção de um espaço urbano que privilegia a acumulação do capital, com áreas da cidade destinadas apenas a alocar o excedente da força de trabalho, desconsiderando o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos que habitam nesses espaços e a transferência da responsabilidade pelo cuidado para os indivíduos.

É necessário debater sobre os direitos, individuais e coletivos, à cidade e à saúde e de que forma a importância das dimensões econômicas impactam o acesso das populações que vivem nas periferias a esses direitos.

Retomando a música dos Racionais, “da ponte pra cá, antes de tudo é uma escola”, se faz urgente repensar o modelo de sociedade na qual vivemos e questionar que sociedade é essa que coloca parte da sua população em situação de vulnerabilidade?

“Não adianta querer, tem que ter pra trocar, o mundo é diferente da ponte pra cá”. Um Estado que não tem o que trocar, que só se faz presente nas periferias através do abandono e do descaso, vai encontrar dificuldade em ter seu pedido de isolamento social atendido por essa população. Uma alternativa seria reunir as lideranças comunitárias, religiosas e de coletivos e movimentos sociais e culturais para, junto a essas, elaborar uma estratégia de maior alcance. Por sua vez, os coletivos culturais e movimentos sociais das periferias têm mostrado que

superlotação e poderá aumentar efetivo. G1. São Paulo. 30/03/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/30/apos-reducao-da-frota-de-onibus-covas-diz-que-analisa-superlotacao-e-podera-aumentar-efetivo.ghtml>. Acesso em: 05 jun 2020.

o “nós por nós” nunca foi tão necessário e atuante. Mais uma vez está sendo preciso se reinventar para sobreviver.

Referências bibliográficas

FELTRAN, Gabriel de Santis. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. São Paulo. *Lua Nova*, 2010, p. 201-233.

GUIMARÃES, Maria Eduarda Araújo. *Do Samba ao Rap: a música negra no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1998.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: Arantes, O. et al. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: Leonardo Basci Castriota (org.) *Urbanização Brasileira – Redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.

NASCIMENTO, Érica P. *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação de mestrado entregue ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RACIONAIS MC'S. *Fim de semana no parque*. São Paulo: Zimbabwe Records: 1993 (7:05).

RACIONAIS MC'S. *Da ponte pra cá*. São Paulo: Zimbabwe Records: 1993 (8:48).

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson (org.) *Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O negro na geografia do Brasil*. São Paulo: Editora Autêntica, 2007

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3º edição. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Adesão ao isolamento social em SP. Sistema de Monitoramento Inteligente do Governo de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/isolamento>. Acesso em: 21 mai 2020.

Portal do Governo. São Paulo, 18/05/2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/isolamento-social-em-sao-paulo-e-de-54-aponta-sistema-de-monitoramento/>. Acesso em: 21 mai 2020.

PANDEMIA E MERCADO DO SEXO: AS CONSEQUÊNCIAS DE COVID-19 ENTRE AS PROFISSIONAIS DO SEXO NO BRASIL EM 2020¹

Maurício M P da Costa Oliveira²

Este ensaio aborda as consequências da pandemia de COVID-19 para um grupo social muitas vezes invisível ou invisibilizado: as prostitutas. O trabalho sexual é encarado pela literatura especializada e por movimentos sociais como um dilema moral (exploração da mulher) ou como uma questão trabalhista (ausência de reconhecimento da agência da mulher e de seus direitos como trabalhadora)³. Meu ensaio parte deste segundo lugar de análise e se propõe a pensar nos novos riscos aos quais essas trabalhadoras estão expostas e nas estratégias por elas mobilizadas e nas ações organizadas pelos movimentos sociais e associações que as representam para que elas possam seguir atuando. O problema central é o do conteúdo do trabalho que elas realizam: o serviço sexual convencional⁴ não respeita o distanciamento mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde.

Proponho pensar de que modo essas estratégias, individuais ou coletivas, podem vir a ter impacto na organização de sua agenda política. Me inspiro, aqui, em um outro momento histórico no qual as organizações de prostitutas ganharam força: a epidemia do HIV/AIDS no fim dos anos 1980. As prostitutas foram incluídas no grupo de lideranças comunitárias que, no fim dos anos 1980,

¹ Agradeço as leituras atentas e generosas da professora. Bárbara Castro e da colega Viviane Vidigal Castro. Agradeço também à turma de Seminário de Dissertação e Tese de 2020 pelos ricos debates.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Email: oli.cmauricio@gmail.com

³ Sobre esse debate ver PISCITELLI, 2005; NUNES, 2015 e PRADA, 2017. De modo simplificado é comum a prostituição ser encarada como um problema para a moralidade da sociedade por setores *feministas* como as abolicionistas e grupos conservadores; em contrapartida, há grupos *feministas* como as putafeministas (PRADA, 2017) que enxergam a prostituição como uma profissão livre, consentida, e portanto, possível.

⁴ Chamo de serviço sexual convencional aquele realizado a partir do contato físico, em geral nas ruas, e que desrespeita, assim, as recomendações da OMS.

participaram da luta anti-HIV. Participar desses debates impulsionou a própria constituição e formação de muitos grupos do movimento social que estão na ativa atualmente, como o caso do Gempac (Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará), que se articula desde 1987⁵.

A comparação entre essas duas pandemias nos possibilita comparar dois momentos históricos distintos e, de certa forma, opostos. Se, por um lado, temos a reabertura política, a redemocratização, e uma abertura cultural para questões sexuais no fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990, o que temos nos anos 2020 é um avanço de setores conservadores cuja temática da família e Deus são os propulsores do debate político. É exemplar, nesse sentido, a nomeação da antiga Secretaria de Política das Mulheres como Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro. No atual contexto é válido questionar como a agência das mulheres que prestam serviço sexual é limitada pelo contexto, mas ao mesmo tempo como esses limites buscam ser superados.

Riscos heterogêneos: a rua, a internet e as hierarquias raciais

Algumas notícias veiculadas em grandes meios de comunicação como *Veja*⁶, *Folha*⁷ *Tab Uol* e⁸ retrataram nos últimos meses a realidade de profissionais do sexo em diferentes capitais do Brasil. Noto que o dilema moral imanente à prostituição pode ser visto com bastante clareza na escolha dos termos nos jornais e revistas para tratar desta atividade, como por exemplo a opção por “exploração sexual” como sinônimo de trabalho sexual.

A matéria feita por Marie Declercq a respeito dos impactos da COVID-19 entre as profissionais do sexo traz um título que indica que a jornalista opta por

⁵ No entanto, foram incluídas como parte de um “grupo de risco” que continha também homossexuais e usuários de drogas injetáveis.

⁶ <<https://veja.abril.com.br/blog/veja-gente/sem-clientes-e-boates-vazias-o-coronavirus-abala-a-prostituicao-de-luxo/>> Acesso em 19.05.2020

⁷ <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/27/coronavirus-quebra-vila-mimosa-crise-assusta-zona-de-prostituicao-no-rj.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 20.05.2020

⁸ <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/28/nos-somos-invisiveis-trabalhadoras-sexuais-afetadas-pelo-coronavirus.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 20.05.2020

colocar a voz de algumas trabalhadoras representantes de movimentos sociais: “Nós somos invisíveis” diz o título da matéria publicada em 28 de março deste ano, logo no início da pandemia, portanto⁹. Essa ideia de um “nós” invisível presente na fala de Lourdes Barreto, histórica líder do movimento de trabalhadoras sexuais, vai de encontro com a ausência de políticas públicas e medidas do governo para esse grupo em específico. Logo no início do texto, Declercq destaca que muitos trabalhadores autônomos que dependem de sua própria força de trabalho sofrem riscos e impossibilidades de entrar em quarentena nos moldes propostos pelas organizações de saúde. Isso considerando que muitas atividades autônomas como motoristas e entregadores por aplicativos¹⁰ e comerciantes informais em geral trabalham com pouco ou quase nenhum distanciamento físico e social. Destaco aqui a escolha da autora por encaixar as trabalhadoras e trabalhadores sexuais no mesmo grupo de milhões de outros trabalhadores autônomos, a despeito do afastamento que essa atividade pode ter de outras formas de trabalho por questões ligadas a moral, como destacado anteriormente. Nesse sentido, essa escolha deixa claro que a visão da autora sobre o tema se aproxima dos debates putafeministas como proposto por exemplo por Monique Prada (2017), que reconhece a prostituição como uma profissão¹¹ possível e se afasta dos dilemas morais e das (con)fusões conceituais entre as fronteiras do trabalho sexual livre e consentido e a exploração sexual.

Declercq traz então trechos de entrevistas com 7 lideranças do movimento de prostitutas e destaco a importância que a autora dá para o “lugar de fala”¹² de suas interlocutoras. Aqui, são elas, e somente elas que revelam os problemas pelos quais estão passando com o vírus em circulação. Acho interessante a

⁹ Ibidem

¹⁰ Como Uber, iFood, Rappi

¹¹ Desde 2002 a profissão é reconhecida legalmente através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) o que possibilita a categoria, por exemplo recolher aposentadoria como profissionais autônomas.

¹² Considero lugar de fala como Ribeiro (2019), buscando compreender a fala a partir da posição social de um sujeito de determinado grupo social subalterno (nesse caso mulheres trabalhadoras sexuais). Desse modo o que importa é entender como esses sujeitos podem falar em uma sociedade em que o discurso legitimado é do homem-brancos-cis-hétero.

heterogeneidade desse grupo específico de trabalhadoras. As entrevistas feitas pela jornalista do Tab Uol são com mulheres que trabalham com prostituição de rua. Muitas delas estão no grupo de risco da COVID-19 por terem mais de 60 anos de idade. Nesse sentido, o que é válido destacar aqui é que não são todas as profissionais do sexo que enfrentam os mesmos problemas com a pandemia. As profissionais de rua em oposição às que trabalham com sexo via internet são diretamente afetadas por correrem o risco simplesmente de estarem nas ruas aguardando seus clientes, enquanto as que prestam serviços online estão “protegidas” pela mediação por aparelhos eletrônicos, dentro de locais fechados e provavelmente isolados.

Dos problemas destacados por essas lideranças, além do fato de correrem mais risco por estarem expostas nas ruas, há a diminuição brusca da procura do serviço por clientes, o que deixa essas profissionais numa situação de maior vulnerabilidade. A baixa procura as tem levado a ajustar os preços cobrados por seu trabalho¹³.

A reportagem de João Batista Júnior para a Revista Veja no fim do mês de março deste ano trata de outra camada da prostituição que também foi afetada nos últimos meses: a prostituição de luxo¹⁴. A reportagem foi veiculada antes do decreto para fechar as casas noturnas em São Paulo e, mesmo assim, já eram visíveis os sinais de crise. Das cem profissionais, em média, que costumavam trabalhar em uma importante casa de prostituição na capital paulista o repórter só encontrou dezesseis trabalhando e somente quatro clientes no local. As garotas que cobravam em média R\$400,00 ou R\$500,00 por programa consideravam reajustar o valor caso as coisas não melhorassem. As casas tomaram medidas

¹³ A questão do mercado sexual é muito interessante. Existe uma regulação entre as profissionais do sexo, mas também a partir dos preços negociados com clientes ou donos de estabelecimentos. A notícia de Talyta Vespa e Felipe Pereira (<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/23/prostituicao-a-r-30-no-centro-de-sao-paulo-nao-para-em-meio-a-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>) Acesso em 19.05.2020) mostra que os valores no Parque da Luz caíram em média de R\$50,00 para R\$30,00 durante a pandemia.

¹⁴ Com prostituição de luxo, me refiro a um eixo do mercado em que os valores giram em torno de R\$300-R\$400 reais a hora.

para conter a disseminação do novo coronavírus. No caso da boate de Oscar Maroni¹⁵, por exemplo, caso a profissional apresente febre ou tosse deverá ir para casa. A notícia não deixa claro se nesse caso a Casa de prostituição “cobre” o dia de trabalho da trabalhadora, mas tudo indica que não. Aqui fica claro uma questão trabalhista em relação à prostituição (bem como de outros trabalhos autônomos): não há licença médica, fundos de garantia ou direitos garantidos caso aconteça algo com esse sujeito. Além disso, as medidas tomadas não visam proteger as trabalhadoras, mas sim os clientes.

No Brasil, o projeto de lei Gabriela Leite¹⁶ de 2012 do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) está arquivado desde 2019 sem previsão para novas discussões no legislativo brasileiro. Assim, essa categoria segue sem a esperança de regulamentação e garantia de direitos básicos. Considerando que os trabalhos informais aumentaram de maneira considerável nos últimos anos, a não regulamentação de uma atividade tão polêmica e controversa faz sentido nesse cenário de precarização do trabalho.

A dissertação de Alyne Nunes (2015) intitulada “Prostituição feminina negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida” ao “problematizar como a violência racial, assim como a de gênero, é determinante na escolha das mulheres negras e pobres que se prostituem” (Nunes, 2015, p.12) leva em conta que o mercado do sexo é um espaço de privilégio para as mulheres brancas. A oposição destacada acima entre rua e internet é notável e a pesquisa de Nunes corrobora isso, pois há uma maioria de mulheres brancas, mais jovens e em geral mais escolarizadas atuando em sites. O que Nunes destaca é que “até na hierarquia econômica do mercado do sexo a questão racial é dominante, ou seja, o mercado de luxo do sexo segue o padrão de preferências pelas mulheres brancas em detrimento das mulheres negras” (Ibidem, p.30). Nesse sentido, a conclusão que se segue é de que a pandemia da COVID-19 também afeta mais as mulheres negras que prestam esse tipo de atividade.

¹⁵ Oscar Maroni ganhou relevância na mídia quando prometeu que daria cervejas de graça em sua casa de prostituição Bahamas, em São Paulo, caso Jair Bolsonaro ganhasse as eleições em 2018.

¹⁶ O projeto foi batizado com esse nome em homenagem à ativista e prostituta Gabriela Leite.

A despeito desse aspecto, Nunes também nota que a prostituição é, ao mesmo tempo, uma profissão empoderadora da sexualidade de mulheres negras em uma sociedade que a estrutura racista relega alguns lugares para essas mulheres como o trabalho doméstico. Desse modo, busca-se não reproduzir a dicotomia existente em muitos trabalhos acadêmicos entre a prostituta empoderada e subversiva versus a prostituta pobre e sem alternativa. As justificativas que essas mulheres encontram para essa escolha vão muito além de uma simples questão econômica. Ainda assim, muitas relatam ser o modo mais rápido e flexível de ganhar dinheiro.

Com isso, gostaria de trazer outra reportagem veiculada no site Uol pelo jornalista Caio Blois cujo título destaca como a crise do novo coronavírus afetou a Vila Mimosa, zona de prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Blois, já no primeiro parágrafo, marca a Vila Mimosa como um espaço de exploração sexual. O mercado na Vila Mimosa movimentava R\$1 milhão. Essa matéria, ao contrário da de Declercq, traz uma única entrevista de uma trabalhadora e traz majoritariamente entrevistas vocalizadas por sujeitos homens, sejam clientes ou donos de estabelecimentos na região. Destaco aqui, como dito por Betânia Santos em entrevista à Declercq, que não só as prostitutas, mas muitos donos de casa e de restaurantes e bares nessas áreas também são autônomos e por esse motivo também são afetados pela pandemia e pelo isolamento social recomendado. Ou seja, todo o mercado do sexo, incluindo estabelecimentos como bares, casas noturnas e hotéis é afetado pela pandemia, no entanto, as mulheres que prestam esse serviço ainda parecem as mais vulneráveis desse mercado.

As três notícias trazidas aqui são de data anterior ao decreto número 10316 de 2020 que dispõe sobre o auxílio emergencial de R\$600,00 (ou R\$1.200,00 em caso de mulher chefe de família) por três meses para trabalhadores autônomos e pessoas de baixa renda. De acordo com as regras previstas pelo texto do decreto, as profissionais do sexo têm direito a receber o auxílio porque são trabalhadoras autônomas e/ou possuem baixa renda¹⁷. No entanto, o que essa política

¹⁷ Os critérios para acessar o auxílio emergencial incluem possuir no máximo renda de 0,5 Salário Mínimo

pública demonstra é que o descaso constante do poder público no tratamento direcionado a este grupo, posto que elas não são tratadas oficialmente como profissionais. Especialmente em um governo que defende Deus e a família como valores e princípios morais, certamente há dificuldades em fazer avançar esse debate. Assim, um grupo que já é historicamente marginalizado e que sofre com estigmas e preconceitos sociais, segue sendo invisibilizado. Destaco também que muitas profissionais optam por continuar trabalhando a despeito dos riscos sanitários pela insuficiência do auxílio social para cobrir seus gastos e despesas ordinários. No Parque da Luz, em São Paulo, como mostra reportagem de Talyta Vespa e Felipe Pereira, parte das mulheres que trabalham no local continuam se expondo a riscos para conseguirem pagar suas contas. Essas mulheres têm em sua maioria, como já destacado anteriormente, mais de 60 anos. Este aspecto etário entre essas mulheres dá margem para inclusive pensar de que maneiras o Estatuto do Idoso protege essas cidadãs.

Cabe destacar que trato aqui de um grupo específico de mulheres trabalhadoras sexuais: as mulheres cis¹⁸. Nenhuma das reportagens trata de mulheres trans ou travestis que exercem essa atividade. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a Antra, cerca de 90% de transexuais e travestis vivem da prostituição e ainda assim, até a redação final deste ensaio, não encontrei nenhuma notícia ou matéria a respeito dessa população e das consequências e impactos do novo coronavírus entre elas. Ainda de acordo com os dados da Antra, a maioria das travestis e transexuais que se prostituem optaram por continuar exercendo essa atividade mesmo em tempos de COVID-19, por não conseguirem acessar as medidas emergenciais do governo pela já histórica precarização de suas vidas. Ou seja, se falar de prostituição já é falar de um grupo marginalizado, ainda há as discrepâncias e desigualdades nesse

(SM) por pessoa, ou renda familiar total de até 3 SM. Ainda, a declaração do Imposto de Renda de 2018 não poderia ultrapassar 28 mil reais. Nesse caso, as trabalhadoras que ganharam acima desse valor, estão excluídas por essa regra de receberem o auxílio.

¹⁸ Cis, cissexual ou cisgênero são os termos usado para designar sujeitos que estão em conformidade com o gênero designado ao nascer.

mesmo grupo. O que o trabalho de Nunes (2015) nos mostra de forma potente é que as mesmas estruturas de dominação na sociedade são reproduzidas no trabalho sexual, demonstrando hierarquias de poder existentes no mundo social. Ressalto que, nesse sentido, as hierarquias de poder que organizam esse grupo social são salientadas pela pandemia.

A Antra publicou uma cartilha¹⁹ bastante interessante com recomendações para as profissionais do sexo em tempo de pandemia. Uma das primeiras sugestões dada pela Associação é precisamente a busca por sites que cobrem por stripteases ou exibição online. Para ser possível realizar essa atividade online a profissional precisa de algum tipo de equipamento, uma internet de qualidade e um local que garanta sua privacidade - alternativas para a prestação de serviços sexuais online vêm sendo buscadas e abordado elas em seguida. Ainda, das recomendações dadas pela cartilha da Antra, destaco a preferência pelo atendimento fora da casa pessoal dessas profissionais, ressaltando a escolha por hotéis, motéis ou casas de prostituição. Evitar ficar próximo de outras meninas na pista também é recomendado bem como o não compartilhamento de itens como baseados, agulhas e canudos para o uso de drogas. Outro aspecto que merece destaque é a respeito da segurança, levando em conta que as ruas estão mais vazias e ao contrário do que se poderia imaginar com o isolamento social o índice de assassinato da população trans aumentou nos últimos meses de março e abril, como mostra o segundo boletim de 2020 também da Antra²⁰.

Das mudanças rápidas, profundas e intensas que vivemos nesses últimos quase três meses de isolamento, pode-se destacar o alargamento de atividades online, como no caso de boa parte dos setores educacionais (da Educação Infantil a Universidades) e culturais com alto números de lives²¹ em plataformas como Facebook e Instagram. Com a prostituição e prestação de serviço sexual não foi diferente, como já dito nos parágrafos anteriores. Se consideramos como

¹⁹ <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-covid19-antra.pdf>

²⁰ <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra-1.pdf>

²¹ Transmissões ao vivo em redes sociais

Lagenest (1973) que a prostituição é basicamente a venda de fantasias sexuais, isso pode ser adaptado para o meio online. A reportagem de Fernando Evans para o G1 de Campinas e região afirma logo no título que “profissionais do sexo recorrem à web com queda de até 80% na clientela por quarentena”. Não são todas as profissionais do sexo, como destacado anteriormente nas outras reportagens. Mas um público mais jovem, em geral mais escolarizado e também mais branco migrou seus serviços para o meio online com venda de fotos e vídeos e web chamadas. Por outro lado, supõe-se como hipótese que os clientes também são pessoas mais jovens e com acesso a tecnologia que demanda esse serviço.

Se um dos objetos de pesquisa da Sociologia enquanto disciplina se refere às formas de socialização e sociabilidade, a pandemia da COVID-19 abre caminhos para o pensamento sociológico nessas novas formas de relações, inclusive sexuais, nas quais o contato físico é, pelo menos em um primeiro momento, facilmente substituído por interações mediadas por telas.

Vale saber se isso se manterá num futuro de médio prazo, ou se essa facilidade de adaptação do mercado do sexo ao mercado online e virtual é visualizada num primeiro momento e se arrefece em seguida. Fato é que, por enquanto, o que se sabe é que enquanto não houver vacina para o novo coronavírus, as chances de as atividades que envolvem contato físico ou aglomerações se manterem são bastante reduzidas. Isso coloca em xeque a prostituição como atividade de contato e de alta exposição a esse vírus.

O estigma contra as trabalhadoras sexuais para além das questões morais: vetores de doenças?

Essa questão não é nova tampouco recente. O HIV também afetou as profissionais e o mercado do sexo. Debora Lupton, em seu texto “Social Research for a Covid and Post Covid World: An initial Agenda”, tenta estabelecer novos métodos e caminhos de pesquisa num mundo com uma nova pandemia. É curioso notar como Lupton destaca a relação entre o HIV, a crise da obesidade e o atual novo coronavírus:

A presente pandemia compartilha características com a pandemia do HIV/AIDS e a crise da obesidade, mas também compartilha muitas diferenças. As três crises de saúde receberam atenção da mídia mundial e afetaram muitos países. Todas envolveram a identificação de grupos sociais considerados “de maior risco” e “de risco para os outros”, acompanhados de bodes expiatórios, culpas às vítimas, estigmatização, marginalização e negligência (Lupton, 2020)²².

Assim, essa ideia de “grupo de risco” que é estigmatizado e marginalizado pode ser facilmente aplicada para o grupo de trabalhadoras sexuais. Inclusive como “vetores” virais. A profissional do sexo e militante Santuzza Alves na entrevista concedida a Marie Declercq afirma que as prostitutas são constantemente vistas como vetores de doenças sexualmente transmissíveis, mas agora também como potenciais vetores do novo coronavírus. Dados da Unaid (2017) apontam que a prevalência de HIV entre profissionais do sexo é dez vezes maior que na população em geral.

Tendo em vista que esse grupo é historicamente marginalizado e afastado dos espaços de decisão das políticas públicas (salvo quando se associa com pautas criminais como o caso da prostituição infantil) destaco a importância de movimentos sociais de base como das associações que foram entrevistadas na notícia de Marie Declercq bem como modos alternativos de garantir a sobrevivência dessas mulheres como nos casos de fundos emergenciais e iniciativas coletivas.

De maneira alguma ausenta-se o Estado das decisões que levam a manutenção desses grupos à margem e invisíveis, mas ainda que de maneira dialética é válido notar formas nas quais esses grupos garantem através de associações coletivas garantias mínimas de sustento. Nesse sentido, a

²² Tradução minha. Texto original: The current pandemic shares some features of the HIV/AIDS pandemic and obesity crisis, but there are many differences as well. All three health crises received world-wide media attention and affected many countries. All have involved the identification of social groups deemed both ‘most at risk’ and ‘risky to others’, accompanied by scapegoating, victim-blaming, stigmatisation, marginalisation and neglect. (Lupton, 2020).

predominância da internet e dos meios digitais em tempos de pandemia e de isolamento físico, pode inclusive mudar a forma como esses movimentos sociais se articulam. As trabalhadoras mais velhas muitas vezes se adaptam às novas ferramentas e adquirem novos conhecimentos técnicos para se articularem, inclusive via *Whatsapp*. As associações, em geral representam a população de profissionais do sexo que trabalha na rua por ter um acesso mais fácil e rápido. No mesmo local, essas demandas podem ser mais facilmente captadas e capilarizadas, como a necessidade de um serviço de saúde público no próprio bairro de serviço dessas trabalhadoras. O que destaco aqui é que o ambiente digital coloca questões para as organizações dos movimentos sociais que podem ser interessantes instrumentos de análise desses mesmos movimentos em contexto de pós pandemia.

A Redtrasex, Rede de Mulheres Trabalhadoras Sexuais da América Latina e Caribe, publicou uma nota sobre a situação das trabalhadoras no Chile no começo do mês de maio de 2020. A nota destaca que a crise sanitária revela problemas no sistema econômico neoliberal chileno ao deixar na vulnerabilidade milhares de trabalhadores. O texto ainda argumenta que o governo nunca ofereceu ajuda para esse público específico e que elas seguiram durante os meses de março e abril numa campanha de arrecadação de dinheiro que fosse suficiente para amparar essas trabalhadoras organizadas. Segundo elas, para os ministérios chilenos as prostitutas jamais existiram. Essas ações de arrecadação de dinheiro revelam a distância que há entre o Estado, políticas estatais e esse grupo historicamente marginalizado. No caso brasileiro, vemos iniciativas parecidas de coletivos como o Rebu e o Coletivo Clã das Lobas ambos situados numa importante região de prostituição de Belo Horizonte.

O Coletivo Rebu atua desde 2015 na região da rua Guaicurus em Belo Horizonte, em cidades vizinhas em prol dos direitos das trabalhadoras sexuais. Durante a pandemia, em parceria com o Coletivo Clã das Lobas, Central Única de Trabalhadoras Sexuais e Tulipas do Cerrado (coletivos do movimento social de profissionais do sexo) preparou kits que continham manuais de redução

de danos, máscaras e álcool em gel para as profissionais da região, além dos insumos convencionais relativos à prostituição: gel lubrificante e camisinhas. Esses kits foram produzidos com financiamento internacional do Red Umbrella Fund.²³ Ao todo foram distribuídos mil kits e isso demonstra como a organização dos movimentos sociais com apoio financeiro de financiadores internacionais encontram saídas para melhorar suas vidas diante de um contexto que, como dito anteriormente, salienta as desigualdades sociais já existentes.

Imagem dos kits produzidos contendo manual de redução de danos, gel lubrificante, camisinhas, máscaras e álcool em gel.



Foto de Santuzza Alves, integrante do Coletivo Rebu.

²³ O Red Umbrella Fund é um fundo holandês que desde 2012 financia projetos de movimentos de trabalhadoras sexuais.

Considerações finais

Neste ensaio, procurei demonstrar como a pandemia de COVID-19 impacta as profissionais do sexo, grupo em geral invisibilizado por grande parte da população e do poder público. Procurei também demonstrar como estruturas sociais engendram hierarquias no mercado do sexo como o racismo e a transfobia e por isso salienta diferenças e mazelas construídas historicamente.

Em um mundo de pandemia, as consequências e transformações sociais que herdaremos ainda são um pouco imprevisíveis, mas aparentemente, algumas estruturas quando postas em xeque ao invés de se desmantelarem, ficam ainda mais fortes. Ainda, demonstrei que essas profissionais possuem determinadas escolhas, mas dentro de um leque de possibilidades rígido que reproduz diversas ordenações de um sistema desigual e cruel.

Levando em conta o argumento de Mbembe (2016) a respeito da necropolítica, fica claro como o governo articula a gestão de suas mortes. Para o autor camaronês, o máximo da expressão da soberania de governos nacionais é a decisão de quem deve morrer. Em um contexto no qual falamos diariamente de um número alto e crescente de mortes, pensar em quais grupos são atingidos direta e indiretamente pela pandemia, mas permanecem sem amparo do governo, pode ser potente na elaboração de futuras políticas públicas que garantam o mínimo para centenas de milhares de pessoas.

Referências bibliográficas

ABIA, (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS), *Análise do contexto de prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil*, 2013, disponível em http://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2015/04/analise_contexto_abia-davida.pdf, acesso em 18.05.2020.

ANTRA (Associação Nacional de Transexuais e Travestis), *Dicas para Travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo em tempos de Covid 19*, 2020, disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-covid19-antra.pdf>, acesso em 18.05.2020.

ANTRA (Associação Nacional de Transexuais e Travestis), *Nota sobre a atuação da ANTRA em prol da população Trans em tempos de do Covid 19*, 2020, disponível em <https://antrabrasil>.

org/2020/03/24/nota-sobre-atuacao-da-antra-em-prol-da-populacao-trans-em-tempos-do-covid-19/> Acesso em 18.05.2020.

ANTRA (Associação Nacional de Transexuais e Travestis), *Boletim 2* 2020 Assassinatos contra travestis e transexuais, disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra-1.pdf>> Acesso em 18.05.2020.

BATISTA JR, João. Sem clientes e boates vazias: o coronavírus abala a prostituição de luxo. *Revista Veja*, 19 de março de 2020. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/blog/veja-gente/sem-clientes-e-boates-vazias-o-coronavirus-abala-a-prostituicao-de-luxo/>> Acesso em 19.05.2020.

BLOIS, Caio. Como a crise do corona afetou a Vila Mimosa, zona de prostituição no RJ, *UOL*, Rio de Janeiro, 27 de março de 2020, disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/27/coronavirus-quebra-vila-mimosa-crise-assusta-zona-de-prostituicao-no-rj.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 20.05.2020.

DECLERCQ, Marie. ‘Nós somos invisíveis’: trabalhadoras sexuais são afetadas pela pandemia, *TAB UOL*, 28 de março de 2020, disponível em <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/28/nos-somos-invisiveis-trabalhadoras-sexuais-afetadas-pelo-coronavirus.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 20.05.2020.

EVANS, Fernando. Coronavírus: profissionais do sexo recorrem à web com queda de até 80% na clientela por quarentena, *G1 Campinas e Região*, Campinas, 04 de abril de 2020, Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/04/04/coronavirus-profissionais-do-sexo-recorrem-a-web-com-queda-de-ate-80percent-na-clientela-por-quarentena.ghtml>> Acesso em 20.05.2020.

FUNDACION MARGEN, #Chile Las Trabajadoras Sexuales No Somos Sujetas De Derecho Para El Ministerio De La Mujer, *Redtralsex*, Chile, 2020, disponível em <<https://www.redtralsex.org/Chile-Las-trabajadoras-sexuales-no>>, acesso em 17.05.2020.

LUPTON, Debora. *Social Research for a COVID and Post-COVID World: An Initial Agenda*, Medium, 29 de março de 2020, Disponível em: <<https://medium.com/@deborahalupton/social-research-for-a-covid-and-post-covid-world-an-initial-agenda-796868f1fb0e>> Acesso em 20.05.2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios* - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, número 32, 2016.

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira, *Prostituição Feminina Negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida*, Dissertação, UFPE, Recife, 2015.

PISCITELLI, Adriana. Gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.25, p. 7-23, dez.2005.

PRADA, Monique, *Putafeminista*, 2017, Editora Veneta.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo, SP: [s.n.]: Pólen, 2019. 111 p. (Feminismos plurais).

UNAIDS, *Protegendo os direitos de profissionais do sexo*, 02 de junho de 2017, Disponível em: <<https://unaid.org.br/2017/06/protegendo-os-direitos-de-profissionais-do-sexo/>> Acesso em 19.05.2020.

VESPA, Talyta e PEREIRA, Felipe. Coronavírus não interrompe prostituição a R\$ 30 no centro de São Paulo, *UOL*, São Paulo, 23 de março de 2020, Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/23/prostituicao-a-r-30-no-centro-de-sao-paulo-nao-para-em-meio-a-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 19.05.2020.

COM A NOSSA ANCESTRALIDADE E OS ORIXÁS: FAZENDO PESQUISA COM O POVO DE AXÉ NOS TEMPOS DO CORONAVÍRUS¹

Vítor Queiroz²

Introdução: Porto Alegre – Campinas, 21/04/2020 (*live*)

Pai Tiago de Bará Onilú e Ricardo Sordi de Oxalá faziam, nesse dia, a primeira *live* deles, intitulada “O batuque em época de Pandemia”, para o jornal Grande Axé (Martins e Sordi, 2020). Logo no início ambos citaram o decreto nº 20.534, de 31/03/2020, no qual a prefeitura de Porto Alegre instituía o estado de calamidade pública na cidade, proibindo, dentre outras medidas, a aglomeração de mais de 30 pessoas em eventos religiosos, observando-se ainda um “distanciamento mínimo de 2 metros entre cada um dos presentes” (Porto Alegre, 2020, art. 19º), assim como as decisões estaduais a respeito. Alguém que assistia a *live* perguntou, então, se poderia realizar uma cerimônia “obedecendo ao limite de pessoas”. Apelando para o “bom senso”, ambos tentaram dissuadi-lo deste intento.

Pai Tiago – que havia me convidado, via *WhatsApp*, para assistir a *live* – além de ser *tamboreiro* e pai-de-santo, é o presidente de uma das entidades destinadas

¹ Este ensaio resulta de uma pesquisa iniciada neste ano. Dedico-o, como não poderia deixar de ser, a Pai Tiago de Bará, Ricardo de Mesquita Sordi, Pai Paulinho de Xoroquê, Darlei Sacramento e Mãe Manuela de Ogunjá. Agradeço também a Daniel Dinato e a Carol Cavazza, que ouvem em primeira mão cada uma das minhas ideias, pelo incentivo constante, a família Revillion Dinato, por me acolher tão bem em Porto Alegre, a Caetano Sordi por compartilhar comigo tantos textos, fontes e sugestões, a Heloísa Pontes, Júlia Abdalla, Cristiane Souza e Marlon Marcos pelas leituras e pela ajuda imprescindível.

² Doutor em Antropologia Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/ Unicamp), mestre em História Social da Cultura pela mesma instituição. Dedicase ao estudo dos cultos afro-brasileiros, da música popular e das questões étnico-raciais no Brasil por meio do cruzamento interdisciplinar entre ambas as disciplinas.

à proteção das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul, a Associação Independente em Defesa das Religiões Afro-Brasileiras (ASIDRAB). Ricardo Mesquita Sordi se apresenta publicamente como “advogado de família e cacique de umbanda”. A posição deles, portanto, vinha de vários *lados* e respaldava firmemente tanto os decretos relativos ao “enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus” (Porto Alegre, 2020, art. 1º) vigentes, quanto as prescrições da Organização Mundial de Saúde (OMS). O pai-de-santo resumiu-a desta forma: “a gente tem que se preservar e preservar os nossos, para que a gente possa dar continuidade [às nossas religiões], sabe?” (Martins e Sordi, 2020). Em sua página de Facebook o Grande Axé, um importante veículo de imprensa ligado aos cultos afro-brasileiros na região (Cf. Mateus, 2017, p. 263), mantinha uma postura semelhante. Sua foto de capa trazia, desde o início da pandemia, estas frases: “Todos juntos na luta contra o Coronavírus” e “Tudo passa!”.

Lado, além do seu significado habitual, carrega outros sentidos neste ensaio. Ainda que os praticantes do batuque gaúcho refram-se a eles mesmos como “de Nação”, frequentemente aquilo que outras religiões afro-brasileiras³ chamam de *nação*⁴ também é chamado de *lado* no Rio Grande do Sul. Porém, tal palavra não deve ser entendida apenas como um simples demarcador de fronteiras na linguagem do parentesco religioso. Essa ideia, que atravessa tais religiões como um todo, pode ser tratada como um conceito, caso apostemos na tentativa de “pensar outro pensamento” visando, em síntese, “uma atualização das virtualidades insuspeitas do pensar” (Viveiros de Castro, 2002, p. 132 e 129). Tal concepção parece apontar para a precedência de um *estar* sobre um *ser* (Cf. Dos Anjos, 2008). De modo geral, nestes cultos variados, se utiliza muito a

³ A bibliografia sobre as chamadas “religiões/cultos afro-brasileiras(os)”, “de matriz africana”, etc. é imensa. Indico, apenas a título de localização do tema, os seguintes estudos clássicos: Verger, 1981; Santos, 1976 e Johnson, 2002. Sobre o batuque e outras religiões afro-rio-grandenses cf. Corrêa, 1992 e Oro, 1994. Utilizo a expressão “povo de axé” para referir-me genericamente aos adeptos de todas estas religiões.

⁴ Cf., e.g., Lima, 2010, p. 117-137. *Nações* são segmentos culturais distintos, porém inter-relacionados, através dos quais os fiéis destas religiões subdividem-se. Seus nomes – Jeje, Angola, etc. – derivam dos etnônimos utilizados no contexto do tráfico negreiro.

noção de que não só as coisas (objetos, pessoas ou entidades) têm vários lados, sendo potencialmente boas ou ruins a depender de uma série de circunstâncias, mas também que as fronteiras entre seus diversos estados ou instâncias são pouco definidas, sendo constantemente deslocadas (Cf. Cardoso e Head, 2015). Em outras palavras, tudo depende de posição, relação e conjuntura para o povo de axé.

Dias antes desta *live*, um amigo havia compartilhado comigo, também pelo WhatsApp, um artigo assinado por dois especialistas em Antropologia da Religião que havia saído num jornal de grande circulação (Almeida e Guerreiro, 2020). Nele, “as religiões de matriz afro-brasileira” (Id.) aparecem, ao lado de outros credos, em contraponto a algumas das maiores congregações neopentecostais do país que resistiriam ao cancelamento de seus cultos, “sem considerar [o] bem-estar” (Id.) de seus fiéis frente ao Coronavírus. Outras notícias seguiram-se. Algumas delas fazem, direta ou indiretamente, a mesma comparação. Outras, veiculadas pelo próprio povo de axé e normalmente seguidas de comentários indignados, dedicam-se a denunciar, encarando-as como exceções, cerimônias clandestinas em alguns terreiros. Todas elas reforçam a opinião da ASIDRAB e do Grande Axé, deixando evidente que, apesar desses casos desviantes, tais religiões, ironicamente consideradas pré-modernas por muitos brasileiros, têm lidado de forma aparentemente sensata com a pandemia.

Isolado socialmente desde o dia 16 de março, escrevo este relato de pesquisa com o povo de axé nos tempos do Coronavírus, sem o intuito de responder diretamente à pergunta implícita nesta introdução – por que tais comunidades religiosas tendem a defender os decretos emergenciais de seus estados ou municípios e as diretrizes sanitárias internacionais, adaptando-se relativamente bem à nova situação gerada pela pandemia –, num ímpeto generalizante. Da mesma forma, não recorrerei a uma análise devedora das ideias de mercados religiosos em disputa ou de instituições religiosas – com seus conjuntos de correspondências mítico-rituais, liturgias ou tipologias sociais mais ou menos estabilizadas – e muito menos de quaisquer noções de castigo sobrenatural,

expição e assemelhados, por acreditar que estas três entradas talvez não sejam as mais adequadas para o estudo destas religiões. Tentarei, pelo contrário, mobilizar, a partir de uma experiência etnográfica incipiente e localizada – ainda que de forma *sui generis* – determinadas práticas e conceitos que as integram para pensar, evidentemente em caráter preliminar, tal questão.

Na rua

No dia anterior eu havia chegado de viagem, de Porto Alegre. A pesquisa que eu planejava fazer há tempos havia começado de forma abrupta. Tinha em mente não só produzir um estudo sobre uma entidade de origem oeste-africana, Exu, mas também *com ela*, adotando-a, através de seus efeitos, afetos, símbolos e indícios (Cf., respectivamente, Strathern, 1999; Fravet-Saada, 2005; Turner, 1970), como um agente e um ponto de vista privilegiado.

Esta entidade, cultuada em praticamente todas as religiões afro-brasileiras, parece estar em toda parte. Exu, mais conhecido como Bará no Sul, deve ser *assentado*,⁵ obrigatoriamente, nas entradas de cada terreiro e, nas *casas de religião* gaúchas, ele é o único orixá a ter uma habitação em separado (Machado, C., 2015; Corrêa, 1992). Exu deve ser lembrado antes de qualquer atividade ritual, recebendo a primeira porção de tudo aquilo é ofertado aos outros deuses (Verger, 1981; Santos, 1976). Ele também ocupa os espaços públicos sendo, em todo este espectro afro-religioso, considerado o dono da rua e das encruzilhadas em pelo menos dois níveis complementares. Como entidade da potência incomensurável e do movimento, ele é o deus que se encontra na circulação contínua dos locais agitados, sendo também o responsável pelas dinâmicas de encontro, confronto e dispersão de coisas e pessoas, pela abertura e fechamento das possibilidades, dos destinos, simbolizados *pelos*/ materializados *nos* caminhos.

⁵ Cf. Sansi, 2005; Dos Anjos, 2008 e Queiroz, 2019. Nestas religiões, as *peças* dos fiéis ou das divindades devem ser produzidas, *assentadas*, cuidadosamente. Assentamentos são, portanto, pedras (*otás*, *okutás*) e outros objetos que servem de suporte para os fundamentos (áwo) que mantêm vivo/em circulação a força (*axé*) de alguém.

Em Santo Amaro da Purificação, uma cidadezinha de 62 mil habitantes do Recôncavo Baiano, e, bem distante dali, na populosa capital do Rio Grande do Sul, a presença de Exu e de Bará, assume uma forma particularmente concreta. Nestas duas localidades, o batuque gaúcho e o candomblé baiano são exteriorizados ostensivamente em espaços comerciais históricos, situados no centro de seus respectivos municípios. No Mercado Público de Porto Alegre, um assentamento de Bará, medeia uma série de relações e, em Santo Amaro, o Mercado Municipal é tomado anualmente pelo ritual do Bembé, que ocorre sempre numa data próxima ao dia 13 de maio. Exu também protagoniza esta cerimônia (Oro *et al.*, 2007; Machado, A., 2009).

A pesquisa consistiria, então, em uma etnografia comparativa posicionada numa fronteira analítica sugerida pelas *qualidades* – as características, instanciarções e atributos – desta entidade, perguntando-se como se dá a inter-relação entre tais religiosidades e a produção/fluxo de mercadorias, pessoas e memórias nestas duas localidades específicas.

Tive que ir para Porto Alegre, por outros motivos, na semana imediatamente anterior ao agravamento da crise causada pelo Coronavírus no Brasil. Entre a minha partida, no dia 8 de março e minha volta para Campinas, telefonei para alguns pais-de-santo gaúchos, encontrei-os, li muita coisa, dormi pouco, assisti, também convidado por Pai Tiago, a uma audiência pública sobre o destino do Mercado Público da cidade na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – onde, aliás, pude encontrar uma amostragem impressionantemente rica das redes que são atravessadas pelo Bará e que deverei seguir ao longo da pesquisa, dos comerciantes aos políticos, passando por batuqueiros e membros de diversas autarquias, como o IPHAN e o Tribunal de Contas da União – e percorri o centro da capital gaúcha em dias sucessivos e em diversos sentidos, na companhia de alguns religiosos e de outros membros da comunidade negra local. A abertura simultânea de tantos caminhos e o ímpeto com o qual esse campo improvisado emergiu me impressionaram. Voltei pra casa, em contraste, junto com o fechamento de tudo e as primeiras medidas de isolamento social.

Se as passagens aéreas tivessem sido agendadas para a semana seguinte, minha viagem sequer existiria e esta etnografia ainda não teria começado.

Dois dias depois, Pai Paulinho de Xoroquê, um dos sacerdotes que havia conhecido nesse período e que é o atual responsável pelos rituais públicos que envolvem o Bará do Mercado, enviou-me pelo WhatsApp uma fotografia com múltiplas estátuas de Obaluaê, orixá das doenças e da cura, e de outras entidades relacionadas a ele. As imagens, dispostas num dos cômodos do seu terreiro, vinham acompanhadas por uma benção. Reproduzo-as tal como as recebi:

Figura 1 – Estátuas de Obaluaê, São Roque, São Lázaro e dois Pretos Velhos no Ilê Axé Ogunjá Agadá, terreiro de Pai Paulinho. Imagem recebida via WhatsApp em 18/03/2020 (captura de tela).



Desta forma, além de preocupar-se com a minha saúde e de ser gentil, Pai Paulinho reforçava nosso vínculo recém-estabelecido e mantinha as portas de sua *casa* abertas para mim. Em seguida, entrei em contato com meus outros parceiros humanos de pesquisa, apenas para saber como eles estavam. Para minha surpresa, dessas mensagens rápidas de WhatsApp, surgiria uma fase nova e movimentada da pesquisa. Por outro lado, planejava ir a Santo Amaro em maio, para assistir ao meu primeiro Bembé e começar meu trabalho de campo por lá. Este segundo plano de viagem tornava-se cada vez mais irrealizável à medida que as semanas iam passando.

Dispositivos, assentamentos e encruzilhadas

Exu possui todas as características de um *trickster*, ou seja, trata-se, antes de tudo, de um “mensageiro e transportador” (Prandi, 2001, p. 50) e seus mitos exploraram, por vezes até as últimas consequências, a sua atividade incessante, sua moralidade ambígua e seu papel de mediador estrutural entre categorias sensíveis e inteligíveis (Cf. Lévi-Strauss, 1955, p. 241-245). É neste sentido, que seus *orixês* (saudações) louvam sua dubiedade voraz (“Exu é a boca que come tudo”; “Exu faz o erro virar acerto e o acerto virar erro”) e seus poderes inconcebíveis (“Exu volta do mercado trazendo óleo numa peneira”).

Não imaginava, porém, que a pesquisa com esse grande intermediário envolvesse, de saída, tantos encadeamentos simultâneos, tantas conexões possibilitadas por um número relativamente pequeno de interfaces, dispostas sobre três eixos inter-relacionados. De um lado, a dupla mediação dos dispositivos eletrônicos e da própria pandemia que habilitaram e impulsionaram, no meu caso, uma nova modalidade de campo, *online*, intermitente, porém intensa, caracterizada por inúmeras *lives*, vídeo-chamadas, textos, imagens e, principalmente, áudios compartilhados via WhatsApp. Do outro, o próprio caráter concreto, mediador e articulador de dimensões diversas, efetivado no idioma da troca e da aliança, que tipifica os cultos afro-brasileiros e que tem

ocupado recentemente a bibliografia específica (Sansi, 2005; Goldman, 2012; Johnson, 2002) parecia fornecer, para o povo de axé, categorias de entendimento adaptáveis à nova situação. E, entre contingências e estruturas, minha rede virtual de pesquisa foi montada com uma agilidade ímpar, através de encargos modestos e, sobretudo, da confiança mútua. Foi assim, por exemplo, que, estabelecendo contato com Darlei Sacramento, de Santo Amaro, por intermédio de amigos ligados ao ensino universitário local, pude acessar uma série interminável de contatos, fotos e documentos oficiais, além de vivas descrições da cidade durante todo o mês de maio. Darlei é filho-de-santo de um dos terreiros que organizam o Bembé, percussionista e estudante de Antropologia. Porém, nem o manejo habilidoso de dispositivos variados, nem essa prontidão em estabelecer alianças são incomuns neste contexto afro-religioso.

Todo despacho deixado numa esquina, por mais simples que seja, trata-se também, na maioria desses cultos, de um dispositivo capaz de unir certos *lados*, posições ou estados normalmente dispersos das coisas para a consecução de um propósito ou como uma forma de agradecimento. Na verdade, a oferenda, esse rito elementar que geralmente assume a forma de uma doação de alimentos provenientes de um sacrifício prévio, já indica a importância e a necessidade da mediação entre domínios incomensuráveis (neste caso entre animais, deuses e seres-humanos) que é a base de tais religiões. Essas técnicas de mediação costumam, porém, estar cobertas de incertezas, sendo, justamente, regidas pelo travesso e contraditório orixá Exu.

Já um *assentamento* de um fiel, de um orixá ou mesmo de um terreiro torna ainda mais evidente a centralidade que o manuseio de determinados apetrechos, capazes de mobilizar presenças, corporificando-as e colocando-as em relação no tempo, assume para o povo de axé. Os objetos *plantados*, isto é, enterrados ou guardados cuidadosamente, que constituem um *assentamento*, especialmente seus *otás* (pedras), são entes dotados de vida e de agência que, normalmente, devem ser encontrados na natureza – “no tempo”, segundo o jargão do candomblé – e, após um ritual simples de consagração, transformam-se em verdadeiros

corpos externos que *personificam* seres humanos e não humanos específicos. Esses entes-objetos, essas *coisas*, rodeadas de segredos e interditos, estão carregadas de historicidade, pois marcam momentos precisos da construção das *pessoas* e dos seus laços de parentesco religioso em sua “materialidade irreduzível” (Pietz, 1985), mas também implicam em negociações constantes, além de riscos e conflitos em potencial (Goldman, 2009; Sansi, 2005, 2009).

Sem correr muitos riscos, no entanto, é possível afirmar, usando a terminologia fenomenológica de Heidegger, que tais dispositivos e práticas rituais são análogos ao que este filósofo definiu como *Dasein*, ou seja, a ideia de que as *coisas*, os entes, são contingentes e relacionais, são-no-mundo e são-com-os-outros (Heidegger, p.333-374). De fato, o povo de axé parece habitar um mundo, uma ontologia na qual são as associações e influências recíprocas que fazem os seres e suas disposições emergirem, e não o contrário, numa série sucessiva e mutável de contextos, escolhas e ações cujo único limite equivale ao curso irrevogável “do tempo como o horizonte possível de todo entendimento-doser-em-geral” (Id. p.31). Contudo, exatamente por conta disso, a necessidade de controle intensivo sobre a produção dos corpos “nem inteiramente autônomo[s], nem inteiramente construído[s]” (Latour, 2002, p. 23) dos seres humanos e não-humanos é uma fonte contínua de preocupação nestes cultos todos.

Em outras palavras, os múltiplos *lados*, as muitas possibilidades abertas pelas conexões variáveis e pelos estados transitórios das coisas (Cf. Cardoso e Head, 2015), sempre mantêm uma relação de potência e perigo. No Recôncavo, um dos pratos mais apreciados da culinária local e que sempre é vendido nas barraquinhas armadas para as noites do Bembé santo-amarense, a maniçoba, consubstancializa exemplarmente tal relação. Por ser uma comida saborosa, esse caldo feito de folhas de mandioca brava, as manivas, cozidas junto com diversos tipos de carne é muito procurado. Porém, muita gente – inclusive eu – evita consumi-la fora daquela região, de certos estabelecimentos já conhecidos e sem recorrer a uma rede ampla de informações, fianças ou respaldos. Como se diz na região, esta é, afinal, uma “comida de respeito.” Servir-se dela, conseqüentemente,

é alimentar-se, também, de indícios, mediações e vínculos sociais, pois uma maníobra cujo preparo não tenha sido feito de forma rigorosa – com muitos dias sucessivos de fervura ininterrupta para a retirada quase total do veneno das manivas –, pode levar alguém à morte em poucas horas, com dores abdominais terríveis.

Considerações Finais (Avamunha): com a nossa ancestralidade e os orixás

Quando eu canto a morte me percorre
e eu solto um grito da garganta
e a cigarra quando canta morre
e a madeira quando morre canta
Paulo César Pinheiro e João Nogueira

As religiões afro-brasileiras têm, portanto, um vínculo muito forte com os ancestrais e com a própria morte. São “religiões que equacionam a vida com a morte” (Lima, 2010, p. 287) segundo um de seus maiores estudiosos, Vivaldo da Costa Lima. “Na ideologia do candomblé” – ele prossegue – “a morte está presente na essência mesma da vida, desde o seu começo, e a vida, de sua parte, persiste, continua mesmo depois da morte. As transformações que marcam o desenvolvimento do ser vivo, prosseguem para além da sua morte” (Id., p. 288). Mãe Manuela de Ogunjá, uma jovem *ialorixá* santo-amarense, por sua vez, concluiu sua fala sobre o Bembé deste ano numa *live* do dia 14 de maio – ou seja, em meio à cerimônia, caso ela tivesse ocorrido normalmente – dizendo algo parecido de forma vigorosa, mas bem-humorada:

Vá pra lá, Iku [a Morte], leve tudo de ruim da minha vida! Eu estou falando com vocês, de Manuela de Ogunjá para vocês: boa sorte! Olhe gente, Abi [a Vida] que atue na vida de vocês, mas quando Abi atua, é... assim, de repente, baixe a cabeça pra Iku. Não existe vida sem morte, não existe o sim sem o não, às vezes o sim vem negar e às vezes o não vem afirmar, fica a dica. Ó, boa noite e *axé* pra todos! (Pereira e Portela, 2020).

Falar diretamente da saudade e do pesar por aqueles que partem, ademais, não é nada excepcional para o povo de axé. Pelo contrário, ouvir comentários pesarosos sobre um sacerdote ou um tio falecido foi uma constante nas conversas das últimas semanas.

A presença constante da morte, no entanto, não impede que tais religiões sejam festivas. Nelas, tudo é celebrado com muita animação, comida, dança e música. Não seria possível, afinal, viver num mundo feito só de perigos, onde todas as manivas conduzissem inevitavelmente à cova. Indo um pouco mais longe, é possível afirmar que além de tudo ter mais de um lado, um modo de ser e estar no mundo, o povo de axé cultiva a perseverança através de uma temporalidade lenta e cíclica. Desde o aprendizado paciente e não formalizado, baseado no acúmulo de indícios e explicações parciais ao longo dos anos – aquilo que nos candomblés chama-se de “catar folha” (Cf. Queiroz, 2019) – até a formação conjunta da pessoa ritual de um fiel, junto com seu *otá*, seus assentamentos, seu corpo e seu próprio orixá, entende-se que o tempo de se fazer, de se *aprontar* um ente, uma coisa firme e durável deve ser prolongado e gradativo. Estamos muito longe de um tempo apocalíptico, da aceleração progressiva que caracteriza outros credos.

Tendo tudo isso em vista, o respeito às leis de suas localidades ou às normas da OMS e a paciência demonstrada pela maioria do povo de axé frente à crise do Coronavírus começam a ter algum caráter explicativo em relação à pergunta que iniciou este relato. Tais cultos adequaram-se satisfatoriamente à pandemia porque, neles, o tempo de cada coisa deve ser respeitado, pequenos ajustes entre a tradição e a imprevisibilidade de Exu precisam ser feitos a todo instante e tudo pode mudar rapidamente de configuração, passando a ocupar outros lados. O Bembé de 2020, por exemplo, foi parcialmente realizado em respeito aos “rituais da tradição com a nossa ancestralidade e os orixás” (Chaves, 2020), mas em caráter enlutado. Tal como informa um comunicado que circulou por Santo Amaro no início de maio, as oferendas foram arreadas numa praça vazia, sem “aglomerações, foguetes e atabaques” (Id.). Além dessa transformação

na performance ritual, a simbologia sacrificial da cerimônia sofreu uma inflexão significativa. Ao invés de festejar a vida, a comida ritual destinou-se, nas palavras de Mãe Manuela, a “dar satisfação aos ancestrais” (Pereira e Portela, 2020).

Do outro lado do país, o bom humor resignado, mas inabalável de Pai Tiago, sempre tomando o chimarrão dele, pensando em como levantar cestas básicas para distribuir entre a comunidade negra porto-alegrense, mostra outra face desses expedientes adaptativos. Talvez a premência em estabelecer vínculos e alianças, ainda mais numa situação tão atípica e ameaçadora, ajude a explicar, também, a velocidade da minha pesquisa *online*, junto à confiança e à afetuosidade que a tem atravessado.

No entanto, uma única imagem, um *momento etnográfico* (Strathern, 1999) comovente, é capaz de sintetizar, de forma particularmente concreta e materialmente irredutível (Pietz, 1985), todos esses temas, do respeito ao tempo à urgência, da atenção à morte à construção diligente das relações e dos corpos. Falei com Darlei via chamada de vídeo no WhastApp pela primeira vez, no sábado, dia 02 de maio. Ele estava triste, uma vez que o Bembé daquele ano seria atípico e provavelmente não contaria com a sua presença, mas também porque a árvore mais antiga do centro de Santo Amaro, uma sumaúma centenária, havia caído após uma chuva forte. Para piorar a situação, com os temporais, o rio Subaé, que atravessa a cidade, não parava de subir.

Darlei normalmente participa de todas as fases do Bembé, tocando atabaques sagrados e profanos nas noites sucessivas da festa. Ele deixou o celular em cima de um móvel para poder trabalhar numa escultura enquanto conversava comigo. Na minha frente, através da mediação dos nossos aparelhos eletrônicos, pude flagrar o momento no qual a morte – a escultura consistia nos emblemas do orixá Logun Edé, feitos com uma série de linhas coloridas e pregos afixados num dos cepos retirados da velha árvore –, o desânimo e a ansiedade eram visivelmente reconfigurados por suas mãos.

Figura 2 – Emblemas de Logun Edé, escultura de Darlei Sacramento. Imagem recebida via WhatsApp no Dia das Mães, 10/03/2020.



Ele transformava, naquele instante, aquele pedaço de madeira numa dádiva, num presente para sua mãe biológica e, simultaneamente, para o orixá dela. A velha sumatúma que havia presenciado o primeiro Bembé, no ano distante de 1889, voltava assim ao tempo histórico, transmutada num dispositivo singular que permitia o manuseio eficaz de tensões, vírus, enchentes, ancestrais e pavores, uma vez que “o melhor que se pode fazer sob o domínio de tais forças, é persistir por um pouco mais de tempo, tomando algumas precauções a mais, tomando cuidado” (Latour, 2002, p. 96). Darlei transferia e reconduzia tudo isso, através de movimentos precisos e do manejo de entes-objetos ou quase-objetos, para o domínio das relações domésticas e afetivas, tornando-os, enfim, concebíveis numa escala humana.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo e GUERREIRO, Clayton. Bolsonaro e igrejas evocam liberdade religiosa sem considerar bem-estar no Coronavírus. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10/04/2020. Poder. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-e-igrejas-evocam-liberdade-religiosa-sem-considerar-bem-estar-no-coronavirus.shtml>. Acesso em 02/06/2020.
- CARDOSO, Vânia e HEAD, Scott. Matérias Nebulosas: coisas que acontecem em uma *feira de Exu*. In: *Religião e Sociedade*, vol. 35, n.1, 2015.
- CHAVES, José (Pai Pote). Comunicado à população de Santo Amaro: Bembé do Mercado e Pandemia (panfleto). Santo Amaro: Associação Beneficente Bembé do Mercado de Santo Amaro, 08/05/2020.
- CORRÊA, Norton. *O Batuque do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.
- DOS ANJOS, José. A Filosofia Política da Religiosidade Afro-Brasileira como Patrimônio Cultural Africano. In: *Debates do NER*, vol. 9, n.13, 2008.
- FRAVET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. In: *Cadernos de Campo*, vol.13, n.13, 2005 (1990).
- GOLDMAN, Márcio. Histórias, Devires e Fetiches das Religiões Afro-Brasileiras: ensaio de simetrização antropológica. In: *Análise Social*, vol. XLIV, n.190, 2009.
- GOLDMAN, Márcio. O Dom e a Iniciação Revisitados: o dado e o feito em religiões de matriz africana no Brasil. In: *Mana*, vol.18, n.2, 2012.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Campinas/ Petrópolis: UNICAMP/ Vozes, 2012 (1927).
- JOHNSON, Paul. *Secrets, Gossip and Gods: the transformation of Brazilian candomblé*. Oxford: Oxford University, 2002.
- LATOUR, Bruno. *Reflexão sobre o culto modern dos deuses fe(i)tiches*. Florianópolis: EDUSC, 2002 (1996).
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Estrutura dos Mitos (1955). In: LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008 (1958).
- LIMA, Vivaldo da C. *Lesse Orixá: nos pés do santo*. Salvador: Corrupio, 2010.
- MACHADO, Ana Rita. *Bembé do Largo do Mercado*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia – Salvo/BA, 2009.
- MACHADO, Cauê. Lugares e Objetos de Memória no Batuque Gaúcho. In: *Religião e Sociedade*, vol.35, n.1, 2015.

MARTINS, Tiago (Pai Tiago) e SORDI, Ricardo. O Batuque em época de pandemia (*live*). In: *Jornal Grande Axé*. <https://www.facebook.com/jornalGA/videos/1506771179500451/>. Acesso em 02/06/2020.

MATEUS, Sílvia. Colunismo Social dos Terreiros Afro-Gaúchos: sociabilidades, comensalidades e relações de poder. In: COLVERO, Ronaldo *et al.* (orgs). *Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas*: caminhos da pesquisa contemporânea. Jaguarão: CLAEAC, 2017.

PIETZ, William. The Problem of the Fetish, I. In: *RES: Anthropology and Aesthetics*, n.9, 1985.

PORTO ALEGRE. 2020. *Decreto N° 20.534*, de 31/03/2020 – decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no município de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/ Procuradoria-Geral do Município.

PEREIRA, Manuela (Mãe Manuela) e PORTELA, Adriano. *Religiões de Matrizes Africanas*: combate à intolerância religiosa – Parte 2 (*live*). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q8TvrBHGmf4>. Acesso em 03/06/2020.

PRANDI, Reginaldo. Exu, de mensageiro a Diabo. In: *Revista USP*, vol. 50, 2001.

QUEIROZ, Vítor. O Corpo do Patriarca: uma etnografia do silêncio, da morte e da ausência. In: *Mana*, vol. 25, n.3, 2019.

STRATHERN, Marilyn. O Efeito Etnográfico (1999). In: STRATHERN, M. *O Efeito Etnográfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Nativo Relativo. In: *Mana*, vol. 8, n. 1, 2002.

ORO, Ari. *As Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1994.

ORO, Ari; DOS ANJOS, José e CUNHA, Mateus. *A Tradição do Bará do Mercado*. Porto Alegre: PMPA/ SMC/ CMEC, 2007.

SANSI, Roger. The Hidden Life of Stones: historicity, materiality and value of candomblé objects. In: *Journal of Material Culture*, vol.10, n.2, 2005.

SANSI, Roger. Fazer o Santo: dom, iniciação e historicidade nas religiões afro-brasileiras. In: *Análise Social*, vol. XLIV, n.190, 2009.

SANTOS, Juana dos. *O Nãgô e a Morte*. Petrópolis: Vozes, 1976 (1972).

TURNER, Victor. *The Forest of Symbols*. Ithaca: Cornell University, 1970 (1969).

VERGER, Pierre. *Orixás*. Salvador: Corrupio, 1981 (1951).

Seção III:
Desigualdade social, trabalho,
risco e cuidado

O “FIQUE EM CASA” E SEU NECESSÁRIO “FIQUE NA RUA”: INFRAESTRUTURA DA INTERNET E DESIGUALDADE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

Rafael Malhão¹

Stefano Schiavetto Amancio²

Raphael Silveiras³

Em 2020, países em todo o mundo adotaram medidas para contenção da transmissão do *novo coronavírus* e sua doença a COVID-19. Em geral, variaram entre regras de distanciamentos sociais, isolamentos, quarentenas e bloqueio total (Wilder-Smith, Freedman, 2020)⁴, concomitantes a aplicações de testes, ampliações de leitos hospitalares e pesquisas sobre vacinas e medicamentos. Nesse período, observou-se a popularização da expressão *fique em casa*, divulgada em massa via redes sociais por agências governamentais, empresas, universidades, escolas e população em geral.

No Brasil, todos os estados e o Distrito Federal adotaram medidas de *distanciamentos sociais* poucos dias após 11 de março, data da declaração do

¹ Doutor em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador associado ao Grupo de Antropologia da economia e da política (GAEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Doutorando em sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor de Sociologia na E.E. Otoniel Mota (Ribeirão Preto, SEE-SP).

³ Doutor em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor de Filosofia e Sociologia no Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva.

⁴ Neste artigo, utiliza-se a diferenciação entre *distanciamento social*, *isolamento*, *quarentena* e *bloqueio total (lock down)* conforme artigo da equipe TelessaúdeRS (UFRGS), que sintetiza a partir de Wilder-Smith e demais bibliografias complementares. As diferenças são expostas no próximo parágrafo. Cf. Qual a diferença de distanciamento social, isolamento e quarentena? TelessaúdeRS, UFRGS, 2 de abril de 2020. Disponível em: <www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/>

novo coronavírus como pandemia, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em geral, escolas e universidades suspenderam atividades presenciais, estabelecimentos comerciais considerados não-essenciais foram fechados, eventos com aglomerações de pessoas foram cancelados e houve ampla recomendação para o trabalho em domicílio. Medidas de *isolamentos domiciliares* se tornaram obrigatórias para sintomáticos; em casos graves, *isolamentos hospitalares* foram aplicados a pacientes suspeitos ou confirmados; em falecimentos, velórios e sepultamentos sofreram regras de restrições no número de integrantes ou, em determinados locais, proibições. Medidas de *quarentenas* foram aplicadas inicialmente para viajantes em retorno de países com casos registrados e durante o tempo médio de 14 dias, em domicílio ou hospitalar conforme sintomas e grupos de risco. O *bloqueio total (lock down)*, com restrições radicais e circulações nas ruas controladas e autorizadas, em geral, para compra de mantimentos e medicamentos, adotadas principalmente por países asiáticos e da União Europeia, até o momento não foram aplicadas no Brasil.

Apesar das diferenças nas restrições, observou-se, por um lado, um expressivo aumento do uso de aplicativos de videoconferências e da Internet, em geral, para atividades de trabalho e de lazer. Movimento, vale ressaltar, incentivado internacionalmente em redes sociais, como pode ser notado na popularização da expressão “fique em casa”. Por outro lado, observou-se aumento de serviços de manutenções domiciliares no funcionamento da Internet e, também, de serviços de entregas de alimentos, refeições e produtos em geral. Movimento, também vale ressaltar, que pode ser considerado uma consequência “fique na rua” do amplo movimento “fique em casa”.

Entre o “fique em casa” e o “fique na rua”, diferentes classes sociais sofreram os efeitos de uma pandemia que encontrou, no Brasil, uma ampla desigualdade social, a ascensão de taxas de desemprego, o crescimento da informalidade no mundo do trabalho, a recém aprovada reforma previdenciária e a recente reforma trabalhista – um contexto, em geral, de fragilidade socioeconômica, de minimização de direitos trabalhistas e de flexibilização em regras para

contratações, demissões e aposentadorias. Ao mesmo tempo, um capitalismo de vigilância em ascensão, cerceado de denúncias sobre acirramentos de violações de direitos de privacidade e de comercializações de dados pessoais para fins de controle em ambientes de trabalho, instituições de ensino, eleições e vantagens comerciais. Denúncias cujas principais empresas envolvidas despontam, na pandemia, como as principais fornecedoras das plataformas migradoras das atividades presenciais para atividades a distância via Internet.

Em síntese, o período de pandemia do novo coronavírus mostra-se singular para evidenciar a relevância do estudo das “coisas chatas” e os aspectos singularmente desinteressantes das infraestruturas (Star, 1999, p. 377). Essas, historicamente, quando atingem grau de ubiquidade no cotidiano, tendem para a visibilidade apenas quando necessárias de manutenção e desviam a “normalidade”, tornando invisíveis suas politicidades e suas agências tecnopolíticas (MacDougall, 2014; Weisen, 1991; Latour, 1997). Este artigo problematiza, durante a pandemia de 2020, especialmente: a migração massiva das relações sociais para o espectro da Internet, a necessidade de manutenção constante dos serviços de Internet e a tecnopolítica do uso de plataformas de videoconferências.

De início, é interessante um registro pessoal sobre a emergência da visibilidade das infraestruturas, neste momento pandêmico excepcional. Após aproximadamente quarenta dias em casa e com saídas excepcionais para o mercado, em que os dias se assemelhavam a um eterno retorno e a experiência de aceleração do tempo típica da modernidade mostram-se em suspenso, durante o café da manhã percebo⁵ uma instabilidade no sinal de Internet, que resultaria na queda de conexão durante toda a tarde e noite. A ubiquidade e a invisibilidade da infraestrutura técnica da Internet emerge à superfície, ao interromper minha atividade já rotinizada de checar mensagens enviadas durante a madrugada por amigos que reagiram à pandemia com horários de sono durante o dia. A suspensão da conexão nesse momento de isolamento é a

⁵ Esta narrativa pessoal foi feita por Rafael Malhão, um dos autores do presente trabalho.

suspensão do contato com o mundo para além dos limites do “fique em casa”, que não foi intencionado para o “fique sem relações com o exterior da casa”, porque se pressupôs a continuidade do funcionamento da internet. Entre uma atividade doméstica e atividades com a família, com o intuito de resistirmos a mais este não intencionado isolamento, a todo momento recorria-me a música “Mr. Telephone man”, do grupo New Edition:

There's something wrong with my line
When I dial my baby's number
I get a click every time
Mr. Telephone Man
There's something wrong with my line
When I dial my baby's number
I get a click every time

Porém, a canção atualizava-se em minha mente: “Mr internet provider, there is something wrong with my connection”. Esta situação de desconexão momentânea associada ao problema narrado pela letra da música me fazia pensar na expressão “fique em casa”, que se transformou em lugar comum nestes últimos meses. Não se tratava, apenas, da seletividade do “fique em casa” conforme se dispusesse de recursos materiais, mas trata-se, também, *do “fique em casa com Internet”*, com menor risco de contaminação viral e com menores privações de necessidades materiais e sociais, *dependendo do “fique na rua” de trabalhadores responsáveis pela manutenção do funcionamento da infraestrutura da Internet*, com maior risco de contaminação viral e, mediante suas condições de classe, com maior propensão a vulnerabilidades sociais e privações de necessidades materiais e sociais. Essas duas condições de ocupação do espaço privado e do espaço público, interdependentes e que ressoam conforme a estrutura de classes das relações sociais de produção, evidenciam desigualdades sociais e expõem o caráter tecnopolítico da Internet no Brasil.

Essas duas condições, ainda, trazem à tona duas formas de distanciamento que podem ser derivadas da ideia de *distanciamento*. A primeira, o distanciamento *físico*, entre corpos que ocupam espaço comum, amplamente recomendado para evitar de transmissão viral. A segunda, o distanciamento *social*, entre as classes sociais e suas inerentes possibilidade de cumprirem o distanciamento físico. Num supermercado, nota-se as classes sociais que se limitam a compras e retorno às suas residências, de máximo tempo de distanciamento físico; as classes sociais empregadas, sob direitos trabalhistas e remuneração conforme jornada de trabalho, de médio tempo de distanciamento físico; as classes sociais que prestam serviços via aplicativos, cuja remuneração depende de cada entrega domiciliar e maior exposição às ruas, de mínimo tempo de distanciamento físico. No Brasil, vale ressaltar que muitos trabalhadores *empregados* também são *prestadores de serviços* por aplicativos. Além disso, que esse gradiente de desigualdade não acompanha apenas situações de classe, mas de raça, como podemos observar nos boletins de morte por COVID-19 do Ministério da Saúde⁶, e de gênero, como podemos observar na nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁷ sobre intensificação da violência doméstica em tempos de “fique em casa”.

A ubiquidade invisibilizada da infraestrutura da Internet

A ubiquidade da técnica e a tendência de invisibilização de sua agência social são evidenciadas pelas ciências humanas e desenvolvedores de tecnologias⁸. Durante o distanciamento social brasileiro, a expressão “fique em casa” tem sido disseminada por agências governamentais, empresas, escolas, universidades,

⁶ Cf. Pretos e pardos já são maioria entre as vítimas que morreram por covid-19. Arthur Sandes, UOL, 19 de maio de 2020. Disponível em: <noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/19/negros-e-pardos-ja-sao-maioria-entre-as-vitimas-fatais-por-covid-19.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

⁷ Cf. Violência Doméstica Durante Pandemia de Covid-19. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 20 de abril de 2020. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

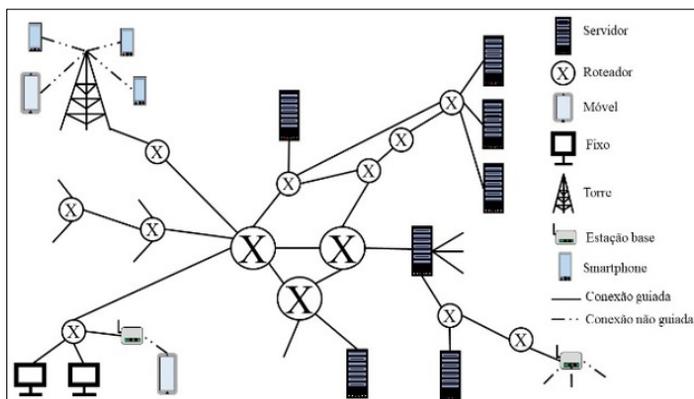
⁸ Eg. MacDougall, 2014, sobre o telefone e o início da vida técnica elétrica no capitalismo industrial; Weisen, 1991, sobre os computadores e o início da vida informática no capitalismo pós-industrial; Latour et. al., 1993, 1997, 2000, em seus rastreamentos tecnopolíticos via teoria ator-rede.

igrejas e os próprios prestadores de serviços, os quais anseiam pela continuidade da remuneração por cada entrega concluída. O fluxo de solicitação de serviços de entrega tem aumentado consideravelmente, conforme divulgado pelas empresas proprietárias das principais plataformas⁹. Se há tendência de desconsiderarmos a tecnopolítica das plataformas digitais e da infraestrutura da Internet, ao rastreamos as linhas que criam essa malha de relações entre agentes humanos e não humanos, percebemos sua concretude e suas vulnerabilidades sociais.

Cumprindo o “fique em casa”, com alguns cliques e uso do cartão de crédito registrado num aplicativo de interface “amigável e intuitiva”, podemos acionar uma série de agências-rede – bancos, estabelecimentos comerciais, cozinhas, redes elétricas, smartphones, deslocamentos de humanos, toques de campanhas e recolhimentos de produtos. Consideremos uma situação comum a uma parcela da população brasileira: a compra de uma refeição para entrega em domicílio, via smartphone conectado à rede sem fio da residência do comprador. Sua requisição opera uma *transmissão não guiada* do smartphone para a estação base – o popular *roteador*. Dessa estação, os dados circulam via fios de cobre até o terminal de rede óptica residencial responsável por transformar sinais elétricos em luz, onde atingem um distribuidor (*splitter*) que converge vários cabos em apenas um. Esse cabo único veicula os dados da residência até o terminal de linha ótica (OLT) localizado na central telefônica da empresa provedora de Internet. A partir dessa central, os dados circularão por uma ampla rede de cabos e roteadores até atingirem o servidor da empresa de refeições. Em seguida, esse servidor transmite os dados da requisição para o smartphone do prestador de serviços, que fará a recepção e a entrega da refeição. A partir da confirmação do recebimento do pedido pela empresa, essa e demais atualizações circulam, em similar trajeto, do dispositivo eletrônico da empresa até a residência do comprador. A imagem abaixo representa a arquitetura sociotécnica da infraestrutura da Internet:

⁹ Cf. iFood e Rappi: mais entregadores (e mais cobrança por apoio) na pandemia, Karin Salomão, Exame, 18 de abril de 2020. Disponível em: <exame.com/negocios/coronavirus-leva-mais-entregadores-e-gorjetas-aos-apps-de-delivery/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

Representação sintética da arquitetura da Internet e circulação dos dados numa compra doméstica via smartphone.



A tecnopolítica envolvida na operação acima depende das pesquisas e das análises produzidas pelo observador em sua cartografia das associações entre o contexto sociopolítico e a própria tecnicidade. Neste breve artigo, privilegia-se as associações entre essa infraestrutura da Internet, a pandemia do novo coronavírus no Brasil, a relação do par “fique em casa” - “fique na rua”, a manutenção dos serviços de Internet, as relações sociais de produção brasileiras e o uso de plataformas comerciais de videoconferências. Abaixo, apresenta-se o quadro de expansão do uso da internet e, em seguida, as problematizações dessa cartografia sociotécnica.

Pandemia do novo coronavírus e o “fique em casa” via plataformas digitais comerciais

No atual contexto internacional de migração de atividades de trabalho e de lazer presenciais para a distância, as empresas Zoom, Google, Facebook e Microsoft têm apresentado expressivo aumento no número de usuários e de fluxo de dados em suas *plataformas de videoconferências*. Esses aumentos têm provocado expansão na infraestrutura da Internet e, também, discussões acerca de seus já conhecidos históricos de tratamentos de dados pessoais.

No início de março, quando a transmissão do coronavírus foi declarada pandêmica¹⁰ e dezenas de países adotaram medidas de quarentenas, fechamentos de estabelecimentos e isolamentos sociais, as plataformas de videoconferências tiveram seu uso ora ampliado e ora adotado por escolas, universidades, empresas e demais instituições. Popularizou-se, também, para atividades físicas e eventos sociais, como aulas de ginástica¹¹, festas de aniversário¹² e casamentos¹³.

Para evidenciar a dimensão do aumento do número de usuários e do fluxo de dados das principais plataformas de videoconferências atuais, podemos observar o tráfego em seus sites e reunir números divulgados pelas próprias empresas – Zoom, Google, Facebook e Microsoft.

Com relação a empresa Zoom, o número de acessos na página zoom.us aumentou de 106 milhões no início de março para 1,9 bilhão em abril:



À esquerda, aumento do tráfego no site zoom.us¹⁴ (computadores e smartphones).

À direita, os cinco países com maior aumento do tráfego por computadores, em abril.

Fonte: www.similarweb.com/website/zoom.us

¹⁰ Cf. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19, WHO, 11 de março de 2020. Disponível em: <www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

¹¹ Cf. Vogue testou: apps e lives para se exercitar dentro de casa. Redação Vogue, Vogue, 26 de março de 2020. Disponível em: <vogue.globo.com/beleza/noticia/2020/03/vogue-testou-apps-e-lives-para-se-exercitar-dentro-de-casa.html>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

¹² Cf. Aniversário na quarentena com festa virtual para as crianças. Nathalia Molina, Estadão, 2 de abril de 2020. Disponível em: cultura.estadao.com.br/blogs/divirta-se/aniversario-na-quarentena-com-festa-virtual-para-as-criancas/.

¹³ Cf. Covid-19: Noivos trocam igreja pelo Zoom e casam-se on-line, por Carolina Brás, Tvi24, 21 de abril de 2020. Disponível em: <tvi24.iol.pt/acredite-se-quiser/casamento/covid-19-noivos-trocam-igreja-pelo-zoom-e-casam-se-on-line>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

¹⁴ A página zoom.com também teve o acesso ampliado, de 160 mil em fevereiro para 1,74 milhão em abril, mas deve-se considerar que seu acesso gera um redirecionamento automático para o zoom.us. Nos buscadores de sites, como Google, DuckDuckGo e demais, os resultados retornam o domínio .us. Em relação aos sítios em demais idiomas, não há mudança do domínio .us para outros, como .br, mas uma página no próprio domínio .us: zoom.us/pt-pt/meetings (português), zoom.us/fr-fr/meetings (francês).

Em 12 de março, dia seguinte à declaração de pandemia pela OMS, a empresa Microsoft tornou, temporariamente, gratuita a aquisição e o uso da sua plataforma de videoconferências – Microsoft Teams¹⁵. Nota-se o acelerado crescimento de acessos entre início de março (43 milhões) e final de abril (333 milhões), com destaque para o Brasil:



À esquerda, aumento do tráfego no site teams.microsoft.com (computadores e smartphones).

À direita, os cinco países com maior aumento do tráfego por computadores, em abril.

Fonte: www.similarweb.com/website/teams.microsoft.com

Da primeira quinzena de março até o início de maio, a empresa Google tem, progressivamente, tornado gratuitos e aprimorado seus aplicativos de videoconferências¹⁶¹⁷. Podemos notar o acelerado crescimento de acessos entre início de março (33 milhões) e final de abril (499 milhões), e destaque para o Brasil:



À esquerda, aumento do tráfego no site meet.google.com (computadores e smartphones).

À direita, os cinco países com maior aumento do tráfego por computadores, em abril.

Fonte: www.similarweb.com/website/meet.google.com

¹⁵ Cf. Microsoft oferece Microsoft Teams gratuitamente para manter organizações e escolas conectadas durante o COVID-19, Microsoft News Center Brasil, 12 de março de 2020. Disponível em: <news.microsoft.com/pt-br/microsoft-oferece-microsoft-teams-gratuitamente-para-manter-organizacoes-e-escolas-conectadas-durante-o-covid-19/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

¹⁶ Cf. COVID-19: Google libera temporariamente versão premium do Hangouts Meet, Canaltech, 3 de março de 2020. Disponível em: <canaltech.com.br/apps/covid-19-google-libera-temporariamente-versao-premium-do-hangouts-meet-161324/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

¹⁷ Cf. Google Meet video conferencing is now free for anybody. Dieter Bohn, The Verge, 29 de abril de 2020. Disponível em: <www.theverge.com/2020/4/29/21240509/google-meet-video-conferencing-free-gmail>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

A empresa Facebook lançou, em 28 de abril, seu aplicativo de videoconferências Messenger Rooms, gratuito, e deixa de focar apenas em videochamadas. Inicialmente restrito a poucos país, em 14 de maio foi disponibilizada globalmente¹⁸. O já existente site messenger.com passou a oferecê-lo, mas ainda não está disponível o tráfego de maio. O aumento de acessos entre início de março (294 milhões) e final de abril (435 milhões) é expressivamente inferior às três empresas de videoconferências acima citadas:

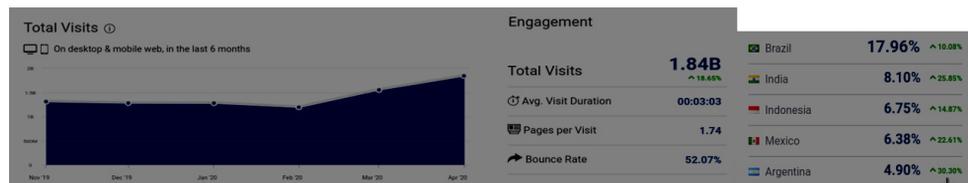


À esquerda, aumento do tráfego no site meeting.com (computadores e smartphones).

À direita, os cinco países com maior aumento do tráfego por computadores, em abril.

Fonte: www.similarweb.com/website/meeting.com

Apesar de videochamadas por smartphones e aplicativos para conversas por textos via computador não ser o foco deste artigo, é interessante evidenciar a plataforma WhatsApp em razão do aumento do fluxo de dados internacional ter o Brasil como protagonista. A plataforma para computadores, acessível apenas via web.whatsapp.com ou aplicativo que se conecta a esse domínio, aumentou entre início de março (1,19 bilhão) e final de abril (1,84 bilhão):



À esquerda, aumento do tráfego no site web.whatsapp.com (computadores e smartphones).

À direita, os cinco países com maior aumento do tráfego por computadores, em abril.

Fonte: www.similarweb.com/website/web.whatsapp.com

¹⁸ Cf. Facebook's Messenger Rooms is now available for video chats with anyone, Ry Crist, 14 de maio de 2020. Disponível em: <www.cnet.com/news/facebooks-messenger-rooms-is-now-available-for-video-chats-with-anyone/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

Nota-se, portanto, que todas as plataformas de videoconferências acima expostas tiveram expressivo aumento de acessos a partir do início da pandemia, enquanto anteriormente não apresentavam significativa expansão. Quanto ao número de usuários e o uso diário, tem competido às próprias empresas o cômputo e divulgação:

Na semana passada [terceira de abril], Zoom noticiou hospedar 300 milhões de participantes em videoconferências por dia, número superior aos 200 milhões noticiados em março, o que mostra um crescimento expressivo. Google (GOOG) não está muito atrás: na semana passada, de acordo com a empresa, o Google Meet atingiu 100 milhões de participantes diários. Ainda é cedo para obter números do Meeting Rooms do Facebook (FB), mas em seu anúncio [(abril)] a empresa noticiou que WhatsApp e Facebook Messenger somam 700 milhões de contas diárias em videochamadas¹⁹.

Por participantes diários, entende-se o número de dispositivos conectados em reuniões – portanto, uma conta de usuário é contabilizada pelo número de reuniões diárias que acessa. A empresa Microsoft anunciou registro de 200 milhões de participantes por dia, em abril, com 31 milhões de novos usuários (registro de contas) apenas nesse mês²⁰. Zoom, crescimento de 10 milhões de participantes diários em dezembro de 2019 para 200 milhões em março e, enfim, 300 milhões em abril²¹. Google anunciou 3 milhões de novos usuários por dia,

¹⁹ Cf. Facebook and Google are coming for Zoom, Brian Fung, CNN Business, 30 de abril de 2020. Disponível em: <edition.cnn.com/2020/04/30/tech/zoom-google-facebook/index.html>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

Os textos em língua estrangeira foram livremente traduzidos pelos autores deste artigo.

²⁰ Cf. Microsoft Teams now has 75 million daily active users, adding 31 million in just over a month. Paayal Zaveri, Business Insider, 30 de abril de 2020. Disponível em: <www.businessinsider.com/microsoft-teams-hits-75-million-daily-active-users-2020-4?r=US&IR=T>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

²¹ Cf. Zoom doesn't actually have 300 million daily users, Carrie Mihalcik, CNet, 30 de abril de 2020. Disponível em: <www.cnet.com/news/zoom-doesnt-actually-have-300-million-daily-users/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

em abril, e aumento de 30 vezes o número de participantes diários, chegando a 100 milhões em abril²². Facebook ainda não disponibilizou dados, desde seu lançamento oficial do Meeting Rooms.

Percebe-se, portanto, que houve expressivo aumento de tráfego nos sites e, também, no número de participantes diários em reuniões. Segundo Satya Nadella, CEO da Microsoft: “com o impacto da COVID-19 em todos os aspectos de nossos trabalhos e nossas vidas, nós temos visto dois anos de transformações digitais acontecerem em dois meses”²³. Nessa brusca migração para atividades à distância por meio da internet, foi necessário um amplo movimento “fique na rua” para suportar o movimento.

As dimensões tecnopolíticas da pandemia explicitadas pela relação com as redes digitais

A rede sociotécnica acima tratada expõe entrelaçamentos transnacionais da vida globalizada da contemporaneidade. A partir de uma problematização de suas tecnopoliticidades, podemos observar os ressoamentos nas relações de classe e desigualdades sociais brasileiras.

Como apresentado acima, houve uma massiva demanda por conexão à internet, em especial nas plataformas de videoconferência. Segundo o Comitê Gestor da Internet (CGI), no Brasil houve um aumento de 30^o% no tráfego de dados em redes móveis e fixas²⁴. A demanda por serviços técnicos de manutenção também teve crescimento:

²² Cf. Google’s Meet teleconferencing service now adding about 3 million users per day, Jay Peters, The Verge, 28 de abril de 2020. Disponível em: <www.theverge.com/2020/4/28/21240434/google-meet-three-million-users-per-day-pichai-earnings>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

²³ Cf. Microsoft Teams now has 75 million daily active users, adding 31 million in just over a month. Paayal Zaveri, Business Insider, 30 de abril de 2020. Disponível em: <www.businessinsider.com/microsoft-teams-hits-75-million-daily-active-users-2020-4?r=US&IR=T>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

²⁴ Cf. Com uso 30% maior da internet, operadoras garantem manter sinal. Felipe Quintella, Estado de Minas, 2 de abril de 2020. Disponível em: <www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/04/02/internas_economia,1135023/com-uso-30-maior-da-internet-operadoras-garantem-manter-sinal.shtml> Acesso em: 20 de maio de 2020

Segundo a plataforma GetNinjas, um aplicativo [brasileiro] para contratação de serviços [no país], os pedidos gerais no sistema tiveram queda de 23,8% na última semana. Entre as opções para contratação estão aulas, consultorias, montagem de festas e profissionais de beleza.

No entanto, dentro da categoria assistência técnica, alguns serviços registraram aumento nas buscas, como reparos em ar-condicionado (+39,8%), videogame (+15,9%), computador desktop (+13,8%), geladeira e freezer (+9,65%), televisão (+5%), e notebooks (+1%)²⁵.

Nota-se, portanto, uma atividade comercial em ascensão e que demanda o deslocamento de profissionais para manutenção de eletrodomésticos e eletrônicos ativos no “fique em casa”. A esse dado é interessante ressaltar o aparente contraditório dado divulgado pelo Sintetel-SP (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação do Estado de São Paulo): queda de 40% dos pedidos de reparo e 50% nos pedidos de instalação de serviços de telecomunicação, sobretudo internet, telefonia e televisão por assinatura. Realidade também em demais estados, explicada por Rogério Soares, presidente do Sintetel-SC: “[a]s operadoras [de telecomunicações] estão sentindo o impacto, porque muitos dos clientes não estão permitindo a entrada de técnicos, principalmente em condomínios. Alguns não estão nem fazendo solicitação [de reparo], com medo de o técnico estar contaminado e propagar o coronavírus”. Entre os solicitantes e que autorizam entradas nas residências, há relatos de maus tratos aos trabalhadores e ausência de medidas protetivas à transmissão viral:

Enquanto algumas pessoas pedem que os profissionais não entrem em suas residências, outras permitem o acesso sem ter qualquer tipo de cuidado com o técnico. [...] Um dos profissionais conta que precisou acessar a residência e os cômodos de um cliente infectado pelo COVID-19. Ele

²⁵ Cf. Com pandemia, cresce procura por serviços de manutenção”. Fábio Munhoz, Folha de São Paulo, 29 de março de 2020. Disponível em: <agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/03/com-pandemia-cresce-procura-por-servicos-de-manutencao.shtml>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

realizou o trabalho provido de máscara, protetor para pés e luvas. Mas não são todos que dispõem desse kit de proteção, visto que trabalhadores de várias regiões precisaram entrar na Justiça para que as empresas garantissem os recursos. Outra situação no mínimo delicada é a barreira imposta por alguns condomínios. Alguns acompanham os técnicos até o banheiro para que eles lavem as mãos e fazem um verdadeiro questionário. Já outros sequer permitem solicitações, para evitar o contato. Nessa conta, até mesmo as condições básicas ficam comprometidas. Técnicos são impedidos de utilizarem banheiros e ficam até mesmo sem local para almoçar^{26,27}.

Contudo, o risco à saúde desses trabalhadores não tem se restringido à relação direta com os clientes. Materiais básicos de segurança e de higiene disponíveis no ambiente de trabalho e para deslocamentos a clientes dependeu de disputas judiciais travadas entre sindicatos e operadoras²⁸.

²⁶ Cf. Técnicos de internet vivem dura realidade em tempos de pandemia. Anderson Guimarães, Minha Operadora, 6 de abril de 2020. Disponível em: <www.minhaoperadora.com.br/2020/04/tecnicos-de-internet-vivem-dura-realidade-em-tempos-de-pandemia.html>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

²⁷ “J.*, de 37 anos, trabalha há 14 em uma empresa de telecomunicação e costuma atuar em Santana, bairro da zona norte da capital. Na semana passada, ele chegou a um sobrado em que já havia trabalhado cerca de 40 dias atrás. Uma caixinha de TV paga havia queimado e precisava ser trocada. Ao entrar na casa, foi recebido por uma senhora idosa. De cara, reparou que ela estava sem máscara e manteve distância de três metros dele. Depois, ela avisou que havia na casa um doente de covid-19. Era seu marido. ‘Ainda que eu estivesse equipado para entrar, foi um baque’, disse J.*, que usava máscara, protetor para pés e luvas. ‘Mas eu não podia exortá-la, porque já está com um sofrimento dentro da casa dela. Se eu me abalo por ouvir isso, eu vou deixá-la mais chateada’. ‘Como eu sabia qual era o defeito, a mulher me acompanhou até a porta e ficou do outro lado. Subi [as escadas], tirei o equipamento, levei para outro cômodo e joguei fora. Nem para o meu carro eu levei’, explicou. ‘Nem cheguei a entrar no quarto. Vai saber como estava a higienização do local’. [...] ‘Aliviado, você não fica. Não tem como. Eu tenho família, tenho mulher, dois filhos e um bebê pequeno. Você está propício a isso, ainda mais que os casos estão aumentando cada vez mais.’[disse] J.*. (...) ‘A maioria dos serviços que a gente faz, a gente não entra. Infelizmente por uma parte e felizmente por outra’, diz E.*. Segundo J.*, uma cliente ficou com tanto receio de deixá-lo entrar que pediu para que o equipamento ficasse pendurado na janela. ‘Tive que voltar no outro dia para resolver o problema’. Quando a entrada é autorizada, a preocupação é outra. Na semana retrasada, E.* visitou dois prédios, e neles foi submetido a uma verdadeira sabatina do zelador. ‘Tem coronavírus?’, ‘Está tossindo?’, ‘Apresenta outros sintomas?’, ‘Carrega álcool em gel?’, foram algumas das perguntas”. Cf. Entre a covid-19 e o desemprego: quem mantém a internet no ar vive com medo. Helton Simões Gomes, Tilt, 2 de abril de 2020. Disponível em: www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/04/02/entre-a-covid-19-e-o-desemprego-a-vida-de-quem-mantem-a-internet-no-ar.htm. Acesso em: 18 de maio de 2020.

²⁸ “Em algumas regiões foi preciso entrar na Justiça para garantir que as empresas forneçam kits de higiene.

Ainda sobre os técnicos de telecomunicações, a diminuição de solicitações de reparo e de vendas de assinaturas têm levado a negociações entre sindicatos e operadoras acerca de reduções de jornada com reduções de salário – as quais têm, em geral, variado entre 25% e 50%²⁹.

Como podemos notar, em síntese, trabalhadores do “fique na rua”, considerados *serviços essenciais em tempos de pandemia*, sofrem com menor distanciamento social e físico, maiores riscos de contaminação, maus tratos, iminência de desemprego e reduções salariais.

Entretanto, é importante ressaltar aqueles que praticam o “fique na rua” como exercício de alteridade e de refundação dos vínculos coletivos. Podemos citar o coletivo *Bike System*, que circula pela região central de São Paulo distribuindo *kits* de higiene para a população em situação de rua³⁰; o coletivo *Cozinheiros do bem* – *food fighters*³¹, que arrecadam alimentos e cozinham para pessoas em situações de vulnerabilidade social; também, Carmen Silva (Silva, 2020), ativista do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), que oferece assistência aos antigos e aos que passaram a morar nas ruas a partir do novo quadro socioeconômico pandêmico.

Como última problematização tecnopolítica acerca da infraestrutura da Internet e relações de classe no Brasil, durante a pandemia de 2020, é interessante evidenciar as controvérsias na ampliação do número de centrais telefônicas,

Fora isso, os pedidos em queda fazem com que temam por seus empregos quando a crise de saúde passar.”. Cf. Entre a covid-19 e o desemprego: quem mantém a internet no ar vive com medo. Helton Simões Gomes, Tilt, 2 de abril de 2020. Disponível em: <www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/04/02/entre-a-covid-19-e-o-desemprego-a-vida-de-quem-mantem-a-internet-no-ar.htm>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

²⁹ Cf. SINTETEL garante melhores condições para trabalhadores da VIVO durante a crise do Coronavírus. Sintetel, 28 de abril de 2020. Disponível em: <www.sintetel.org/noticias.php?ID=12122>. Acesso em 22 de maio de 2020.

³⁰ Cf. Coletivo Bike System pedala para ajudar moradores de rua na pandemia. Erika Sallum, Ciclosmo, 11 de abril de 2020. Disponível em: <ciclosmo.blogfolha.uol.com.br/2020/04/11/coletivo-bike-system-pedala-para-ajudar-moradores-de-rua-na-pandemia>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

³¹ Cf. Cozinheiros do Bem - Página do Facebook. Disponível em: <www.facebook.com/cozinheirosdobem>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

antenas, servidores e roteadores por empresas de telecomunicação, que poderia desafogar o tráfego de dados e criar novas dinâmicas entre “fique em casa” e “fique na rua”. Do ponto de vista das empresas, a legislação ambiental trava e atrasa solicitações de ampliação e renovação das infraestruturas de rede, sobretudo nos requisitos e no tempo de espera para concessão de licenças necessárias às instalações de novas antenas³². Segundo o SindiTelebrasil, há mais de um ano, em todo o país, pelo menos quatro mil processos de licenciamentos para instalação de antenas estão em andamento, que incluem os pedidos pós-pandemia solicitados em caráter de urgência. Do ponto de vista do Estado, assumir a temporalidade do mercado, como clamam as empresas de telecomunicações, pode significar não só perdas ecológicas como também o controle do processo de implementação dos padrões tecnológicos e, dessa maneira, soberania técnica.

Em suma, numa perspectiva sociológica, podemos notar como as associações tecnohumanas podem desde neutralizar a tecnopoliticidade das redes sociotécnicas como, também, suas problematizações podem cartografá-las e fundamentar ações políticas de intervenção na realidade social. Em sua clássica obra sobre a emergência da Internet, Castells já alertava para “as redes globais [que] incluíam algumas pessoas e territórios e excluía outros, induzindo, assim, uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica” (Castells, 2011, p. II). Na contemporaneidade, “[s]ensores, celulares e aplicativos: são esses os tampões de ouvido da nossa geração. O fato de não percebermos mais como eles eliminam tudo o que cheira a política em nossas vidas é, por si só, revelador: a surdez – a injustiça e à desigualdade, mas acima de tudo ao nosso próprio e lamentável estado das coisas – é o preço que pagamos por essa dose de conforto imediato” (Morozov, 2018, p. 80). A problematização tecnopolítica é desveladora da invisibilidade da tecnicidade e suas normatividades sociotécnicas:

³² Cf. Com uso 30% maior da internet, operadoras garantem manter sinal. Felipe Quintella, Estado de Minas, 2 de abril de 2020. Disponível em: <www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/04/02/internas_economia,1135023/com-uso-30-maior-da-internet-operadoras-garantem-manter-sinal.shtml>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

As coisas que denominamos de “tecnologias” são modos de construir ordem em nosso mundo. Muitos equipamentos e sistemas técnicos importantes na vida cotidiana contêm possibilidades de ordenar a atividade humana de muitas maneiras diferentes. Consciente ou inconscientemente, deliberada ou inadvertidamente, sociedades escolhem estruturas para tecnologias as quais influenciam de forma duradoura como as pessoas trabalham, comunicam, viajam, consomem e assim por diante. No processo pelo qual decisões estruturantes são tomadas, diferentes pessoas estão situadas diferentemente e possuem níveis desiguais de poder, bem como níveis desiguais de consciência. [...] As questões que dividem ou unem as pessoas na sociedade estão assentadas não somente nas instituições e nas práticas da política propriamente dita, mas também, e de modo menos óbvio, nos arranjos tangíveis de aço e concreto, fios e semicondutores, porcas e parafusos (Winner, 2017, p. 206).

Na pandemia atual, uma tecnopolítica das relações de distanciamento físico e distanciamento social brasileiros, especialmente as expostas acima, evidenciam desigualdades sociais acerca da infraestrutura da Internet e as classes sociais nacionais.

A partir de Foucault (2008a; 2008b), o liberalismo pode ser caracterizado como uma forma de governo que organiza populações e territórios por domínios tecnológicos que, aparentemente, estão distantes de instituições políticas por excelência. Mesmo a livre circulação das mercadorias, e sua pressuposta economia *laissez-faire*, dependem das infraestruturas que organizam o mercado e a sociedade. Neste sentido, as infraestruturas nos revelam as diferentes formas como se organiza uma racionalidade política subjacente aos projetos tecnológicos. No campo dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), rastreia-se a emergência e o funcionamento material das tecnologias, bem como as formas pelas quais a materialidade dos sistemas tecnológicos relacionam-se com os processos políticos (Akrich, 2014; Bijker & Law, 1992; Callon, 1998; Latour, 1993, 2001).

Considerações finais

Neste breve artigo, objetivou-se um rastreamento e uma problematização tecnopolítica entre a infraestrutura da Internet e as relações de classes no Brasil, durante a pandemia do *novo coronavírus*. No contexto dos distanciamentos sociais e físicos, decretados ao longo de todo país, observou-se o amplo movimento “fique em casa”, motivado pela contenção da transmissão viral. A esse movimento, podemos observar a reação “fique na rua”, sobretudo porque *serviços essenciais* – e.g. produção e venda de mantimentos, refeições e cuidados de saúde – se mantiveram indispensáveis, além da manutenção do funcionamento da internet para efetivar a migração das atividades presenciais para a distância.

O “fique em casa” e o “fique na rua” ressoou diferentemente entre as classes sociais brasileiras e evidenciou uma tecnopolítica da telecomunicação brasileira. Prestadores de serviços de entrega via aplicativos tiveram aumento em demandas e mantiveram seus deslocamentos físicos. Técnicos de manutenção de serviços de internet também mantiveram-se ativos no acesso a residências, e relatam maus tratos – e.g. negações de acesso a banheiros e água e pressões psicológicas –, ausência de higienização apropriada nas casas, necessidade de apelos judiciais para empresas de telecomunicações garantirem equipamentos de proteção individual (EPIs), reduções de jornadas de trabalho com redução de salários, iminências de desempregos e ingressarem em situações de vulnerabilidades sociais. Além disso, tensões entre empresas de telecomunicações, solicitações de ampliação da infraestrutura técnica da Internet e o tempo de espera para conclusão de processos ambientais por agências municipais. Em síntese, desigualdades sociais pré-existentes na situação brasileira e que sofreram intensificações e exposições durante a situação pandêmica.

Enfim, a cartografia sociotécnica acima exposta percorre desde a invisibilidade tecnopolítica decorrente da ubiquidade técnica até um desvelamento das associações tecnohumanas produtoras de normatividades sociais. Num contexto liberal contemporâneo brasileiro, em que classes sociais experimentam

de maneiras diferentes a minimização de direitos trabalhistas, o aumento do trabalho por aplicativos, as elevadas taxas de desemprego, o crescimento da população em situação de vulnerabilidade social, o aumento do conforto domiciliar na utilização de smartphones e computadores para trabalho e lazer durante o “fique em casa” pandêmico, pode-se operar uma ubiquidade técnica acompanhada da invisibilidade tecnopolítica e o acirramento de desigualdades sociais.

Referências bibliográficas

AKRICH, Madeleine. Como descrever os objetos técnicos? *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 4, n. 1, 2014.

BIJKER, Wiebe E & LAW, John (ed.). *Shaping technology/building society: studies in sociotechnical change*. Massachusetts: The MIT Press, 1992.

CALLON, Michel. *El proceso de construcción de la sociedad. El estudio de la tecnología como herramienta para análisis sociológica*. In: DOMÈNECH, Miquel & TIRADO, Francisco Javier. *Sociologia Simétrica: ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

LATOUR, Bruno. Etnografía de un caso de «alta tecnología»: sobre Aramis. *Política y Sociedad*, 14, 77. 1993.

LATOUR, Bruno. *Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1997.

MACDOUGALL, Robert. *The People's Network*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SILVA, Carmen. *Sete verbos para se conjugar o morar*. Em conversa com Ana Catarina Mousinho, Edouard Fraipont, Joana Amador, Mariana Lacerda e Peter Pál Pelbart. Texto 48. **N-1 Edições** (online). Disponível em: n-1edicoes.org/048. Acesso em: 20 de maio de 2020.

STAR, Susan Leigh. The Ethnography of Infrastructure. *American Behavioral Scientist*, Vol. 43 No. 3, November/December 1999 377-391.

WILDER-SMITH, Annelies. FREEDMAN, David O. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. *Journal of Travel Medicine*, v. 27, n. 2, mar. 2020.

WEISER, Marl. The Computer for the 21st Century. *Scientific American Journal*. Special issue: Communications, Computers and Networks: How to Work, Play and Thrive in Cyberspace. v.265, n.3, sep.1991, p. 94-105.

WINNER, Langdon. Artefatos tem política. *Analytica*, Rio de Janeiro, vol 21 n° 2, 2017, p. 195-218.

A ÚLTIMA JANELA DA VIDA: HUMANIZAÇÃO E TRABALHO EMOCIONAL NA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA

Bárbara Ferrari Brandi¹

Os profissionais de saúde — principalmente a equipe de enfermagem — tornaram-se o único elo possível entre os pacientes internados vítimas da COVID-19 e o mundo exterior. Eles são, igualmente, seu o único suporte emocional mais direto disponível. Devido aos equipamentos de proteção facial que a equipe tem de usar ininterruptamente no local de trabalho, a única parte de seus corpos visível aos pacientes são seus olhos. Esse ponto descoberto ocupa a pequena faixa que a máscara e outros Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) não escondem e que possibilita, aos profissionais de saúde, ver. Além dos olhos, os pacientes também ouvem a voz, distorcida pelas máscaras, desses profissionais. O olhar das profissionais da saúde se torna, para muitos, a única e última janela para a vida, família e mundo externo ao hospital.

Para lidar com essa barreira, que gera impessoalidade, os profissionais de saúde têm usado a criatividade. Entre as soluções encontradas está a adaptação de crachás para que estes tenham fotos das profissionais sorrindo. Outra forma utilizada tem sido a gravação de vídeos individuais, onde cada trabalhadora se apresenta brevemente sem o uso dos equipamentos de segurança — possibilitando que os pacientes conheçam o rosto e voz daquelas que cuidam deles.

Esse conjunto de esforços parte da premissa de que a disposição emocional do paciente pode influenciar na sua melhora ou piora. Muitas equipes

¹ Formada em ciências sociais com ênfase em sociologia e ciência política pela Universidade Estadual de Campinas. cursando atualmente o mestrado em Sociologia pela mesma universidade. e-mail: b145388@dac.unicamp.br. Agradeço especialmente as contribuições para esse ensaio do professor Sávio Cavalcante, minha amiga e colega Carolina Assumpção e orientadora Bárbara Castro.

de enfermagem têm tentando amenizar os efeitos do drástico isolamento para os pacientes. Esse esforço, que se tornou visível em diferentes reportagens, como veremos adiante, é parte constitutiva do trabalho cotidiano dessas equipes antes da pandemia. Ele faz parte do chamado trabalho humanizado, produto de uma política pública do Sistema Único de Saúde – SUS, segundo a qual é preciso passar segurança, dar ouvidos, e confortar pacientes e família, entre outras habilidades.

Neste ensaio proponho uma breve reflexão sobre o humanizado realizado por profissionais de enfermagem no contexto da COVID-19. A partir das entrevistas que realizei entre 30 de abril e 20 de maio de 2020, por meio de aplicativos de troca de mensagem, e de pesquisa documental em matérias de jornais e revistas, notei a intensificação do trabalho físico e emocional realizado por profissionais de enfermagem durante o período da pandemia de COVID-19. Mesmo em um momento de extrema adversidade e estresse, as enfermeiras e técnicas em enfermagem continuam realizando o trabalho humanizado nos hospitais brasileiros, procurando novas soluções para as barreiras impostas pela rápida propagação do vírus. Além disso, apesar de diversas representações midiáticas tratarem as profissionais da enfermagem como heroínas, também há reações contra a presença delas em espaços públicos, marcando-as como potenciais contaminadas e, portanto, contaminadoras, ampliando a sobrecarga emocional que recai sobre as profissionais.

Tratarei neste ensaio, portanto, da ambiguidade entre reconhecimento e reposição da invisibilidade das condições de trabalho das enfermeiras na pandemia de COVID-19. Esta ambiguidade gera contentamento e, ao mesmo tempo, repõe o desânimo com as possibilidades do reconhecimento se desdobrar em melhorias das condições trabalhistas a longo prazo. O ponto central, no entanto, é o destacar a ideia chave de minha pesquisa de mestrado, qual seja, a que ao mobilizar a categoria de trabalho humanizado, as enfermeiras tornam visível o trabalho emocional que executam no seu cotidiano de trabalho.

Humanização e Trabalho Emocional

O trabalho da equipe de enfermagem é composto pelo trabalho considerado mais técnico — como a troca de curativos, administração de medicamentos e massagem cardíaca — e o trabalho emocional. O trabalho emocional é baseado em atividades relacionais e estende-se tanto para o paciente quanto para os familiares, médicos e outros colegas de trabalho. Por exemplo, produzir confiança, criar ambientes acolhedores, confortar e passar segurança. Segundo Hochschild (1983), o trabalho emocional pode ser definido como a avaliação, gestão e compreensão das próprias emoções e daqueles que fazem parte do dia-a-dia do trabalho. Está entre o limiar do que se vê/sente e do que se espera ver/sentir, uma vez que a trabalhadora deve moldar seu estado emocional e das pessoas à sua volta. Independentemente de sentir cansaço e frustração, deve mostrar e transmitir acolhimento e paciência. As emoções e os afetos são construídos socialmente nas interações entre pessoas e sustentados por estruturas sociais². O trabalho emocional, no entanto, deve ser entendido a partir da articulação entre a divisão sexual do trabalho e o capitalismo. Os sentimentos se tornam manipulados e administráveis em função da otimização e realização do trabalho. Eles se traduzem, pois, em técnica.

Em *Cuidados e Confiança*, Angelo Soares (2016) discute as interações entre a enfermagem, os pacientes e a família para apresentar a ideia de que a relação de confiança entre eles estabelecida afeta a carga de trabalho sentida pela profissional. Ao reconhecer que o paciente e sua família se encontram em uma posição de vulnerabilidade, na qual a vida do paciente está sob os cuidados das enfermeiras, o autor aponta para a existência de um tensionamento emocional entre esses atores sociais. É por meio da construção da confiança que se irá

² Hochschild não descarta a existência do inconsciente, já que este que nos leva a sentir da maneira como sentimos. No entanto, a socióloga defende que grande parcela dos sentimentos são socialmente determinados e seguem diretrizes culturais e temporais. Todas as pessoas são compostas pela capacidade de sentir e a consciência de fazê-lo, bem como a consciência das determinações sociais que configuram esse sentir.

garantir sentimentos de amizade e empatia que, por sua vez, podem impedir os desgastes causados pelo abuso, ódio e desprezo. A construção da confiança é produzida pelo trabalho emocional. Ela é um trabalho em si.

Uma das características mais marcantes no trabalho emocional é sua invisibilidade (Molinier, 2008). Um bom prato pode ser degustado e avaliado, mas toda a dedicação individual, prazeres e sofrimentos que envolvem o trabalho não podem ser medidos. Os trabalhos que não se concretizam em uma mercadoria ou produto final, sofrem ainda mais com a invisibilização. Outro aspecto que contribui para essa invisibilização nos trabalhos do cuidado é a naturalização de gênero das habilidades e competências. A habilidade de calcular uma ação para o conforto do paciente, a produção de confiança e a antecipação de um desejo ou necessidade aparece como algo natural à mulher. Assim, apaga-se todo o caráter de esforço laborioso. É importante lembrar que mulheres correspondem a mais de 85% da força de trabalho nas equipes de enfermagem (COFEN/FIOCRUZ, 2013), estando esse trabalho diretamente relacionado à divisão sexual do trabalho.

Molinier (2012) define o trabalho feito pelas enfermeiras como um trabalho especializado e centrado na preocupação. O care, em todas as suas dimensões, é um trabalho que apresenta uma grande complexidade. A autora observa como dinâmicas como o *gentleness*, *savoir-faire* discreto, trabalho inestimável, trabalho sujo e narrativa política. O *Gentleness*, por exemplo, consiste na antecipação, ajuste e sutileza. Ou seja, o trabalho do cuidado — seja ele realizado pelas enfermeiras ou no trabalho doméstico feito pelas mulheres — é centrado na antecipação das necessidades. No caso das enfermeiras, elas devem antecipar um pedido ou uma necessidade antes mesmo que os pacientes precisem pedir a elas — ou antes mesmo que sintam essa necessidade. O *savoir-faire* discreto é o cálculo da resposta apropriada para o momento, a antecipação e descrição, como a enfermeira que passa todos os instrumentos necessários ao cirurgião tentando minimizar qualquer tipo de desconcentração ou desgaste a ele. Assim como quase todos fomos servidos sem precisar pedir — normalmente por uma

mulher, como mãe, tia, avó ou irmã mais velha. Esse sentimento de serviço e cuidado que é normalmente associado às mulheres da família transfere às profissionais do cuidado a ideia do inesgotável. Ao desempenhar os trabalhos do cuidado, as enfermeiras se tornam pessoas vistas como inesgotáveis e que não esperam qualquer tipo de agradecimento ou reconhecimento por seus trabalhos, assim como mães, tias, irmãs e avós.

O trabalho humanizado surgiu de forma espontânea no final do século XX no Brasil como resposta à violência institucional. Primeiramente como iniciativas localizadas e hoje se instituiu como política pública (Rios, 2009). Em meados de 2003 foi criada a Política Nacional de Humanização (PNH) — também conhecido como HumanizaSUS. Ela busca orientar práticas cotidianas de trabalho nos serviços de saúde e nas suas formas de gestão e cuidado definindo a humanização a partir de diretrizes como acolhimento, ambiência (construção de espaços acolhedores), escuta qualificada, valorização do trabalhador, produzir confiança e vínculo.

Através de amplas campanhas feitas pelo Ministério da Saúde, a humanização hoje abrange hospitais públicos e privados em todo o país. Entre outras coisas, busca-se coibir as práticas “desumanizadoras” e que minam a autonomia dos trabalhadores da saúde, dos usuários e gestores — entre elas podemos destacar o combate a práticas consideradas como violentas, assédios e constrangimentos. O que chama mais a atenção, no entanto, é a centralidade do trabalho emocional.

Nas entrevistas, ao serem perguntadas sobre o que entendiam ser o trabalho humanizado, todas as enfermeiras o descreveram a partir da importância de sentimentos como afeto, amor, carinho e valorização do trabalho e da trabalhadora:

Respeito ao paciente, carinho, respeitar sua privacidade, seus desejos, saber ouvir, chamá-lo pelo nome. Se colocar no lugar dele e dar o melhor de si. (Jade³, técnica de enfermagem, 50 anos)

³ Os nomes dos/as entrevistados/as foram trocados por nomes fictícios para preservar sua privacidade.

O HumanizaSus contempla também a área que discute a valorização do trabalho e do trabalhador. Em linhas gerais, busca promover a valorização e saúde nos locais de trabalho e aprimorar a capacidade de compreender e analisar o trabalho de forma a fazer circular a palavra, criando espaços para debates coletivos, buscando novos modos de fazer e se relacionar no trabalho. (Olho-de-Tigre, enfermeiro, 47 anos).

Argumento que a categoria de trabalho humanizado e a humanização também operam de modo a fazer um contraponto à invisibilidade do trabalho emocional na profissão. Trazê-la ao centro da descrição das práticas de enfermagem parece fazer ressaltar, valorizar e tornar o trabalho emocional protagonista dessa atividade. Vale ressaltar que a humanização não se resume ao trabalho emocional, mas dá protagonismo a ele. É uma maneira de dar nome ao trabalho emocional desempenhado. É importante destacar o papel de agência das enfermeiras, técnicas e auxiliares, uma vez que elas colaboraram ativamente para a formulação e implementação da PNH. O enfermeiro Olho-de-Tigre, por exemplo, participou ativamente do processo de implementação da política pública em um dos hospitais mais importantes do estado de São Paulo — propondo comissões, palestras e atividades.

Trabalho emocional e humanizado em tempos de pandemia

Através da pesquisa feita em jornais, revistas e entrevistas que realizei em meio a pandemia da COVID-19, não é difícil notar a intensificação do trabalho emocional nesse período. Reúno aqui de que formas o trabalho emocional tem aparecido no cotidiano de trabalho das equipes de enfermagem neste momento. Quais são as formas de intensificação do trabalho e como as equipes têm organizado o trabalho humanizado neste momento? Em um momento social que diversos atores apostam na desumanização como saída para a pandemia⁴, as

⁴ Desumanização vinda, principalmente, do presidente Bolsonaro, seus aliados e apoiadores. Estes deboçam da gravidade do vírus, das mortes decorrentes da pandemia e dos governantes que tomam medidas de isolamento para conter seu avanço. Colocam acima de vidas e do trabalho realizado pelos

equipes de enfermagem seguem buscando novas formas de realizar o trabalho humanizado/emocional. Quando perguntadas se notaram mudanças na forma de gestão de emoções no local de trabalho, todas responderam que notaram uma grande intensificação:

Sim, porque na verdade temos medo de se aproximar. Quem não tem, né? E o maior medo é o de levar este vírus pra casa... para nossa família. As meninas choravam muito quando tinha que entrar para cuidar do paciente contaminado [...] A rotina muda bastante, redobramos os cuidados, a higiene... Mais medo e preocupação. (Jade, técnica em enfermagem, 50 anos)

Tudo muda sim. Devido à pandemia, as visitas foram restritas a 1 x ao dia, sendo uma pessoa somente, e extremamente proibido o paciente estar com acompanhante, mesmo indo contra o estatuto do idoso, do adolescente e da criança, pois mesmo tendo direito previsto pela Constituição Federal, perde-se força mediante a calamidades sanitárias. Pois bem... O que mais me marca todos os dias é olhar pela porta dos quartos e ver tantos idosos sozinhos, aqueles que estão internados tratando cada um a sua doença, não podem ficar acompanhados, vejo e sinto na face de cada um a falta de estar com alguém, a insegurança, o medo e tristeza, sentimento de estarem abandonados (Quartzo, enfermeira, 44 anos).

Apesar de extremamente necessário, o isolamento do paciente internado por COVID-19 pode causar grande estresse, medo e desesperança. As notícias que nos chegam diariamente alertam sobre a grande capacidade de contágio do vírus e os números diários de mortes crescem todos os dias no Brasil e em alguns outros países do mundo. Os pacientes entram nos hospitais carregando grande parcela de medo. Ao serem internados não sabem exatamente quando — ou se vão — ver os familiares ou amigos novamente.

A equipe de enfermagem torna-se o único elo entre os familiares e o paciente. O técnico de enfermagem João Pedro Bastos dos Santos⁵, do Hospital

profissionais da saúde os interesses econômicos.

⁵ Matéria realizada por Daniel Motta e Talis Maurício para a CNN Brasil, no dia 22 de abril de 2020.

do Mandaqui na Zona Norte de São Paulo, é exemplar a esse respeito. João encorajou os familiares e amigos de pacientes internados por COVID-19 a escreverem cartas para estes. O técnico de enfermagem lê essas cartas e traz o conforto, o carinho e a palavra dos entes queridos para os pacientes. João afirma que essa ação tem impactado positivamente na recuperação dos pacientes e as palavras que mais observa nas cartas são: “eu te amo”; “eu tenho esperança que você vai sair dessa”; “eu tenho saudades”; “Deus está com você”.

A matéria escrita por Isabella Menon para a Folha de São Paulo no dia 27 de abril de 2020 mostra como enfermeiras têm agendado e possibilitado visitas virtuais aos pacientes internados. Com o uso de celulares cobertos por plástico, os profissionais da saúde podem informar aos familiares o estado atual dos pacientes e alguns minutos de conversa entre os familiares e pacientes isolados. Mesmo o cuidado com os pacientes entubados permanece forte. Nesses casos, a equipe pede que os familiares mandem áudios pelo *Whatsapp* para que os pacientes possam ouvir. Aos que não tem familiares ou amigos resta o apoio da equipe de enfermagem. Nesta mesma matéria, Menon retrata como enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem buscam criar laços de afetividade com os pacientes nesta situação. Entre as formas de criar esse vínculo, a equipe, canta, reza, ora e busca dar carinho aos pacientes. Procuram também manter as mesmas trabalhadoras na mesma escala, facilitando a identificação delas pelos pacientes e criando uma maior intimidade e, por consequência, uma maior relação de confiança, um dos princípios do trabalho humanizado.

A rotina de trabalho e a vida pessoal das enfermeiras também têm mudado drasticamente por conta da pandemia. As enfermeiras declararam, nas entrevistas, ter um constante sentimento de medo. Devido ao grande contato com pacientes contaminados, houve, no mundo todo, muitas mortes de profissionais da saúde pelo coronavírus. No observatório da enfermagem, criado pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), até o dia 07 de agosto de 2020 pelo menos 334 profissionais da enfermagem faleceram devido o COVID-19. Existe, ainda, mais de trinta mil profissionais em quarentena na mesma data. A taxa de contágio

entre os profissionais da enfermagem é 722%⁶ maior que na população. O Brasil se tornou o país com o maior número de mortes entre os profissionais de enfermagem pela pandemia. O país perdeu mais enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem que Itália e Espanha juntas. Um dos principais fatores para o alto número de mortes está na falta de equipamentos de proteção individual (EPIs). A técnica de enfermagem retrata sua preocupação cotidiana com as EPIs que gera mais uma sobrecarga de trabalho emocional:

A gente só faz xixi em casa, sabe? Porque se você ficar o tempo todo saindo, você perde muito material. Eu tenho que pensar: tem eu e mais os outros para usar. Eu tenho que pensar em quem vai trabalhar no próximo turno também. Na segurança dele e na minha. (Ametista, técnica de enfermagem, 41 anos).

Houve, também, uma grande mudança na vida pessoal. Todas as entrevistadas relataram como o medo e a preocupação com os entes queridos têm alterado suas vidas. Na matéria feita por Sabrina Ongaratto para a Revista Crescer, ela relata como o medo devido ao alto número de mortes de profissionais de enfermagem tem alterado a relação de contato com os filhos. Quando estão em casa, os cuidados tomados diariamente para impedir qualquer forma de contágio tem tomado muito do tempo dessas profissionais. Isso limita o tempo que poderiam aproveitar com as crianças e, mais uma vez, aponta para a sobrecarga emocional dessas profissionais:

Minha rotina mudou totalmente, me restrita ao trabalho, supermercado somente quando necessário, e amigos...faz 2 meses que eu nem vejo. Os irmãos que não seguem o distanciamento social estão proibidos de visitarem meus pais, assim como os netos, comunicação somente através de chamada de vídeo (Quartzo, enfermeira, 44 anos).

⁶ Dados disponibilizado pelo Jornal Nexo no dia 13 de maio de 2020 e usou como base de cálculo os dados disponíveis no Observatório da Enfermagem citado anteriormente.

Minha filha é asmática, então minuciosamente tenho que tomar todos os cuidados necessários para não vir a ser uma transmissora para ela (Onix, técnica em enfermagem, 42 anos).

As *fakes news* tornaram-se também uma fonte de cansaço e esgotamento emocional para as profissionais. As notícias falsas que circulam nos grupos de WhatsApp diminuem o esforço das trabalhadoras e minimizam os riscos causados pelo vírus. Fotos, textos e vídeos são feitos dentro e fora de hospitais criando uma distorção sobre a real situação na saúde pública, apaziguando os perigos e contribuindo pela não aderência a quarentena. O enfermeiro Olho-de-Tigre aponta para como o debate em torno da cloroquina também tem sido uma fonte de desgaste no trabalho. Apesar de estudos apontarem que esse medicamento não causa a melhora no quadro do paciente, alguns chegam e logo exigem que seja feito o tratamento com a cloroquina. Isso exige que os profissionais de saúde convençam essas pessoas sobre as reais formas de tratamento da doença. O enfermeiro ainda se refere à discussão como resultado de uma disputa política: “Discutir nas redes sociais se um medicamento serve ou não para tratar uma doença é ridículo! Perceba que a depender da ideologia as pessoas se posicionam a favor ou contra. Essa discussão é totalmente inapropriada” (Olho-de-Tigre, enfermeiro, 47 anos).

Entre a heroína e a contaminada

Desde o começo da pandemia houve a criação de uma narrativa para os profissionais de saúde — principalmente da equipe de enfermagem — como as heroínas da linha de frente dessa batalha. Um grande trabalho foi feito nas redes sociais por meio de hashtags⁷, vídeos, música nos telhados dos hospitais, fotos e uma grande cobertura jornalística que reforçam a representação das trabalhadoras como heroínas. Até mesmo Banksy, famoso artista inglês, divulgou recentemente em seu Instagram um desenho seu que ilustra essa

⁷ Por exemplo, #LuteComoUmaEnfermeira #EnfermagemEuValorizo #HeroisDaSaúde

narrativa. Na imagem, vemos uma criança deixando os heróis tradicionais e masculinos em um cesto e brincando com uma enfermeira usando uma capa de super-heroína. A enfermagem, talvez, nunca tenha encontrado tanta evidência assim. Os fotojornalistas têm feito um exímio trabalho de retratar o dia-a-dia das profissionais e, acima de tudo, suas angústias e tensões afetivas decorrentes da intensa rotina de trabalho durante a pandemia. Imagens de enfermeiras com os rostos marcados em vermelho pelo excessivo uso das EPIs e sentadas nos corredores dos hospitais chorando rodaram o mundo todo⁸. O trabalho realizado por elas está ganhando muita visibilidade, em consequência, o trabalho emocional que desempenham, ganha também centralidade.



Figura 1. Banksy, 6 de maio de 2020.Reprodução/Instagram

No entanto, há ainda outra representação social que repõe a invisibilização das condições de trabalho e desprezo pela categoria. A ideia de que as profissionais de enfermagem são as infectadas e as contaminadas pela COVID-19 tem feito com que muitas tenham receio de usar o transporte público em São Paulo.

⁸ Ex. Pandemia em fotos Imagens mostram o vazio, emocional e físico, provocado por um vírus que mudou a maneira como enxergamos o mundo. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/pandemia-em-fotos/covid-19>; Acesso em: 07/08/2020.

Enfermeiras, técnicas e auxiliares têm relatado a jornalistas sobre a hostilização, as agressões verbais e físicas que têm sofrido em meio a pandemia. Cecília, técnica em enfermagem contou à Revista *Época* que diversas pessoas pediram sua saída dos vagões do metrô, tiraram fotos, filmaram e a hostilizaram. Uma reportagem da Folha de São Paulo mostrou uma marmita arremessada de um andar superior sobre uma auxiliar de enfermagem. A mesma reportagem traz o relato das profissionais relatando o medo de usar o transporte público e outros tipos de intimidação como mulheres que fazem o sinal da cruz para elas, os xingamentos e o impedimento de entrar nos vagões por um grupo de pessoas.

Podemos refletir sobre essas reações a partir da proposta de Pascale Molinier (2012) sobre a dimensão do trabalho sujo realizado pela equipe de enfermagem. Afinal, parte de seu trabalho é lidar com excrementos, vômito, frascos de urina e com corpos após a morte — trabalhos feitos principalmente por auxiliares e técnicas em enfermagem. São trabalhos considerados pelo conjunto da sociedade como repugnantes. É aquilo que não se deseja fazer e que acaba sendo delegado às pessoas com posição hierárquica inferior — e que se desdobram em uma maioria de mulheres, negros, grupos discriminados, mais jovens ou com menor qualificação. O trabalho sujo é marcado por sua invisibilidade e apagamento. Sobre ele se busca não pensar tampouco sobre sua necessidade na sociedade. É um trabalho com pouco reconhecimento, mas imprescindível à reprodução da vida:

O conjunto do trabalho sujo, incluindo as atividades de cuidado de saúde, levanta a questão do que é preciso fazer e que não pode ser deixado de lado sem graves desordens para a sociedade pelo simples fato de que somos corpos (com essa dupla condição: vivos e mortos). Os corpos não podem ficar sem alimentos, ou nus, ou sujos de excrementos; os cadáveres não podem cobrir as ruas, nosso lixo não pode acumular-se indefinidamente... é preciso que alguém se ocupe disso (Molinier, 2012, p. 35).

Parte do trabalho feito pela equipe de enfermagem é, portanto, trabalho sujo. Segundo Molinier, existe uma barreira invisível que separa as pessoas que

executam os trabalhos sujos e todos os outros. Os profissionais que trabalham com os trabalhos sujos parecem ao conjunto social como aqueles que estão contaminados permanentemente pelo contato com os dejetos e pudessem contaminar todos com quem tem contato. As categorias do cuidado parecem ter saído da estigmatização do trabalho sujo devido ao seu crescente reconhecimento. Parece, no entanto, que a pandemia também repõe essa dinâmica, de modo que as profissionais de saúde voltaram a ser consideradas por parte da sociedade como “contaminadas” e “sujas”. Cria-se, assim, uma disputa de narrativas e representações sobre essas mulheres que tem consequências reais sobre sua vida. Por um lado, as mulheres fortes, heroínas e linha de frente da guerra contra o coronavírus; por outro, as infectadas que devem manter distância de todos os espaços públicos.

Considerações finais

É inegável que as profissionais de saúde foram colocadas sob grande visibilidade no contexto da pandemia da COVID-19. Mas seria este reconhecimento capaz de se desdobrar em melhorias de suas condições de trabalho?

Desvalorizado a gente é. E sempre foi. Isso não vai mudar. Você vê pelo governador, né? A gente tá lutando por 30 horas faz muito tempo! Você vê, para eu conseguir ter um salário bom, tenho que trabalhar em dois empregos. Se eu fizesse 30 horas e fosse mais valorizada, não ficaria tão cansada e estressada. Isso muda o atendimento que a gente dá, sabe? É um serviço que além de se estressar, a gente corre risco. Eu acho que a gente é muito desvalorizada nisso (Ametista, técnica de enfermagem, 41 anos)

Na minha percepção o corona serviu para aflorar a solidariedade humana. Há muitos gestos de solidariedade, o que eu acho lindo! Vejam como a enfermagem ficou em evidência. Serviu para aumentar a compreensão da população sobre quem são os enfermeiros, o que fazem e sua contribuição para a sociedade. Desejo que tudo isso sirva para ajudar que o legado de

2020 seja perenizado e que a enfermagem se desenvolva na assistência, no gerenciamento, no ensino e na pesquisa (Olho-de-Tigre, enfermeiro, 47 anos).

Nas entrevistas que realizei, as opiniões se dividem com relação às consequências da pandemia para a valorização da categoria. Grande parte acredita que existe uma valorização da profissão crescente, embora outras acreditam que nada mudou. O mesmo ocorre com relação às conquistas trabalhistas a longo prazo. A maioria das técnicas e enfermeiras que entrevistei acreditam que passado esse momento de crise, as lutas trabalhistas da categoria serão deixadas de lado novamente. Uma parte, no entanto, tem esperança de que a visibilização atual possa trazer maiores conquistas para a categoria. O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e grupos autônomos têm aproveitado essa visibilização para organizar as trabalhadoras e avançar nas pautas trabalhistas. No dia do trabalho técnicos/as e enfermeiros/as manifestaram-se segurando cruzeiros pretos em frente ao Palácio do Planalto em sinal de luto às mortes de profissionais de enfermagem pela COVID-19 e a necessidade de isolamento social. Os/as manifestantes foram agredidos verbal e fisicamente por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. O Cofen tem mobilizado ações e campanhas virtuais pela aprovação da PL2295/00 que institui jornadas de 30 horas semanais para profissionais de enfermagem.

Para além da humanização do trabalho, devemos considerar a humanização do/da trabalhador/trabalhadora. Como destacado pela técnica de enfermagem acima, as condições de sucateamento da saúde pública e a precarização do trabalho influenciam diretamente no trabalho diário delas. Ocasionalmente no aumento de carga de trabalho sentida por elas. Os problemas enfrentados pela equipe de enfermagem alcançaram seu ápice durante a pandemia. Problemas que já se arrastavam por décadas no sistema público e privado de saúde — como a terceirização, precarização do trabalho, enxugamento de pessoal, aumento e intensificação das jornadas de trabalho, jornadas duplas e baixos salários

— foram acentuados e estão levando as trabalhadoras da saúde e cuidado ao limite físico e mental. A luta das trabalhadoras da saúde é também a resistência, melhoria e a defesa do nosso sistema público de saúde.

O período atual tem cobrado da equipe de enfermagem mais do que trabalho emocional que elas sempre executaram. Como a produção de coragem, solidariedade com as outras colegas e a administração de sentimentos como medo e preocupação — sem essa administração, por exemplo, seria impossível realizar qualquer tipo de trabalho neste momento. O processo de profissionalização da enfermagem, os debates sobre humanização, a composição racial da categoria e as relações histórico-econômicas são únicas no país. Durante a pandemia causada pela COVID-19 a intensificação do trabalho emocional e a dialética da heroína e contaminada atravessa as fronteiras.

A edição mexicana da revista Marie Claire⁹ estampou recente uma enfermeira com as marcas vermelhas no rosto causadas pelos longos períodos usando os equipamentos de proteção individual (EPI's) em sua capa com a legenda “A verdadeira *influencer*: a resiliência tem cara de mulher”¹⁰. Resiliência enquanto capacidade de adaptar-se a qualquer cenário. Uma matéria publicada pela BBC News trouxe uma dura faceta do trabalho da equipe de enfermagem durante a pandemia no México: a violência contra as trabalhadoras da saúde. Segundo a reportagem de Marcos González Díaz, profissionais da saúde tem sido vítimas de diversas formas de violência por todo o país. Uma médica teve cloro jogado nos olhos enquanto passeava com seus cachorros; bloqueios feitos por moradores impedindo uma enfermeira de voltar pra sua casa; outra enfermeira foi violentamente agredida e fraturou dois dedos. As motivações dos ataques trazem a estigmatização dos profissionais como contaminados e fonte de contágio para todos. Como destacado pela matéria de Díaz, os profissionais da saúde tornaram-se de forma ambivalente o símbolo da cura e da doença. O The New York Times retrata a maior vulnerabilidade dos trabalhadores da saúde

⁹ Revista Marie Claire, México, maio de 2020

¹⁰ livre tradução

à depressão e suicídio e especialistas têm apontado como as experiências do ambiente de trabalho durante a pandemia da COVID-19 pode torná-los ainda mais propensos a transtornos mentais. Com uma rápida pesquisa pelos jornais do mundo todo, podemos observar a oscilação entre a figura da heroína e da contaminada. Ao mesmo passo em que destoa o retrato das profissionais de enfermagem sofrendo com as intensas jornadas de trabalho, surgem dos maiores diversos atores sociais homenagens a elas — como os músicos que fizeram uma apresentação especial em um telhado de um hospital na Itália, o Cristo Redentor no Rio de Janeiro iluminado com traje de profissionais da saúde e a aeronáutica estadunidense fez vôo em Nova York em homenagem aos profissionais na linha de frente da pandemia.

Referências bibliográficas

COFEN. OBSERVATÓRIO DE ENFERMAGEM. Profissionais infectados com COVID-19 informado pelos enfermeiros responsáveis técnicos /coordenadores. Disponível em:<<http://observatoriodaenfermagem.cofen.gov.br/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

DÍAZ, Marcos González. Coronavírus: o preocupante aumento da violência contra profissionais de saúde no México. BBC News Mundo no México, 20 de abril de 2020. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52345458>>

FIOCRUZ/COFEN. Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil - 2013.

GUIMARÃES, Ligia. Coronavírus: profissionais de saúde relatam hostilidade no transporte público de SP. Época, 21 de abril de 2020. Disponível em:<<https://epoca.globo.com/brasil/coronavirus-profissionais-de-saude-relatam-hostilidade-no-transporte-publico-de-sp-24320240>>

HOCHSCHILD, Arlie Russell. The managed heart: commercialization of human feeling. Berkeley, CA: University of California Press, 1993.

HOFFMAN, Jan. “I can’t turn mu brain off”: PTSD and Burnout Threaten Medical Workers. The New York Times, 16 de maio de 2020. Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2020/05/16/health/coronavirus-ptsd-medical-workers.html#click=https://t.co/opL3A-ZzfdR>>

MENON, Isabella. Na pandemia, profissionais de saúde fazem elo com família e dão suporte a pacientes sozinhos. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 de abril de 2020. Disponível em:<<https://>>

www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/na-pandemia-profissionais-de-saude-fazem-elo-com-familias-e-dao-suporte-a-pacientes-sozinhos.shtml>

MOLINIER, Pascale. A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção. *Rev. bras. Saúde ocup.*, São Paulo, 33 (118): 06-16, 2008

MOLINIER, Pascale. Ética e trabalho do care. In: HIRATA, Helena e GUIMARÃES, Nadya Araujo (orgs.). *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A., 2012. pg. 29- 43

MOTTA, Daniel; MAURICIO, Talis. Enfermeiros amenizam dor de familiares lendo cartas para pacientes com COVID-19. *CNN Brasil*, São Paulo, 22 de abril de 2020. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/04/26/enfermeiros-amenizam-dor-de-familiares-lendo-cartas-para-pacientes-com-covid-19>>

ONGARATTO, Sabrina. #MãesnaSaúde: “Quando chego em casa são duas horas até poder abraçar minhas filhas”, diz enfermeira sobre ritual de higienização. *Crescer*, 7 de maio de 2020. Disponível em:<<https://revistacrescer.globo.com/amp/Familia/Saude-e-Beleza-dos-pais/noticia/2020/05/maesnasaude-quando-chego-em-casa-sao-2-horas-ate-poder-abracar-minhas-filhas-diz-enfermeira-sobre-ritual-de-higienizacao.html>>

REBELLO, Aiuri. Profissionais da saúde relatam agressões no caminho para hospitais em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/profissionais-da-saude-relatam-agressoes-no-caminho-para-hospitais-em-sao-paulo.shtml>>

RIOS, Izabel Cristina. *Caminhos da Humanização na Saúde: prática e reflexão*. 1 ed. São Paulo, SP. Áurea Editora, 2009.

SOARES, Angelo. Cuidados e confiança. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Hirata e LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. 1 ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. pg. 213-222

SOUZA, Carolina; ZANLORINSSI, Gabriel; GOMES, Lucas. Os números da COVID-19 entre profissionais da enfermagem. *Jornal Nexo*, 13 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2020/05/13/Os-n%C3%BAmeros-da-covid-19-entre-os-profissionais-da-enfermagem?utm_medium=Email&utm_campaign=BoletimCoronavirus&utm_source=nexoassinantes>

DELIVERY VIRAL: ENTRE A VIRTUALIDADE DO PEDIDO E A CONCRETUDE DA ENTREGA

Viviane Vidigal¹



Fonte: @marecoleo²

Em uma quinta-feira - se é quinta-feira depois que o tempo parou - do portão de casa em Campinas -SP, avisto o vizinho da frente recebendo um delivery de pipoca gourmet. Aceno para ele e peço para conversar com o motoboy. Tom³

¹ Mestre e Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP.

² A figura que ilustra o ensaio é uma alteração da intervenção urbana do artista Leonardo Mareco, quem gentilmente autorizou a alteração realizada e sua publicação. A intervenção original pode ser encontrada no *instagram* @marecoleo.

³ Nome fictício inspirado em um dos soldados do filme “1917”. Com as linhas telefônicas de campo cortadas, Tom Blake e Schofield são obrigados a entregar em mãos uma mensagem ao 2.º Batalhão do Regimento

atravessa a rua até mim. Mantemos certa distância, seguindo as recomendações das normas de saúde. Conversamos através do portão. Fronteira visível entre nós. Há outra fronteira invisível: entre alguém que pode gozar do privilégio ao isolamento domiciliar e aquele que precisa trabalhar fora de casa.

Enquanto o consumidor se mantém em isolamento em bairros de classe média de Campinas, eles estão por toda parte. Com mochilas térmicas nas costas, celular entre a mão e o guidão e pés no pedal, entregadores de aplicativos cortam ruas semivazias como se a pandemia do novo coronavírus não existisse.

Mas ela existe e, no caso desse trabalho, pode-se até mesmo afirmar que contribui para o aprofundamento da precariedade, afetando esses trabalhadores em seus direitos fundamentais. Dessa forma, este ensaio tem como escopo uma breve análise dos impactos da pandemia nas condições de trabalho de entregadores das principais plataformas digitais, como iFood⁴, UberEats⁵, Rappi⁶ e Loggi⁷.

As atividades de trabalho organizadas via plataformas digitais invisibiliza as condições de trabalho de entregadores. Eles não têm vínculos empregatícios e são despojados de grande parcela de direitos trabalhistas e sociais. A pandemia deu visibilidade a essa precariedade.

Ela também visibilizou a centralidade desse trabalho, que não se restringe apenas à entrega de comida, em maior evidência no atual contexto. Entre a virtualidade do pedido e a concretude da entrega está a centralidade e precariedade desse trabalho. São os motoboys e ciclistas que garantem a circulação no mundo

de Devonshire, cancelando o ataque planejado, que pode custar a vida de 1600 homens. Schofield e Blake atravessam a terra de ninguém e alcançam as trincheiras alemãs originais, agora abandonadas, que contém fios de armadilhas, disparadas por um rato.

⁴ O iFood é uma empresa brasileira fundada em 2011, atuante no ramo de entrega de comida pela internet.

⁵ Serviço de entrega de comida que é disponibilizado em algumas cidades selecionadas pela empresa Uber. Os usuários têm uma lista com uma série de restaurantes locais que fazem parte do programa, e a comida é entregue por um motorista tradicional da Uber ou por motoboys cadastrados na plataforma Uber apenas para essa específica função.

⁶ A Rappi é uma startup de entrega sob demanda sediada na Colômbia e operando na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai.

⁷ Empresa brasileira que faz entregas expressas com uma rede de motociclistas.

das coisas reais, com burocracias reais, em um momento no qual as pessoas estão em circulação restrita. Em meio a pandemia meu avô morreu. Ontem, o Cartório de Registro de Pessoas ofereceu o serviço de um motoboy para trazer o papel timbrado, carimbado e rubricado: certidão de óbito. “-Senhora, por causa da COVID-19 disponibilizamos esse serviço, para o cliente não se expor ao vírus”.

Enquadramento jurídico dos trabalhadores e suas consequências práticas

Três, das principais plataformas de entregas do Brasil – iFood, Rappi e Loggi – concentravam cerca de 172 mil entregadores até 2019⁸. Todas refutam ter vínculos empregatícios com os trabalhadores, argumentam apenas fornecer a tecnologia do serviço de intermediação entre cliente, loja e entregadores. Contratam com a mensagem: “Você não trabalha para gente, você trabalha com a gente”⁹. Se valendo de táticas¹⁰, que logram fazer o entregador se identificar mais facilmente como autônomo, se distanciando da ideia de empregado subordinado (Castro, Viviane Vidigal, 2020).

Vender a ideia de independência e autonomia dos trabalhadores é uma estratégia para se distanciar das obrigações, riscos e encargos que teriam que assumir caso admitissem o que se vê na prática: que controlam toda a relação laboral criando uma relação de poder na qual os entregadores são o lado mais frágil. Negam, dessa forma, a necessidade histórica (econômica, social

⁸ Informação disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/assim-os-apps-de-entrega-lucram-com-o-covid-19/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

⁹ No filme “Sorry we missed you”, de Ken Loach, o personagem Ricky (Kris Hitchen), é um trabalhador cansado de trabalhar para outros. Com a intenção de ganhar um dinheiro extra, quitar suas dívidas e comprar uma casa própria, tenta uma vaga de entregador em uma empresa. Ao contratá-lo nos dizeres originais: “you don’t work for us, you work *with* us”.

¹⁰ Essas táticas podem ser encontradas na pesquisa de: LEME, Ana Carolina Reis Paes. Da máquina à nuvem: caminhos para o acesso à justiça pela via de direitos dos motoristas da Uber. – 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

e fisiológica) de proteger o ser humano que, para sobreviver na sociedade do capital, precisa “vender” sua força de trabalho (Maior; Severo, 2017).

A disputa acerca da qualificação jurídica desses trabalhadores¹¹, de certo, é anterior à pandemia. A qualificação difundida em nosso ordenamento - trabalhador autônomo¹², no entanto, tem seus efeitos aprofundados pela crise. Não há uma definição legal sobre o que seria o trabalhador autônomo, cabendo à doutrina trabalhista conceituá-lo. A relação de trabalho autônoma, conforme esclarece Cassar (2014, p. 276), “trata-se de relação onde o trabalhador exerce ofício ou profissão com habitualidade, por sua conta e risco próprio”. Segundo Vilhena autônomo é “o trabalhador que desenvolve sua atividade com organização própria, iniciativa e discricionariedade, além da escolha do lugar, do modo, do tempo e da forma de execução” (Vilhena, 2005, p. 532).

Tem-se que a relação de trabalho é gênero, e a relação de empregado e de autônomo são espécies de relação de trabalho. É a relação de emprego e não a de trabalho, protegida pela CLT com todos seus direitos: a) registro em CTPS; b) ao salário mínimo ou ao piso salarial estadual, fixado em lei; c) jornada de trabalho não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais; d) seguro contra acidentes de trabalho; e) irredutibilidade do salário; f) horas-extras – com no mínimo 50% de acréscimo sobre o valor da hora normal; g) adicional noturno – equivalente 20% do valor da hora normal; h) décimo terceiro salário; i) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; j) férias vencidas, acrescidas de 1/3 constitucional; k) férias proporcionais, acrescidas de 1/3 constitucional;

¹¹ Há uma discussão acerca da natureza jurídica do vínculo entre os trabalhadores e empresas por intermédio de aplicativos. Para essas empresas, os trabalhadores são descritos como “autônomos”, não mantendo nenhum vínculo empregatício, as plataformas se consideram “facilitadoras” no espaço online de trocas entre compradores e vendedores para suprir determinada demanda. Outra corrente sustenta que há uma relação de emprego. A relação de emprego necessita cumulativamente dos cinco elementos fático-jurídicos para se configurar “...prestação de serviço por pessoa física a outrem, com pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e sob subordinação” (Delgado, 2008, p. 305).

¹² A despeito de existirem ações na Justiça do Trabalho, que concederam o vínculo empregatício. As Reclamações Trabalhistas de procedência de pedido, demonstram ser a minoria, conforme estudos. Ver: Castro, Viviane Vidigal. As ilusões da uberização: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas- Campinas/SP, 2020.

l) férias em dobro, quando concedidas ou pagas fora do prazo; m) salário-família; n) vale transporte, nos termos da lei; o) FGTS equivalente a 8% da remuneração do empregado, p) multa de 40% do FGTS se demitido sem justa causa, q) seguro-desemprego se involuntário, r) adicionais de insalubridade e periculosidade, s) fornecimento de EPIs¹³.

Sendo um trabalhador autônomo e sem todos esses direitos garantidos, a pandemia coloca em evidência dois pontos que a seguir destacarei: 1) remuneração e 2) segurança e saúde do trabalhador.

1) Remuneração

Um levantamento feito pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir Trabalho)¹⁴ em quatro estados brasileiros indica que os entregadores por aplicativos disseram que, apesar de terem trabalhado mais durante a pandemia, tiveram uma “redução significativa” da remuneração. A maioria dos entrevistados (60,3%) relatou uma queda na sua remuneração, comparando o período atual da pandemia do coronavírus com o momento anterior. Ainda durante a pandemia, houve aumento em 100% dos que auferem menos do que R\$260 por semana e, por outro lado, redução para em torno de 25% os que auferem rendimento maior que R\$ 520,00 semanais. Antes da pandemia, 18,5% dos entrevistados declararam remuneração de até R\$ 260,00 por semana (aproximadamente, R\$ 1.040,00 mensais). Durante a pandemia, a parcela de entregadores que têm remuneração inferior a R\$ 260,00 semanais praticamente dobra, passando a compor 35,7% dos entrevistados¹⁵. Recebendo, portanto, uma remuneração inferior ao atual salário mínimo no valor de R\$ 1.045.

¹³ Ressaltamos que as diversas relações de trabalho garantem alguns desses direitos acima. Todos cumulativamente, no entanto, somente o empregado possui.

¹⁴ Relatório Parcial de Pesquisa. ABÍLIO, Ludmila. C.; ALMEIDA, Paula. F.; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana. C. M.; FONSECA, Vanessa. P.; KALIL, Renan. B.; MACHADO, Sidnei. *Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19*. São Paulo: REMIR, 2020. 11 p. A pesquisa feita ouviu 252 pessoas de 26 cidades entre os dias 13 e 20 de abril por meio de um questionário online.

¹⁵ *Ibidem*.

Há de se considerar ainda, que houve uma ampliação da participação de trabalhadores no mercado de entrega com a ampliação do desemprego aprofundada pela crise do novo coronavírus¹⁶: o iFood, que opera em mais de 1 mil cidades em todo o Brasil, recebeu em março 175 mil inscrições de pessoas interessadas em atuar como entregadores da plataforma ante 85 mil em fevereiro, contou o vice-presidente financeiro e estratégico do iFood, Diego Barreto, em entrevista à Reuters¹⁷. Ou seja, além do aumento do número de trabalhadores disputando as demandas com aqueles que já se encontravam nesse trabalho, antes de pandemia, ainda houve o rebaixamento da sua força de trabalho. Alegam os pesquisadores que a combinação dos fatores intensifica o quadro da precariedade por rebaixamento da remuneração (Abilio, L. C. et al., 2020).

Os trabalhadores recebem remuneração por cada entrega realizada. Trata-se do “salário” por unidade de obra. Nesta modalidade o parâmetro é a produção alcançada pelo trabalhador. Embora se trate de remuneração de valor variável que está estabelecida no art. 7.º, VII, da Constituição Federal de 1988: “garantia de salário nunca inferior ao mínimo para aqueles que percebem remuneração variável”, e de previsão celetista, Art. 78 – “Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal da região, zona ou subzona”, o salário mínimo, para esses trabalhadores não corresponde à realidade.

A remuneração desses entregadores reedita formas antigas de trabalho. Em “O Capital” pode-se encontrar pistas preciosas para entender tanto a dialética do trabalho, quanto a problematização do salário por peça: a remuneração do trabalhador depende não de sua jornada, mas de sua produção. No século XIX, Marx já assinalava a tendência a uma opacidade ainda maior da relação entre capital e trabalho quando mediada pela remuneração por peça.

¹⁶ No 1º Trimestre de 2020, a taxa de desemprego foi de 12,6% com encolhimento recorde de 5,2% de postos de trabalho formal (IBGE, 2020).

¹⁷ Informação disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/04/01/candidatos-a-entregador-do-ifood-mais-que-dobram-apos-coronavirus.htm>. Acesso em 25 de maio de 2020.

A passagem da medida do salário por tempo de trabalho para o salário por peça materializa uma transferência do controle sobre o tempo e a produtividade do trabalho para o próprio trabalhador. Marx explica que ao remunerar não pelo tempo, mas pela quantidade produzida, se favorece um aumento tanto da extensão do tempo de trabalho como de sua intensidade:

[...] Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal. (Marx, 2013, p. 141).

O trabalhador por aplicativo sabe que recebe por entrega. Quando o pedido chega, no entanto, o entregador só visualiza o quanto vai receber. Ele não sabe, por exemplo, qual foi o valor cobrado do cliente, que aparece apenas na nota de compra. Não sabe qual é a porcentagem de cada um: trabalhador, restaurante, aplicativo. Ele não sabe dizer exatamente qual é a sua média de rendimento por quantidade de entregas, por quilômetro rodado ou por horas trabalhadas.

A taxa cobrada é calculada pelo próprio aplicativo. As empresas não fornecem a metodologia utilizada para a fixação dos valores do serviço, não apontado as variáveis utilizadas e o funcionamento de seu algoritmo. Entretanto, é incontroverso que este sistema é determinado unilateralmente pelas empresas (Castro, 2020).

O cálculo do lucro líquido da remuneração percebida pelos trabalhadores é realizado pelo desconto da taxa feita de forma automática. Ainda, são obrigados a descontar, da parcela sobre o preço que é depositado por elas em suas contas correntes, todos os gastos inerentes ao serviço de transporte, como combustível, manutenção, seguro, taxas, impostos sobre os veículos e licenciamentos, além dos gastos com sua automanutenção, como alimentação, saúde e seguro de vida (Castro, 2020). O fato de os trabalhadores, na maioria das vezes, terem de

custear as medidas de proteção acaba por reduzir ainda mais a sua remuneração (Abilio, L. C. et al., 2020).

Em protesto à queda da remuneração no contexto da pandemia, entregadores do município de São Paulo fizeram uma manifestação na avenida Paulista no dia 01 de julho de 2020. Uma das queixas mais ouvidas no protesto é que os bônus e prêmios que as empresas ofereciam para os entregadores deixaram de existir em um momento em que eles enfrentam um risco maior na realização do trabalho, em decorrência do novo coronavírus¹⁸. Quase 50% dos respondentes da pesquisa feita pela Remir apontaram uma queda no bônus concedido pelas empresas-plataforma de entrega¹⁹. Esses bônus eram resultado de desafios em forma de jogos (gamificação) que os entregadores deveriam cumprir para aumentar seus ganhos²⁰. Este é um novo modelo de premiar o trabalhador que atinge uma meta imposta pela empresa e revela o mecanismo de gestão de incutir nos trabalhadores o desejo de trabalhar mais. Forçando a intensificação do trabalho e o aumento da produção (Castro, 2020). A subjetividade do trabalhador é capturada, na medida em que este se vê como se fizesse parte de um jogo de videogame, impulsionado, por imagens, sons, cores, frases, incentivos gráficos luminosos, brilhantes e coloridos, a continuar apertando o botão e aceitando as corridas, sem ter sequer o tempo de analisar o custo versus o benefício daquele trabalho (Leme, 2020).

¹⁸ Informação disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/17/motoboys-de-sp-protestam-contrab Baixos-pagamentos-de-aplicativos-de-entrega.htm>. Acesso em 25 de maio de 2020.

¹⁹ Opt. Cit.

²⁰ O termo gamificação (do inglês gamification) originou-se na indústria de mídias digitais. Por ser uma nova área de estudo, a definição de gamificação ainda não é completamente consolidada, no entanto a mais aceita atualmente é definida por Deterding: “Gamification é o uso de elementos de design de jogos em contextos que não são relacionados a jogos”. Segundo o autor, a palavra jogo (do inglês game) significa algo que é caracterizado por regras e possui uma competição para alcançar resultados específicos ou metas definidas por participantes humanos. Um jogo pode ser definido por um sistema no qual os jogadores participam de um ambiente artificial, definido por regras e estratégias, que geram um resultado quantificável (SALEN, 2004).

Relatos dos trabalhadores nos revelam, no entanto, a existência de táticas das empresas que impedem o recebimento do prêmio, apesar do esforço a mais empreendido. Os relatos dos trabalhadores nos grupos de Facebook nos mostram, por exemplo, que se o prêmio define a necessidade de realização de 50 corridas num determinado período de tempo, quando o trabalhador se aproxima da meta há uma redução do número de chamadas. Na gestão gamificada do trabalho, as tecnologias permitem que as plataformas não sejam responsabilizadas pelas decisões. O trabalhador culpa o algoritmo pelos acontecimentos, por compreendê-lo como neutro, a despeito de serem criados pelas empresas que determinam unilateralmente as regras (Castro, 2020).

Entendo que os jogos diminuíram porque se no “antigo normal” era necessário estímulo para manter o trabalhador engajado, com a pandemia, o aumento de trabalhadores na plataforma e aumento de pedidos pelo consumidor, as empresas não precisam se preocupar em estimular o trabalho. A lógica principal que captura a subjetividade desses trabalhadores é a da sobrevivência.

Em resposta aos protestos, o iFood argumentou que houve um aumento na “solidariedade dos consumidores” em relação aos entregadores, com aumento no pagamento de gorjetas²¹. A plataforma aumentou os valores das gorjetas, pagas integralmente aos entregadores, de 1, 3 e 5 reais para 2, 5 e 10 reais. Houve um crescimento de 218% no pagamento de gorjetas em março comparado com fevereiro. Para a Rappi, houve um aumento de 50% no percentual de gorjetas pagas, principalmente nos finais de semana²².

Poder-se-ia pensar que se o trabalho e a gorjeta aumentam, consequentemente aumenta a remuneração recebida pelo trabalhador. Mas não é isso o que as reportagens e a pesquisa acima citadas demonstram. Nessa conta,

²¹ A gorjeta constitui-se no valor pago pelos clientes, de maneira espontânea ou por sua inclusão na nota do serviço, e integra a remuneração conforme disposto no art. 457, caput, da CLT. Não possui natureza salarial, já que enquadrada pela norma como remuneração.

²² Informação disponível em: <https://exame.com/negocios/coronavirus-leva-mais-entregadores-e-gorjetas-aos-apps-de-delivery/>. Acesso em 05 de junho de 2020.

incerta é a porcentagem atualmente retida pelas empresas e em quanto o valor auferido por elas aumentou. Essa é a equação do lucro na virulência.

Como forma de complementar a queda na remuneração, Tom, o entregador com quem conversei para escrever este ensaio, solicitou o auxílio emergencial do governo²³, sem sucesso. A despeito de ter aprovado a lei que regulamenta o auxílio, o presidente Jair Bolsonaro vetou a garantia o pagamento do benefício a diversas categorias, entre elas, os motoristas de aplicativos²⁴.

2) Segurança e saúde do trabalhador

Na pré-pandemia, os trabalhadores relatavam medo de serem bloqueados automaticamente se demorassem a retirar o pedido em um restaurante, de uma suspensão por rejeitar pedidos, de serem desligados da plataforma arbitrariamente e ficar sem trabalho. No questionário realizado pela Remir, 84,5% dos entrevistados relataram, agora, medo de serem contaminados trabalhando nestas condições. O que para os pesquisadores, entre outras coisas, evidencia um trabalho realizado sob um forte grau de tensão e de ansiedade²⁵. Todavia, para ter uma renda, precisam deixar a sua saúde e segurança em segundo plano. Uma lógica perversa na qual entram em jogo, com pesos diferenciados e não raro se contrapondo, a sobrevivência material imediata e a preservação da saúde.

²³ O auxílio emergencial foi sancionado pelo presidente da república Jair Bolsonaro em 02/04/2020 e disponibilizado para solicitação por meio de site, aplicativo ou central telefônica. São beneficiários os trabalhadores/as autônomos/as, informais, MEIs e pessoas desempregadas, um benefício de 600 reais por trabalhador/a e 1200 reais para mães solo, previsto por três meses (abril, maio e junho).

²⁴ Isso não significa que os trabalhadores dessas categorias não poderão receber o auxílio. Na prática, todos os trabalhadores, incluindo os que se enquadram nas categorias vetadas, podem conseguir o auxílio, desde que se enquadre nas seguintes condições: ser maior de 18 anos; Ser trabalhador informal, ou autônomo, ou MEIs (microempreendedor individual), ou estar contribuindo de forma individual para a Previdência; Não estar empregado carteira assinada; Não estar recebendo seguro-desemprego; Não ser aposentado ou pensionista do INSS; Ter uma renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo (R\$ 522,50); Ter uma renda familiar mensal total menor que três salários mínimos (R\$ 3.135); Não ter tido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2018; Ter CPF regular.

²⁵ Relatório Parcial de Pesquisa. *Op. Cit.*

A profissão de “motoboy” é classificada pela legislação como de risco²⁶. Quando há vínculo empregatício, a categoria tem direito a piso salarial, seguro de vida, equipamentos de proteção, pagamento da depreciação da moto e adicional de periculosidade²⁷. Na configuração trabalhista em questão, as empresas pagam apenas o seguro de vida – que vale para a COVID-19²⁸.

O ordenamento jurídico brasileiro veda a acumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos²⁹, podendo o empregado escolher ou um, ou outro³⁰. Os entregadores na pandemia, a despeito de trabalharem em condições insalubres e perigosas, por serem considerados autônomos, não recebem adicional salarial de insalubridade e nem de periculosidade. Portanto, aos que entregam, nem um, nem outro.

Tom utiliza equipamentos de proteção básicos que comprou na farmácia. Garante não tirar a máscara, usar álcool gel e manter os cuidados recomendados pelas organizações de saúde. Mas quem é responsável por sua proteção? Quem deveria propor e oferecer condições sanitárias de trabalho para ele?

A pesquisa feita pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir Trabalho) ao questionar os entregadores sobre as medidas preventivas adotadas pelas empresas pesquisadas para a diminuição dos riscos de

²⁶ A lei pode ser consultada em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12009.htm.

²⁷ CLT, art. 193. § 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014)

²⁸ A adesão do seguro de vida com cobertura de covid-19 abrange entregadores que tenham cadastro ativo na plataforma, com idade mínima de 18 (dezoito) anos e a idade máxima de 75 (setenta e cinco) anos. Os entregadores devem ter realizado no mínimo, 1 (uma) entrega entre 01/02/2020 e 31/03/2020 e terem seu cadastro liberado e validado na plataforma até 15/03/2020. A cobertura da morte por coronavírus chegará a R\$ 20 mil. Informação disponível em: <https://www.revistaapolice.com.br/2020/04/entregadores-do-food-contam-com-cobertura-de-covid-19-no-seguro-de-vida/>. Acesso em 05 de junho 2020.

²⁹ O art. 193, § 2º, da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal e veda a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos. O TST em IRR - Incidente de Recurso Repetitivo- fixou a impossibilidade de cumulação dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, ainda que amparados em fatos geradores distintos e autônomos.

³⁰ CLT, art. 193. § 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

contágio pela COVID-19, 157 entrevistados (62,3%) afirmaram não ter recebido nenhum apoio da empresa para diminuir os riscos de contaminação e 95 (37,7%) disseram ter recebido insumos de proteção das empresas ou dicas de como realizar o seu trabalho de forma mais segura, em especial diminuindo o contato com os consumidores do serviço.

Entre os métodos de prevenção disponibilizados pelas empresas, a opção mais citada pelos entregadores foi o recebimento de orientações sobre como realizar o seu trabalho com menor contato com os consumidores dos serviços. A segunda opção com maior número de respostas foi a distribuição de álcool-gel, com 49 entregadores (19,4%) afirmando terem recebido este produto³¹.

Um dos protocolos sugeridos pelas empresas em tempos de pandemia do novo coronavírus gerou polêmica: a chamada “Entrega sem contato”. Alexandre, entregador entrevistado pela reportagem do “O São Paulo”, explica essa modalidade de entrega: “A orientação é que você pegue a comida na bag, coloque a entrega no chão, na porta do cliente, e espere que ele chegue para depois você ir embora. Não tem cabimento, isso! Desde quando o chão é mais limpo que a gente?”³².

Em relação às medidas preventivas tomadas por conta própria pelos entregadores para diminuir os riscos de contaminação pela COVID-19, 244 entrevistados (96,8%) afirmaram adotar alguma forma de medida preventiva³³. O uso de álcool-gel durante o trabalho é a medida de prevenção mais utilizada pelos entregadores para evitar a contaminação (225 respostas - 89,2%), seguida pelo uso de máscaras (182 respostas - 72,2%), e pela entrega sem contato direto com os clientes (139 entrevistados - 55,1%). Apenas 10% dos entrevistados relataram utilizar apenas um dos métodos de prevenção. 54,6% dos entrevistados afirmaram utilizar a combinação de dois (25,1%) ou três (29,1%) métodos preventivos, sendo as combinações mais comuns o uso de álcool-gel e máscaras

³¹ Relatório Parcial de Pesquisa. *Op. Cit.*

³² Informação disponível em: <https://osaopaulo.org.br/noticias/brasil/pandemia-gera-impactos-aos-ciclistas-entregadores-de-aplicativo/>. Acesso em 05 de junho de 2020.

³³ Relatório Parcial de Pesquisa. *Op. Cit.*

(16,7%) e o uso de álcool-gel e máscaras em conjunto com as entregas sem contato com os solicitantes (10%)³⁴.

E como atua o Estado? O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) cassou liminar que obrigava o aplicativo iFood ao pagamento pagar ao menos um salário mínimo para os entregadores que estivessem no grupo de risco ou tivessem suspeita de contaminação pelo novo coronavírus, entre outras medidas de proteção. A decisão³⁵ foi proferida pela desembargadora Dóris Ribeiro Torres Prina.

Segundo a magistrada, não se desconhece as orientações da Organização Mundial de Saúde para o enfrentamento da pandemia, entretanto, “a situação em análise é singular, vez que, em tese, não estamos diante do empregador definido pelo artigo 2º da CLT. Os colaboradores do iFood podem ou não fazer uso da referida ferramenta, de acordo com seus interesses”. E continua: “Os entregadores, na verdade, são usuários da plataforma digital, nela se inscrevendo livremente. A hipótese é de atividade econômica compartilhada e sua análise exige considerar a evolução das relações comerciais e trabalhistas havidas no tempo, não se podendo ficar amarrado a modelos tradicionais, impondo-se garantir a segurança jurídica nas relações”.

A liminar havia sido concedida em face de ação civil pública impetrada pelo Ministério Público do Trabalho. Além de garantir assistência financeira aos entregadores em grupo de risco ou suspeita de contaminação, a liminar determinava que o aplicativo fornecesse álcool gel aos trabalhadores e providenciasse capacetes, uniformes e espaços para a higienização de veículos. A ação teve como base a Nota Técnica nº 1 da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes Trabalhistas (Conafret), do MPT³⁶. O documento traz medidas destinadas à proteção da saúde e da segurança de trabalhadores de aplicativos contra a Covid-19.

³⁴ *ibidem*

³⁵ Para a decisão na íntegra: Processo: 1000396-28.2020.5.02.0082.

³⁶ Nota técnica disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-conafret-corona-virus-01.pdf>.

Considerações finais: do apagamento ao desaparecimento

Ainda que sejam fenômenos mundiais – a pandemia e a plataformização do trabalho, sua imbricação precisa ser analisada contextualmente, isto é, a partir de elementos econômicos, históricos, institucionais e culturais, na singularidade “do que é o Brasil”.

Um ethos profissional que se desenvolve em um contexto neoliberal de sucateamento da Justiça do Trabalho, da corrosão, derrelição, e devastação cabal dos direitos trabalhistas, do eufemismo da flexibilização das Leis e do incentivo do Estado ao empreendedorismo individual (CASTRO). E mais recentemente, do bolsonarismo.

E na singularidade do que é Brasil: “Pobre não pega isso não, chefe.”³⁷. Esse pensamento, não se restringe ao motoboy, é difundido entre os trabalhadores que não podem/tem o direito de ficar doente.

Já o sentimento de imunidade, é o pensamento do meu vizinho - que mora com seus pais septuagenários -, lá do outro lado da rua, fronteira visível de outra invisível entre nós. Descreveria mais meu vizinho, que está vestindo verde e amarelo, recém retornado da manifestação à favor do presidente na Avenida da frente de nossas casas, mas Eliane Brum (2019) já o fez: “um tipo de brasileiro que se sentia acuado há bastante tempo. E particularmente nos últimos anos. Uma gama de pessoas – especialmente homens brancos heterossexuais – que tiveram a trajetória confrontada por outros sujeitos sociais afirmando direitos e sonhos.”

Enquanto converso com Tom, meu vizinho come sua pipoca gourmet, olhando-me meio desconfiado. O entregador de aplicativo é invisível aos seus olhos. O vírus também. Esses invisíveis circulam. Quem pode e quem deve desaparecer?

³⁷ Informação disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/24/sem-banheiro-e-alcool-gel-entregadores-de-app-ignoram-corona-por-sustento.htm>>. Acesso em 25 de maio de 2020.

Paulo Lima, motoboy cujo vídeo viralizou na internet, diz que sua música é dos Racionais Mc “O ser humano é descartável no Brasil como modess usado ou Bombril”. Nos lembra Mbembe (2020) que “o sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer. Essa lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com a ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado.”

No Estado suicidário, por Vladimir Safatle (2020) “séculos de necropolítica deram ao Estado brasileiro certas habilidades. Ele sabe que um dos segredos do jogo é fazer desaparecer os corpos. Você retira números de circulação, questiona dados, joga mortos por corona vírus em outra rubrica, abre covas em lugares invisíveis. Bolsonaro e seus amigos vindos dos porões da ditadura militar sabem como operar com essa lógica. Ou seja, a velha arte de gerir o desaparecimento que o Estado brasileiro sabe fazer tão bem.”

Nas ruas esvaziadas nos tempos próximos, essa multidão não irá desaparecer: trabalhadores circulando em motos ou bicicletas munidos de mochilas com as palavras Rappi, iFood, Loggi ou Uber Eats. Já Tom, que tenta “salvar a si”, não sei.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila Costhek; ALMEIDA, Paulo Freitas; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Claudia Moreira; FONSECA, Vanessa Patriota da; KALIL, Renan Bernardi; MACHADO, Sidnei. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, EDIÇÃO ESPECIAL –DOSSIÊ COVID-19, p. 1-21, 2020.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Nota Técnica CONAFRET n. 01/2020. *Orientação do Ministério Público do Trabalho em face das medidas governamentais de contenção da pandemia da doença infecciosa COVID 19*, voltada às empresas de transporte de mercadorias e de transporte de passageiros, por plataformas digitais. Procuradores: Tadeu Henrique Lopes da Cunha e Carolina de Prá Camporez Buarque. Brasília, 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-conafret-corona-virus-01.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Processo n. 1000396-28.2020.5.02.0082. Autor: *Ministério Público do Trabalho*. Réu: Ifood.com Agência de Restaurantes Online S.A. Juiz: Elizio Luiz Perez. São Paulo, 05 abr. 2020. Disponível: <<https://pje.trt2.jus.br/consultaprocessual/detalhe-processo/10003962820205020082>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRUM, Eliane. Jair Bolsonaro: o homem mediano assume o poder. *El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html. Acesso em: 01 jun.2020.

CASSAR, Vólia Bomfim. *Direito do Trabalho*: De acordo com a Reforma Trabalhista. Brasil: Método, 2014. 1424 p.

CASTRO, Viviane Vidigal. *As ilusões da uberização*: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas- Campinas/SP, 2020. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/343227/1/Castro_VivianeVidigalDe_M.pdf

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*, 7. Edição, Editora LTr, 2008.

DETERDING, S.;Dixon, D; Khaled, R; Nacke, L. From game design elements to gamefulness: defining gamification. *Proceedings of the 15th International Academic MindTrek Conference: Envisioning Future Media Environments*. ACM, 2011.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. Neuromarketing e sedução dos trabalhadores: o caso Uber. IN: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; PATRIOTA DA FONSECA, Vanessa (Org.). *Futuro do trabalho*: os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília : ESMPU, 2020.472 p.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 220

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios* - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, número 32, 2016.

MBEMBE, Achille. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’. *Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-danecropolitica>. shtml> Acesso em: 01 jun. 2020.

Relatório Parcial de Pesquisa. ABÍLIO, Ludmila. C.; ALMEIDA, Paula. F.; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana. C. M.; FONSECA, Vanessa. P.; KALIL, Renan. B.; MACHADO, Sidnei. *Condições de trabalho em empresas de plataforma digital*: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19. São Paulo: REMIR, 2020. 11 p

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao Estado suicidário. São Paulo. <https://n-1edicoes.org/004>

SALEN, K. *Rules of play: Game design fundamentals*. The MIT Press, 2004.

SEVERO, Valdete Souto. *Manual da reforma trabalhista: pontos e contrapontos*. São Paulo (SP): Sensus, 2017.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. *Relação de Emprego: Estrutura Legal e Supostos*, Editora LTr, 3ª edição, 2005, p. 532-534.

ENTRE CESTAS E RENDAS BÁSICAS: REPENSANDO A ALIMENTAÇÃO E AS DESIGUALDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Talitha Alessandra Ferreira¹

A recente situação que vivenciamos em escala global em decorrência da pandemia da COVID-19 tem conseguido, dentre tantas façanhas, nos lembrar sobre a centralidade e a complexidade do tema da alimentação nos dias de hoje, ao reforçar a existência de paradoxos que têm conformado seu universo e, em alguma medida, vidas cosmopolitas e mundializadas. Do ponto de vista da explicitação dessa possível centralidade dos alimentos e da mesa em dias cheios de incertezas, medos e lutos, podemos inferir que surpreenderia se não estivéssemos assistindo à tentativa de pensar e repensar, de modo sistemático, um dos pontos nevrálgicos da reprodução da vida humana, seja em termos biológicos ou sociais. Comer, já sabemos, é a ação que nos mantém vivos por excelência, no sentido lato e estrito, concomitantemente, como registraram Henrique Carneiro (2003) e Massimo Montanari (2008). Já do ponto de vista da demonstração de sua complexidade contemporânea e aproveitando o elo existente entre esses assuntos da alimentação e os da reprodução da vida, podemos ainda fazer o exercício de imaginar as quantidades e tipos de indivíduos que, nesse momento, viram suas dietas e rotinas à mesa quebradas ou profundamente alteradas, ressignificadas e até violentadas.

Pululam ainda uma variedade de receitas e dicas culinárias para os dias de isolamento daqueles que, finalmente, desfrutam de tempo e de

¹ Cursa desde 2018 o doutorado em Sociologia no IFCH/Unicamp, onde também concluiu o mestrado e o bacharelado em Sociologia. Pesquisa temas ligados à gastronomia e à alimentação e já atuou como cozinheira por possuir, também, formação nas áreas de hospitalidade e gastronomia pelo Centro Universitário Senac de São Paulo.

outras possibilidades necessárias para cozinhar suas próprias refeições em casa, segundo seus gostos e ritmos. Outros precisam delas por nunca terem cozinhado sozinhos. Como já disse Michael Pollan (2014), muito falamos sobre o cozinhar; o assistimos em nossos programas de TV favoritos mas, de modo geral, cozinhamos cada vez menos e desconhecemos as cadeias que compõem os sistemas alimentares e culinários nos quais estamos inseridos. Não seria menos importante lembrar que tudo isso acontece enquanto chefs e outros empresários pedem socorro aos Estados para não precisarem fechar as portas de seus negócios após a quarentena (Forbes, 2020; Rayner, 2020). Podemos, noutro sentido, adicionar um exemplo pontual acerca da questão da resignificação das próprias panelas: instrumentos culinários por excelência, ganham outros usos ao serem frequentemente batidas em protesto contra os pronunciamentos de Jair Bolsonaro. Em tempos de ‘guerra’, como afirmou o presidente², as panelas e os pratos estão no front, assim como tudo o que vai dentro deles em tempos além-quarentena.

‘Nós’, ‘eles’ e o novo coronavírus, ou o começo de tudo

Se a alimentação é um universo cheio de contrastes, não é demais lembrar que a atual pandemia evidencia também os modos como ‘nós’, os humanos, temos retirado do planeta os nossos sustentos nutricional e biológico, transformando-os em outras coisas ao longo da história, como gostos de classes ou meras mercadorias. Ainda que não estejamos certos se o último elo entre ‘nós’, ‘eles’ e o novo coronavírus foram os pangolins ou os morcegos, é fato que a falta de condições sanitárias ligadas ao armazenamento de alimentos em um mercado popular fez parte de um cenário para a disseminação de algo até então desconhecido pela humanidade. Foi na China onde tudo começou, mas

² A afirmação tem sido reiterada em ocasiões como a do pronunciamento de 08/04/2020, disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/4/pronunciamento-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-08-04-2020>>. Último acesso em 04/08/2020.

reiteramos que poderia ter sido em qualquer outro lugar: as nossas salas de jantar possuem tetos envidraçados e não adianta atirmos pedras nesse caso. Em se tratando de ausência de condições sanitárias, por exemplo, cabe informar que mais da metade dos municípios brasileiros não possuem acesso integral à rede de saneamento básico (IBGE, 2018).

Não é intenção neste momento entrar no terreno argumentativo onde pangolins e outros animais não devem ser transformados em comidas, ou não devem passar por condições degradantes e serem vistos como meras mercadorias, sejam alimentos ou remédios. Esses fatos não são menores, mas o exercício de reflexão aqui proposto é anterior a essa possibilidade de debate, pois sabemos que o comer, quando ocorre, é um ato complexo e que envolve múltiplas dimensões e possibilidades, simbólicas e materiais. É como Marcel Mauss (2003) notou: comer é um “fato social total” e essa é sua universalização possível. O que propomos no momento é pensar sobre a insensatez de nunca ou pouco observarmos o contrário dessa afirmação de que a pandemia veio ‘deles’ para ‘nós’ e é uma novidade para a humanidade. Os modos contemporâneos por meio dos quais os humanos têm tirado do planeta os seus alimentos e lucros é também algo novo, desconhecido - e avassalador - para todos aqueles que não são humanos e partindo do princípio que o planeta possui algo em torno de 4 bilhões de anos. Nós também adoecemos o planeta que, agora e sem a nossa possibilidade de controle, nos adoce: isso porque fazemos parte desse ecossistema que provê ar, água e todos os outros recursos necessários às vidas humanas e não humanas, a exemplo dos alimentos.

Bruno Latour (2020), Nurit Bensusan (2020), Eliane Brum (2020) e vários outros autores de diferentes áreas escreveram intervenções sobre a impossibilidade de realização da ‘normalidade’ por meio daquilo que estávamos, até poucos meses, considerando ‘normal’. Mais uma vez, apontaram para aquelas apostas que serão inevitavelmente lidas como radicais, mas que já precisam ser encaradas como necessárias aos debates da ordem do dia para a reconstrução da tal ‘normalidade’. O modelo de produção capitalista e neoliberal não é

sustentável e já não faltam evidências disso, a começar pela finitude dos recursos planetários (sejam biológicos, minerais ou fósseis), usualmente chamados por nós, ‘cultos’ e não animais, de ‘naturais’. Da mesma maneira, a ideia de uma possível ‘liberdade’ ou emancipação proveniente desse modo insustentável de reproduzir a vida humana é vitalmente enganosa. A manutenção dessa separação entre ‘nós’ e ‘eles’ é o que mata ambos.

As contrapartidas do modelo de consumo alimentar que adoce o planeta são inúmeras, como a monotonia agrícola proveniente dos cultivos de soja, milho, trigo e cana, cujas fronteiras ameaçam existências diversas (Lima et al, 2018). Apesar da aparente fartura verde que substitui progressivamente formas de vida autóctones, 815 milhões de pessoas passam fome no mundo hoje, enquanto, de modo contraditório, 1 em cada 4 habitantes da América Latina e do Caribe sofre de obesidade (FAO, 2018). Estima-se ainda que mais de 1 bilhão e 300 milhões de toneladas de alimentos sejam desperdiçadas atualmente ao longo dos processos que os produzem. Isso significa que desperdiçamos por ano algo em torno de 30% de todo o alimento industrialmente produzido no mundo (FAO, 2017). É difícil, nesse sentido, continuarmos a argumentar em favor de uma ‘eficiência’ e normalidade na indústria da alimentação: o desperdício e a repercussão danosa na saúde humana e no meio-ambiente não podem mais ser ignorados quando se advoga a favor da eficiência dos mercados.

A pandemia evidencia que precisamos nos perguntar sobre qual o custo humano e ambiental disso que chamamos ‘normal’. Por exemplo: qual o custo ambiental para o fato das fábricas da Coca-Cola terem utilizado até os anos 2000 uma média de 2,5 litros de água potável para cada litro de refrigerante de cola fabricado? Qual o custo disso visto que, ainda hoje, 1,6 litro de água potável e saudável seja utilizado para gerar cada litro de refrigerante produzido no mundo³? Registro alguns complementos. De acordo com uma pesquisa publicada pela

³ Esses dados podem ser encontrados no *site* oficial da empresa, como no *link*: <<https://www.cocacolabrazil.com.br/nos-respondemos/quantos-litros-de-agua-sao-usados-para-fazer-um-litro-de-coca-cola>>. Último acesso em: 17/05/2020.

BBC Brasil, até 2018 o país contabilizava um consumo médio de mais de 110 litros de refrigerante por pessoa (BBC Brasil, 2019). Cada litro da bebida possui um pouco mais de 100g de açúcar (uma lata de 350ml, por exemplo, possui aproximadamente 37 gramas de açúcar). De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes, mais de 6% da nossa população sofre com a diabetes hoje (SBD, 2019), doença comumente ligada ao consumo excessivo ou cotidiano de açúcar, como ocorre no consumo de refrigerantes e, nos últimos 10 anos, o número de brasileiros diabéticos cresceu mais de 60% (SBAC, 2018). Meio à pandemia, pessoas diabéticas compõem os grupos de maior risco, juntamente às hipertensas e obesas.

Não há mais como viabilizar cuidados acerca da vida humana e social sem que viabilizemos e cuidemos das vidas de outras espécies: sejam pangolins, vacas, porcos, galinhas ou camelos, todos com um já preocupante histórico ligado às pandemias recentes e à nossa dieta. Tratamos aqui de tentar ressignificar o que chamamos na antropologia e noutras ciências sociais de ‘senso de especismo’, ou seja: vidas humanas, por acreditarmos serem mais válidas e valorosas, podem sê-las à mercê de outras irrestritamente. Ocorre que a crença da vida humana a qualquer custo tem, no fundo, um quê de suicida da perspectiva da manutenção da nossa própria espécie. O desequilíbrio que já causamos nos ‘outros’ para podermos manter, reproduzir e inovar esses modelos insustentáveis de produzir a vida humana se reflete nas próprias doenças de oportunidade para o avanço do novo coronavírus. Diabetes, obesidade, hipertensão e toda sorte de outras comorbidades estão ligadas, em alguma medida, às formas e aos conteúdos daquilo com que nos alimentamos. Esses tempos, portanto, têm muito a nos dizer sobre a necessidade de repensar o que levamos às nossas mesas e bocas e como fazemos isso. Se não o fizermos, resta-nos somente concordar com Stephen Hawking, que pouco antes de falecer e refletindo também sobre a crise ambiental, escreveu: “estou convencido de que os humanos precisam deixar a Terra. Se ficarmos, a aniquilação é um risco” (2018, p. 177).

Agravando o quadro

A afirmação sobre a centralidade do tema da alimentação, apesar de genérica, é válida e aplicável à concretude em suas múltiplas atualizações. As mulheres, por exemplo, agentes que historicamente se ocuparam das funções das cozinhas domésticas e dominaram o saber e o fazer culinário cotidiano⁴, dentre outras tarefas, são majoritariamente as cuidadoras e enfermeiras que, nesse momento, encaram a pandemia fora de suas casas e longe de suas famílias⁵. Ao encarmos fatos como o da primeira morte oficial por COVID-19 no Rio de Janeiro (de uma mulher idosa e empregada doméstica cujo nome não sabemos, como bem lembrou Djamila Ribeiro (2020), mas que contraiu a doença da patroa que havia voltado da Itália e não a dispensou), lembramos que há séculos mulheres que servem outras mulheres e homens no Brasil têm seus corpos adoecidos, explorados, sugados. Como as amas de leite negras dos períodos pré e pós-abolição descritas nas análises de Rita Laura Segatto (2006): essas mulheres deixavam seus próprios filhos recém-nascidos para garantirem as vidas dos filhos das patroas brancas, amamentando-os. As amas de leite, de tão importante que eram para o funcionamento das dinâmicas familiares e nutricionais das elites, chegavam a ser retratadas nos álbuns de fotografias das famílias, mas quase nunca apareciam identificadas nos versos das fotos (Koutsoukos, 2010). Retornando ao presente, são novamente as mulheres que, ao conseguirem ficar em quarentena e em suas casas, veem os números de ameaças e agressões aumentarem contra si⁶.

⁴ Para ler mais sobre esse tema, conferir a tese de Bianca Briguglio *Cozinha é lugar de mulher? A divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais* (2020) e os trabalhos organizados por Leila Mezan Algranti e Wanessa Asfora (2012).

⁵ Podcasts como o “Maria vai com as outras”, da Revista Piauí e o da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) dedicaram programas às profissionais da área da saúde e às consequências de suas atuações durante a pandemia em outras esferas de suas vidas, como a familiar. Acessar os programas, respectivamente, em: <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/maria-vai-com-as-outras/> [episódio “Maria na quarentena: no front da pandemia”] e <http://www.aba.abant.org.br/noticia-24602> [episódio “Profissionais de saúde”].

⁶ Cf. ONU, 2020. A colega doutoranda em Sociologia da UnB Camila Galetti escreveu, também, uma reflexão sobre o tema: “Falta de pão e violência doméstica em tempos de coronavírus”.

De modo análogo, enquanto outras(os) profissionais que podem respeitar o necessário isolamento espacial que garante a menor propagação do novo coronavírus, pedimos seguramente as nossas refeições pelos aplicativos do Ifood, Uber Eats ou Rappi: algumas das poucas empresas que têm licença para operar cotidianamente ao longo da quarentena, além dos restaurantes que solicitam seus serviços por meio das entregas demandadas por nós, que estamos em casa. Assim atestamos, finalmente, a essencialidade de toda sorte de serviços que sustentam os mercados da hospitalidade e da alimentação contemporânea, mantidos principalmente pela exploração ilimitada das rotinas de trabalhadores informais - e até então invisibilizados -, para a manutenção dos nossos dias: sejam os ‘normais’ ou os de quarentena. É interessante pensar que em 16 de abril, por exemplo, a Google tenha homenageado em sua página principal ‘todos os trabalhadores do setor de alimentação’⁷, algo que em alguma medida corrobora com o que estamos apontando. Segundo uma reportagem publicada na Folha de S.Paulo em 25 de março, o presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxista Intermunicipal do Estado de São Paulo (SindimotoSP) chegou a solicitar uma reunião com o Presidente Jair Bolsonaro e o ex-Ministro Henrique Mandetta para frisar a importância de sua categoria hoje (Soprana, 2020). Ele afirma que os entregadores estão fazendo o que podem para conter a pandemia, mas não recebem máscaras, luvas ou álcool em gel para se protegerem e, por isso, não sentem que as empresas há pouco citadas estejam arcando com algum tipo de contrapartida pelo momento que os entregadores de aplicativos estão vivendo: de sobretrabalho, informalidade e insegurança.

A preocupação da categoria é legítima: em 7 de abril a Ifood conseguiu derrubar uma liminar que havia sido emitida dois dias antes pela Justiça do Trabalho e que obrigaria a empresa a adotar duas condutas no contexto da pandemia. Uma delas seria o fornecimento de itens de proteção individual e higienização aos entregadores, como o álcool em gel; a outra seria a obrigatoriedade de

⁷ Conferir: <https://g.co/doodle/6og7a>. Último acesso em 17/05/2020.

pagamento de uma renda mensal e não menor que o salário mínimo àqueles entregadores que hoje fazem parte dos grupos de riscos para a COVID-19 e se veem impedidos de trabalhar. Para a magistrada que decidiu em favor da Ifood, os entregadores são somente ‘usuários das plataformas digitais’ fornecidas pelas empresas e possuem total liberdade de prestarem ou não seus serviços por meio das mesmas (Martínez-Vargas, 2020). Talvez seja essa uma parte do preço (injusto) a ser pago para a manutenção da essencialidade do fornecimento da alimentação nesses dias ‘anormais’.

Enquanto as notícias viralizaram por lá, todo o resto viralizava por aí

Por meio de diversos olhares que até então percorriam os cenários rotineiros que constituem aquilo que entendemos e vivenciamos como ‘normalidade’, têm também surgido cotidianamente e nas diferentes mídias dados diretamente relacionados à comida ou à falta dela em meio à pandemia. Agências multilaterais como a FAO/ONU e a OMC⁸ já anunciaram que há riscos iminentes e globais de desabastecimento de alimentos em decorrência da alteração dos ritmos dos trabalhadores rurais e dos bloqueios comerciais adotados após as quarentenas (Folha, 2020). Em meados de março e nos dias subsequentes aos decretos das quarentenas em várias cidades do mundo, circularam notícias acerca do medo do desabastecimento das prateleiras dos supermercados e da veloz corrida aos últimos em busca de suprimentos, especialmente alimentares (BBC, 2020; Rocha, 2020; Viejo, 2020).

Vale dizer que meio a esse plano e nos casos brasileiros, as notícias retrataram majoritariamente estratos médios e altos urbanos: as extensas filas que se formaram em mercados como Casa Santa Luzia e St. Marche, situados em bairros nobres da capital paulistana, são exemplares. Ao longo da primeira quinzena de março, a Casa Santa Luzia contabilizou um número de clientes 60%

⁸ Siglas para, respectivamente, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Organização Mundial do Comércio.

maior que o usual (Sampaio, 2020); o já citado St. Marche e lojas semelhantes, como as da rede Mambo, precisaram suspender seus serviços de entrega por conta do excesso de pedidos de compras que estavam recebendo⁹. Mas, contrastam com esses ares distintos provenientes dos bairros nobres das grandes cidades os dados alarmantes sobre a fome e a insegurança alimentar em meio à pandemia. Apesar do negacionismo do atual Poder Executivo, que reproduz constantemente o argumento infundado de que não existe fome no Brasil¹⁰, essa já era vivenciada pelos grupos e indivíduos mais pobres e vulneráveis, estando agora reforçada e escancarada nas primeiras páginas dos jornais mais populares.

Em 2018, de acordo com dados publicados pelo IBGE e replicados na revista *Veja* em novembro de 2019, 13,5 milhões de brasileiros viviam em situação de pobreza extrema (Veja, 2019), ou seja, passavam fome e viviam sob o espectro da insegurança alimentar e nutricional. Dizer que alguém vive em pobreza extrema no Brasil é o mesmo que dizer que uma pessoa possui, em média, menos de 150 reais por mês para pagar todas as suas contas: ou seja, para viver e estar no mundo. Por sua vez, dizer que alguém se encontra em estado de insegurança alimentar significa afirmar que essa pessoa não tem acesso permanente e assegurado a uma dieta que supra, de modo saudável e em quantidades suficientes, suas necessidades nutricionais. Partindo do Guia Alimentar para a População Brasileira (cuja primeira versão foi publicada pelo Ministério da Saúde em 2006), devemos ler ‘de modo saudável’ como a

⁹ Há diferentes reportagens e matérias disponíveis sobre isso. Uma delas, da *Folha de SP*, registrou que o Santa Luzia é o tipo de mercado onde “(...) meio quilo de cogumelos morilles sai por R\$1.827,00. Um vinagre balsâmico [...] custa R\$1.245,00. Vinho de Bordeaux, R\$5.802,00 (...)” (Nogueira, 2020, s/p). Noutra, lemos o depoimento de uma publicitária que sugere que “(...) se olhe para o que as pessoas estão levando nos carrinhos: ‘Tem papel higiênico, mas também frios maravilhosos, geleias de marmelo e *abricot*, *croissants* recheados. Rico morre em grande estilo!’” (Sampaio, 2020, s/p, grifos nossos).

¹⁰ Entre abril e julho de 2019, Jair Bolsonaro e alguns representantes oficiais do seu governo, como a Ministra Tereza Cristina, negaram repetidamente os dados acerca da fome e da insegurança alimentar no Brasil. Jair Bolsonaro, por exemplo, explicitou que quaisquer afirmações acerca da fome no país eram mentirosas e se tratavam de ações populistas. Vejam exemplos nos *links*: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html e <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/brasileiros-nao-passam-fome-porque-tem-mangas-nas-cidades-diz-ministra.shtml>. Últimos acessos em 10/04/2020.

possibilidade de consumir em média 3 refeições diárias, em lugares calmos e salubres, feitas a partir de ingredientes variados, preferencialmente in natura ou minimamente processados (Guia, 2014). Faz parte do conceito de segurança alimentar, ainda, que o orçamento gasto para a garantir não comprometa o pagamento de outras necessidades básicas, como moradia.

Se fizermos cálculos aproximados com números provenientes do período que citamos há pouco e, novamente, a partir de estudos do IBGE, vemos que a taxa de desemprego no Brasil entre 2018 e 2019 estava em torno de 11,9%, com relação a uma População Economicamente Ativa de 61% do contingente de aproximadamente 211,3 milhões de brasileiros. Não é uma coincidência que o número de desempregados à época, 15,3 milhões, seja relativamente próximo ao número daqueles vivendo em extrema pobreza e, novamente, passando fome e sem acesso mínimo a uma dieta que o próprio Estado entende e veicula como apropriada. Vale a ressalva de que possíveis diferenças nesses números devem ser pensadas considerando a taxa de informalidade dentre os empregados do país na mesma época: mais de 40% dos trabalhadores brasileiros eram informais em 2018, sendo que para os trabalhadores do estado do Pará, por exemplo, esse número superou 60% (Ministério, 2019; IBGE, 2020). Com a pandemia, os números tendem a aumentar.

A título de comparação, em 2009, quando o Brasil gozava de uma taxa de desemprego em torno de 8%¹¹, os resultados de uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontaram que mais de 30% da população brasileira apresentava algum grau de insegurança alimentar. Já em 2017, um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual da Paraíba publicou um artigo revisando vários estudos e estatísticas feitos entre 2004 e 2013 acerca do tema. Considerando dados como os de base populacional e os disponibilizados pelas creches/escolas e cadastros governamentais, os pesquisadores registraram que alguns municípios brasileiros chegavam a ter mais de 80% de sua população

¹¹ Cf. Farid, 2010.

vivendo com algum grau de insegurança alimentar. O grupo ainda calculou que a média ponderada para a incidência de insegurança alimentar nas crianças das escolas e creches do país ultrapassou os 60% nesse período. Os números pessimistas também diziam respeito àqueles que tinham acesso a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Assim, os autores concluíram que achados como esses “(...) são alarmantes e evidenciam que, apesar dos avanços observados na diminuição das desigualdades no Brasil, ainda é grande o contingente de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar (...)” (Bezerra et al, 2017, p. 648).

Sabemos que há muitas perguntas a serem feitas com relação à pandemia em um momento ainda com poucas possibilidades de respostas. Mal temos testado as pessoas no Brasil; tudo demonstra que a nossa subnotificação de doentes é imensa e que há muita gente nas ruas desesperada, desempregada e passando fome. Nesse cenário não deve ser menor a preocupação relacionada à propagação do novo coronavírus entre pessoas miseráveis e famintas, que têm na mesa um local de preocupação, de insegurança e, não deixaria de dizer, de tristeza constantes. Para essas pessoas não há filas em supermercados, novas receitas ou dicas culinárias: da mesma forma, não há álcool em gel, não há água sanitária, sabonetes ou máscaras, agora essenciais à proteção de todos os indivíduos, sem exceção. Por que podemos afirmar isso? Porque comida, conforme já dissemos, é a própria sobrevivência humana e, se chega a faltar, a vida corre risco. É certo que, onde falta comida, falta toda sorte de outras coisas materiais, as mais essenciais inclusive.

Nem voucher, nem cesta: são tempos de renda básica

O Estado brasileiro não possui um histórico de pensar sistematicamente (e a longo prazo) políticas públicas para erradicar a fome, como Josué de Castro (1961 [1946]) anunciou há mais de 70 anos em sua *Geografia da Fome*, do mesmo modo que Gilberto Freyre (1944) registrava em *Olinda*, à mesma época,

que eram as igrejas a instituição colonial de amparo e atenção àqueles grupos negligenciados pelo Império, incluindo neles os doentes e famintos. Podemos pensar, de modo análogo, o papel das escolas públicas: para além de instituição que garante o direito fundamental à educação, é na escola onde se come com frequência e em quantidades que, muitas vezes, não se pode comer em casa. Com as creches e escolas fechadas, a fome entre as crianças se manifestou de modo massivo (Ferreira, 2020; Rodrigues, 2020; Veiga, 2020). Não à toa, as notícias relacionadas à fome nas últimas semanas informam a ação de pastorais, igrejas, lideranças comunitárias e outros voluntários que distribuem nesse momento refeições e cestas básicas aos milhares, inclusive em terras indígenas, para aqueles negligenciados pelo Estado, dentro e fora das grandes cidades. É inegável que os governos anteriores e mais progressistas avançaram a pauta: o Programa Fome Zero e a extensão do próprio Programa Bolsa Família são exemplos disso. Mas tanto o conjunto dos números há pouco citado, quanto o reconhecimento de que várias associações civis ainda cumprem um papel fundamental na sobrevivência dessas pessoas que passam fome, evidenciam que há muito a ser feito, porém pelo Estado.

A explicitação da ausência deste tipo de política pública neste momento não é leviana: o direito à segurança alimentar é garantido pela nossa Constituição, como lemos na Emenda Constitucional Nº64 de 2010 e na Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006, que instituiu o SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Junto à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança e previdência social, a alimentação boa, saudável e em quantidades suficientes é um direito cidadão a ser garantido pelo Estado.¹² Afinal, não existe possibilidade de falar em cidadania alguma quando se passa fome. O que podemos fazer para nos valer desse direito? As respostas são diversas e podemos, em breve, esboçar mais sobre elas. Porém, pensando o efeito direto que esses dias de pandemia tiveram e têm nas mesas do Brasil, um dos caminhos

¹² Acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm.

para viabilizar esse nosso direito é, sem dúvidas, a ampliação de um programa de transferência de renda massivo, a exemplo de uma renda básica universal. Não estamos falando de ‘coronavoucher’ de R\$200 ou R\$600: ainda que esses valores não sejam desprezíveis para quem passa fome, são uma afronta à questão da segurança alimentar e nutricional no Brasil, direito cidadão e fundamental.

Observando dados provenientes das últimas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), aplicadas em todo o país pelo IBGE, as famílias com renda de até dois salários mínimos gastam mais de 60% dela com alimentação e moradia. Por sua vez, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) publicou, ainda nas primeiras semanas deste ano, que os valores das cestas básicas haviam aumentado em 11 capitais brasileiras: em São Paulo e no Rio de Janeiro são necessários gastos acima de R\$500 para mensalmente adquirir itens de cesta básica que, nesse caso, considera a variedade necessária às mesas e às panelas para atender os requisitos da segurança alimentar e nutricional da população. Já a cesta básica como é popularmente conhecida, organizada em um pacote ou uma caixa a partir de produtos como café, açúcar, arroz, feijão, macarrão e óleo é, digamos, o mínimo necessário para que as pessoas não passem fome, mas não representa o que é nutricionalmente seguro e prazeroso, para lembrarmos que partimos do princípio de que alimentação é algo bastante complexo e não se resume à nutrição. As perguntas que ecoam disso tudo são: quem pode, hoje e meio à pandemia, continuar em situação de garantia da segurança alimentar e nutricional? Quem poderá, ainda, quando a pandemia passar? A resposta é simples: aqueles que têm acesso à renda necessária para tanto.

Se tivéssemos por aqui um quadro social de maior equidade, possibilitado a curto prazo somente com a aplicação de um projeto de renda básica universal – já que nossas experiências demonstram que não podemos contar com a possibilidade de pleno emprego constante –, uma parte considerável do falso dilema em torno do isolamento social e da extensão das quarentenas estaria resolvido. Isso porque todos os cidadãos – fossem eles os desempregados ou os

grandes empresários; os que compram comidas nos mercados populares ou no St. Marche – teriam uma quantia mínima garantida para viver nesses momentos de ruptura da ‘normalidade’, que não controlamos. Poderíamos parar variados setores da economia com menos medo de morreremos de fome, certamente. Somente aqueles setores mais fundamentais (a exemplo da saúde, da produção de alimentos, de prestação de alguns serviços e da educação, pensando aqui a ciência e suas atividades de pesquisa necessárias à superação de uma pandemia) precisariam colocar pessoas para circular, caso existisse essa garantia de uma renda básica e universal, suficiente para o próprio capitalismo e seus mercados não sucumbirem às crises levando consigo os grupos mais vulneráveis, incluindo os famintos.

Há anos o DIEESE calcula quais seriam os valores mensais necessários ao pagamento das contas básicas nas diferentes capitais brasileiras, incluindo aquelas ligadas a todos os direitos cidadãos apontados em nossa Constituição. Em 6 de fevereiro deste ano o órgão publicou que “(...) em janeiro de 2020, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 4.347,61, ou 4,18 vezes o mínimo já reajustado de R\$ 1.039,00” (DIEESE, 2020, p.1). É evidente que existe um abismo entre os R\$200 inicialmente propostos pelo atual governo para o ‘coronavoucher’; os R\$600 que vão, finalmente, socorrer uma parte dos brasileiros pobres e miseráveis nos próximos meses e as estatísticas publicadas por órgãos como o DIEESE e o IBGE, sempre negadas por Jair Bolsonaro e seu governo. É certo, ainda, que existe um limite relacionado às possibilidades que o Estado terá para arcar com as diferentes consequências de uma crise como a que vivemos hoje por conta da pandemia. Entretanto, é preciso chegarmos aos valores que corresponderão ao devido balanço entre aquilo que a população vive na pele e no estômago, na pandemia e além dela, e aquilo que o Estado precisa fazer para garantir os direitos que são fundamentais à sua população, sendo a segurança alimentar e nutricional um deles.

Apontamos que as desigualdades e misérias por aqui são imensas, mas sabemos que isso não significa dizer que o Brasil seja um país pobre. O Brasil também é um país de milionários, sabemos, subtaxados e que pouco contribuem para as questões da desigualdade e suas consequências, sejam materiais ou simbólicas. Até quando vamos sustentar isso como algo ‘normal’? Refletindo conjuntamente - Estado, pesquisadores de variadas áreas, lideranças comunitárias e religiosas, técnicos e especialistas - podemos chegar a valores dentro do universo dos possíveis e viabilizar a implementação de um programa de renda básica universal por aqui, já que nem as cestas básicas são mais suficientes para garantir as sobrevivências dos famintos. Resolvidos os problemas da miséria, da fome e da insegurança alimentar e nutricional por meio de uma garantia de acesso permanente e contínuo a uma renda que seja suficiente para acessar outros direitos fundamentais, sobrarão energias para discutirmos e agirmos contra todo o resto que já nos ameaça.

Nas últimas décadas e no Brasil, já colocamos em risco e em processo de degradação as vidas de centenas de espécies, como o pato-mergulhão, a harpia, o lobo-guará e o cachorro-vinagre. Extinguimos, no mundo, dezenas de outras espécies, como os rinocerontes brancos; as tartarugas gigantes de Galápagos; as girafas brancas e as ararinhas-azuis. Se, a exemplo do novo coronavírus, da fome e da miséria, já estamos em risco, iremos nos deixar extinguir pela crise climática? Os tempos não são e nem serão fáceis, é isso que a pandemia nos mostra sem pudor e sem pedir licença: pensar o que podemos fazer de novo ou mudar a partir desta constatação é o outro lado dessa mesma história, que já se mostra urgente.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan; ASFORA, Wanessa. Dossiê Alimentação e Gênero. *Cadernos Pagu*, Núcleo de Estudos de Gênero. Campinas: Unicamp, 2012.

BBC. Coronavirus: How do I get a food parcel? *BBC*, Business, 03/04/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-51737030>>. Último acesso em: 17/05/2020.

BBC BRASIL. Brasileiros estão entre os 10 maiores consumidores globais de refrigerantes, vilões da saúde. *BBC Brasil*, News, 13/04/2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47806485>>. Último acesso em: 17/05/2020.

BENSUSAN, Nurit. Nós, os outros animais, a devastação do planeta e a pandemia nossa de cada dia. Instituto Socioambiental, *Blog do ISA*, 01/04/2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/nos-os-outros-animais-a-devastacao-do-planeta-e-a-pandemia-nossa-de-cada-dia?utm_source=isa&utm_medium=site&utm_campaign=Covid-19&fbclid=IwAR0hZ4zn2UzBd5qXvEp3NhWuZe9ZEzyKlaIpc_bzxbKxyudGz4wOIBsYb8>. Acesso em: 02/04/2020.

BEZERRA, Thaíse Alves; OLINDA, Ricardo Alves de; PEDRAZA, Dixis Figueroa. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. *Revista Ciênc. Saúde Coletiva*, 22 (02), 2017: 637-651. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0637.pdf>>.

BRIGUGLIO, Bianca. *Cozinha é lugar de mulher?* A divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP: Campinas, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/345669>>. Acesso em 04/08/2020.

BRUM, Eliane. O futuro pós-coronavírus já está em disputa. *El País*, Opinião, 08/04/2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opinion/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html>>. Acesso em 10/04/2020.

CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 7ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. 2 vol.

DIEESE. Nota à imprensa. *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos*, 06/02/2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202001cestabasica.pdf>>. Acesso em: 12/04/2020.

FAO. A fome volta a crescer no mundo, afirma novo relatório da ONU. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, *FAO no Brasil*, 15/09/2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1037611/>>. Último acesso em: 17/05/2020.

FAO. Fome aumenta no mundo e na América Latina e no Caribe pelo terceiro ano consecutivo. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, Notícias, 11/09/2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1152189/>>. Acesso em: 26/09/2019.

FARID, Jacqueline. Desemprego no Brasil sobe para 8,1% em 2009. *Estadão*, Economia & Negócios, 28/01/2010. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-no-brasil-sobe-para-8-1-em-2009-aponta-ibge,502867>>. Último acesso em 17/05/2020.

FERREIRA, Philip. O coronavírus nos mostrou o papel vital que as escolas desempenham. *Jornal de Brasília*, Educar é Ação, 15/03/2020. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/educar-acao/o-coronavirus-nos-mostrou-o-papel-vital-que-as-escolas-desempenham/>>. Último acesso em: 17/05/2020.

FOLHA. ONU e OMC alertam para risco de escassez de alimentos por crise do coronavírus. *Folha de S.Paulo*, Mercado, 01/04/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/onu-e-omc-alertam-para-risco-de-escassez-de-alimentos-por-crise-do-coronavirus.shtml>>. Último acesso em 15/05/2020.

FORBES, Alexandra. Enquanto milhares de chefs temem quebrar, um atreve-se a abrir restaurante novo. *Folha de S.Paulo*, Colunas e Blogs, 05/04/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandraforbes/2020/04/enquanto-milhares-de-chefs-temem-quebrar-um-atreve-se-a-abrir-restaurante-novo.shtml>>. Último acesso em: 17/05/2020.

FREYRE, Gilberto. *Olinda: 2º Guia prático, histórico e sentimental da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. Coleção Documentos Brasileiros, v.49, 2ª ed.

GALLETI, Camila Carolina H. Falta de pão e violência doméstica em tempos de coronavírus. *Blog da Revista Espaço Acadêmico*, 03/04/2020. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2020/04/03/falta-de-pao-e-violencia-domestica-em-tempos-de-coronavirus/#_ftn3>. Acesso em: 11/04/2020.

GUIA. *Guia alimentar para a população brasileira*. Ministério da Saúde: Brasília, 2014. 2ª ed. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 08/04/2020.

HAWKING, Stephen. *Breves respostas para grandes questões*. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

IBGE. Munic: mais da metade dos municípios brasileiros não tinha plano de saneamento

básico em 2017. *Agência IBGE Notícias*, Estatísticas Sociais, 20/09/2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22611-munic-mais-da-metade-dos-municipios-brasileiros-nao-tinha-plano-de-saneamento-basico-em-2017>>. Acesso em 11/04/2020.

IBGE. Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde. *Agência IBGE Notícias*, Estatísticas Sociais, 14/02/2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>>. Último acesso em 17/05/2020,

KOUTSOUKOS, Sandra S. Machado. *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. LATOUR, Bruno. *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. N-1 Edições, Textos, n°008. Originalmente publicado em 29/03/2020, em francês. Tradução de Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/008-1>>. Acesso em 13/04/2020.

LIMA, Ana Gabriela Morim de; SCARAMUZZI, Igor; OLIVEIRA, Joana Cabral de; SANTONIERI, Laura; CAMPOS, Marilena A. de Arruda; CARDOSO, Thiago Mota. *Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais*. Brasília: Mil Folhas/IEB, 2018.

MARTÍNEZ-VARGAS, Ivan. Ifood derruba liminar que o obrigava a pagar entregadores afastados por coronavírus. *Folha de S.Paulo*, Mercado, 07/04/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/ifood-derruba-liminar-que-o-obrigava-a-pagar-entregadores-afastados-por-coronavirus.shtml>>. Acessado em: 09/04/2020.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Brazil: Cosac & Naify, 2003.

MINISTÉRIO. *PNADc-IBGE: trimestre jan-mar/2019*. Ministério da Economia, Secretaria de Política Econômica, 30/04/2019. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/emprego-e-renda/2019/ie-pnadc-marco-2019.pdf>>. Último acesso: 17/05/2020.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: Senac, 2008.

NOGUEIRA, Marcos. Coronavírus escapa do supermercado dos ricos pelo elevador de serviço. *Folha de S.Paulo*, Blogs, Cozinha Bruta, 16/03/2020. Disponível em: <<https://cozinhabruta.blogfolha.uol.com.br/2020/03/16/coronavirus-escapa-do-supermercado-dos-ricos-pelo-elevador-de-servico/>>. Último acesso: 17/05/2020.

ONU. *Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus*. Nações Unidas Brasil, 06/04/2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em: 12/04/2020.

POLLAN, Michael. *Cozinhar: uma história natural da transformação*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAYNER, Jay. Chefs and restaurateurs fear they may go under after coronavirus closures. *The Guardian*, World, 22/03/2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/mar/22/chefs-and-restaurateurs-fear-they-may-go-under-after-coronavirus-closures>>. Último acesso em: 17/05/2020.

RIBEIRO, Djamila. Doméstica idosa que morreu no Rio cuidava da patroa contagiada pelo coronavírus. *Folha de S.Paulo*, Colunas e blogs, 19/03/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/03/domestica-idosa-que-morreu-no-rio-cuidava-da-patroa-contagiada-pelo-coronavirus.shtml>>. Acesso em 02/04/2020.

ROCHA, Camilo. Coronavírus: quais os riscos de desabastecimento no país. *Nexo*, Expresso, 23/03/2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/03/20/Coronav%C3%ADrus-quais-os-riscos-de-desabastecimento-no-pa%C3%ADs>>. Acesso em 09/04/2020.

RODRIGUES, Artur. Demora nas ações de auxílio e invisibilidade de grupos agravam fome. *Folha de S.Paulo*, Equilíbrio e Saúde, 10/04/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/demora-nas-acoes-de-auxilio-e-invisibilidade-de-grupos-agravam-fome.shtml>>. Último acesso em: 17/05/2020.

SAMPAIO, Paulo. Em mercado de elite de SP, clientela estoca mantimentos para encarar vírus. *UOL*, Coluna, 14/03/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/paulo-sampaio/2020/03/14/em-mercado-de-elite-de-sp-vips-estocam-alimentos-para-enfrentar-virus.htm>>. Último acesso em 17/05/2020.

SBAC. Qual a situação da diabetes no Brasil? *Sociedade Brasileira de Análises Clínicas*, Notícias, 26/11/2018. Disponível em: <<http://www.sbac.org.br/blog/2018/11/26/qual-a-situacao-da-diabetes-no-brasil/>>. Acesso em 10/04/2020.

SBD. *O que é diabetes?* Sociedade Brasileira de Diabetes, 2019. Disponível em: <<https://www.diabetes.org.br/publico/diabetes/oque-e-diabetes>>. Acesso em 10/04/2020.

SEGATTO, Rita Laura. *O Édipo negro: a dupla negação de gênero e raça*. Série Antropologia, nº400, Departamento de Antropologia da UnB, Brasília: 2006. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie400empdf.pdf>>.

SOPRANA, Paula. Sem proteção, motoboys enfrentam risco do coronavírus e filas em supermercados. *Folha de S.Paulo*, Mercado, 25/03/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/sem-protecao-motoboys-enfrentam-risco-do-coronavirus-e-filas-em-supermercados.shtml>>. Acesso em: 09/04/2020.

VEIGA, Edison. Pandemia do coronavírus pode levar fome a quem depende da merenda escolar. *Deutsche Welle*, Brasil, 24/03/2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/pandemia-do-coronav%C3%ADrus-pode-levar-fome-a-quem-depender-da-merenda-escolar/a-52900622>>. Último acesso em 17/05/2020.

VEJA. Brasil alcança recorde de 13,5 milhões de miseráveis, aponta IBGE. *Veja*, Economia, 06/11/2019. Conferir: <<https://veja.abril.com.br/economia/brasil-alcanca-recorde-de-135-milhoes-de-miseraveis-aponta-ibge/>>. Último acesso em 17/05/2020.

VIEJO, Manuel. La explicación psicológica a la lista estrella de la compra en cuarentena: cerveza, aceitunas y patatas. *El País*, Madrid, 02/04/2020. Disponível em: <https://elpais.com/espana/madrid/2020-04-01/la-explicacion-psicologica-a-la-lista-estrella-de-la-compra-en-cuarentena-cerveza-anchoas-aceitunas-y-patatas-fritas.html?utm_source=Facebook&ssm=FB_CM&fbclid=IwAR3JGI31qmPOip9F4MXXJj0BAPbhUnsAmG2iuTnHqeoRV5SZgcZbO_gGk3U#Echobox=1585814154>. Último acesso em: 15/05/2020.

COM ÊNFASE NO TRABALHO DOMÉSTICO: O MITO DO CUIDADO E A PERSPECTIVA DO CARE NO CONTEXTO DA COVID-19

Michelle Franco Redondo¹

Ao atravessar um determinado rio, o Cuidado avista um pouco de argila, ele pára, pensativo e começa a moldar algo com a forma de um humano. Enquanto Cuidado contempla o que tinha feito, Júpiter surgiu. Então, Cuidado pediu para Júpiter dar vida àquela criatura e foi atendido prontamente. Quando Cuidado quis nomear a criatura com o seu próprio nome, Júpiter proibiu-o e disse que o nome a ser dado deveria ser o dele. Enquanto eles discutiam, Terra se levantou e sugeriu seu próprio nome, afinal havia dado o corpo à criatura. Diante desse impasse, eles decidiram convocar Saturno como juiz que assim intercedeu: Você, Júpiter, você deu o espírito, o sopro de vida, a essa criatura e terá sua alma quando ela morrer. Terra, você ofereceu-lhe seu corpo e a você ele retornará com a sua morte. Cuidado, você foi quem primeiro lhe deu forma, por isso irá possuí-lo, enquanto ele viver. Mas, por que entre vocês há controvérsia sobre o nome a lhe ser dado, que ele seja chamado Ser- Humano, pois ele é feito de húmus²

Este é o mito do Cuidado, originalmente nomeado mito Cura³, ele foi escrito por Gaius Iulius Hyginus no período da Roma Antiga e é o de número

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Ciência Política pela Université Paris 8. Membro do Laboratório de estudos do gênero e da sexualidade-LEGS. Dedicuei-me ao estudo da perspectiva do *Care* com ênfase no trabalho doméstico realizado por imigrantes *au pair* na França.

² Ao considerar as palavras “homo” e “humo” encontradas na versão em latim também seria possível a tradução “que ele seja chamado Terrestre, pois é feito de terra”. No entanto, foi privilegiado uma forma mais comum de se referir a ideia de humanidade para evitar estranhamentos durante a leitura.

³ “CURA. MIT. Deusa da Inquietação, que fez um homem dum monte de argila, pedindo Júpiter, que lhe desse vida. Houve disputa sobre quem devia o nome. A Terra pretendeu que tal direito lhe pertencia por ter saído do seu seio a matéria de que o homem a fizera. Júpiter alegava que lhe havia dado forma. Saturno, nomeado árbitro na contenda, decidiu a favor da Terra, de quem saíra a matéria para a formação do homem, mas ordenando que a inquietação o possuísse durante toda a vida.” (Correia et al, 1957 p. 287).

220 dentre os 270 contidos em seu livro *Fábulas*. Enquanto mito, ele permite contar, revelar e explicar (BRUNEL, 1988, p. 8) uma invenção verbal da realidade, permitindo o acesso a uma forma de pensar (CAZIER, 1994, p. 16). No caso presente, refere-se à forma de pensar o cuidado e sua relação com o ser-humano. Assim, por meio deste mito, podemos acionar a necessidade de refletir sobre o cuidar e o cuidado, que se faz emergencial com a pandemia da Covid-19 causada pelo vírus Sars-CoV-2. Para nos auxiliar nesta tarefa, partimos dos estudos acadêmicos que objetivaram o cuidado e o cuidar e que conformaram uma perspectiva analítica denominada Care. Neste texto, será realizado um estudo do mito do Cuidado pensando-o como uma alegoria do conceito e dos fundamentos desses estudos, com o intuito de revelar algumas ferramentas para pensarmos nosso presente e construirmos um novo horizonte possível.

Iniciados nos Estados Unidos em 1980 por Carol Gilligan (2008), os estudos do care foram difundidos mantendo sua grafia original, devido à possibilidade de expressar ao mesmo tempo a ideia de verbo (ação)_cuidar_ e a ideia de substantivo (nome)_cuidado_ no seu termo em inglês. Por esta razão, esta formulação do termo será mantida no presente texto. Além desse aspecto, a não tradução do termo care sugere a filiação ao pensamento feminista e evidencia aquilo que se construiu como perspectiva do care entre ética, com Carol Gilligan, e moral, com Joan Tronto (2009)⁴.

O Care abarca o cuidado como uma regência da vida que precisa ser colocada em evidência. A essência estruturante do cuidado e do cuidar é destacada pelo Care tanto no âmbito individual, quanto pelo lugar que ele ocupa no mundo social (PAPERMAN, 2005; TRONTO, 2009). Ao encontro do Care, a alegoria apresentada pelo Mito do Cuidado nos revela que a existência do ser humano, tanto em sua origem, quanto em sua trajetória, estaria submetida ao cuidado e que a interdependência e a vulnerabilidade são intrínsecas nas relações. Estes

⁴ Paperman (2009) discorre sobre a preferência pelo termo “perspectiva” em detrimento ao termo “teoria”, pois o primeiro indica uma postura que, a priori, não é explicativa, mas, sim, descritiva. Nesse caso, entende-se teoria como “algo rígido, dogmático (sistema de pensamento, regras de trabalho fixos, intransigentes ao invés de esquemas ou de perspectivas abertas)” (Pennef, 2011, tradução própria).

aspectos também são evidenciados pelo cenário social e político circunscrito pela pandemia da COVID-19.

Com a iminência de mortes que poderiam ser evitadas se todos colaborassem, não é possível se esquivar da tomada de consciência da nossa vulnerabilidade e da ideia de que nossa existência está ligada à dos demais, somos interdependentes. Evidenciam-se, dessa maneira, as consequências do ato de cuidar no âmbito individual e social, assim como se discute a vulnerabilidade também no seu sentido político, pois uma parte da população tem menos condições de se cuidar, tornando-se mais vulnerável. Além disso, a não existência da cura para a COVID-19 faz com que o cuidar e o cuidado sejam a única possibilidade imediata de lidar com a doença. Portanto, nesta conjuntura, as palavras cura e cuidado se reaproximam, oferecendo-nos a lembrança da etimologia da primeira *_cura,ae_* expressa como cuidado, trazendo um significado também simbólico a medida em que o mito Cura passa a ser conhecido como mito do Cuidado.

Os personagens presentes neste enredo e suas respectivas formas no Latim são: Cuidado (*cogitātus*)⁵, Júpiter (*Iouis, Iúpiter*), Terra (*Tellus*), Saturno (*Saturnus*) e Ser- Humano (*Homo*).

O personagem Cuidado não possui uma história própria na mitologia Romana ou Grega. Ele é retratado pelo significado do seu nome - cura -, diligência, direção, administração, tratamento, inquietação (FERREIRA, 1995, p. 326). Nessa sua forma original, ele é substantivo feminino e masculino (CUNHA, 2010, p. 234).

Júpiter é o deus romano correspondente a Zeus para os gregos. Para os primeiros, ele é o grande deus do panteão, evocado como a divindade do

⁵ Em Houaiss (2009) encontra-se a etimologia da palavra “cura” como *cura,ae* que, por sua vez, é expressada como “cuidado, administração etc.” (HOUAISS, 2009, p. 586). Em Nascentes (1966, p. 225), na palavra cura encontra-se os seguintes dizeres “cuidado, assistência a um doente. O homem que cura (cuida) as almas: o padre.”. Portanto, esses dois dicionários auxiliaram na compreensão da associação do termo cura ao cuidado e, assim, entende-se porque o Mito Cura também é divulgado como mito do cuidado.

céu, da luz divina, das condições climáticas e também dos raios e dos trovões (GRIMAL, 2004, p. 261; HACQUARD, 1990 p. 197).

Terra é a personificação da Terra nutrícia, a deusa Terra correspondente à Gaia, ou Geia, para os gregos (GRIMAL, 2004, p. 435; HACQUARD, 1990 p. 294). Considerada como o princípio feminino da fecundidade, mãe por excelência, é muitas vezes associada a Júpiter (HACQUARD, 1990, p. 295), como é observado no dicionário de etimologia “Personificada e divinizada e unida a Júpiter” (ERNOUT; MEILLET, 2001, p. 679)⁶

Saturno é identificado com Cronos, deus grego. Ele foi destronado do Olimpo por Júpiter e instalou-se onde hoje se situa Roma, por isso é considerado por alguns o fundador desta cidade. Enquanto governou seu reinado conheceu a idade de Ouro e sua população, os aborígenes⁷, tiveram suas primeiras leis (GRIMAL, 2004, p. 414). “Sendo que ele criou uma família - e uma conduta - novas, ele se tornou o pai de Picus, ancestral de Latinus”⁸ (HACQUARD, 1990, p. 280, tradução própria).

E, finalmente, temos o personagem Ser-Humano (homo), que tem como uma das suas derivações a palavra humus – também com o sentido de terrestre, nascido da terra, em oposição aos deuses que são celestes (ERNOUT; MEILLET, 2001, p. 297).

Entre os personagens, o Cuidado é aquele que não se enquadra na oposição entre divino e humano, ele é de uma terceira categoria que pode ser vista como intermediadora entre o que é celeste e o que é terrestre. Sendo assim, no processo de criação do Ser-Humano, ele é o único personagem que não é divindade. Porém, é ele quem impulsiona o percurso desta feitura e promove a interação entre as divindades nela envolvidas. Além disso, o Cuidado é quem possui o Ser-Humano “enquanto ele viver”. Dessa maneira, tendo como simbologia o mito,

⁶ “*Personnifiée et divinisée et unie à Jupiter*”.

⁷ Os Aborígenes são, nas lendas romanas, os mais antigos habitantes da Itália central. “(...) Vivem sem leis, sem cidades, errantes e alimentam-se de frutos selvagens.” (GRIMAL, 2004, p. 1).

⁸ “*S’étant créé une famille et _ une conduite _ nouvelles, il était devenu père de Picus, ancêtre de Latinus.*”

pode-se dizer que o cuidado é fundador, intervindo e se fazendo necessário em cada etapa das nossas⁹ vidas.

O mito começa com a seguinte descrição: “O Cuidado avista um pouco de argila, ele para, pensativo, e começa a moldar algo com a forma de um humano.”, deixando claro que o Cuidado antecede às divindades Júpiter e Terra. Dessa forma, é o Cuidado que agirá para moldar uma existência futuramente humana e pode-se considerar Júpiter e Terra como correspondentes respectivamente ao masculino e ao feminino, assim como ao espírito e à matéria. Nos dois casos, o Cuidado se faz necessário para que haja essa união e dela se origine o Ser-Humano. Dessa maneira, além da ilustração de que a vida se faz por meio da interdependência, no caso do mito entre Terra, Júpiter e Cuidado, também se configura a essencialidade do Cuidado para a formação do novo ser.

A ilustração da essencialidade do cuidado em nossas vidas é reforçada no final do mito, quando ocorre a designação do Ser-Humano ao Cuidado: “Cuidado, você foi quem primeiro lhe deu forma, por isso irá possuí-lo, enquanto ele viver”. Sugere-se, portanto que, enquanto vivos, nós seres-humanos seremos (do) cuidado. Assim, fica clara nossa vulnerabilidade e nossa interdependência, bem como a correlação entre elas. Ambas, intrínsecas à nossa vida como seres vivos e sociais, na qual a vulnerabilidade é menos ou mais intensa em diferentes momentos, influenciando as relações de interdependência que estabelecemos. Estes aspectos são ressaltados na conjuntura pandêmica da Covid-19, pois nela, o pensar sobre nossa finitude e no quanto precisamos de outras pessoas e dos serviços por elas oferecidos para um cotidiano funcional e saudável, é apresentado no cenário socioeconômico de todas as nações. Nesse contexto, podemos afirmar que a Covid-19 explicitou a vulnerabilidade tanto no seu sentido ontológico, como condição comum a todos, quanto no sociopolítico, pois alguns grupos são mais expostos aos riscos, tornando-se mais vulneráveis. O caso das trabalhadoras domésticas no Brasil elucidada essa afirmação.

⁹ O termo “nossas” é, aqui, utilizado para não permitir que nem eu, nem o leitor sejamos afastados dessa consciência.

O exemplo mais emblemático foi o da primeira vítima da Covid-19, no estado do Rio de Janeiro, uma trabalhadora doméstica. Neste caso, para além do decreto N° 46.973¹⁰, feito pelo governo do Estado, que estabelecia o confinamento e orientava os patrões a dispensarem seus funcionários, havia duas especificidades importantes. Cleonice Gonçalves fazia parte do grupo de risco: ela tinha 63 anos, era diabética e hipertensa. A segunda era o fato de que seus patrões podiam ser um vetor de transmissão do vírus, pois estiveram na Itália durante o período pandêmico. Nenhum desses fatores foi suficiente para que a família, para qual ela trabalhava há mais de 10 anos, dispensasse seus serviços. Portanto, Cleonice, como tantas outras trabalhadoras domésticas, retrata a vulnerabilidade no seu sentido sociopolítico.

Segundo informações oferecidas pelo Dieese, o alto índice de informalidade no setor do trabalho doméstico no Brasil é retratado por 6,23 milhões de trabalhadoras domésticas, das quais 70% não têm carteira assinada. Apenas 38% contribuem para a Previdência Social, o que, em situação de desemprego, as deixam desassistidas pelo sistema de seguridade e impedidas de receber auxílio-doença ou auxílio-desemprego¹¹. Portanto, as trabalhadoras do serviço doméstico apresentam-se ainda mais vulneráveis durante a pandemia, pois dependem da consciência dos seus patrões para a manutenção de alguma estabilidade financeira e para poderem evitar o contágio pelo vírus Sars-CoV-2.

A campanha “Cuide de quem cuida de você”, apoiada pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), teve início com um manifesto por uma quarentena remunerada para as trabalhadoras domésticas¹².

¹⁰ Decreto n° 46.973 de 16 de março de 2020. Secretaria de Estado da fazenda do Rio de Janeiro. 17.03.2020. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/oracle/webcenter/portallapp/pages/navigation-renderer.jsp?_afzLoop=15887264659268360&datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC4200008239&_adf.ctrl-state=15gitunqmj_9

¹¹ Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. DIEESE. 15.07.2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.html>

¹² Esta campanha foi impulsionada nas redes sociais pelo estudante de Ciências Sociais, Marcelo Rocha. Inspirado pela situação de vulnerabilidade da sua mãe, uma trabalhadora doméstica de 63 anos que deveria

Demonstrou-se, assim, a necessidade de mobilização para a tomada de consciência da posição de vulnerabilidade dessas trabalhadoras. Além disso, o título da campanha chama a atenção para a interdependência dentro da cadeia de cuidados e configuração do trabalho doméstico como um trabalho do care. Nesse sentido, o cuidar da casa e/ou dos filhos de alguém é possibilitar que essa pessoa dedique seu tempo a outra atividade e nela se desenvolva. No caso do cuidado com os filhos, a dedicação e a influência na construção do indivíduo são ainda mais direta¹³.

Seja o cuidar direto ou indireto, ele está presente no cotidiano das trabalhadoras domésticas e a influência no desenvolvimento daqueles para quem é executado vai ao encontro da análise sobre o mito do Cuidado e das premissas dele retiradas: é a partir do cuidado que se faz o ser-humano e ao cuidado o ser-humano está designado. As quais também são encontradas na definição do care proposta por Joan Tronto e Bérénice Fischer em 1990:

[...] uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e auto-sustentável. (Tronto & FischeR, 2009, p.143)

Nessa definição proposta por Tronto e Fischer, fica o registro de como o care é uma atividade da própria espécie e a base para a construção da humanidade. As mesmas ideias presentes nas premissas do mito, que apontam para a centralidade do cuidado e do cuidar na vida dos seres-humanos como essenciais na construção da humanidade, são também observáveis na realização dos trabalhos do care e portanto, no trabalho doméstico.

continuar a realizar faxinas durante a pandemia.

¹³ Para maiores informações sobre as classificações do trabalho do care, consultar REDONDO, Michelle. Trajetórias do care: *De au pair a nounou. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)*. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2018.

Outra alegoria oferecida pelo mito para entendermos os estudos do Care está ligada às suas dimensões e seus aspectos morais. Para Tronto (2009), o care não se limita às interações entre os humanos; nele também está nossa interação com o ambiente, tornando-se uma prática que comporta quatro fases: importar-se com (*caring out/se soucier de*), encarregar-se de (*taking care of/prendre en charge*), cuidar de (*care giving/prendre soin*) e a última fase que é receber o cuidado (*care receiving/recevoir le soin*). Cada uma dessas fases comporta uma categoria moral sendo elas: a atenção, a responsabilidade, a competência e a capacidade de resposta. Estes aspectos morais e suas correspondentes etapas encontram ilustração no mito, pois antes do personagem Cuidado agir, a terra estava apenas em algum lugar perto do rio. Foram suas atitudes que geraram novas oportunidades e a continuidade no processo que culmina no cuidar.

Em confluência com o as dimensões do care (Tronto, 2009), quando Cuidado encontrou a argila pode-se dizer que, primeiramente, ele se importou com ela. Ao dar-lhe atenção, ele viu uma possibilidade e esta pode ser representada como o ato de identificar a necessidade do care. Configura-se, dessa maneira, a primeira etapa do processo do care, na qual o Cuidado acolhe a argila. Na sequência, ele decide encarregar-se da argila e, assim, fazer algo em relação ao que identificou. Portanto, o Cuidado se engaja mesmo não sendo sua obrigação. Logo, ele mobiliza sua responsabilidade diante da situação. No entanto, é preciso fazer algo com o que foi identificado e com a responsabilidade assumida, concretizando, dessa forma, o trabalho efetivo. É nesse momento que o personagem principal do mito irá cuidar de. Sua competência é a de moldar e, ao receber esse cuidado, a argila responde tomando a forma de um ser humano; e, portanto, mostrando sua capacidade de resposta. Assim, finaliza-se um processo do care, que cumpriu as quatro fases descritas por Tronto (2009) e se inicia a possibilidade de um novo processo. Este começa pela identificação da possibilidade de dar vida à criatura, passando pelo engajamento em interceder pela concretização dessa necessidade e pelo trabalho efetivo - concretizado em um pedido -; e finaliza com a resposta da criatura, que se transforma em ser-

humano. Dessa forma, o personagem Cuidado condensa em suas ações aquilo que representa: o cuidar. Suas ações demonstram que todo cuidado aponta para uma possibilidade e a sua realização, por sua vez, culmina nas quatro dimensões do care definidas por Tronto (2009).

As dimensões do care e seus aspectos morais contribuem na elaboração do cuidar e do cuidado passando por etapas, as quais exigem esforços e que, portanto, fazem com que sua conclusão não seja evidente. Pode-se assim utilizá-las não apenas na análise das situações, mas também para valorizar quem consegue realizá-las, pois passamos a compreender os processos que as envolvem, desnaturalizando-os.

Para continuar a reflexão sobre o cuidar e o cuidado também é possível esmiuçar os gestos do personagem Cuidado e expressá-los por sinônimos do substantivo que o nomeia. Desta maneira, evidenciam-se as palavras associadas ao Care e o possível diálogo com o mito. Neste caso, no momento em que Cuidado encontra a argila, pode-se dizer que ele pensou, meditou e imaginou algo, assim como teve desvelo, atenção, solicitude, vigilância, diligência em relação à argila. Durante todo o processo é possível deduzir que os gestos do Cuidado foram permeados de cautela e de precaução. Logo, as ações do personagem Cuidado elucidam exatamente o significado do seu nome. Desta perspectiva entende-se também que, para ele, seus sentimentos e suas ações são concomitantes, aspecto mais perceptível se temos como base a versão original do mito, na qual a palavra utilizada para descrever a ação do Cuidado em relação à argila é *fingere*. Esse verbo recebe como tradução, tanto o significado de modelar - caracterizando uma ação -, quanto o de imaginar, inventar (FERREIRA, 1995, p. 487), reforçando assim a ideia de que, ao cuidar de algo, o agir e o pensar estão juntos.

No mito, a descrição do momento em que Cuidado pega a argila até a interpelação que ele realiza pela vida que moldou envolve sensações, emoções e ações que ilustram seus esforços físicos e psíquicos. O resultado desse conjunto de esforços é o trabalho que o Cuidado executou, o de fazer a modelagem de um ser e apontar para uma vida. Nesse contexto, assim como para os estudos do

care, o trabalho é entendido em um sentido amplo, não apenas ligado ao vínculo empregatício. Por meio do mito também é possível destacar que o trabalho do Cuidado, aqui associado ao trabalho do care, é fundamental, ainda que precise de outros fatores para alcançar sua maior potência - a humanização. Dessa forma, pode-se afirmar que é a partir do trabalho do cuidado (care) que se produz e, por consequência, indica-se que esse trabalho é a base para outros. Esta afirmação atravessou discussões no cenário brasileiro com a pandemia da Covid-19.

A necessidade do confinamento e declaração do *lockdown* por alguns Estados no Brasil trouxe à tona a essencialidade do trabalho doméstico. Foi possível ler nos jornais do país que Estados como o Maranhão, o Pará e o Rio Grande do Sul reconheciam o trabalho doméstico como essencial e, portanto, aquelas que o exercitavam, as mesmas que, na maioria dos casos, não possuem carteira assinada, poderiam continuar a trabalhar¹⁴. A justificativa para tal decisão foi explicada pelo prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho (PSDB), ao dizer que outros trabalhadores essenciais, como os médicos, não poderiam deixar de receber os cuidados com as casas e os seus filhos oferecidos pelas trabalhadoras domésticas¹⁵.

Considerar o trabalho doméstico como essencial, reconhecendo que sem ele outros trabalhadores estariam prejudicados no exercício da sua profissão, pode aparentar em um primeiro momento a conscientização da interdependência que estrutura nossa vida social. No entanto, na conjuntura de uma pandemia e sendo a categoria das domésticas extremamente precarizada, as vulnerabilidades destas trabalhadoras são reforçadas, como exemplificado anteriormente no caso do primeiro óbito pela Covid-19 no Rio de Janeiro. Pode-se citar também o caso da morte de Miguel, o garoto de 5 anos que acompanhou sua mãe ao trabalho pelo fato das escolas estarem fechadas. Foi confiado aos cuidados da patroa enquanto a mãe passeava com o cachorro e veio a falecer ao ser deixado

¹⁴ Veja quais estados já decretaram lockdown no Brasil.UOL. 05.05.2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/brasil/2020/05/5608273-veja-quais-estados-ja-decretaram-lockdown-no-brasil.html>

¹⁵ Belém vai contra entendimento nacional e inclui domésticas como essenciais. UOL. Coronavírus.06.mai.2020. Disponível em:<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/06/belem-inclui-domesticas-entre-servicos-essenciais-durante-lockdown.htm>

entrar sozinho em um elevador e cair de um no hall do 11º andar¹⁶. Além desses exemplos pontuais, sabe-se que 39%¹⁷ dos empregadores de mensalistas não liberaram suas funcionárias do trabalho diário em suas casas, expressando que a vulnerabilidade e a interdependência estão sendo vivenciadas de acordo com as diferenças sociais.

Se o trabalho doméstico voltado para a casa é controverso em relação à sua classificação como um trabalho do care, o trabalho daqueles que se ocupam das crianças, dos enfermos e dos idosos tem unanimidade classificatória. A evidência de que esses grupos recebem um trabalho do care está ligada ao fato de a vulnerabilidade que lhes constitui ser socialmente identificada e aceita. Por consequência, assumir o recebimento de cuidados para a transcorrência da vida se torna mais fácil. Ainda assim, muitas vezes em que esse tipo de atividade é conferida a uma pessoa contratada, justifica-se o ato pois os familiares precisam trabalhar fora do espaço doméstico, afastando-a de uma justa valorização. Aspecto que pode sofrer modificações se vivenciado durante o confinamento, pois a presença dos trabalhadores que cuidam das crianças, enfermos e idosos não é justificada pela ausência dos familiares. Essa realidade sugere a revisão da interdependência com as empregadas domésticas, babás e cuidadoras, e a valorização dos seus papéis nas vidas de seus contratantes.

Em todo caso, o trabalho voltado às crianças, idosos e enfermos encontram sua perfeita alegoria no mito do Cuidado. Nessas atividades, o cuidado e o cuidar precisam estar em ação para que seus receptores continuem a ser *Homus* (é a partir do cuidado que se faz o ser-humano), ao mesmo tempo em que precisam do cuidado (ao cuidado o ser-humano está designado). Por razões distintas, tanto as crianças quanto os enfermos e os idosos devem receber os cuidados que lhes possibilitarão uma continuidade (todo cuidado aponta para

¹⁶ Morte por coronavírus em Miguel Pereira ressalta riscos e provoca debates. UOL. Economia. 24 março 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/24/morte-por-coronavirus-em-miguel-pereira-ressalta-riscos-e-provoca-debates.htm>

¹⁷ Pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva. É possível consultar as notícias que tratam do assunto no site do instituto em: <https://www.ilocomotiva.com.br/>

uma possibilidade). Mas a pandemia da Covid-19 e a vivência do confinamento coloca em evidência a importância dos cuidados a nós designados, mostrando como o bom desenvolvimento das nossas obrigações é facilitado por uma rede que estabelece nossa interdependência. Facilita-se, assim a tomada de consciência de que o trabalho doméstico é a condição básica para todas as outras atividades sociais. Portanto, ele está completamente vinculado ao desenvolvimento do ser humano, caracterizando-se como um trabalho do care.

A importância de classificar o trabalho doméstico como um trabalho do care, está no fato de quando passamos a analisar a sociedade pela perspectiva do care, às atividades cotidianas ligadas ao cuidado e ao cuidar recebem um lugar central. Dessa maneira, os trabalhos nomeados como trabalhos do care são colocados no centro do quadro social sendo demonstrados como fundamentais para o funcionamento da sociedade. Nesse sentido, a perspectiva do care elabora uma análise das relações sociais organizadas em torno da vulnerabilidade e da interdependência, considerando as questões de raça, classe e gênero que evidenciam a natureza política do care e dos seus trabalhadores, podendo ser um suporte analítico que proporcionaria um novo horizonte à sociedade e seu conjunto de relações.

Como visto, a leitura do mito do Cuidado nos permite refletir sobre os conceitos de interdependência e de vulnerabilidade que estão no centro da perspectiva do care e por meio dos quais os laços sociais são pensados. A interdependência evidencia o contexto relacional no qual nos encontramos e que, de alguma maneira, nos é favorável. Mas também, não podemos esquecer que apesar do desempenho do Cuidado e da união entre ele, Terra e Júpiter, para dar vida à criatura de barro, a conclusão do processo desta criação - sua nomeação - não seria possível sem uma intervenção exterior.

Foi Saturno, deus conhecido por fundações de leis, que interveio determinando o nome Ser-Humano. Esse aspecto pode ser visto como um desdobramento da interdependência, resultando na necessidade de intervenção nas relações para que seja estabelecido algo que pareça justo quando dois ou mais

interesses precisam ser alinhados. Portanto, Saturno representa a necessidade de uma figura reguladora que oriente os interesses dos envolvidos em determinada situação, de maneira a permitir que o Ser-Humano possa existir como tal. Saturno é aquele que pensa a respeito de pontos de vista e interesses divergentes, é ele quem regula as relações de força que envolvem a questão da nomeação da criatura e introduz uma mediação. Nesse sentido, Saturno representa a justiça, e o fato de se tornar imprescindível na resolução de uma questão simboliza a necessidade de um regulador de forças. Assim, o personagem Saturno nos faz pensar na necessidade de representantes na mediação de interesses, podendo representar o papel do governo. A perspectiva do care, ao demandar a regulamentação dos trabalhos do cuidar e do cuidado, trata da necessidade de um posicionamento governamental, o qual também ficou evidenciado com a pandemia que instigou a discussão sobre o direito ou não ao confinamento de alguns trabalhadores. Em outras palavras, o direito ou não de poder se cuidar.

No dicionário etimológico da língua portuguesa (Cunha, 2010), “cura” tem claramente, como um de seus significados, “cuidado”, e no verbo “cuidar” encontramos a ideia “ter cuidado com a saúde, curar” (Cunha, 2010, p. 193), demonstrando que a associação das palavras cuidado e cura é antiga. Hoje, devido à inexistência da cura para a Covid-19, o cuidado é a única forma de lidar com a doença, concretizando, temporariamente, um dos significados de cura. Assim, a Covid-19, coloca em destaque a necessidade de se cuidar e de ter cuidado e evidencia nossa vulnerabilidade.

Se, como afirmam algumas teóricas do care como Tronto (2009) e Kittay (1998), a desvalorização do trabalho do care tivesse sua causa, apenas no fato de se reconhecer vulnerável, poderíamos dizer que, a conjuntura pandêmica, seria um momento propício para reconhecer nossa vulnerabilidade e, conseqüentemente o trabalho do care. Contudo, a dificuldade de se reconhecer vulnerável também dever ser pensada no seu âmbito político. Desta perspectiva, a desvalorização do trabalho do care faz parte de um sistema complexo de resistências no qual não basta pensar na nossa vulnerabilidade ontológica, tendo que considerar

que também não queremos nos ver vulneráveis socialmente. Além disso, esse sistema é composto pelo entrelacemento proposto por Glenn (2017) do “dever de statut” _ definido pelas obrigações estatutárias de acordo com o gênero _ e o da “servidão racializada”, uma forma de obrigação simbólica ligada à herança das dominações do passado. (Redondo, 2020).

Se quisermos no guiar em direção a um horizonte considerando a nossa vulnerabilidade e a nossa interdependência, devemos ter como norte a pergunta oferecida pela perspectiva do Care: “Quem se ocupa do quê e como?”. Na tentativa de respondê-la é possível descrever, analisar e criticar a organização política e social das atividades do care. Por consequência, redesenha-se um mapa do mundo social do presente, no qual tem lugar as atividades do care e a sensibilidade que lhe é associada.

Referências bibliográficas

CUNHA, Antônio Geraldo da; MELLO SOBRINHO, C.; CUNHA, A. G. da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 4a. ed. rev. e atualizada ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Lexikon#: FAPERJ, 2010.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine; ANDRÉ, J. Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots. Retirage de la 4. éd. augm. d'additions et de corr ed. Paris: Klincksieck, 2001.

GILLIGAN, Carol. Une voix différente. Pour une éthique du Care. Paris: Flammarion, 2008.

GILLIGAN, Carol.; HOCHSCHILD, Arlie. R.; TRONTO, Joan. C.; PAPERMAN, Patricia.;

GLENN, Evelyn NaKano. La race, le genre et l'obligation de prendre soin (care). In: HIRATA, H. (Ed.). Le travail, entre public, privé et intime: comparaisons et enjeux internationaux du care. L'Harmattan, 2017. p. 17-31.

GRIMAL, Pierre. Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine. 14. éd ed. Paris: Presses Univ. de France, 2004.

HIRATA, Helena. S. et al. Dictionnaire critique du féminisme. 1re éd ed. Paris: Presses universitaires de France, 2000.

HOUAISS, Antônio.; VILLAR, M.; FRANCO, F. M. de M.; INSTITUTO ANTÔNIO

HOUAISS DE LEXICOGRAFIA (ed.). Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1a ed ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MACHADO, José Pedro. Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Ed. Confluência/Livros horizonte, 1993.

MACHADO, José Pedro. Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. 8. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

Seção IV:
Interpretações a partir
da teoria social

MAIS ANTIGOS DO QUE A SOCIEDADE? SARS-COV-2 PELA PERSPECTIVA ATOR-REDE

Erik W B Borda¹

Pedro Borda²

COVID-19 e as Ciências Sociais: da pandemia ao vírus

Sobre “A Peste” de Camus, Roland Barthes foi crítico. Para Barthes, ao fazer da epidemia a metáfora de um evento político concreto – o grande mal do século XX, o nazi-fascismo –, Camus teria se “alienado dos fatos da história”³. A peste em questão seria um mero fenômeno do acaso:

Não há estrutura da Peste, não há causa, não há ligação entre a Peste e um alhures que poderia ser o passado e outros lugares e outros fatos; em suma, não há correlação. Essa ordem cronológica desenha uma crise, que tem tempo de preparação, um começo, uma progressão, um ápice e uma resolução, mas essa crise, por assim dizer, não tem núcleo em parte alguma. É próprio da História “organizar” o desenrolar progressivo dos fatos em função de um epicentro exterior à própria crise, substituindo a ideia de tempo pela de estrutura. Aqui, não há nada disso: tem-se o movimento da crise, não sua explicação, têm-se os seus momentos, mas essa passagem dramática da Peste pela cidade nunca é recuperada, de algum modo, por sua passagem pela humanidade inteira. (Barthes, 2005a, p. 46).

Haveria aqui, para Barthes, a naturalização de um acontecimento social justamente quando o contrário deveria ser enfatizado; o fascismo deveria ser

¹ Aluno de doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (PPGS-UNICAMP).

² Aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

³ “*Acredito que, para resumir este debate, poderemos entrar no seguinte acordo: o romancista tem o direito de alienar os fatos da história? Uma peste poderá equivaler, não digo a uma ocupação, mas à Ocupação?*” (Barthes, 2005b: 58-59)

visto como a verdadeira doença humana que é, sujeita às determinações da História como qualquer outro evento histórico.

A pandemia contemporânea da COVID-19, por sua vez, não é uma metáfora. Ela é em si o evento histórico e, não obstante, suas manifestações podem se enquadrar na leitura que Barthes faz acerca do livro de Camus; a COVID-19 nos parece desprovida de correlação⁴ com a História. Nesse contexto, aos cientistas sociais caberia acompanhar o movimento da crise epidêmica e seus efeitos sociais. Sua explicação, visto ser um dado da natureza, seria responsabilidade de outras áreas disciplinares.

Neste texto, argumentamos que o SARS-CoV-2 é “bom para pensar”. Não é de agora que os vírus trazem problemas teóricos às Ciências Sociais⁵. Ademais, mesmo entre os biólogos há disputas acerca de tratá-lo ou não como um vivente – embora ele próprio não dê a mínima⁶. O SARS-CoV-2, portanto, muito mais do que trazer problemas novos, explicita aos cientistas sociais problemas que sempre estiveram aí, entre os quais alguns de ordem teórica que aqui nos interessam. Este breve ensaio, assim, é um convite para que retiremos do SARS-

⁴ Como colocou Jacinta Bowler (20 de abril de 2020), os cientistas estão cansados de explicar porque a COVID-19 não foi criada em laboratório.

⁵ Bruno Latour, sobre o momento da descoberta dos micróbios por Louis Pasteur – e vive-versa –, coloca de maneira interessante os problemas suscitados por esses seres para um debate sociológico: “Não se pode reduzir a ação do micróbio à explicação sociológica, porque a ação do micróbio redefine a sociedade e também a natureza e todo o resto. [...] Se se quer realizar o sonho dos sociólogos, dos economistas, dos psicólogos e etc., quer dizer, obter relações que nada possa desviar, é necessário desviar os micróbios para que eles não venham mais interromper as relações.” (Latour, 1984: 45-46. Tradução livre)

⁶ “É um assassino frio, com uma destreza moldada ao longo de milhões de gerações. Ele consegue interferir na sofisticada maquinaria imunológica de vigilância de um organismo, infiltrando-se discretamente como um agente duplo. Ele consegue reconhecer proteínas na superfície da célula e se fundir a elas como se fosse um elemento interno, alcançando sua passagem até o santuário interior. Ele consegue direcionar seus esforços ao núcleo e se incorporar no DNA da célula do hospedeiro. Às vezes, ele permanece ali escondido por anos, invisível para todos ao redor. Em outras ocasiões, ele rapidamente assume o controle, sabotando a maquinaria bioquímica da célula hospedeira, fazendo milhares e milhares de cópias de si mesmo. Ele veste essas cópias com uma túnica camuflada de lipídeos e proteínas e as envia para a superfície, irrompendo em uma nova rodada de astúcia e destruição. Ele consegue matar um humano, célula por célula, pessoa por pessoa, em uma epidemia devastadora, ou dissolver uma flora oceanica inteira, estendendo-se por centenas de milhas ao longo de uma noite. Ainda assim, a maior parte dos biólogos sequer o classificaria como vivo. O vírus em si não dá a mínima.” (Lane, 2015. Ebook. Tradução livre)

CoV-2 uma “lição de sabedoria”; pensemos os limites de nossas categorias e pressupostos para a apreensão da pandemia de COVID-19. O termo “lição de sabedoria” faz referência a Claude Levi-Strauss, que o utilizou na ocasião da doença bovina das Vacas Loucas. O autor vê nossa alimentação carnívora, em si uma ruptura social primitiva imemorial com um passado herbívoro, começando a mostrar seus limites no momento em que escrevia esse texto. Esse modelo de alimentação e organização dessa alimentação teria chegado a um ponto em que a intromissão indevida da natureza sobre a cultura cobrou seu preço, acelerando um processo de restauração da ordem entre natureza e cultura: “Rompendo com hábitos milenares, tal é a lição de sabedoria que teremos um dia aprendido, talvez, com as vacas loucas.” (Levi-Strauss, 2009, p. 216).

Enquadrar a questão pelo crivo da teoria social implica o reconhecimento de que nossa apreensão do fenômeno é indissociável da maneira como o representamos (Hall, 2016), e isso não apenas no campo sociológico. Em um caso mais extremo, a pandemia recente tem sido representada por constantes negações da atividade do vírus. Um estudo realizado em março a partir de tweets em língua inglesa revelou que, embora minoritários em relação às discussões mais gerais no Twitter acerca da COVID-19, havia uma tendência de crescimento da proliferação de mitos acerca da doença, dos quais o estudo ao momento de sua realização identificou e classificou cinco como mais recorrentes: mitos sobre a “origem da COVID-19, o desenvolvimento de vacinas, a comparação com a Gripe, o calor mata a doença e os remédios caseiros.”⁷ (Singh et al, 2020: 15) Em alguns casos, o engajamento com esse tipo de informação levou a resultados muito concretos, vide os atos de incêndio e vandalismo contra dezenas de torres de telecomunicação no Reino Unido devida a suposta relação da doença com ondas de rádio emanadas pela tecnologia 5G (Satariano e Alba, 11 de abril de 2020).

⁷ “The results presented focus on the five myths that we identify most accurately: Origin of COVID-19, Vaccine Development, Flu Comparison, Heat Kills Disease, Home Remedies.”

No contexto brasileiro, um estudo ainda no prelo se voltou a 57.295 mil tweets que continham as palavras-chave “coronavírus” e “cura” durante as duas últimas semanas de março de 2020 (Recuero e Soares, 2020: 2). Os autores identificaram que no período analisado houve uma mudança na prevalência do que definem como “discursos desinformativos” (enquadramentos enganosos e conteúdos fabricados)⁸ em relação aos tweets que os “desmentiam”, que no início do período analisado apresentavam maior impacto. Tais discursos, em sua dimensão de “enquadramentos enganosos”, giravam em torno principalmente de tentativas de minimizar a dimensão da doença e da apresentação de sua possível cura, a cloroquina. Os “conteúdos fabricados”, por sua vez, em afirmações que culpabilizavam a mídia pela ocultação da verdade e o Governo chinês como criador do vírus – algo não distante do observado na pesquisa de Lisa Singh e sua equipe a partir dos tweets em língua inglesa. Além disso, os autores também identificaram que o pronunciamento do Presidente Bolsonaro no dia 24 de março parece ter sido determinante para tal mudança de engajamento⁹.

Nesse sentido, o negacionismo científico ao redor da COVID-19 – que no Brasil, em particular, ganha tons oficiais pelas práticas do Executivo Federal – tem aparecido como componente central da apreensão e de uma resposta mais generalizada à pandemia. Por outro lado, os pressupostos dessa resposta não estão tão distantes da maneira como frequentemente temos, nas Ciências Sociais, representado a doença, conforme pretendemos demonstrar mais adiante. No caso dos negacionistas científicos, a COVID-19 tem criador, ela teve seu início e já teria seu fim decretado não fossem forças políticas mal-intencionadas. O que se tem aqui é justamente a recusa, embora em outros termos, da posição que

⁸ O termo utilizado por Raquel Recuero e Felipe Soares, “desinformação”, é retirado dos trabalhos de Derakshan & Wardle. “*Dentre os tipos de discursos desinformativos presentes, observamos que o enquadramento enganoso foi a categoria mais presente. Trata-se de uma reinterpretação de fatos verídicos de modo a alinhar informações com o posicionamento favorável ao presidente e legitimar, também, esta fala.*” (Recuero e Soares, 2020: 21). Sobre os conteúdos fabricados, os autores dizem se tratar algo que se próximo “*da noção ‘fake news’, em que são divulgadas informações completamente falsas*” (Recuero e Soares, 2020: 4).

⁹ “*Finalmente, observamos que a figura do presidente foi central para o espalhamento dos discursos desinformativos, bem como o uso do capital político dos líderes de opinião para tal fato.*” (Recuero e Soares, 2020: 22).

Barthes criticou no livro de Camus, onde “não há causa, não há ligação entre a Peste [COVID-19] e um alhures que poderia ser o passado e outros lugares e outros fatos; em suma, não há correlação.” (Barthes, 2005a: 46)

Há, pois, a tentativa, embora questionável em sua prática, de se inserir “sociedade” em algo que a rigor não seria sociedade, mas sim domínio da natureza. Já as respostas ao negacionismo parecem tentar realizar o exercício oposto, a saber, de preservação da separação entre os domínios da natureza e da cultura. No texto de Recuero e Soares, por exemplo, esse é o pressuposto da análise, evidente ao final do artigo na conclusão de que há entre os tweets desinformativos a “transformação do discurso científico (a discussão sobre a cura) em uma disputa discursiva relacionada ao discurso político” (Recuero e Soares, 2020: 20). Desse modo, sobre o vírus não teríamos muito a dizer, visto ser dado da natureza. Sobre a pandemia teríamos muito a dizer, visto ela ser um dado da sociedade e de escolhas políticas.

O vírus, assim, escancara para cientistas sociais o quanto tomamos como garantido o domínio do social. Por outro lado, o SARS-CoV-2 pode ser uma oportunidade para que repensemos a questão, resistindo à tentação de pensar a COVID-19 como fruto do acaso – em uma visão que considera a natureza como destituída de historicidade – em termos muito diferentes dos negacionistas. Assim, não seria apenas o fascismo que deveria ser visto como a verdadeira doença humana, mas a própria Peste estaria também sujeita às determinações da História.

Os micróbios na História: SARS-CoV-2 como agente

O negacionismo científico ao redor da COVID-19 é a manifestação extrema de uma recusa de reconhecer a agência do SARS-CoV-2. Mais sutil são outras formas de se tentar contornar a questão da atividade do vírus. Nesse caso, sua origem seria encontrada exclusivamente nas reações a ações antrópicas; comer pangolin, por exemplo. Mas e se o vírus fosse parte constituinte de nosso mundo social?

Bruno Latour, ao voltar-se movimento pasteuriano, adota uma posição que é central para o exercício de reflexão a que nos propomos. A posição do autor lhe permitiu tanto reinterpretar o que denomina “pasteurização da França” quanto o lugar dos microrganismos em nossas tradições interpretativas. Em primeiro lugar, Latour tenta enfrentar o mesmo problema teórico de nosso ensaio acerca da pandemia atual da COVID-19, a saber, o das dicotomias que dificultam a compreensão de eventos que envolvem “natureza e sociedade” – estas últimas sendo elas próprias a principal dicotomia a ser enfrentada. Latour reconhece a disjuntiva epistemologia/ontologia também como problema, e tenta evitá-la concedendo “historicidade aos microrganismos, e não apenas aos humanos que os descobrem.” Esse exercício de simetria implica reconhecer que “não apenas os micróbios para nós humanos mudaram nos anos 1850, mas também os micróbios para si próprios. Seu encontro com Pasteur também os modificou. Pasteur, por assim dizer, ‘aconteceu a eles.’”¹⁰ (Latour, 1999: 146)

Em segundo lugar, e por consequência do que foi dito, os micróbios passam a ser componente de nosso “mundo social”. Entre o que Latour recupera de mais interessante no debate à época de Pasteur está o fato de que movimento iniciado pelo cientista inseriu um novo agente em nosso mundo humano.

Os homens não estão “entre eles” na sociedade, pois por todos os lados os micróbios intervêm e agem. Não há um esquimó e um antropólogo, um pai e seu filho, uma parteira e sua cliente, uma prostituta e seu cliente, um peregrino e seu Deus, sem esquecer de Maomé seu profeta. Enquanto todas essas relações, esses “encontros singulares”, esses duelos, esses contratos se dêem, outros atores agem, passam seus contratos, impõem seus objetivos e redefinem de outro modo o laço social.¹¹ (Latour, 1984, p. 42).

¹⁰ “*To do away with this divide, we decided to grant historicity to the microorganisms, not only to the humans discovering them. This entails that we should be able to say that not only the microbes-for-us humans changed in the 1850s, but also the microbes-for-themselves. Their encounter with Pasteur changed them as well. Pasteur, so to speak, ‘happened’ to them.*”

¹¹ “*Les hommes ne sont pas «entre eux» dans la société, car partout des microbes interviennent et agissent. Il n’y a pas un Esquimau et un anthropologue; un père et son enfant; un accoucheur et sa cliente; une prostituée et son client; un pèlerin et son Dieu, sans oublier Mahomet son prophète. Pendant que tous ces rapports, ces «colloques singuliers», ces duels, ces contrats se passent, d’autres acteurs agissent, passent leurs contrats, imposent leurs buts et redéfinissent autrement le lien social.*”

Abordar as coisas dessa maneira, garantindo historicidade à natureza e abrindo espaço para emergência dos micróbios enquanto seres sociais nos faz perceber que os bichinhos foram componente central de sua própria descoberta por Pasteur ao permitir-se a tanto. Entretanto, a abertura dos micróbios à sociedade e aos modelos teóricos é onde reside a dificuldade, afinal “não se pode reduzir a ação do micróbio à explicação sociológica, porque a ação do micróbio redefine a sociedade e também a natureza e todo o resto.”¹² (Latour, 1984: 45-46) Desse modo, não apenas as Ciências Sociais estão sujeitas às consequências das disjuntivas. Um exemplo recente ilumina o que está em jogo, mas dessa vez vindo das Ciências Biológicas. A neurocientista Suzana Herculano-Houzel no final de março publicou na Folha de São Paulo um texto intitulado: Eu estava errada ao comparar a COVID-19 a ‘uma gripe’. Herculano-Houzel entende perfeitamente de micróbios e, não obstante, o que a faz pensar que esteve errada foi que sua interpretação a respeito do coronavírus nunca deveria ter estado tão centrada na ordem biológica. Ela encontra a verdadeira fatalidade da questão da COVID-19 na associação entre duas de suas, como ela mesma chama, “mancadas”: “A combinação dos dois fatores — doença nova encontra limite de ordem social — é explosiva” (Herculano-Houzel, 25 de março de 2020).

Ao levar em consideração a questão do coronavírus enquanto um problema mais amplo do que os processos virais biológicos, Herculano-Houzel se colocou diante da conclusão de que essa pandemia e as suas consequências não se encontram em nenhuma ordem específica de problemas conhecidos, isto é, nem social e nem natural. Foi da relação entre suas duas “mancadas” que veio a reflexão: é a associação de duas coisas – que talvez nunca sequer tenham estado separadas num plano prático – que possibilita acompanhar os resultados catastróficos dessa pandemia. Uma associação entre humanos e não-humanos oferece às Ciências Sociais caminhos possíveis para acompanhar a pandemia

¹² “On ne peut réduire l’action du microbe à l’explication sociologique, puisque l’action du microbe redéfinit la société et aussi la nature et tout le saint-frusquin.”

da COVID-19. Inclusive, Latour, em outro momento, comentando sobre a quarentena devido ao vírus da SARS diz:

A ciência não precisa dar lugar ao “quadro social”, moldado por “forças sociais” tanto quanto por sua própria objetividade, pois os objetos dela deslocam, eles próprios, qualquer contexto graças aos elementos estranhos que os laboratórios de pesquisa associam de maneira imprevisível. Quem está de quarentena por causa do vírus da SARS teve de aprender, a duras penas, que não pode mais, como antes, “associar-se” a parente e amigos por causa da mutação desse bichinho cuja existência a vasta instituição da epidemiologia e da virologia revelou ao mundo (Latour, 2012, p. 25).

Portanto, Latour defende o que chama de expansão do social afim de levar em conta os modos de existência estabelecidos entre todo tipo de atores-rede¹³, sejam eles humanos, sejam eles não-humanos. Daí a necessidade de afastar-nos de uma concepção do vírus enquanto uma construção social que pressuponha a disjuntiva que tentamos romper. Dizer que algo é “construído socialmente” não deve ser feito no intuito de evidenciar as forças sociais ocultas que estão atuando por trás de um objeto, como uma marionete nas mãos de um titereiro (Latour, 2012), e sim no intuito de evidenciar que mesmo criaturinhas invisíveis podem ser sociais, considerando sua agência e sua capacidade de mobilização. O SARS-CoV-2 não é uma ideia com força social, é uma força social em si, e não dá a mínima se pensamos sua aparição como uma “ideia”, captada pelos seus efeitos no “mundo social”; o medo, a quarentena, a solidariedade, as máscaras, etc.

Desacelerando a Sociologia: por Ciências Sociais sem garantias

Stuart Hall disse certa feita que os conceitos têm como “uma de suas funções principais nos dar uma boa noite de sono.”, pois “o que eles nos dizem é que há algum tipo de solo estável, apenas lentamente mudando, no interior

¹³ “Um ator-rede consiste naquilo que é induzido a agir por uma vasta rede, em forma de estrela, de mediadores que entram e saem. Suas muitas conexões lhe dão a existência: primeiro os vínculos, depois os atores.” (Latour, 2012: 312)

de perturbações agitadas, das descontinuidades e rupturas da história.”¹⁴ (Hall, 2019: 65). O que o vírus SARS-CoV-2 oferece em termos de lição de sabedoria é justamente a provocação da instabilidade do solo teórico no qual caminhamos, “despertar-nos de nosso sono dogmático”. Mediante isso, faz-se necessário um recuo para a reflexão. Isabelle Stengers vai mesmo além, e aponta que não é só o sono o problema, mas o fato de estarmos sonâmbulos. De acordo com a autora, a necessidade atual de uma produção rápida de ciência exige dos cientistas a postura de um sonâmbulo, que para seguir sua jornada criativa não pode ser despertado do telhado sobre o qual caminha, do contrário cairia (Stengers, 2018). Dormimos mas andamos.

Stengers e uma série de outros autoras e autores nos convidam ao desafio de hesitar, o que necessariamente significa dar início, para Stengers, a um movimento de desaceleração – já em curso graças ao micróbio – da produção científica diante da incerteza em relação ao que futuro nos reserva. Conforme defende a autora, as ideias devem ser consideradas em termos de uma adição à realidade, e não em termos de explicações objetivas. Nesse sentido, é preciso considerar que essas adições não vêm sem consequências (Stengers, 2018). É papel dos cientistas sociais levar em conta as consequências da criação de suas categorias, tais como a de social e agência de forma a construir um social, nos termos de Stuart Hall, “sem garantias”. Afinal, como Latour coloca, os fatos não tem senão uma existência relativa, e nesse caso é preciso não comprimir as categorias em torno de expressões como “nunca”, “em nenhuma parte” ou “sempre”, “em toda parte”. (Latour, 1999).

Com o mundo parado, desacelerado, não foram poucos os textos que reivindicaram as possibilidades de abertura para esse momento: a ideia de que não poderíamos voltar ao normal, pois o normal que era o problema. Já que desde nosso isolamento a tarefa de transformar o mundo nos parece distante

¹⁴ “Increasingly, I think one of the main functions of concepts is that they give us a good night’s rest. Because what they tell us is that there is a kind of stable, only very slowly changing ground inside the hectic upsets, discontinuities, and ruptures of history.”

e ao mesmo tempo mais próxima do que nunca, faz-se necessário interpretá-lo. A COVID-19 parece ter trazido a possibilidade de um despertar seguro ao sonâmbulo, e considerar a agência de “vírus insignificantes” é um primeiro passo. Desse modo, não se tratou aqui de pensar o micróbio como natural e a pandemia como social, mas o social de maneira integral, inclusive o micróbio em sua agência. Ou seja, colocar a Peste sujeita à História e à política, conforme se queixou Roland Barthes. Isso não significa dizer, como por vezes ocorre, que a existência do vírus se tornou questão de opinião política, mas sim o reconhecimento que, enquanto agente, o vírus detém a capacidade de mobilizar associações infinitamente. Torna-se compreensível que alguém diga “E daí?” para o vírus na esperança de cortar a construção da sua rede: agora é hora de falar de Economia, chega de Saúde! Só que como Nick Lane bem colocou: “O vírus não dá a mínima!””

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. A Peste, anais de uma epidemia ou romance da solidão. In: *Inéditos*, Vol. 4: Política. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.

BARTHES, Roland. Resposta de Roland Barthes a Albert Camus. In: *Inéditos*, Vol. 4: Política. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

BOWLER, Jacinta. Scientists Are Tired of Explaining Why The COVID-19 Virus Was Not Made in a Lab. *Science Alert*. 20 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.sciencealert.com/here-s-what-scientists-think-of-the-coronavirus-was-made-in-a-lab-rumour>>

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HALL, Stuart. Old and new identities, old and new ethnicities. In: *Essential essays*, vol. 2. Durham e Londres: Duke University Press, 2019.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. Eu estava errada ao comparar o COVID-19 a ‘uma gripezinha’. *Folha de São Paulo*, 25 de março, 2020. Equilíbrio e Saúde. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/eu-estava-errada-ao-comparar-a-covid-19-a-uma-gripe.shtml>>

LANE, Nick. *The vital question: why is life the way it is?* (e-book). New York: Norton, 2015

LATOUR, Bruno. *Les microbes, guerre et paix suivi de Irreductions*. Paris: A.M. Métailié, 1984.

LATOUR, Bruno. The Historicity of Things: Where were Microbes before Pasteur?. In: *Pandora's Hope: Essays on the Reality of Science Studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador, Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Lição de Sabedoria das Vacas Loucas. *Estudos Avançados*. Vol. 23, n. 67, 2009.

RECUERO, Raquel e SOARES, Felipe. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. *E-Compós (Prelo)*, 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/84>>

SATARIANO, Adam e ALBA, Davey. Burning Cell Towers, Out of Baseless Fear They Spread the Virus. *The New York Times*. 10 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/04/10/technology/coronavirus-5g-uk.html>>

Singh Lisa et al. *A first look at COVID-19 information and misinformation sharing on Twitter*. arXiv:2003.13907v1, 2020.

STENGERS, Isabelle. *Another Science Is Possible: A Manifesto for Slow Science*. Cambridge, UK: Polity, 2018.

COVID-19: A NOVA PEÇA DO ORIENTALISMO

Lays Matias Mazoti Corrêa¹

O diagnóstico

31 de dezembro de 2019. Esta foi a data do primeiro alerta recebido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Mencionava que, na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China, surgiram vários casos médicos diagnosticados como pneumonia de origem desconhecida.

09 de janeiro de 2020. Sai o resultado das primeiras análises sequenciais do vírus efetuadas pelas autoridades chinesas: trata-se de um novo coronavírus, o Sars-Cov-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2²) responsável por causar a COVID-19 (COroNA VIRUS Disease³ 2019). É um vírus da mesma família do Sars (ou Sars-Cov-1) que, em 2002, causou uma epidemia na China e também do Mers-CoV (Middle East Coronavirus Respiratory Syndrome⁴) cujo primeiro caso surgiu na Arábia Saudita em 2012.

11 de janeiro de 2020. É anunciada a primeira morte na China. Dois dias depois, a OMS é notificada sobre o primeiro caso da doença fora da China. De meados de janeiro até março, o número de países afetados, casos confirmados, suspeitos e óbitos aumentou vertiginosamente, o que levou a OMS a declarar o novo coronavírus como pandemia em 11 de março de 2020.

¹ Docente de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Viçosa, campus de Rio Paranaíba-MG. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, campus de Marília-SP. Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon-PR. Graduada em História-Licenciatura na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, UFMS, campus de Três Lagoas-MS.

² Síndrome Respiratória Aguda Grave por Coronavírus 2.

³ Doença por Coronavírus de 2019.

⁴ Síndrome Respiratória por Coronavírus do Oriente Médio.

Em tempos de pandemia, as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorrem na mesma velocidade da disseminação do vírus. Por tratar-se de um processo histórico ainda em curso, seria prematuro propor aqui uma análise mais densa e ampla. Apesar disso, alguns eventos e fatos têm se destacado em meio a angústia, medo, insegurança, pânico e *fake news* que têm acompanhado este processo.

Ao saber o “endereço” originário da doença, indivíduos e representantes políticos de países ocidentais não tardaram em apontar dedos para indicar possíveis culpados e prováveis vítimas. É inegável o fato de que a COVID-19 acirrou os ânimos políticos entre os Estados Unidos e a China, uma vez que esta última ocupa atualmente o posto de segunda maior economia do mundo. Concomitante a este processo, intelectuais buscam compreender estes acontecimentos em curso e seus impactos na sociedade e economia capitalista, vislumbrando, assim, desenvolvimentos possíveis no mundo pós-pandemia.

Ao pensar nestes aspectos, a arqueologia do Orientalismo construída pelo crítico literário palestino e radicado nos Estados Unidos, Edward Said, apresenta-se como uma chave teórica relevante para a reflexão deste processo histórico em curso. Publicada pela primeira vez em 1978, a obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* de Said - e os estudos pós-coloniais, subalternos, decoloniais e da área de Estudos Culturais que dela derivaram e/ou a acompanharam - popularizaram a crítica ao eurocentrismo na academia ocidental. Assim, a partir do século XX, diversos intelectuais oriundos de regiões periféricas passaram a centrar suas reflexões nas lutas antirracistas e pela descolonização, como o filósofo e psiquiatra francês da Martinica, Frantz Fanon, a crítica teórica indiana Gayatri Spivak, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel e o sociólogo peruano Aníbal Quijano.

Por se tratar de um conjunto vasto e diverso de intelectuais, diferentes posturas anti-eurocêtricas e anticoloniais são assumidas⁵. Em Said, a crítica ao

⁵ Há intelectuais que radicalizam a crítica ao eurocentrismo e desafiam os cânones acadêmicos ao construírem uma defesa e valorização da atuação de pensadores marginalizados pela tradição intelectual

eurocentrismo é realizada a partir do conceito Orientalismo, esse que “expressa e representa essa parte [o Oriente] em termos culturais e até mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais” (Said, 2007, p. 28). Neste sentido, o Orientalismo não se coloca apenas como uma representação, mas se traduz a partir da dicotomia Ocidente/Oriente em que o outro Oriente é produzido discursivamente a partir de estereótipos. Estes discursos são construídos de forma racional, “como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (Said, 2007, p. 29).

Pela época em que foi publicada, por sua proposta de desconstrução de essencialismos e pelo o teor de sua crítica ao eurocentrismo, a obra de Said causou polêmica, produziu inúmeras críticas e provocou vários debates. Apesar de concordar que a obra apresenta algumas fragilidades⁶, não se pode negar que existe um estilo de pensamento, isto é, um conjunto discursivo – expresso pela literatura, jornalismo, política e ciência – que reitera a distinção ontológica e epistemológica entre o Ocidente e o Oriente.

Não quero dizer que o Orientalismo é uma estrutura coercitiva que esmaga seus indivíduos e impede a manifestação de qualquer possibilidade de diferença e resistência. O objetivo deste texto é o contrário: elucidar as relações indissolúveis entre saber e poder para auxiliar na construção de novas formas e modalidades de luta e resistência. Nesse sentido, o principal legado de Orientalismo defendido

ocidental. Na busca por um saber descolonizado e, portanto, não eurocêntrico, passou-se a valorizar e defender o pensamento e atuação de intelectuais como o pedagogo brasileiro Paulo Freire (DUSSEL, 1998), o político e filósofo cubano José Martí (MIGNOLO, 2003) e o escritor e ativista peruano Mariátegui (QUIJANO, 1992).

⁶ Como toda obra polêmica, inúmeras críticas e de diferentes tons foram feitas sobre o esquema teórico construído por Said. Não é meu objetivo aqui prolongar esta questão, por isso destacarei de forma breve as três principais: imprecisão que o autor trabalha a relação entre Orientalismo e imperialismo; a construção de uma imagem quase que unívoca do orientalismo ditada a partir de uma forte determinação estrutural que não deixa margem para a diferença e resistências; as experiências de sociedades não-ocidentais colonizadas por Portugal e Espanha como é o caso da América Latina não são levadas em consideração. Para saber mais, ver Irwin (2008); Lewis (1993); Moore-Gilbert (1997) e Quijano (2000).

aqui é a crítica aos modos de produção de saber que são condicionados pela colonização.

Assim, é preciso concordar com Said quando ele afirma que o Orientalismo se apresenta como uma peça importante da geopolítica mundial desde o começo do século XIX, período em que a França e a Grã-Bretanha dominaram o Oriente e fundamentaram o Orientalismo; da 2ª Guerra Mundial em diante os Estados Unidos passaram a ocupar este posto, reproduzindo, para tanto, o *modus operandi* franco-britânico (Said, 2007, p. 30-1).

Ainda que o seu foco esteja centrado nos países do Oriente Médio, o alcance geográfico do Orientalismo não se resume a esta região e, por isso, auxilia no entendimento da relação entre o Ocidente e outras localidades orientais, como, por exemplo, o Leste da Ásia que abrange países como a China, Japão, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Taiwan, Hong Kong, Macau e Mongólia.

O que sabemos destes países? O que conhecemos de suas histórias? Conseguimos diferenciar suas culturas e sociedades? Não é raro encontrar alguém que confunde uma pessoa japonesa com uma chinesa e/ou coreana. Na tentativa de justificar o erro, certamente responderia “é tudo a mesma coisa”. Tal resultado é reflexo do Orientalismo, pois, por vezes, estes países são percebidos e representados pelo Ocidente como um complexo cultural homogêneo representado por sociedades cuja população apresenta uma pele não-branca mais próxima ao amarelo e de olhos puxados.

Com a emergência da pandemia da COVID-19, as diferenças sociais, políticas, culturais e epistemológicas entre Ocidente e Oriente passaram a ser endossadas de forma significativa, fazendo-se presente nas ações dos indivíduos, dos representantes políticos e também de intelectuais. Compreender como este contexto e estas esferas estão articuladas e afinam-se ao Orientalismo apresenta-se como objetivo deste texto. Diagnosticado o problema, passarei a apresentar alguns prognósticos, isto é, algumas interpretações prévias do diagnóstico que obtido até então.

Prognóstico 1: Mídias sensacionalistas, indivíduos xenofóbicos

Quando Edward Said construiu a arqueologia do Orientalismo sua inspiração foi extraída da Arqueologia do Saber (1972), de Michel Foucault. Porém, diferente do filósofo francês, Said (2007) buscou destacar não somente a função das instituições na produção dos discursos, mas, sobretudo, do papel central que os indivíduos ocupam na reprodução e desenvolvimento do Orientalismo. Neste sentido, destacarei neste tópico a forma como a imprensa ocidental como instituição (e também a mídia ocidental de forma geral) representa o “outro” oriental do leste asiático e também sua cultura, assim como chamarei a atenção para a reação particular de indivíduos comuns frente a pandemia que estamos vivendo.

Apesar de sabermos do “endereço” de origem da COVID-19, ainda é incerto como ocorreu a transmissão para humanos. O que se sabe é que se trata de uma zoonose e que o primeiro local de transmissão em massa⁷ foi um mercado de venda de animais silvestres na cidade de Wuhan. Primeiro suspeitou-se do pangolim, pequeno mamífero de hábito noturno que se assemelha ao tatu bola. As apostas estão, agora, centradas no morcego.

Em meados de janeiro, um vídeo da *influencer* chinesa Mengyum Wang comendo uma sopa de morcego “viralizou” na internet. Nas imagens, ela aparece sorrindo e exclama que o gosto é parecido com frango. Como fofoca em rede, ninguém sabia ao certo a origem do vídeo, mas já se confabulava que o mesmo havia sido gravado em Wuhan. O vídeo causou revolta⁸ e não demorou muito para que as pessoas começassem a expressar preconceitos contra os hábitos alimentares da população chinesa.

⁷ Durante os primeiros meses do ano de 2020, afirmava-se que um mercado de Wuhan era o responsável pela disseminação da doença na China. No entanto, as autoridades chinesas emitiram em meados de 2020 uma nova versão em virtude dos testes negativos que obtiveram nos animais que eram comercializados no local. Além disso, novas evidências mostram que o vírus já circulava no país antes de dezembro de 2019. Enquanto isso, o governo chinês segue em busca de descobrir quando foi registrado o paciente zero com a doença.

⁸ Em virtude de sua repercussão negativa, a *influencer* Wang fez uma retratação na qual destacou que o vídeo foi filmado em 2016, em Palau, uma ilha do oceano Pacífico.

Para citar um exemplo, tem-se o caso ocorrido no Brasil no início de fevereiro de 2020: um vídeo-denúncia postado em uma rede social “viralizou” na tentativa da universitária, Marie Okabayashi, descendente de japoneses, identificar a mulher que lhe proferiu ofensas racistas na saída de um dos vagões do metrô da cidade do Rio de Janeiro: “Olha a chinesa saindo, sua chinesa porca”, “nojenta”, “fica espalhando doença para todo mundo” (Rodrigues, 2020). É interessante observar que grande parte das vítimas de racismo e xenofobia neste contexto sequer são chinesas ou descendentes de chineses, o que confirma a força da representação imagética das comunidades leste-asiáticas presente no imaginário popular ocidental que as colocam como se fossem “tudo a mesma coisa”.

É preciso entender melhor estas situações de xenofobia neste momento, uma vez que elas não derivam apenas de atitudes irracionais, acionadas em virtude do pavor, medo e angústia vividos atualmente. Na verdade, a imagem das pessoas do leste asiático como bagunceiras, preguiçosas, sujas, disseminadoras de doença resulta-se de uma construção histórica e social. Segundo o antropólogo Christos Lynteris (2018), os surtos epidemiológicos do final do século XIX (como a terceira onda de peste bubônica⁹), do século XX (como a gripe espanhola¹⁰ e a gripe asiática¹¹) e do início do século XXI (como a Sars¹²) foram racializados¹³ e politizados, fazendo com que o corpo chinês (e, por conta do Orientalismo, dos corpos leste asiáticos em geral) passasse a ser entendido como ontologicamente inferior no sentido epidemiológico.

⁹ Causada pela bactéria *Yersinia pestis*, é transmitida através de pulgas de roedores infectados. Teve início em 1894.

¹⁰ Causada pelo vírus *influenza* tipo A, H1N1, de origem aviária, afetou a Europa em 1918 e 1919, palco principal da 1ª Guerra Mundial. Apesar do nome mencionar a Espanha, sua origem é incerta; as hipóteses são Reino Unido, Estados Unidos ou China.

¹¹ Originado na China a partir de porcos, é causada pelo vírus *influenza* A do subtipo H2N2. Sua disseminação ocorreu entre 1957 e 1958 e afetou o sudoeste da Ásia.

¹² Sars, Síndrome Respiratória Aguda Grave, causou uma epidemia na China em 2002. O vírus, o *Sars-Cov-1* é da mesma família do *Sars-Cov-2*, responsável por causar a COVID-19.

¹³ Como herança das teorias raciais de outrora, os corpos que são racializados até hoje são sempre e somente os de cor: os corpos negros, indígenas e amarelos.

No caso específico da terceira onda de peste bubônica, já existem várias publicações que evidenciam o esforço de médicos e da imprensa britânica em associar a origem da epidemia aos hábitos e costumes chineses, referindo-se, sobretudo, às casas e bairros ocupados por famílias chinesas, como as Chinatowns (Lynteris, 2018). Esse esforço foi tão bem empreendido que até hoje em uma pesquisa rápida na internet é comum encontrar referências de que o início se deu de fato na China, quando, na verdade, ocorreu em Hong Kong, quando este território fazia parte do Império Britânico.

Frente ao exposto fica mais fácil compreender a “tradição” da mídia ocidental em estigmatizar alguns hábitos alimentares e costumes orientais, assim como os wet markets, os mercados da China, que comercializam animais vivos, reduzindo-os como redutos sem higiene e de proliferação de doenças. Não é preciso fazer um levantamento para encontrar uma gama de reportagens recentes que reproduzem esta representação das pessoas chinesas como possuidoras de hábitos alimentares e costumes exóticos; a própria repercussão midiática que o vídeo da sopa de morcego ganhou é consequência desse processo.

Até mesmo abordagens que buscam ser mais empáticas com a realidade chinesa acabam reproduzindo outros estereótipos. É o caso da matéria “Wet markets: o berço do coronavírus” (Eler, 2020) feita pela Superinteressante em abril de 2020 e publicada no site da revista. O título é sensacionalista e decreta antecipadamente a condenação dos mercados chineses. Porém, ao ler toda a reportagem, nota-se um esforço em compreender o problema a partir de uma perspectiva mais abrangente, isto é, por meio da construção de um contexto histórico que permita entender como se deu a conformação destes espaços e também da prática de comercialização de animais exóticos. Assim, o texto jornalístico torna-se empático à população chinesa quando enfatiza que tais práticas passaram a ser comuns em função de grandes períodos de fome ocasionados pela carestia na produção e abastecimento de alimentos.

Entretanto, se a população chinesa é vítima, há um culpado. Como o sensacionalismo midiático não mede esforços para realizar essa busca, a

mensagem subliminar transmitida é que a culpa é do governo comunista chinês, uma vez que, segundo a matéria, foi ele quem “deu bênção à prática” (Eler, 2020). Em outras palavras, apesar de empática, a reportagem acaba por reproduzir outro estereótipo: o de reduzir todo o problema na suposta ineficiência de um sistema político e econômico que se coloca contrário ao capitalismo ocidental.

Como diz a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2009), o problema dos estereótipos não é que sejam totalmente falsos, mas sim incompletos, o que, por sua vez, contribui para a perpetuação de uma história única sobre determinado continente, país e/ou comunidade. Estas coberturas midiáticas estigmatizadoras e sensacionalistas não contribuem para a reflexão sobre a solução do problema de fato: a regulação dos mercados chineses e, a partir de agora, diante da proibição de venda de animais exóticos decretada pelo governo chinês no início do ano, o incremento da fiscalização para impedir o tráfico ilegal de animais exóticos.

Como é possível observar, os discursos construídos pela mídia ocidental ao longo da história continuam em voga e continuam a ser reproduzidos pela imprensa e também por indivíduos comuns. Na verdade, mídia e indivíduos retroalimentam estes discursos. Mas não estão sozinhos: o Estado enquanto instituição também se coloca como um importante foco de produção e reprodução destes discursos que tem no racismo um de seus mecanismos centrais para a atuação política.

Prognóstico 2: Estados racistas

Desde o início do ano de 2020, com a disseminação da COVID-19 pelo mundo, a decretação de estado de calamidade pública em diversos países e a implementação do isolamento social, vários representantes políticos emitiram suas análises sobre a pandemia. Não foi somente uma vez que o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, se referiu ao novo “coronavírus” como “vírus chinês”, culpabilizando veementemente a China pela disseminação do

vírus pelo mundo, postura essa bastante criticada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em tempos de negacionismo científico, mesmo diante de diversas pesquisas que atestaram que as características do genoma do vírus resultam-se de uma seleção natural, Trump segue afirmando que tem evidências que comprovam que a origem do vírus é de um laboratório de Wuhan. Outros representantes políticos (sobretudo brasileiros) que se aliam ideologicamente ao governo atual estadunidense entoaram essas acusações, abrindo espaço para crises diplomáticas com a China.

Mais uma vez, é preciso entender melhor essas questões, pois estas também não se apresentam como reações mecânicas a privação de liberdade e aos entraves que a pandemia tem causado à economia dos países, tampouco representa apenas uma rivalidade herdada da Guerra Fria entre capitalismo e socialismo. Ressalto aqui o apenas, visto que o “perigo do comunismo” continua a ser utilizado nos discursos de muitos representantes políticos atuais, de Trump nos Estados Unidos, a Bolsonaro, no Brasil.

Como ressaltado no tópico anterior, desde o final do século XIX os surtos epidemiológicos foram racializados e politizados. Neste contexto, é possível perceber que o sentimento antichinês estadunidense é anterior a Guerra Fria. Nos Estados Unidos do século XIX, mesmo antes da terceira onda de peste bubônica começar a afetar o país, o sentimento antichinês já era bastante forte, uma vez que nativos e imigrantes brancos residentes no país viam imigrantes chineses e seus descendentes como uma competição desleal em seus negócios e no mercado de trabalho, por ofertar produtos e mão-de-obra mais barata. A imprensa estimulava esse sentimento xenofóbico contra chineses retratando as Chinatowns como redutos perniciosos, de drogas, prostituição, negócios obscuros e que disseminavam doenças (Lynteris, 2018). Por conta disso, em 1882, foi promulgada a Chinese Exclusion Act (Lei de Exclusão Chinesa) que proibiu a imigração chinesa para o país até meados do século XX.

O racismo institucionalizado pelo Estado aflorou a sinofobia (xenofobia contra chineses) da população branca, levando a eclosão de dois episódios

sangrentos entre trabalhadores imigrantes brancos e chineses: Rock Spring Massacre, em Wyoming, em 1885 (28 mortos) e Hells Canyon Massacre, em Oregon, em 1887 (34 mortos). Assim, não é coincidência o fato de que em 1900, quando da eclosão de um surto de peste bubônica em São Francisco, foi decretada uma quarentena cujo isolamento restringiu-se apenas a chineses.

Não se pode negar que o racismo e suas diferentes práticas continuam sendo institucionalizados pelos Estados. Segundo o filósofo francês Michel Foucault, isso acontece porque o racismo foi incorporado pelos Estados modernos como um “mecanismo fundamental de poder” (Foucault, 1999, p. 304). Tendo em vista que no biopoder a população é o próprio instrumento de uma relação de poder e, portanto, também se coloca como seu alvo, o racismo moderno passou a ser:

ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza. (Foucault, 2005, p. 309).

Se o antigo soberano é quem detinha o poder de “deixar viver” ou “deixar morrer”, é a partir do racismo que os Estados instrumentalizam esta prática, uma vez que passa a ser “mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (Foucault, 1988, p.130). É importante destacar que o conceito de raça utilizado pelo filósofo francês não tem uma definição biológica estável, isto é, não tem um sentido essencialmente étnico, uma vez que indica “grupos que, apesar de sua coabitação, não se misturaram por causa de diferenças, de dissimetrias, de barragens devidas aos privilégios, aos

costumes e aos direitos, à distribuição de fortunas e ao modo de exercícios do poder” (Foucault, 1999, p. 90). Em outras palavras, o conceito busca designar os grupos sociais “puros” e os aptos ao aprimoramento, de outros que desafiam as normas e, por isso, são tomados como indisciplinados, degenerados, perigosos e anormais.

Nesse sentido, as camadas dominantes que detém o poder e que são titulares da norma (portanto, a raça pura), sob a justificativa de defender a “sociedade” (leia-se, manter o poder), passam a produzir discursos por meio de diferentes instituições que buscam realizar essa proteção contra aqueles grupos que foram eleitos como seus perigos internos, seja por estarem fora da norma ou então por oferecerem algum tipo de ameaça ao poder.

Esse tipo de racismo biológico e social que é acionado para defender a “sociedade” e proteger a raça pura, é chamado por Foucault de “racismo de Estado”, “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (Foucault, 1999, p.73).

Dessa forma, o Estado atua como “protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça” (Foucault, 1999, p. 95) e o racismo funciona como um dispositivo de segurança para tirar a vida dos que estão fora das normas e, por isso, são considerados “inimigos” da sociedade, mantendo, assim, os interesses da raça pura dominante. Na perspectiva foucaultiana, tirar a vida não se restringe necessariamente à morte física, mas abrange também a morte indireta, isto é, “tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, dentre outros” (Foucault, 1999, p. 307).

Assim como no século XIX, a postura atual dos Estados Unidos frente à China não é novidade, isto é, não se instalou em virtude da pandemia da COVID-19. Além da rivalidade entre os dois países herdada da Guerra Fria, há outras questões que permitem entender melhor o contexto em questão.

Eleito sob o slogan “American first” (América em primeiro lugar), desde 2018 o governo Trump passou a endossar uma campanha de boicote aos produtos “made in China” (fabricados na China). Além disso, instituiu o aumento de tarifas para diversos produtos chineses, sob a alegação de violação de propriedade intelectual, mas que, na verdade, pretendia incrementar sua própria campanha de fortalecimento da indústria estadunidense. O governo chinês, em retaliação, também impôs o aumento de tarifas em diversos produtos estadunidenses, como “soja, carros, aviões, carne e produtos químicos” (Gomes; Laporta, 2018). Esta guerra comercial fez com que a China deixasse de ser a principal parceira comercial dos Estados Unidos no primeiro semestre de 2019.

Portanto, é preciso ter em mente que as inúmeras acusações à China realizadas pelo atual governo dos Estados Unidos possuem todo este contexto como pano de fundo. É certo que a pandemia da COVID-19 piorou a situação, por conta da recessão econômica estadunidense. No entanto, não é ela que fez emergir tensões entre os dois países, uma vez que já existiam insatisfações de ambos os lados. Apesar disso, a pandemia tem sido utilizada como justificativa para as diversas ameaças realizadas por Trump, como, por exemplo, a de congelar os fundos destinados OMS sob a justificativa desta estar agindo de forma “chinacêntrica”¹⁴.

É dessa forma que a China e sua população tem sido colocada atualmente como o “inimigo” dos Estados Unidos e, por isso, em defesa da “sociedade”, precisam sofrer uma morte indireta, isto é, serem rejeitados, expulsos e/ou exterminados, ainda que somente no âmbito político e econômico. Não é de se admirar que em fevereiro de 2020 os Estados Unidos impuseram uma série de restrições à atuação da imprensa estatal chinesa no país sob a justificativa de que o trabalho de jornalistas chineses era “propaganda” do governo chinês. Em retaliação, a China expulsou treze jornalistas americanos correspondentes do New York Times, Washington Post e Wall Street Journal. O último acontecimento

¹⁴ Esta ameaça, na verdade, se concretizou: Trump anunciou oficialmente o rompimento com a OMS no final de maio de 2020.

desta “nova guerra fria” foi o anúncio da limitação dos vistos de jornalistas chineses, restringindo sua permanência nos Estados Unidos para noventa dias (antes era um ano). Se continuar assim não demorará muito para que os Estados Unidos decretem um novo Chinese Exclusion Act (Lei de Exclusão Chinesa).

Não é somente a imprensa que se coloca como instituição importante neste processo. Para arraigar esse discurso biológico social pela sociedade, o Estado cria e mantém diferentes instituições que retroalimentam este “discurso da luta de raças (...) como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (Foucault, 1999, p. 73). Passamos agora a entender qual é o papel da ciência.

Prognóstico 3: A ciência eurocêntrica

A situação mais concreta que já vivenciamos da ciência a serviço de interesses econômicos imperialistas certamente diz respeito as teorias raciais. A introdução do termo “raça” na literatura científica do século XIX pelo naturalista francês Georges Cuvier provocou uma reorientação intelectual, uma vez que, até então, a visão unitária da humanidade construída pelo iluminismo do século XVIII era o que vigorava na academia ocidental (Schwarcz, 1993, p. 63).

Dessa forma, “tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de raça (...) O discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre a cidadania” (Schwarcz, 1993, p. 63). Em outras palavras, as teorias raciais, influenciadas por outras correntes de pensamento como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo social, passaram a servir aos interesses econômicos e políticos de diversos países ao ditar quais eram os grupos raciais que deveriam ter acesso a cidadania aos direitos e, por consequência, quais deveriam ter esse acesso rejeitado.

Nas teorias raciais, os povos considerados amarelos eram associados à população do leste e sudeste asiático e foram classificados pelo antropólogo

naturalista e zoólogo alemão Johann Friedrich Blumenbach no século XVIII como “mongóis”, tendo como base a forma do crânio, as características faciais e a cor da pele. No século XIX, nos estudos sobre um distúrbio genético no cromossomo 21, passou-se a associar as características faciais das pessoas portadoras da síndrome com os mongóis, o que, por sua vez, levou ao uso do termo “mongolóide” para se referir aos afetados pela Síndrome de Down.

Influenciado pelo evolucionismo, o médico britânico John Langdon Down, responsável pelo reconhecimento da síndrome, defendia a existência de uma hierarquia racial e associava a deficiência mental como uma característica de raças inferiores (Dessen; Silva, 2002, p. 167). Isso levou a produção de dois estigmas: nas pessoas do leste e sudeste asiático que passaram a ser tomadas como degeneradas, doentes e inferiores; e também nas pessoas acometidas pelo distúrbio genético que se tornaram alvos de preconceitos e discriminação, uma vez que a medicina da época passou a se referir à síndrome de forma pejorativa, como “*idiotia mongol*”.

Nesse sentido, a criação do corpo chinês como um corpo ontologicamente inferior no sentido epidemiológico advém desse processo histórico. A ciência ocidental eurocêntrica foi a responsável por arraigar esse discurso biológico e social na sociedade, facilitando, assim, o processo de institucionalização do racismo pelo Estado. É por conta disso que no século XIX a expressão “perigo amarelo” passou a ser amplamente utilizada não somente por lideranças políticas como também pela imprensa ocidental. Embora tal denominação já tivesse sido mencionada, a racialização dessa conotação é atribuída ao kaiser Guilherme II da Alemanha, quando, em uma carta enviada em 1895, atribuiu a responsabilidade ao czar Nicolau II da Rússia em “cultivar o continente asiático e defender a Europa das incursões da Grande Raça Amarela” (Palmer, 2009, p. 31), uma vez que o Japão estava em vantagem na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), conflito que desbancou a China de sua milenar posição como principal potência asiática.

Dessa forma, temendo o avanço nipônico pela Ásia e uma possível recuperação da China através de sua industrialização, o “perigo amarelo”

tornou-se um instrumento político para que os países europeus exercessem seu controle hegemônico nas nações asiáticas, já que estas eram vistas como atrasadas em relação ao Ocidente, cujas diferenças biológicas e culturais as tornavam inassimiláveis ao progresso e civilização.

Para consolidar o “perigo amarelo” como ameaça no imaginário ocidental, estes representantes políticos contaram com a ajuda da ciência, visto que diversos intelectuais do século XIX legitimavam a ideia de que o futuro pertencia a raça branca nos círculos acadêmicos, como o filósofo francês Conde de Gobineau. A partir deste contexto, tem-se uma justificativa plausível para as políticas imperialistas no leste asiático (Chen, 2012, p. 5-6) no processo histórico que ficou conhecido como “neocolonialismo” e que teve além da Ásia, a África e a América Latina (localidade povoadas por uma população não-branca) como seus principais alvos.

Atualmente, apesar dos inúmeros avanços diante da emergência de novas e diferentes correntes – como os estudos pós-coloniais, subalternos, decoloniais, queer – que tem desafiado a geopolítica do conhecimento ao propor a descolonização de saberes, ainda é possível perceber a sobrevivência de algumas destas características que marcaram a ciência evolucionista e racista do século XIX. Recentemente, o professor argentino de comunicação social, Pablo Amadeo, reuniu uma série de ensaios escritos por renomados intelectuais progressistas como o filósofo esloveno Slavoj Žižek, a filósofa estadunidense Judith Butler, o geógrafo britânico David Harvey, o filósofo italiano Giorgio Agamben, entre outros. Estes textos objetivam a construção de um esforço reflexivo sobre o futuro do mundo pós-pandemia da COVID-19. A obra foi publicada digitalmente em inglês e espanhol e rapidamente passou a circular nas mídias digitais.

O problema já começa no título: “*Sopa de Wuhan — Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia*” (2020) (Sopa de Wuhan: pensamento contemporâneo em tempos de pandemia). Esta escolha alimenta a polêmica em torno da sopa de morcego. A seleção da imagem da capa que traz um aglomerado de morcegos

endossa ainda mais os estereótipos sobre o povo chinês. Isso porque trata-se de uma gravura de 1904, elaborada pelo biólogo e médico alemão Ernst Haeckel, defensor do evolucionismo, das teorias raciais e entusiasta da eugenia. Título e imagem induzem uma interpretação que leva à animalização das pessoas chinesas, colocando-as como perigo biológico, remetendo-se, assim a ideia de “perigo amarelo”.

Para além das escolhas feita pelo editor, ao ler o conjunto dos ensaios é possível identificar ao menos três pontos problemáticos. O primeiro diz respeito à reprodução da velha tese presente no Orientalismo que associa o regime chinês a ideia de “despotismo oriental”, noção alimentada há muito tempo pelo pensamento ocidental, compreendendo filósofos desde Aristóteles, os iluministas Montesquieu e Voltaire, como também Marx. Neste, o conceito se traduz a partir da formulação de modo de produção asiático, uma vez que, ao tomar como referência o desenvolvimento social europeu para se pensar o asiático, o filósofo alemão endossa “uma posição privilegiada da história ocidental em relação à oriental”, pois acentua “um caráter progressista e dinâmico ocidental, em contraposição a um Oriente estacionário” (Bortolucci, 2009, p. 36).

Na verdade, a ideia de “despotismo oriental” relaciona-se com o segundo problema verificado na coletânea: o eurocentrismo. A análise intelectual não somente é centrada na experiência europeia, como também continua a reproduzir os cânones acadêmicos, situando-se a partir de referências intelectuais europeias e/ou estadunidenses (em sua grande maioria). O ensaio escrito pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek (2020), por exemplo, defende que, ao contrário do que se imagina, a pandemia do novo coronavírus não levará ao fim do governo comunista chinês, mas sim do próprio capitalismo global. Tendo como base de referência a ideia de comunismo construída por Marx, o filósofo esloveno levanta a necessidade de se reinventar o comunismo. Em sua proposta, o autor constrói uma imagem que remete a ideia de um sistema comunitário, quase que primitivo, que teria como base o altruísmo, a confiança nas pessoas e na ciência (Žižek, 2020).

Por fim, o eurocentrismo presente na obra leva ao terceiro problema da coletânea: grande parte destes pensadores relegam a China a um exílio no mundo pós-pandemia, isto é, levam a crer que o país será tratado pelo Ocidente como o próximo Iraque, Afeganistão, Síria ou Líbia (Jabbour, 2020). Em outras palavras, não são empáticos à experiência chinesa, ainda que ela tenha se saído melhor na contenção da disseminação do vírus do que, por exemplo, a Itália.

Nesse sentido, a China continua a ser o “outro” distante, incompreensível, inassimilável, quando, na verdade, poderia ser o “outro” cujas experiências são passíveis de aprendizados. David Harvey me parece ser o único europeu a realizar este esforço ao comparar a forma como a China e a Itália tem lidado com a pandemia. Além disso, como dito, grande parte dos textos utilizam referências ocidentais, isto é, não buscam dialogar com perspectivas diferentes. Aliás, o único representante leste asiático na coletânea é o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. Em sua contribuição, é possível extrair alguns aprendizados da experiência chinesa, sobretudo no que tange a obediência quanto ao uso de máscaras para a contenção da disseminação do vírus (HAN, 2020). Também busca explicitar que a mentalidade autoritária oriental tão destacada pelo mundo ocidental, não advém do poder despótico, mas de uma tradição cultural, o confucionismo. Para rebater as elucubrações de Zizek, Han é mais realista ao encerrar seu texto com os seguintes dizeres:

O vírus não vencerá o capitalismo. A revolução viral não acontecerá. Nenhum vírus é capaz de fazer revolução. O vírus nos isola e nos individualiza. Não gera nenhum sentimento coletivo forte. De algum modo, cada um se preocupa somente com sua própria sobrevivência. A solidariedade que consiste em manter distâncias mútuas não é uma solidariedade que nos permite sonhar com uma sociedade diferente, mais pacífica e justa. Não podemos deixar a revolução nas mãos do vírus. Vamos torcer para que após o vírus venha uma revolução humana. Somos NÓS, PESSOAS dotadas de RAZÃO, que temos que repensar radicalmente e restringir radicalmente o capitalismo destrutivo, e também

nossa mobilidade ilimitada e destrutiva, para nos salvar, para salvar o clima e nosso belo planeta (Han, 2020, p. 111-112, grifos do autor, tradução minha).

Por fim, é possível perceber que, na tentativa de construir uma reflexão no “calor do momento”, cedeu-se à urgência da questão e algumas análises precipitaram-se; como Agamben (2020) cujo texto sugere que a epidemia tem sido inventada pela imprensa em nome da privação de liberdade das pessoas e da realização do estado de exceção. A análise se precipitou na medida em que grande parte das pessoas que se alinham ideologicamente com práticas fascistas também entoaram que a pandemia era um delírio dos meios de comunicação, colocando-se contrárias ao isolamento social.

Apesar destas fragilidades, não se pode generalizar estas críticas a todos os textos presentes na coletânea. De toda forma, “Sopa de Wuhan” nos mostra que até mesmo os setores intelectuais mais progressistas continuam a reproduzir representações distorcidas do Orientalismo e que, por isso, a luta pela descolonização epistemológica (ou, nesse caso, desorientação epistemológica) necessária para a construção de uma geopolítica do conhecimento mais democrática será ainda mais árdua e está apenas no começo.

Possibilidades terapêuticas

Atitudes xenofóbicas, racismo estatal e uma geopolítica do conhecimento que continua a privilegiar os cânones eurocêntricos são alguns dos resultados prévios, isto é, dos prognósticos obtidos a partir dos acontecimentos e análises extraídas do contexto da pandemia da COVID-19 até o momento. Por conta disso, pode-se dizer que a pandemia da COVID-19 tem sido acionada como uma nova peça do Orientalismo, pois é em função dela que Estados, instituições e indivíduos têm reforçado a cristalização dos estereótipos existentes sobre a China e de seu povo, alçando-os, por vezes, como perigos biológicos.

No entanto, é preciso entender que a atual pandemia não criou o racismo e a xenofobia que temos assistido atualmente contra as comunidades leste-asiáticas, uma vez que, como mostrado, estes discursos existem há muito tempo. Tampouco se pode afirmar que o Orientalismo se realiza enquanto uma estrutura discursiva coercitiva, isto é, que não abre brechas para a formulação de contradiscursos. A manifestação do artista visual chinês Chenta Tsai Tseng que adentrou um desfile em Madrid com os dizeres “I am not a vírus” pintado no corpo, assim como a propagação da #JeNeSuisPasUnVirus, inicialmente na França e depois pelo mundo em diferentes línguas, são experiências que mostram que a resistência é possível e ela é importante na crítica e desconstrução de preconceitos, do racismo e xenofobia vigentes.

O contexto atual revela o quanto nós, ocidentais, desconhecemos sobre a realidade histórica e cultural chinesa. Apesar de vivermos em um mundo globalizado e mundialmente conectado, pouco conhecemos da realidade concreta dos países do Leste da Ásia. O que sabemos diz respeito aquilo que o Ocidente coloca como “exótico”, isto é, modos de vida, práticas e costumes tomados como pitorescos. Ou então o que o Ocidente considera útil (leia-se economicamente relevante) para se apropriar, como práticas da medicina (como a acupuntura) e tecnologia chinesa, a moda e gastronomia japonesa, os cosméticos, doramas¹⁵, o filme *Parasita*¹⁶ e os grupos de k-pop¹⁷ sul-coreanos, para citar alguns aspectos.

A saída seria orientar-se por informações mais consistentes do que aquelas veiculadas pela mídia, ou melhor, (des)orientar-se a partir de um olhar

¹⁵ São as “novelas” coreanas que se popularizaram ao serem veiculadas pelo aplicativo de *streaming* Netflix.

¹⁶ Em 2020, pela primeira vez na história, o vencedor do Oscar de Melhor Filme foi uma obra de língua não inglesa: o filme sul-coreano *Parasita*, dirigido por Bong Joon-ho. Apesar da visibilidade que o filme alcançou com a premiação, o que o Ocidente conhece e valoriza do cinema sul-coreano ainda é limitado, diferente do seu tratamento para com o cinema hollywoodiano e também o europeu.

¹⁷ *Korean Pop* (pop sul-coreano), trata-se de um estilo musical que é marcado pela mistura de diversos gêneros, como o *pop*, o *hip-hop* e o eletrônico. Apesar de seu surgimento ter se dado em 1992, foi somente em 2012 que o *k-pop* entrou de fato no Ocidente, dado o sucesso de *Gangnam Style*, lançada pelo artista Psy (Park Jae-Sang). Atualmente, o *k-pop* é o carro-chefe (*mainstream*) da indústria cultural sul-coreana, uma vez que com a fórmula de sucesso utilizada na montagem dos grupos e suas coreografias chamativas, este estilo musical tornou-se um fenômeno mundial.

que desconstrua o Orientalismo. Para tanto, seria necessário a cooperação de ambos os lados: no caso da China, uma maior democratização de suas próprias informações, sua história e cultura (com o Ocidente e também com sua própria população); no caso do Ocidente, a demonstração de interesse sobre culturas diferentes, através de estudos e pesquisas que não se restringissem ao regime político chinês, que os relegasse ao exílio ou então submetesse seus intelectuais ao ostracismo. Nesse enredo, precisamos estabelecer diálogos mais profícuos com intelectuais oriundos não somente do Leste da Ásia, mas de toda e qualquer localidade que teve seus saberes subalternizados, na tentativa de construir novos conhecimentos, mais plurais e democráticos.

Isso não quer dizer negar o autoritarismo ou as diferenças culturais chinesas, mas acabar com a propagação de uma história única sobre o país, afinal, “ela [história única] rouba a dignidade das pessoas. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil” (Adichie, 2009). É preciso ver que, para além da política e economia, um país é formado de pessoas que sonham, batalham, sentem medo, inventam e criam diante de adversidades. Dessa forma, ambos os lados poderiam perceber que é possível aprender através das diferenças, usufruindo, assim, do teor pedagógico inerente ao exercício da alteridade.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda. *O Perigo da História Única*. Technology, Entertainment and Design (TED Global), 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt>. Acesso em 29 abr. 2020.

AGAMBEN, Giorgio. La invención de una epidemia. In: *Sopa de Wuban*. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia. La Plata: Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

AMADEO, Pablo (org). *Sopa de Wuban*. Pensamiento contemporaneo em tiempos de pandemias. La Plata: Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

BORTOLUCI, José Henrique. *Pensamento eurocêntrico, modernidade e periferia: reflexões sobre o Brasil e o Mundo muçulmano*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

CHEN, An. On the Source, Essence of “Yellow Peril” Doctrine and Its Latest Hegemony “Variant” – the “China Threat” Doctrine: From the Perspective of Historical Mainstream of Sino-Foreign Economic Interactions and Their Inherent Jurisprudential Principles. *The Journal of World Investment & Trade*, Vol. 13. Martinus Nijhoff Publishers, 2012.

DESSEN, Maria Auxiliadora; SILVA, Nara L. P. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. *Interação em Psicologia*, 2002, 6(2), p. 167-176.

DUSSEL, Enrique. *Ética de la Libertación: En la edad de la globalización e de la exclusión*. Madrid: Simancas Ediciones S.A, 1998.

ELER, Guilherme. Wet markets: o berço do coronavírus. *Superinteressante*, 22 abril de 2020. Disponível em <<https://super.abril.com.br/especiais/wet-markets-o-berco-do-coronavirus/>> Acesso em 03 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 18ª ed. Rio de Janeiro. Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

GOMES, Helton S.; LAPORTA, Taís. Entenda a ‘guerra comercial’ entre EUA e China e como ela pode afetar a economia mundial. *G1 – Economia*. 10/04/2018. Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/entenda-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china-e-como-ela-pode-afetar-a-economia-mundial.ghtml>> Acesso em 04 jun. 2020.

HAN, Byung-Chul. La emergencia viral y el mundo de mañana. In: *Sopa de Wuhan*. Pensamiento contemporaneo em tiempos de pandemias. Pablo Amadeo (Org.) La Plata: Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

HARVEY, David. Política anticapitalista en tiempos de COVID-19. In: *Sopa de Wuhan*. Pensamiento contemporaneo em tiempos de pandemias. Pablo Amadeo (Org.) La Plata: Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

IRWIN, Robert. *Pelo amor ao saber: os orientalistas e seus inimigos*. São Paulo: Editora Record, 2008.

JABOOUR, Elias. A China (muito) além da “Sopa de Wuhan?”. In: *Le Monde Brasil Diplomatique*. Observatório da Economia Contemporânea, 2020. Disponível em<<https://diplomatique.org.br/a-china-muito-alem-da-sopa-de-wuhan/>> Acesso em 05 jun. 2020.

LEWIS, Bernard. The Question of Orientalism. *Islam and the West*. New York: Oxford University Press, 1993.

LYNTERIS, Christos. Yellow Peril Epidemics: The Political Ontology of Degeneration and Emergence. In: BILLÉ, Franck; URBANSKY, Sören. *Yellow Perils: China narratives in the contemporary world*. University of Hawaii Press, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MOORE-GILBERT, Bart. *Postcolonial Theory: contexts, practices, politics*. London: New York, 1999.

PALMER, James. *The Bloody White Baron*. Nova Iorque: Basic Books, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 73-80, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In LANDER, E. (org.), *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales – Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, FLACSO, 2000.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZIZEK, Slavoj. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill y podría conducir a la reinvencción del comunismo. In: *Sopa de Wuhan*. Pensamiento contemporaneo em tiempos de pandemias. Pablo Amadeo (Org.) La Plata: Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

COVID-19 E O ESTADO DE GUERRA PERMANENTE

Gustavo Bissoto Gumiero¹

Nós vivemos no tempo da subjetivação das guerras civis. [...] Nós entramos na era da construção de novas máquinas de guerra.

O capitalismo e o liberalismo carregam as guerras em seu seio como as nuvens carregam a tempestade.

É essa relação estreita, constitutiva, ontológica entre a forma mais desterritorializada do capital, a moeda, e a forma mais desterritorializante da soberania, a guerra, que nós colocamos como um ponto de partida obrigatório para repensar toda a história do capitalismo – até as suas formas mais contemporâneas.

(Eric Alliez & Maurizio Lazzarato)

Meu ponto de partida para a análise da pandemia da COVID-19 – item I – é a guerra, a guerra no seio da população, a guerra de todos contra todos, que vem à tona nesses tempos de aparente ausência de uma guerra mundial. Esse é o pano de fundo necessário para que se compreenda como se dão as relações de poder na sociedade capitalista contemporânea e também para compreender o aparecimento de novos fascismos, que se colocam ainda mais em evidência no tempo da pandemia.

No item II, dialogo com a crítica exercida por Alliez & Lazzarato (2016) e Lazzarato (2019) com relação ao biopoder de Foucault, a qual se pauta em revelar que as relações bélicas ocorrem diariamente no seio da população e por isso não podem ser ignoradas pela análise crítica. Para eles, a pluralidade de guerras (de classes, de raças, de subjetividade etc.) deve ser considerada como um elemento constitutivo e constituinte do capital.

¹ Mestre em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp) e doutorando pela mesma instituição. Site: gustavogumiero.com.br

No item III, levanto as questões que se colocam ao “humano”, às “novas figuras do humano” que aparecem para se tentar vencer as limitações de situações vividas na época da pandemia da COVID-19 – a força produtiva impedida de sair de casa – e proponho, no item IV, seguindo na esteira de alguns autores, a renda básica universal como necessidade urgente para salvar milhões de vida da pobreza e da fome decorrentes da COVID-19.

I – Capitalismo e máquina de guerra na pandemia

Para Foucault (2015, pp. 13, 28), um dos primeiros axiomas do exercício do poder é a negação da existência da guerra civil. Ele afirma que, por ela sempre ter sido vista como algo negativo, como “anomalia”, “acidente”, como aquilo que se deve evitar, foi simplesmente desconsiderada pelas análises filosóficas e históricas. No entanto, em sua análise, ela deve ser considerada como “a matriz de todas as lutas pelo poder, de todas as estratégias do poder” (p. 13). A guerra civil e as relações de poder devem ser consideradas, portanto, como inerentes à sociedade: “a guerra civil não é anterior à constituição do poder [...]. Ela desenrola-se no teatro do poder [...]; ela se desenrola para manter ou conquistar o poder, para confiscá-lo ou para tomá-lo”. (ibid., p. 28). A guerra civil “investe o poder integralmente” e isso pode ser visto nas estratégias que ele adota para se exercer: a vigilância, a ameaça, os instrumentos de coerção etc.

O ano de 2020 trouxe à luz e tornou evidente mais um tipo de guerra², a biológica. O Sars-CoV-2 (novo coronavírus) apareceu como um vírus que resgatou uma característica marcante da sociedade disciplinar: a questão da circulação. Os isolamentos provocados pelo aparecimento e dispersão do vírus podem ser comparados a um período de guerra: eventos cancelados, restrição ou impedimento total de circulação (*lockdown*), a ordem de não sair de casa, e tudo

² Para Kennet Rogoff, ex-economista chefe do FMI, “é uma situação de guerra, governos devem gastar de modo maciço”. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/governos-devem-gastar-como-na-guerra-diz-ex-economista-do-fmi.shtml> acesso em 27/03/2020.

isso alimentado por medo, temor e pânico. Mas essa guerra é menos uma batalha no sentido “guerreiro” e mais uma luta no sentido “biológico”: luta para não ser infectado pelo vírus, luta para ser o primeiro laboratório a fabricar uma vacina; ao mesmo tempo, a luta pela sobrevivência frente ao pânico criado pela mídia, pela sobrevivência à perda dos empregos e à queda dos índices econômicos constitui um verdadeiro darwinismo social.

Uma guerra no sentido “bélico” causaria menos pânico, pois o inimigo seria conhecido e o palco da guerra (territórios) também. Mas a humanidade assiste a sua Terceira Guerra Mundial, a primeira verdadeiramente do globo terrestre: todos os Estados em estado de guerra. Uma guerra biológica e financeira.

O tempo da pandemia da COVID-19 é emblemático, exemplifica de que forma a máquina de guerra capitalista atua. O vírus não é uma invenção sua, mas a partir do momento em que ele se dispersa, ele é apropriado pela máquina de guerra para fazê-lo de arma contra as populações através da linguagem das finanças: as bolsas que caem, as necessidades de se realizar os ganhos ou diminuir as perdas etc.

Para Alliez & Lazzarato (2016), a “micropolítica” de Deleuze e Guattari se articula ao conceito de “máquina de guerra”, implicando uma nova problematização e a transformação dos conceitos de guerra e de política: Deleuze e Guattari teriam sido os únicos a dissociar o Estado e a guerra da máquina de guerra – sua importância reside no fato de não ficarem presos à “territorialidade” estatal³. Assim, as análises de Deleuze e Guattari convergem para a precisa afirmação de que o Estado é responsável por apropriar-se, institucionalizar e profissionalizar a máquina de guerra e ao “estatizar a guerra”, o Estado torna-

³ A máquina de guerra, invenção dos nômades, não tem a guerra em si como objeto, mas deve ser definida como “guerra contra o Estado”. O Estado se viu constrangido a se apropriar da máquina de guerra dos nômades e transformá-la em algo muito diferente, promovendo a institucionalização de um exército, e foi somente a partir de então, quando a máquina de guerra é capturada pelo Estado, que a guerra torna-se seu objetivo, subordinando-a aos objetivos políticos do Estado que a monopoliza, e com a institucionalização de um exército – a guerra do Estado é, pois, continuação da política (Alliez & Lazzarato, 2016, pp. 319ss, cf. Deleuze & Guattari, 2011).

se, então, o responsável por assegurar o controle, dentro de suas fronteiras, da guerra civil⁴.

A definição de “guerra contra o povo” é a utilizada por Lazzarato (2019) para definir as estratégias militares e as estratégias políticas neoliberais após a queda da União Soviética (a derrota da “revolução”). As guerras sofreram transformações ao longo do século XX, e, com as guerras industriais, tanto a guerra como o Estado, passaram a ser “funções e componentes da máquina de guerra do capital” (ibid., p. 66). Com isso, o Estado, longe de desaparecer, é integrado a uma aliança estratégica, sob o domínio do capital (financeiro), perdendo totalmente sua autonomia, não possuindo mais nem mesmo o “monopólio” da violência. A coerção mais violenta passa a ser operada, então, pela finança, que conjuga “a forma mais desterritorializada do capital e a forma mais desterritorializada da soberania, a guerra”⁵ (idem).

A constituição dessa nova máquina de guerra capitalista passa, portanto, por operar uma profunda transformação no Estado, integrando suas soberanias política e militar e o conjunto de suas funções administrativas sob a direção do capital financeiro - os fluxos de crédito, a dívida pública, o papel da moeda. A continuidade entre mercado, guerra e política marcam, assim, um campo de batalha em nível mundial, uma verdadeira “filosofia da guerra total”⁶.

A finança deve ser compreendida, então, mais como uma “guerra não sangrenta” – competição – que uma “convenção”, um “contrato”. A guerra

⁴ O presidente dos Estados Unidos, no momento de sua posse, num ato jurídico, quando jura solenemente sob a Bíblia proteger respeitar a constituição e proteger o seu país, está encarnando, naquele momento, todo o poder de um soberano, de fazer viver, de proteger a população estadunidense. Este ato significa muito. Ele recebe todo o “poder” de usar – mas também de continuar a desenvolver, a fabricar – todo o arsenal bélico daquela potência.

⁵ “O capitalista coletivo constrói sua máquina de guerra e sua estratégia a partir da circulação, de modo que não há exterioridade nem função parasitária da finança, que, muito pelo contrário, graças a sua desterritorialização superior, sua velocidade e sua aceleração contínua tem uma visão do ciclo global da ‘produção’ que escapa tanto à empresa quanto ao Estado e às organizações do movimento trabalhador” (Lazzarato, 2019, p. 65).

⁶ Foucault já apresentava, em seu curso de 1976 Em defesa da sociedade, a guerra como relação social permanente.

constitui o ponto máximo da concorrência, da competição; é a implacável luta pela vida contra a derrota da morte. Mas cada vez mais se travam guerras de formas diferentes do que a simples imposição de um arsenal bélico⁷. E hoje, mais do que nunca, a máquina de guerra do Capital é a financeirização – “um novo regime de acumulação ou a expropriação dos ‘detentores de recursos’ e a exploração do assalariado, a guerra, a violência, a pilhagem e a economia mais real coexistem em um nível inigualável” (Lazzarato, 2019, p. 89).

O “mercado”, compreendido como o grande mercado financeiro mundial, aparece como o “soberano”, aquele que tem de estar sempre saudável, e joga com suas ameaças econômicas em nível mundial. Ele deve ser “acalmado”, pois é seu humor que rege o destino das populações. Soma-se a isso as sugestões e ordens vindas dos especialistas: “o melhor nesse momento é ter paciência, pois já as coisas voltam ao seu devido lugar”, “mantenha suas aplicações [quem tem], pois seu dinheiro voltará a render na bolsa”. Especialistas, aliás, que são convocados para explicar e dar seus palpites como numa guerra, para tranquilizar a população. Mas são os Estados que têm de salvar a “economia” e os empregos⁸ e os planos de austeridade, que nunca deram certo, ficam em segundo plano. Os Estados Unidos, por exemplo, apresentavam até o final de abril de 2020, quase 30 milhões de pedidos de seguro-desemprego, dizimando os 22 milhões

⁷ O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) afirmou que os 10 anos entre 2010 a 2019 foram os que mais apresentaram aumento de gastos com a defesa dos países e que as nações do mundo gastaram, somente em 2019, 1,73 trilhão de dólares com o setor militar – somente os Estados Unidos gastam 648 bilhões de dólares, o equivalente ao gasto do 2º ao 15º país do ranking. O interessante é que o estudo leva em conta não somente o investimento com as armas, mas também com a “segurança cibernética”.

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/gasto-militar-tem-maior-aumento-da-decada-no-mundo.shtml> acesso em 15/02/2020.

⁸ Durante a pandemia, os Estados Unidos realizaram a transferência direta de U\$ 1.200 para todos os cidadãos da classe média e trabalhadora do país, estimado no valor total de U\$ 2 trilhões, o maior pacote de auxílio de sua história; em Singapura, repasse de até U\$ 300, a depender da renda, com possibilidade de U\$ 100 adicionais, para cada filho menor de 21 anos; no Brasil, R\$ 600,00 a trabalhadores autônomos, por 3 meses e a Lei de Renda Básica de emergência, garantindo até R\$ 1.200,00 mensais por um período determinado para famílias com renda de até 3 salários mínimos e também o pagamento de contas de luz para famílias de baixa renda.

que tinham sido criados na década anterior⁹. Por isso, estamos por vivenciar um novo “império da dívida” – individual, empresarial, governamental –, grande parte da população ficará endividada, sem recursos; as empresas, insolventes; e os governos, com dívidas que ultrapassam seu PIB. É o próprio Estado, primeiramente, que tem que “pagar o preço” para salvar a economia, através, entre outros expedientes, da emissão de títulos, de “fabricação de dinheiro”, das obras públicas, da facilitação do acesso ao crédito. A dívida, no entanto, será paga futuramente pela população, seja de forma direta, como aumento de impostos, seja de forma indireta, através de menos serviços sociais. Parece que estamos no início de uma nova desregulamentação financeira, que pode desencadear em uma nova crise das finanças.

É exatamente nos momentos de crise que, como ensina a história, aparecem os “líderes”, os “salvadores da pátria”, nos braços dos quais as grandes massas se encontram “protegidas”. A figura do líder e o nacionalismo aparecem, então, de mãos dadas e podem despertar, a priori, “estados de exceção”, mas também, a posteriori, culminar em novas barbáries vestidas da mesma face fascista. Se bastou um “simples” tiro em Sarajevo para deflagrar a “primeira” guerra mundial, hoje os barris de pólvora das nações estão mais cheios.

A retórica usada pelos líderes dos países durante a pandemia foi quase sempre de base militar, seguida, muitas vezes, de um patriotismo exacerbado. Em um pronunciamento aos franceses, Emmanuele Macron falou sete vezes a frase “estamos em guerra”; e também “Não lutamos contra um exército ou uma nação. Mas o inimigo está lá, invisível, imperceptível, progredindo. E isso requer a nossa mobilização geral”. Já o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, exclamou: “É uma guerra médica. Temos de vencer essa guerra” e também “Cada geração de americanos é chamada a fazer sacrifícios pelo bem da nação. Na Segunda Guerra, adolescentes e jovens se voluntariaram para lutar”.

⁹ Além disso, aquele país não tem um sistema público de saúde e, muitos infectados não se dirigiam aos hospitais ou clínicas pois sabiam que esse ato poderia significar o endividamento ou a falência própria ou de sua respectiva família.

O primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, em discurso à sua nação: “Somos um país forte. Um país que não se rende”. E, explicitamente, o presidente da China, usando a retórica militar, ele disse a profissionais de saúde “podemos vencer esta guerra”¹⁰. Um verdadeiro paradoxo: um estado de guerra, mas sem enfrentamentos bélicos¹¹.

Mas a própria China alertava para uma nova espécie de “Guerra Fria” em sua relação com os Estados Unidos no tempo da pandemia. Em uma resposta contundente aos contínuos ataques do presidente estadunidense, Donald Trump, o ministro chinês das relações exteriores, Wang Yi, afirmou que “algumas forças políticas nos Estados Unidos estão fazendo as relações entre China e Estados Unidos como reféns e levando nossos dois países à beira de uma nova Guerra Fria”, e frisou que os Estados Unidos se infectaram “com um vírus político que aproveita todas as oportunidades para atacar e difamar a China”¹².

II – Biopoder e guerra no seio da população

O capitalismo atual é, nas palavras de Alliez & Lazzarato (2016, p. 32), “fruto da vontade de certos homens de exercer uma dominação absoluta sobre outros homens a partir de uma estratégia geopolítica mundial de exploração sem limites de todos os recursos humanos e não humanos” (grifo meu). Para eles, a história do capitalismo é marcada, desde sua origem, por uma pluralidade de guerras: de classes, de raças, de sexo, de civilização e de subjetividade, e por isso elas devem ser consideradas e analisadas como um elemento constitutivo e constituinte do Capital. Ainda para eles, o Capital só pode triunfar com a imbricação entre moeda, guerra e Estado – foi o Estado que, promovendo a guerra civil no seu

¹⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/lideres-adotam-discursos-de-guerra-contra-pandemia.shtml> acesso em 24/03/2020.

¹¹ Isso é contra a “natureza” do ser humano, de lutar, de guerrear, de criar anticorpos, de ser uma sociedade capitalista, individualista, onde deveria prevalecer o lema do “cada um por si”. E outro paradoxo é que, apesar de ser uma máquina totalizadora, não há um “plano global” para a humanidade.

¹² <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/05/24/china-alerta-para-nova-guerra-fria-com-os-eua-por-pandemia-que-assola-a-america-latina.htm> acesso em 24/05/2020.

interior, permitiu e permite o Capital se desenvolver: “acumulação e monopólio dos títulos de propriedade pelo Capital, e acumulação e monopólio do uso da força pelo Estado se nutrem reciprocamente” (ibid., p. 17).

A guerra é assim, antes de tudo, “um dispositivo estratégico”; é a “subjetivação dos dispositivos de poder”. A afirmação de que a guerra não existe é o primeiro axioma do poder capitalista. Mas a análise crítica deve entender o exercício diário do poder como guerra civil.

Os autores inovam, portanto, a análise crítica do capitalismo contemporâneo, mostrando que a lógica da guerra civil, de baixa intensidade ou não, é a lógica comandada pelo capitalismo até os dias atuais. “A reversibilidade entre guerra e economia está no próprio fundamento do capitalismo” (2016, p. 15). A política do Capital é, pois, a guerra continuada por todos os meios colocados à disposição pela sua máquina de guerra.

Lazzarato (2019) continua a apresentar os limites da teoria foucaultiana com relação à governamentalidade, à biopolítica. Sua crítica consiste em relatar que Foucault apresentou somente uma parte do que foi a governamentalidade nos séculos XIX e XX e que, apesar de tal teoria, tal modo de entender as relações sociais através do espectro de relações de forças, relações de poder, ter sido revolucionária, também é verdade que ela negligenciou e omitiu um aspecto muito importante: o aspecto bélico da governamentalidade capitalista.

As guerras contra as colônias se fizeram ausente da análise foucaultiana¹³ e, na visão de Lazzarato, essa seria uma grande falha e imporia um limite ao

¹³ Exceção feita a algumas aulas do curso de 1973, *A sociedade punitiva* (2015), de 1973-4, *O poder psiquiátrico* (2006) e de 1976, *Em defesa da sociedade* (2010). No primeiro, Foucault narra como se deu, por exemplo, a colonização dos guaranis pelos jesuítas: utilização de um sistema disciplinar, em detrimento da escravidão, mas com uma vigilância individualizada permanente (alojamento do núcleo familiar guarani), um “sistema penal permanente” com punições, que se bem que não tão severo e desenvolvido quanto o europeu, tinha sua força sobre os corpos – violência – e sobre as ações. Além desses cursos, em uma palestra de 1982 intitulada *O sujeito e o poder* (2014), Foucault irá retomar a questão das relações estratégicas de poder e da questão bélica das mesmas. No entanto, a crítica de Lazzarato parece se dar mais pelo fato de as relações de poder terem sido, segundo o autor, totalmente encobertas pelo conceito de biopoder que Foucault lança no final do curso de 1976, *Em defesa da sociedade*, e que retoma nos seus dois cursos posteriores, de 1978, *Segurança, território e população* (2008) e de 1979, *Nascimento da biopolítica* (2008b).

notável trabalho de Foucault, pois ele desconsiderou o colonialismo “como parte constitutiva da ordem política, como pressuposto da soberania, da governamentalidade e do constitucionalismo” e continua “de modo que se sua definição de poder ilumina a dimensão ‘microfísica’ deste, está cega para a configuração mundial da sua microfísica” (2019, p. 82). Ainda: “Em Foucault, falta metade da ‘narrativa’ genealógica sobre os ‘poderes’, os ‘sujeitos políticos’ e as instituições, já que ele limita sua análise à Europa. O biopoder representa um ponto de vista eurocentrado frente a dispositivos de poder mundializados desde 1492” (ibid. p. 86). A regulamentação governamental, biopolítica, é, assim, para Lazzarato, precedida pelas guerras das conquistas, que as fundam. Ainda para o italiano, “a insistência com que Foucault define as técnicas de poder como ‘produtivas’, alertando-nos contra qualquer concepção do poder ‘repressivo’, destrutivo, guerreiro, não corresponde de modo algum à experiência que temos do neoliberalismo” (ibid., p. 73). “A transformação da guerra civil mundial em biopolítica (‘guerra no seio da população’) faz dela uma guerra sem ‘inimigo’” (ibid., p. 69-70).

Tal crítica de Lazzarato se concentra no fato de que Foucault, mesmo que tenha sido o que mais tenha inovado na análise da categoria de poder – uma concepção não-jurídica, enraizada na “microfísica das relações” –, oculta, através do conceito de biopolítica, a violência que se exerce diretamente e constantemente sobre o ser humano. O poder, para Lazzarato, não se resume somente a incitar, tornar possível, solicitar uma “ação sobre ação”, porque essa concepção, por si só, tornaria inexistente a questão das violências de classe, raciais e sexuais, mas implica também – e cada vez mais – a imposição da vontade, de valores, de crenças, diretamente na “pessoa” e nas coisas, através do uso da força e da violência – uma ação sobre a “virtualidade dos comportamentos” e uma ação sobre “coisas e pessoas” –, as quais não se deixam de exercer e de se nutrir no neoliberalismo. “O biopoder não é a forma geral do poder contemporâneo” (ibid., p. 87) já que a máquina da guerra do capital se apropriou dele e o reconfigurou. Assim, o “controle de fluxos e a hierarquização das populações”

não é mais realizado por ele, mas pela guerra, guerra no seio da população e guerra contra as populações – o civil e o militar que se integram na “regulação das populações”. “Os dispositivos ‘biopolíticos’ não parecem mais responder à função ‘foucaultiana’ de prolongar a vida das populações. [...] A ‘vida’ que está em jogo não é a vida biológica da população, mas a vida política da máquina capitalista e das elites que constituem sua subjetivação” (ibid., p. 92).

A guerra é assim, antes de tudo, “um dispositivo estratégico”; é a “subjetivação dos dispositivos de poder”. A afirmação de que a guerra não existe é o primeiro axioma do poder capitalista. Mas a análise crítica deve entender o exercício diário do poder como guerra civil¹⁴.

Os fronts hoje mudaram de lugar, mas não de função: interiorizados no interior dos Estados “pacificados”, onde não há distinção entre militar e civil, eles se confundem. “A guerra total virou guerra global, no sentido de constituir a outra face da globalização, o aspecto militar da ação ‘civil’ do mercado mundial. Ela é endêmica, intermitente, sempre prestes a explodir, mas sobre o pano de fundo de uma guerra contra a população”. E prossegue: “no capitalismo contemporâneo, a guerra é sempre, no fundo, uma guerra civil, uma guerra contra a população” (ibid., p. 67). Essa guerra contra a população estende-se ao tamanho do mercado, o globo terrestre, não sendo necessário não ter conflitos armados no solo de um Estado para se poder afirmar “não estamos em guerra”. Com a “hegemonia política do Capital, a ‘guerra civil mundial’ prima sobre a guerra entre Estados” (ibid., p. 68)¹⁵. Como exemplo de conflito não-armado, a finança utilizada pelo capitalismo é uma arma não militar, mas que produz efeitos tão devastadores quanto o de uma batalha bélica. As guerras financeiras que são engendradas – FMI contra a Grécia etc., demonstram seu poder de deixar danos.

¹⁴ Basta observar que para formar a classe operária na França e na Inglaterra, por exemplo, foi necessária uma guerra sobre os modos de viver, contra os camponeses, contra as mulheres etc.

¹⁵ Em minha tese de doutorado *Governamentalidades e Biodesigualdade: novas relações de poder e novas formas de existência no século XXI*, faço uma análise pormenorizada desta questão (Gumiero, 2020).

III - Ano 1 d. Corona

Estamos realmente “no começo de alguma coisa” (Deleuze, 2013) e o tempo irá dizer o que é. De qualquer forma, não parecem ser tempos melhores para a humanidade, pelo menos na forma que essa chegou até aqui. Os pontos que levanto abaixo estão intimamente ligados com os resultados da pandemia, a qual pode acelerar a realização de alguns desses tópicos.

1) Eugenia

Em momentos de “crise” – econômica, de valores, de subjetividade –, é que se potencializa a tentação de criar “super-humanos”, cujo limite hoje ou daqui a algum tempo não seria mais técnico, mas esbarraria “apenas” na barreira ético-política. Assim, um evento, uma guerra realmente mundial, como é o caso da pandemia da COVID-19, tem a força de engendrar uma transformação na sociedade. Não será esse acontecimento uma prerrogativa para que se possam pensar novamente na eugenia? Não será esse evento a descoberta definitiva da fraqueza da raça humana e a necessidade imperativa de se melhorá-la? O vírus que é poderoso ou ser humano que é fraco, imperfeito? O que é certo é que a lógica da produtividade humana é reduzida com o vírus e isso, numa economia capitalista, não se pode repetir. Há que se produzir seres vivos de acordo com os interesses e necessidades do mercado, há que se antecipar a evolução biológica e ultrapassar os limites e as fraquezas atuais da espécie humana, moldando-a à lógica do mercado e sua produtividade.

Depois da queda do nazismo, a eugenia bate novamente às portas da humanidade, e agora, “acima de qualquer suspeita”, sob o manto da necessidade de se “melhorar” geneticamente a espécie humana para que ela nunca mais passe por momentos de pânico – e de paralisação das atividades produtivas – como o da pandemia de 2020. Uma nova versão do “racismo científico”, com a colaboração da engenharia biológica e outras ciências da vida, cada vez mais avançadas, está por vir com uma força desmedida, capaz de levar não só a radicais modificações

das formas de vida do planeta de modo geral, mas também e especialmente a espécie humana.

A afirmação corrente é que há que se repensar a humanidade, a partir da “ciência” e suas verdades, e novas figuras do humano passam a surgir, mas que confluem em uma espécie humana que supere as intempéries de um planeta devastado ecologicamente, que suporte mais altas temperaturas que o seu corpo atual comporta, que supere a barreira da morte¹⁶. Em quase todos, vemos que a “superação do homem” se faz necessária e é para realizar esse objetivo que as forças capitalistas se movem. Deve-se forjar o *ÜberMensch*, mas não no sentido nietzschiano, e sim genético¹⁷. Novas figuras do humano hão de aparecer.

2) Acesso e digitalização

Mais do que o assim aclamado “compartilhamento”, a tendência capitalista é voltada para o acesso. Paga-se. Paga-se por tudo, continuamente, e nunca se terá a posse definitiva de determinado bem. Músicas, filmes, séries, jornais, livros, carros, residências, próteses, conteúdos informacionais conectáveis ao corpo. Nunca se está na posse definitiva de algum bem. Somente a dívida que tem a posse definitiva da existência.

Outra tendência que aparece é a “digitalização” do mundo, das relações. Parece que as transmissões de shows, cultos e tudo o mais que antes era feito fisicamente, tenha tido caminho livre para se transformar em transmissões ao vivo, nas *lives*, reconfigurando as relações humanas. Menos interações pessoais, mas tudo “ao vivo”, nas redes. Assistiu-se à criação de corridas e modalidades esportivas “on-line” com a participação, mesmo que, a princípio tímida, de muitos pilotos e atletas das respectivas categorias máximas.

¹⁶ Com uma crise ambiental profunda, será necessário forjar uma nova humanidade. Toda uma relação da degradação da Terra com a necessidade de uma nova humanidade, capaz de suportar as mudanças climáticas. Mesmo uma corrida armamentista entre super-Estados poderia engendrar a questão da eugenia.

¹⁷ Se bem que, como mostra Janz (2016), Nietzsche teve acesso ao trabalho de Francis Galton, antropólogo, primo de Charles Darwin e “fundador” da eugenia. Talvez as ideias do inglês possam ter influenciado Nietzsche de alguma maneira. De qualquer forma, são pontos de vista diferentes com relação à “superação” do ser humano.

3) Aceleração do desenvolvimento tecnológico

Outro fator importante que deve ser considerado é o vertiginoso desenvolvimento tecnológico que acontece no período de guerra e segue no pós-guerra. IBM, Amazon, Microsoft e Google são algumas das empresas que se dispuseram a participar da “COVID-19 High Performance Computing Consortium” (Consórcio de Alta Performance COVID-19), a força-tarefa anunciada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, que envolve o governo estadunidense e alguns de seus órgãos, como a NASA, com algumas empresas gigantes da tecnologia daquele país, visando a colaboração no projeto para barrar ou mitigar os efeitos da pandemia. Outras ações que ocorriam no setor eram a Folding@Home, um projeto de “supercomputação colaborativa”, em que cada um podia doar um pouco de “poder computacional” ao projeto, que visava desvendar o mecanismo no das proteínas do vírus; o Summit, supercomputador da IBM, que procurava possíveis substâncias para prevenir o contágio; e Amazon e Alphabet (do Google) que trazia suas soluções de testes clínicos em larga escala; além, também, de multinacionais que voltaram a sua produção aos respiradores, como General Motors, Tesla, e Ford¹⁸.

4) Monitoramento

In God we trust, all others we monitor. A China, que histórica e culturalmente, considera seus cidadãos como um coletivo, tem adotado há tempos grandes medidas de “vigilância” sobre sua população. Em 2018, estimava-se a existência de cerca de 170 milhões de câmeras de segurança em operação, e com previsão de outras 400 milhões seriam instaladas até 2020. Mas não era o bastante. O governo chinês já trabalhava em um projeto para o Sistema Nacional de Crédito, a entrar em operação em 2020, que já está em fase de testes. Esse sistema será responsável por praticamente determinar o “valor” de cada chinês com base em análise por algoritmo. O sistema reúne dados diversos dos indivíduos, como tradicionais, sociais e on-line e os combina para determinar

¹⁸ <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/03/26/novos-testes-e-pcs-em-rede-como-tecnologia-pesada-pode-frear-coronavirus.htm> acesso em 28/03/2020.

o ranking do cidadão na sociedade. Nos dados tradicionais, a pontuação se dá por variáveis tais como pagamento de impostos, de empréstimos, de faturas do cartão de crédito, de contas públicas como água e luz, e até cumprimento de ordens judiciais; com relação aos dados sociais, serão levados em conta os trabalhos voluntários, o histórico acadêmico, a ficha criminal, o comportamento no trânsito, o uso de transporte público e até mesmo o cumprimento dos limites de planejamento familiar; por fim, os dados on-line serão extraídos de informações coletadas por empresas, pela interação com amigos e também pela “confiabilidade” das informações postadas em sites e redes sociais. O intuito dessa pontuação é permitir ou bloquear o acesso a trens e aviões, serviços de internet, descontos em produtos, serviços sociais, planos de saúde, empréstimos etc. Trata-se de um sistema que dará ao governo um controle sem precedentes sobre seus cidadãos¹⁹.

A pandemia também trouxe à tona as possibilidades que as empresas e os governos têm de monitorar cada passo de seus cidadãos. O modo de monitorar e controlar os moradores no período da pandemia foi através da geolocalização. Os governos nacionais, em parceria com operadoras de telefonia ou empresas de tecnologia utilizaram-se de todo o arsenal tecnológico disponível para mapear os passos da população, antever e prever certas aglomerações. O caso mais enfático, no entanto, ocorreu na China, onde governo chinês baseou sua estratégia de isolamento através de um sistema que integrou os aplicativos da Tencent, empresa líder dos principais aplicativos daquele país. Para passar na catraca de metrô, por exemplo, não era possível no início do isolamento: todos os moradores tinham a cor “amarela”. Quatorze dias depois, em que as medidas passaram a permitir certos deslocamentos, os usuários receberam a cor verde. No entanto, se um morador tivesse sido infectado pelo vírus ou apresentasse os sintomas da doença, automaticamente seu código se tornava “vermelho”, o que impedia o acesso a qualquer ponto que precisasse de sua “identidade” no celular, e todos

¹⁹ O Estado de São Paulo, 15/04/2018, B10.

os moradores com quem ele tivesse cruzado nas ruas também recebiam o código vermelho, com o intuito de frear a propagação do vírus²⁰. Apesar de se tratar de um “estado de exceção”, a disponibilidade tecnológica já existe para os governos que queiram forjar um verdadeiro apartheid de classes através do acesso. Ao mesmo tempo, os governos poderiam medir o movimento de “aglomeração” das pessoas e recorrer ao seu policiamento para evitar grandes multidões.

IV – Renda básica em tempos (ainda mais) difíceis²¹

A proposição que levo adiante para o fortalecimento da cidadania é a instituição da renda básica “universal, incondicional e permanente”²².

Se em um dado momento histórico, pelo menos nas economias capitalistas avançadas, a conjunção entre crescimento econômico e “pleno emprego”, obtida pela gestão do Estado, satisfazia a população em geral – trabalhadores, sindicalistas, patrões – e contribuíram para a redução das desigualdades sociais. No entanto, após as crises que o “estado de bem-estar social” atravessou – do welfare ao warfare – os direitos sociais foram aos poucos sendo minados, perdidos. Nos anos recentes, “tempos difíceis” (Silva, 2019) faz-se necessário, mais do que nunca, a proposição política da renda básica incondicional, provida pelo Estado para toda a população – a única “condição” que deve ser exigida é o “pertencimento” à sociedade. “A renda básica se mostra uma proposta mais adequada ao fortalecimento da cidadania e da dignidade dos beneficiários, porque a distribuição universal, incondicional e permanente da renda torna-a obrigatoriamente uma política de Estado, prevenindo sua manipulação pelos governantes do momento” (Silva, 2019, p. 8).

²⁰ <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/04/20/veja-empresas-de-tecnologia-que-estao-monitorando-pessoas-na-pandemia.htm> acesso em 21/04/2020.

²¹ “Uma renda básica é uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independente de sua situação financeira ou exigência de trabalho” (Philippe Van Parijs apud Silva (2019)).

²² <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/588584-a-renda-basica-universal-como-resposta-a-radicalizacao-do-capitalismo-entrevista-especial-com-josue-pereira-da-silva>

A universalização dessa renda e a sua incondicionalidade são “condições necessárias para que a transferência de renda deixe de ser uma mera política compensatória e se torne uma verdadeira política de cidadania e, em consequência, se transforme de fato em um contraponto à desenfreada tendência à mercantilização das relações sociais” (ibid., p. 13). E agora em tempos (ainda mais) difíceis.

Referências bibliográficas

- ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Maurizio. *Guerres et Capital*. Paris: Éditions Amsterdam, 2016.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. Capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Ed. 34, 2010. 2ª edição (2011).
- FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: MOTTA, M.B. *Ditos e escritos*, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade/ Michel Foucault. São Paulo, Forense Universitária, 2014.
- GUMIERO, Gustavo Bissoto. *Governamentalidades e Biodesigualdade: novas relações de poder e novas formas de existência no século XXI*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Campinas/SP, 2020.
- JANZ, C.P. Friedrich Nietzsche: uma biografia, volume II: os dez anos do filósofo livre (primavera de 1879 a dezembro de 1888). Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2016.
- LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- SILVA, Josué Pereira da. Renda básica em tempos difíceis. *Cadernos IHU ideias*. Ano XVII, n. 284 (2019). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

O NOVO CORONAVÍRUS E O RETORNO DA REGRESSÃO DESPÓTICA: ELEMENTOS DE UMA LEITURA CRÍTICA

Elisa Zwick¹

Este texto reúne algumas reflexões sobre o enfrentamento da pandemia que constrangeu o brasileiro ao isolamento a partir de março de 2020 e a respeito do espectro regressivo que contaminou os ares do planalto central, o qual figura, agora mais perverso, na lida com a questão sanitária. As reflexões foram aqui reunidas a partir da data que nos distou setenta e cinco anos do encerramento da Segunda Guerra Mundial². Considero-as um conjunto de reações à ingovernabilidade político-sanitária instaurada no país, impressões que trago a público baseada em uma leitura “freudiana-teórico-crítica”.

Unido ao irracional, está o caráter incapacitante, impiedoso e mortal. Fosse a pandemia a única pauta que nos afeta, poderíamos a ela destinar prioritariamente todas essas qualidades. Mas dado o contexto político em voga, em que convivemos com a generalização dos sintomas da captura das mentes rumo à pulsão de morte, as qualidades acima também se aplicam ao governo. As peculiaridades do vírus invisível revelam um potencial abreviador de nossas vidas, o que se vê acentuado mediante práticas políticas visivelmente

¹ Professora do magistério superior na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), doutoranda no programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), doutora e mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (Ufla). Graduada em Administração pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí/RS). Desde 2017 integra o grupo de pesquisa Teoria Crítica e Sociologia, na Unicamp. E-mail: elisa.zwick@unifal-mg.edu.br.

² O dia 8 de maio de 1945 marca a vitória sobre o projeto de exploração e opressão nazista, dez meses depois dos primeiros ataques aos campos de concentração para libertação dos primeiros sobreviventes do holocausto, ação que só é findada em maio (Enciclopédia do Holocausto: <https://bit.ly/3cQZVZy>). Para lembrar a data, foi lançada uma exposição virtual em Berlim, utilizando como campanha manchetes como “no início foi a eleição” e “você quer o que você vota?”, ressaltando que nas democracias também se abrem caminhos às ditaduras, sendo que é de responsabilidade de todos impedir que a história se repita (Deutsche Welle Brasil: <https://bit.ly/3cFtVaJ>).

carregadas de irracionalidade, oriundas de um espírito político empoderado pela destrutividade.

Instaurado sob as condições de um cyberdomínio, de recursos importados, é um governo que agora avança a partir das condições de um duplo movimento de exceção. Une os esforços do projeto neoliberal à indiferença para com a vida sob um patamar bastante acentuado. Articulada à pandemia, entrou em vigor a política de morte equiparável aos pressupostos da necropolítica (Mbembe, 2018), em que a fragilidade da condição humana se acentua pelas mãos do próprio Estado. Agora ascendente, a agressividade manifesta nesse processo precisa ser posta em análise, a fim de uma melhor compreensão do caráter psicanalítico ao fundo da conjuntura do espaço-tempo atual, singularmente cruel, mas cujas práticas são tomadas como integrantes do único modelo possível e necessário ao progresso.

O caráter regressivo político à luz da doença social (e vice-versa)

Encontramo-nos diante de um poder manipulador e paralisante que se aproveita de um momento excepcional no mundo para impor uma agenda política repressiva, irresponsável e ameaçadora à vida, amplificando o adoecimento dos corpos com o uso do desdém e do descaso como ingredientes de seu método de gestão. Para compreender a necropolítica como modelo de Estado, precisamos nos posicionar distantes do estabelecimento de uma leitura hermenêutica restrita sobre a realidade sanitária. Não colabora o mero sobrevoo por sobre um acontecimento isolado na história, cuja última tragédia de proporção semelhante distava a humanidade em 102 anos³. A despeito da mera reprodução estatística, o que precisamos é nos aproximar da análise social mais profunda sobre a tragédia, resgatando a dignidade perdida dos sepultados em massa.

³ Segundo estudiosos, a Gripe Espanhola teve o primeiro caso relatado entre soldados da tropa americana, em combate na Primeira Guerra Mundial. Tendo se difundido em três ondas entre 1918 e 1919, atingiu dois terços da população mundial e vitimou, no Brasil, cerca de 35.000 pessoas (História do mundo: <https://bit.ly/3dXEHt9>).

Trata-se de pensar no estabelecimento de uma crítica situada histórica e localmente, integrando uma leitura, mesmo que sucinta, sobre as peculiaridades que permitem um país encontrar-se em condições propícias ao caos total e acelerar a evolução do quadro sanitário ao abismo. O fato é que estamos diante de algo sem precedentes na história nacional, pois unimos, neste momento, duas condições inéditas: (1) uma pandemia que se transfigura em (2) um pandemônio, visto que, de um lado, temos um problema biológico e, do outro, uma questão social e política, em que se conduz o país antidemocraticamente (Araújo, 2020)⁴. As saídas ao primeiro fenômeno, objetivo, em medida importante são bloqueadas pela existência do segundo, de ordem social subjetiva, enraizado tanto na história do país quanto na dialética do ser humano. Diante disso, ocupando o lugar máximo no Estado, estão os indivíduos representantes de um ciclo barbarizante, que lavam as mãos “numa bacia de sangue” (Duarte, 2020)⁵. Despudorados, alardeiam ideologias que persistem em defender a morte aos vulneráveis, explicitando destemidamente práticas que relembram a eugenia⁶.

Todavia, a partir da concepção de Poulantzas (2007), de que o Estado é, sobretudo, a forma organizada da sociedade, temos muito a pensar sobre as singularidades da trajetória que culmina num país em que, hoje, diante do

⁴ As raízes do que o autor caracteriza como *pandemônio* são por ele identificadas, em sua fundamentação, em fontes como a do texto “Aprimoramento institucional e federalismo pleno”, que apresenta um diagnóstico de conquistas dos governos anteriores ao de Bolsonaro, taxados como “esquerdistas”, cujas “anomalias legais” por eles instituídas devem ser, agora, enfrentadas com “um tratamento de choque” (ROSA, 2018, p. 6).

⁵ Em vídeo (disponível em: <https://bit.ly/369xdAB>) publicado em virtude do suicídio do colega ator Flávio Migliaccio, Lima Duarte falou da importância do Teatro de Arena como frente de luta em sua geração – cuja juventude fora vivida na conjuntura do golpe de 1964 –, denunciando o pânico enfrentado pela classe artística no período da ditadura militar no Brasil, frequentemente capturada e inquirida pelos agentes do DOI-CODI. Ao lamentar o retorno de práticas semelhantes nos tempos hodiernos, Lima Duarte arremata em alusão à fala do personagem *Operário* na peça de Bertolt Brecht “Os fuzis da Senhora Carrar” (“*Die Gewehre der Frau Carrar*”, de 1937): “as pessoas que não querem assumir nenhuma culpa acabam lavando as mãos em bacias de sangue. E esse sangue, depois bem que se vê nas mãos!” (Brecht, 1992, p. 34).

⁶ Ao comentar sobre a negação das evidências médicas, o diretor do Centro de Clínicas, Arnaldo Lichtenstein (USP/SP), declarou em entrevista à TV Cultura em 11.05.2020, que a seleção natural dos resistentes e o desejo da morte dos vulneráveis em detrimento da manutenção da economia, traz em si algo muito mais perverso do que desacreditar na ciência; trata-se de uma fala que carrega intensamente a lógica da eugenia (Jornal da Cultura, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2WFHWju>).

descaso instalado no centro do poder, morremos mais em proporção a outros países que adotaram políticas defensivas. Pautar o processo de construção social, institucional, cultural, ideológico e, num plano especial, as determinações econômicas enquanto fundantes das demais esferas que culminaram no Brasil que hoje temos, foi valorosa tarefa diversamente explorada por muitos dos seus intérpretes, em tempos socialmente não muito distintos. Dentre eles, podemos lembrar de clássicos como Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré, Antonio Cândido, Milton Santos e Florestan Fernandes.

Contemporaneamente, tanto Chauí (2000), quanto Schwarcz (2019) sustentam a ideia do Brasil como país de uma “história inventada”, no qual desdobraram-se, desde as bases   constru o de uma identidade nacional, ferrenhas disputas políticas para operar no senso comum versões ocultadoras do escravismo, tentando encolher o até hoje latente, quando não externado, racismo. Ou então, pela maquiagem da história mais recente da ditadura. Trata-se de uma funda o mitológica, assim assentada desde o descobrimento, na qual a ilusão da democracia racial foi apenas um dos exemplos derivados, tendo nos relegado uma compreensão seletiva do passado: somos resultado de uma conquista pacífica e gloriosa, harmonicamente hierarquizada.

Nesta versão, o branco, destemido aventureiro empreendedor, foi alçado ao patamar de merecedor de todos os méritos, naturalizando-se dominador. Opostamente, colocaram-se o negro e o  ndio, senão de fora da precária esfera pública, bem na periferia. Considerados indivíduos menores, cujo saber sobre seu sofrimento deveria ser minimizado ou ignorado às próximas gera es. Uma receita de resultados bem sucedidos, se formos recorrer às figuras do “negro racista” ou do “pobre de direita”, criticadas em suas posi es contraditórias pelos mais atentos internautas. Mesmo não documentados, muitos dos fatos carregados de dor e sofrimento que animaram a histórica real do país, trouxeram implícita a barbárie justamente quando relegados ao esquecimento, tal como assinalado por Benjamin (2009)⁷.

⁷ *“Es ist niemals ein Dokument der Kultur, ohne zugleich ein solches der Barbarei zu sein. Dem Grunds tzlichen dieses*

Nessa fábrica de confusão e exclusão dos lugares de memória não é demais lembrar a importância da obra “Casa-grande & senzala”, de Gilberto Freyre, cuja tese sobre o Brasil paradisíaco Schwarcz (2019, p. 17) assinala ter sido alvo de verificação até da Unesco em fins de 1940. Em contraposição aos registros da imensa barbárie emanada do contexto europeu e africano à época, no Brasil substituíam-se a tragédia real intencionalmente por um romance fictício. Retirou-se o país do resto do mundo, numa franca alteração estilística ensejada em moldes a-históricos, grosseiramente arranjados para apagar o fato de sermos o último país a sair do sistema escravagista nas Américas.

Escrever uma história como de fato foi é muito distinto de criar um amálgama mitológico refundando “dourando” cadáveres. No entanto, o recurso cultural-distrator, envolto em criações mitológicas, não raro se tornou prática estendida em todo o mundo para construir e preservar governos autoritários. Mas encontra-se com sua verdadeira face quando submetido ao pensamento crítico, cuja lupa é capaz de apontar nas retóricas ilusórias a violência característica do retorno da regressão despótica. Porém, são frequentes em extensão mundial, reações que visam aniquilar a comunicação dos fatos tal como se desdobram efetivamente⁸.

Construídas na esteira da falsa ideologia, as versões douradas da história não tardam alçar a condição de verdade através da propaganda enganosa, mimetizando o que defendeu Goebbels⁹. Na esteira freudiana, Adorno (2005)

Tatbestandes ist noch keine Kulturgeschichte gerecht geworden, und sie kann das auch schwerlich hoffen? Não há documento de cultura que também não seja de barbárie. O básico neste fato é que nenhuma história cultural alcançou a justiça e é difícil esperá-lo. (Benjamin, 2009, p. 92, tradução nossa).

⁸ Exemplo do combate à construção de governos autoritários, cerceadores da liberdade de imprensa, é o projeto “Fontes da Liberdade” (*Fonts for Freedom*), idealizado pelos “Repórteres sem fronteiras” (*Reporter ohne Grenzen*), ganhador do Prêmio Gutenberg da Cidade de Leipzig - Alemanha (*Gutenberg-Preis der Stadt Leipzig*), em 2019. Na exposição, à época acessível na Biblioteca Nacional Alemã (*Deutsche Nationalbibliothek*), figuravam manifestações como “a história política será escrita, não ditada” (*Politische Geschichte wird geschrieben, nicht diktiert*) em meio aos relatos de prisão de repórteres ao redor do mundo (*Börsenblatt*, jornal disponível em: <https://bit.ly/3cSmSfj>).

⁹ Recentemente parafraseado por Roberto Alvim ao som de Wagner, compositor preferido de Hitler, o que motivou sua demissão do cargo de Secretário da Cultura no governo Bolsonaro. Uma das frases mais famosas atribuídas ao marqueteiro nazista Joseph Goebbels é: “Quando contamos uma mentira e

analisa a propaganda fascista como possuidora de ganância narcisista, sugestiva de que os adeptos no grupo estão mais elevados em relação aos de fora. Toleram as diferenças internas, canalizando a intolerância por sobre o inimigo eleito. Para Adorno, mesmo que Goebbels não tenha avançado na compreensão da psicologia moderna, tornou-se uma personalidade bastante astuta para seguir o jogo do poder, porém superficial às questões sociais. Isso tudo torna o conhecimento sobre a realidade histórica de um país uma das mais poderosas armas ao enfrentamento dos estereótipos de cunho fascista.

O indispensável bloqueio ao ato de conhecer: uma estratégia essencial

Para que toda essa artimanha de dominação engendrada pelo destemido caráter político regressivo funcione, é importante conter o avanço do conhecimento emancipatório. Os bloqueios elaborados através desta lógica nos colocam no paradoxo de vivermos uma era de conhecimento acessível, porém inacessado. A partir do átomo social – o indivíduo –, podemos dizer que esta tem sido uma realidade constituída tanto voluntária, quanto involuntariamente. É preciso considerar que mesmo estando acessível em várias mídias, a informação tarda transformar-se em conhecimento, pois isto depende de um processo de reflexão crítica, podendo-se, então, transformar em algo efetivamente emancipatório. Em pulção de vida.

O aceite de pressupostos fascistas veiculou o bloqueio do conhecer, o que se engendrou pelo bombardeio do raciocínio reflexivo e a vazão à mera reprodução de informações propagandeadas como a verdade do conhecimento. O aspecto mais moderno dessa configuração está alocado no âmbito da subjetividade, submetendo a opinião pública, com relativo sucesso à ideologia fascista, pelo cyberdomínio. Assim, a disseminação de Fake News nas redes sociais encontrou lugar cativo quando causou a adesão entre o narciso particular,

a repetimos suficientemente, então as pessoas irão, por fim, nela acreditar” – tradução nossa, do original: *“Wenn man eine große Lüge erzählt und sie oft genug wiederholt, dann werden die Leute sie am Ende glauben”.*

que encontra audiência privilegiada diante da tela, com a ideia fabricada sob um rótulo de novidade. Quem não quer ser o primeiro a divulgar a nova notícia que revolucionará o mundo? Reproduzir o ideário autoritário, patenteando-o, nunca foi tão irresistível quanto nos tempos hodiernos.

Embora suspeitas, essas práticas enlatadas de reprodução da informação são passivamente compradas por parte significativa da mesma massa que, ignorante da história e, hoje, da ciência, acaba por colocar no patamar do esquecimento até mesmo critérios de acreditação alçados pela pesquisa publicamente reconhecida. É o caso da tomada leigo-discursiva, como verdade para o tratamento da pandemia, de um medicamento cujas reações são desconhecidas. Essa inconstante rapidez de não doutos, que brotam de todos os cantos para corroborar apressadamente um tratamento eficaz, atropelando como que em desespero a pesquisa científica, serve ao combate à manutenção da vida e diz muito sobre a falsificação em vigor.

De fato, como Adorno e Horkheimer (1997) alertavam, inverteu-se tudo aquilo que a investigação inaugurada pela razão esclarecida procurava encontrar, tendo a razão se transformado em mito acrítico de uso instrumental. E, se de um lado é dito que os ingênuos seguem essa lógica de modo involuntário, por outro tem sido difícil acreditar que haja uma quantia significativa de indivíduos jogando nesse time, especialmente depois de visitadas as observações de Freud sobre o cinismo. Nessa base, Safatle (2008 p. 71) reforça que o cinismo nos põe frente a uma “verdade que não só é desprovida de força performativa, mas também bloqueia temporariamente toda nova força performativa”.

O preconceito para com a reflexão rechaça com força o espírito crítico. Ele enterra o contraditório sob rótulos visuais ou nominais, alçados ao terreno do ruim ou prejudicial, onde se insere toda a carga possível de ódio. A cor vermelha talvez não tenha sido tão detestada como agora, assim como o indivíduo raivosamente rotulado marxista ou o comunista, entre outros. Essa rígida postura de intolerância nos coloca, como humanidade, em posição de bloqueio também quanto às possibilidades de amadurecimento social.

Paulatinamente desenvolvidos no seio da sociedade atual, são comportamentos cuja raiz tupiniquim é o primeiro preconceito que circulou tão facilmente na constituição do Estado-nação: o racial. Amplificou-se o ideário do ódio a um indivíduo específico, canalizando-o contra o trabalhador, a empregada doméstica, o nordestino e o homossexual, entre outros. Àqueles mesmos dos quais se retirou a seguridade social relega-se o enterro simbólico e subjetivo. Assim, o ódio, esse outro vírus invisível, é pandemia constante. Tem sido sentimento difundido e usado democraticamente para contrapor a constituição do espírito questionador.

Não foram poucas as tentativas de bloquear a cultura, algumas bem-sucedidas, em especial a do cerceamento da formação humanística nas escolas. Mesmo um conhecimento desprezioso, como o filosófico, não encontra mais lugar seguro. Não é lucrativo, diz o fascista. Antes incidente por sobre a formação crítica, tal cerceamento encontra na saúde a “bola da vez”. Com a mesma força histórica, carregam-se adiante as práticas autoritárias como mercadorias principais a serem vendidas nas prateleiras da ignorância. São mercadorias que, tal como o definira Marx, têm ironicamente o seu valor-de-uso enquanto objeto útil à sociedade burguesa impenetrável e seletiva, cujas próprias variantes são o horizonte limite colocado pela expansão da ignorância no tempo presente.

Psicologia das massas à brasileira

Contudo, o que temos para o cardápio do dia é a implementação do novo modelo de gestão inerente ao neoliberalismo, caracterizado por Safatle (2020) como “Estado suicidário”, a “fase terminal do neoliberalismo”, que se realiza como “um experimento [fascista] de economia libidinal”¹⁰. Por isso, o momento em que as especificidades da desigualdade se acumulam ao sofrimento pela

¹⁰ Safatle (2020) atribui o conceito a Paul Virílio. E continua: “se o fascismo sempre foi uma contrarrevolução preventiva, não esqueçamos que sempre soube transformar a festa da revolução em um ritual inexorável de auto-imolação sacrificial”.

doença exige avançar em interpretações situadas entre a política e a psicanálise, dada sua capacidade para deslindar o autoritarismo brasileiro enquanto uma categoria psicopolítica (Tiburi, 2019)¹¹.

O autoritarismo no Brasil, latente hoje nos três níveis de poder, foi alçado a um caráter patológico aumentativo no pós-eleições de 2018. A insinuante ditadura que vivemos sob moldes não tradicionais, nem por isso menos violenta, foi escolha democrática que encontra berço não tão esplêndido, mas seguramente histórico. Doravante, em estando o pêndulo político inclinado à extrema direita, atendendo, portanto, prioritariamente às demandas do grande capital em sua versão mais bruta, tomou conta da esfera pública uma expressão de loucura coletiva, que agora se une a um negacionismo crescente como o molde de enfrentamento da pandemia.

Trata-se de um consenso obtido através do domínio da subjetividade dos indivíduos, graças a um núcleo hipnótico retroalimentado por um projeto arquitetado de destruição. Afinal, a limpeza ideológica dos adversários reais e fictícios fala em nome de toda a salvação. Tal consenso emana do cidadão de perfil mediano, o popularmente taxado ‘inocente útil’, transformando-o em serviçal voluntário do irracionalismo, ao passo que desacredita cabalmente dados cientificamente comprovados, até que seja vítima do vírus¹². Se esse ciclo sedento de submissão finda quando a morte resgata o ser à esfera imediata da

¹¹ Na obra “Delírio do poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação”, resultante dentre outras experiências, da participação na esfera política como candidata ao governo do Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2018, Márcia Tiburi (2019) analisa o delírio tratando-o como categoria de análise psicopolítica. Em entrevista concedida recentemente (<https://bit.ly/3cIoiso>), a filósofa reforça que a decisão da candidatura política objetivava entender na prática o funcionamento dos mecanismos retóricos alucinantes que colocaram representantes da violência de extrema direita no poder, incluso na presidência.

¹² Ao tratar da desinformação criada na lida com o Covid-19, associada à paranoia do governo atual, o sociólogo professor da UFRJ, Alexandre Brasil Fonseca, analisou as consequências das mentiras difundidas sobre o coronavírus a partir do caso de um jovem que faleceu da doença no final de abril, aos 35 anos. O estudioso detecta os passos de uma adesão cega e reprodutora dos discursos firmados pelas personalidades no poder, em que coube aos familiares da vítima, além do sofrimento, expressar o arrependimento pela difusão da mentira (<https://bit.ly/2TetLjf>). Enquanto isso, muitos dos responsáveis públicos não cumprem seu papel informativo.

natureza, abreviando-lhe a vida, é importante entender como o humano insiste em reproduzir sua própria ignorância, até mesmo porque a lógica da psique é social, não individual. Obedece aos condicionantes culturais tanto quanto aos da desigualdade.

Para Freud (2015), o embarque nesse circuito tem fundamento na identificação (*Identifizierung*), processo antecedente ao complexo de Édipo, que designa o enamoramento por outra pessoa, alçando o indivíduo ao campo do ideal através da educação emocional. Não é demais lembrar que idealizações são modelos que suspendem a realidade, ao ponto de, no caso da transferência desse processo à figura do líder, o enamoramento que lhe é próprio funcionar associado à sugestão e à hipnose coletiva, com fins de dominação psicológica.

Considerando a análise de Freud (2015) sobre o comportamento das massas, o hipnotizado irá reproduzir as características do líder de modo imediatista, irrefletido, através de um processo de contaminação psíquica derivado de sua participação em um grupo, embora a ligação com o líder seja preponderante. Nisso reside o caráter de grande periculosidade das massas, pois o poder violento de um líder despótico é pólvora que incendeia as capacidades mais regressivas dos indivíduos. Significa, para Freud (2015), que há um retorno à atividade psíquica agressiva do *homo sapiens* primitivo, que ressuscita na massa nos mesmos moldes da horda primitiva (*Urhorde*)¹³.

Diante da acriticidade típica do enamorado/assujeitado, o líder hipnotizador assume o lugar do “ideal do eu” (*Ichideal*), um modelo em que o sujeito se conforma. O despótico, então, encontra lastro para firmar “aspirações sexuais

¹³ Darwin se torna conhecido em 1911 e sua teoria tem como marca essencial a contestação dos conceitos fundamentais religiosos. Freud utiliza essa categoria darwiniana – *Urhorde* – como forma de posicionar-se a favor de Darwin, visto existir na época um movimento das escolas religiosas nos EUA contra a teoria evolucionista. Para Freud era importante reagir ao fundamentalismo religioso demarcando posição contra a dominação religiosa iminente nas escolas. Embora datadas, manifestações dessa natureza urgem ser resgatadas para enfrentar o período obscurantista no Brasil, onde o total desrespeito ao princípio constitucional do Estado laico instaurou um mando religioso nas escolas de fundo basicamente político. E a questão de longe é bem sabida. Não é a liberdade religiosa. Mas uma rota favorável ao fanatismo, isto é, quando o credo é trabalhado no sentido de suprimir a validade de outras instâncias de verdade da vida social.

direcionadas” (zielgehemmten Sexualstrebungen) (Freud, 2015, p. 71;77) ou de meta inibida para com a massa, porém duradouras. Esse processo é resumido pela “fórmula da constituição libidínosa das massas” (Formel für libidinöse Konstitution der Masse), em que Freud esboça haver a projeção do “ideal do eu”, constituída individualmente a partir da figura do pai, para um único objeto externo na massa, alimentado diante das objetificações individuais (Freud, 2015, p. 78).

Dado o complexo edípiano, há uma luta do filho contra o pai para superá-lo. Ao seguirem os trilhos de Freud para analisar o nascimento do fascismo alemão, nos textos sobre autoridade e família, de 1936, Horkheimer e Marcuse refletem sobre o papel do Führer (líder) como alguém não passível dessa superação. Ao mesmo tempo, as massas se identificam com um indivíduo de estatura inferior à do pai burguês, num sentido totalmente regressivo, substituído pela identificação com uma autoridade estranha, impessoal, o que se reflete no todo social como algo muito piorado. A mediocridade do Führer é atrativa para a massa, sendo justamente essa característica que suspende o ego individual privado (a luta do filho contra o pai), colocando em seu lugar uma outra identificação, de caráter regressivo.

Também colabora para o desenrolar desse quadro regressivo a herança típica de um mal-estar na cultura do complexo de culpa (Freud, 2010), mas em uma dimensão invertida. Assim, o conhecido lema de que “a união faz a força” tem uso destrutivo ao constituir uma sensação de poder onipotente. Elimina-se a carga da culpa individual na cessão e amplificação rumo a impulsos destrutivos. Tal comportamento encontra-se caracterizado por Fromm (1932) como “conformismo de autômato”. Adaptado à nossa realidade, funciona eficientemente a partir de uma aliança ideológica difusamente elaborada para não ser reconhecida, mas cuja origem é um projeto nulo de país, oriundo da burguesia nacional. Na situação brasileira, como aponta a tese de Fernandes (2019) sobre o autoritarismo, essa burguesia é dependente, conformada em ser agente da ditadura e integrante do Estado de cunho capitalista autocrático.

Mas são as massas constituídas artificialmente que cumprem um papel decisivo na expressão das vontades aparentemente difusas, mas internamente bem delineadas, dessa burguesia. Elas são analisadas por Freud em caráter inédito, colocando Igreja e Exército como representantes da sua forma institucionalizada mais acabada de aglutinação da força degeneradora do caráter. Estas duas são instituições que reúnem as problemáticas do humano e colocam-se como legítimas à construção da ordem social, no que também são veiculadoras e constituidoras do potencial regressivo.

Descaminhos da regressão nacional

As bases colocadas são importantes para pensarmos a fundamentação do autoritarismo no Brasil num nível social e psicopolítico. É um país em que podemos verificar o poder influenciador da Igreja, especialmente se formos atentar à sua invasão paulatina na esfera do Estado¹⁴. Em adição, para o fecho de um quadro envolto em paranoias fundamentalistas, o Exército está hoje no poder executivo, também exercendo o controle político-ideológico através da definição de diversas pautas regressivas. Malgrado todos os contratemplos e uma série de ditos e desditos do seu representante na presidência – o que fragiliza o contexto político e atinge visceralmente as instituições, mesmo as militares –, a proposta de convergência a um pensamento único resiste. Isto graças aos apelos de um populismo de direita, aos limites de ação da máquina jurídica e diante da inércia de movimentos contestadores de vulto.

Colabora com o caráter autoritário desse populismo, que se mostra hoje o mais capaz de gerar a integração social, a nossa origem em bases sociais danificadas.

¹⁴ O fenômeno, conceituado por Martins (2012) como “coronelismo de cajado”, surge em meados de 1990 e se caracteriza pelo investimento massivo de igrejas pentecostais no meio político. Com estratégias de captura de fiéis com nível salarial baixo e recrutamento de eleitores jovens, em 2007 a Igreja Universal do Reino de Deus contava com 30 milhões de seguidores no Brasil. Ao atuar nos espaços onde o poder público é rarefeito, o pentecostalismo utilizou-se do assistencialismo para aumentar o poder político, constituindo-se em base importante para a configuração do cenário político de 2018.

Além do individualismo exacerbado, o populismo de direita encontra-se regado por uma alienação histórica degenerada, cuja expressão é a intolerância para com o outro, diferente na cor ou na classe social. No contexto da crise sanitária, exemplos de intolerância podem confirmar essa marcha rumo à eliminação de um suposto causador de ameaça. A mais trágica e cruel expressão disso hoje é o estranhamento para com os profissionais da saúde que, apesar do apoio da mídia e da população, não raro são atacados simbolicamente e mesmo objetivamente nos corredores dos condomínios em que residem. O que vivemos é uma realidade de interpretações tortas sobre religião e política.

Em voga nas massas, parece sobressalente o princípio da autoconservação, primeiro apontado por Freud (2015), depois por Adorno e Horkheimer (1997), unindo os oprimidos ao ideário burguês. Essa tese tem se comprovado nas práticas brasileiras, antecedendo o golpe de 2016, em que houve reprodução dos mesmos sintomas do pré-nazismo. Dentre eles, o reforço de padrões tradicionais de família, numa reação de embotamento diante da crise econômica, abrindo campo para a posterior identificação radical com propostas autoritárias de poder.

Para compreender a formação de constelações sociais que levam a essa derrota de projetos progressistas, também oferece luz o conceito de ideologia disposto em termos psicanalíticos. Este foi o empreendimento de Fromm (1932) ao estabelecer uma relação entre os impulsos sexuais e de autopreservação, atribuindo a estes a necessidade de recursos reais, enquanto àqueles seriam características a mutabilidade e a permeabilidade. Este seria um fato de grande relevância, pois permite, por parte das massas, a satisfação de prazeres pautados por razões sociais. Sem desconhecer a luta de classes, Fromm também atribui à família o papel de agência psicológica da sociedade, pautando a necessidade de trabalhar as diferenças na estrutura psíquica de distintos estratos familiares. Para ele, o entendimento da família não deve ser feito com base em padrões analíticos universalizantes do complexo de Édipo – que proporciona uma constituição ideológica –, mas a partir da situação socioeconômica e em respeito às condições histórico-materialistas dos indivíduos.

Na contemporaneidade, o comportamento das massas está ligado aos sentimentos desenvolvidos pelo indivíduo enquanto pertencentes a um núcleo familiar, de modo que patologias individuais explicam e reverberam às sociais. Mas, os impulsos podem ser elaborados pela classe dominante, sendo incluídos, excluídos ou modificados de acordo com razões socioeconômicas. Em termos de Brasil recente, percebemos que as injunções econômicas também moveram a dinâmica social ao ponto de integrar o proletariado ao sistema, especialmente em se tratando da ordem do consumo, idealizador das aparências e ocultador das essências. Daí que compreendemos que a associação à lógica do trabalho no momento pandêmico está envolta na questão social – e de modo sensível em se tratar do Brasil –, anterior às determinações econômicas, uma vez que a determinação fundamental da vida é social.

Considerações finais

Na composição deste texto, utilizamo-nos propositadamente de uma consulta significativa a sites, cruzando estas referências com a leitura de clássicos, nacionais ou não, entre outros. Aliadas às notícias que sabemos estarem sob domínio popular via redes sociais – por isso o convite para que também sejam lidas –, intencionamos apresentar alguns elementos para um sumário diagnóstico social da pandemia e das fundamentações a respeito da lida para com ela pelo Estado brasileiro. Diante da exposição realizada, a constatação que atravessa toda a análise, e carece ser levada adiante, é a de que faceamos uma realidade nunca vista nesta geração e neste país, à qual cabe um enfrentamento maior contra a desigualdade social.

Uma crise política se uniu à questão sanitária para desafiar tanto a natureza humana quanto as nossas especificidades sociais, o que nos leva a repensar, por fim, do que se trata a vida e sob quais moldes organizacionais queremos doravante existir. Um futuro menos turbulento no Brasil depende de como conseguiremos vencer a força do engenho colonial, que insiste em mover nosso

presente com o moinho dos “sinhozinhos” do passado. E de como romperemos, através de movimentos sociais, da academia, das redes sociais, entre outros, as nossas limitações reflexivas e de organização conjunta.

Aos que ameaçam com violência ou cínica indiferença o lugar do outro, num franco exercício de retorno à barbárie primitiva, quisera as lições sobre a efemeridade da existência causarem algum impacto diante da morte de tantos.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Ensayos sobre la propaganda fascista: psicoanálisis del antisemitismo*. Buenos Aires, Paradiso, 2005.

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. 6. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ARAÚJO, Wécio Pinheiro. *Pandemia e pandemônio na mitologia da tragédia política brasileira*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3g1yTB4>>.

BENJAMIN, Walter. Eduard Fuchs, der Sammler und der Historiker. In: KONERSMANN, Ralf (Hg.). *Grundlagentexte Kulturphilosophie: Benjamin, Blumenberg, Cassirer, Foucault, Lévi-Strauss, Simmel, Valéry u.a.* Hamburg: Felix Meiner, 2009. p. 83-116.

BÖRSENBLATT. *Gutenberg-Preis der Stadt Leipzig: “Fonts for Freedom” ist Preisträger 2019*. Disponível em: <<https://bit.ly/3cSmSfj>>.

BRECHT, Bertolt. *Teatro completo: v. 6. 4. ed.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEUTSCHE WELLE BRASIL. *Berlim lança exposição virtual nos 75 anos do fim da Segunda Guerra*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3cFtVaJ>>.

DUARTE, Lima. *Eu te entendo*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/369xdAB>>.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. *A liberação dos campos nazistas: as consequências do holocausto*, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3cQZVZy>>.

FERNANDES, Florestan. *Apostamentos sobre a “Teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FONSECA, Alexandre Brasil. A Covid-19 e a desinformação que mata. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<https://bit.ly/2TetLjf>>.

FREUD, Sigmund. *Massenpsychologie und Ich-Analyse*. Frankfurt am Main: Fischer, 2015.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: LP&M, 2010.

FROMM, Erich. *Über Methode und Aufgabe einer analytischen Sozialpsychologie Zeitschrift für Sozialforschung*. Leipzig, Bd 1, 1932, p. 28-54.

HISTÓRIA DO MUNDO. Gripe espanhola, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3dXEht9>>.

HORKHEIMER, M. et al. *Studien über Autorität und Familie: Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung*. Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen, 1936.

JORNAL DA CULTURA. Negacionistas desprezam evidências médicas, 2020. *Entrevista a Arnaldo Lichtenstein*. Disponível em: <<https://bit.ly/2WFHWju>>.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. Da enxada ao cajado, às engrenagens e aos chips: a sobrevivência do “coronelismo”. *XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Cartagena, Colombia. Anais..., Oct./Nov., 2012.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. 30. ed. México: Siglo Veintiuno, [1969] 2007.

ROSA, Maynard Marques de Santa. Aprimoramento institucional e federalismo pleno. *Revista do Clube Militar (A casa da República)*, Ano XCIII, n. 469, abr.-jun. 2018, p. 6-7, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2TlieP0>>.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao Estado suicidário. *GGN*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2WNUipN>>.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TIBURI, Márcia. *Delírio do poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação*. São Paulo: Record, 2019.

TIBURI, Márcia. Jair Bolsonaro e o delírio coletivo. Entrevista a Thais Reis de Oliveira. *Carta Capital*. Disponível em: <<https://bit.ly/3cIoiso>>.

METABOLIZANDO O COVID-19: PENSAR OS ALIMENTOS E SUAS RELAÇÕES EM CONDIÇÕES PANDÊMICAS

Felipe Peregrina Puga¹

De acordo com alguns relatos e opiniões divulgados pelas imprensas nacional e internacional, o surto do novo coronavírus teria se iniciado em um “mercado úmido” (local no qual se comercializa diversos vegetais, frutas, peixes e até animais exóticos) em Wuhan, capital da província de Hubei da China². Apesar do rastreamento dos primeiros casos, não há comprovação da transmissão do vírus dos animais do mercado para os humanos. Desde o momento em que foi confirmada a infecção dos primeiros casos no epicentro de Wuhan, as autoridades chinesas adotaram diversas restrições sanitárias. Uma destas medidas mais drásticas que se seguiu diante da pandemia foi a imposição de um confinamento obrigatório da região, bem como a restrição do consumo de animais exóticos e o fechamento temporário dos mercados úmidos. Estas

¹ Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Unicamp e graduado em Ciências Sociais pela mesma universidade. Atualmente, pesquisa as práticas, dinâmicas e dilemas de certificação da conformidade orgânica do Sistema Participativo de Garantia (SPG) no estado de São Paulo, contando com a concessão de bolsa de pesquisa pela FAPESP (processo n. 19/04868-1).

² Cabe uma pequena ressalva a respeito das práticas dos mercados úmidos. Embora plenamente condenados pelo mundo inteiro, eles são conhecidos por este nome em razão da venda de produtos frescos, mas nem todos os mercados úmidos da China vendem animais no mesmo espaço (Westcott, 2020). Além disso, de acordo com fontes do Fórum Econômico Mundial (Beech, 2020), até recentemente as autoridades chinesas apoiaram a criação e venda destes animais como uma forma de promover o desenvolvimento rural de camponeses chineses e aliviar a pobreza existente. Ainda, uma solução imediatista de banimento destas atividades sem apoio financeiro aos comerciantes implicaria em sérios problemas para a reprodução social destas pessoas, assim como o descompromisso com a subsistência metabólica de parcelas mais pobres da população chinesa. Porém, apesar da suspensão temporária do funcionamento destes mercados, alguns voltaram a reabrir após a contenção em Wuhan, comercializando novamente animais para a produção de alimentos (Yu, 2020).

sanções foram colocadas por autoridades euro-americanas de saúde como uma medida necessária, porém insuficiente para o futuro, pois estes mercados deveriam, na opinião destes, ser banidos para sempre (Nelson, 2020).

Do outro lado do mundo, mais especificamente no estado de São Paulo, desde que o isolamento social foi implementado como medida obrigatória em diversas regiões, produtores e processadores de alimentos previram que mudanças importantes ocorreriam em suas rotinas de trabalho. Feiras tradicionais e mercados abertos de pequenos produtores rurais que acontecem semanalmente tiveram que ser fechados para evitar aglomerações e contatos face a face. Com isso, os produtores tiveram que adaptar a logística para sistemas de entrega ou compras coletivas organizadas por suas cooperativas e associações. Outros foram negociar com as prefeituras municipais para que as feiras continuassem a existir, mas adotando todas as formas de higiene, segurança e restrição de pessoas nos espaços.

A mudança para os que produzem alimentos orgânicos gerou dúvidas a respeito de futuras atividades de certificação de seus produtos³. Se antes da pandemia os produtores se preocupavam com o agendamento de vistorias participativas da qualidade dos procedimentos e técnicas agrícolas, na pandemia seu foco de trabalho passou a ser quase que exclusivamente sobre o escoamento da produção a fim de evitar perdas financeiras e desperdício de alimentos. Alguns produtores mais engajados com questões sociais procuraram ir além da questão das perdas pessoais, preocupando-se com a distribuição de excedentes a moradores mais vulnerabilizados das periferias metropolitanas. Diante disso, alguns deles se mobilizaram para arrecadar doações de alimentos orgânicos excedentes. Somada à vigilância sobre a qualidade dos orgânicos, os produtores

³ As atividades de certificação envolvem basicamente as vistorias nas unidades de produção, checando o uso de insumos, as informações sobre técnicas agrícolas nos planos de manejo e os documentos de garantia da rastreabilidade. No Brasil, estas atividades podem ser feitas por empresas de auditoria de terceira-parte, as quais apenas avaliam a conformidade dos procedimentos sem ajudar os produtores, ou por Sistemas Participativos de Garantia (SPG) em que os próprios produtores, em conjunto com técnicos e consumidores, fazem a própria certificação de garantia da qualidade orgânica.

tiveram que se adaptar para garantir a qualidade sanitária dos produtos e dos locais, evitando a possibilidade de contágio do novo coronavírus.

Ao justapor os dois casos totalmente distintos em termos de contextos e práticas busco argumentar que os alimentos importam e que esta relevância varia de acordo com os metabolismos locais, os quais estão imbricados com desigualdades de acesso e consumo, e com o entendimento de quais qualidades devem ser buscadas nos alimentos. Pensar a alimentação envolve necessariamente analisar como esta questão ganha força em alguns momentos históricos, levando à condenação de certos tipos de alimentos e formas de comercialização, ou à busca de qualidade aprimorada em certos produtos. Isto não quer dizer que trato de pensar a alimentação como um fato “cultural” sobreposto a dados “biológicos” já estabelecidos. Mas sim que a importância da alimentação se situa justamente na fronteira entre os polos.

Este ensaio sobre a COVID-19 se concentra, portanto, em uma questão subjacente a toda e qualquer discussão sobre saúde: a demanda por alimentos saudáveis. Pretendo abordar esta questão por meio de uma relação metabólica e intrinsecamente entrelaçada entre mecanismos institucionais e quadros culturais de avaliação da qualidade dos alimentos e espécies (em sua mais ampla definição), e não por uma discussão sobre direitos ou pela definição do que é necessariamente um alimento saudável e de qualidade. Desse modo, procuro atentar tanto às formas específicas pelas quais certos tipos de alimentos são constituídos nas dietas cotidianas quanto aos meios de garantia de controle institucional, o que necessariamente incorre na promulgação de normas específicas de vigilância sanitária e segurança alimentar. Conforme foi sintetizado pela socióloga Hannah Landecker (2011), evidências recentes de uma área emergente da biologia, a epigenética, têm demonstrado como a comida, em vez de ser comumente vista como um conjunto de nutrientes a ser transformado em energia, tem sido contemporaneamente olhada como uma exposição ambiental capaz de provocar mudanças e novas relações nos organismos, chegando a afetar a expressão

gênica a certas doenças⁴. Nessa relação, o metabolismo “clássico” era pensado apenas como um processo pelo qual as trocas energéticas ocorrem dentro de um corpo a partir da incorporação de nutrientes⁵. Como a autora apresenta, a “nova imagem” do metabolismo pela epigenética nutricional procura demonstrar como os corpos não apenas absorvem passivamente nutrientes da comida, mas também podem vir a afetar a expressão gênica de futuras gerações. Através da metáfora do metabolismo, a proposta deste ensaio é perceber como determinados alimentos e espécies, como morcegos e alimentos orgânicos, não são observados de forma passiva ao ambiente, mas são vistos por meio de relações de exposição e contaminação, requerendo formas de controle e adequação.

Usando este pressuposto como fio condutor parto das questões que são familiares ao meu campo de pesquisa, a saber, os estudos da ciência e da tecnologia e as questões rurais. Tenho investigado, na minha pesquisa de mestrado em andamento, quais são as condições de possibilidade e efeitos das práticas de um tipo de certificação de alimentos orgânicos realizado de forma participativa sob uma governança aberta aos interessados. É evidente que não vou abordar os pormenores do cotidiano da certificação, mas sim refletir sobre questões que ressoam os efeitos e situações vivenciadas por pessoas em outros lugares no atual momento pandêmico. O esforço se debruça na capacidade de desacelerar nossa vontade de oferecer respostas rápidas e explicações simples para se abordar de forma situada e provisória questões subjacentes nesta condição pandêmica. Não quero que isto seja apenas uma colagem de efeitos do problema global. Proponho evidenciar o potencial transformativo de se pensar a pandemia por meio dos sistemas agroalimentares.

⁴ É evidente que o argumento da autora possui amplas camadas de complexidade em termos de suas implicações para o discurso científico a forma de gestão e produção de alimentos. Os mais importantes achados desta área se relacionam com o fato de que a alimentação em período pré-natal e da primeira infância podem afetar a expressão gênica posterior de doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade, as quais são fatores de risco para os que se infectam com coronavírus.

⁵ O uso metafórico da imagem do metabolismo para se pensar processos sociais não é novidade, e já foi de uso até mesmo por Karl Marx para se pensar a relação da humanidade e a natureza.

Meu ponto geral é que, se levarmos a sério a proposição de que os tipos e variedades de alimentos que consumimos no dia a dia importam e que eles dependem de um entrelaçamento de diversas espécies (Haraway, 2013), devemos prestar atenção na forma como a relação de pessoas com os alimentos se diferenciam e desigualam em contextos pandêmicos. Com base numa condição recente das ciências e políticas nutricionais de que alimentos precisam ser seguros e de qualidade para uma alimentação equilibrada, vemos como estas condições estão longe de serem alcançadas e as diferenças e desigualdades se tornam visíveis durante a pandemia. Desse modo, evidencia-se como a questão alimentar vai além de uma reivindicação de segurança alimentar pensada apenas em quantidades padronizadas de nutrientes a serem consumidos diariamente, e sim o tipo de qualidade e diversidade a ser reivindicada e controlada.

Os alimentos, portanto, podem nos oferecer uma escala de visualização das assimetrias em condições sociais de saúde das quais as diversas classes e nações se diferenciam em termos de acesso, exposição, controle e consumo. E estes aspectos estão diretamente associados à forma como enxergamos a qualidade dos alimentos e suas práticas de certificação e legitimação de critérios. Vejamos, então, esta questão a partir de alguns casos comparativos.

Do controle ao metabolismo

Ao pensar metabolicamente os alimentos, precisamos relacionar tanto como determinados alimentos são levados a sérios pelas pessoas quanto às suas formas de controle e manipulação. Se os alimentos não importassem para as pessoas, não teríamos visto até pouco tempo atrás uma reação negativa da proposta de “farinata” (apelidada de ração humana) da prefeitura de São Paulo em 2017 para as escolas públicas. Tanto entidades ligadas à segurança alimentar e conselhos de nutrição como o público em geral repudiaram a proposta de utilizar resíduos das indústrias para compor o cardápio escolar das crianças. A proposta, em sua formulação e apresentação mais geral, parecia mais determinada a

resolver problemas ligados às indústrias do que a garantia de segurança alimentar ou a oferta de diversidade de alimentos na merenda escolar. Não é necessário destacar aqui os limites e problemáticas da proposta, mas é interessante olhar para como foi criada uma reação imediata à proposta de alimentação antes dela mesmo ter sido implementada.

Da maneira análoga, é curioso observar como certos colonistas se posicionaram a respeito do consumo de animais exóticos em alguns mercados da China e de outros países asiáticos. Alguns chegaram a falar que estes mercados são “baile funk de bactérias”, “rave de vírus” ou que os hábitos alimentares dos chineses refletem “ato desesperado da miséria causada pelo comunismo”, questionando uma origem “chinesa” do vírus (RONAI, 2020; Constantino, 2020). Este tipo de opinião, embebida de uma certa leitura orientalista⁶ (Said, 2007 [1979]) a respeito das práticas de determinados grupos chineses, reflete um tipo de amnésia seletiva sobre surtos de doenças e um viés de leitura acerca das condições modernas dos centros urbanos e de animais em sistemas agroalimentares convencionais. Em primeiro lugar, pandemias, epidemias e surtos de doenças não são novidades, nem meros acidentes da história. No curso de nossa longa história humana, tivemos exemplos de vulnerabilidade biológica, fomes generalizadas pelo ataque de agentes infecciosos em monoculturas e genocídio de milhares de povos indígenas por doenças infecciosas (Diamond, 2019 [1997]). No desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, não faltou também autores para pesquisar as condições sociais do desenvolvimento das doenças infecciosas e criar intrínsecos diálogos com colegas da saúde coletiva, como o clássico trabalho de Sérgio Carrara, “Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40” publicado em 1996.

Em segundo lugar, o confinamento de um grande aglomerado de animais em escala industrial, o uso massivo de antibióticos em animais e humanos, a rápida

⁶ O argumento aqui não é o da condenação de todo e qualquer tipo de discurso de pessoas “ocidentais” a respeito do “oriental”, mas sim de que este conjunto de opinião faz parte, conforme assinala Said, de um discurso orientalista que diz mais sobre o Ocidente que o Oriente. Porém, diferentemente do caso do autor, aqui não estamos falando do “Oriente Médio”, e sim das condições associadas a povos asiáticos.

urbanização dos países, a destruição de sistemas ecológicos, a produção agrícola sob a forma de monoculturas e as intensas relações de trocas internacionais de produtos são também algumas das condições perfeitas para surtos globais de doenças e pragas e o aumento de resistência antibiótica de diversas espécies (Ahmed et al, 2019; Bedford et al, 2019; Landecker, 2016). Dessa forma, não é acurado nem mesmo justo atribuir uma única causa ao surto de novas doenças, especialmente quando ainda não temos evidências suficientes para estabelecer umnexo causal único entre exposição de animais em mercados informais e zoonoses (Ahmed et al, 2019). Isto assinala tanto uma leitura xenofóbica como uma legitimação de medidas top-down em momentos excepcionais, podendo vulnerabilizar parcelas mais desfavorecidas das populações locais que dependem das comidas compradas em mercados não-formais.

Não quero aqui reivindicar um certo relativismo frouxo que abre mão da objetividade e realidade dos problemas sanitários. Há, sem dúvida, risco de infecção pela exposição constante de animais em contato próximo com humanos, da mesma forma que há, subjetivamente, abjeções culturais óbvias, especialmente se pegarmos casos extremos do manejo destes mercadores com animais mamíferos tidos como companheiros por nós Ocidentais e latino-americanos. Porém, risco de infecção pelo contato próximo não implica em causalidade e também não explica totalmente o desenvolvimento de surtos⁷. Ainda sobre os animais, enquanto a morte e o consumo de cobras, ratos e morcegos nos parecem estranhos, mas não implicam numa condenação moral, a existência do abate de cachorros, gatos e pangolins por alguns mercados parece, a meu ver, catalisar mais força e repúdio de muitas pessoas que a simples abjeção às condições sanitárias. Se a questão da condenação de tais locais fosse puramente sanitária, não veríamos tantas metáforas e expressões linguísticas para enquadrar negativamente estes lugares.

⁷ Ao escrever sobre a emergência do covid-19, o antropólogo Eben Kirksey (2020) mostra como mesmo entre geneticistas virais não há uma única linhagem genética clara da origem do coronavírus dos humanos com relação aos morcegos, mas há relações emaranhadas com outras espécies. Isto coloca dúvidas em certas narrativas dominantes a respeito de um “salto” vírus dos organismos dos morcegos para os humanos.

Não se pode esquecer também que a questão subjacente a essas práticas alimentares está relacionada não apenas com condições sanitárias, mas à própria atividade metabólica de subsistência. Uma medida autoritária proibindo a comercialização não-escalável destes animais exóticos ou o funcionamento destes mercados não apenas ameaça a reprodução social dos feirantes, mas pode agravar seriamente a segurança alimentar dos mais pobres, que estão mais sujeitos à fome que qualquer formulador de política pública ou críticos do Ocidente. E não precisamos ir até a China para ver estes problemas, dado que mesmo queijeiros artesanais de leite cru da Serra da Canastra enfrentam problemas semelhantes, com fiscais sanitaristas condenando e restringindo suas práticas (Dupin; Cintrão, 2018). Embora estes produtores não se alimentem apenas de queijos artesanais, suas práticas são constantemente postas como potenciais causadores de surtos microbiológicos por não passarem pelo processo de pasteurização⁸, sendo passíveis de punição por agentes da vigilância sanitária. A imagem a respeito destas pessoas e espaços como uma ameaça global parece realmente esquecer dos séculos de mudanças profundas das paisagens, dos espaços e dos nossos modos de relação com os animais e outros seres. Também cabe ressaltar que seria errôneo considerar esses hábitos como mera reprodução da “cultura” destes povos, como se eles estivessem congelados na história e não houvesse contestação e dissonância interna. Ao contrário, nestes países há também pessoas e organizações locais buscando alternativas a respeito da caça e da comercialização destes animais.

Agora, como estas situações e problemas se relacionam com a descrição realizada de feiras orgânicas? Ao contrário dos mercados úmidos asiáticos, as feiras e os produtos orgânicos possuem bastante prestígio em comparação com seus concorrentes convencionais. A oferta de alimentos sem o uso de agrotóxicos

⁸ De modo sintético, a pasteurização é o procedimento de esterilizar certos tipos de alimentos, eliminando a presença microrganismos patogênicos. No caso dos leites, isto é feito pela elevação da temperatura até que as bactérias sejam eliminadas. Contudo, para os queijeiros artesanais, este procedimento leva a perda de sabores que só são possíveis pelos próprios microrganismos oriundos do leite.

químicos durante o seu processo de produção é uma das principais razões pelas quais consumidores de classes média e alta compram estes produtos. A atração destes alimentos também reflete os lugares nos quais esses produtos são vendidos, majoritariamente em bairros de classes média e alta⁹. Em certo imaginário urbano, tais consumidores presumem que estes alimentos, por não terem sido produzidos com o uso de insumos químicos, sejam manejados da mesma forma que eram produzidos em um passado longínquo e que estão livres de problemas envolvendo a contaminação por substâncias químicas, o que justificaria seu preço diferenciado dos produtos classificados como convencionais.

Porém, prestígio socialmente aceitável não significa que as práticas estejam livres de regulação jurídica, procedimentos e avaliação da qualidade alimentar. Ou, ainda, que não existam riscos de contaminação alimentar. Antes de serem comercializados, os produtores orgânicos passam necessariamente por diversas etapas das entidades de certificação que atestariam a potabilidade d'água, a rastreabilidade dos registros de manejo no caderno de campo e a identificação do uso e tempo de carência das substâncias utilizadas para adubar o solo e plantas ou para o combate de pragas. Contrariamente a um certo imaginário urbano, as práticas da produção orgânica mais se assemelham com empresas atestando a qualidade e a rastreabilidade dos produtos e procedimentos do que uma simples execução de manejo tradicional de culturas alimentícias. Ademais, apesar de existirem baixos riscos de resíduos químicos nos alimentos orgânicos, as contaminações microbiológicas, em especial os surtos de *Escherichia coli* que podem provir de água não-potável ou do desrespeito do período de carência de

⁹ É difícil precisar com exatidão o verdadeiro perfil com dados nacionais agregados, dado que oficialmente só há dados de produção pelo Censo Agropecuário, realizado a cada dez anos, e o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) que registra os produtores credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Apesar disso, há iniciativas realizadas por organizações, como a Organics – Associação de Promoção dos Orgânicos, que realizam pesquisas com amostras regionais de todos os estados a respeito dos consumidores. Um dos resultados de 2017 demonstram que o preço é um dos principais motivos para não consumir orgânicos, e que o varejo convencional é o principal canal de comercialização, seguido pelas feiras. Apesar dos diversos dados obtidos, não há nenhuma informação ou dados comparativos em termos de renda ou ocupação profissional, como outras pesquisas mais locais apontam.

certos compostos, constituem um problema semelhante aos riscos dos alimentos convencionais. Para se ter uma ideia da complexidade do problema, a prática de compostagem de esterco na agricultura orgânica, basilar para o incremento de matéria orgânica de solo e reciclagem de nutrientes, teve que passar por um processo de legitimação das bases científicas no contexto dos Estados Unidos, chegando a ser condenada em alguns momentos por cientistas de prestígio como um “depósito de doenças” (Ingram, 2007). Aqui no Brasil, embora a legislação permita a compostagem de esterco de animais, não se pode fazer a aplicação como adubação de cobertura em culturas de folhas comestíveis (BRASIL, 2011), apesar de alguns agricultores não saberem claramente alguns destes aspectos.

Dadas estas condições de possibilidade, o que nos permite assemelhar tanto as situações envolvendo o controle dos mercados úmidos como a garantia de qualidade dos produtos orgânicos é a forma de governança sobre os alimentos em nome da saúde da população. Sob a defesa da saúde e da segurança alimentar global, feiras livres e mercados que não atendem a medidas sanitárias são imediatamente fechados ou têm seu acesso restringido. Isso se aproxima do que Foucault (1988 [1976]) denominou de biopolítica, ou seja, um modo de gestar a vida das populações urbanas a partir de variáveis epidemiológicas e do controle de adequação dos corpos por mecanismos de vigilância sanitária. Contudo, sabe-se que os efeitos das medidas biopolíticas afetam desigualmente as pessoas, seja por privilegiar a compra de alimentos em espaços concentradores de alimentos como os supermercados, seja pela ausência de infraestruturas necessárias para o isolamento social, como moradias precárias sem encanamento adequado de água e esgoto.

Assim, chegamos ao ponto de comparação dos sistemas agroalimentares com suas diferentes relações contaminantes. Se, por um lado, pessoas mais pobres do continente asiático são moralmente julgadas e vigiadas por seus hábitos cotidianos em razão de riscos de surtos, por outro, sujeitos brasileiros de classes mais abastadas procuram a qualquer custo assegurar sua alimentação diária com produtos que não provenham de sistemas convencionais. O ponto

em comum de ambas as situações presentes é que elas estão atreladas a histórias de contaminação, seja pelo manejo diário de convivência com espécies distintas, seja pela não incorporação de alimentos produzidos com substâncias químicas. Mas há algo a mais nesta comparação para além de histórias de contaminação, adequação de procedimentos e mecanismos de avaliação. Sem negar toda a complexidade das instituições e procedimentos, as nossas condições metabólicas e sistemas ecológicos também não são as mesmas em todos os lugares, e estão cada vez mais se modificando pela nossa forma de relação com os alimentos e sistemas agrícolas. O aumento da resistência das chamadas “pragas” e “ervas daninhas” e o risco cada vez maior de surtos de zoonoses nos tem colocado desafios de ordem prática e analítica. Isso tudo serve para nos lembrar de que a chamada natureza humana não se refere a uma condição solitária e independente, mas sim a uma relação profundamente interespecífica e dependente de outros seres, como acertadamente descreve Anna Tsing (2012). O que está em questão não é celebrar o agregado de espécies, visto que uma parte destas relações interespecíficas (como a que estamos vivendo agora) não necessariamente se conforma em conexões mutualistas ou harmoniosas.

E, como já ressaltaram diversas autoras, o ponto também não é reativar narrativas apocalípticas de fim do mundo em nossas atuais condições de destruição massiva, nem celebrar um otimismo ilusório em nome do progresso (Haraway, 2016; Tsing, 2015). Se há algo que as ciências sociais podem nos oferecer não são respostas prontas a serem implementadas de forma imediata, mas sim suas atitudes de desacelerar narrativas e análises fatalistas sem perder de vista a escala de gravidade dos nossos problemas. Isto nos evita o problema de considerar que todas as realidades da pandemia são homogêneas em diversos lugares ou que os cenários catastróficos já estão dados, como observamos em certo conjunto de autores europeus nos escritos da coletânea “Sopa de Wuhan” (Amadeo, 2020). Ainda, essa desaceleração também nos conduz a ressaltar como as contingências das circunstâncias e condições globais produzem reconfigurações importantes que afetam diferentemente o cotidiano das pessoas. Conseqüentemente, as

melhores análises e descrições de nossos problemas não surgirão de forma imediata, pois demandam tempo e esforço de escuta dos nossos interlocutores de pesquisa para um bom enquadramento dos efeitos concretos a médio e longo prazo da pandemia. Isso tudo para não se esquecer de que, cada vez mais, histórias envolvendo a decadência de sistemas socioecológicos, como a perda de biodiversidade pelas práticas agrícolas industriais, ou o ressurgimento de novas ecologias e formas de vida, como o refúgio de espécies de animais nas zonas de Chernobyl (Wendel, 2016) e o aparecimento de superbactérias resistentes em ambientes hospitalares, serão comuns e contaminarão nossas análises, demandando maior atenção aos modos pelos quais nossos sujeitos de pesquisa e os ambientes em que habitam estão se transformando, se adaptando e resistindo às novas condições de vida.

Tendo em mente estas preocupações atuais, em seu recente livro, a geógrafa Julie Guthman (2019) nos apresenta o modo pelo qual as condições socioecológicas que possibilitaram o estabelecimento da indústria de morangos no estado da Califórnia, com o uso de fumigantes para o controle de patógenos, abundâncias de terras de alta qualidade e controle de mão de obra imigrante, tornaram-se a própria ameaça para todos que dependiam e viviam deles. Atentando-se para a história e a atual economia política do desenvolvimento da cultura de morangos, a autora pontua como essas configurações materiais, tidas como necessárias para a produção de morangos, contribuíram para aumentar a resistência de pragas aos agrotóxicos, tornar escassas as terras de alta qualidade e a fragilizar o trabalho de trabalhadores rurais.

Esta é apenas uma de muitas das análises e histórias que poderão ser comuns nos próximos anos. Neste contexto pandêmico, a concentração de compras de suprimentos em algumas redes concentradoras de abastecimento, as quais adotam rígidos padrões de qualidade, podem minar as condições daqueles que produzem e vendem em pequenas escalas. É cedo ainda para dizer qual será exatamente o futuro dos mercados úmidos ou de feiras livres, com suas relações faces a face com produtores. Contudo, certamente parece prudente afirmar que

elas não serão as mesmas, podendo ter implicações para ações de vigilância e controle sanitário mais rígidos. E é claro que estes efeitos não serão simétricos aos diversos sujeitos que participam diretamente dos mais diversos sistemas agroalimentares.

Essas assimetrias estão interligadas com os acessos aos alimentos e as redes metabólicas articuladas por diferenças de classes. Enquanto pessoas de classe média têm celebrado um certo “retorno à cozinha”, aprendendo novas receitas durante a quarentena e comprando por delivery, muitas famílias de baixa renda, em especial as mães solteiras, não conseguem imaginar se conseguirão armazenar alimentos ou comer nos próximos dias, tendo em vista os problemas de acesso ao auxílio emergencial do governo federal¹⁰ (Rodrigues, 2020), por conta da exigência de documentação, e à suspensão de merendas devido à suspensão das atividades escolares. A atenção maior se redobra na nutrição de crianças na primeira infância, as quais, conforme apresentado na introdução, podem ter a expressão gênica de certas doenças afetadas, além de ficarem expostas a um quadro de subnutrição. Há, portanto, um longo caminho de diferenças e desigualdades envolvendo a alimentação que serão reveladas no decorrer da pandemia.

Considerações finais

Vírus, animais, mercados úmidos, produtores, feiras, autoridades sanitárias, nutricionistas e pessoas estão relacionados e implicados nas questões em torno da alimentação. A ideia não é celebrar uma suposta harmonia dos encontros entre as diferentes partes, mas levar a sério como essas relações marcam e provocam efeitos assimétricos no mundo. Por outro lado, conforme se apresentou neste

¹⁰ O auxílio emergencial é uma medida sancionada pelo governo federal para garantir o suporte financeiro temporário de R\$ 600 a famílias com renda familiar mensal de até três salários mínimos, a desempregados formais e a Microempreendedores individuais (MEI). Contudo, em razão de certas exigências documentais, como o registro no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Único, um programa de informações de pessoas de baixa renda, muitos não conseguiram acessar os primeiros meses do auxílio.

ensaio, seria um erro a mera condenação de mercados e consumidores asiáticos de baixa renda como as únicas figuras responsáveis pela pandemia, esquecendo-se de todos os outros fatores e condições de propagação de agentes infecciosos.

A pandemia nos coloca diante da possibilidade de outros surtos e desastres socioecológicos acontecerem. Estes acontecimentos são um problema a ser levado a sério não apenas para a saúde e habitabilidade humana, mas também para outras espécies selvagens ou domesticadas diante de um modelo de produção industrial levado a cabo pela aplicação de técnicas moleculares que modificou nossas próprias relações e metabolismos. Ao invés de buscarmos um único culpado pela nossa atual condição, como apostam certas abordagens, ou reproduzir narrativas apocalípticas de colapsos futuros, talvez devêssemos abordar a questão de “ficar com o problema”, como nos propõe Haraway (2016) em seu último livro. O ponto não é negar a gravidade e escala dos problemas ambientais gerados até o momento, mas circunscrever a atenção às relações geradas em tais situações sem levar a um excepcionalismo humano. A pandemia do coronavírus provavelmente vai passar, mas os seus efeitos sociais certamente permanecerão por um tempo.

Estes efeitos impactarão tanto a escala de análise dos problemas sociais quanto as decisões políticas futuras envolvendo a qualidade da alimentação e suas formas de produção, distribuição e acesso. Sob a norma sanitária dos regimes biopolíticos e o avanço de um modelo agroalimentar cada vez mais orientado à qualidade industrial, diversos sujeitos posicionados fora destes esquemas poderão ter suas relações metabólicas e comerciais diretamente afetados. Ademais, as famílias menos privilegiadas, as quais já se encontravam sob formas vulneráveis, estarão sujeitas a precárias condições alimentares ou dependentes de doações, impactando suas formas de acesso, exposição e relação com a alimentação cotidiana.

Referências bibliográficas

AHMED, Sohel; DÁVILA, Julia; ALLEN, Adriana; HAKLAY, Mordechai; TACOLI, Cecília; FÈVRE, Eric. Does urbanization make emergence of zoonosis more likely? Evidence, myths and gaps. *Environment and Urbanization*, v. 31, n. 2, p. 443-460, 2019.

AMADEO, Pablo (Org.) *Sopa de Wuban: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia*. Buenos Aires: ASPO, 2020.

BEDFORD, Julie, FARRAR, Jeremy, IHEKWEAZU, Chikwe; KANG, Gagandeep; KOOPMANS, Marion; NKENGASONG, John. A new twenty-first century science for effective epidemic response. *Nature*, v. 575, p. 130–136, 2019.

BEECH, Peter. What we've got wrong about China's 'wet markets' and their link to COVID-19. *World Economic Forum*, 18, abril, 2020. <https://www.weforum.org/agenda/2020/04/china-wet-markets-covid19-coronavirus-explained>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução Normativa nº 46* de 06 de out. de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. Brasília, DF, out. 2011.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

CONSTANTINO, Rodrigo. Por que precisamos falar da origem chinesa do vírus. *Gazeta do Povo*, 20, março, 2020. <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/por-que-precisamos-falar-sobre-a-origem-chinesa-do-virus/>

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2019 [1997].

DUPIN, Leonardo; CINTRÃO, Rosângela. Entre bactérias e lobos: o cerco biopolítico à produção do queijo Canastra. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v. 18, p. 53-79, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 [1976].

GUTHMAN, Julie. *Wilted: pathogens, chemicals, and the fragile future of the strawberry industry*. Oakland, California: University of California Press, 2019.

HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke: Duke University Press, 2016.

HARAWAY, Donna. *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

INGRAM, Mrill. Disciplining microbes in the implementation of US Federal Organic Standards. *Environment and Planning A*, v. 39, p. 2866-2882, 2007.

KIRKSEY, Eben. The Emergence of COVID-19: A Multispecies Story. *Anthropology Now*, v. 12, n. 1, p. 11-16, 2020.

LANDECKER, Hannah. Antibiotic Resistance and the Biology of History. *Body & Society*, v. 22, n. 4, pp. 19-52, 2016.

LANDECKER, Hannah. Food as exposure: Nutritional epigenetics and the new metabolism. *BioSocieties*, v. 6, p. 167-194, 2011.

NELSON, Joshua. Dr. Fauci says it's 'mind-boggling' that any of China's wet markets are still operating. *Fox News*, 3, abril, 2020. <https://www.foxnews.com/media/dr-fauci-china-wet-markets-open-coronavirus>

RODRIGUES, Arthur. Demora nas ações de auxílio e invisibilidade de grupos agravam fome. *Folha de São Paulo*, 10, abril, 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/04/demora-nas-acoes-de-auxilio-e-invisibilidade-de-grupos-agravam-fome.shtml>

RONAI, Cora. Mercados asiáticos são rave de vírus. *O Globo*, 29, janeiro, 2020. <https://oglobo.globo.com/cultura/mercados-asiaticos-sao-uma-rave-de-virus-24217288>

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1978].

TSING, Anna. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

TSING, Anna. Unruly edges: mushroom as companion species. *Environmental Humanities*, v. 1, p. 141-154, 2012.

WENDLE, John. Animals Rule Chernobyl Three Decades After Nuclear Disaster. *National Geographic*, Washington, 18, Abril, 2016. <https://www.nationalgeographic.com/news/2016/04/060418-chernobyl-wildlife-thirty-year-anniversary-science/>

WESTCOTT, Ben. China's wet markets are not what some people think they are. *CNN*, Hong Kong, 24, abril, 2020. <https://edition.cnn.com/2020/04/14/asia/china-wet-market-coronavirus-intl-hnk/index.html>

YU, Verna. What is a wet market? *The Guardian*, Hong Kong, 16, abril, 2020. <https://www.theguardian.com/global-development/2020/apr/16/what-is-a-wet-market-coronavirus>

